

ESTUDOS DE LINGUAGEM: REFLEXÕES SOBRE DIVERSIDADE

Teorias do texto, do discurso e da tradução

Organizadores:

Beethoven Alvarez

Phellipe Marcel da Silva Esteves

Silmara Dela-Silva



Universidade Federal Fluminense

ESTUDOS DE LINGUAGEM: REFLEXÕES SOBRE DIVERSIDADE

Teorias do texto, do discurso e da tradução

Organizadores:

Beethoven Alvarez

Phellipe Marcel da Silva Esteves

Silmara Dela-Silva



**Universidade Federal Fluminense
Instituto de Letras
Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem**

Coordenação geral

Silmara Cristina Dela da Silva
Ivo da Costa do Rosário

Coordenação de linhas de pesquisa

Linha 1 - Teoria e Análise Linguística - Luciana Sanchez Mendes
Linha 2 - Teorias do Texto, do Discurso e da Tradução - Phellipe Marcel da Silva Esteves
Linha 3 - História, Política e Contato Linguístico - Joel Austin Windle

Comissão Organizadora do SAPPIL

André Cavalcante
Fernanda Gonçalves de Laia
Fernanda Cerqueira Mello
Jovana Mauricio Acosta de Oliveira
Letícia Martins Monteiro de Barros
Rudá da Costa Perini

Equipe de revisão dos e-books

André Marques da Silva
Douglas Coelho Alves Ferreira
Fernanda Porto Correa
Fernanda Lessa Pereira
Marcella Karoline Belo Rodrigues
Matheus Camelo de Oliveira
Myllena Paiva Pinto de Oliveira
Monique Borges Ramos da Fonseca
Nayara Pinto Friess
Letícia Martins Monteiro de Barros
Rudá da Costa Perini

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Ficha Catalográfica

Beethoven Alvarez; Phellipe Marcel da Silva Esteves; Silmara Dela-Silva [Orgs.]

Estudos de linguagem: reflexões sobre diversidade. Teorias do texto, do discurso e da tradução. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 574 p.

ISBN: 978-65-5869-103-8 [Digital]

1. Estudos de linguagem. 2. Reflexões sobre diversidade. 3. Teoria do texto, discurso e tradução. 4. UFF. I. Título.

CDD 410

Capa: Nicole Abreu | Tikinet

Projeto gráfico: Robson Santos | Tikinet

Diagramação: Julia Ahmed | Tikinet

Epub: Rosane Abel | Tikinet

Conselho Científico da Pedro & João Editores

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 São Carlos SP
2021

Dedicatória

Nesse período marcado fortemente pela pandemia do coronavírus, sofremos a perda de dois talentosos pesquisadores doutorandos. Essas vidas, precocemente ceifadas, trouxeram consternação a todos os docentes, discentes e técnicos do PosLing - UFF. Os alunos Carlos Fabiano de Souza e Celio Pinto Sampaio deixam saudades pelas suas muitas qualidades pessoais e acadêmicas.

De modo justo e singelo, dedicamos os três e-books do SAPPIL 2021 à memória desses jovens, cuja lembrança ficará marcada em nossas mentes e corações.

Coordenação do PosLing - UFF

Índice

Bloco I – Teoria de Análise do Discurso Semiollingüística

- A homoparentalidade no livro ilustrado de potencial
destinação infantil: uma abordagem semiollingüística **15**
Anabel Medeiros Azerêdo de Paula
- Rasgando classificações: o fenômeno *crossover* na literatura ilustrada **28**
Júlia Vieira Correia
- Quem vive de futuro é cartomante? Os imaginários sociodiscursivos
acerca das crenças em “A cartomante”, de Machado de Assis **43**
Thainá França Coelho
- Diversidade e identidade à luz da semiollingüística de Patrick
Charaudeau: análise do conto “Decadência de dois grandes
homens”, de Machado de Assis **57**
Helio Henrique Waizbort
- Veredas da argumentação no gênero cartum **69**
Roberta Viegas Noronha
- Leandro Karnal e o *ethos* de um acadêmico *pop* –
reflexões sobre o texto argumentativo **83**
Graziela Borguignon Mota, Patricia Ribeiro Neves Ribeiro
- Afinal, o que significa interpretar? **98**
Karine Duarte Souza Andrade

A construção do “tu” na encenação discursiva publicitária <i>Conceição Almeida da Silva</i>	111
Racismo discursivo em peças publicitárias: entre efeitos visados e efeitos (re)produzidos <i>André Marques da Silva</i>	125
O tu-destinatário feminino e os imaginários sociodiscursivos em publicidades da revista <i>Claudia</i> <i>Thamires Paradella Saturnino Braga, Ilana da Silva Rebello</i>	140
Estratégias de captação em <i>Meia Hora</i> : uma notícia da tese <i>Rafael Guimarães Nogueira</i>	153
O <i>ethos</i> político: uma análise do discurso de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 <i>Lucas de Souza Mathias</i>	168
Bolsonaro-Lula em capa da revista <i>IstoÉ</i> : a presença dos imaginários sociodiscursivos na captação do leitor <i>Gisele Arruda Eckhardt</i>	181
Quando os guerreiros oram: a identidade militar sob a perspectiva semiolinguística <i>Luciana Cavalcante Matos de Mello</i>	195
Combatentes e heroínas: uma análise semiolinguística do <i>ethos</i> feminino das profissionais de saúde no <i>front</i> da pandemia da covid-19 sob o olhar das revistas <i>Claudia</i> e <i>Marie Claire</i> <i>Alessandro Alves dos Santos, Rosane Monnerat</i>	209
Um roteiro midiático para a pandemia do coronavírus <i>Luciana da Silva Gomes</i>	224
A ideia de emancipação feminina nas capas da revista <i>Marie Claire</i> : uma análise do <i>ethos</i> à luz da semiolinguística <i>Giselle de Souza Reis Coutinho, Ilana da Silva Rebello</i>	240
O divórcio e o estereótipo feminino: uma análise dos imaginários sociodiscursivos sobre a mulher em um comercial de <i>O Boticário</i> <i>Caroline Lourenço Monteiro</i>	254

Bloco II – Semiótica

“Seja você mesmo”: regime de crença da autenticidade e prática confessional do *daily vlog* **269**
Marcos da Veiga Kalil Filho

Análise semiótica da gestualidade em ambiente empresarial **282**
Elisa de Brito Quintanilha

A leitura como jogo **296**
Luiza Riveiro Gonçalves

A amiga genial, de Elena Ferrante: um estudo semiótico do tratamento da pessoa e do espaço na tradução do italiano para o português **310**
Cecília Maculan Adum

Bloco III – Linguística Textual

Linguística textual: processos de referenciação nos textos de Ariano Suassuna **325**
Virgínia da Rocha Lima

Multimodalidade e referência na gramática do projeto Moderna Plus: uma análise com vistas às competências avaliativas do ENEM **334**
Cláudia Oliveira de Melo Chaim

Bloco IV – Estudos da Tradução

Sérgio Milliet e a tradução de *O Segundo Sexo* **347**
Thainá da Silva Cândido Carungaba

Tradução poética do Canto VIII da *Eneida* em duplo decassílabo antúnico **361**
Jonathan Henrique Marcos de Azevedo

Bloco V – Análises do discurso

Educação pública brasileira na feira livre: movimentos de mercadização e a Base Nacional Comum Curricular **373**
Shayane França Lopes

“Um rumo para o ensino médio”? Análise discursiva sobre a reforma do ensino médio <i>Nathália da Silva de Oliveira Peixoto</i>	386
A educação no plano de governo de Bolsonaro: uma análise linguístico-discursiva <i>Fabiana Diniz de Assis Oliveira</i>	401
Os letramentos marginalizados e os livros didáticos de espanhol: quais sentidos são construídos? <i>Mateus Camelo de Oliveira</i>	415
A imagem do negro e da negra no ensino de espanhol: análise de livros didáticos <i>Douglas Coelho</i>	430
As noções de língua, de linguagem e de produção de texto em evidência nas apostilas de redação do Pré-Vestibular Social da fundação CECIERJ – Consórcio CEDERJ <i>Cláudio de Oliveira Martins</i>	443
O edital como acontecimento discursivo na seleção docente de português/espanhol do CEFET Valença <i>Thaís Vale Rosa Pereira</i>	457
A diversidade nos planos de aula da revista <i>Nova Escola</i> <i>Ana Patrícia Rosinek</i>	472
Sobre a interpelação-identificação do sujeito a partir de algumas observações dos questionários do SAEB <i>Tatiana Freire de Moura</i>	486
Por dentro e por fora da tela: discursividades, memória e esquecimentos <i>Ulisses da Silva Gomes</i>	496
A constituição da forma-sujeito no discurso de canções do grupo de rap Odisseia das Flores <i>Marcella Karoline Belo Rodrigues</i>	507
O cárcere como condição de vivência: estado e individuação <i>Fernanda Cerqueira de Mello</i>	521

"A culpa (não) é da outra"?: Um discurso sobre triângulo amoroso
Ceres Carneiro **529**

Interpelação ideológica e transgeneridade, um espaço
para resistência simbólica
André Cavalcante **540**

Lula e FHC no programa *Roda Viva*: "democracia" na
enunciação presidencial
Milene Maciel Carlos Leite **549**

A respeito da LTO: primeiras leituras da Linguagem do Trigésimo
Oitavo Governo
Rudá da Costa Perini **560**

Apresentação

Uma das ações mais consolidadas do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da UFF é a realização do SAPPIL (Seminário dos Alunos dos Programas de Pós-graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense), que chegou à sua 11ª edição em 2020.

O SAPPIL é um encontro organizado e promovido pelos alunos de mestrado e doutorado do Instituto de Letras, com o objetivo de estabelecer diálogos em torno de pesquisas em andamento (trabalhos de Iniciação Científica, dissertações e teses), bem como de trabalhos já concluídos no âmbito de nosso programa de pós-graduação. Essa interlocução sempre ocorre com a participação de pesquisadores da UFF e de outras instituições que são convidados ao debate.

Diante de um cenário desafiador provocado pela pandemia de COVID-19, foi necessário que o evento se reinventasse. De fato, os tradicionais encontros presenciais nas dependências do Instituto de Letras, que tanto nos trazem alegria e proporcionam encontros inusitados e frutíferos, não seriam possíveis, em função da observância de medidas de biossegurança. Com isso, a comissão organizadora do evento, com o auxílio da coordenação do PosLing-UFF, foi desafiada a promover a 11ª edição do evento em ambiente virtual, com o apoio das novas tecnologias da comunicação e da informação.

Associados ao XI SAPPIL, também foram realizados dois outros eventos simultâneos: o II Seminário de Egressos, com expressiva participação de doutores já titulados pelo nosso programa, e a XI JEL - Jornada de Estudos de Linguagem, com a participação de pesquisadores do Brasil e do exterior, organizados em mesas-redondas que representam as três linhas de pesquisa do PosLing-UFF. Toda a programação transcorreu no intervalo de 26 de outubro a 20 de novembro, em quatro semanas de muitas atividades.

O tema do evento, “Reflexões sobre diversidade”, foi inspirado em um novo avanço na gestão do PosLing-UFF: a implementação de políticas de ação afirmativa em nosso processo seletivo e no funcionamento do programa. De fato, pela primeira vez em sua história, a seleção para o mestrado reservou 50% de vagas para negros (pretos e pardos), uma vaga para indígenas, uma vaga para pessoas com deficiência e uma vaga para pessoas trans (binárias, não binárias e travestis). Com isso, o Programa reafirma sua participação em ações voltadas à necessária redução das desigualdades sociais que tanto assolam nosso país, por meio de uma política genuinamente reparadora e inclusiva.

O presente volume, composto de 42 capítulos, é oriundo de reflexões surgidas a partir de trabalhos orientados pelos docentes da Linha 2 do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem. Essa linha de pesquisa, denominada “Teorias do texto, do discurso e da tradução”, é calcada em investigações que se dão no âmbito de teorias diversas (semi-linguística, semiótica, linguística textual, estudos de tradução e análises do discurso de distintas matizes) e que colocam os fatos de linguagem em profunda relação com a construção de sentidos ante processos de interpretação.

Os capítulos deste livro estão organizados em cinco grupos. Essa distribuição das pesquisas cumpre uma função estritamente didática, visto que seriam possíveis muitas aproximações entre trabalhos aqui organizados em diferentes blocos. Neste volume, decidimos nos apoiar justamente nos aportes teóricos de cada trabalho. Entretanto, recomendamos a leitura integral do livro para o reconhecimento de convergências e divergências nos objetos de estudo e em seu tratamento.

No primeiro bloco, estão os trabalhos em **Teoria de Análise do Discurso Semi-linguística**. Essa perspectiva teórica está associada à disciplina “Semi-linguística”, oferecida regularmente em nosso Programa, que se desenvolve a partir das proposições do pesquisador francês Patrick Charaudeau. Dessa visada teórica, a linguagem é compreendida em seu aspecto sociolinguístico, enquanto um veículo de comunicação social. A esse escopo teórico estão associados os 18 primeiros capítulos desta obra, que contemplam percursos de pesquisa por *corpora* diversos. A literatura ilustrada e a leitura semi-linguística de contos literários, o *cartum* e os textos argumentativos em variados suportes são trazidos para análise pelos pesquisadores dessa área. Também os discursos midiáticos são objeto de atenção dos autores reunidos nesse primeiro bloco: o discurso publicitário, o discurso jornalístico

em jornais e revistas informativas com circulação semanal, e ainda as revistas femininas estão entre os materiais analisados. Em suas relações com o midiático, o discurso político é ainda objeto de análises semiolinguísticas, reunidas neste volume, assim como discursos sobre a pandemia de COVID-19 e discursos sobre as mulheres em nossa sociedade.

No segundo bloco, estão reunidos os trabalhos que se voltam à **Semiótica**. Perspectiva teórica que se desenvolve a partir dos trabalhos de A. Greimas, na França, e que também dá nome a uma das disciplinas oferecidas pelo Programa, a semiótica dedica-se à análise de textos em suas mais variadas formas - verbais, não-verbais, sincréticas -, buscando compreender os modos de geração dos sentidos. Os quatro capítulos de estudos semióticos, presentes nesta coletânea, trazem análises atuais, algumas delas voltadas às materialidades digitais, a exemplo do *daily vlog* e dos *booktubes*, canais literários do *YouTube*, e a outras práticas, tais como a entrevista de emprego ou processos tradutórios do italiano para o português, com foco nos tratamentos a pessoa e espaço.

No terceiro bloco, organizam-se os capítulos que partem do aparato teórico da **Linguística Textual**. Calcados em analisar processos de referência, os dois trabalhos presentes neste livro buscam observar a construção de objetos discursivos. O primeiro se propõe a estudar a relação entre texto e discurso na obra *O Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna; o outro se dedica, propondo unir teoria e prática pedagógica, a apresentar uma análise linguístico-textual de uma gramática destinada ao Ensino Médio.

No quarto bloco, aparecem os textos que se vinculam ao campo dos **Estudos da Tradução**. O nome da disciplina no plural explicita já de início seu diálogo com várias áreas do conhecimento e sugere diversidade de práticas, teorias e métodos. Os dois trabalhos agrupados aqui deixam claras as múltiplas possibilidades de abordagens desse campo de pesquisa. De um lado, um dos textos, de crítica da tradução, analisa procedimentos tradutórios com base nas teorias de Antoine Berman e dos estudos de Jacques Derrida e Márcio Seligmann; de outro lado, o segundo texto, com o objetivo de propor uma tradução poética e comentada do canto VIII da *Eneida*, de Virgílio, busca unir a prática da tradução literária a pesquisas ligadas aos Estudos Clássicos.

Por fim, no último bloco, estão agrupados os trabalhos de pesquisa do eixo temático **Análises do discurso**. São 16 trabalhos que marcam a pluralidade dos estudos discursivos no PosLing-UFF, representados pela análise

de discurso materialista, que se desenvolve a partir dos trabalhos do filósofo francês Michel Pêcheux; pela análise do discurso de base enunciativa, fortemente relacionada às proposições do pesquisador francês Dominique Maingueneau; e pelos estudos dialógicos do discurso, que têm sua origem nas teorizações do Círculo de Bakhtin, Volóchinov e Medviédev. Nesse conjunto de textos, voltados à análise dos processos de produção de sentidos, estão capítulos dedicados a análises de *corpora* diversos, em suas diferentes condições de circulação. Os discursos sobre a Educação e os discursos das políticas educacionais no Brasil; as discursividades dos/nos livros didáticos; e dizeres em circulação em apostilas e questionários são alvo de análises; assim como o discurso jurídico, os discursos de/sobre mulheres, e o discurso político e(m) diversas práticas discursivo-midiáticas.

Em seu conjunto, este volume apresenta um panorama das pesquisas de mestrado e doutorado, em andamento ou recém-concluídas, no campo dos estudos do texto, do discurso e da tradução, em nosso Programa. E, mais que isso, traz em seu conjunto uma forte característica das pesquisas desenvolvidas na Linha 2: o comprometimento com análises sólidas, consequentes teoricamente e atentas à diversidade que caracteriza a nossa formação social.

Desejamos a todos uma ótima leitura.

Beethoven Alvarez (UFF)

Phellipe Marcel da Silva Esteves (UFF/Faperj/FEC-PMN)

Silmara Dela-Silva (UFF/Faperj)

Organizadores

BLOCO I

TEORIA DE ANÁLISE DO DISCURSO
SEMIOLINGUÍSTICA

A HOMOPARENTALIDADE NO LIVRO ILUSTRADO DE POTENCIAL DESTINAÇÃO INFANTIL: UMA ABORDAGEM SEMIOLINGUÍSTICA

Anabel Medeiros Azerêdo de Paula¹

Considerações Iniciais

A Literatura Infantil nasceu na Europa, no século XVIII, motivada, principalmente, por interesses da classe burguesa, que tinha o objetivo de transmitir valores consolidados às futuras gerações. Entretanto, a emergência desse segmento literário coincide com uma mudança de concepção da infância, que passou a ser compreendida como um período peculiar da vida humana, distinta da fase adulta, com particularidades especiais. A representação da criança como adulto pequeno foi sendo superada e, mais tarde, influenciou a maneira de se conceber os livros infantis. Uma literatura endereçada, especificamente, às crianças surgiu, então, com propósito formativo, de cunho pedagógico, já que a escola foi o primeiro espaço a abrigar a Literatura Infantil (MATTOS, 2017). Desse modo, a criança deveria assimilar, por meio da leitura, como comportar-se socialmente, que valores prestigiar e em quais crenças acreditar para inserir-se em uma sociedade harmônica.

1 Doutora em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, com tese defendida em fevereiro de 2020, orientada pela Professora Doutora Beatriz dos Santos Feres e coorientada pela Professora Doutora Ana Margarida Corujo Ferreira Lima Ramos durante o estágio de doutoramento, na Universidade de Aveiro, em Portugal. Bolsista CAPES no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (2018.2).

Dentre os preceitos abrangidos por esse conjunto de regras sociais está o exercício da sexualidade, que, a partir do século XVII, foi confinado ao núcleo da família burguesa – constituído por um homem e uma mulher –, com a finalidade de garantir-lhes a reprodução humana. O próprio Foucault (1988), que apesar de suspeitar da repressão ao sexo no início do século XVII, menciona esse processo de mudança, que teria avançado com a burguesia:

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo (FOUCAULT, 1988, p. 9).

Consequentemente, os relacionamentos divergentes desse padrão foram considerados “sexualidades ilegítimas” (FOUCAULT, 1988, p. 10), pois a relação sexual entre homossexuais não está naturalmente apta à procriação, devendo ser, portanto, evitada.

Como se pode perceber, há mais de duzentos anos, a relação homoafetiva tem sido tratada como um relacionamento impróprio, sendo, por isso, marginalizada, combatida e punida, inclusive, por meio de violência. O Brasil, por exemplo, é o país onde há mais mortes de pessoas que se suicidam ou são assassinadas por razões homofóbicas. Não obstante, a luta por dignidade liderada por organizações LGBTI (lébicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros e intersexuais) tem conseguido dar visibilidade às demandas desse grupo que, aos poucos, vem conquistando direitos civis e ocupando espaços sociais.

A Literatura Infantil, refletindo as mudanças que ocorrem na sociedade, não se furta a abordar temas relacionados à homossexualidade, categorizados como fraturantes (RAMOS, 2009), e traz à luz obras que apresentam o respeito à homoafetividade e à homoparentalidade. Neste trabalho, busca-se analisar a produção do discurso de aceitabilidade em três obras verbo-visuais brasileiras: *Amor de mãe* (CARVALHO, 2017), *Meus dois pais* (CARRASCO, 2010) e *Eu tenho duas mães* (MARTELLI, 2010), examinando a sua materialidade composicional a partir de pressupostos

da Teoria Semiociuística (CHARAUDEAU, 2008) e de estudos sobre o livro ilustrado (RAMOS, 2009; NIKOLAJEVA e SCOTT, 2011; LINDEN, 2011; SANTAELLA, 2012; FERES, 2016).

O contrato de comunicação no Livro Ilustrado de potencial destinação infantil e as propostas básicas de interlocução nessas narrativas

O livro ilustrado é um tipo editorial *sui generis*, capaz de abarcar diversos gêneros textuais, cuja principal característica é a constituição híbrida do texto, materializado por signos icônicos e convencionais. Atualmente, distingue-se de outras produções verbo-visuais destinadas a crianças por apresentar características específicas em seu suporte como, por exemplo, o número reduzido de páginas (aproximadamente, trinta e duas) e de caracteres textuais, o uso de páginas duplas como unidade textual e de ilustrações que ocupem grande parte da página do livro (LINDEN, 2011; NIKOLAJEVA; SCOTT, 2011; RAMOS, 2018).

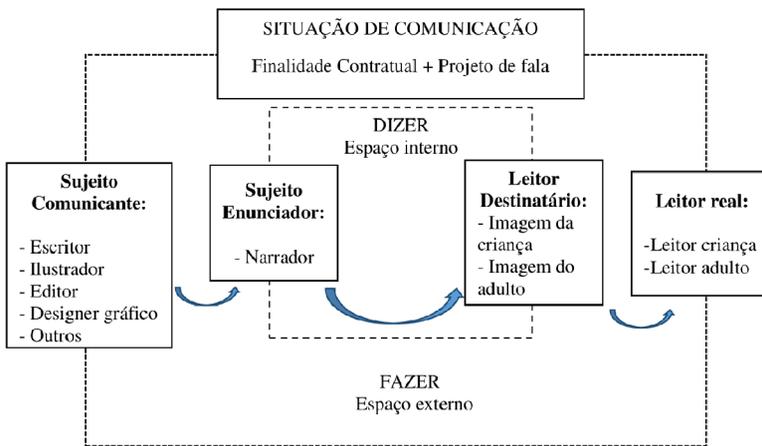
Diante da ampla capacidade de que o livro ilustrado dispõe para hospedar diversos gêneros textuais é preciso destacar que, nesta pesquisa, comparece apenas o conto ilustrado (FERES, 2016) como um dos gêneros literários materializados nesse tipo editorial. O outro tipo editorial, objeto desta pesquisa, é o livro com ilustração.

Segundo Linden (2011), os livros com ilustração encerram um texto predominante espacialmente, acompanhado de ilustrações, porém autônomo do ponto de vista do sentido. Já os livros ilustrados ostentam a dominância espacial da imagem, e a narrativa se faz de modo articulado com o texto. Vale destacar ainda que o conto ilustrado é compreendido como uma narrativa verbo-visual, cuja principal característica literária é retratar um momento significativo na vida de um personagem. De todo modo, esses dois tipos editoriais compartilham inúmeras características formais, e diferenciá-las parece ser uma tarefa cada vez mais difícil, pois, como pontua Mattos (2017, p. 189), no livro com ilustração, investe-se cada vez mais no projeto artístico-estético das formas visuais e na exploração de elementos paratextuais para a produção de sentido, o que são características atribuídas ao livro ilustrado.

Com base na Teoria Semiociuística, pode-se perceber que o contrato de comunicação instaurado por meio do livro de potencial destinação

infantil envolve quatro sujeitos: o comunicante e o enunciador no polo de produção, e o destinatário e o interpretante no polo de recepção. É importante ressaltar que essas categorias se referem a posições discursivas no circuito de comunicação e cada uma pode ser preenchida por mais de um indivíduo.

Quadro 1: Dispositivo do contrato comunicativo que se estabelece em obras de Literatura Infantil que abordam temas fraturantes



Dispositivo baseado no esquema de encenação da linguagem (CHARAUDEAU, 2008, p. 77)

Como se pode observar, em obras que abordam temas fraturantes, a criança não ocupa exclusivamente nem a posição de leitor destinatário, nem a de leitor real de literatura infantil, embora domine primordialmente essas categorias. Adultos também podem tornar-se leitores reais de obras infantis, pois, de modo semelhante ao que Nikolajeva e Scott (2011, p. 39) afirmam sobre a dupla audiência em livros ilustrados, presume-se que haja visadas dirigidas, especificamente, a adultos em obras infantis. Contudo, o que pode confiscar o monopólio da criança no posto de leitor destinatário é o assentimento adulto à leitura de uma obra que aborde um tema fraturante, pois como a criança é um indivíduo com autonomia limitada, o adulto é quem decide que leituras são apropriadas a ela.

Evans (2015) afirma que muitos autores e pesquisadores já se pronunciaram sobre o controle que os adultos tentam exercer sobre o que

as crianças leem quando as obras abordam temas desafiadores. Não obstante essa repressão aos temas fraturantes – que pode afetar, inclusive, a produção e a circulação de obras sobre temáticas consideradas tabus –, as mudanças pelas quais a sociedade passou nos últimos anos, sobretudo no que diz respeito à formação familiar, têm sido acompanhadas pela literatura infantil.

De acordo com a Semiolinguística, toda interação comunicativa é motivada por uma intenção psicossociodiscursiva, que corresponde à finalidade do ato de linguagem. Dessa forma, todo ato de linguagem apresenta uma ou mais visadas, que são produzidas a partir da relação de força que o enunciador exerce sobre o destinatário, e também da posição que o sujeito enunciador prevê para o destinatário ocupar na troca linguageira. Desse modo, Charaudeau (2004a) descreveu, inicialmente, seis visadas, a saber: a de informação, a de incitação, a de solicitação, a de prescrição, a de instrução e a de demonstração. Para os fins dessa análise, somente as visadas de incitação e demonstração serão tomadas. Na visada de incitação, o sujeito enunciador deseja mandar-fazer, mas, como não possui autoridade para tal, precisa persuadir ou seduzir o seu destinatário, que, por sua vez, encontra-se em posição de dever acreditar. Na visada de demonstração, o sujeito enunciador quer estabelecer a verdade, cabendo ao sujeito destinatário avaliar essa verdade.

Se uma das finalidades de quem escreve (e ilustra) literatura é convencer o sujeito destinatário, seria preciso fazer uso de operações argumentativas para que uma proposição sobre o mundo fosse comprovada e, desse modo, convencer o sujeito interpretante. No entanto, um texto literário não apresenta o discurso sob a dominância do modo argumentativo, pois não é escrito a partir de relações lógicas.

Constituídos de palavras e imagens, os textos verbo-visuais que compõem o *corpus* deste trabalho são predominantemente narrativos, entretanto, recebem o estatuto de prova em um contrato de comunicação que visa ao convencimento do destinatário. Segundo Charaudeau (2004b), a argumentação é uma atitude impositiva porque obriga o outro a incluir-se em um esquema de verdade. A narração, por sua vez, é uma atitude projetiva por permitir ao outro identificar-se com os personagens de uma trama narrativa. Segundo Ramos (2009), a abordagem da violência e da agressividade, por exemplo, conotadas como atitudes racistas e

xenófobas, é capaz de promover a reflexão e a rejeição de comportamentos preconceituosos e estereotipados.

Com o objetivo de identificar o propósito preponderante no texto, Paulino (2000) distinguiu três grandes tendências, pelas quais a instância de produção apresenta a sua proposta de interlocução com o leitor, a saber: i. a proposta de interlocução pragmática, que se refere a um tipo de narrativa, cujo objetivo principal é estimular comportamentos sociais desejáveis, propondo-se a interferir na vida dos destinatários de modo direto; ii. a proposta ficcional, cuja narrativa é detentora de um jogo de significações, que intenta agenciar o imaginário dos leitores e o excita a participar de possibilidades de composição de outros mundos; iii. a proposta informativa, que tem o objetivo de envolver intelectualmente o leitor no acesso e na produção simbólica de conhecimentos, os quais podem ser científicos, sociais e de outras naturezas. Narrar para que o outro fique sabendo é a proposta básica desse tipo de narrativa. Em livros ilustrados predominantemente narrativos, como os que compõem o *corpus* desta pesquisa, as interlocuções ficcional e pragmática são muito recorrentes.

Breve análise da abordagem da homoparentalidade em três obras verbo-visuais infantis brasileiras

Naldo é o protagonista dessa história e um narrador-contador, responsável por organizar a história contada dentro de um mundo inventado (CHARAUDEAU, 2008). Ele inicia seu relato afirmando que, apesar de ter ficado triste com a separação de seus pais, sentia-se aliviado por não ter mais de vê-los brigando. O menino declara, ainda, que gostava muito de passar os fins de semana com o pai, principalmente, depois da chegada de Celso, um amigo que passou a morar com ele. Assim que Naldo se muda, fica confuso com o fato de os dois dormirem no mesmo quarto. No entanto, infere-se que esse costume, incomum na amizade entre dois homens, parece ter deixado de ser uma ideia estranha ao menino e não influenciava a convivência entre os três, pois não há nenhuma menção a conflitos decorrentes dessa situação.

Antes que Celso e o pai de Naldo fossem identificados pelo menino como homossexuais, a relação familiar entre os três era agradável: “Eu sentia falta da mamãe, é claro. Mas a vida estava muito boa com os dois cuidando

de mim” (CARRASCO, 2010, p.19); e até superava a de outras famílias: “Alguns dos meus colegas ficavam chateados porque os pais não estavam nem aí para as reuniões. Mas o papai e o Celso queriam saber de tudo o que acontecia comigo na escola, então foram à reunião” (CARRASCO, 2010, p. 20).

Quando Naldo ouve de seus amigos que seu pai é gay, o garoto desloca a representação positiva que tinha feito a respeito da relação entre Celso e o pai para uma pejorativa, rejeitada socialmente. No momento em que os dois homens são categorizados como homossexuais, o menino ainda questiona a incompatibilidade entre as características pessoais do pai e de Celso com as representações sociais de quem é gay:

- O papai tinha sido casado. Como podia ser gay?
 - Mas por que justo meu pai tem que ser diferente?
 - Mas o meu pai não é delicado, nem o Celso!
- (CARRASCO, 2010, p. 22-30).

Mesmo constatando incongruências, o menino sucumbe aos estereótipos e se recusa a continuar vivendo com o casal, passando a morar com a avó, onde não lhe é prestada a mesma atenção. Com isso, verifica-se o que Foucault (1988) afirma sobre as sexualidades periféricas, quando, no século XIX, houve incorporação das perversões e nova especificação dos indivíduos, transformando o homossexual, que outrora era visto como um sodomita reincidente, em um personagem.

Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre. É-lhe substancial, não tanto como pecado habitual, porém como natureza singular (FOUCAULT, 1988, p. 43).

Essa ideia está implicitamente metafórica na explicação que a mãe de Naldo usa para responder o questionamento do filho:

- Mas por que justo meu pai tem que ser diferente?

Na mesa ainda havia uma bandeja de doces. A mamãe pegou um de chocolate e outro de amêndoas.

— Olhe esses doces. Ambos são doces, mas diferentes entre si. Não é errado ser diferente! Imagine se todo mundo tivesse cabelo igual, nariz igual, rosto igual? Jeito de ser igual? (CARRASCO, 2010, p. 30).

O que a mãe de Naldo quer mostrar ao menino é que as pessoas podem distinguir-se umas das outras por características físicas e psicológicas. No entanto, ao afirmar que não é errado ser diferente, infere-se que a mãe do menino esteja se referindo à orientação sexual do ex-marido, a qual é dissonante de um padrão convencional. Ao distinguir um indivíduo pela sua orientação sexual, atribui-se à homossexualidade a causa de todas as características do sujeito. Por outro lado, em se tratando de heterossexualidade, não se costuma relacionar as qualidades do sujeito heterossexual à sua orientação sexual.

Meus dois pais (CARRASCO, 2010) é um livro com ilustração, composto integralmente por páginas duplas, em que as imagens sangram as suas margens (LINDEN, 2011) e a parte verbal da história ocupa sempre um espaço dessemantizado da página.

É possível classificar a proposta interlocutória predominante na obra como pragmática, uma vez que, em nota, ao fim do livro, o escritor sugere uma mudança de comportamento ao leitor, ao afirmar que é preciso conversar sobre a homossexualidade para entender que alguém pode ser diferente sem ser errado. Para alcançar esse fim, Carrasco (2010) seleciona, pelo menos, duas visadas, uma de incitação e outra de prescrição. O escritor visa incitar o leitor a aceitar a homossexualidade, por meio de uma estratégia de captação altamente patêmica para aqueles classificados como leitores em processo (COELHO, 2000). O escritor seleciona, como intriga para sua narrativa, um momento conflituoso na vida de uma criança, a descoberta da homossexualidade de seu pai, apresentando uma narrativa linear, composta por início, meio e fim. A proposta pragmática de Carrasco (2010) também está ligada a uma visada de prescrição, pois recomenda o comportamento ético de aceite e de respeito à homossexualidade dentro do próprio texto, na fala de uma das personagens, neste caso, a mãe do menino Naldo, e no peritexto já mencionado, dirigido ao leitor ao fim do livro.

Já em *Amor de mãe* (CARVALHO, 2017), o protagonista Luan é um menino negro que parece ter sido posto para adoção ainda bebê e, logo, foi adotado por um casal de mulheres. A narrativa sucede na escola quando Luan está a escrever cartões para o dia das mães. Entretanto, o narrador afirma que essa é uma atividade mais trabalhosa para o menino, já que ele deve confeccionar não apenas um, mas dois cartões para homenagear suas mães. A partir disso, o narrador apresenta a rotina de Luan com cada uma delas, mostrando o quanto essas mulheres são diferentes entre si e como o menino se sente feliz ao lado das duas. O narrador ainda destaca o fato de Luan ter conhecimento de sua origem, inclusive que seu nome lhe fora dado por sua mãe biológica. A história termina com a afirmação do amor de Luan por suas duas mães adotivas.

Amor de mãe (CARVALHO, 2017) é um conto ilustrado que apresenta sua diagramação por associação (LINDEN, 2011), em que a parte verbal ocupa a mesma página que a parcela visual, embora situada sempre em um espaço dessemantizado da cena. A obra é composta integralmente por páginas duplas, cuja parcela visual sangra às margens da página. Assim como a maioria dos contos ilustrados que se apresentam dessa forma, em *Amor de Mãe* (CARVALHO, 2017), não há marcação numérica de páginas.

Nessa narrativa, percebe-se que há fatos da vida do menino e de suas mães que não se ligam diretamente à situação-problema apresentada, a escrita de dois cartões para o dia das mães. Conforme Charaudeau (2008, p.171) postula, o encadeamento desses fatos durante o percurso narrativo realiza-se a partir de encaixes, em que microssequências são incluídas no interior de uma sequência mais ampla para detalhar certos aspectos da narrativa ou dos personagens. Ao nível semântico, percebe-se que as microssequências evocadas estão a serviço da qualificação das mães de Luan, caracterizando-as e as distinguindo entre si. Essas microssequências inseridas na narrativa atuam como uma grande digressão para mostrar como é a convivência do menino com cada uma de suas mães.

Em *Amor de mãe* (CARVALHO, 2017), percebe-se que as visadas discursivas de incitação e de demonstração (CHARAUDEAU, 2004a) permeiam propostas interlocutórias pragmática e ficcional (PAULINO, 2000) na obra. A instância de produção interpela o leitor destinatário por meio de uma proposta ficcional, altamente verossímil, que, diferentemente da obra anterior, possibilita a verificação de sua proposição de mundo fora da ficção. A obra apresenta uma situação recorrente na escola, sobretudo

para alunos do primeiro segmento do Ensino Fundamental: a escrita de um cartão para as mães, em razão da data em que convencionalmente comemora-se o seu dia. A ambientação do enredo em um local familiar para a criança, portanto, acessível à experiência do leitor destinatário, é um elemento que contribui para a identificação do leitor real com a obra.

A visada de demonstração tem o objetivo de comprovar a proposição de mundo feita pela instância de produção, a saber: uma criança pode crescer feliz e amada, sendo criada por um casal homossexual. Ligada à proposta ficcional (PAULINO, 2000), a visada de demonstração (CHARAUDEAU, 2004a) é responsável pela figuração do enredo, que neste caso, contou com a verossimilhança como estratégia de captação. Uma vez seduzido, o leitor é capaz de projetar-se na narrativa e aderir à proposta de mundo que lhe é apresentada, o que concretiza a visada de incitação (CHARAUDEAU, 2004a) na proposta pragmática da obra (PAULINO, 2000). Em *Amor de mãe* (CARVALHO, 2017), há ainda uma proposta pragmática que prevê que o leitor creia na licitude da homoafetividade e, conseqüentemente, da homoparentalidade.

O protagonista em *Eu tenho duas mães* (MARTELLI, 2010) é um narrador-contador (CHARAUDEAU, 2008), assim como o personagem Naldo em *Meus dois pais* (CARRASCO, 2010). No entanto, diferentemente do protagonista de Carrasco (2010), o personagem de Martelli (2010) não é designado por um nome próprio, mas por um processo linguístico de indeterminação (CHARAUDEAU, 2008) ao se apresentar apenas como “um menino com duas mães”. Esse recurso oferece ao leitor uma concepção simples de personagem (NIKOLAJEVA e SCOTT, 2011): é um menino comum, o que contribui para a projeção do leitor à narrativa, pois amplia a possibilidade de identificação com o personagem.

O menino promete começar a história do início, afirmando que não há motivos para se queixar por ter duas mães, apesar de reconhecer que, a princípio, não entendia por que, enquanto algumas crianças eram rejeitadas, ele tinha ganhado tanto amor de mãe. Esse trecho da história pode levar o leitor a crer que o menino tinha consciência de que fora adotado por um casal de mulheres.

O menino explica que ter duas mães é como se o cuidado fosse multiplicado por dois e passa a descrever situações de seu convívio com elas, nas quais o leitor pode observar o excesso de mimos, conselhos, carinho e proteção. Assim, percebe-se a predominância do modo de organização do

discurso descritivo nessa narrativa e uma ordem cronológica contínua em progressão, já que as descrições são feitas sob a responsabilidade do protagonista e sem interrupção.

Eu tenho duas mães (MARTELLI, 2010) é um livro com ilustração em que a parte verbal e a parcela visual dissociam-se uma da outra em espaços gráficos diferentes. Ao contrário do que Linden (2011) descreve por dissociação, a diagramação em *Eu tenho duas mães* (MARTELLI, 2010) reserva para a página nobre a parte verbal do texto, no entanto, as duas parcelas parecem se unir por um fundo monocromático na maior parte da obra. A parte verbal do texto é constituída de estrofes de quatro versos com rimas alternadas (ABAB), e a parcela visual estabelece uma relação semântica de redundância (SANTAELLA, 2012) com a parte verbal da obra.

Eu tenho duas mães (MARTELLI, 2010) relaciona, respectivamente, as propostas interlocutivas ficcional e pragmática às visadas discursivas de incitação e demonstração. Ao apresentar uma intriga ficcional verossímil, o escritor apela à sensibilidade estética do leitor para fazê-lo sentir e reconhecer os elementos próprios da relação entre mãe e filho. Concomitantemente, o escritor demonstra como a homoparentalidade é uma relação parental tão legítima quanto qualquer outra em que haja amor e responsabilidade pelos filhos. Desse modo, o leitor é instigado a reconhecer e a respeitar a homoparentalidade.

Considerações Finais

As obras selecionadas para esta análise demonstram como uma intencionalidade argumentativa pode estar implícita em uma narrativa endereçada a crianças, estabelecendo um contrato de comunicação que pode servir não só à persuasão, devido à patemização inscrita em sua materialidade, mas também ao convencimento, pois a criação de um universo fictício e suficientemente verossímil pode ser eficiente para que o leitor destinatário creia na narrativa e em sua proposição sobre o mundo. Desse modo, configura-se um caminho argumentativo lúdico entre o ético e o estético, no qual se narra para fazer crer.

À Literatura Infantil sempre foi solicitado o cumprimento de um propósito formativo, que disseminasse os valores éticos requeridos à convivência social harmônica. Apesar de essa concepção já ser aceita entre os

estudiosos, percebe-se que, por meio da Literatura Infantil, para além dos objetivos educativos, pode-se promover um processo de espelhamento social entre a criança e as representações que lhe são expostas nos livros, capaz de fazê-la refletir sobre a situação-problema abordada na obra.

As obras analisadas, intencionalmente, são ambientadas em recintos domésticos, recriando um universo fictício altamente verossímil e patêmico o suficiente para comover o leitor criança e fazê-lo confrontar as representações sociais estereotipadas e depreciativas, consolidadas na sociedade contemporânea, com as representações que lhe são propostas nessas obras. As três obras apresentam personagens meninos como protagonistas, o que revela a sua destinação a leitores, cuja identidade de gênero não é um fator relevante para a leitura, como as crianças em faixa etária de pré-leitura, por exemplo.

Verifica-se, portanto, que esses livros ilustrados podem ser altamente eficientes para que uma finalidade argumentativa, cuja principal visada seja incitar o leitor destinatário a crer na licitude da relação homoafetiva e na legitimidade da homoparentalidade, seja bem-sucedida. No entanto, como se pode presumir, livros como esses ainda não são selecionados para compor as listas de leituras escolares, seja por serem julgados inadequados para as crianças, seja por serem considerados desafiadores para os mediadores. Consequentemente, limita-se a possibilidade de expressão e de conscientização, intrínseca à literatura, propícia para a humanização dos indivíduos.

Referências

- CARRASCO, W. *Meus dois pais*. Ilustr. Laurent Cardon. São Paulo: Ática, 2010.
- CARVALHO, L. *Amor de mãe*. Ilustr. Aline Casassa. São Paulo: Bambooinho, 2017.
- CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. de. *Gêneros: reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2004a, p. 13-41.
- _____. A argumentação talvez não seja o que parece ser. In: GIERING, M. E. e TEIXEIRA, M. *Investigando a linguagem em uso: estudos em Linguística Aplicada*. São Leopoldo: Editora Usininos, 2004b. pp. 33-44.

- _____. *Linguagem e discurso: Modos de organização*. Trad. Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.
- COELHO, N. *Literatura Infantil: teoria, análise, didática*. São Paulo: Moderna, 2000.
- EVANS, J. *Challenging and controversial picturebooks: creative and critical responses to visual texts*. London: Routledge, 2015.
- FOUCAULT, M. *A história da sexualidade I - A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 10ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- LINDEN, S. V. d. *Para ler o livro ilustrado*. Trad. Dorothee de Bruchard. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- MATTOS, M. *Editores consagrados, ilustradores renomados, palavra e imagem entrelaçadas – Ingredientes de contratos de comunicação literários renovados*. 346 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem). Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- MARTELLI, M. *Eu tenho duas mães*. Ilustr. Tiago Ramos. Jundiaí – SP: In House, 2010.
- NIKOLAJEVA, M.; SCOTT, C. *Livro ilustrado: palavras e imagens*. Trad. Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- PAULINO, G. Diversidade das narrativas. In: Paiva, Aparecida et al. (orgs.). *No fim do século: a diversidade – o jogo infantil e juvenil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.39-48.
- RAMOS, A. M. Saindo do Armário – Literatura para a infância e a reescrita da homossexualidade. *Forma Breve*, Aveiro, n. 7. 2009. p. 295 - 314.
- _____. Desafios da leitura do livro ilustrado pós-moderno: formar melhores leitores cada vez mais cedo. *Sede de Ler*, 5, 2018, p. 5.
- SANTAELLA, L. *Leitura de imagens*. Coleção Como eu ensino. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

RASGANDO CLASSIFICAÇÕES: O FENÔMENO CROSSOVER NA LITERATURA ILUSTRADA

Júlia Vieira Correia¹

De onde o fio parte

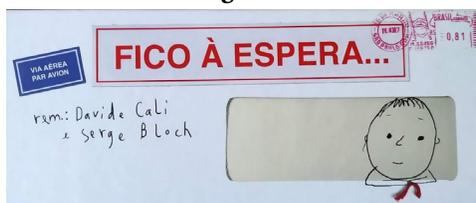
Tendo em vista que o mercado editorial está em constantes mudanças, observa-se o crescimento de um fenômeno antigo: a literatura *crossover*. No entanto, enfrentam-se barreiras no reconhecimento de obras *crossover*, haja vista que muitas são consideradas apenas infantis ou infantojuvenis – de forma equivocada. Embora com elevado potencial comunicativo para outras idades, classificações de fichas catalográficas, nichos de livrarias, sites e afins tendem a rotular com base nas imagens. Assim sendo, a hipótese elaborada é de que a ilustração não é fator determinante ou limitador para o leitor ou tu-interpretante (CHARAUDEAU, 2016), papel que pode ser ocupado por crianças ou não.

O livro ilustrado analisado como *corpus* é *Fico à espera...*, de Davide Cali e Serge Bloch (2007), escritor e ilustrador, respectivamente. Com um narrador em primeira pessoa, o foco da história é na vida de um menino, da sua infância à velhice, enquanto um fio de linha vermelha une os personagens, as páginas e os momentos. Com seis ciclos da vida representados – ou sequências narrativas (CHARAUDEAU, 2016) –, fases da vida são exploradas, como: infância; juventude e busca pelo amor; ida à guerra; casamento e filhos; casa sem filhos e doença; casa sem filhos, sem esposa

1 Mestre em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, sob orientação da prof.^a Dr.^a Beatriz Feres. Bolsista da Fundação Euclides da Cunha (FEC) pelo Programa de Tutoria de Letras da UFF.

e anúncio do neto. Perceber a mudança dessas fases, reconhecê-las e compreendê-las não é tarefa simples, muito menos reconhecer-se e projetar-se nelas – algo que é possível e esperado, pois as situações também são, de certa forma, genéricas. Além disso, não são vistos trechos engraçados ou divertidos, que agradam mais às crianças, como seria o prototípico para livros infantis e/ou com ilustrações.

Figura 1



Capa do livro *Fico à espera...*

A fundamentação teórica se filia, primordialmente, à Teoria Semi linguística de Análise do Discurso, porém se estabelecem interfaces com a Teoria e a Crítica da Literatura Infantojuvenil. Pretende-se trabalhar com conceitos como “ato de linguagem”, “sentido de discurso” e “modo narrativo”, de Charaudeau (2001; 2013; 2016); “literatura *crossover*”, de Beckett (2009), entre outros. Como metodologia de análise, escolheu-se o método qualitativo, por isso apenas um título – mesmo que o fenômeno seja observado em muitos outros livros. Como resultados, espera-se comprovar que essa obra verbo-visual, assim como muitas outras do universo literário, tem potencial destinação para um público amplo, não apenas para o segmento infantil ou juvenil, pois atende aos critérios *crossover* de Beckett (2009) e atravessa as classificações clássicas e tradicionais.

A Teoria Semi linguística de Análise do Discurso

Consolidada no exterior e recentemente difundida no Brasil, a Teoria Semi linguística de Análise do Discurso, cuja origem é francesa, foi criada pelo linguista Patrick Charaudeau, da Universidade Paris XIII. Trata-se de uma corrente teórica, dentro do campo da Análise do Discurso (AD), que amplia a perspectiva de análise dos enunciados.

Consideram-se, para tanto, os contextos do uso, como o social, o histórico, o psicológico e outros.

Nessa linha, as situações de comunicação são analisadas de forma mais abrangente e tidas como uma encenação, já no nível discursivo. Para o autor, nessa *mise-en-scène*, prevalecem apostas, expectativas múltiplas e possíveis assimetrias. Por essa ótica, Charaudeau (2013, p. 24) coloca que “o sujeito falante considera que falar é arriscar-se: à *incompreensão* ou à *negação*. A ameaça é o próprio ato de comunicação” (com grifos no original).

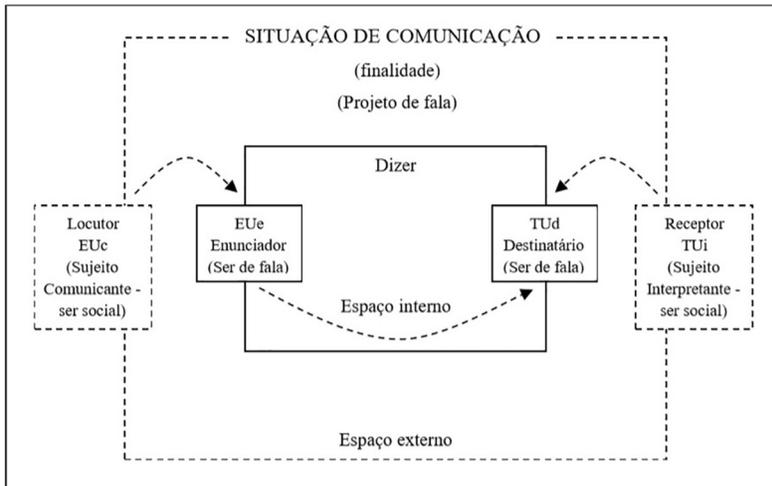
Além disso, para Machado (2001, p. 50), “o quadro enunciativo da Semiologia mostra que todo ato de linguagem, seja ele falado ou escrito, é, afinal de contas, uma representação comandada pelos sujeitos externos”. Esses atos de linguagem ou contratos de comunicação devem assumir, pelo menos, quatro sujeitos: eu-comunicante (EUC); eu-enunciador (EUE); tu-destinatário (TUD); e tu-interpretante (TUI).

Cabe apontar que, segundo Machado (2001, p. 51, com grifos no original), os “seres sociais, ao se comunicar, irão engendrar, por sua vez, *seres de palavra* (se a comunicação for oral) ou *seres de papel* (se ela for escrita)”. Essa mesma autora (2001, p. 48-49), à luz da teoria a que se filia este artigo, elucida a ideia:

O ato de linguagem é comandado pelas circunstâncias sociais do discurso e sua construção leva em conta o explícito e o implícito da linguagem; ele é um dispositivo dentro do qual se encontra o sujeito-falante (escrevendo ou falando), guiado por um sujeito-comunicante. Nele se manifestam, pois, quatro sujeitos comunicacionais, sendo dois *situacionais*, externos; e dois *discursivos*, internos. Os sujeitos ditos “externos” são o *Euc* (eu-comunicante) e o *Tui* (tu-interpretante): trata-se de seres historicamente determinados, parceiros reais da troca linguageira que têm uma identidade (psicológica e social) e que estão ligados por um “contrato de comunicação”. (com grifos no original)

Para sistematizar, elenca-se o quadro a seguir:

Figura 2



Quadro do ato de linguagem

Para Charaudeau (2016), grosso modo, existe um *ser real* – um emissor, segundo a teoria de Jakobson (1991) – que propaga uma *mensagem*. Esse ser idealiza um *destinatário* – que seria o receptor para Jakobson (1991) – para assim construir sua *mensagem*. Contudo, o *ser real* que recebe essa *mensagem* pode não equivaler àquele idealizado inicialmente pelo primeiro *ser real* – o emissor. Para completar, o *ser real* que interpreta a *mensagem* também cria uma imagem de quem a propaga, podendo não equivaler, mais uma vez, à do primeiro *ser real*. Avançando na teoria francesa, o emissor “de carne e osso” será chamado de Eu-comunicante, o emissor criado discursivamente de Eu-enunciador, o receptor idealizado de Tu-destinatário e o receptor real de Tu-interpretante. Assim, fica claro que há “seres de papel”, aqueles que são apenas da instância discursiva e internos ao texto.

Para complementar a discussão, agrega-se à Teoria Semiolinguística a noção de contrato de leitura, postulada por Emediato (2007, p. 86-87, sem grifos no original):

Se nessas situações [monolocutivas] a imagem do destinatário *já está inscrita* como se correspondesse a uma validação e a uma conformidade, o leitor encontra-se diante de um texto que o interpela identitariamente como “feito para si”. Em outras palavras, essas situações impõem ou sugerem ao

destinatário *assumir certas posições determinadas* de leitura. O texto busca assim a conformação do leitor, como uma receita de cozinha se constrói em conformidade com os parâmetros da boa cozinha. Nesse sentido, valoriza-se o princípio de influência nas situações monolocutivas pela sugestão que elas exercem sobre a pré-validação contratual.

Partindo do pressuposto de que o *corpus* analisado se compõe de um livro ilustrado, cuja situação é monolocutiva, é necessário compreender que o destinatário é idealizado no ato de produção do texto verbo-visual. Dessa forma, inscrevem-se no texto processos inferenciais, sentidos implícitos e posições determinadas de leitura. Quando esses fatores não são reconhecidos pelo leitor ou Tu-interpretante, podem ocorrer problemas na validação do contrato.

Nesse âmbito, no livro *Fico à espera...* (CALI, 2007), o Eu-enunciador seria composto por escritor e ilustrador, haja vista que se trata de um livro ilustrado feito a quatro mãos. O Eu-comunicante, porém, seria apenas o narrador de primeira pessoa, um personagem fictício criado dentro do livro. O Tu-interpretante, como já se observa, é formado por uma vasta gama de leitores, com idades diferentes e não habituais, corroborando o caráter *crossover*. Vale ressaltar que é difícil precisar o Tu-destinatário idealizado no momento de pré-validação do contrato, todavia isso não parece ser tão relevante, pois o fenômeno conceituado por Beckett (2009) pode partir de livros inicialmente prioritários a crianças ou a adultos.

O sentido discursivo

Uma definição de “discurso” se mostra delicada, porque, dentro da Linguística, autores postulam teorias diversas e não necessariamente complementares sobre o termo. Este, segundo a teoria de Charaudeau (2001), não deve ser compreendido como unidade que ultrapassa a frase, como prega a tradição – embora essas unidades possam ser portadoras de um discurso –, nem “assimilado à expressão verbal da linguagem” (CHARAUDEAU, 2001, p. 24). Esta seria, para ele, um código semiológico, um conjunto estruturado de signos, podendo estes serem de variadas naturezas, incluindo-se a iconicidade. O discurso em si, para o autor, “ultrapassa os códigos de manifestação linguageira na medida em que é o lugar da encenação da significação, sendo

que pode utilizar, conforme seus fins, um ou vários códigos semiológicos” (CHARAUDEAU, 2001, p. 25).

Tentando definir, ainda, “discurso”, Charaudeau (2001, p. 26) propõe que existam dois sentidos:

Em um primeiro sentido, discurso está relacionado ao fenômeno da encenação do ato de linguagem. Esta encenação depende de um dispositivo que compreende dois circuitos: um circuito externo, que representa o lugar do *fazer psicosocial* (o situacional) e um circuito interno que representa o lugar da *organização do dizer*. Reservaremos o termo *discurso* ao domínio do dizer. (com grifos no original)

Além desse sentido, Charaudeau (2001, p. 26) discorre sobre um segundo:

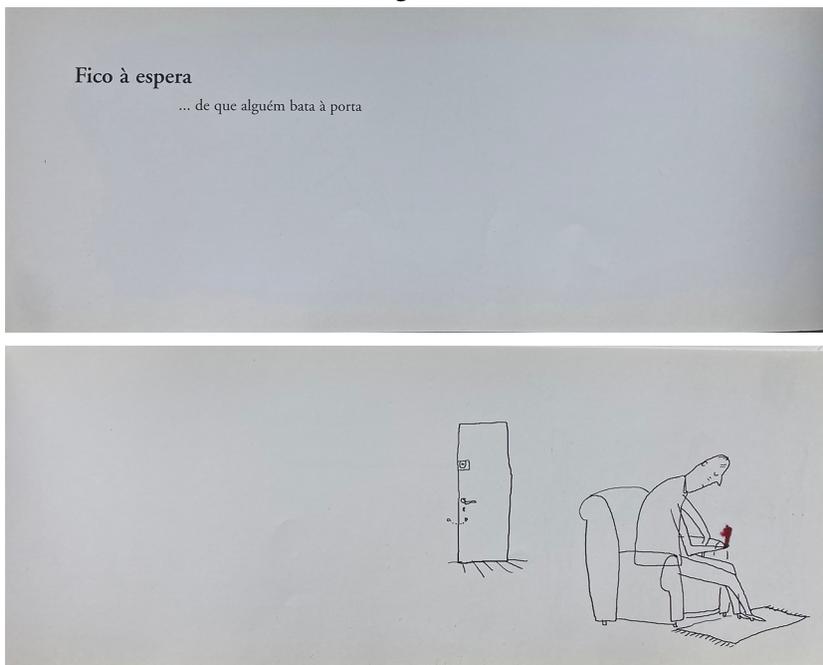
Discurso pode ser relacionado a um conjunto de saberes partilhados, construído, na maior parte das vezes, de modo inconsciente, pelos indivíduos pertencentes a um dado grupo social. Os *discursos sociais* (ou imaginários sociais) mostram a maneira pela qual as práticas sociais são representadas em um dado contexto sociocultural e como são racionalizadas em termos de valor: sério/descontraído, popular/aristocrático, polido/impolido etc.

Não se pode, portanto, limitar que discurso seja apenas uma manifestação verbal, já que ele circula em uma esfera social e subjaz ao texto. Além disso, não é tão transparente, estabelecendo uma relação de opacidade entre a língua (ou a linguagem) e o mundo a ser significado. Para finalizar, cita-se mais uma vez Charaudeau (2016, p. 33), que esclarece:

Não se pode negar que as palavras detêm um sentido mais ou menos estável, que faz com que não sejam intercambiáveis. Quando ouvimos “Feche a porta”, compreendemos que não foi dito “Abra a janela”, e isso ocorre até mesmo quando não temos à nossa disposição *Circunstâncias de discurso* precisas. (com grifos no original)

Um exemplo que se encaixa bem à proposição anterior de Charaudeau (2016) está a seguir. Na figura 2, lê-se, no verbal, “Fico à espera / ... de que alguém bata à porta” (CALI, 2007, p. 44). Entende-se perfeitamente que foi dito que há a espera de que alguém bata à porta, e não à janela, por exemplo.

Figura 3



Excerto de *Fico à espera...*

É importante destacar, nesse caso, que a expressão discursiva “bater à porta” tem um sentido muito mais forte do que aquele que a língua ou o texto carregam. Nesse livro, conta-se a história de um menino desde a sua infância até a sua velhice. Após encontrar um amor na juventude, ele vai à guerra, se casa, cria os filhos e depois os vê crescendo e saindo de casa. Posteriormente, sua esposa é diagnosticada com uma doença e, por fim, falece. Na sequência, vêm as páginas da figura 2. Na construção desse discurso verbo-visual intenso, esperar que alguém bata à porta significa esperar pela visita dos filhos e dos netos, já que nesse momento o personagem principal se encontra extremamente solitário – dado que é corroborado pelo

curto segmento de linha vermelha nas suas mãos, que ele admira, pensativo e cabisbaixo (elementos visuais).

O modo narrativo

Para a configuração do modo narrativo, é necessário ter o famoso “início, meio e fim”, que funciona como a lógica tradicional da história narrada. Nesse caso, é possível resumir a narrativa com base nos principais elementos, podendo estes serem os conhecidos “elementos da narrativa”, trabalhados na Escola Básica: narrador observador ou personagem; personagens; espaço / lugar / cenário; tempo; enredo; clímax / ápice / complicação / ponto alto; desfecho / solução. Para defini-lo, destaca-se:

O discurso construído pelo *Narrativo* dá-se em dois níveis: uma *estrutura lógica* subjacente à manifestação, espécie de espinha dorsal narrativa, e uma *superfície semantizada* que se baseia na estrutura lógica e, ao mesmo tempo, joga com ela, a ponto de transformá-la. Esse discurso obedece a um princípio de *fechamento* e de *lógica sintática* que permite fazer operações de *redução* ou de *amplificação* em torno da espinha dorsal da narrativa (CHARAUDEAU, 2016, p. 157, com grifos no original).

Sobre a “espinha dorsal”, pode-se dizer que é o enredo da história, em que prevalecem um mesmo tipo de narrador, os mesmos personagens (em sua maioria) e uma ordem cronológica dos fatos (mesmo que em *flashbacks*, a ordem não pode ser trocada), com o previsível clímax e o esperado desfecho. Com essa espinha dorsal do modo narrativo, é possível fazer uma comparação: na obra *Fico à espera...* (CALI, 2007), que é uma narrativa bem complexa, fora do padrão esperado, o fio vermelho que liga os personagens, as páginas e os ciclos de vida é um elemento visual facilitador para o entendimento.

Retomando as sequências narrativas, elas são organizadas pela seguinte tríade:

Figura 4

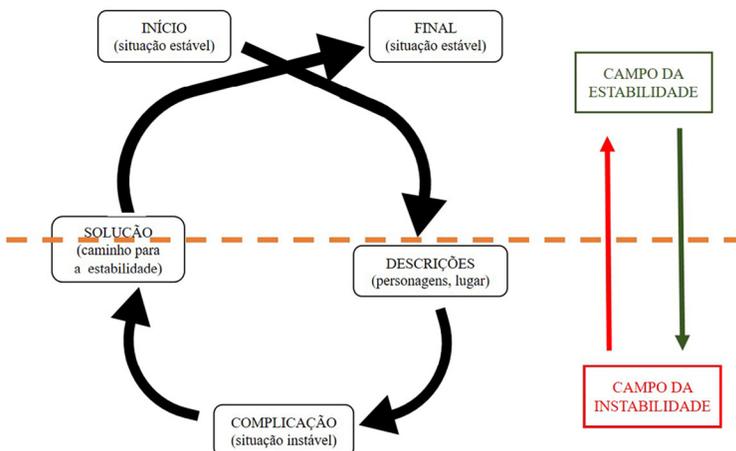
(1)	(2)	(3)	
Estado inicial	Estado de atualização	Estado final	(+) êxito
→	→	→	(-) fracasso
Falta	Busca	Resultado em relação ao objeto da Busca	

Quadro do modo narrativo

Consoante Charaudeau (2016), na coluna de número um, há um estado inicial em que surge uma “falta”, inaugurando-se a possibilidade de um processo de “busca” para a ocupação ou o preenchimento dessa “falta”. Naturalmente, na segunda coluna há uma atualização: de fato, começa a ocorrer aquela “busca” por aquilo que preenche a “falta”. Na sequência, na coluna três, conclui-se o processo e finaliza-se o ciclo: supre-se ou não a “falta”, podendo então o final/desfecho ser positivo ou negativo.

Para histórias com desfecho bem marcado, estipulou-se uma categoria: narrativa ou livro espiral. Aquela história com início, meio e fim, que começa em um ponto de estabilidade, acelera, cresce para um ápice/ponto alto com uma situação complicada e depois caminha para uma solução é circular ou espiral, pois retorna a um campo estável como o do início, mas não necessariamente o mesmo do início. Para exemplificar melhor, criou-se o seguinte quadro demonstrativo:

Figura 5



Quadro da narrativa espiral

No quadro anterior, fica clara a ideia de um ciclo, uma relação cíclica ou espiral. As narrativas prototípicas apresentam esse padrão, com as descrições de personagens e espaço como uma preparação de pistas para o clímax e o desfecho, por isso estão para o campo da instabilidade. Esse movimento circular e espiral só deve se formar uma vez, porém, algumas narrativas mais elaboradas e complexas repetem esses ciclos algumas vezes antes do “desfecho final”. Nesses casos, o desfecho de um ciclo ou sequência narrativa costuma ser peça-chave para o início do próximo.

Essas sequências narrativas subsequentes e interligadas, formando a espiral, parecem se repetir várias vezes em Cali (2007). No campo do literal, afirmaria-se que é justamente a narrativa sobre uma falta ou uma espera, passando pelo estado de atualização que é a busca pelo que supre a falta/espera, e chegando ao estado final de êxito ou fracasso na busca. Em algumas, o resultado é peça-chave para a sequência posterior. Embora haja esse roteiro repetidas vezes, trata-se de um livro com muitas mensagens profundas por trás.

A narrativa *crossover*

Possivelmente tentando ir de encontro às tradicionais classificações e segmentações, Sandra Beckett (2009) discorre sobre uma nova possibilidade, ou apenas uma nova classificação, uma vez que os livros por ela analisados não necessariamente são recentes. A autora pontua que, embora no passado ainda não houvesse os especialistas em literatura (nem em literatura infantil), desde que a literatura é literatura sempre existiram produções que percorrem as diversas idades e que transcendem a diferenciação “criança x adulto”, que bastante se destacou no século passado.

É possível (re)analisar produções passadas, como várias do século XX, e verificar que dialogam com inúmeras idades e diversos interpretantes. Essa literatura “recentemente adquiriu um novo status, não é um novo fenômeno”² (BECKETT, 2009, p. 01-02), isto é, tem se destacado no século atual, inclusive no mercado editorial. Faltava, até então, esse olhar menos segmentado e um nome: “literatura *crossover*”, cuja criação é

2 Em tradução livre. Original: “has recently acquired a new status, it is not a new phenomenon” (BECKETT, 2009, p. 1-2).

de Beckett (2009), umas das pioneiras na temática. Parecer ser benéfico, a priori, o estilo “sem idade”.

“Cross over”, na verdade, significa não apenas cruzar, mas atravessar, como algo tão forte que “rasga” ou “rompe” o que vem pela frente. Não se trata de uma escrita que permeia classificações diferentes ou que troca de um público para outro. Com isso, traz-se uma conotação de que essa literatura é tão potente que, por si só, atravessa as categorizações, as idades, tudo. Embora tentem destiná-la a alguém, ela é maior que uma única possibilidade.

Essas literaturas não se limitam a apenas um público-alvo, cruzam pelas diversas faixas etárias, rompem as barreiras impostas pelas sociedades (como a da ilustração sendo menor ou exclusivamente para crianças). Elas permeiam diversos segmentos, podendo se prender mais a um ou não ter um ponto fixo, uma base específica. Esse ponto ou essa base, muitas vezes, é definido por editoras, livrarias etc., como se houvesse uma hierarquia entre as potenciais destinações, que, nesse caso, são atravessadas pela força da qualidade literária. Mesmo que a destinação editorial seja mais específica e restrita, um livro *crossover* atravessará as barreiras e atingirá os demais públicos, todavia, possivelmente em menor escala e, com isso, não será tão conhecido.

É possível ver, mundo afora, diferentes formas de se chegar à literatura *crossover*. Há aquelas produções canônicas já consolidadas no mercado e nas sociedades, como o clássico *O pequeno príncipe*; há aqueles autores “de criança” tentando ampliar sua destinação; e há aqueles autores “de adulto” também tentando se comunicar com os mais jovens. Há de se considerar, entretanto, que alguns autores tentam se comunicar com os dois públicos ao mesmo tempo ou preferem não criar um destinatário ideal. No entanto, não é esse fator que importa aqui, mas sim o ser interpretante real do ato de linguagem. Todos esses caminhos são válidos.

É de se observar também que muitos livros são inicialmente destinados a um público e, posteriormente, verifica-se seu sucesso em outro público ou o fenômeno *crossover*. Sobre isso, destaca-se que “alguns livros escritos para crianças encontram seguidores *cults* entre os adultos. Isso pode acontecer imediatamente após a publicação do livro ou pode se desenvolver mais lentamente ao longo de várias décadas” (BECKETT, 2009, p. 103), isto é, não há um padrão de tempo para se descobrir o atravessamento

3 Em tradução livre. Original: “Some books written for children find a cult following among adults. This may happen immediately after the book’s publication or it may develop more slowly over several decades” BECKETT, 2009, p. 103).

de idades. Beckett (2009, p. 85) também mostra um outro lado: “a ficção adulta sempre passou a atingir as crianças, mas até recentemente havia muito menos o percurso na outra direção”⁴. Para complementar, tem-se:

Muitos críticos apontaram que a literatura infantil sempre teve que apelar para adultos: pais, revisores, bibliotecários e educadores; em outras palavras, os muitos mediadores que colocam os livros nas mãos das crianças. Na maior parte, os livros infantis são escritos, ilustrados, publicados e revisados por adultos. À parte, livros para jovens adultos geralmente também são bons para adultos. A maioria dos prêmios de livros infantis é julgada por adultos e, muitas vezes, vai para o livro literário de crianças que apela para adultos e não para os livros mais populares entre as crianças⁵ (BECKETT, 2009, p. 85).

Ademais, Beckett (2009) expõe a problemática de que, nas premiações, os livros infantis que se destacam são justamente aqueles que mais comunicam ao adulto, cujas temáticas são relevantes para as faixas etárias mais elevadas. Esse seria um aspecto *crossover*, para a autora, e é o que ocorre com o livro de Cali (2007) ao vencer o prêmio Baobab no Salão de Montreuil em 2005. Outro ponto que completa essa análise é que esses livros escolhidos criteriosamente, além de altamente sofisticados, não são os que mais agradam aos infantes. Isso é natural, visto que, como apresenta cautelosamente Coelho (2000), em cada fase há determinados pontos que chamam mais a atenção, como comicidade, cores, ilustrações, jogos de palavras etc. Os livros mais sofisticados e transgressores não apresentam exatamente essas características ou não somente essas, uma

4 Em tradução livre. Original: “adult fiction has always crossed over to children, but until recently there was significantly less traffic in the other direction” (BECKETT, 2009, p. 85).

5 Em tradução livre. Original: “Many critics have pointed out that children’s literature has always had to appeal to adults: parents, reviewers, librarians, and educators, in other words, the many mediators who get the books into children’s hands. For the most part, children’s books are written, illustrated, published, and reviewed by adults. Young adult books aside, they are generally bought by adults as well. Most children’s book awards are judged by adults and often go to literary children’s book that appeal to adults rather than to the books most popular with children” (BECKETT, 2009, p. 85).

vez que normalmente há um objetivo maior, de aprofundar nas camadas do texto e sugerir reflexões. Logo, é difícil rotulá-los e colocá-los em determinadas classificações.

Contribuindo com essas questões, Beckett (2009, p. 86, sem grifos no original) propõe que “muitos dos grandes clássicos da literatura infantil são lidos por adultos, não apenas em seu papel de mediadores, mas também como consumidores de literatura, lendo para seu próprio prazer. Em outras palavras, esses ‘livros infantis’ são ficção *crossover*”⁶. A literatura ilustrada, a exemplo da deste trabalho, pode trazer a sensação de prazer e agradar ao público mais maduro mesmo sem a sua função de mediar a leitura de um menor. Alguns livros ilustrados, inclusive, são adquiridos não só pela sofisticação, mas também pelo caráter de produto verdadeiramente artístico, como uma obra de arte.

Aonde o fio chega

Por conseguinte, Beckett (2009) aponta o impacto dessa nova classificação, que permeia os meios escolar, artístico, editorial, psicológico e social. Tendo a barreira da idade vencida, por exemplo, as escolas poderiam apresentar, em bibliotecas e currículos, os livros “para criança” com forte comunicação para adolescentes. Junto disso, o mercado editorial poderia ampliar seu público-alvo, não somente na ficha catalográfica, mas também em suas publicidades, assim as livrarias poderiam elaborar melhor a forma de exposição desses livros. A sociedade, de tal forma, valorizaria mais a literatura *crossover*, que já apresenta forte potencial de crescimento recentemente.

Até os últimos anos, livros para adultos e livros infantis tinham pertencido a mundos muito diferentes, em grande parte devido à pragmática do mundo editorial. Tudo nos livros era diferente: aparência, preço, *marketing*, críticas. Embora os livros *crossover* não sejam um fenômeno novo,

6 Em tradução livre. Original: “many of the great classics of children’s literature are read by adults, not only in their role as mediators, but also as consumers of literature, reading for their own pleasure. In other words, these ‘children’s books’ are crossover fiction” (BECKETT, 2009, p. 86).

o mercado *crossover* praticamente não existia até o final da década de 90⁷ (BECKETT, 2009, p. 179).

Isso quer dizer que o mercado editorial tem mudado e que, até pouco tempo, ainda não se reconhecia essa categoria. A distinção entre o que seria de criança e o que seria de adulto também era notória em vários aspectos, além de, naturalmente, alguns que se mantêm, como número de páginas. Assim sendo, fica nítido, com as falas de Beckett (2000), que há uma perspectiva ampla de divulgação do fenômeno *crossover*, inclusive com autores consagrados internacionalmente entre os romances adultos, que tentam migrar para a literatura infantil ou para a *crossover*.

Finalmente, verifica-se como a Teoria Semiollingüística, principalmente os conceitos de “ato de linguagem”, “discurso” e “modo narrativo” se relacionam com o fenômeno *crossover*, contribuindo para o reconhecimento de *Fico à espera...* (CALI, 2007) como um exemplo da vasta gama de livros que rasgam as classificações.

Referências

- BECKETT, S. *Crossover fiction: global and historical perspectives*. New York: Routledge, 2009.
- CALI, D. *Fico à espera....*. Trad. Marcos Siscar. Ilustrações: Serge Bloch. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- _____. Imagem, mídia e política: construção, efeitos de sentido, dramatização, ética. In:
- MACHADO, I. L.; LIMA, H.; LYSARDO-DIAS, D. (Orgs.). *Imagem e discurso*. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2013.
- _____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo, MACHADO, I. L. e MELLO, R. de. (Orgs.). *Análise do discurso:*

7 Em tradução livre. Original: “Until recent years, adult books and children’s books had belonged to very different worlds, largely due to the pragmatics of the publishing world. Everything about the books was different: appearance, price, marketing, reviews. Although crossover books are not a new phenomenon, the crossover market as such was virtually non-existent until the late 1990s” (BECKETT, 2009, p. 179).

- fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2001.
- COELHO, N. N. *Literatura infantil: teoria, análise, didática*. São Paulo: Moderna, 2000.
- EMEDIATO, W. Contrato de leitura, parâmetros e figuras de leitor. *In: MARI, H.; WALTY, I.; FONSECA, Maria N. S. Ensaios sobre leitura 2*. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2007.
- JAKOBSON, R. Linguística e poética. *In: _____*. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1991.
- MACHADO, I. L. Uma Teoria de Análise do Discurso: A semiolinguística. *In: MARI, H. et. al. Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001.

Créditos das imagens

- Figuras 1 e 3:** CALI, Davide. *Fico à espera....* Trad. Marcos Siscar. Ilustrações: Serge Bloch. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- Figuras 2 e 4:** CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- Figura 5:** criação própria.

QUEM VIVE DE FUTURO É CARTOMANTE? OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS ACERCA DAS CRENÇAS EM “A CARTOMANTE”, DE MACHADO DE ASSIS

Thainá França Coelho¹

Introdução

A leitura de histórias em quadrinhos (HQs) é cada vez mais algo natural para grupos sociais variados, o que possibilita a aproximação dos jovens, de maneira mais autônoma, a uma literatura com elementos multifacetados, eliminando o tabu da imaturidade e a baixa complexidade presente em alguns substratos da sociedade em relação ao gênero textual. No âmbito nacional, pode-se exemplificar com as produções de Maurício de Sousa e Ziraldo cujas obras ganharam repercussão entre o abrangente público-alvo pelo tratamento dado a assuntos diversos como família, novas profissões, amizade, autoestima, entre outros. Além disso, grandes publicações internacionais de Alan Moore, da DC *Comics*, e Stan Lee, da Marvel, abordam também temas considerados difíceis e polêmicos, como machismo, racismo, nazismo e homossexualidade, comprovando o valor estético e literário das HQ's.

Ao permitir a apreciação de tal gênero, as pessoas podem se identificar, reconhecer hábitos e refletir sobre pensamentos ali intencionalmente presentes graças ao narrador e sua trama. Ver-se-á como isso se configura

1 Mestranda em Linguística na Universidade Federal Fluminense, sob orientação da Profa. Dra. Beatriz Feres.

na obra adaptada do conto de Machado de Assis, “A Cartomante”, produzida por Flavio Pessoa e Mauricio O. Dias. A narrativa expõe uma situação datada em 1869, mas que possui marcas ainda presentes e discutidas em 2020. Graças ao clássico literário, que foi adaptado/atualizado para história em quadrinhos, jovens leitores têm a chance de conhecer o Rio de Janeiro do século XIX através do ponto de vista de um dos maiores autores da Literatura de Língua Portuguesa que pretendia, com seu conto publicado primeiramente em jornal, alcançar um público formado por leitor conservador e elitizado. Dessa forma, o conto, em diferentes épocas, segue atingindo destinatários distintos, mantendo o frescor, a qualidade e suscitando novas compreensões. A HQ adaptada adquire ainda mais valor quando há um estudo sobre a exploração dos sentidos da trama a partir do destinatário. Este, por sua vez, tem a oportunidade de analisar todas as informações oferecidas pelo narrador, realizando inferências centrípetas e centrífugas, adicionando caminhos que seu enunciador pode não ter projetado inicialmente.

No conto “A Cartomante” e em sua adaptação, observa-se que há consideráveis trajetórias devido ao modo de contar do narrador, permitindo novas leituras ao longo dos anos, com a garantia de que sempre haverá novos leitores para consumi-lo. Para Maingueneau (2018), nesse sentido, o leitor avalia os personagens e os seus arcos dramáticos a partir das informações reveladas e da sua própria bagagem cultural. E dentro das histórias em quadrinhos, em que há a exposição de discursos de representação de valores e costumes de uma sociedade, presentes tanto na parte verbal, como na parte visual, o leitor encara gestos, expressões, falas, ações e reações de acordo com os imaginários existentes na obra e na sua própria vivência.

E é nessa perspectiva dos imaginários que se apresentam em “A Cartomante”, em sua versão original, e nos quadrinhos que este trabalho se baseia. O quadro teórico-metodológico utilizado na pesquisa foi constituído com base nas contribuições da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau, dentro do conceito dos imaginários sociodiscursivos. A noção está presente nos estudos dessa teoria, pois, de acordo com o autor (2016, p. 117), “o sujeito falante não tem outra realidade além da permitida pelas representações que circulam em dado grupo social e que são configuradas como imaginários sociodiscursivos”. Elas são uma noção para justificar práticas sociais, normas e regras, como medida para conhecer e partilhar noções da sociedade. Assim, essas representações tornam-se ferramentas

para o imaginário, que será construído com a finalidade de criar, compartilhar e reforçar princípios em diversos grupos sociais, também servindo como justificativa para alguma atitude individual. Assim, os imaginários possuem um nexos com os pensamentos racionais e a construção dos imaginários relaciona elementos afetivos e racionais nessa simbolização do mundo e das relações que fazem parte deste mundo.

O imaginário é variável, pois irá depender da quantidade de pessoas, da identidade dos grupos, da memória coletiva e do tempo. Ele se constrói por meio da sedimentação de discursos narrativos, ou seja, a fala irá perpetuar o imaginário dentro do grupo determinado, que, por sua vez, irá moldar padrões para tudo o que é desconhecido, criando uma identidade e partilhando essas experiências entre os indivíduos. Essa elaboração e o reforço dessas ideias irão perpetuar os imaginários na sociedade, até que outro indivíduo ou grupo social altere-o. E para entender como isso é feito, de acordo com Charaudeau (2017), é necessário compreender que a construção dos imaginários sociodiscursivos está ancorada em dois tipos de saberes: os saberes de conhecimento e os saberes de crença.

Primeiramente, os saberes de conhecimento tendem a estabelecer uma verdade acerca dos fenômenos do mundo que independe da subjetividade do sujeito. Dentro do saber científico, as explicações são construídas sobre o mundo por meio de procedimentos como a experimentação, a observação e o cálculo. A principal característica desse saber é que ele pode ser provado através do estudo, adquirindo um resultado que qualquer outra pessoa também pode ter, se feito com o mesmo procedimento. Por outro lado, o saber de experiência possui explicações que provêm do conhecimento de mundo, mesmo que não exista uma comprovação segura, seguindo uma experiência compartilhada pelo grupo social.

Além disso, os saberes de crença pertencem a um modo de explicação do mundo, algo externo ao indivíduo, proveniente de julgamentos, apreciações e valorizações dos sujeitos. Esses saberes dividem-se entre de revelação e opinião. O primeiro possui explicações fundamentadas em uma verdade exterior ao sujeito, ao seu mundo, mas que não pode ser verificada através dos métodos da ciência, como doutrinas e ideologias. Já no saber de opinião, os argumentos partem do julgamento e opinião de um determinado sujeito, sendo assim, altamente pessoal. São construídos por motivações diferenciadas: necessidade, probabilidade, verossimilhança, confronto entre razão e emoção, entre outros.

Ademais, é necessário ainda ressaltar a diferença entre os imaginários e os estereótipos. Os estereótipos tendem a depender do julgamento de um sujeito e buscam cristalizar uma determinada ideia. Já os imaginários não são rígidos e não têm o objetivo de estabelecer verdades, objetivando demonstrar as visões de mundo relativas a um determinado assunto e situação comunicativa.

Este artigo irá concentrar-se nos saberes de crença, em que doutrinas religiosas permeiam a sociedade com diversos imaginários sociodiscursivos. Para isso, é preciso se ater a características do desenvolvimento histórico, que vem acompanhado da formulação das mais variadas crenças e religiões, representando tipos específicos e gerais de grupos sociais e fazendo parte dos aspectos culturais que os caracterizam. A religião, como um caso especial a ser analisado, sempre desempenhou uma função indispensável nas sociedades de classe, nas suas inúmeras constituições ao longo do tempo histórico, servindo, especificamente, para interesses particulares de determinadas classes sociais, como, por exemplo, a manutenção de condições materiais de dominação econômica, política e social.

Além disso, através dos séculos, o homem busca, nas mais diferentes religiões, respostas para suas angústias, segurança na vida e paz de espírito. Valendo-se das afirmações de Karl Marx (2010), que considera a religião como um mecanismo de alienação, destaca: “A angústia religiosa é ao mesmo tempo a expressão da dor real e o protesto contra ela. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, tal como o é o espírito de uma situação sem espírito. É o ópio do povo” (MARX, 2010, p. 145). O homem constrói e se apropria dessas crenças, pois se eleva ao campo da subjetividade para acreditar em algo, ou idealizar um futuro que possa suprir suas necessidades que o mundo real não consegue. Vê-se que a criação dessas perspectivas advém de homens reais, que oferecem uma oportunidade de esperança baseada em ideais, não em situações concretas, que podem ser discutidas ou comprovadas epistemologicamente. Desse modo, dentro da teoria de Marx, a classe dominante controla a classe dominada através de condições econômicas e de ideologias, sendo uma delas a religião.

A religião no Brasil

No Brasil, o ensino religioso posto pelos jesuítas desde os primeiros séculos da Colônia criou uma base cristã católica na população. Este

ensino conservou pensamentos, costumes e estruturas da sociedade europeia, freando o avanço de religiões e hábitos não só de povos originários, mas também de escravizados e de outros imigrantes, considerando todos como subalternos e/ou “pecaminoso”. As religiões de matriz africana e indígenas foram censuradas pela Igreja Católica desde 1500, com a justificativa de aquisição de fiéis e expansão da fé cristã para o “novo mundo”. Pessoas adeptas às outras crenças, assim, eram julgadas como “sem alma”, pagãs ou fiéis ao demônio. Além dessas religiões, outras comunidades que viviam fora da prática do cristianismo eram rechaçadas tanto pela Igreja, quanto por sua sociedade, como o povo cigano.

No século XV, com a chegada dos grupos ciganos à Europa, fundamentalmente cristã, surgem especulações baseadas em credences e em escritos bíblicos que ciganos, qualificados como amaldiçoados por descenderem de Caim, foram condenados a vagar pelo mundo por terem negado abrigo a José e Maria na volta do Egito e/ou por terem forjado os pregos usados para a crucificação de Jesus Cristo (MOONEN, 2008). Isso revela a necessidade da sociedade em estruturar atitudes na doutrina catolicista, mesmo que um outro grupo social sofra consequências negativas. Este pensamento acompanhou a vinda dessas classes até o Brasil.

Os ciganos foram, durante os últimos séculos, alvo da Igreja, pois esta era preocupada com formas de magia (a leitura de mãos e a previsão do futuro) praticadas pelas mulheres ciganas. De acordo com o clero, somente Deus possuía a habilidade de saber e ditar o futuro, sendo assim, uma violação das palavras divinas cometida pelas ciganas. Além disso, elas deveriam ser submetidas ao domínio do universo masculino, no entanto, assim como seus maridos, trabalhavam e participavam economicamente em seu círculo familiar, já que não conseguiam ingressar nas tradicionais atividades econômicas dessa época, diferente das mulheres e mães casadas, conservadoras, que permaneciam em casa, enquanto os chefes da família conservavam suas ocupações profissionais fora dela.

As cartomantes preenchiam não só as ruas das cidades com seus trabalhos, mas também as páginas de jornais com as críticas recebidas por inúmeros motivos, como comportamentos desregrados, hábitos escusos e apologia ao misticismo. Contudo, mais repreendidas ainda eram as mulheres que as consultavam, vistas como gente fraca de espírito e desequilibradas.

O conto e a adaptação

A fama das ciganas na mídia impressa na época da Colônia e início da República chamou a atenção do conhecido Bruxo do Cosme Velho. O conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, foi publicado na primeira página da *Gazeta de Notícias* em 1884, no Rio de Janeiro. Em 2008, então, 124 anos depois, surge a adaptação em quadrinhos do mesmo conto foi lançada, por Flavio Pessoa e Mauricio O. Dias, com o propósito de ser utilizado em salas de aula.

A história conta o dilema da traição dentro de um triângulo amoroso no século XIX. Entre personagens principais e secundários, enxergam-se imaginários sociodiscursivos não somente presente na ficção, mas na sociedade carioca daquela época. Analisando os personagens, vê-se Rita, esposa de Vilela, que surge, inicialmente, com medo de Camilo deixar de amá-la. Para verificar sua suspeita, vai até uma cartomante. Desse modo, além de já indicar a traição cometida, revela uma mulher desesperada, que solicita consultas de uma outra mulher que é indesejada no corpo social, o que já denunciaria seu caráter duvidoso. No entanto, o narrador ainda descreve sua atitude de “serpente” (ASSIS, 2016, p. 379), ao enfeitiçar seu amado, simbolizando o pecado retratado na Bíblia, em que Adão é expulso do paraíso porque Eva e a serpente o convenceram a morder o fruto proibido. Assim, Rita será a personagem condenável da narrativa, juntamente à cartomante. A entrada desta personagem mudará o destino dos amantes e do marido traído, além de evidenciar o sistema de crenças presente na ficção, na população do Rio daquela época e de atualmente. A presença das duas mulheres, com a adição da mãe de Camilo, irá apontar imaginários sociodiscursivos que reforçam qualidades negativas em relação à personalidade feminina, como a ganância, a luxúria e a heresia, além de características antes reprováveis nas mulheres, como a independência e o empoderamento.

Por outro lado, a introdução de Camilo no começo da narrativa expõe um homem cético, ao conversar com sua amada Rita: “Era a mesma explicação que dava a bela Rita ao moço Camilo, numa sexta-feira de novembro de 1869, quando este ria dela por ter ido na véspera consultar uma cartomante; (...)” (ASSIS, 2016, p. 377). O trecho, quando adaptado através da ilustração, exhibe uma atitude de desdém, de zombaria no rosto de Camilo em relação ao que Rita fez naquela tarde, o que irá indicar uma característica essencial do personagem.

Figura 1: Primeira página da adaptação



Início da trama

Esta risada, aplicada também pelo narrador gráfico na adaptação, manifesta a sua característica mais importante para a trama e que gira em torno de mais um imaginário sociodiscursivo. Além de uma submissão na vida, Camilo tem o valor do ceticismo em uma sociedade de base cristã. O narrador revela um homem que escolhe não acreditar em Deus, nem em credences e em superstições populares, mesmo que tenha sido criado por uma mãe religiosa:

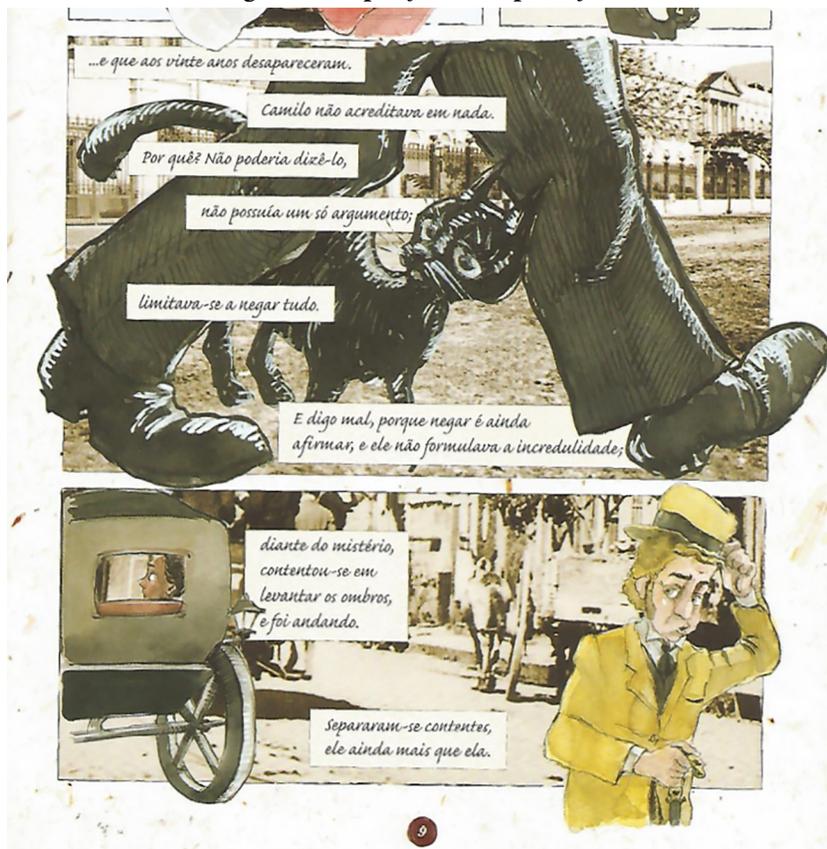
Também ele, em criança, e ainda depois, foi supersticioso, teve um arsenal inteiro de credences, que a mãe lhe incutiu e que aos vinte anos desapareceram. No dia em que deixou cair toda essa vegetação parasita, e ficou só o tronco da religião, ele, como tivesse recebido da mãe ambos os ensinamentos, envolveu-os na mesma dúvida, e logo depois em uma só negação total. Camilo não acreditava em nada. Por quê? Não poderia dizê-lo, não possuía um só argumento:

limitava-se a negar tudo. E digo mal, porque negar é ainda afirmar, e ele não formulava a incredulidade; diante do mistério, contentou-se em levantar os ombros, e foi andando. (ASSIS, 2016, p. 377-378).

O narrador afirma que as crendices são “vegetação parasita”, ou seja, um tipo de ser que vive na dependência de outras com a finalidade de extrair meios para sua própria sobrevivência. Dessa forma, esse tipo de crença necessita do homem para viver, pois, caso contrário, morre, diferentemente do cristianismo, que tem sua existência anterior ao indivíduo, sendo central para a existência humana, exatamente como um “tronco”, conforme descrito pelo enunciador. Vê-se, então, a presença de um imaginário cristão na fala do narrador, em que se baseia em uma noção de dualidade “crença correta X crença incorreta”, elegendo a fé cristã católica como a adequada para toda a sociedade, contra qualquer outro tipo de crença existente no território.

Além disso, essa passagem transparece o desinteresse de Camilo sobre o que aprendeu com a mãe, alguém que acreditava em todo o tipo de crença. Desse modo, novamente é observado o desequilíbrio da mulher que deposita confiança em preceitos fora da religião cristã, denotando um alerta sobre esses casos femininos. O trecho indicado, quando exposto nos quadrinhos, exhibe uma superstição ainda presente na atualidade. Para diversas pessoas, atravessar o caminho de um gato preto atrai azar, mas a ilustração expõe as pernas de Camilo passando pelo felino, manifestando o sinal de incredulidade por parte do personagem sobre as superstições que sua mãe o havia ensinado quando criança, mas que a juventude retirou.

Figura 2: Ampliação das superstições



A trajetória de Camilo

As superstições apresentadas através do gato, dentro dos quadrinhos, e do ensinamento da mãe de Camilo auxiliam no destaque de pensamentos daquela sociedade, pois há o imaginário sociodiscursivo que separa aqueles que acreditam nessas noções daqueles que são praticantes da fé católica, já que a doutrina ensina que seu fiel deve acreditar em Deus somente e em tudo que Ele revelou, recusando objetos, rituais mágicos e gestos advindos dessas superstições. No entanto, o medo faz Camilo crer naquilo que, antes, considerava bobo e inútil. Durante a ida até a casa de seu melhor amigo, ele passa pela casa da cartomante e sente que deveria acreditar nas cartas, demonstrando sua indecisão sobre acreditar em um poder maior. Sua feição, ilustrada nos quadrinhos, expressa preocupação e medo, enquanto olha para as janelas da “morada do indiferente destino” (ASSIS, 2016, p. 381) e

pergunta-se sobre sua próxima atitude a ser feita. Neste sentido, nota-se a fraqueza do homem em Camilo, prestes a ser convencido novamente por uma mulher traçojeira, o levando para um destino tortuoso.

Figura 3: A dúvida de Camilo



Chegada à casa da cartomante

Se Camilo, inicialmente, não se importava com as mais variadas crenças, a obra cria uma abertura para a interpretação de que Vilela era o contrário. Enquanto o amante era fraco, indeciso e cético, o marido se apresenta sempre como forte, experiente, determinado e cristão. Vilela é um homem correto, que sempre esteve ao lado de seu amigo de infância, apoiando-o até na hora do falecimento de sua mãe. Dessa forma, sua imagem de bom homem estava sendo manchada pelos dois amantes, precisando utilizar a racionalidade, característica manifestada como algo pertinente ao masculino, em um momento difícil. Assim, ao final da história, toma a decisão de assassinar a esposa e o melhor amigo, com o objetivo de recuperar sua honra diante da sociedade, apoiado pela lei brasileira e pela Igreja Católica.

Finalmente, a Cartomante é a personagem que não só irá auxiliar no infeliz destino das outras figuras, mas também desencadeará imaginários

sociodiscursivos e estereótipos. Como já citado, a mulher que ousava prever o futuro era considerada imprópria para a sociedade, pois desobedecia às orientações da Igreja, sendo assim, alguém excluído e solitário, quando não possuísse família. Esse imaginário, baseado nos preceitos da Bíblia, justifica a personagem que vive sozinha na rua da Guarda Velha, onde Rita, primeiramente, a procura para uma consulta e, ao final da história, Camilo atravessa e decide pedir os seus conselhos. No conto, sua imagem surge no ápice da trama, quando irá atender seu mais novo cliente masculino. Sua descrição disponibilizada pelo narrador expõe que “era uma mulher de quarenta anos, italiana, morena e magra, com olhos sonsos e agudos.” (ASSIS, 2016, p. 383).

Figura 5: A chegada da cartomante



A ilustração da cartomante

Na história em quadrinhos, a Cartomante possui a aparência já marcada ao longo dos anos, sendo um estereótipo, uma imagem cristalizada. É uma mulher que atinge mais de 40 anos de vida, de cabelos negros e longos (o comprimento é símbolo de fertilidade para os ciganos), usando vestido longo com camadas. Sua condição econômica é modesta, fica isolada em uma casa escura e suja, que também se torna

seu local de trabalho. Seu comportamento social não é o correto, sendo bastante quieta, sem amigos ou família. Sendo assim, uma mulher inadequada para os padrões da sociedade, servindo como mau exemplo dentro da cidade.

A ligação da mulher cartomante com os crimes e com a vida incorreta é exposta no conto e em sua adaptação, na passagem em que Camilo paga os serviços oferecidos pela cigana. Como não sabia o valor correto, ele entrega uma nota muito mais alta do que, geralmente, ela recebia, surpreendendo-a.

Figura 6: O pagamento da cartomante



Cartomante recebe pagamento de Camilo

A expressão de admiração no rosto da Cartomante e seus comentários furtivos manifestam uma mulher com segundas intenções, ambiciosa, usurpando o homem em razão de seu desespero. Assim, seu desejo de furto é um exemplo do imaginário em torno desse grupo social, que tem seu trabalho dentro do misticismo não só relacionado à incredulidade, mas ao crime pela propaganda enganosa e estelionato.

Por fim, o ambiente do Rio de Janeiro também irá apontar imaginários sociodiscursivos fundamentados no saber de crenças. O conto explicita um detalhe curioso sobre os amantes: o local em que se encontravam. “A casa do encontro era na antiga rua dos Barbonos, onde morava uma provinciana de Rita. Esta desceu pela rua das Mangueiras, na direção de

Botafogo, onde residia;” (ASSIS, 2016, p. 378). A palavra “barbono” significa “capuchinho”, um religioso da Ordem de São Francisco. Assim, há uma dupla traição ocorrendo: Rita trai seu marido, assim como a fé cristã, dentro de uma rua com nome proveniente do catolicismo.

Considerações finais

Dentro da análise, pode-se perceber que há a presença de imaginários sociodiscursivos relacionados aos saberes de crença de maneira intensa na narrativa de Machado de Assis. Esses saberes, apesar de serem formulados pelo homem, não há possibilidade de verificação, partindo do julgamento e do subjetivismo do sujeito, assim nascendo imaginários que revelam uma distinta separação entre aqueles que acreditam na religião oficial do Brasil até 1891, de outros que possuíam outras crenças, afastando-os do convívio social e de fundamentos essenciais ao ser humano, como a dignidade. Além disso, nota-se que os imaginários reforçam comportamentos sociais definidos para cada papel dentro da comunidade. Enquanto mulheres que acreditam em crenças alternativas à oficial e prestigiada são interpretadas como loucas e desalmadas, aquelas que trabalham, principalmente com elementos místicos, são impostoras e péssimo exemplo para outras senhoras.

Por outro lado, homens detêm a razão, seja escolhendo seguir a religião considerada correta, seja decidindo pelo ateísmo. O papel masculino possui poderes no ambiente político e social, conservando, para isso, toda a instrução dada em escolas e faculdades. A eles, não há punição da sociedade para erros considerados passionais, possuindo a justificativa de “ser homem” para qualquer equívoco causado, exceto quando outro homem, de maior *status*, é atingido. Nesse caso, o exemplo de Camilo se encaixa: morre para retirar o mal daquela cidade, pois feriu um advogado de boas condições financeiras.

Por fim, pelo fato de a história em quadrinhos ser um gênero de estatuto ficcional, há um predomínio de simulações de situações possíveis, configuradas para explicar ou descrever o mundo, de maneira que o leitor se identifique e perceba sua realidade ali inserida. Assim, na adaptação, vê-se que Rita representa a mulher do século XIX, pois é casada com Vilela, mas decide desrespeitar os princípios e criar seu próprio destino e

personalidade, contrariando toda a sociedade. Desse modo, a história em quadrinhos atualiza o conto e permite que novos leitores possam se conectar com os clássicos e discutir sobre tempos antigos e atuais, interpretando imaginários sociodiscursivos de todas as épocas e grupos sociais.

Referências

- ASSIS, J. M. M. A cartomante. In: _____. *Todos os romances e contos consagrados de Machado de Assis*. Vol. 3. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- _____. *A cartomante*. Versão em quadrinhos de Flavio Pessoa e Mauricio O. Dias. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CHARAUDEAU, P. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.
- _____. *Os imaginários de verdade do discurso político*. In: _____. *Discurso político*. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2016.
- CERVANTES, M. de. *La Gitanilla*. In: *Novelas Ejemplares I*, Madrid: Cátedra, 2009.
- DEL PRIORE, M. *Do Outro Lado. História do Sobrenatural e do Espiritismo*. São Paulo: Planeta, 2014.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso Literário*. São Paulo: Contexto, 2018.
- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MOONEN, F. *Anticiganismo na Europa*. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008.
- MOSCOVICI, S. Os ciganos entre perseguição e emancipação. *Sociedade e Estado*, v. 24, n. 3, p. 653-678, 2009.
- TEIXEIRA, R. C. *História dos ciganos no Brasil*. Recife: NEC, 2008.

Referências das imagens

- ASSIS, J. M. M. *A cartomante*. Versão em quadrinhos de Flavio Pessoa e Mauricio O. Dias. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

DIVERSIDADE E IDENTIDADE À LUZ DA SEMIOLINGUÍSTICA DE PATRICK CHARAUDEAU: ANÁLISE DO CONTO “DECADÊNCIA DE DOIS GRANDES HOMENS”, DE MACHADO DE ASSIS

Helio Henrique Waizbort¹

Machado de Assis apresentava os leitores com obras-primas em diversos gêneros literários e não literários, como contos, romances, crônicas, críticas. “Decadência de dois grandes homens”, um dos contos do livro “Contos esquecidos”, publicado em 1956 pela Editora Civilização Brasileira, remete o leitor a um universo onírico, mesclando história e fantasia, pluralidade e diversidade.

Curiosa é a língua, diversidade e diversão – vocábulos de mesma origem – podem ser utilizados de forma tão diversas e, em determinados contextos, suscitam divergência, pois enquanto o segundo conota algo bom, alegre, agradável, o primeiro indica, sob visão incoerente e preconceituosa, tom pejorativo, denotando um quê de loucura, de desequilíbrio, de falta de juízo, de esquisitice.

Entretanto o antônimo de diversidade não é a sanidade, e a loucura não é um rótulo em que se mascaram atitudes reprováveis, que vão de desrespeito a genocídio, de brincadeiras a guerra. Para “o alienista”, toda a população da cidade deve ser internada em um manicômio, pois diversas, ou ímpares, são as insanidades de seus habitantes. Mas o próprio alienista, com sua ideia fixa, lá também deve estar, de acordo com ele próprio. Assim como aquele outro personagem, cuja criação de um emplasto não lhe sai da cabeça.

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, da Universidade Federal Fluminense. Orientando da Professora Doutora Rosane Santos Mauro Monnerat.

Entram em cena as identidades dos protagonistas do conto “Decadência de dois grandes homens”. Dois grandes homens, personalidades históricas da Roma Antiga – Júlio César e Marco Bruto. Decadência não exatamente à época em que viveram, mas já no século XIX, encarnados na pele de um gato doméstico e de um rato. Relato ou invencionices de um culto, literato, adepto da metempsicose e conhecedor da história; ou de um louco, de acordo com o seu interlocutor, que mesmo o considerando fora de juízo, embarca em seu enredo.

Vale ressaltar que as identidades a que se refere este artigo levam em consideração os sujeitos envolvidos em ato linguageiro, os quais se inserem em determinada situação de tempo e de espaço, são dotados de intencionalidade e desenvolvem um propósito sobre o mundo. Tal ato depende das identidades dos parceiros e é resultado de um desejo de influência por parte do sujeito comunicante.

De acordo com Patrick Charaudeau (2009), a identidade é formada pelos dados psicossociais atribuídos ao sujeito, em resposta à questão “somos o que dizem que somos”, além dos dados construídos pelo próprio comportamento (“somos o que pretendemos ser”). Assim sendo, compreende-se que o conto em análise baseia-se na relação entre dois personagens com identidades sociais bem diversas, até opostas, em alguns aspectos.

Miranda é o narrador da história. É brasileiro, mais especificamente mineiro, doutor em medicina, um homem curioso e paciente, não gosta de gatos e é cético. Tem prazer em buscar contato com pessoas interessantes. Encontrava-se de passagem pelo Rio de Janeiro, e frequentava o Café Carceler, uma confeitaria muito famosa que havia no centro da cidade.

Em Machado, o Carceler era o local ideal para se tomar um sorvete, um chá ou um café. Tanto peso tinha o Carceler na vida da cidade, que o trecho da rua à sua frente era conhecido por bulevar Carceler. Dali partiam carruagens que faziam a linha para o Largo do Machado, também este um local de predileção machadiana (RIO, 1999, p.32).

Machado de Assis inclui o leitor no enredo do conto, trazendo para o cotidiano a história que Miranda vai narrar, pois este evoca os antigos frequentadores do Café Carceler como testemunhas da presença de Jaime,

o indivíduo que atrai sua atenção por suas peculiaridades, como descrito no primeiro parágrafo:

Os antigos freqüentadores do Café Carceller hão de recordar-se de um velho que ali ia todas as manhãs às oito horas, almoçava, lia os jornais, fumava um charuto, dormia cerca de meia hora e saía. Estando de passagem no Rio de Janeiro, aonde viera para tratar questões políticas com os ministros, atirei-me ao prazer de estudar todos os originais que encontrava, e não tenho dúvida em confessar que até então só tinha encontrado cópias. O velho apareceu a tempo; tratei de analisar o tipo (ASSIS, 1956, p.15).

No parágrafo inicial, nota-se a diversidade como elemento primordial para o interesse do narrador. Com narrativa em primeira pessoa, os leitores tomam conhecimento das identidades social e discursiva dos personagens sob o ponto de vista de um deles, que conta a história com base em suas experiências, em sua ideologia, em sua visão de mundo. Chama atenção a forma pela qual o narrador destaca a presença do “velho”, classificado como original, em oposição a cópias.

Ao longo da narrativa, a identidade de Jaime, o velho, é revelada, em seus diálogos com o narrador. Com isso, o leitor percebe que é brasileiro, como seu interlocutor, tem aproximadamente cinquenta anos, é metódico, solitário, incompreendido, crê na metempsicose e habita uma casa com um gato. Deduz-se, portanto, que o narrador é bem mais novo que Jaime, pois o caracteriza como “velho”.

A diversidade se mostra presente nas identidades dos dois personagens. Porém, para o narrador, ela é ao mesmo tempo atraente, alvo de certa incompreensão e, até mesmo, de preconceito por parte dele.

Patrick Charaudeau (2009) considera necessário que a identidade social seja reconhecida pelos outros, o que permite ao sujeito seu “direito à palavra” e funda sua legitimidade. Dessa forma, o indivíduo cria uma imagem de si (*ethos*), fundamentada em sua identidade social, que influencia e é influenciada diretamente por sua identidade discursiva, considerando o *status* e o papel que a elas são conferidas pela situação de comunicação.

A narrativa do conto inicia-se no dia 14 de março. No dia seguinte, ao retornar ao Carceller, Miranda volta a tentar contato com o homem

original que tanto lhe despertava interesse. Procura dialogar com ele, mas é tratado secamente. Propõe, então, ser seu amigo. O velho, solitário e incompreendido, afirmando precisar de um amigo verdadeiro, aceita efusivamente. Passam a tarde caminhando pela cidade e jantam em um hotel.

Jaime apresenta um *ethos* calcado na ideia de ter sido Marco Bruto. Por isso, nos idos de março de todos os anos teme a reencarnação de Júlio César. De acordo com o velho e sua filosofia (a metempsicose), ele será transformado em rato e devorado por seu gato – homônimo do imperador romano. Assim sendo, seria consolidada a vingança pela traição cometida por Marco Bruto ao assassinar Júlio César no ano de 46 a.C.

A identidade discursiva tem como fundamento o “modo como o sujeito fala” e, assim, depende de duplo espaço de estratégias, a de “captação” e a de “credibilidade”. A credibilidade fundamenta-se na necessidade de que se acredite no sujeito do ato de linguagem. Para isso, ele defende uma imagem de si (*ethos*) que seja capaz de fazer com que seu interlocutor o leve a sério, adotando atitude discursiva que pode ser de neutralidade, de distanciamento ou de engajamento. Já a captação é utilizada quando não há posição de autoridade do sujeito do ato linguageiro em relação ao interlocutor e, por isso, adota atitude polêmica, de sedução ou de dramatização.

É importante destacar que a identidade discursiva é composta por muitas vozes, fazendo com que o sujeito se valha de argumentos presentes em outros discursos, realizados por outras pessoas. É assim com o personagem Jaime, que utiliza as ideias da metempsicose, de escritores romanos e gregos para reforçar seu discurso com o intuito de persuadir e seduzir Miranda. Charaudeau considera que

o sujeito do discurso é um sujeito composto de várias denominações. Ele é polifônico, uma vez que é portador de várias vozes enunciativas (polifonia). Ele é dividido pois carrega consigo vários tipos de saberes, dos quais uns são conscientes, outros não são conscientes, outros ainda, inconscientes (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2020, p. 458).

Sabe-se que as identidades social e discursiva são estreitamente conectadas, uma influenciando a outra. Como destaca o linguista francês, “identidades discursiva e social fusionam-se no *ethos*” (CHARAUDEAU, 2006, p. 116). Jaime crê que foi Marco Bruto, assassino de Júlio César.

Ao longo da narrativa, Miranda, apesar de cético, o chama de Jaime, de Bruto, de Jaime-Bruto e de “homem dos idos de março”. Há então, neste caso, duas identidades sociais em conflito, ou em comunhão. Jaime defende um *ethos* ambíguo, em virtude de sua “vida dupla”. Como sujeito enunciativo do ato linguageiro, ele procura demonstrar a Miranda sua identidade, oriunda de uma vida passada. O linguista francês considera que “visto pelo lado do processo de produção, o EU-enunciador é uma imagem de enunciativo construída pelo sujeito produtor da fala (EU-comunicante) e representa seu traço de intencionalidade nesse ato de Produção” (CHARAUDEAU, 2016, p. 48).

Miranda, o narrador, coloca em questão as identidades social e discursiva do seu interlocutor, o Jaime, ao considerá-lo um louco, mas ressalta suas virtudes de inteligência, de habilidade com as palavras, considera-o dotado de bela retórica, conhecedor da história, da literatura e das culturas romana e grega:

Andamos ao acaso; eu procurava travar conversa a fim de distrair o homem dos idos de março; e consegui a pouco e pouco que se tornasse mais conversador. Era então apreciável. Não falava sem gesticular com o braço esquerdo, com a mão fechada, e o dedo polegar aberto. Contava anedotas de mulheres e mostrava-se grande apreciador do sexo amável; era exímio na descrição da beleza feminina. A conversa passou à história, e Jaime exaltou os tempos antigos, a virtude romana, as páginas de Plutarco, Tito Lívio e Suetônio. Sabia o Tácito de cor e dormia com Virgílio, disse ele. Seria um doido, mas conversava com muito juízo (ASSIS, 1956, p. 18-19).

— É um doido manso, pensei eu, e continuei a fumar enquanto o velho continuou (ASSIS, 1956, p. 25).

À noite, Jaime convida o médico a ir a sua casa e pede para que ele fique em sua companhia até a meia-noite, pois isso o deixaria mais tranquilo. Ceiam juntos, conversam, fumam charuto, e Miranda encanta-se, cada vez mais, com as histórias e com a retórica de seu interlocutor. Para ele, a casa de Jaime é reflexo das suas ideias bagunçadas:

“A casa dizia com o dono. Duas estantes, um globo, vários alfarrábios espalhados no chão, uma parte sobre uma mesa, e uma cama antiga” (ASSIS, 1956, p. 19).

A princípio, Miranda, o narrador, adota identidade discursiva de neutralidade, mas ao longo da narrativa se vale da polêmica, questionando os valores defendidos por Jaime-Bruto e sua crença na metempsicose:

— Acredita na metempsicose? — perguntei eu.

O velho, que estava ocupado em tirar o paletó e vestir um chambre de chita amarela, interrompeu aquele serviço, para dizer-me:

— Se acredito? Em que queria o senhor que eu acreditasse?

— Um homem instruído, como o senhor, não devia crer em tolices desta ordem, respondi abrindo a livro (ASSIS, 1956, p. 20).

Da mesma forma, Jaime questiona a identidade de Miranda por seu ceticismo:

Meu caro senhor, disse ele; não zombe assim da verdade; nem zombe nunca de filosofia nenhuma. Toda a filosofia pode ser verdadeira; a ignorância dos homens é que faz de uma ou de outra crença da moda. Contudo para mim, que as conheci todas, só uma é a verdadeira, e é essa a que alude o senhor com tanto desdém (ASSIS, 1956, p. 20).

Jaime, como sujeito do ato linguageiro, deseja convencer o médico a crer na metempsicose e deseja fazê-lo compreender o temor que sente no dia 15 de março. Miranda ainda tenta argumentar, porém “o velho” rechaça-o, decidido a cumprir sua intencionalidade:

— Mas...

— Não me interrompa, disse ele; quero convencê-lo (ASSIS, 1956, p. 20).

Vale destacar que não há ato de linguagem que não seja dotado de intencionalidade, uma vez que “o ser humano – por ser gregário – quer quase sempre agir sobre o outro; tenta convencê-lo ou intenta persuadi-lo” (VALENTE, 2015, p. 26).

O jogo de cena de Jaime-Bruto, com seus gestos, eloquência e efusivo entusiasmo com a teoria, encantam e envolvem o médico, que não ousa contestar “o homem dos idos de março”. Como Miranda não faz uso da contra-argumentação, supõe-se que ele não tenha essa intenção ou mesmo argumentos para debater com seu interlocutor; prefere desprezar suas ideias, considerando-o doido:

Levou-me a uma poltrona de couro e obrigou-me a sentar ali. Depois foi sentar-se ao pé da mesa, em frente a mim e começou a desenvolver a sua teoria, que eu ouvi sem pestanejar. Jaime tinha a palavra fácil, ardente, impetuosa; animavam-se-lhe os olhos, tremia-lhe o lábio, e a mão, a famosa mão esquerda, agitava no ar o dedo polegar aberto e curvo como um ponto de interrogação.

Ouvi o discurso do homem, e não ousei contestar-lhe. Era evidentemente um doido; e ninguém discute com homem doido. Jaime acabou de falar e caiu numa espécie de prostração. Cerrou os olhos e ficou insensível alguns minutos. O gato saltou à mesa, entre mim e ele, e começou a passar a mão pela cara de Jaime, o que o fez despertar daquele abatimento (ASSIS, 1956, p. 20).

Jaime também questiona as identidades social e discursiva de Miranda, pois o médico não tem a experiência de vidas passadas e, portanto, não possui legitimidade para menosprezar a metempsicose:

O senhor é filho de um século sem fé nem filosofia; não conhece o que é a cólera dos deuses. Também eu nasci neste século; mas trouxe comigo as virtudes da minha primeira aparição na terra: corpo de Jaime, alma de Bruto. (ASSIS, 1956, p. 22).

Uma vez que não se encontra em posição de superioridade em relação ao seu interlocutor, Jaime-Bruto vale-se de identidade discursiva de

sedução e de dramatização, conforme descrito por Charaudeau (2009). Descreve fatos em relatos repletos de analogia, comparações e metáforas, engajado em tentar convencer Miranda sobre a metempsicose e sobre ser a reencarnação de Marco Bruto. Vale-se também de atitude discursiva de experiência por ter vivido outras vidas. Além disso, buscando demonstrar credibilidade, assume atitude discursiva de engajamento, construindo, assim, a imagem de um “ser de convicção”.

Identidade social e identidade discursiva estão imbricados e amalgamados e atuam em conjunto para a construção do *ethos* dos sujeitos envolvidos em ato linguageiro. Para Patrick Charaudeau,

a identidade social define o sujeito falante como aquele que toma a fala, que tem um estatuto social – como ser comunicante, que é dotado de uma intenção comunicativa. A identidade discursiva define o sujeito falante como um ser de linguagem que se exprime, por meio da sua realização do processo de enunciação (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2020, p. 459).

O discurso e as ideias proferidos por Jaime, assim como sua identidade social, ambígua e confusa, atuam como elementos da criação do *ethos* desenvolvido pelo “homem dos idos de março”. De acordo com Ekkehard Eggs, “o *ethos* está sempre presente como realidade problemática de todo discurso humano” (EGGS, 2016, p. 30).

Machado de Assis desenvolve a questão das identidades e da diversidade de forma a deixar o leitor curioso com o final da história. Além dos personagens humanos, utiliza a figura de um gato como elemento de promoção do suspense. O felino é indubitavelmente reconhecido por Jaime como a reencarnação de Júlio César, por isso assim o nomeou. Miranda também questiona a identidade do gato:

— Poderia eu ter alguma dúvida acerca da identidade deste animal, disse ele; mas tudo me prova que é ele o meu divino Júlio.
— Como?
— Apareceu-me aqui uma noite sem que a porta estivesse aberta e começou a olhar para mim. Quis pô-lo fora; impossível. Então lembrou-me a ameaça da sombra. — “, disse eu,

chamando o gato; e imediatamente começou ele a fazer-me festas. Era fado ou ocasião: mais tarde ou mais cedo o meu túmulo é o ventre deste nobre animal (ASSIS, 1956, p. 20).

Trechos da narrativa de Jaime deixam claro que Miranda, da mesma forma que se sente encantado com as palavras de seu interlocutor, considera que tudo não passa de devaneio de um doido, em contraponto ao ar sereno e à inteligência que “o homem dos idos de março” lhe transmitia:

Comemos tranqüilamente; eram então oito horas, e o velho estava ansioso que batessem as doze. Ao cabo de meia hora acendeu ele um charuto, e eu o mesmo que ele me havia dado de manhã, e continuamos a falar de César.

— Apareceu-me a sombra, disse ele, e desenrolou um libelo dos males que eu havia feito à República com a morte dele, e ao mesmo tempo acrescentou que o meu crime nada salvara, pois era inevitável a decadência da República. Como eu respondesse um pouco irritado, a sombra soltou estas fatídicas palavras: ‘Bruto, os deuses querem punir-te da minha morte. Voltaremos ao mundo outra vez debaixo da forma humana, e depois, imediatamente depois minha alma passará ao corpo de um gato. Daí em diante, Bruto, teme sempre os idos de março, porque a um desses aniversários serás transformado em rato, e engolido por mim.

Tirei o charuto da boca, e contemplei a cara do meu interlocutor. Era impossível que não estivesse próximo um acesso de loucura; mas o olhar do homem conservava a mesma inteligência e serenidade. Ele respirava a fumaça com delícias e olhava, ora para o teto, ora para o gato (ASSIS, 1956, p. 24).

Miranda coloca em xeque a identidade discursiva de Jaime, apesar de confirmar a decadência daqueles dois grandes homens do Império Romano:

Que pena descreveria o olhar triunfante de César quando viu debaixo de si o miserando Bruto? Não conheço nada em poesia ou pintura — nem sequer na música chamada imitativa —, nada conheço que produza a impressão que me produziu

aquele grupo e aquele olhar. De uma rivalidade secular, que lutou à luz do sol e da História, passava-se ali o último ato, dentro de uma sala obscura, tendo por espectador único um provinciano curioso.

[...]

O gato olhou para mim e pareceu compreender-me; efetivamente atirou-se ao rato com uma ânsia de quem esperava há muito aquela ocasião. Vi — que horror! — vi o corpo do nobre Bruto passar todo ao estômago do divino César, vi isto, e não lhe pude valer, porque eu tinha a presunção de que as armas da terra nada podiam contra aquela lei do destino (ASSIS, 1956, p. 27).

Para o narrador, a originalidade é fruto da diversidade e está associada à loucura. Se há juízo, todos são copiados, iguais. A identidade discursiva de Jaime só é interessante graças à sua loucura. Miranda demonstra certo preconceito, pois se considera triste por ter conhecido um maluco, que, curado, tornou-se cópia e findou-se a originalidade:

Saí triste. Procurava um homem original e achei um maluco. Os de juízo são todos copiados uns dos outros. Consta-me até que aquele mesmo homem de Plutarco, freguês do Carceller, curado por um hábil médico, está agora tão comum como os outros. Acabou a originalidade com a maluquice. *Tu quoque, Brute?* (ASSIS, 1956, p.29).

O último parágrafo do conto contrasta com o primeiro, da mesma forma que se contrastam as identidades de Miranda e de Jaime. A empolgação de Miranda em encontrar uma pessoa original dá lugar à tristeza e à decepção.

Considerações finais

A genialidade de Machado de Assis pode ser encontrada em diversas obras e sob diferentes perspectivas. Ao incluir o leitor como testemunha da presença de um dos personagens em um famoso restaurante no centro da cidade do Rio de Janeiro, coloca-o em evidência e estimula sua imaginação

e curiosidade. Dessa forma, o escritor desperta o suspense e a ansiedade pelo desfecho da obra.

A identidade constitui elemento primordial no conto “Decadência de dois grandes homens”, uma vez que o narrador questiona a identidade do seu interlocutor, a do gato e a sua própria é colocada em xeque pelo homem que tanto atraía seu interesse. Além disso, ao longo da narrativa, percebe-se que o narrador demonstra hesitação sobre a forma como se refere ao seu interlocutor, chamando-o ora de Jaime, ora de Bruto, ora de Jaime-Bruto e até mesmo de “homem dos idos de março”.

Os estudos de Patrick Charaudeau acerca das identidades social e discursiva permitem analisar como se elaboram as estratégias discursivas que os sujeitos do ato linguageiro adotam para persuadir e seduzir seu interlocutor. Com elas, espontaneamente ou não, cria-se um *ethos* que funciona como elemento primordial para a legitimidade dos indivíduos envolvidos nesse ato. Tais estudos são de grande valia para análises de discursos, tanto dos proferidos por sujeitos do cotidiano, quanto dos promovidos por personagens da literatura.

O estudo exposto por este artigo é somente uma pequena amostra do quanto as teorias desenvolvidas por renomados linguistas auxiliam o desenvolvimento de análise de enredos literários e, também, colaboram para se desvendar o âmago dos personagens presentes na narrativa.

O “bruxo do Cosme Velho” brinda os leitores com uma narrativa polifônica, com personagens instigantes e com uma história dentro da história, assim como uma vida dentro de outra, um universo dentro de outro.

Machado de Assis estrutura a narrativa do conto “Decadência de dois grandes homens” por meio da diversidade das identidades social e discursiva entre os dois personagens. Tal construção é possível graças à perspicácia do autor em colocar frente a frente a dualidade, a dicotomia entre a racionalidade e a fé, entre o juízo (Miranda) e a loucura (Jaime), entre o real e o imaginado.

Referências

ASSIS, Machado de. *Contos esquecidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

- CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2020.
- _____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2016.
- _____. *Discurso político*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, M. (org.). *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009. p. 309-326.
- EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2 ed., 3ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2016, p.29-56
- RIO de Assis: imagens machadianas do Rio de Janeiro. Concepção e design Aline Carrer. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.
- VALENTE, André. Argumentatividade na linguagem midiática: aspectos linguísticos da intencionalidade discursiva no uso de ajetivos e metáforas. In: _____ (org.). *Unidade e variação na língua portuguesa: suas representações*. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p.25-38.

VEREDAS DA ARGUMENTAÇÃO NO GÊNERO CARTUM

Roberta Viegas Noronha¹

Introdução

Os muitos papéis sociais que assumimos em diferentes situações comunicativas nos exigem práticas argumentativas que mobilizam uma série de habilidades e determinadas estratégias, com o intuito de modificar a realidade que nos cerca através do *logos*, isto é, da razão, e despertar no outro uma disposição para a ação. Saber argumentar é saber atuar socialmente.

Os estudos acerca da argumentação remontam à Antiguidade Clássica e, desde então, têm despertado o interesse de diferentes campos do saber. No contexto escolar, o trabalho com a argumentação esteve pautado, durante muito tempo, na aprendizagem de modelos tipológicos (descrição/narração/argumentação) e de técnicas para a produção de uma boa redação com o intuito de lograr desempenho satisfatório em exames oficiais. Mas as atuais demandas sociais de uso da linguagem exigem um trabalho que ultrapasse a mera reprodução. É necessário que a escola considere as reais situações comunicativas do cotidiano do aluno e o instrumentalize para a prática do argumentar ao mesmo tempo em que contribua para sua formação geral como cidadão que participa de maneira consciente do seu contexto político, econômico e social.

1 Doutoranda (bolsista CAPES) no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação da Prof^a Dr^a Beatriz dos Santos Feres, na linha de pesquisa: Teorias do Texto, do Discurso e da Tradução.

Neste sentido, considerando que a argumentatividade é inerente aos discursos e que o ensino de Língua Portuguesa deve estar pautado na perspectiva dos gêneros, como aponta os PCN (BRASIL, 1998), este trabalho, ancorado em uma abordagem linguístico-discursiva, objetiva refletir sobre a dimensão argumentativa do cartum e sua produtiva relação com o ensino da argumentação. Portanto, acreditamos que a própria natureza desse gênero, o seu papel argumentativo, seu aspecto composicional e suas temáticas favorecem o estudo da argumentação para além das abordagens tradicionais, de modo que a criticidade, a capacidade argumentativa e as habilidades de leitura de textos verbo-visuais e de produção escrita possam ser desenvolvidas de maneira eficaz.

Para isso, analisaremos um cartum da cartunista argentina Maitena Burundarena. Os estudos dos quadrinhos (RAMOS, 2011; TEIXEIRA, 2005), da argumentação (AMOSSY, 2006; FIORIN, 2014), do texto (MARCUSCHI, 2002; KOCH 2002, 2006) e alguns conceitos da Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso nortearão este trabalho.

Argumentação: algumas observações

Argumentar é uma atividade discursiva que desempenhamos muito antes de ingressarmos na educação formal, pois em nossas interações, por meio da linguagem (oral ou escrita), emitimos opiniões, assumimos pontos de vista e, mesmo que de maneira subespontânea, tentamos frequentemente persuadir e exercer influência sobre outrem. Logo, “o uso da linguagem é essencialmente argumentativo” (KOCH, 2006, p. 29).

Charaudeau (2008, p. 205) ressalta que a argumentação não se limita a uma sequência de conectores lógicos porque, frequentemente, o aspecto argumentativo de um discurso encontra-se no que está implícito. Segundo o autor, algumas condições são necessárias para que a argumentação exista: (i) uma proposta sobre o mundo que provoque um questionamento quanto à viabilidade de uma proposta; (ii) um sujeito que desenvolva um raciocínio que tente estabelecer a legitimidade da proposta; (iii) um outro sujeito que se constitua no alvo da argumentação.

Assim, argumentar é uma atividade que depende tanto daquele que argumenta como daquele que recebe a argumentação e emite uma resposta a partir dela. É, portanto, uma relação triangular entre um

sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo. A argumentação é uma totalidade que o modo argumentativo contribui para construir, é o resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes que dependem de uma situação com finalidade persuasiva. Perelman e Olbrechts-Tyteca salientam que

o objetivo de toda argumentação é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 50).

Na perspectiva Semiolinguística, o dispositivo argumentativo configura-se a partir de uma Proposta (Tese), passa pela Proposição (quando o argumentante justifica, refuta ou pondera sobre a Tese), chegando à Persuasão, momento em que as provas de justificativa, refutação ou ponderação são apresentadas.

Para Amossy (2006, p. 34), a argumentação não deve ser pensada somente como o fruto de debates em que os raciocínios lógicos se afrontam. Para a autora, a argumentação está dividida em *visadas argumentativas* e em *dimensões argumentativas*. As visadas argumentativas, que caracterizam alguns discursos, constituem uma forma de persuasão sustentada por uma intenção consciente, oferecendo estratégias programadas para sua realização, enquanto a segunda, inerentes a numerosos discursos, constitui uma transmissão de um ponto de vista sobre as coisas, sem que se pretenda expressamente modificar as posições do interlocutor. Dessa forma, Amossy (2006) estabelece uma concepção mais larga de argumentação, entendida como a tentativa de modificar, de reorientar ou, mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do interlocutor, pela tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também a modos de pensar, de ver, de sentir.

Na concepção de Fiorin (2014, p. 69), todos os discursos são argumentativos, pois todos fazem parte de uma controvérsia, refutando, apoiando, sustentando um dado posicionamento. A argumentação é, então, uma reação responsiva a outro discurso. Neste sentido, “a linguagem

passa a ser encarada como forma de ação, ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia” (KOCH, 2002, p. 15).

Levando em conta essas afirmações, podemos entender que, em maior ou menor grau, a argumentatividade está presente em todos os gêneros textuais e que o texto é um objeto multifacetado que revela não só o que sabemos da língua, mas também o que sabemos sobre o mundo em que vivemos (KOCK; ELIAS, 2018, p. 10). Ao considerarmos que os textos carregam tipos discursivos variados, ensinar/aprender a argumentar deve ir além de análises das estruturas e técnicas argumentativas pré-moldadas. Trataremos a seguir do trabalho com a argumentação no contexto escolar.

Argumentação e ensino

Os PCNs de Língua Portuguesa (BRASIL, 1998, p. 41) consideram a argumentação como uma capacidade relevante para o exercício da cidadania, por meio da análise das formas de convencimento empregadas nos textos, da percepção da orientação argumentativa que sugerem, da identificação dos preconceitos que possam veicular no tratamento de questões sociais.

Dessa maneira, o trabalho com os gêneros predominantemente argumentativos, que, em geral, traz em seu bojo a discussão de temáticas sociais polêmicas ou controversas, possibilita ao aluno poder expressar-se autenticamente sobre questões efetivas e desenvolver a competência argumentativa ao emitir opinião, refutar um pensamento dado e negociar tomadas de posição. Porém, se a argumentatividade atravessa todos os discursos, cabe à escola promover práticas de leitura e de produção de textos diversificadas, a fim de fomentar a reflexão sobre as funções sociais dos gêneros discursivos, as estratégias argumentativas utilizadas/reveladas em cada texto e “a expansão das possibilidades do uso da linguagem” (BRASIL, 1998, p. 43).

A BNCC (BRASIL, 2017) indica a argumentação como uma das competências gerais a serem desenvolvidas nos estudantes, pois, segundo tal documento, é necessário dar voz a quem geralmente é visto como ouvinte, com vistas ao desenvolvimento da consciência crítica cidadã e à formação de um leitor/escritor autônomo e proficiente. Neste sentido, sugere que o educando deve aprender a

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta (BRASIL, 2017, p. 9).

O amadurecimento da competência argumentativa só é possível a partir do ensino de língua materna voltado para a leitura e para o processo de produção de sentido de um texto. O desenvolvimento da competência leitora nos alunos requer professores competentes, pois saber ler é um processo muito mais complexo que a simples decodificação de signos linguísticos e que não pode se limitar ao verbal. É necessário considerar os elementos extralinguísticos e não verbais dada a predominância de textos verbo-visuais que circulam em nossa sociedade.

Saber ler é ser capaz de circular entre textos e produzir sentidos. É uma atividade, como bem aponta Garcez (2004 *apud* SIQUEIRA; XAVIER, 2019, p. 85), que lida com “a capacidade simbólica e com a habilidade de interação mediada pela palavra”. Dessa forma, é fundamental que o professor auxilie o educando, apontando o “caminho” a ser percorrido para se alcançar a significação de uma totalidade discursiva. Na atividade de leitura (e por meio dela), acionamos conhecimentos linguísticos, enciclopédicos, relações com o outro, experiências, lugar social, fazemos inferências e comparações, internalizamos estruturas da língua, tipos de textos, ampliamos nosso repertório textual e cultural, e, conseqüentemente, escrevemos melhor.

Logo, para Demo (2000 *apud* SIQUEIRA; XAVIER, 2019, p. 77) não adianta apenas expor o aluno aos gêneros predominantemente argumentativos, é necessário que ele entenda como se dá a argumentação dentro de cada texto a partir da identificação da temática abordada, das condições de produção do discurso e das estratégias utilizadas pelo autor na construção da argumentação em relação ao gênero utilizado. Sob essa perspectiva, Charaudeau (2008, p. 204), a título de exemplificação, ressalta que os *slogans* publicitários, por menos argumentativos que sejam em sua aparência, devem ser compreendidos em função do esquema argumentativo que define esse gênero de comunicação. Sendo assim, consideramos que o trabalho com textos verbo-visuais seja uma boa fonte de estímulo para o estudo da argumentação em

sala de aula, bem como para o desenvolvimento da competência leitora de textos multimodais, conforme veremos a seguir.

A argumentação e o gênero discursivo cartum: uma relação produtiva de sentidos

Os estudos em torno dos gêneros discursivos estiveram, durante muito tempo, ligados, especialmente, aos estudos literários. A partir da primeira metade do século XX, Mikhail Bakhtin, ao considerar tanto os gêneros literários como os não literários como prática sociointeracional, amplia a discussão e abre caminho para novas abordagens. Atualmente, a noção de gênero ainda é objeto de estudo de diferentes teorias linguísticas, além de ser questão central no que diz respeito ao ensino de língua materna. Na perspectiva bakhtiniana, os gêneros do discurso são “tipos relativamente estáveis de enunciados” elaborados pelas mais variadas esferas da atividade humana que refletem as condições e finalidades específicas da língua em funcionamento, ou seja, os gêneros resultam de um uso comunicativo da língua em sua realização dialógica e interativa. São, portanto, caracterizados enquanto atividades sociodiscursivas e possuem três dimensões constitutivas: conteúdo temático, estilo e construção composicional.

Além disso, segundo Bakhtin (1997, p. 302), os gêneros podem ser primários ou secundários. Os primários são produzidos em contextos comunicativos mais simples e espontâneos, como no bilhete e na carta, por exemplo; enquanto os secundários, que surgem a partir dos primários, evidenciam uma forma de comunicação mais complexa, tendo o discurso científico, o discurso ideológico, o teatro e o romance como exemplos. Dessa forma, os gêneros “são modelos comunicativos e servem, muitas vezes, para criar uma expectativa no interlocutor e prepará-lo para uma determinada reação. Operam prospectivamente, abrindo o caminho da compreensão” (MARCUSCHI, 2002, p. 14).

Nossa comunicação diária só se efetiva por meio dos gêneros. “Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível” (BAKHTIN, 1997, p. 301-302).

Marcuschi (2002), que também se debruçou sobre o estudo dos gêneros discursivos, parte das noções propostas por Bakhtin e considera os

gêneros como entidades sociodiscursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação de comunicação. Marcuschi ressalta que eles são caracterizados muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas, e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais. Assim, os gêneros surgem, situam-se e integram-se funcionalmente nas culturas em que se desenvolvem; e contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia a dia (MARCUSCHI, 2002, p. 19).

Marcuschi (2002, p. 22) diferencia *gênero de tipo textual*, sendo o primeiro uma noção para referir os textos materializados que encontramos em nosso cotidiano e que apresentam características sociocomunicativas, enquanto o segundo designa uma espécie de construção teórica definida pela *natureza linguística* de sua composição e abrange “cerca de meia dúzia” de categorias conhecidas, como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*.

Amossy (2006, p. 35) ressalta que mesmo que a argumentação no seu sentido restrito não seja o objeto de um romance, de uma autobiografia, de um artigo de jornal etc., ela perpassa tais textos.

Nos discursos oriundos de uma conversa familiar, do ensaio, do romance, o locutor não é obrigado a resolver um conflito de opinião [...]. O discurso argumentativo pode propor questões sobre as quais trabalhou para lhes dar uma certa ênfase e a bem formulá-las, mas não precisa resolvê-las. Este discurso pode submeter um problema à reflexão do auditório sem, no entanto, lhe impor uma solução definitiva (AMOSSY, 2006, p. 35).

Para Charaudeau (2008, p. 78), os gêneros textuais tanto podem coincidir com um modo de discurso que constitui sua organização dominante quanto resultar da combinação de vários desses modos. O autor salienta, ainda, que o mesmo ocorre com a imprensa de modo geral, e nela é possível encontrar textos com tendência descritiva, narrativa e argumentativa.

Como os demais gêneros do domínio jornalístico, os cartuns buscam retratar e satirizar situações do âmbito cultural, político, esportivo, familiar etc., sem se preocuparem com um contexto sócio-histórico específico, pois são atemporais, universais e não perecíveis. É um desenho de humor e crítica, um veículo de comunicação social que provoca ao mesmo tempo o riso e a reflexão. Tal como a charge, ele propõe uma síntese funcional da

política, da realidade e da cultura, sob o ponto de vista exclusivo da reflexão e do humor (TEIXEIRA, 2005, p. 103).

Para Ramos (2011), o cartum é um texto de curta extensão, construído com um ou mais quadrinhos de formato retangular que apresenta uma crítica a hábitos e costumes humanos não situados no tempo. Além disso, não utiliza em sua composição gráfica retratos caricatos de pessoas específicas, mas sim personagens fictícios que podem ser fixos ou não. Apresenta temática atrelada ao humor e narrativa com desfecho inesperado no final.

Ancorado em saberes, representações e imaginários, o cartum explora temáticas que podem suscitar controvérsias e polêmicas, já que tais temáticas são tratadas a partir de um ponto de vista e de uma maneira singular de entender a vida em sociedade. O cartunista, apoiado nesses saberes, tem como matéria-prima o senso comum e se vale de estratégias de captação com a intenção de, em certa medida e não necessariamente, modificar comportamentos e levar o leitor a aderir ou não ao seu projeto de fala. Sendo assim, o cartunista pode ser considerado uma voz crítica da sociedade, falando em nome de uma coletividade, como bem aponta Xavier (2001):

O fazer-cartum é uma arte que depende de identificação imediata, portanto o cartunista é obrigado a laborar essencialmente sobre referências sociais e comuns visando a atingi-la. Tal identificação é, na maioria das vezes, plenamente conquistada, o que nos leva à identificação de pelo menos três funções do artista. O cartunista é, em determinada medida: a) Voz crítica da sociedade [...]. b) O herói Perseu, que usa o espelho (o cartum) para revelar à Medusa seu próprio rosto horrendo [...]. c) 'Antena da raça', expressão utilizada por Ezra Pound para definir certa qualidade de artistas. Para Pound, o verdadeiro artista é capaz de reconhecer e 'captar' antes de todos uma tendência futura, a direção para qual a sociedade caminha, antes de estar definitivamente estabelecida (XAVIER, 2001, p. 198-199).

De caráter opinativo, crítico e quase de denúncia, o cartum expõe comportamentos e valores capazes de provocar sentimentos e reflexões

sobre a realidade que nos circunda. Além disso, como um texto multissemiótico, ou seja, que se constitui de diferentes signos, numa combinação entre o signo linguístico e os não linguísticos, o cartum possibilita diversas abordagens, com focos diferenciados sobre seu material semiótico. Assim, carrega inúmeras características que o transforma em centro de observação de diferentes campos do conhecimento, principalmente, o das Ciências da Linguagem, que o tomam, muitas vezes, como objeto de estudo linguístico-discursivo, além de ser uma interessante ferramenta no ensino de língua materna.

Como aponta Silveira (2003 apud RAMOS, 2011, p. 86), textos verbo-visuais, como as histórias em quadrinhos, podem ser um excelente instrumento didático porque, quando bem aplicados em sala de aula, permitem uma leitura mais crítica e proficiente por parte dos estudantes. Porém, segundo a autora, as escolas ainda encontram dificuldade em trabalhar textos que mesclam os códigos verbal e visual, pois é necessário levar em conta que os quadrinhos são um tipo textual híbrido, ou seja, há predominância da sequência narrativa, mas também de outras sequências, em especial a conversacional-dialogal e a argumentativa.

Koch e Elias (2018, p. 28) salientam que é comum em nossas práticas comunicativas contarmos uma história com o intuito de envolver o outro e dele obter uma reação desejada, de justificar um modo de pensar e de agir, uma tomada de decisão etc. Sendo assim, narrar pode ser também uma estratégia argumentativa, ou seja, um recurso para tentar convencer, como veremos na análise a seguir.

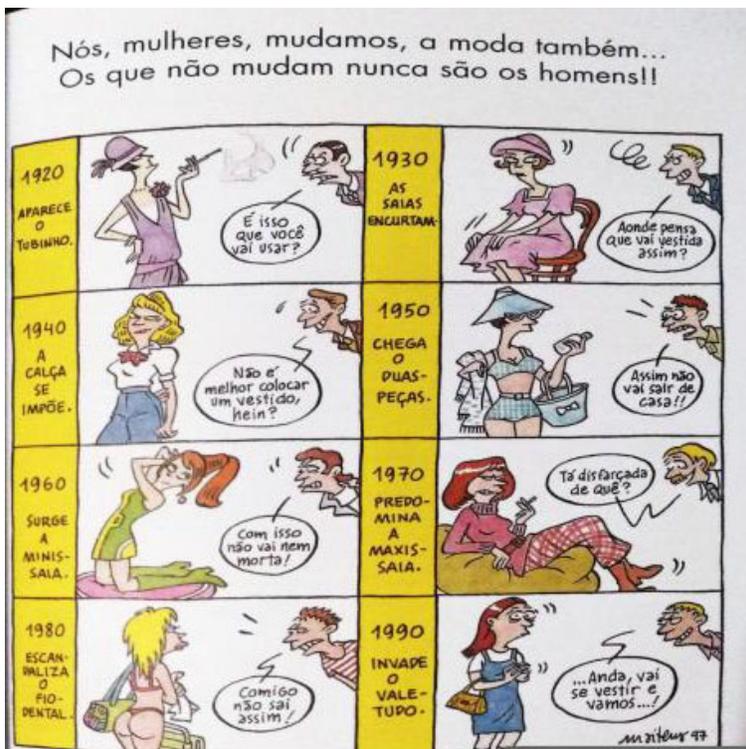
A dimensão argumentativa do cartum: uma proposta de análise

Maitena Burundarena iniciou sua carreira na revista argentina *Sex and humor*, na década de 1980, enfrentando uma difícil trajetória devido à ditadura militar argentina, até que sua carreira fosse consolidada. Sua obra se divide em três séries: Mulheres Alteradas, Mulheres Superadas e Curvas Perigosas. Seu público-alvo são, majoritariamente, mulheres, em especial, mulheres maduras, mas o endereçamento ao gênero masculino se estabelece justamente pelas temáticas que aborda em suas produções. O universo feminino e seus dilemas, as relações humanas, os conflitos familiares, o divórcio, o casamento, o sexo casual e a homossexualidade

são temas que contemplam e representam a mulher e o homem contemporâneos. A obra dessa autora nos chama a atenção justamente pelo viés subversivo e irônico presentes na construção de sua narrativa, seus personagens e seu projeto de fala.

Maitena, ao retratar o universo feminino, fala em defesa das mulheres, independentemente das feminilidades reveladas em sua obra, como salienta Vivas (2008, p. 31). Esse aspecto é apontado em sua obra, em grande parte a partir de recursos que acionam o deboche, a ironia, o escárnio e a dissimulação, marcando o teor subversivo de sua composição artística. O riso e a ironia são mecanismos por meio dos quais Maitena afeta e influencia seu público. Ela utiliza os estereótipos para debochar da imagem de mulheres “engessadas” e de homens machistas. Ou seja, ela ridiculariza as imagens estereotipadas e caricaturadas para fazer-refletir seu interlocutor.

As mulheres, a moda e os homens



Mulheres Alteradas 3. Editora Rocco, v.01, p. 47, 2003.

O cartum em análise integra o livro *Mulheres Alteradas 3*. Nele, observamos a organização do espaço em oito quadros em que se percebem as mudanças ocorridas na moda feminina ao longo do século XX como reflexo da mudança na condição social e histórica das mulheres, apontando para a libertação do corpo e o empoderamento feminino na sociedade atual. Porém, apesar de tais mudanças, a cartunista ilustra uma situação que se repete em todos os quadros e diz respeito ao espaço de tematização do texto: o comportamento machista masculino de dominação em relação à mulher. Todas as mulheres retratadas são vítimas de comentários pejorativos e da imposição de um comportamento adequado por parte de seus companheiros. É possível observar visualmente a expressão de espanto e de insatisfação no rosto dos homens retratados, acompanhada do verbal “É isso que você vai usar?”; “Com isso não vai nem morta!”. Assim, a narrativa se apoia nos dizeres dos personagens.

As legendas em amarelo “1920 aparece o tubinho”, “1930 as saias encurtam”, “1940 a calça se impõe” fornecem um enquadre temporal e servem para situar no tempo e descrever as mudanças ocorridas nas épocas retratadas no cartum. Essa descrição é complementada também pela parcela visual. A argumentação explícita se evidencia no título (declaração inicial) “Nós, mulheres, mudamos, a moda também... Os que não mudam nunca são os homens!” e deixa claro a tese (*Proposta*) defendida pela cartunista: apesar de tantas mudanças sociais e históricas, os homens não mudaram e continuam a reproduzir as desigualdades. As oito cenas são os argumentos-prova (*Persuasão*) de que as mulheres buscaram libertação enquanto os homens, ao longo das décadas, insistem em manter o patriarcado que tanto os beneficia.

O leitor precisa ativar saberes e preencher lacunas para entender em que se apoia a argumentação de Maitena, já que o cartum condensa muitas informações. É necessário pensar nos imaginários em torno da masculinidade e da feminilidade e dos papéis e comportamentos que são esperados de homens e mulheres: dominação e submissão. Também é preciso acionar conhecimentos extralinguísticos em torno dos períodos históricos retratados pela cartunista: décadas de 1920 a 1990, períodos em que ocorreram muitas transformações na sociedade do século XX, principalmente, no exemplo em tela, no que diz respeito aos movimentos feministas.

O discurso de opinião demonstrado por Maitena constrói uma visão negativa, de crítica e de deboche ao comportamento masculino. Tal opinião

pode suscitar controvérsias e polêmicas, uma vez que, ao mostrar o senso comum, ao revelar como as coisas são, de certo modo, ela mostra também que é preciso mudar e romper com os padrões impostos socialmente, além de dizer que só as mulheres evoluem. As estereótipias utilizadas por Maitena como signo paródico tem o efeito de crítica social. A cartunista, através do humor e da ironia, é movida por uma visada de captação que tem a intenção de fazer-refletir seu interlocutor. Assim, as escolhas dos modos de linguagem e sua organização, o aspecto composicional do cartum, a temática, os signos verbais e não verbais constituintes são estratégias que estabelecem os posicionamentos da cartunista, propiciam o espelhamento e convidam o leitor a refletir sobre as opiniões e os pontos de vista construídos no texto.

Com isso, constatamos como a argumentatividade é constitutiva do cartum e, portanto, pretendemos demonstrar a importância do ensino de leitura de textos multimodais, de modo a ampliar o repertório dos alunos e levá-los ao entendimento de que a compreensão de um texto se efetiva não só pela informação explícita, mas também por meio de implícitos; e que através de estratégias ligadas à narração e à descrição também é possível argumentar.

Considerações finais

De acordo com o que foi exposto, verificamos que os signos linguísticos constituintes do cartum não são dotados de sentido pleno e, por isso, exigem um leitor competente, que leve em conta os contextos linguísticos e extralinguísticos ativados na verbo-visualidade. Textos desta natureza, multimodais (ricos em linguagens), constituem um amplo campo de reflexões e uma profícua oportunidade de desenvolver habilidades de leitura e de produção de textos. Além disso, as temáticas sociais abordadas no cartum e a maneira criativa de construir argumentos, quando levadas à sala de aula, possibilitam ricas discussões e compartilhamento de ideias que contribuem para o exercício da competência argumentativa e da autonomia crítica do aluno.

Por isso, acreditamos que o gênero escolhido, neste trabalho, é uma importante ferramenta para discutir/refletir sobre os costumes, os saberes e imaginários que circulam em uma sociedade, os recursos linguísticos e discursivos empregados pelo cartunista, as estratégias de persuasão e de

construção da argumentatividade além de ser uma maneira divertida de se trabalhar a argumentação. Afinal, a argumentação e o gênero discursivo cartum apresentam uma relação produtiva de sentidos. Dessa maneira, fica evidente que a escola pode e deve priorizar a prática de leitura de gêneros textuais diversificados, a fim de promover um trabalho constante com a argumentação que garanta a formação de leitores/escritores críticos, autônomos e conscientes da realidade que os cerca.

Referências

- AMOSSY, R. *L'argumentation dans le discours*. Paris: Colin, 2006.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais - terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: língua portuguesa*. Brasília/Secretaria de Educação Fundamental: MEC/SEF, 1998.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2ª ed. SP: Contexto, 2008.
- FIORIN, J. L. Argumentação e discurso. *Bakhtiniana*, São Paulo, n. 9, p. 53-70, jan./jul. 2014.
- KOCH, I. V.; ELIAS, Vanda Maria. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2018.
- KOCH, I. V. *Argumentação e linguagem*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *A inter-ação pela linguagem*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.) *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da Argumentação: a Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- RAMOS, P. *Faces do humor: uma aproximação entre piadas e tiras*. Campinas, SP: Zarabatana Books, 2011.
- SIQUEIRA, S. R.; XAVIER, G. R. S. Pensar por si e dizer o que pensa: o ensino da argumentação e a formação de sujeitos autônomos. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 72-92, jan./abr. 2019.

TEIXEIRA, L. G. S. *Sentidos do humor, trapaças da razão: a charge*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2005.

VIVAS, M. As Mulheres Alteradas e a Literatura Mulherzinha - a construção de feminilidades a partir de diferentes leituras de tirinhas cômicas de Maitena. *In: V Congresso Brasileiro de Hispanistas, 2008*, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG. v. 1, 2008, p. 3.126-3.135.

XAVIER, C. Aids é coisa séria! - humor e saúde: análise dos cartuns inscritos na I Bienal Internacional de Humor, 1997. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, p. 193-221, mar./jun. 2001.

Créditos das imagens

BURUDARENA, M. *Mulheres Superadas 3*. v. 01. São Paulo: Rocco, 2003.

LEANDRO KARNAL E O *ETHOS* DE UM ACADÊMICO POP - REFLEXÕES SOBRE O TEXTO ARGUMENTATIVO

Graziela Borguignon Mota¹
Patricia Ribeiro Neves Ribeiro²

Introdução

Há, atualmente, um interesse especial por estudos acerca das práticas discursivas linguageiras, de caráter argumentativo, nas diversas esferas sociais, sobretudo nas mídias de maior divulgação. Posicionar-se no mundo, nesse sentido, é uma das maneiras de reconhecimento próprio e alheio, sabemos com Charaudeau (2008) que o homem se reconhece como um sujeito social por meio da percepção das semelhanças e diferenças entre seus pares.

A questão da comunicação humana está inserida em uma problemática da identidade do sujeito falante, como ser comunicante, o qual deseja estabelecer seu direito de comunicar. Segundo Charaudeau (2008, p.11), “para todo sujeito que quer falar se coloca a questão de saber se ele está legitimado para fazê-lo, sem o que ele não existiria enquanto sujeito falante”. O linguista francês postula, ademais, à luz do conceito retórico de *ethos* que “não há, pois ato de linguagem que não passe pela construção de uma imagem de si. Desde o instante em que se fala, aparece,

1 Doutoranda do Programa de pós-graduação em Estudos de Linguagem - UFF

2 Docente e orientadora do Programa de pós-graduação em Estudos de Linguagem - UFF

transparece, emerge de si, uma parte do que se é através do que se diz” (CHARAUDEAU, 2016, p.72).

O modo como o enunciador se comporta discursivamente no texto é que pode garantir credibilidade para o texto opinativo. Nesse sentido, a exemplo do historiador, escritor e acadêmico, Leandro Karnal, que exerce um papel de realce nos diversos meios de comunicação, interessa-nos elaborar uma reflexão acerca de sua produção discursiva, a partir da publicação de suas crônicas jornalísticas. A propagação de discursos proferidos por pesquisadores/acadêmicos, aliada a uma linguagem acessível, pode trazer à tona experiências acadêmicas, conhecimentos de base científica, os quais circulam, em geral, apenas nos ambientes prototipicamente acadêmicos. Esse alargamento do horizonte acadêmico pode gerar um retorno social imediato, como uma espécie de “democratização” dos saberes de cátedra.

O Modo Argumentativo do Discurso

A prática argumentativa suscita discussões desde a Antiguidade clássica. Do ponto de vista histórico, a argumentação está associada à complexidade da vida em sociedade. A palavra, de alguma maneira, funda um advento democrático: os conflitos não poderiam ser dissolvidos por força e destruição. “No contexto em que cidadãos eram chamados a resolver as questões da cidade é que surgem também os primeiros tratados de argumentação. Eles ensinavam a arte de persuasão” (FIORIN, 2016, p. 9).

É ventilado, com frequência, o enunciado que diz que todo discurso possui um viés argumentativo. Há diferentes maneiras de apresentação de um discurso argumentativo – de forma implícita ou explícita – contudo, todos os discursos podem ser considerados argumentativos. Segundo Fiorin (2016), confirma-se tal postulado acerca da tipologia em questão, pois o discurso é inerentemente dialógico e, também, porque o enunciador deseja sempre que suas convicções sejam acolhidas, que ele mesmo seja aceito, que o interlocutor, dessa forma, construa dele uma boa imagem.

A argumentação, entretanto, é um setor de atividade da linguagem que sempre exerceu fascínio, desde a retórica dos antigos que dela fizeram o próprio fundamento das relações sociais (a arte de persuadir) até hoje, quando voltou à moda.

Por isso, o termo argumentação tem sido objeto de um grande número de definições, o que não torna fácil o estudo e a apresentação desse fenômeno da linguagem (CHARAUDEAU, 2008b, p.201).

Uma argumentação é estruturada por uma dupla indissociável na linguagem: o componente explícito e o componente implícito. Para Charaudeau (2008b), no entanto, os aspectos argumentativos mais relevantes em um ato de comunicação estão inscritos no nível implícito, já que o sentido implícito comanda o sentido explícito da linguagem.

O processo de argumentar é oriundo de uma dupla demanda: a “busca de racionalidade” e a “busca de influência”, uma atividade discursiva que se inscreve numa “finalidade racionalizante”, levando-se em conta, no jogo do raciocínio, uma certa lógica, bem como o princípio da não contradição. A busca da racionalidade está associada tanto a um ideal de verdade quanto à explicação de fenômenos do universo, pautados em uma “certa” explicação centrada em parâmetros universais. Nessa busca, cria-se uma tensão entre a *experiência individual* – situada em um quadro espacial e temporal determinado – e as intituladas *operações do pensamento* – inscritas em um universo discursivo de explicação, pautadas em percepções coletivas. Norteadas pelo princípio da alteridade no processo de reconhecimento dos pares, o sujeito argumentante está em busca de uma verdade verossímil, que, de alguma maneira, está sobredeterminada pelas representações sociais e culturais compartilhadas pelos membros do grupo (CHARAUDEAU, 2008b, p.206).

Ainda sobre o processo de argumentar, a segunda demanda importante é a “busca de influência”, que pode ser abordada como uma espécie de ideal de persuasão, conduzindo o interlocutor a compartilhar as mesmas proposições postuladas pelo enunciador, ou seja, alcançar o objetivo comunicativo da persuasão. Nesse sentido, não se deve tomar a argumentação apenas por sua vertente racional, associada à lógica de raciocínio, tampouco vinculá-la somente às estratégias de persuasão e sedução. Segundo Charaudeau (2008b), é preciso considerar que argumentar é uma atividade complexa que inclui diversos procedimentos, dentre eles, a finalidade racionalizante, constituindo um jogo do raciocínio marcado por uma lógica e um princípio de não contradição, procedimentos tais que não figuram na estrutura de outros modos de organização do discurso.

Sabe-se que é por meio de textos argumentativos que ideias são construídas, contestadas, refutadas e aceitas, por isso, todos os textos, na realidade, possuem uma natureza dialógica, conforme postulado pelo filósofo da linguagem Bakhtin, no século XX. O modo argumentativo assume, portanto, um protagonismo na análise não só pela sua longa história nos estudos de linguagem, desde a Antiguidade Clássica, mas também por ser uma característica básica do discurso.³

As representações sociais e o *ethos* discursivo

A noção de *ethos*, retomada da Retórica tradicional coloca a questão da moral, do caráter ligado à pessoa do orador, sendo este último atributo, o que legitima o discurso e convence o seu público do que foi dito. O locutor deseja construir uma imagem de si com o objetivo de gerar uma boa impressão no auditório, por isso, esse *ethos* está associado ao convencimento do outro por meio da enunciação discursiva.

Nesse sentido, o *ethos* está ligado ao que se demonstra ser, descortinando o discurso do locutor. A representação desse locutor pode ser construída a partir de seu estilo, suas crenças, seu comportamento linguístico. Assim, importa salientar que o *ethos* pode ser desnudado e percebido no ato de enunciação por meio das “maneiras” de se dizer algo. A imagem construída por meio do discurso levará em conta, portanto, os elementos interiores e exteriores à fala, constituindo um processo fundamentalmente interativo com vistas a agir sobre o outro. Segundo definição de Aristóteles (2011, p. 10):

A persuasão é obtida graças ao caráter pessoal do orador, quando o discurso é proferido de tal maneira que nos faz pensar que o orador é digno de crédito. Confiamos em pessoas de bem de modo mais pleno e mais prontamente do que em outras pessoas, o que é válido geralmente, não importa qual seja a questão, e absolutamente válido quando a certeza exata é impossível e há divergência de opiniões. Esse tipo de

3 Abordamos aqui o caráter argumentativo do gênero crônica por uma questão de recorte para a fundamentação teórica deste estudo. Reconhecemos, no entanto, a forte presença do modo narrativo de organização desse gênero textual.

persuasão, semelhantes aos outros deve ser conseguido pelo que é dito pelo orador, e não pelo que as pessoas pensam acerca de seu caráter antes que ele inicie o discurso.

O conceito de *ethos*, entretanto, como elaborado por Aristóteles, foi revisado e estudado, principalmente por Maingueneau e Amossy, atribuindo novas interpretações, adequando-as aos estudos linguísticos, sobretudo, no que diz respeito aos Estudos de Linguagem. A “arte de persuadir” da Retórica tradicional, conforme definição de Amossy (2005, p. 10), na atualidade, filiou-se, no rol de muitas correntes, à Análise do Discurso e à Pragmática ao compreender e explicar a construção do discurso, descrevendo as modalidades de interação, os procedimentos e estratégias de ordem linguística.

Ampliar os estudos sobre *ethos* significa alargar os domínios da argumentação, incorporando todos os tipos de texto, tanto os orais quanto os escritos, já que essa noção está para além dos domínios da oratória. Sobre o *ethos*, Charaudeau e Maingueneau (2008, p.220) definem o termo da retórica antiga como:

a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário. Essa noção foi retomada em ciências da linguagem e, principalmente, em análise do discurso, em que se refere às modalidades verbais da apresentação de si na interação verbal. O *ethos* faz parte, como o “*logos*” e o “*pathos*”, da trilogia aristotélica dos meios de prova. Adquire em Aristóteles um duplo sentido: por um lado, designa as virtudes e morais que garantem credibilidade ao orador, tais quais a prudência, a virtude a benevolência; por outro lado, comporta uma dimensão social, na medida em que o orador convence ao se exprimir de modo apropriado a seu caráter e a seu tipo social. Nos dois casos, trata-se discurso, e não de sua pessoa real.

Na concepção de *ethos*, como concebido por Maingueneau (2001), tanto o discurso oral quanto o escrito possuem um tom que dá autoridade ao que é dito. Assim, permite-se ao interlocutor construir uma representação do corpo do enunciador, que constitui o papel de fiador do que foi dito.

Além das considerações históricas, uma versão atualizada da noção de *ethos*, como instrumento de análise, é encontrada em teóricos contemporâneos da argumentação. Percebe-se, atualmente, o interesse pelo *ethos* em áreas diversas do conhecimento, revelando esse conceito retórico uma preciosa “ferramenta” multidisciplinar (AMOSSY, 2005). No rol dessa multidisciplinaridade, será considerado o postulado de Perelman (2004), que leva em conta não só os fatos sociais timbrados na argumentação, mas também as imagens produzidas, reciprocamente, pelos interlocutores interagentes.

Adota-se o referencial do *ethos*, pois tal noção, de acordo com o viés preconizado pelos autores mencionados nesta seção, inscreve-se num quadro de Análise do Discurso. Nesse sentido, justifica-se tal posicionamento, já que essa noção de *ethos* permite refletir sobre o processo de adesão dos sujeitos a um determinado discurso.

O conceito de representação social está presente nos estudos da Filosofia, da Antropologia Social, da Sociologia, da Psicologia Social e da Análise do Discurso; esta última disciplina interessa-nos em especial. As representações constroem uma organização do real por meio das próprias imagens mentais veiculadas por um discurso e estão e são veiculadas pelo próprio real. As representações se configuram em discursos sociais que testemunham sobre o saber de conhecimento sobre o mundo, sobre um saber de crenças que encerra sistemas de valores dos quais os indivíduos se dotam para julgar essa realidade (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008).

A interação entre os falantes de uma língua exige um sistema organizado de representações para que a comunicação se estabeleça entre a comunidade social. Por isso, os sujeitos interagentes precisam ter referências para poderem inscrever-se no mundo dos signos, significar suas intenções e se comunicar.

As representações sociais orientam e organizam os comportamentos e as comunicações sociais. Por isso, podem ser consideradas sistemas de interpretação – comandam nossa relação com o mundo e com os demais – e observadas como fenômenos cognitivos, pois estão ligadas à esfera social dos indivíduos e suas respectivas experiências e percepções.

Entendemos, assim, que, por meio dos estudos das representações sociais, é possível compreender e reconhecer o modo pelo qual os sujeitos sociais recortam e interpretam o mundo e o contexto no qual eles são partícipes. As representações sociais se revelam como uma forma de conhecimento da atividade cognitiva elaborada pelos indivíduos e grupos sociais

a fim de assegurar suas posições sobre os assuntos cotidianos e comportamentos atinentes a uma comunidade social. Nesse sentido, Jodelet (2001, p. 26) postula que o campo de estudo das representações sociais é frutífero e está em expansão.

De acordo com a Teoria Semiollingüística do Discurso, a realidade tem origem no processo de interpretação. Esta construção do real está associada ao sujeito e às condições de produção que emergem do contexto social em que ele está inserido. Por isso, segundo Charaudeau (2006, p.195), as representações sociais devem ser consideradas aliadas a uma *teoria do sujeito*. Este, por sua vez, é em parte sobredeterminado pelas representações do grupo social ao qual pertence.

Na troca comunicativa, os sujeitos interagentes criam elos sociais oriundos de normas de comportamentos e estabelecem representações necessariamente compartilhadas. “As representações sociais organizam os esquemas de classificação e de julgamento de um grupo social e lhe permitem *exibir-se* através de rituais, de estilizações de vida, de signos simbólicos” (CHARAUDEAU, 2006, p.26).

A realidade não possui significação em si mesma. De acordo com Charaudeau (*op.cit.*), o significado é concedido pelo homem em interação social, a partir da relação que o homem mantém com a realidade por meio de sua experiência, e a que estabelece com os outros para alcançar o consenso de significação.

Dessa maneira, as representações sociais constroem o real como universo de significação, constituindo-se em *imaginários*. Charaudeau (2006, p.203) funda assim o conceito:

Identificados por enunciados languageiros produzidos de diferentes formas, mas semanticamente reagrupáveis, nós os chamaremos de “imaginários discursivos”. Enfim, considerando que circulam no interior de um grupo social, instituindo-se em normas de referência por seus membros, falaremos de “imaginários sociodiscursivos”.

Charaudeau (2006) baseado na noção de *imaginário social* propõe, para integrar o quadro teórico da Semiollingüística, o conceito dos *imaginários sociodiscursivos*. Para desempenhar o papel de *espelho identitário* frente aos membros de um grupo social, os imaginários devem ser materializados.

Isso pode advir dos comportamentos sociais e das atividades coletivas. No entanto, essa materialidade deve ser sustentada por uma racionalidade discursiva, que pode estar inserida nos textos escritos ou orais de assuntos diversos. Portanto, “esses textos são sociodiscursivos porque são representações construídas pelo dizer, sendo, pois perceptíveis e identificáveis nos e pelos discursos que circulam nos grupos sociais” (CHARAUDEAU, 2009).

Os imaginários são engendrados pelos discursos que circulam nos grupos sociais, que se organizam em sistemas de pensamento coerentemente criados por valores, representam o papel de justificativa da ação social e se depositam na memória coletiva (CHARAUDEAU, 2006b). Segundo o autor, os imaginários são apreendidos por meio do discurso e estão fundamentados em *saberes de crença* e *saberes de conhecimento*. Os saberes, portanto, são *maneiras de dizer* tais discursos enunciados, uma vez que colaboram para a estruturação dos sistemas de pensamento.

Análise da crônica “O paraíso pacifista” – Leandro Karnal (2017)

O historiador Leandro Karnal vem se dedicando, nos últimos anos, dentre outros temas atuais, à questão do “ódio” no Brasil. Além das palestras, vídeos e aulas sobre esse tema, o professor Karnal elaborou algumas crônicas jornalísticas inspirado nas pautas que circulam pelo noticiário brasileiro, que é notoriamente marcado pelo campo semântico e temático da violência. Há de se considerar que a escolha desse viés foi fomentada pela publicação do livro intitulado *Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia*. Nessa obra, consta uma coletânea de crônicas publicadas no *Estadão* entre os anos de 2016 e 2017. No rol das possibilidades de seleção para o *corpus*, para a composição deste estudo, foi selecionada a crônica intitulada “Paraíso pacifista”.

Karnal inicia a crônica supramencionada com uma afirmação bem contundente: “O quadro pintado é idílico”. Após essa catáfora (“quadro”), manifesta, por meio de afirmações e negações, argumentos para fundamentar a tese apresentada. Ao final do parágrafo, ele afirma que esse quadro não resiste ao teste da história. Para tanto, nos parágrafos seguintes, o autor faz um apanhado histórico, mencionando algumas guerras ocorridas no Brasil. É importante mencionar que, segundo ele, no Brasil ocorreram dezenas de guerras civis, mas que, a despeito dessa constatação, nós não utilizamos essa

expressão para defini-las. Nesse sentido, após narrar alguns detalhes sobre esses conflitos/guerras brasileiras, Karnal assegura que em qualquer outro país do mundo utilizaríamos o nome “guerra” para nomear tais “conflitos”. Esse exemplo de nomeação atribuído pelo enunciador-cronista pode ser um indício da avaliação que Karnal faz do comportamento, também linguístico, do brasileiro. É possível observar que Karnal inicia sua argumentação buscando “explicar” a diferença conceitual que existe entre esses dois substantivos (“guerra e “conflitos”), já que cada um deles aponta para um universo de significação.

O comentário argumentado impõe uma visão do mundo de ordem *explicativa*. Não se contenta em mostrar ou imaginar o que foi, o que é ou o que se produz; o comentário procura revelar o que não se vê, o que é latente e constitui o motor (causas, motivos e intenções) do processo evenemençial do mundo. Problematiza os acontecimentos, constrói hipóteses, desenvolve teses, traz provas, impõe conclusões. (CHARAUDEAU, 2015, p.176).

Segundo o cronista, “fugimos do uso da expressão”: aqui é possível trazer à tona algumas discussões promovidas por ele: a hipocrisia do brasileiro “a violência é do outro, nunca minha”;/ a postura **negacionista** acerca de acontecimentos bárbaros, tais como genocídios históricos, decapitações etc. Ressalta-se aqui um ponto importante e caro a este estudo: trata-se da representação identitária do brasileiro. Por meio de uma análise ainda incipiente dos textos que versam sobre a intolerância e o ódio, é possível considerar *a priori* que Karnal é contundente ao criticar a visão que o brasileiro tem de si. Esse pressuposto do brasileiro “cordial” é especialmente importante e será observado nas análises seguintes.

Karnal reitera que diferente de países como Estados Unidos, México, Argentina, nós rejeitamos a ideia de “guerra”, seu conceito e nome, “rejeitamos e suavizamos o conflito”. Importa salientar que o enunciador se coloca como partícipe desse grupo, ao utilizar o pronome na 1ª pessoa do plural. A partir desse momento, ele reporta-se explicitamente à questão do **ódio**, nome bastante valoroso nesta investigação, já que o cronista dedicou uma obra a essa temática. Segundo o próprio historiador: “ninguém lutou por ódio” / No Brasil jamais houve ódio” / “**Nem sequer guerra**”. Esse trecho

é bastante revelador da postura irônica adotada pelo cronista, não só pelas escolhas linguísticas, mas também pela sequência de orações que tornam o comentário de fácil apreensão pelo leitor, é o que Charaudeau denomina *fazer simples*, na encenação midiática do comentário. “Acrescentemos que, para tornar a explicação acessível, é necessário que as sequências dos raciocínios sejam simples, isto é, que sejam curtas, com algumas ideias-chave bem marcadas, sem muitas digressões nem parênteses” (CHARAUDEAU, 2015, p.181).

Karnal menciona Sérgio Buarque de Holanda com vistas a validar sua tese sobre a face violenta do brasileiro; ele traz à tona a célebre discussão sobre o “homem cordial”. Ele declara, em resumo, que o autor de *Raízes do Brasil* quis dizer que o brasileiro é passional, e não necessariamente pacífico, ou seja, esse “cordial” vem de *cordis*, no latim, assevera Karnal. Nessa passagem, salienta-se o recurso de menção a um forte argumento com vistas a gerar captação de seu público. Soma-se a isso o fato de nesse trecho a opinião surgir de maneira explícita. Para validar seus dizeres, ele alude a Sérgio Buarque e outros, utilizando mais uma vez a ironia.

Esse é o modo passional que Sérgio Buarque definiu como o homem cordial, um homem avesso a regras racionais, a sistemas unificadores, a sistemas impessoais. **No fundo – no que concordo plenamente – o que ele está dizendo é que, quando matamos, somos cordiais. Quando torturamos, somos cordiais.** Para Sérgio Buarque, a característica do brasileiro é colocar a passionalidade subjetiva e a motivação individual na frente da motivação política (KARNAL, 2017, grifo nosso).

Apesar de Karnal ser reconhecidamente professor de história⁴ e utilizar como parte de seus argumentos o repertório concedido por essa ciência, ele afirma que “para entender o Brasil, nós precisaríamos mais de Freud do que de Marx”. Depreende-se dessa assertiva que o cronista, além de considerar os fatos históricos para refletir sobre a identidade do brasileiro, recorre também a uma análise psicanalítica e subjetiva, contemplando

4 Para delineamento da identidade de Karnal, serão consideradas as teorias das identidades para a tese de doutoramento em andamento.

comportamentos que apontam para um imaginário social de “nação violenta”.

Por meio de um diálogo com a história, Karnal narra os horrores da tradição escravista brasileira. Nesse momento, ele elenca passagens fortes do passado do país, como a morte de Zumbi dos Palmares, revelando que, historicamente, o Brasil abriga um repertório de tensão, violência e ódio. Essa imersão em argumentos tão contundentes, apresentados por meio da intertextualidade por alusão, são estratégias que validam sua tese acerca da verdadeira face do Brasil: um país intolerante, racista, preconceituoso. Importa salientar, sobre tal passagem, que Karnal utiliza uma postura de historiador e, ao mesmo tempo, “simplifica” a explicação à medida que estabelece a “vulgarização” do discurso científico por meio do discurso informativo.

Para ratificar esse cenário violento delineado na crônica, Karnal relata passagens pouco edificantes no que concerne às guerras civis brasileiras, em que a decapitação e outras formas igualmente violentas foram deflagradas. Nessa toada, ele reforça que “curiosamente, nossa história real não parece combinar com nossa representação ideal”; nota-se que, mais uma vez, o cronista-argumentador apresenta uma dura crítica à imagem equivocada (ou incauta) que o brasileiro tem de si, como pertencente a uma sociedade pacífica. Ainda no que se refere à encenação midiática, pode-se inferir que o cronista deseja gerar efeitos de sentido em seu interlocutor, os quais podem deslizar para o campo da polêmica e da grande repercussão.

Nesse percurso acerca da histórica violência brasileira, Karnal menciona as torturas no período da Ditadura Militar. Importa aqui salientar a associação feita entre a violência estabelecida nos anos de Ditadura Militar e a herança que ficou para os dias atuais. Para tanto, ele cita a tradicional intolerância aplicada a grupos específicos, como negros, pobres, homossexuais. Nota-se que, para explicar o comportamento do brasileiro contemporâneo, Karnal revisita nossa história para, assim, solidificar sua tese acerca do “ódio nosso de cada dia”, impregnado na vida do brasileiro.

Ainda, no que diz respeito à origem da violência no Brasil, o historiador faz alusão a clássicos como *Casa Grande & Senzala* e *Raízes do Brasil*, atestando possuir um vasto repertório não só de História nacional, como também de áreas afins, a Literatura e a Filosofia. Nesse trecho, é válido acrescentar o conceito teórico de “Hiperenunciado” – estratégia utilizada para validar a proposta discursivo-argumentativa. Além disso, esse recurso

gera credibilidade ao enunciador, ratificando seu *ethos* de homem culto, isto é, portador do conhecimento científico.

Ao exemplificar a temática sobre a violência, Karnal inclui fatos análogos ocorridos em outros países. Esse tipo de recurso é típico da *mecânica argumentativa*, já que “raciocinar por analogia, isto é, apresentar explicações comparando o fato com outros similares que se produziram em outras ocasiões [...]” faz parte da coerência interna do texto predominantemente argumentativo (CHARAUDEAU, 2015, p.179).

Nessas considerações, ele compara o nazismo à escravidão, considerados por ele como modelos semelhantes de violência, pois segundo ele:

O nazismo, um dos modelos de violência ocidental no século XX, **funciona do mesmo modo que a escravidão**: uma parte se aproveita bastante de um sistema, uma maioria é conivente com ele e uma minoria constitui o grupo de resistência. (KARNAL, 2017, grifo nosso)

Ao longo do texto, Karnal faz muitas comparações para fundamentar sua tese. Nesse sentido, ele exemplifica o que aconteceu com a Austrália em sua origem, que se parece com a colonização brasileira; no entanto, os australianos se orgulham de sua origem, ao passo que nós brasileiros construímos uma fantasia, intitulada pelo cronista como “colônia de exploração”, como se fôssemos uma terra condenada ao atraso. Com um tom irônico, ele acrescenta: “A América, e não só o Brasil, é de fato uma Arca de Noé. Para cá veio absolutamente de tudo”.

Mais uma vez, o cronista critica a nossa formação histórica, reforçando que a representação social que temos de nós é bastante diferente daquela que se apresenta na realidade brasileira. “A ‘comparação’, de que já falamos, que consiste em aproximar o fato particular de um fato próximo à experiência humana amplamente compartilhada (estereótipo), sob uma forma mais ou menos metafórica, o que supõe tornar a explicação luminosa” (CHARAUDEAU, 2015, p.181).

Para concluir o texto, após comparar a história do Brasil também à norte-americana, Karnal faz menção à célebre definição elaborada por Nelson Rodrigues – grande cronista brasileiro – a “síndrome de vira-lata”. Retomar esses dizeres rodrigueanos pode ser uma pista que aponta para mais uma “dose” de crítica categórica, dotada de traços de bom humor

do narrador, no que diz respeito ao imaginário social da identidade do brasileiro. Notamos, portanto, que há neste texto a exposição da opinião do cronista ao *problematizar, elucidar e avaliar* o tema do ódio no Brasil e o respectivo imaginário social de país pacífico. Vale, então, considerar que, apesar da ponderada argumentação, todo comentário jornalístico carrega em si a apreciação dos sujeitos comunicante e enunciador.

Considerações finais

Há diferentes possibilidades e semioses disponíveis para empreender a análise do *ethos* do historiador Leandro Karnal. A escolha da crônica como objeto de estudo, diante de tantos outros ricos materiais produzidos por esse autor, originou-se pela maneira como ele se comporta discursivamente no texto escrito, sobretudo pelo sofisticado tratamento dado à linguagem em suas produções discursivas.

Não só pelo aspecto composicional e estrutural das crônicas de Karnal, do ponto de vista macroestrutural do gênero, mas também pela abordagem temática e pelas estratégias adotadas por ele para captar seu leitor que notamos – com base em uma análise ainda prematura – uma grande adesão pela instância receptora dos textos elaborados pelo professor Leandro Karnal.

No que diz respeito ao *ethos*, ao problematizar a imagem que o brasileiro supostamente tem de si, Karnal apresenta muitas pistas acerca de sua própria identidade discursiva, a saber: alguns traços de ironia, um estilo bem-humorado e uma aparente preocupação com o leitor, buscando despertar a atenção de seu público. Foi possível perceber como o cronista delineou a *mecânica argumentativa* e a *encenação midiática do comentário* de maneira a construir um ser cronista bastante credível, o que pode despertar, por meio da abordagem temática e da disposição dos argumentos, um forte interesse e engajamento do seu público. Desse posicionamento enunciativo, pode-se flagrar um *ethos* de jornalista.

Além disso, notou-se também o recurso a estratégias de caráter subjetivo, vinculadas às maneiras de dizer, que visavam a facilitar o processo de compreensão e interpretação do leitor. Essas estratégias estão vinculadas ao que Charaudeau (2015) intitula de “vulgarização” do discurso; desvela-se, dessa característica do enunciador-cronista, um *ethos* de professor; ou seja,

há diferentes papéis amalgamados na crônica de Leandro Karnal. Apesar desse conceito ter sido abordado brevemente neste estudo, salientamos sua relevância, especialmente, para as próximas análises que serão elaboradas dos textos desse enunciador.

Com base nos papéis sociais e discursivos exercidos por Karnal, pode-se supor ser necessária uma análise que contemple o *ethos* desse enunciador e a profusão dos discursos (científico, didático e informativo) evocados nesses textos. A despeito dos imaginários sociodiscursivos que circulam acerca da imagem do professor Leandro Karnal – filósofo, culto, historiador, escritor – os quais, em tese, seriam discursos reconhecidamente indecifráveis pelo senso comum, ele conseguiu, na atualidade, construir uma significativa interação com o heterogêneo público brasileiro, não só pelo expressivo alcance nas redes sociais, mas também pela sua frequente penetração nas mídias tradicionais e nos jornais de grande circulação, o que lhe rendeu a alcunha do “acadêmico pop”.

Referências

- AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2015.
- _____. “Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional”. In: PIETROLUONGO, Márcia (org.). *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p.309-326.
- _____. *Linguagem e discurso: Modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. Les stéréotypes, c’est bien, les imaginaires, c’est mieux. In: BOYER, H. *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène*. Langue(s), discours, vol. 4. Paris: Harmattan, 2006b, p.49-63.
- _____. “Uma análise semiolinguística do discurso”. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

- _____. “Uma teoria dos sujeitos da linguagem”. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato (orgs.). *A análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, Núcleo de Análise do Discurso / FALE / UFMG, 2001, p. 23-38.
- FIORIN, José L. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2016.
- JODELET, Denise. “Representações Sociais: um domínio em expansão”. In: JODELET, D. (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17-44.
- KARNAL, Leandro. *Todos contra todos: O ódio nosso de cada dia*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- MOSCOVICI, Serge. “Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história”. IN: JODELET, D. (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 45-66.
- PERELMAN, Chaim. *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

AFINAL, O QUE SIGNIFICA INTERPRETAR?

Karine Duarte Souza Andrade¹

Considerações iniciais

O ensino de língua portuguesa na Educação Básica tem sido objeto de pesquisa em universidades públicas do Brasil nas quais se promovem debates e se produz material didático que tenta aliar a teoria à prática docente. Os estudos a respeito do processo de leitura têm provocado muitas indagações, questionamentos e reflexões em relação ao papel da escola na formação de leitores críticos. Antunes (2012, p. 83) aponta que várias práticas de ensino de leitura, de interpretação de textos e de uso da língua vêm mudando, mas de forma “tímida” e pouco substancial. Muito ainda precisa ser discutido.

É muito frequente, nas salas de aula de língua portuguesa, ainda encontrarmos orientações de atividades que pouco desenvolvem as habilidades necessárias para tornar o aluno um leitor competente, capaz de interagir com o texto e captar os sentidos produzidos pelas escolhas feitas pelo autor.

Nota-se que apesar de os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) já terem sido publicados há mais de 20 anos, as práticas pedagógicas atuais que envolvem o ensino e a aprendizagem dos processos de leitura e de compreensão textual, comumente, não refletem os objetivos que norteiam o documento. Dessa forma, a proposta deste trabalho consiste na análise de atividades de compreensão textual baseadas

1 Licenciada em Português-Inglês pela UNIPLI. Professora de Língua Inglesa da rede privada e da rede pública de educação. Cursa o mestrado em Estudos de Linguagem na UFF e é orientanda da Professora Beatriz dos Santos Feres.

na crônica “Boas Festas”, de Maria Julieta Drummond de Andrade e produzidas por um professor da rede particular de ensino para o 9º ano do Ensino Fundamental. A escolha dessa série se deu pelo fato de os alunos nessa fase de escolaridade já possuírem uma bagagem de conhecimentos linguísticos e extralinguísticos necessários para expansão de operações inferenciais.

A análise procura não só ponderar se os comandos apresentados nos enunciados dos exercícios favorecem o desenvolvimento da competência leitora por meio de inferências centrípetas para dentro do texto e de inferências centrífugas para fora do texto (CHARAUDEAU, 2018, p. 37), necessárias para a apreensão do sentido global do texto, como também propor modelos de comandos que tendem a levar o educando a refletir sobre as marcas linguísticas presentes no texto e a perceber como essas escolhas por parte do produtor contribuem para a construção dos efeitos de sentido possíveis interpretados.

Este trabalho está fundamentado nos conceitos de compreensão e de interpretação, operações inferenciais, sentido de língua e sentido de discurso da Teoria Semi linguística da Análise do Discurso, postulada por Patrick Charaudeau (1994; 2018).

A Semi linguística e a prática pedagógica

Para uma prática pedagógica eficaz, é fundamental que o professor adote uma determinada teoria, compreenda seus conceitos e tente aplicá-los à sua metodologia de ensino. A aplicação da teoria à prática pode auxiliar o professor não só na elaboração ou na seleção de atividades de compreensão textual como também no desenvolvimento de forma adequada das habilidades de leitura.

Assim, este estudo é baseado na teoria Semi linguística de Análise do Discurso, postulada por Patrick Charaudeau, tendo em vista que essa perspectiva teórica apresenta embasamentos pertinentes para a análise de textos, considerando as diferentes estratégias discursivas escolhidas e os efeitos de sentido visados, produzidos, possíveis e interpretados pelos sujeitos e podendo alguns conceitos serem aplicados à prática de leitura e de interpretação de textos no âmbito escolar.

A Semiologia é uma teoria de abordagem psicossociocomunicativa. Para Charaudeau (2005), é uma teoria transdisciplinar, já que os seus conceitos dialogam com a Pragmática, com a Psicossociologia e com outras teorias.

Semio-, de “semiosis”, evocando o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; *linguística* para destacar que a matéria principal da forma em questão - a das línguas naturais. Estas, por sua dupla articulação, pela particularidade combinatória de suas unidades (sintagmático-paradigmática em vários níveis: palavra, frase, texto), impõem um procedimento de semiotização do mundo diferente das outras linguagens (CHARAUDEAU, 2005, p. 13).

De acordo com a Semiologia, os discursos são analisados não só a partir de dados internos do texto (a construção do texto e a construção do sentido), como também a partir de dados externos a ele (a situação de comunicação, a lógica das ações e a influência social).

Adotou-se para a análise deste trabalho o conceito de texto elaborado por Charaudeau, por tratá-lo em sua dimensão global.

Entendemos por texto o resultado de um ato de linguagem produzido por um sujeito dado em uma situação de troca social dada. Levando-se em conta que o texto é um ato de linguagem, ele se caracteriza pelas propriedades gerais de todo fato linguageiro, a saber, sua materialidade significativa (oral, escritural, mimo-gestual) e suas condições de construção linguística (morfológica, sintática). Levando-se em conta que o texto é produzido em uma situação contratual, ele depende para sua significação daquilo que caracteriza uma situação (finalidade e visada enunciativa, identidade dos parceiros, propósito tematizante e circunstâncias materiais particulares). Levando-se em conta que o texto tem por origem um sujeito, ele se apresenta, ao mesmo tempo, com

propriedades da situação que o sobredetermina em parte, e com propriedades singulares do ato da intervenção individualizante deste (CHARAUDEAU, 2004, p. 8).

Para compreender o sentido global de um texto é necessário que o leitor, aqui concretizado na figura do aluno interpretante, não limite a sua atividade de leitura a uma simples decodificação. A fim de interagir com o texto e extrair dele as possíveis interpretações, o aluno interpretante deve ir além do sentido das palavras e enunciados, buscando, por meio da percepção de pistas linguísticas, alcançar os implícitos textuais.

Desse modo, verifica-se que o processo de leitura e de interpretação de texto engloba dois sentidos que precisam ser captados pelo leitor interpretante: o sentido de língua e o sentido de discurso (CHARAUDEAU, 2018, p. 35). O sentido de língua envolve as inferências linguísticas voltadas para a percepção do significado explícito e direto das palavras, das regras de combinação dos signos, ou seja, está relacionado a um saber idiomático necessário para que o leitor atinja o primeiro nível de compreensão do texto. O outro sentido, o de discurso, abrange as inferências extralinguísticas, os saberes de conhecimento e de crença, as identidades dos sujeitos, ou seja, todos os elementos da situação de comunicação. Ao captar esse sentido, o leitor apreende os sentidos implícitos.

Ainda no que tange à leitura de um texto, Charaudeau (2018, p. 32) faz uma distinção entre os modos de apreensão de sentido, definindo a compreensão como o resultado do entendimento global de um texto e a interpretação como um processo, um conjunto de atividades inferenciais anteriores a construção da compreensão.

O modo de compreensão acontece em dois níveis (CHARAUDEAU, 2018, p. 34-35): o literal e o específico. A *compreensão literal do sentido* está associada ao sentido de língua, explícito e direto, à decodificação do sentido, aos enunciados fora de contexto, a uma atividade interpretativa baseada nos conhecimentos do sistema de uma língua, compartilhados pelo leitor e pelo autor do texto. Por outro lado, a *compreensão específica do sentido* é apreendida por meio de atividades inferenciais que levam em consideração o contexto discursivo, a situação de produção dos enunciados, a identidade dos interlocutores, ou seja, está diretamente ligada ao sentido de discurso. Tanto a compreensão do sentido literal quanto a compreensão do sentido específico são

fundamentais para o entendimento de um texto e para o desenvolvimento de habilidades inferenciais adequadas ao seu estudo.

Levando em consideração os níveis de compreensão dos sentidos, é necessário que o interpretante faça dois movimentos, um para dentro e outro para fora do texto a fim de extrair seu sentido. Portanto, para Charaudeau (2018, p. 37), existem dois tipos de inferências que precisam ser ativadas ao longo da atividade de interpretação.

Trata-se então de relacionar elementos internos e externos ao enunciado, segundo dois modos: um que se dá no interior do enunciado, que se chamará de *inferência centrípeta interna* construindo o sentido; o outro que se opera com o que se encontra no exterior do enunciado, que se chamará de *inferência centrífuga externa* construindo a *significação*² (CHARAUDEAU, 2018, p. 37).

As inferências centrípetas internas auxiliam o interpretante a perceber o sentido de língua, ou seja, as combinações sintagmáticas e paradigmáticas, de acordo com as regras do sistema da língua. Essas inferências se dão dentro do texto.

Em um movimento para fora do texto, estão as inferências centrífugas externas, necessárias para a obtenção do sentido de discurso e operadas por meio de elementos exteriores ao texto. Tais inferências são subdivididas em: situacionais (relacionadas à identidade dos sujeitos, ao conhecimento do contrato de troca comunicativa estabelecido pelo gênero discursivo e às circunstâncias materiais da comunicação), e interdiscursivas (relativas aos saberes de conhecimento e de crença).

Em face dos conceitos apresentados, o professor tem um papel importante na mediação do processo interpretativo. Para desenvolver habilidades de leitura eficazes, o aluno precisa estar em contato com atividades que oportunizam a ativação de inferências para que, assim, possa verificar,

2 Tradução feita pela professora Angela M. S. Corrêa. A citação original pode ser encontrada em *Compréhension et interprétation. Interrogations autour de deux modes d'appréhension du sens dans les sciences du langage*. In: G. Achard-Bayle, M. Guérin, G. Kleiber et M. Krylychin (dir.). *Les sciences du langage et la question de l'interprétation (aujourd'hui)*. Limoges: Éditions Lambert-Lucas, 2018.

por meio delas, as relações entre as marcas linguísticas e os dados extralinguísticos; entre os implícitos e os explícitos do texto.

Análise das atividades

Como o 9º ano encerra um segmento, a seleção de atividades para essa série foi devido ao fato de que se espera que boa parte dos conteúdos gramaticais já tenha sido trabalhada e que os alunos já tenham tido a oportunidade de explorar uma gama de gêneros textuais, o que possibilita um maior grau de abstração e de inferências.

Para esta análise foram escolhidas questões de interpretação sobre a crônica “Boas Festas”, de Maria Julieta Drummond de Andrade.

Texto selecionado pelo professor para compor a atividade

BOAS FESTAS

Tantas vezes deixo transparecer meu desconcerto e envolvo meus inocentes leitores em queixas e suspiros particulares, que hoje tenho vontade, tenho quase obrigação de torná-los cúmplices de uma circunstância oposta: esta manhã acordei feliz!

Assim, tão simplesmente quanto proclamo: acordei feliz esta manhã! Bem sei que muitos afastarão logo os olhos desta página, com admissível dose de irritação. Que poderá importar o mínimo bem-estar de uma cronista, que nem sempre sabe manter-se nos sóbrios limites do pudor? Será isso matéria pública, sobretudo quando os acontecimentos locais e internacionais revelam, sem trégua, dificuldades, sofrimentos de toda sorte, fome e cárcere? Demasiadas razões já temos - hão de resmungar alguns - para nos deixarmos levar por esses insignificantes desabafos que nenhum alívio trazem à aflição do povo. Afinal, espera-se que os jornais e livros tratem de assuntos sérios e imprimam notícias de interesse geral: alguém acordou (mediocrementemente) de bom humor e ainda ousa escrever sobre isso - ora já se viu!

Não costumo discordar dos meus leitores. Hoje, entretanto, não darei ouvidos aos que torcem o nariz. Acordei em paz, continuo em paz, acho que vou dormir em paz - e considero essa tríplice situação tão linda, tão surpreendente e positiva, que não tenho direito de reservá-la só para mim, sob pena de ser muito egoísta. Os rabugentos que me perdoem, mas o tema é relevante e quero dividi-lo com todos, principalmente com os que, neste momento exato, estiverem decepcionados, de coração amargo, imersos em dúvidas, ou apenas tristes. O que me aconteceu esta manhã não é privilégio pessoal, prodígio de

eleitos, nem milagre: é coisa natural, que às vezes chega subitamente, assim sem mais nem menos. Pode passar com qualquer um.

Sem mais nem menos, repito, e confesso, a bem da verdade, que não sei de motivos especiais para ter acordado feliz esta manhã. Não ganhei na loteria; não me deram o primeiro prêmio de nada; não me apaixonei por nenhum príncipe de olhos verdes; não recuperei o que já perdi; não fui convidada para dar a volta ao mundo num barco à vela; não regressaram os que me fazem falta... Nenhum motivo particular, a não ser talvez o fundamental: estar viva! E esse reluzente rubi, que às vezes desprezamos em nossa gruta, hoje me fez acordar feliz. Só isso. Sem nenhuma complicação; assim: abri os olhos cedo, podendo dormir até mais tarde. Preferi levantar-me, de tal maneira o sossego interior me impulsava à ação, e desdenhei o sono, com o seu (já) inútil repouso. Pisquei para mim mesma, diante do espelho, cantei sozinha e fui regar minhas roseiras. Senti-me, ainda em jejum, tão livre e em tão boa companhia, que decidi passar o dia inteiro em casa, exclusivamente comigo mesma.

Tudo me pareceu calmo nesta manhã de sábado em que acordei serena. Lembro-me de que ontem à noite levei meus problemas para a cama, exausta. Despertando, percebi que eles tinham desaparecido. Quer dizer: devem andar por aí, ao meu redor, mas tornaram-se invisíveis (hoje, pelo menos), sombras sem contorno, balões vazios. Estou certa de que voltarão, que terei novamente de enfrentá-los e suportar seu arrogante desafio. Acaso julgaste, ingênua, que desapareceríamos definitivamente? Aqui estamos e estaremos sempre à espera de que nos destruas, de que nos triturares. Não se canse: quando muito, se tiveres sorte, conseguirás substituir-nos por outros, também insolúveis. O combate reiniciará, portanto, brevemente, só que - como acordei feliz - chego a pensar que acabarei aprendendo a conviver com esse áspero rebanho. Nenhum problema me derrubará hoje, talvez nunca. Vejam bem, não tenciono negar a fatalidade das coisas, não me interpretem ao pé da letra. Mas é que estou em paz, sem ataduras absurdas, e essa leveza incomum dificulta-me a expressão. (As palavras são em certos momentos tão indispensáveis...). Tento explicar uma conclusão desprezível: com a tranquilidade que juntei, ao acordar feliz esta manhã, acho que hoje serei até capaz de admitir com singeleza o destino natural da vida. Sem revolta, com a sabedoria dos animais, por exemplo.

Resumindo: estou bem, neste sábado de dezembro apesar de nada ter se modificado, realmente, em meu cotidiano. Acordei feliz porque sim, e nessa sem-razão, nessa gratuidade bela reside precisamente a essência valiosa da notícia que entrego aos meus leitores, em manchete: HOJE ACORDEI FELIZ! Não digam, por favor, que estou “cronicando” em vão - estou-lhes ofertando um presente de fim de ano.

E por falar nisso, Boas-Festas! Acordem felizes, de vez em quando, no que resta deste ano e principalmente no próximo!

Maria Julieta Drummond de Andrade

Após a leitura do texto, observa-se que o tema é desenvolvido com base no fato de que a personagem acordou feliz. Ao longo da crônica, ela enfatiza que muitos leitores não ficaram satisfeitos com a temática apresentada, tendo em vista que acontecimentos mais sérios e importantes são noticiados pela mídia e pelos livros. Entretanto, tenta, por meio de suas ideias, demonstrar que devemos ter mais gratidão pela vida e valorizar as coisas simples do dia a dia.

Com o objetivo de apreender esse nível de compreensão, é exigida do leitor a ativação de processos inferenciais relacionados à situação de comunicação e aos saberes compartilhados pelos sujeitos da troca comunicativa. É necessário que, a partir das marcas linguísticas do texto (categorias discursivas de identificação, de qualificação, de ação e de causalção), o leitor perceba as conexões dentro e fora do texto, possa inferir, reconhecer os implícitos e chegar à compreensão global.

Analisando a atividade de interpretação do texto mencionado, verifica-se que, de um total de treze questões propostas, nove delas estão voltadas para a metalinguagem e apenas quatro apresentam algum tipo de interpretação voltada para o sentido do texto. Neste trabalho, serão analisadas apenas três questões.

Questões selecionadas pelo professor X do 9º ano para interpretação do texto

Questões	Inferências (Charaudeau, 2018)
A <i>crônica</i> é uma forma textual no estilo de narração que tem por base fatos que acontecem em nosso cotidiano. Que fato deu base à autora para escrever o texto acima? Resposta: “... esta manhã acordei feliz ”	Inferência Centrífuga externa situacional
O que significa, no contexto, o termo grifado em “ <i>Hoje, entretanto, não darei ouvidos aos que torcem o nariz.</i> ” Resposta: Se mostram zangados ou não gostam do tema da crônica.	Inferência Centrífuga externa interdiscursiva
Releia os períodos retirados do texto e classifique as orações subordinadas substantivas destacadas. a) “Acordei em paz, continuo em paz, acho que vou dormir em paz.” Resposta: Objetiva Direta. b) “Aqui estamos e estaremos sempre à espera de que nos destruas.” Resposta: Completiva Nominal c) “Lembro-me de que ontem à noite levei meus problemas para a cama.” Resposta: Objetiva Indireta	Inferência Centrífuga interna

Fonte: Atividades de interpretação do texto “Boas Festas” elaboradas para o 9º ano pelo professor X.

Analisando a questão 1, verifica-se que o aluno é guiado a compreender o texto do gênero crônica. Apesar de, logo no início da questão, o conceito de crônica ser apresentado, para respondê-la, o aluno precisará ativar a inferência centrípeta externa situacional, já que será necessário reconhecer as características, as restrições do contrato e a intencionalidade desse gênero. O exercício aborda o conteúdo metalinguístico, já que trata a estrutura do gênero textual em estudo. Entretanto, a questão pode ser classificada como objetiva e de cópia, pois exige uma resposta que foi repetida do início ao fim do texto: o fato da cronista ter acordado feliz.

Embora a questão 2 seja inferencial centrífuga externa interdiscursiva, para compreender o sentido discursivo da expressão “torcem o nariz”, é necessário que o aluno tenha um conhecimento linguístico acerca do significado denotativo, “literal”, fora de contexto das palavras que a compõem, para, em seguida, identificar o significado da metáfora no texto. O problema dessa questão está no fato de a abordagem do significado da expressão não englobar o efeito de sentido construído por ela no parágrafo. A metáfora utilizada inaugura no parágrafo a ideia de que alguns leitores não irão se agradar com o tema do texto escolhido pela cronista para terminar o ano e esse sentido poderia ter sido explorado no exercício, tendo em vista que a ênfase foi apenas no significado da expressão. Ainda que no comando da questão haja uma menção ao contexto, não é possível identificarmos se é ao contexto do enunciado ou ao contexto do texto.

A questão 3, é classificada como metalinguística. A questão valoriza unicamente a classificação das orações. Analisar as orações fora de um contexto de uso torna-se uma tarefa não muito fácil, uma vez que não é possível identificar de que maneira elas contribuem para a construção de sentido do texto. O aluno precisará ativar suas inferências centrípetas internas, pensar na estrutura da língua, nas regras de combinação entre as palavras e orações e também no seu conhecimento enciclopédico em relação à classificação das orações.

A partir dessa análise, torna-se evidente que essas questões são abordadas fora do contexto textual e que há um investimento dos comandos na classificação, na objetividade, na cópia e no significado descontextualizado. As inferências estão mais voltadas para o conhecimento do léxico, para estruturas textuais e para classificação gramatical.

Vale ressaltar que o estudo classificatório sobre a gramática, sobre os gêneros e sobre as estruturas é importante nas séries finais do Ensino Fundamental II, precisa ser estudado, mas a interpretação de um texto não

pode ser limitada ao desenvolvimento das inferências centrípetas internas de forma classificatória. Esse tipo de abordagem não deve ser o centro das atenções no ensino de Língua Portuguesa e principalmente no estudo do texto.

Sendo assim, com o objetivo de trabalhar a gramática sem um foco puramente classificatório, reformulamos as questões ou partes delas a fim de demonstrar como os assuntos gramaticais podem ser trabalhados abordando os efeitos de sentido que eles produzem no contexto textual e que auxiliam na composição da temática do texto.

Aplicando a gramática à interpretação do texto

Questões propostas na atividade	Questões reformuladas
<p>A <i>crônica</i> é uma forma textual no estilo de narração que tem por base fatos que acontecem em nosso cotidiano. Que fato deu base à autora para escrever o texto acima?</p> <p>Resposta: “... esta manhã acordei feliz”</p>	<p>No início do primeiro parágrafo, o eu-narrador deixa evidente uma das características marcantes das crônicas que é narrar fatos cotidianos. Que expressões são utilizadas para compor o tempo e o espaço da narrativa?</p> <p>Resposta: A maioria dos verbos está no presente do indicativo, demonstrando ações habituais (acho, considero, costume). Há alguns verbos no passado descrevendo um passado recente, marcado pelas locuções adverbiais “esta manhã” e “ontem a noite” (acordei, levei, senti) e poucos verbos no futuro descrevendo hipóteses ou incertezas em relação à aceitação da temática por parte de seus leitores (darei, será, derrubará).</p> <p>Espaço: cama (podendo o quarto e a casa serem inferidos pelo contexto)</p>
<p>O que significa, no contexto, o termo grifado em “<i>Hoje, entretanto, não darei ouvidos aos que torcem o nariz.</i>”</p> <p>Resposta: Se mostrarem zangados ou não gostarem do tema da crônica.</p>	<p>A personagem inicia o terceiro parágrafo mencionando que não costuma discordar de seus leitores. Porém, utiliza algumas expressões para demonstrar que não irá se importar com a opinião deles em relação à temática desenvolvida nessa sua crônica. Retire do texto algumas dessas expressões que servem para identificar e qualificar essa situação e explique o sentido delas no texto.</p> <p>Resposta: “não darei ouvidos” – não levarei em conta o que os leitores irão dizer; “torcem o nariz” – se mostrarem zangados; os rabugentos – identificando os leitores como intolerantes ou de mal humor; coração amargo – se referindo àqueles leitores ressentidos.</p>

(continua)

(continuação)

Questões propostas na atividade	Questões reformuladas
<p>Releia os períodos retirados do texto e classifique as orações subordinadas substantivas destacadas.</p> <p>a) “Acordei em paz, continuo em paz, acho que vou dormir em paz.” Resposta: Objetiva Direta.</p> <p>b) “Aqui estamos e estaremos sempre à espera de que nos destruas.” Resposta: Completiva Nominal.</p> <p>c) “Lembro-me de que ontem à noite levei meus problemas para a cama.” Resposta: Objetiva Indireta.</p>	<p>No quinto parágrafo, a narradora-personagem expressa seu ponto de vista em relação aos problemas cotidianos que enfrentamos. Tente apontar de que maneira a subordinada substantiva completiva nominal sublinhada no trecho abaixo contribui para a construção dessa ideia.</p> <p>“Aqui estamos e estaremos sempre à espera de que nos destruas, de que nos triture.”</p> <p>Resposta: As orações sublinhadas servem para compor a opinião da narradora, pois afirma que os problemas sempre voltam, reaparecem e acredita que precisamos sempre enfrentá-los.</p>

Propostas de atividades que abordam aspectos gramaticais voltados para a construção de sentido do texto

As questões reformuladas deixam de desenvolver apenas a inferência centrípeta interna para enfatizar também outras inferências, como a centrífuga interdiscursiva e a situacional. O estudo continua sendo sobre o gênero crônica, sobre metáforas e sobre orações subordinadas. Entretanto, com um foco para a construção dos sentidos do texto, deixando de ser um estudo de frases soltas e de exercícios mecânicos de identificação. Através de comandos que guiam a leitura e levam o leitor interpretante “pela mão”, o aluno poderá ampliar o seu repertório linguístico e discursivo. Se por um lado as questões originais um e dois propostas pelo professor do 9º ano tratam as inferências externas de forma superficial, por outro lado a questão três apresenta uma abordagem meramente classificatória e trata o texto como pretexto para o estudo das orações subordinadas substantivas.

Reflexões finais

As atividades analisadas são apenas alguns exemplos que serão apresentados ao longo da minha pesquisa. A partir de comandos como os destacados aqui, verifica-se que devemos ter uma preocupação maior em propor e elaborar questões inferenciais. Esse não é um caso isolado. A análise feita até o momento tem demonstrado que, de um modo geral, muitas práticas não estão de acordo com o que já propunham os PCN (BRASIL, 1998) e o que está proposto atualmente pela BNCC (BRASIL, 2017). Esses dois

documentos oficiais que regem os objetivos e as competências de leitura que devem ser desenvolvidas enfatizam que ler é ir além do sentido explícito das palavras, é compreender o texto em sua totalidade, apreendendo os vários sentidos que estão por trás das escolhas feitas pelo autor e que são deixadas no texto para serem desvendadas.

Superar o entrave teórico-metodológico entre linguística e gramática não significa abandonar as teorias gramaticais, mas colocá-las a serviço do entendimento e da construção de sentido do texto, de sua superfície ao discurso. O texto, como evento comunicativo sociointeracional, deve ser objeto principal a ser analisado e não pode servir, unicamente, de ferramenta para o estudo das categorias gramaticais.

Sendo assim, pode-se considerar que ler é estabelecer relações com os conhecimentos prévios que devem ser ativados no processamento das informações do texto que está sendo “degustado”. No entanto, ainda nota-se que o desenvolvimento de atividades de leitura não segue esse fundamento e que, por isso, ainda faz parte da realidade de muitos alunos não serem leitores competentes, capazes de reconhecerem o sentido de discurso, a situação de comunicação, as estratégias que estão por trás dos processos de produção e de interpretação de um texto, sem entenderem que a gramática deve estar à serviço do texto e não o texto servir de instrumento material para a análise de frases isoladas.

Referências

- ANTUNES, I. Concepções de Língua: ensino e avaliação; avaliação e ensino. *Revista de Letras*, Ceará, vol. 1/2, n.31, p. 83-86, jan./dez., 2012.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Língua Portuguesa/* Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação Pleno. *Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 30 dez. 2020.

- CHARAUDEAU, P. Les conditions de compréhension du sens de discours. In: *Langage en FLE Texte et compréhension*. Revue ICI et LA, Madrid, Soc. General Española de Librería, 1994. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Les-conditions-de-comprehension-du.html>. Acesso em 15 jan. 2021.
- _____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. de. *Gêneros reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: Nad/Fale-UFMG, 2004. Disponível em <http://www.patrick-charaudeau.com/Visadas-discursivas-generos.html>. Acesso em 10 jan. 2021.
- _____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. *Da língua ao discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 10-29, 2005.
- _____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. Compréhension et interpretation: interrogations autour de deux modes d'appréhension du sens dans les sciences les sciences du langage. In: ACHARD-BAYLE, G.; GUÉRIN, M.; KLEIBER, G.; KRYLYCHIN, M. (dir.). *Les sciences du langage et la question de l'interprétation (aujourd'hui)*. Limoges: Les Éditions Lambert-Lucas, 2018, p. 21-55. Disponível em português em <https://ciadrj.lettras.ufrj.br/2019/11/21novo-artigo-de-patrick-charaudeau-traduzido>. Acesso em 28 dez. 2020

A CONSTRUÇÃO DO “TU” NA ENCENAÇÃO DISCURSIVA PUBLICITÁRIA¹

Conceição Almeida da Silva²

Introdução

Não é uma novidade que os anúncios publicitários são textos cujo principal propósito é afetar o destinatário, visto que, para convencer o consumidor a adquirir um produto ou serviço, é necessário, de alguma forma, persuadi-lo, fazê-lo acreditar em sua necessidade de aquisição do que é oferecido. Por isso, os anúncios situam-se em um âmbito comunicativo no qual lhes é conferido o direito de atuar no sentido de buscar diferentes formas de realizar a captação de consumidores potenciais, recorrendo, para tanto, a estratégias diversas. Conforme salienta Ribeiro (1989, p. 120), uma campanha criativa é aquela que tira o consumidor da indiferença, que consegue que ele se emocione, ria ou “fique com água na boca” e, principalmente, que tenha vontade de comprar. Entretanto, sabemos que um anúncio, embora tenha um destinatário-alvo, o consumidor em potencial do produto ou serviço anunciado, dirige-se a um grupo de pessoas inevitavelmente heterogêneo, pessoas que não são afetadas de igual maneira, nem são convencidas da mesma forma. Portanto, afetar o consumidor, fazer com que ele se convença, se emocione, seja seduzido, não será uma tarefa simples.

1 Este estudo apresenta-se como um recorte de nossa pesquisa de Doutorado, intitulada “O universo de consumo, seus mundos e seus sujeitos: uma abordagem semiolinguística dos sujeitos do discurso publicitário, com foco nos efeitos de patemização”.

2 Doutora em Estudos de Linguagem, com tese defendida em janeiro de 2020 na Universidade Federal Fluminense, orientada pela Prof^a. Dr^a. Rosane Santos Mauro Monnerat; pesquisa financiada pela CAPES.

Esse poder de atuar persuasivamente está previsto no contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2010a) que cerceia essa instância comunicativa, e é assim que essa persuasão é aceita sem problemas por todos os que se deparam com qualquer texto publicitário. Há, portanto, lugares e papéis pré-determinados no próprio contrato em função da situação de comunicação, que colocam o EU e o TU em posições que lhes conferem certos estatutos discursivos – o EU ganha a legitimidade que o autoriza a ser persuasivo e convincente, e o TU é convidado a ser cooperativo e a atuar em conformidade com o que lhe é proposto.

Podemos acrescentar que esse gênero textual, seja como parte de sua estratégia, seja como consequência inevitável do discurso que veicula, acaba não só fazendo ecoar informações (imaginários, saberes ou ideologias) que são socialmente valorizadas, como também acaba ocultando outras informações que, ainda assim, podem continuar fazendo-se ouvir inferencial ou implicitamente. Tais inferências (ou tais implícitos), entretanto, são produzidas dentro de um quadro que as limita, ou seja, não cabe uma interpretação qualquer de um anúncio publicitário, pois essa interpretação será restringida de alguma forma por um quadro comunicativo que deve fazer parte do repertório dos sujeitos interagentes.

Em geral, nas pesquisas existentes sobre as identidades e sobre o *ethos*, o foco das análises está no sujeito comunicante, aquele que se designa como EU. No entanto, na contrapartida do EU está o TU, sujeito sobre o qual também são projetadas imagens construídas no próprio discurso. Sendo assim, quem é esse TU com quem o EU publicitário dialoga? Como o sujeito comunicante visualiza seu interlocutor? Que informações o publicitário acredita ter de seus possíveis consumidores? Como o anunciante acredita que vai conseguir afetar o emocional de seu consumidor? Tais questionamentos nos levam a acreditar que é necessário entender de que forma o discurso publicitário, para afetar o consumidor emocionalmente, projeta ou refuta imagens estereotipadas desse consumidor, com o intuito de sensibilizá-lo para fazê-lo sentir-se parte do mundo figurado no anúncio. Tomando esse contexto como ponto de partida, buscamos comprovar a tese de que, a partir das representações sociais usadas e das estratégias discursivas que produzem efeitos patêmicos, é possível identificar como o sujeito interpretante foi colocado em cena, como ele foi transformado em um destinatário-consumidor ideal, aquele a quem o sujeito enunciatador se dirige.

Desse modo, o objetivo principal de nossa pesquisa de doutorado foi analisar o discurso publicitário para compreender o modo como a

publicidade impressa representa os sujeitos envolvidos no ato de comunicação e, mais especificamente, o consumidor, visando a efeitos patêmicos. Para tanto, nos propusemos a revelar nos anúncios analisados quem são os consumidores que o contrato, a língua e os imaginários sociodiscursivos preveem como ideais para o produto ou o serviço anunciado.

O contrato de comunicação e os lugares reservados aos sujeitos

Todo discurso é uma atividade semiolinguística de construção de sentido, produzida em uma situação comunicativa, e obedece às regras de um contrato comunicativo específico, estabelecido entre dois sujeitos interagentes que visam a um projeto de influência social. Desse modo, para compreender e interpretar um anúncio publicitário, precisamos ter em mente um quadro situacional e um contrato específicos, que colocam em cena sujeitos que assumem papéis também específicos; precisamos ainda conceber que o mundo será significado em função de propósitos pré-especificados pelo contrato, além de considerar que a linguagem empregada produzirá sentidos em função dos implícitos e dos explícitos que os signos podem assumir nesse quadro comunicativo, isto é, dos significados recorrentes que os signos apresentam e da atualização de sentido que será possibilitada pela publicidade.

As práticas sociais comunicativas são parte das representações coletivas de uma sociedade, logo, ao se inserirem em uma determinada situação de comunicação, os sujeitos externos passam a participar do “jogo de expectativas” que envolve o ato de linguagem, de modo que esses sujeitos possam responder à pergunta “Qual é a finalidade imposta por esta situação?” (CHARAUDEAU, 2010b). Dessa forma, a situação de comunicação suscita um conjunto de “possíveis interpretativos” (CHARAUDEAU, 2010a, p. 29) e estrutura as práticas sociais comunicativas, determinando a constituição interna do ato de linguagem. “Assim, o locutor (no sentido genérico) que se encontra nessa situação é sobredeterminado por estatuto e papéis que lhe são atribuídos. Diremos que em cada situação de comunicação o sujeito se define através da identidade social que esta lhe impõe.” (CHARAUDEAU, 2010b).

Por outro lado, há um espaço interno, que é o espaço do dizer, isto é, um espaço que leva em consideração o sistema linguístico, sua estrutura e a forma como organiza e categoriza o mundo. Nesse espaço interno, a linguagem garante um lugar específico para os sujeitos, um lugar para o

“eu” e para o “tu”, um lugar onde esses sujeitos, que agora são teóricos, serão denominados e categorizados em função de sua posição no espaço externo, como veremos adiante.

Esses sujeitos situados no espaço interno do ato de linguagem correspondem a como os sujeitos externos podem ser discursivizados, transformados em sujeitos virtuais, constituídos na e pela linguagem em função das condições de produção. São sujeitos do dizer, situados no espaço do dizer e que se definem por suas identidades discursivas. Sua existência, porém, não é autônoma, já que só podem ser colocados em cena em função das identidades sociais dos sujeitos que ocupam o espaço externo. Como veremos em breve, esses sujeitos são construídos discursivamente, mas dependem das instruções dadas pela situação de comunicação.

Essa constituição do ato de linguagem a partir de dois espaços (um interno e outro externo) com a duplicação dos sujeitos (um EU e um TU internos; um EU e um TU externos) faz existir dois processos que envolvem o ato de linguagem: um processo de produção e um processo de interpretação. O processo de produção envolve o EU externo e o TU interno; enquanto o processo de interpretação envolve o TU externo e o EU interno. “O ato de linguagem torna-se então um ato *interrenunciativo* entre *quatro sujeitos* (e não dois), lugar de encontro imaginário de dois universos de discurso que não são idênticos” (CHARAUDEAU, 2010a, p. 45).

Aplicando o conceito dos sujeitos do ato de linguagem ao discurso publicitário, constatamos que a publicidade é uma das esferas comunicativas em que essa duplicidade do sujeito fica mais em evidência e que, na verdade, os desdobramentos se fazem em níveis ainda mais complexos. Analisando o espaço externo do discurso publicitário, por exemplo, encontraremos o sujeito comunicante (EUC) que remete, invariavelmente, a diversos sujeitos empíricos – o anunciante e o publicitário –, o que evidencia um sujeito comunicante composto, com intencionalidades múltiplas, visto que, embora a intenção do anunciante prevaleça sobre as demais, o publicitário produz publicidade para agradar não só ao anunciante que o contratou mas também a todos os potenciais clientes da agência de publicidade. Encontramos ainda nesse circuito externo o sujeito interpretante (TUi), que engloba o conjunto de todos os possíveis receptores da publicidade, sejam eles consumidores efetivos ou apenas potenciais. Novamente, há uma heterogeneidade de interesses que é quase impossível de ser abarcada pelo comunicante, por mais pesquisas que se faça para traçar um perfil do consumidor.

No circuito interno, entretanto, que é onde o discurso publicitário irá encenar seu projeto de fala, toda essa pluralidade de sujeitos será sintetizada em uma única imagem para o sujeito enunciador (EUE) e outra para o destinatário (TUD), construídas discursivamente por meio das estratégias discursivas e da linguagem empregada para atender à idealidade da troca comunicativa. Nesse contexto, portanto, o TUD representa exatamente a imagem de consumidor ideal para o que está sendo anunciado, trata-se de uma imagem construída em função do consumidor que se precisa para um determinado produto, e não em função da multiplicidade de sujeitos concretos que efetivamente poderão vir a consumi-lo.

Desse modo, acreditamos que, se todo e qualquer discurso projeta, inevitavelmente, uma imagem de destinatário ideal, no discurso publicitário, essa projeção é não só inevitável como também muito bem planejada e construída de modo mais intencional que em outros discursos cotidianos. O sujeito comunicante tem total controle sobre o sujeito destinatário e tem total consciência de que tem esse controle. Logo, no discurso publicitário, a criação de uma imagem ideal de consumidor é uma ferramenta importante para seu sucesso comunicativo.

Nesse quadro encenado, “a noção de contrato pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais” (CHARAUDEAU, 2010a, p. 56). É tendo esse quadro como pressuposto que o comunicante propõe seu jogo comunicativo e espera que ele seja reconhecido e aceito por seu interpretante. Neste sentido, Charaudeau (2010a) diz que a comunicação é uma aposta, pois o comunicante propõe um acordo cujas restrições e estratégias empregadas podem, ou não, ser reconhecidas e aceitas pelo outro.

O contrato de comunicação publicitária se configura, segundo Soulages (1996, p. 145), pela existência de “formas fixas dependentes de dois tipos de fatores”, quais sejam o “próprio ritual sociolinguageiro publicitário” e o “peso do imaginário coletivo próprio de uma determinada coletividade”. Ainda citando Soulages (1996, p. 145), “pode-se sugerir, sem grande risco, a hipótese de que a finalidade desse contrato sociolinguageiro – o projeto de fala do sujeito comunicante – é realmente de transformar, por meio de um certo ato de persuasão, um consumidor de publicidade em um consumidor efetivo de mercadorias”. É justamente sobre como se opera essa transformação que este estudo se propõe investigar.

As marcas linguísticas e a construção discursiva do “TU”

Salientamos que o destinatário não está presente no texto publicitário apenas pela pressuposição do seu papel dentro do contrato comunicativo; ele também está inscrito na totalidade do material linguístico e do conteúdo comunicado em vários níveis: i) no grau de explicitação das informações, que depende da quantidade de informações que o comunicante considera compartilhar com seu destinatário; ii) na escolha das estratégias e dos mecanismos afetivo e argumentativo, que também dependem de quem se supõe ser o destinatário e iii) na mobilização dos mecanismos linguísticos, que é feita em função do contrato comunicativo e, portanto, a complexidade dessas escolhas e a forma como o conteúdo poderá ser transmitido são calculados de acordo com o que se supõe sobre o destinatário.

Kerbrat-Orecchioni (1997), acerca da enunciação, evidencia que as escolhas linguísticas realizadas pelo comunicante ao elaborar seu ato de linguagem também dependem do contrato comunicativo e da situação de comunicação estabelecida entre os interlocutores. Considerando, pois, que as palavras que compõem o texto publicitário precisam ser escolhidas para representar o consumidor e criar um destinatário ideal ao universo de consumo projetado, cabe recuperar os conceitos de identificação e qualificação, dois dos procedimentos que constituem o processo de transformação que, juntamente com o de transação, integra o processo de semiotização do mundo, isto é, a transformação, por meio da linguagem, de um mundo a significar em um mundo significado em função de um contrato de comunicação específico.

Como descreve Charaudeau (2009a, p. 41), o processo de transformação consiste em estruturar o mundo significado por meio de categorias linguísticas que possibilitem: 1) identificar os seres, nomeando-os; 2) descrevê-los, qualificando-os; 3) narrar as ações nas quais esses seres estão envolvidos e 4) argumentar, apresentando-os em função das relações de causa e efeito de suas ações. Logo, tanto a identificação quanto a qualificação são princípios inerentes ao processo de transformação, que, entretanto, dependem totalmente do processo de transação, isto é, a escolha das formas linguísticas empregadas para a identificação e para a qualificação estará submetida às condições previstas pela situação comunicativa; conseqüentemente, dependerá do estatuto do destinatário previsto nessa dada situação.

Dentro desse quadro analítico, torna-se pertinente lembrar que os gêneros que compõem a instância publicitária são caracterizados, em geral,

pela multimodalidade, isto é, são textos constituídos pela interação entre diferentes sistemas semiológicos, principalmente o verbal e o não verbal. No caso dos anúncios publicitários impressos, palavras e imagens se somam para concretizar o projeto de fala do comunicante e dar conta de suas estratégias discursivas tanto para a sedução quanto para a argumentação. O verbal e o imagético, entretanto, têm características bem diversas no que diz respeito ao seu processo de significação. Isto porque, se por um lado, as palavras se ancoram em uma maior regularidade de sentidos, principalmente em função do que Charaudeau (2010a) denominou de força centrípeta, decorrente da convenção, que atua de fora para dentro e obriga o signo a significar sempre igual em determinadas situações comunicativas; por outro lado, as imagens são menos convencionais e, por isso, mais suscetíveis a inúmeras significações, carregando em si uma infinidade de possibilidades semânticas.

Desse modo, a presença desses dois sistemas semiológicos na composição textual do anúncio publicitário requer que eles interajam e se complementem para que a mensagem possa ser transmitida como um todo, e não por partes. Um dos caminhos possíveis para analisar como ocorre essa interação semiológica é a teoria semiótica proposta por Charles Sanders Peirce, que apresenta o signo por meio de uma relação triádica na qual podemos visualizar o significado, o significante e o referente, e que se aplica tanto aos signos verbais quanto aos não verbais. A partir dessa tríade (significado-significante-referente), podemos perceber não só como as palavras se semantizam no anúncio, mas também as imagens em sua relação com as palavras dentro do contrato estabelecido.

No caso específico das imagens, há outra tríade entre as propostas por Peirce (2005) que também é importante: trata-se da relação entre o signo e seu referente, o objeto. Sob essa perspectiva e de modo sucinto, o signo será um ícone quando sua relação com o objeto for baseada em caráter, qualidades ou evocação de possibilidades interpretativas; será um índice quando representar a existência do objeto ou do fato; e será um símbolo quando for baseado na convenção, quando puder representar algo por meio de alguma lei ou regra convencional.

É válido lembrar que tanto o verbal quanto o imagético, ao se inserirem em uma situação comunicativa publicitária, respondem às expectativas do contrato não apenas no que se refere ao linguístico e discursivo mas também no que se refere à mobilização das representações sociais que se materializam em imaginários sociodiscursivos. Com isso, não se pode desvincular palavras e

imagens das ideologias, dos estereótipos e das representações que permeiam a instância publicitária em nossa sociedade, o que nos leva a recuperar a heterogeneidade que constitui tanto o sujeito comunicante quanto o sujeito interpretante. Em função disso, a publicidade não representa necessariamente o mundo tal qual ele é efetivamente, mas como ele deveria ser para que o produto anunciado seja necessário. Trata-se de um mundo ideal ao consumo, que precisa ser forjado a partir da matéria-prima fornecida pelo próprio meio social, por seus imaginários sociodiscursivos sobre o mundo e sobre os sujeitos, ou seja, o que é socialmente valorizado positiva ou negativamente.

A construção do TU entre a razão e a emoção nos anúncios publicitários

Como já mencionamos antes, a razão de ser de um anúncio publicitário é provocar o consumo efetivo do que está sendo anunciado. Para que isso ocorra, no entanto, não basta que o comunicante diga ao consumidor: “Compre!”, “Eu quero que você compre!” ou “Eu preciso que você compre!”. No caso da publicidade impressa, esse desafio torna-se ainda maior, pois ao folhear uma revista, o leitor, ao ver um anúncio, sabe do que se trata, sabe que, ao parar para lê-la, permitirá que o comunicante tente influenciá-lo a consumir algo, e ele não está ali para isso. Então, sua decisão mais provável será a de saltar a página sem nem ao menos olhar para ela. É este, pois, o grande desafio: fazer o leitor se deter no anúncio e aceitar o jogo comunicativo proposto; é vencer sua razão, deixando-o ser afetado e, conseqüentemente, convencido a se tornar um consumidor efetivo, caso ainda não o seja.

A finalidade discursiva dos gêneros publicitários, conforme Charaudeau (2010c), é a de incitação, isto é, o EU encontra-se em uma posição de não autoridade ante o TU, mas quer levá-lo à aquisição de um determinado produto ou serviço; então, deve fazê-lo crer em sua proposta comunicativa. O tema macro dos anúncios diz respeito ao que Charaudeau (2010c) denomina de “idealidade individual”, isto é, remete a um objeto idealizado que deve ser buscado pelo destinatário. O sucesso comunicativo de um anúncio publicitário, por isso, depende das estratégias mobilizadas.

Ao se propor a analisar as estratégias empregadas na linguagem publicitária, Santaella (2012) irá se basear na tríade peirceana, mostrando que as imagens podem possibilitar estratégias de sugestão, devido a seu funcionamento icônico; estratégias de sedução, devido a seu funcionamento

indicial; e estratégias de persuasão, devido a seu funcionamento simbólico ou convencional. Segundo a autora, é a inter-relação entre essas três estratégias que garantirá a eficácia da mensagem publicitária, já que

[...] entre a polaridade de razão e emoção, está instalado o desejo, o grande operador da sedução. Enquanto a sugestão habita a incerteza do possível e a persuasão caminha pelos trilhos do argumento, a sedução fala por meio da corporeidade, da captura do receptor nas malhas do desejo. Enquanto a sugestão aciona a capacidade de sentir e a persuasão agrada ao pensamento, a sedução cativa os sentidos (SANTAELLA, 2012, p. 140).

Por sua similaridade ou pelas qualidades que reúne, a imagem deixa em aberto a direção interpretativa a ser tomada e obriga o leitor a olhar para ela com mais atenção. Por conta disso, na publicidade, a imagem pode, em um primeiro momento, acionar a percepção do leitor e desencadear um rol de imaginários sociodiscursivos a ela associados, o que se apresenta como uma estratégia de sugestão, visto que “a sugestão habita a incerteza do possível” (todas as interpretações são possibilitadas em um primeiro momento) e “aciona a capacidade de sentir” (desperta a afetividade).

Em um anúncio publicitário, a imagem também se comporta como índice, na medida em que, nesse contexto específico, ela se transforma em signo de algo mais, passa a ser o referente de um significado que só pode ser apreendido no âmbito da publicidade. Desse modo, além de tocar-lhe a emoção, sugerindo-lhe um universo de consumo condizente com seus imaginários sociodiscursivos, o discurso publicitário empregará estratégias de sedução, apresentando imagens que traduzam desejos, anseios, sonhos, necessidades e benefícios que se supõe serem os do leitor. Assim, a imagem publicitária é um índice, ela funciona como um significante que remete aos desejos da sociedade.

Por fim, toda comunicação publicitária carrega, mesmo que implicitamente, uma fundamentação argumentativa, um propósito de levar o leitor a raciocinar favoravelmente ao produto anunciado. É nesse pressuposto que se baseiam as estratégias de persuasão que a imagem publicitária possibilita. Entretanto, vale considerar, que a imagem publicitária é persuasiva justamente porque, nesse contexto específico, ela também funciona como símbolo, isto é, possui um significado associado por convenção, cuja interpretação depende da mobilização de imaginários sociodiscursivos

compartilhados por todos, o que possibilitará o direcionamento interpretativo a ser dado a ela. Por esse motivo, Santaella (2012, p. 136) disse que a persuasão “caminha pelos trilhos do argumento” e “agrada ao pensamento”.

Tendo em vista os conceitos e as reflexões apresentadas até aqui, passaremos agora a observar a construção desse destinatário no discurso publicitário, considerando-o dentro do universo de consumo que o anúncio apresenta.

Anúncio 1 – Banco Itaú



Você prefere viver a prazo ou ser feliz a perder de vista? Investir é o que sabemos fazer de melhor e queremos dividir tudo isso com você: acesse www.itaubr.com.br/investa ou fale com seu gerente.

E aí? Vai correr atrás ou fazer o dinheiro trabalhar para você?

Conte com o Itaú na hora de investir :)

Investir é sonhar de olhos bem abertos.

Crédito: VEJA, revista. Ed. 2298, 05 dez. 2012, p. 02-03.

Em um primeiro momento, o que chama a atenção nesse anúncio é o olhar, mais especificamente esse olhar sonhador, que mira para algo que o leitor da revista só pode adivinhar pela imagem nele espelhada – um avião decolando. No contexto desse anúncio, esse olhar é uma imagem que remete, simbolicamente, ao desejo, ao sonho: trata-se de um olhar sonhador. Entretanto, a imagem não comunica sozinha. Junto a ela, há toda uma parcela verbal que identifica (Itaú, dinheiro, gerente), qualifica e descreve (“viver a perder de vista”, “Investir é o que sabemos fazer de melhor”, “investir é sonhar de olhos bem

abertos”) um universo de consumo bem específico: coloca em foco a relação entre o banco e seus possíveis clientes interessados em realizar investimentos.

Nesse contexto, a imagem desse olhar deixa de significar apenas um sonho, mas um poder realizar, ou ter condições para transformar esse sonho em uma realização. Assim, o significante que o leitor recebe é o olhar, o significado é a realização e o referente é o sonho, ou seja, ao mostrar esse olhar, o comunicante propõe ao leitor transformar seus sonhos em uma realização concreta, explorando a tópica da esperança. Aquele olhar que sozinho parecia remeter a um sonho, a algo impossível, transforma-se, na totalidade do anúncio, em decorrência de sua interação com a parcela verbal, em algo possível; o avião que vemos refletido nesse olhar deixa de ser aquele que leva alguém para ser aquele que pode levar o leitor a realizar seus sonhos. Portanto, a imagem do olhar é um índice, isto é, ele está lá no lugar de outra coisa, de algo que não tem como ser fotografado, desenhado, mostrado de modo concreto – o sonho, o desejo. Sua interpretação final é decorrente de um cálculo que envolve a parcela verbal e os imaginários que o texto publicitário como um todo possibilita, mas sua representação é indicial – trata-se de um referente (o olhar) que passa a ser signo de outro referente (o sonho) para significar um terceiro (a realização).

Essa interação entre a parcela verbal e a imagética, ao criar esse universo de consumo que transforma desejos em realizações, cria, juntamente, um destinatário que tem todo um perfil adequado a esse universo de consumo: trata-se de alguém que tem potencial econômico para investir (uma ação altamente valorizada em nossa sociedade como algo positivo); trata-se de um sonhador, alguém que faz planos e tenta de tudo para realizar esses planos (mesmo que precise viver a prazo, ou seja, fazer parcelamentos e empréstimos, por exemplo); mas, antes de tudo, é alguém que trabalha muito para conseguir o que quer (precisa correr atrás). Essa é uma imagem social que permeia o imaginário sociodiscursivo presente nas diversas instâncias comunicativas, mas que, na instância publicitária, costuma ser bastante explorada. Nesse caso, tanto o verbal quanto o visual favorecem as estratégias de sedução, despertam os desejos do leitor, e os afetam ao sugerirem a concretização de seus sonhos e projetos.

Vemos no anúncio I que a imagem, além de colaborar para a criação de um universo de consumo desejável, ela também é portadora de uma emoção humana, ou seja, por meio da imagem, o comunicante transforma sua mensagem em uma mensagem potencialmente patêmica, capaz de evocar o *páthos*, ou a afetividade do seu destinatário (CHARAUDEAU, 2010d). Cabe destacar, entretanto, que, mesmo quando não mobiliza as emoções de

forma tão explícita quanto a imagem do anúncio 1, as imagens sempre têm potencialidade patêmica, na medida em que, juntamente com o verbal, irão construir um universo de consumo desejável, capaz de afetar o consumidor e de fazer com que ele deseje ser parte desse universo, ou mesmo que se veja como parte dele. Vejamos, a título de exemplificação, o anúncio 2, a seguir.

Nesse anúncio, precisamos considerar, primeiramente, a forma como o verbal e o imagético colaboram para a mensagem final. As palavras “IPVA”, “IPTU” e “escola” estão em relação de inclusão com a imagem da canga, ou seja, elas são também imagem. Em um primeiro momento, se consideradas isoladamente, essas palavras ajudam na construção do universo de consumo: trata-se de palavras que nomeiam despesas de início de ano e inserem o destinatário na busca por solucionar um problema que se supõe difícil de resolver.

Anúncio 2 – Banco Bradesco

CRÉDITO BRADESCO
PARA DESPESAS DE INÍCIO DE ANO.
PORQUE PREOCUPAÇÃO
NÃO COMBINA COM LAZER.

IPTU, IPVA, MATRÍCULA E MATERIAL ESCOLAR.
PARA TODAS AS DESPESAS DO COMEÇO
DO ANO. CONTE COM O CRÉDITO BRADESCO.

Para contratar, fale com seu Gerente
 ou ligue 0800 273 3900. Caso prefira, conte com a facilidade
 e mobilidade do Fome Fácil Bradesco, Autoatendimento
 Bradesco, Internet Banking ou Bradesco CxM.

Crédito Bradesco.
 Presença lado a lado
 para você realizar.

D	S	T	Q	Q	S	S
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

Bradesco

Crédito Bradesco. Para despesas de início de ano. **Porque preocupação não combina com lazer.** IPTU, IPVA, matrícula e material escolar.

Para todas as despesas do começo do ano, conte com o crédito Bradesco. Para contratar, fale com seu gerente... Crédito Bradesco. Presença lado a lado para você realizar.

Crédito: VEJA, revista. Ed. 2305, 23 jan. 2013, p. 02-03.

Entretanto, fazendo parte da imagem da canga, essas palavras são apenas decorativas, isto é, elas não passam de uma estampa no tecido, logo não representam um problema real. Com isso, o enunciador consegue, ao mesmo

tempo, mobilizar os imaginários sociodiscursivos que supõe compartilhar com seu destinatário sobre os problemas financeiros relacionados a todo início de ano e mostrar que o banco tem soluções que podem ajudar o destinatário a não se preocupar com tais problemas. Isoladamente, essas palavras evocam sentimentos que podem ou não ser os do leitor, prestando-se a uma estratégia de sugestão; no conjunto da constituição textual da publicidade, essas palavras têm o potencial de despertar os desejos do leitor de resolver um problema que o incomoda, prestando-se a uma estratégia de sedução; por fim, tratam-se de palavras que simbolizam uma realidade, possuem um valor simbólico reconhecível por todos os que vivenciam as questões econômicas do país, prestando-se, desse modo, a uma estratégia de persuasão (o banco pode te ajudar a resolver esse problema).

No anúncio 2, a imagem cria efeitos patêmicos em dois sentidos: por um lado, mobilizando uma preocupação que todos têm com as despesas de início de ano, mas, ao mesmo tempo, minimizando-as, praticamente anulando-as, colocando-as como uma preocupação desnecessária. Por outro lado, a imagem também tem o potencial de evocar uma situação desejável no nosso imaginário sociodiscursivo – o período de férias escolares, período em que a família pode viajar e todos podem ficar juntos em algum lugar agradável e divertido, como a praia.

Podemos perceber, nesse anúncio 2, que o destinatário foi construído a partir das escolhas semiológicas feitas e da forma como essas escolhas foram colocadas uma em relação com a outra. Palavra e imagem compõem, juntas, uma mensagem final que se dirige a alguém que tem despesas de início de ano e dificuldade para quitá-las, e que, por isso, precisa da ajuda do banco (seu benfeitor). Com isso, esse destinatário pode realizar aquela viagem em família que ele tanto valoriza, pois tem um banco que possibilita ter lazer sem preocupação.

Ante à observação dos anúncios 1 e 2, podemos concluir que os consumidores que o contrato, a língua e os imaginários sociodiscursivos preveem como ideais para o produto ou o serviço anunciado não remetem de forma direta a um sujeito concreto; antes de tudo, esse sujeito é parte das estratégias discursivas que criam o universo de consumo ideal. Trata-se, pois, de um ser construído no interior do discurso por meio da interação entre as formas semiológicas empregadas. O leitor da revista poderá ler o anúncio e se identificar com esse destinatário; mas, mesmo que não se identifique de imediato, será, de qualquer forma, afetado pela possibilidade

de ocupar esse lugar tão positivo, no qual ele pode realizar seus sonhos e concretizar seus projetos sem preocupações econômicas que o atrapalhem.

Referências

- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2009a.
- _____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2010a.
- _____. Um modelo sócio-comunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização. In: STAFUZZA, Grenissa e DE PAULA, Luciane (org.). *Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil*, Edufu, Uberlândia, 2010b. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semioliinguistica-do.html>. Acesso em: mar. 2016.
- _____. O discurso propagandista: uma tipologia. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. *Análises do Discurso Hoje*. v. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna) 2010c, p.57-78.
- _____. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, E. MACHADO, I. L. (org.). *As emoções no discurso*. Campinas (SP): Mercado Letras, 2010d.
- JODELET, D. *As representações Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *La enunciación de la subjetividad en el lenguaje*. 3ª ed. Buenos Aires: Edicial, 1997.
- PEIRCE, C. S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- RIBEIRO, J. et alli. *Tudo o que você queria saber sobre propaganda e ninguém teve paciência de te explicar*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- SANTAELLA, L. *Leitura de imagens*. 1ª ed., São Paulo: Melhoramentos, 2012.
- SOULAGES, J. Discurso e mensagens publicitárias. In: CARNEIRO, A. D. (Org.). *O discurso das mídias*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

RACISMO DISCURSIVO EM PEÇAS PUBLICITÁRIAS: ENTRE EFEITOS VISADOS E EFEITOS (RE)PRODUZIDOS

André Marques da Silva¹

Introdução

A língua e o discurso, responsáveis pela manutenção e manifestação de formas de poder, domínio e controle social, são dispositivos de ação e interação entre sujeitos que constroem sentidos numa relação de interação e troca. Os discursos criam, reproduzem e interligam práticas e imaginários socioculturais que se materializam diacronicamente em diversos campos da atividade social - publicitário, político, econômico, literários, jurídico, religiosos, científico etc. -, sempre com efetiva atuação de sujeitos da linguagem que, conscientes ou não, criam ou reproduzem, afetam ou são afetados pelo racismo que se materializa no discurso seja na mídia, seja em outros domínios.

Fundamentando-se no aporte da Teoria Semiológica, de Charaudeau (2005, 2008, 2018a e 2018b), tendo como *corpus* o julgamento/ decisão do CONAR, de julho de 2020, sobre denúncias de racismo, e o anúncio publicitário veiculado pela empresa Estratégia Concurso em sua página oficial do *Instagram* — objeto da denúncia — analisam-se os imaginários e estereótipos raciais que materializam o racismo discursivo e seus

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF), desenvolve, com apoio do CNPq e orientação da Prof^ª. Dr^ª. Beatriz dos S. Feres, pesquisa sobre o racismo institucional na mídia, fundamentando-se no aporte da Teoria Semiológica, de Patrick Charaudeau.

efeitos (re)produzidos da instância de recepção. Para tanto, investigam-se o duplo processo de semiotização, a situação comunicativa e o contrato de comunicação midiático que, na encenação do discurso, constitui uma efetiva atuação dos sujeitos na troca linguageira.

Racismo e discurso

Em países que atravessaram processos de colonização/escravização, o racismo se construiu histórica e culturalmente como sistema de poder, dominação e controle, sustentando-se institucionalmente por meio de imaginários sociais e discursivos que legitimam hierarquias e práticas de discriminação racial entre grupos. Para Djik (2015, p. 33), “o discurso é praticamente a única maneira por meio da qual os preconceitos racistas são expressos e reproduzidos na sociedade”. Nesse sentido, o discurso é uma prática social que reproduz e perpetua o racismo diacronicamente. Observe o trecho abaixo:

O racismo das elites é essencialmente discursivo. Por meio da fala e da escrita, políticos, jornalistas, estudiosos, juízes e empresários expressam e reproduzem suas crenças, ideologias, planos e diretrizes. O discurso de um eminente político, o artigo de opinião de um repórter famoso ou o livro de um renomado estudioso podem ter mais efeitos negativos do que milhares de conversas na rua, no ônibus ou no bar (DJIK, 2015, p. 32).

A atividade discursiva, em seus diversos gêneros, materializa imaginários raciais, crenças e estereótipos que são, em grande medida, difusores de racismo e discriminação. O racismo, nesse sentido, constitui-se de duas dimensões: linguística e discursiva.

Na dimensão linguística, o racismo se assenta primeiro em categorias léxico-semânticas, racializando esquemas sociocognitivos e representações sociais em uma dada língua natural. É pelo uso social da língua que se materializa e que se dá forma e sentido ao pensamento e às ideologias de grupos sociais. Partindo dessa premissa, a língua é o primeiro sistema social onde se (re)produz o racismo.

Na dimensão discursiva, a significação de um ato de linguagem racista não depende exclusivamente do conhecimento que o locutor/interlocutor tem da língua e de sua estrutura interna, mas de um saber situacional (contextual e sócio-histórico) que é compartilhado pelos sujeitos psicossociolinguageiros envolvidos no ato de comunicação. No domínio do discurso, é preciso que os sujeitos acionem elementos constitutivos da dimensão social da linguagem, a intencionalidade, os elementos ideológicos, históricos, conhecimento prévio de mundo, os saberes de crença, de verdade, imaginários sociodiscursivos e estereótipos.

Em sua obra *Discurso e poder*, van Dijk (2018) afirma que racismo não é só uma prática social, é também uma prática cognitiva que se serve de todas as formas de expressão para legitimar e perpetuar o controle e a dominação das elites sobre minorias étnicas, sobre povos discriminados e sobre estrangeiros.

Imaginários e estereótipos

Os imaginários e estereótipos que (re)produzem o racismo discursivo permeiam inúmeras atividades da vida em sociedade, seja nas instâncias das instituições política, econômica, publicitária, cultural etc., seja nas instâncias de relações interpessoais. Como van Dijk (2018), parte-se do pressuposto de que o racismo se fundamenta em subsistemas. A nosso ver, os imaginários e estereótipos constituem uma rede de subsistemas de discursos e práticas racistas que, em diversas instâncias da atividade da vida em sociedade, materializam e institucionalizam o racismo.

Os imaginários, segundo Charaudeau (2018a), são uma maneira de (re)apresentar a realidade a partir de um processo de semiotização. A forma como um sujeito vê e interpreta o mundo influencia sua maneira de representá-lo. Em um cenário pós-colonial, onde a realidade captada emoldura um quadro diacrônico de discriminação étnico-racial, os sistemas de representação reconstróem e reificam imaginários socioculturais no discurso como práticas de poder.

Os estereótipos, por sua vez, constituem um saber de senso comum compartilhado entre grupos, funcionando como gatilhos de um conjunto de representações cristalizadas e pré-construídas. Não são necessariamente negativos ou pejorativos, embora nas práticas discursivas haja maior

pregnância do valor negativo. De acordo com Charaudeau e Maingueneau (2018, p. 15), citando Amossy, deve-se compreender que:

O estereótipo como representação coletiva cristalizada, é uma construção de leitura, uma vez que ele emerge somente no momento em que um alocutário recupera no discurso, elementos espalhados e frequentemente lacunares, para construí-lo em função de um modelo cultural preexistente (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2018, p. 215).

Os imaginários e estereótipos orientam a forma de ver e pensar o mundo a partir de um conjunto de saberes e práticas que moldam modelos sociais, cognitivos e discursivos. Observe o que diz Charaudeau acerca do imaginário:

O imaginário é uma forma de apreensão do mundo que nasce da mecânica das representações a qual, conforme foi dito, constrói a significação sobre os objetos do mundo, os fenômenos que se produzem, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significante. Ele resulta de um processo de simbolização do mundo de ordem afetivo-racional através da intersubjetividade das relações humanas e se deposita na memória coletiva (2017, p. 578).

Os imaginários são, portanto, formas de apreender a realidade – o mundo, os seres humanos e os fenômenos - suscitando representações orientadas e determinados saberes, valores, crenças e ideologias. É na construção do discurso - entre a realidade a significar (mundo bruto) e o real significado (mundo semiotizado) que se constroem os imaginários.

Os meios de comunicação, não raro, exploram discursivamente imaginários e estereótipos em suas produções (romãs, filmes, peças publicitárias), ora representando os negros de forma caricata e cômica, ora amalgamando-os à pobreza, à violência e à subalternidade. A massificação desta sub-representação na mídia cristaliza de forma derogatória a imagem do povo negro, acentuando *ethé* pré-discursivos de superioridade entre raças, criando imagem positiva da branquitude e imagem negativa da negritude.

Contrato de comunicação midiático e situação de comunicação

Para Charaudeau (2005), todo gênero do discurso engendra um contrato de comunicação – seja de troca imediata ou postergada – que se constitui dos seguintes componentes: o comunicacional (interação entre os sujeitos), o psicossocial (a situacionalidade do evento interacional) e intencional (as estratégias discursivas). Esses componentes do contrato de comunicação são regulados por quatro princípios: *i) princípio de alteridade* (troca/interação), *ii) princípio de pertinência* (saberes compartilhados), *iii) princípio de influência* (finalidade e intencionalidade) e *iv) princípio de regulação* (regulação do jogo de influências).

Charaudeau (2018b) entende que a comunicação na máquina midiática é regulada por um contrato de comunicação que põe em cena uma instância de produção, um suporte organizacional e uma instância de recepção. Uma agência de publicidade, por exemplo, ao projetar uma peça publicitária, mobiliza as visadas de informação, de captação e de incitação, de um lado, e os processamentos linguístico-discursivos, de outro. O contrato de comunicação publicitário, portanto, da produção à veiculação na instância midiática, tem a finalidade de persuadir, influenciar e seduzir o público consumidor, valendo-se de estratégias linguístico-discursivas.

Duplo Processo de semiotização: processos de transformação e transação

Na Teoria Semiolinguística, o discurso publicitário, veiculado na máquina midiática, também se constrói pelo duplo processo de semiotização: a *transformação* e a *transação* que constituem, respectivamente, a materialidade semiológica do ato de linguagem e a atividade dos sujeitos nas instâncias de produção e recepção da troca linguageira.

De uma ideia publicitária – mundo a significar – à materialização do gênero do discurso – mundo significado – com o objetivo de vender, comunicar, anunciar (anúncios, peças publicitárias, classificados), o EUC, (comunicante) ser de existência real, opera com processos de *identificação* (nomear seres/objetos: atores/produto/oferta/evento), *qualificação* (atribuir qualidades ao que é anunciado), *ação* (incitar, persuadir, influenciar ou convencer o público-consumidor) e *causação* (relação de causa e consequência:

vantagens em adquirir um produto ou serviço divulgado). A publicidade, por isso, direciona um fazer persuasivo sobre TUi (interpretante), público-alvo real de sua enunciação. Trata-se não só de um *fazer-saber*, mas de uma estratégia de *fazer-sentir* para *fazer-fazer*.

As agências de publicidade – EUc compósito – quando materializam no discurso uma peça publicitária visam a criar uma imagem positiva de si e uma imagem positiva do produto anunciado. Cria-se no discursivo um *ethos* que evoca imagem de confiança, qualidade, credibilidade e outros imaginários pertinentes à captação do público. Além do *ethos*, o discurso publicitário pode materializar em sua materialidade verbo-visual efeitos patêmicos, que visam a seduzir o público, apelando para o lado afetivo e emocional.

O contrato de comunicação publicitário também constrói a imagem de um interlocutor idealizado, o TUd (destinatário), uma identidade que só tem existência discursiva. Nesse dispositivo de encenação, cria-se uma relação intersubjetiva que pode ser harmoniosa ou conflituosa, a depender das interpretações possíveis das múltiplas expectativas e do grau de intercompreensão do ato de linguagem.

Efeitos visados, efeitos possíveis e efeitos (re)produzidos

As denúncias de racismo ao CONAR são indícios de que os efeitos visados na instância de produção podem não coincidir com os efeitos produzidos na instância de recepção. Os efeitos de sentido dependem tanto da *instância de produção*, quanto da *instância de recepção*, devendo-se considerar, para tanto, as dimensões implícita e explícita da linguagem, a materialidade semiológica do enunciado, a situação comunicativa, o propósito e, sobretudo, as identidades sociais e discursivas dos sujeitos envolvidos na troca languageira.

Os saberes do enunciador sobre seu destinatário e os saberes do sujeito interpretante acerca de seu enunciador compõem, em torno do eixo de produção e de recepção do ato languageiro, um *conjunto de possíveis interpretativos*. Esse conjunto de possibilidades de interpretação só pode ser elucidado pela situação de comunicação e pelo contexto. Em outros termos, a significação de um ato de linguagem não é transparente ou estática, sua apreensão carece de movimentos (forças centrífugas e centrípetas) de interpretação do leitor e dos seus imaginários socioculturais – conhecimento

de mundo – que se mobilizam para fazer levantamento de hipóteses, inferências, cálculos sobre os efeitos visados, e efeitos possíveis e os efeitos (re) produzidos na instância de recepção.

O CONAR: autorregulamentação da publicidade

O CONAR é uma ONG fundada em 1978 e mantida por entidades da publicidade, com a finalidade de salvaguardar a liberdade de expressão comercial, ameaçada por um Projeto de Lei² do final da década de 1970, que visava a estabelecer uma espécie de censura prévia às propagandas e publicidades no período da Ditadura Militar. A atuação do órgão, desde então, consiste em regulamentar a publicidade com vistas a fazer cumprir o código brasileiro de regulamentação da publicidade e propaganda.

No atual cenário de políticas afirmativas, a partir da Lei 12.288/2010, as decisões do CONAR permitem avaliar dois aspectos: o primeiro é se as peças publicitárias veiculadas na instância midiática representam a diversidade étnico-racial do país; o segundo é se tais representações encenam positivamente a identidade racial negra, constituindo um quadro de valorização da cultura de minorias identitárias na publicidade brasileira.

A função de fiscalizar a atividade publicitária visa a garantir a liberdade de expressão, as prerrogativas constitucionais e o cumprimento dos princípios de transparência, ética, respeitabilidade e concorrência livre e justa do que se veicula na mídia. O órgão funciona da seguinte maneira:

O CONAR atende a denúncias de consumidores, autoridades, dos seus associados ou ainda formuladas pela própria diretoria. Feita a denúncia, o Conselho de Ética do Conar - o órgão soberano na fiscalização, julgamento e deliberação no que se relaciona à obediência e cumprimento do disposto no Código - se reúne e a julga, garantindo amplo direito de defesa ao acusado. Se a denúncia tiver procedência, o Conar recomenda aos veículos de comunicação a suspensão

2 Com o projeto de lei, toda peça publicitária passaria por análise de um órgão do governo a fim de autorizar ou negar sua publicação, caracterizando, assim, uma censura à liberdade de expressão.

da exibição da peça ou sugere correções à propaganda. Pode ainda advertir anunciante e agência³.

As publicidades que se tornam objeto de denúncia são analisadas e julgadas pelo Conselho de Ética do órgão, tendo direito amplo à defesa. Tendo violado algum código da lei ou um de seus princípios, o CONAR pode fazer advertência, indicação de modificação ou sustar a peça publicitária. Se, contudo, a denúncia não for julgada procedente pela maioria do Conselho, arquiva-se o processo e a publicidade segue inalterada na mídia em que se veicula.

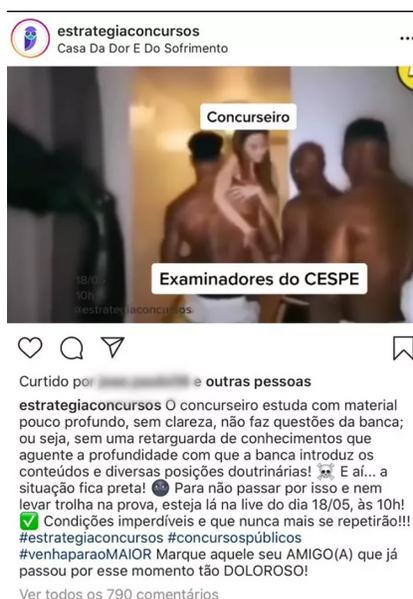
Racismo discursivo na publicidade: entre imaginários e estereótipos

Para Charaudeau (2008, p. 36-37), o ato de linguagem “é o resultado de uma dupla atividade: estrutural (a simbolização referencial) e serial (a significação)”. A atividade de leitura, portanto, parte de dois movimentos de análise, um endocêntrico, cuja análise deve considerar o sentido estrutural de língua; e outro exocêntrico, cuja investigação da significação deve considerar o sentido inferencial de discurso, considerando a intencionalidade, a situação comunicativa e o contexto sócio-histórico.

Uma peça publicitária põe em cena os sujeitos em um *contrato de intercomunicação*. Esses sujeitos empreendem processos de produção (EUc) e de interpretação (TU*i*) do ato linguageiro a partir de determinadas expectativas. Observe o texto *meme*-anúncio⁴, denunciado ao CONAR:

3 Fonte site do CONAR, disponível em <http://www.conar.org.br/>, acessado em 28/12/2020.

4 *me-me* [é] em inglês: *meme*, redução do grego mimema, -atos, imitação, cópia) Classe: substantivo masculino. 1. Imagem, informação ou ideia que se espalha rapidamente através da Internet, correspondendo geralmente à reutilização ou alteração humorística ou satírica de uma imagem./2. Ideia ou comportamento que passa de uma geração para outra, geralmente por imitação. Disponível em <https://dicionario.priberam.org/meme> [consultado em 15-12-2020].



Disponível em: <https://g1.globo.com>, acessado em 10/12/2020

Esse *meme* foi produzido e postado pelo setor de *marketing* da empresa *Estratégia Concurso*, isto é, por sua instância de produção responsável por criar estratégias de comunicação externa. Para apresentar um *ethos* de modernidade e conectividade com o mundo digital, o anúncio foi criado a partir de um *meme*, visando a promover o curso preparatório em mídias digitais para um determinado público-alvo (TUD), servindo-se de uma pretensa visada de humor.

O processo de semiotização da textualidade verbo-visual do *meme*, que constitui uma edição de imagem – *print* de cena de um filme⁶ e colagem de textos verbais – engendra-se a partir das seguintes operações de *identificação/qualificação*: três homens negros, seminus e uma mulher branca, seminua, carregada ao colo; *ação*: carregar/violentar; *causação*: por não estudar de forma adequada. A imagem editada, com sobreposições de colagem de textos, faz alusão a uma cena de sexo grupal entre uma mulher e três homens, o que evoca uma situação de violência e estupro.

5 O *ethos* é a imagem que o enunciador projeta de si no discurso no ato de enunciação; mas *ethos* pré-discursivo é a imagem que o auditório tem do orador, antes mesmo de enunciar, são representações prévias.

6 A imagem é um *print* de um filme de conteúdo adulto.

A imagem da mulher branca é identificada no meme como *concurseira* e os três homens negros são identificados como *examinadores do CESPE*. Essa sobreposição de colagem de hipertextos verbais sobre a materialidade visual, com os respectivos identificadores, estabelece uma analogia entre a *mulher violentada* e o *concurseiro despreparado*; entre os *homens negros* e a *banca CESPE*, evocando imaginários relativos à raça, a sexo e a gênero; e estereótipos relacionados ao homem negro e ao seu corpo.

O hipertexto que segue imediatamente abaixo do *meme*, no *post* do *Instagram* da empresa, visa a descrever o perfil do concurseiro despreparado. O texto, que descreve o concurseiro que estuda de modo inadequado, é construído de maneira a semiotizar uma alegoria de duplo sentido que, pela seleção lexical e pela construção semântico-discursiva, engendra uma cenografia de conotação sexual. Observe:

O concurseiro estuda com material *pouco profundo*, sem clareza, não faz questões da banca, ou seja, sem *uma retaguarda* de conhecimento *que aguenta a profundidade* com que *a banca introduz os conteúdos em diversas posições* doutrinárias! E aí... *a situação fica preta!* Para não passar por isso e nem *levar trolha* na prova, esteja lá na *live* no dia 18/05, às 10h. (...).

O *meme* e o hipertexto verbal constituem, simultaneamente, a materialidade multissemiótica do anúncio publicitário e suas interfaces. Só é possível apreender o sentido global do anúncio se o leitor (TU_i), na instância de recepção, acionar não só a atividade estrutural de análise (sentido de língua), mas também a atividade serial (sentido de discurso), considerando a dupla semiose – verbo-visual – do hipertexto digital, seu conhecimento de mundo sobre *memes* e seus efeitos de sentido.

A partir disso, o leitor começa a fazer inferências e cálculos interpretativos relacionando o campo semântico dos concursos públicos/bancas aos imaginários socioculturais relacionados a sexo e a estereótipos raciais associados ao campo sexual. O primeiro efeito de sentido criado é de que o concurseiro que não se prepara adequadamente para concurso, estudando no curso anunciado, é violentado pela banca. Esse sentido ganha conotação sexual tanto pela materialidade semiológica do *meme*, quanto pela

alegoria do hipertexto verbal. Outro efeito de sentido possível é o *ethos* de competência que o anúncio produz de si, mostrando-se capaz de preparar os alunos para a aprovação na banca CESPE.

A competência discursiva permite ao leitor captar o sentido e a intencionalidade discursiva do ato linguageiro ao relacionar a relação forma/função do gênero, em razão do suporte e da mídia, à identidade institucional da instância de produção. Nesse sentido, compreende-se que o *meme* publicado na página do *Instagram* cumpre uma função discursiva de anúncio publicitário, instaurando o *fazer saber*, o *fazer sentir* e o *fazer fazer*. A instância midiática, ao recriar um *meme*, transformando-o em anúncio publicitário, segue critérios de ordem simbólica e econômica do ato de comunicação, instaurando o modo alocutivo-argumentativo para captar, persuadir o público-alvo. Analise o quadro a seguir:

Quadro 1: Efeitos visados e efeitos (re)produzidos

Estratégia discursiva	Captar por uma visada de humor o público-alvo (TUD), utilizando um meme-anúncio na página oficial do <i>instagram</i> da empresa, identificando e qualificando o curso como eficiente e capaz de preparar o aluno para realizar provas de concurso.
Intencionalidade	O EUC (ser do fazer) persuadir o público-alvo idealizado – TUD (ser do dizer) – a fazer o curso anunciado e reconhecê-lo como portador de legitimidade e credibilidade (<i>ethos</i> de competência) para preparar alunos para superar dificuldades da banca CESPE e obter aprovação.
Efeitos visados	1- <i>simetria</i> : A empresa – Estratégia Concurso (EUC) – faz o público-alvo real – concursário (TUi) – interpretar e compreender o propósito comunicativo, persuadindo-o a aderir à empresa, aceitando o efeito de humor como visada de captação, sem identificar efeitos de racismo ou discriminação racial no ato de linguagem. Cumpre-se a expectativa do ato de linguagem: efeito visado = efeito produzido.
Efeitos (re) produzidos	2- <i>assimetria</i> : O público-alvo (TUi) interpreta e compreende o propósito comunicativo, mas identifica, na visada de captação, efeitos de racismo no ato de linguagem, que resultam de estereótipos e de imaginários sociais relacionados ao homem negro. O TUi rejeita e/ou considera, pois, inaceitável o anúncio veiculado. Quebra-se a expectativa do ato de linguagem: efeito visado ≠ efeito produzido (<i>assimetria</i>).

As estratégias linguístico-discursivas idealizadas pelo (EUC), Estratégia Concurso, mobilizam, de algum modo, um conjunto de saberes, compartilhados entre instância de produção e instância de recepção, o que viabiliza o projeto de fala destinado a produzir o *efeito de sentido esperado* sobre o público-alvo (TUD) – receptor, estudante/concursário, interessado

em aprovação em concurso público. Tanto na instância de recepção idealizada (TUd), onde um grupo de leitor interpreta e compreende o sentido visado, quanto na instância de recepção real (TUi), onde um grupo de leitor interpreta o sentido, mas capta efeitos de racismo, existe um grau de intercompreensão que, no entanto, não anula nem diminuiu o efeito de racismo e discriminação que se materializa no discurso.

No trecho “*ai a situação fica preta*” percebe-se que a instância de produção, ao selecionar um termo/expressão para designar problema, dificuldade ou situação complexa, serve-se de uma expressão que evoca no imaginário social um ato racista. Nesse imaginário, o leitor considera que o sintagma oracional reafirma positivamente a cor branca e, em contraposição, reifica uma construção negativa da cor preta. Nessa construção discursiva, o sujeito interpretante compreende que a noção de cor desloca-se para a noção de raça, funcionando como dispositivo de manutenção da discriminação racial, pondo, de um lado, o que é positivo relacionado à cor branca e, de outro, o que é negativo relacionado à cor preta. Essas práticas discursivas põem em cena imaginários sociodiscursivos que materializam construções derogatórias e colocam a identidade negra, reiteradamente, como objeto do “humor” racista situações pretensamente cômicas e risíveis.

Analise o relato de denúncias feitas por consumidores ao CONAR⁷ e os efeitos produzidos e captados na instância de recepção (TUi):

Três consumidores escreveram ao Conar, denunciando o que consideram ser discriminação contra negros em anúncio em internet da Estratégia Concursos. O anúncio é ilustrado por uma foto em que uma garota branca identificada como concursa é carregada por três homens negros, identificados como “Examinadores do Cespe”. Todos aparentam estar nus.

Os leitores (TUi), instância de recepção, captaram indícios de discriminação contra negros ao interpretarem e associarem a materialidade verbo-visual do *meme* a imaginários e estereótipos raciais que associam reiteradamente o homem negro a ações e a comportamentos violentos. O processamento de leitura aciona elementos do imaginário sociocultural do

7 Fonte site do CONAR, disponível em <http://www.conar.org.br/>, acessado em 28/12/2020.

leitor, que identifica esquemas de representações estereotipadas em que o corpo negro masculino é hipersexualizado, numa cenografia que evoca violência e estupro contra uma mulher branca. A instância leitora não ignora a intenção ou o propósito do ato de linguagem, mas sua leitura proficiente – trabalho cognitivo, envolvendo capacidade de inferir, relacionar, analisar, servindo-se de seu acervo histórico e sociocultural – mobiliza uma atividade serial para além da dimensão puramente estrutural explícita (decodificar anúncio de um curso preparatório destinado a concurseiros), identificando que a peça associa negros a determinados comportamentos moral e socialmente reprováveis. O leitor elege seu objeto de leitura a partir de determinadas expectativas. Nesse sentido, captar um estereótipo racial no discurso é uma quebra de expectativa num contexto sócio-histórico de luta antirracista.

A instância de produção, em sua defesa, afirmou que o ato de linguagem produzido e veiculado em mídia digital não constituiria uma peça publicitária formal, tratando-se apenas de um *meme*, de uma brincadeira. Afirmou ainda que o anúncio foi excluído da página uma hora após a postagem. A relatora, no entanto, considera que a empresa produziu e divulgou anúncio que viola os códigos e princípios de respeitabilidade que devem nortear a publicidade brasileira. Observe a análise da relatora, identificando imaginários de violência sexual e discriminação racial:

Para a relatora, o anúncio nada tem de humor. “Tal situação gera repulsa, desgosto, apreensão e medo. Ademais, incita a prática de conduta violenta e ainda denota uma atitude discriminatória, haja vista que a mulher é branca e os homens pardos, violando de uma só vez vários dispositivos do Código”, escreveu ela em seu voto, pela sustação agravada por advertência à Estratégia Concursos. Foi acompanhada por unanimidade.

É preciso salientar que o efeito de racismo produzido pelo anúncio, na instância de recepção, é corroborado e acatado pela relatora do caso, que endossa a denúncia com o parecer de que o anúncio, além de incitar a prática de conduta violenta, denota atitude de discriminação por colocar homens negros numa situação de prática de violência contra uma mulher

branca, o que fez o órgão decidir por unanimidade pela sustação e pela advertência.

Considerações finais

Procuramos demonstrar a forma como a publicidade representa o negro e como os imaginários e estereótipos produzem mecanismos linguístico-discursivos de discriminação racial e sub-representação. A análise empreendida é um recorte de uma pesquisa mais ampla sobre o racismo institucional na mídia em que se tem investigado o racismo institucional em gêneros do discurso, inclusive, em peças publicitárias e decisões/julgamentos do CONAR.

A análise desse *corpus* corrobora resultados da pesquisa que vislumbra um dado pertinente: quando não há um quadro de invisibilização do negro na mídia, pois constitui minoria nos espaços de representação, há um quadro de sub-representações com imaginários e estereótipos que persistem após implementações de Políticas Afirmativas. Entre 2010 e 2020, treze peças publicitárias foram denunciadas por apresentar discurso com efeitos de racismo e discriminação, sendo a última denúncia, em julho de 2020, o meme-anúncio da empresa Estratégia Concursos.

Compreendemos que a (in)visibilidade e sub-representação do negro na publicidade decorrem de imaginários socioculturais e estereótipos, que são indícios do racismo estrutural/institucional que permeiam todas as práticas sociais e não somente o campo publicitário. O racismo no discurso publicitário é apenas um sintoma da institucionalização do racismo estrutural que deve ser analisado, questionado e combatido.

Referências

- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2018.
- _____. *Discurso das mídias*. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018a.
- _____. *Discurso Político*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2018b.
- _____. *Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor*. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. In:

Entrepalavras, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017 Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Discurso das elites e racismo institucional. In: LARA, P. G. e LAMBERTI, R. P. (orgs) *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015.

Sites consultados:

Site do CONAR disponível em: <http://www.conar.org.br/>, acessado em 10/02/2020.

DICIONÁRIO Priberam. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/meme>. Consultado em 15/12/2020.

GI. Disponível em: <https://gi.globo.com>. Acessado 10/12/2020

O TU-DESTINATÁRIO FEMININO E OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS EM PUBLICIDADES DA REVISTA *CLAUDIA*

Thamires Paradella Saturnino Braga¹
Ilana da Silva Rebello²

Introdução

Neste trabalho, a partir da utilização de alguns conceitos teóricos da Semiologia de Análise do Discurso, serão analisadas duas peças publicitárias extraídas da revista *Claudia*.

De acordo com o criador da teoria, Charaudeau (1995) *apud* Machado (2001),

Semio-, vem de *sémiosis*, lembrando que a construção de sentido e sua configuração se fazem por meio de uma relação forma-sentido, relação esta que pode ocorrer em diferentes sistemas semiológicos. Tal construção está sob a responsabilidade de um sujeito, movido por uma determinada intenção, ou seja, um sujeito que tem, em sua mente, um projeto visando influenciar alguém: tal projeto está encaixado no mundo social no qual vivem e circulam os sujeitos-comunicantes.

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Ilana da Silva Rebello Viegas, e bolsista da Capes.

2 Professora Dr^ª do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem.

Quanto à presença de “-*linguística*” no nome, Charaudeau quis, com essa ocorrência, lembrar ou enfatizar que a forma de ação pretendida pelo sujeito-comunicante é sobretudo constituída por um material linguageiro oriundo das línguas naturais. (CHARAUDEAU, 1995, p. 98 *apud* MACHADO, 2001, p.47).

A teoria Semiolinguística propõe-se, então, a fazer análises levando em conta não apenas o verbal, mas outros códigos presentes em um determinado ato de linguagem. Nessas análises, os sujeitos e o contexto de produção têm um papel importantíssimo, pois, de acordo com Charaudeau, o homem é um ser social, construído a partir das influências da sociedade onde vive, e, como sujeito-falante, transmite a voz do social. No entanto, embora tenha uma identidade coletiva, também não deixa de lado os seus desejos, assumindo uma individualidade.

Dessa forma, o próprio termo Semiolinguística carrega em si o que pretende: uma análise linguística, semiológica e discursiva, de diferentes atos de linguagem, de que participam, no mínimo, quatro sujeitos, que agem em dois circuitos, um externo (situacional) e outro interno (discursivo), como veremos no próximo tópico, juntamente com os conceitos de identidades social e discursiva, e de estratégia de captação.

Os sujeitos do ato da linguagem, a questão das identidades e a estratégia de captação

Segundo Charaudeau, em todo ato de linguagem, há um Eu-comunicante (EUC), que é o encarregado pela produção e um Tu-interpretante (TUi), responsável pelo processo de interpretação. Mas para que esse contrato funcione, é preciso que o Eu-comunicante (EUC) e o Tu-interpretante (TUi) deem espaço para outros dois sujeitos na cena enunciativa. Por isso, o EUC cria um EUE (Eu-enunciador) que se direciona para um TUD (Tu-destinatário idealizado). Este nada mais é do que a imagem do interlocutor ideal construída pelo EUC. Da mesma forma, o TUi também cria uma imagem do EUC, sobre a intencionalidade dele.

Esses quatro sujeitos estão ligados entre si por dois circuitos de produção, um externo e outro interno. O EUC e o TUi, parceiros, agem no

circuito externo, por serem seres de ação (produção e interpretação), guiados pelo *fazer*; o EUE e o TUD fazem parte do circuito interno, visto que são criados para o *dizer*. Sendo assim, o ato de linguagem acontece por meio da movimentação constante entre o espaço externo e o interno da cena comunicativa, como representado na ilustração a seguir.

Figura 1: O contrato de comunicação



Os sujeitos no contrato de comunicação.

Os sujeitos que atuam no ato de linguagem apresentam uma identidade social e uma identidade discursiva. A identidade possibilita ao sujeito ter consciência de sua existência. Essa prática ocorre através da conscientização sobre o seu corpo, sobre os seus conhecimentos acerca do mundo, sobre suas ações, ou seja, a identidade resulta na tomada de consciência de si mesmo. Dessa maneira, segundo Charaudeau (2009, p.310), “para que ocorra a tomada de consciência, é necessário que haja diferença, a diferença em relação a um outro. É somente ao perceber o outro como diferente, que pode nascer, no sujeito, sua consciência identitária.”

Diante disso, é essa percepção da diferença do outro que constrói a identidade do próprio sujeito, que passa a “ser o que não é o outro”. Essa noção é guiada pelo *princípio da alteridade*, em que cada um dos parceiros se percebe semelhante e diferente do outro.

Nesse sentido, as identidades são construídas por meio de atos de discurso. Segundo Charaudeau (2009), um sujeito possui uma identidade social e uma identidade discursiva. A primeira precisa ser reiterada, recriada ou ocultada pelo comportamento linguageiro do sujeito falante, e

a segunda necessita de uma base da primeira para se firmar. É nessa combinação e diferenciação que o sujeito falante se constrói.

A identidade social tem a necessidade de ser reconhecida pelos outros, a legitimidade do sujeito é estabelecida pelo seu “direito à palavra”. Legitimidade esta que depende de normas institucionais, que conduzem cada domínio da prática social e que concedem funções, lugares e papéis aos que estão designados por tais normas.

A identidade social apresenta também traços psicológicos, pois a legitimidade da palavra provém de um “saber fazer” reconhecido na *performance* do sujeito. Ela também é imposta pela situação de comunicação, levando em consideração o que o sujeito falante tem em mente quando tem o poder da palavra: “Estou aqui para dizer o quê, considerando o *status* e o papel que me é conferido por essa situação?”

Já a identidade discursiva tem a sua construção baseada na seguinte pergunta: “Estou aqui para falar como?”. Por essa razão, ela se origina nos modos de tomada da palavra, na organização enunciativa do discurso e na manipulação dos imaginários sociodiscursivos, gerando um duplo espaço de estratégias, denominadas como: de “credibilidade” e de “captação”.

A credibilidade está diretamente ligada à sinceridade, ou seja, o sujeito que fala necessita que o outro acredite nele, no valor de suas afirmações. Nesse caso, quem fala deve defender uma imagem de si mesmo (um “*ethos*”) que possibilite responder à questão: “como fazer para ser levado a sério?”, podendo, assim, assumir três atitudes discursivas diferentes – de neutralidade, de distanciamento e de engajamento.

A primeira é a atitude de neutralidade, que induz o sujeito a não utilizar nenhum tipo de julgamento ou avaliação pessoal em seu texto. Assume, nesse caso, uma atitude de testemunha que fala com o objetivo de narrar o que viu e ouviu, caracterizando-se como um discurso da verdade “em estado bruto”, aquele que não pode ser debatido. Inserida na comunicação midiática, por exemplo, a credibilidade se manifesta através de um discurso de autenticação dos fatos, com a presença dos depoimentos das testemunhas.

A segunda atitude é a de distanciamento, que orienta o sujeito a assumir uma posição indiferente de conhecedor, refletindo e ponderando

3 O *ethos* refere-se ao aspecto ético ou moral que o enunciador deixa entrever em seu discurso.

de forma expositiva, para apresentar causas de um fato, analisar os resultados de um estudo ou até mesmo para apresentar uma tese.

A última atitude é a de engajamento, que se caracteriza como sendo o inverso da neutralidade, ou seja, nela, o sujeito precisa adotar uma tomada de posição a partir das escolhas das palavras ou por uma modalização avaliativa presente no discurso. Tal atitude tem o objetivo de elaborar uma imagem de um sujeito falante como “ser de convicção”, na tentativa de influenciar o interlocutor.

Já a estratégia de captação nasce de um processo em que o Eu-comunicante não se encontra numa relação de autoridade com o seu interlocutor. Sendo assim, como não é possível dar uma ordem para o outro cumprir, cabe ao Eu-comunicante certificar-se de que seu parceiro na troca comunicativa está notando seu projeto de intencionalidade, ou seja, compartilhando suas ideias e suas opiniões. Entram em jogo o “fazer crer”, dever do falante, e o “dever crer”, do interlocutor, expectativa do falante.

A tentativa de persuasão é muito forte na captação, para isso, o sujeito lança mão de três diferentes atitudes discursivas: de polêmica, de sedução e de dramatização, que serão explicitadas a seguir.

Na atitude polêmica, há um esforço para “destruir um adversário”; o locutor questiona a ideia do outro e até mesmo, sua pessoa, com o objetivo de acabar com possíveis contestações ou réplicas que outro(s) poderia(m) evidenciar, interperando alguns valores defendidos.

Na atitude de sedução⁴, o Eu-comunicante sugere ao interlocutor um espaço fantasioso, em que o TU ocuparia papel de herói beneficiário. Essa atitude apresenta-se, na maioria das vezes, por meio de um relato no qual os protagonistas podem atuar como modelo de identificação ou de rejeição para o interlocutor.

Por fim, na atitude de dramatização, o Eu-comunicante propõe ao TU-interpretante retratar acontecimentos que se referem aos dramas da vida. Nessa atitude, o falante lança mão de analogias, comparações, metáforas etc. Sendo assim, visto que o objetivo do sujeito é fazer com que o receptor sinta determinadas emoções, a forma de narrar se escora em valores afetivos socialmente compartilhados.

4 De acordo com Charaudeau (2009), a sedução tem por objetivo alcançar os desejos do destinatário, característica bastante comum no gênero publicidade, que atinge o sujeito a partir da sua singularidade. A persuasão, embora também seja caracterizada como uma forma de convencimento, utiliza a razão para atingir seu objetivo.

Logo, uma situação de comunicação é influenciada pelas identidades social e discursiva do Eu-comunicante que, por sua vez, age influenciado por imaginários sociais, assunto do próximo tópico.

O imaginário sociodiscursivo

Segundo Charaudeau (2017, p. 578),

O imaginário é uma forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, a qual, [...] constrói a significação sobre os objetos do mundo, os fenômenos que se produzem, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significativa. Ele resulta de um processo de simbolização do mundo de ordem afetivo-racional através da intersubjetividade das relações humanas, e se deposita na memória coletiva. Assim, o imaginário possui uma dupla função de criação de valores e de justificação da ação.

Com isso, fica claro que o imaginário tem uma relação singular com a realidade, uma vez que embora dependa dela, consegue reconstruí-la. O termo “social” demonstra uma relação muito forte e clara com a sociedade, ou seja, são os cidadãos que preenchem as imagens inseridas dentro de um contexto. Por fim, o imaginário é “discursivo” porque é construído a partir de discursos que circulam nos grupos sociais e pode ser passível de receber um valor positivo ou negativo, o que vai depender do domínio de prática no qual está inserido.

Para ilustrar essa relação, é possível citar a noção de estereótipo em uma sociedade, caracterizado como conceito enraizado nos imaginários que circulam discursivamente no corpo social. Tais conceitos criados dentro da comunidade consistem em alguma ideia que surge e é disseminada entre os membros e vale lembrar que, muitas vezes, eles se constroem a partir de uma generalização errônea, sem qualquer tipo de comprovação científica. Sob o ponto de vista do público feminino, por exemplo, há valores enraizados que ferem muitas mulheres. Diante dessa perspectiva, algumas são caracterizadas como inferiores ao sexo masculino, mais fracas, incapazes em várias atividades ligadas à capacidade física e à capacidade mental. Existem até ditados

populares que ratificam alguns preconceitos que as mulheres sofrem dentro da sociedade. Embora haja movimentos fortes ligados à luta do público feminino no que diz respeito à igualdade de direitos, ainda há um longo caminho a percorrer para que a sociedade no geral deixe de ser machista.

Para finalizar a discussão a respeito do conceito de imaginário, vale citar a professora Rosane Monnerat que, tendo como base a Teoria Semiolinguística, explica que

Os imaginários sociodiscursivos veiculam imagens mentais pelo discurso, configurando-se explicitamente (palavras ou expressões) ou implicitamente (alusões). Dessa forma, esses imaginários – imersos no inconsciente coletivo tecido pela história – podem contribuir para o estabelecimento de crenças numa determinada sociedade, orientar as condutas aceitas numa dada época e desempenhar o papel de responsáveis pela constituição do sujeito com fins de adaptação ao meio ambiente e de comunicação com o outro. (MONNERAT, 2013, p. 309).

Portanto, o imaginário sociodiscursivo é instaurado conforme a realidade presente em determinado cenário e vai se desenvolvendo à medida que o ser humano vive e adquire experiências. Ele, então, tem a capacidade de se modificar de acordo com o tempo e/ou com as necessidades que as comunidades apresentam, como veremos nas análises a seguir.

Análise

Os gêneros textuais são criados a partir da necessidade comunicacional e, por isso, levam em consideração um contexto, ou seja, além de transmitirem uma mensagem, possuem uma função social dentro do processo de comunicação.

Dessa maneira, o gênero publicitário é um texto materializado que podemos encontrar em nossa vida diária e que carrega consigo características sociocomunicativas definidas a partir da finalidade do ato de comunicação (MARCUSCHI, 2002, p. 23), neste caso, vender um produto ou uma ideia.

As marcas/empresas têm por objetivo chamar a atenção do leitor, mas, para isso, precisam, acima de tudo, “comunicar”, ou seja, saber usar a linguagem, a fim de seduzir o leitor para que ele possa aderir a suas ideias. Sendo assim, é preciso que se construa uma linguagem simples, objetiva e dinâmica para transmitir as especificidades do produto. A criatividade e a capacidade de persuasão também fazem a diferença no texto publicitário, já que, a partir da utilização de determinadas estratégias, o produto pode ser comprado por mais ou menos pessoas.

Neste artigo, analisaremos duas peças publicitárias extraídas da revista *Claudia*, dos meses de julho e agosto de 2020. A revista publicada pela editora Abril, desde 1961, tem um papel importante na imprensa feminina no Brasil, uma vez que veicula um conteúdo destinado ao público feminino, com foco, normalmente, em moda, beleza e histórias de vida.

Figura 2: Texto publicitário da marca Oster



Texto publicitário de liquidificador da marca Oster

Na figura 2, a publicidade está voltada para a venda de um liquidificador, elemento muito útil e comum nas cozinhas brasileiras. Sob a perspectiva Semiolinguística, o contrato de comunicação está representado através de um circuito externo que compreende o Eu-comunicante (EUc), um sujeito publicista, o qual se dirige a um sujeito social, o Tu-interpretante (TUi), aqui caracterizado como o consumidor (a mulher), na tentativa de vender o produto (objeto de troca). Já no circuito interno,

há o Eu-enunciador (EUE) e o Tu-destinatário (TUd). O primeiro caracteriza-se como aquele que elabora o texto publicitário, por isso, em alguns casos, ele se confunde com o fabricante na tentativa de provar que EUE e EUC são uma mesma pessoa. O segundo é o sujeito que tem o potencial de consumir, aquele que vai ser induzido a adquirir o produto, apresentado como essencial para a mulher.

Sobre a identidade social do anunciante, fica evidente que o sujeito publicista possui um *status* de vendedor reconhecido naquela situação, tem o direito à palavra, pois a publicidade encontrada em revistas é algo muito comum e reconhecido pela sociedade em geral. Por outro lado, o consumidor ocupa um papel de receptor da mensagem e cabe a ele aderir ou não àquele produto, ou seja, ele ocupa uma posição de aceitação ou de negação em relação àquilo que lhe foi ofertado. Diante desses dois posicionamentos, aparece a necessidade de o sujeito publicista buscar métodos para fazer com que o receptor daquela mensagem acredite no que foi falado e, mais ainda, compre o produto em questão.

Sobre a identidade discursiva, o que mais chama atenção é a estratégia de captação da qual o emissor se utiliza, já que ele não está em posição de autoridade em relação ao interlocutor, ou seja, tem o dever de “fazer crer”. Para isso, a atitude de sedução está presente nos textos verbal e não verbal. A imagem de um aparelho moderno, com uma aparência atrativa, inserida em um fundo branco (o que transmite uma sensação de limpeza e organização) é completada a partir da inserção das frases: “Sinta o *design*”, “Sinta a tecnologia”, “Escolha o seu e sinta a diferença”. Por meio dessas afirmativas, fica explícita a valorização da aparência do aparelho, bem como as variadas especificidades percebidas por meio do número de botões e na significação da palavra “tecnologia”. Além disso, no trecho “sinta a diferença”, existe uma atitude polêmica por parte do emissor, uma vez que fica subentendido a destruição de um adversário pré-existente no contexto. Isso acontece porque essa diferença só será sentida caso o consumidor compare o produto anunciado com algum outro adquirido anteriormente, possivelmente de outra marca e/ou modelo para notar e sentir a diferença de fato. Com isso, fica claro que imagem e palavras se complementam para seduzir a mulher a adquirir um produto bonito, moderno e que é superior aos outros.

Por fim, levando em consideração a sociedade patriarcal em que vivemos, fica implícito também um imaginário sociodiscursivo que ratifica

esse pensamento e pode ser percebido através da frase: “Lugar de mulher é na cozinha”. No corpo social, ainda é muito presente o discurso de que a mulher possui a função de cuidar da casa e de cozinhar, servindo a sua família. Sob essa perspectiva, a presença da publicidade de um eletrodoméstico em uma revista que possui um público-alvo essencialmente feminino atribui um valor negativo à luta das mulheres pela igualdade de gênero. Dessa forma, a publicidade analisada vai ao encontro de certos valores e conceitos enraizados na sociedade brasileira, os quais atribuem somente à figura da mulher a responsabilidade pela manutenção do lar.

Figura 3: Texto publicitário da marca Vivara



Publicidade de joias da marca Vivara

A figura 3 é uma publicidade que tem por objetivo a venda de joias, acessórios utilizados principalmente por mulheres que possuem certo *status* econômico no corpo social. No que diz respeito ao sujeito do ato de linguagem e à identidade social do anunciante e do consumidor, os parâmetros são os mesmos seguidos na figura (2), uma vez que ambas são publicidades encontradas na mesma revista e com a mesma finalidade, vender um determinado produto. Dessa forma, cabem analisar as diferenças existentes entre as duas publicidades em questão.

Sobre a estratégia de captação utilizada pela publicidade, convém ressaltar também a atitude de sedução que, nesse caso, encontra-se relacionada ao texto não verbal, pois o único texto verbal presente na imagem faz referência ao nome da marca. Ao analisar mais detalhadamente a imagem, é preciso olhar para a figura da modelo que a compõe, Gisele Bündchen. A estrela da marca é uma empresária e modelo com um prestígio imenso, já que carregou por anos o título de uma das modelos mais bem pagas do mundo e acumulou outras diversas conquistas ao longo da carreira. Ela é considerada uma mulher “empoderada”, independente e bem-sucedida em diversos âmbitos. Devido a isso, a simples imagem da modelo utilizando as joias da marca é uma estratégia de sedução, já que induz a leitora a pensar que pode ser como a Gisele ao adquirir produtos da marca.

Desconsiderando a identidade social que a empresária ocupa e analisando a imagem de maneira descontextualizada, também há aspectos que precisam ser levados em consideração. A maquiagem leve e as unhas naturais e sem pintar, por exemplo, trazem um ideal de uma mulher que se aproxima mais do dia a dia da mulher brasileira, explorando uma beleza natural, sem exageros e, também, colocando em destaque os acessórios da marca. O olhar e o posicionamento do rosto da modelo passam uma sensação de poder e autonomia para fazer as suas próprias escolhas. O fundo branco, assim como a roupa, traz um sentimento de segurança, equilíbrio, além de realçar o dourado das joias. Dessa maneira, a presença do texto não verbal satisfaz muito bem a intenção de venda do produto e mexe com desejos interiores de muitas mulheres de ser “alguém transformado” a partir do consumo do produto anunciado.

Para finalizar, em oposição à análise da figura 2, a figura 3, embora ilustre uma mulher que atenda aos padrões de beleza impostos pela sociedade, desconstrói alguns imaginários sociodiscursivos que foram construídos ao longo dos anos. A figura de um ser bonito, poderoso, independente e munido de vontades próprias vai de encontro à imagem da mulher submissa, dona de casa e dependente do homem. Em pleno século XXI, essa concepção de valorização da mulher tem ganhado muita força em campanhas que destacam uma figura feminina plena em diversos aspectos e que deixam de lado a inferiorização da mulher diante do homem. A partir dessa publicidade, o Eu-comunicante objetiva não só vender o produto, mas também atrelar a marca à imagem de mulheres fortes, independentes, conseqüentemente, ganhando cada vez mais notoriedade diante do sexo feminino que segue na luta para desconstruir um imaginário sociodiscursivo patriarcal enraizado na sociedade brasileira.

Considerações finais

Após a breve explanação sobre alguns conceitos da teoria Semiolinguística do linguista Patrick Charaudeau, foi possível observar como as ideias funcionam de fato dentro de um texto publicitário. A intenção de vender um produto não é algo simples, pois envolve estratégias utilizadas pelo sujeito comunicante, que precisa levar em consideração uma série de fatores, tais como a que tipo de público a publicidade está destinada, os valores sociais que aquela propaganda transmite e o impacto que os textos verbal e não verbal podem causar. Vale lembrar que é preciso que o interlocutor adira ao texto construído pelo Eu-comunicante, pois, caso contrário, o sujeito comunicante não obterá êxito em seu ato de linguagem.

O texto publicitário funciona como um instrumento econômico, deixando marcas psicológicas e culturais na sociedade. Além disso, outro fator que deve ser levado em consideração é a noção de prestígio alcançada por determinado grupo ao utilizar algum produto. Dessa forma, o conjunto de hábitos de uma sociedade pode ser modificado a partir da publicidade, que reflete determinados imaginários sociais.

Os imaginários, chamados por Charaudeau de sociodiscursivos, levam em consideração os padrões que circulam dentro de uma sociedade. Por isso, cabe à publicidade confirmar e seguir esses imaginários ou desconstruí-los. Na primeira publicidade, ficou clara a existência, mesmo que um pouco velada devido à tecnologia, da imagem da mulher atrelada à cozinha, aos cuidados domésticos, confirmando um imaginário presente em uma sociedade patriarcal. Já na segunda publicidade, buscou-se representar uma mulher segura de si, valorizando a questão da beleza, do cuidado com ela mesma e não com os afazeres. Essa tendência presente no século atual vem crescendo cada dia mais e, por isso, foi uma estratégia bastante inteligente por parte da marca.

Portanto, é interessante o contraste observado entre as duas publicidades que são veiculadas em uma mesma revista, ou seja, destinadas ao mesmo Tu-interpretante. Dentro da sociedade capitalista na qual estamos inseridos, fica evidente que as publicidades tentam contemplar diferentes mulheres. Para isso, utilizam estratégias variadas, sempre com o objetivo final de vender.

Referências

- CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. 2ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Tradução de Angela M. S. Corrêa; Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, P. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia. (org.) *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326.
- CHARAUDEAU, P. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. In: *Entrepalavras*. Fortaleza, v. 7, p. 571-591, 2017.
- MACHADO, Ida Lúcia. Uma teoria de Análise do Discurso: a Semiologia. In: MARI, Hugo et ali. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.
- MONNERAT, R. S. M. *As herdeiras de uma evolução: imaginários sociodiscursivos e estereótipos*. *Cadernos do CNLF*, Vol. XVI, nº 04, t.1 - Anais do XVI CNLF, p.306-316, 2013.

Créditos das imagens

Figura 1 - Charaudeau, 2008, p. 77.

Figura 2 - Revista *Claudia*, edição 706 de 17 de julho de 2020.

Figura 3 - Revista *Claudia*, edição 707 de 14 de agosto de 2020.

ESTRATÉGIAS DE CAPTAÇÃO EM MEIA HORA: UMA NOTÍCIA DA TESE

Rafael Guimarães Nogueira¹

Estratégias de captação em *Meia Hora*

Este trabalho consiste em um recorte da tese *Estratégias de captação em capas-cartazes do jornal popular Meia Hora* (NOGUEIRA, 2020). Sob os princípios teórico-metodológicos da Análise Semiológica do Discurso (aos quais se somam contribuições da Semiótica de Peirce, do Fotojornalismo, da Linguística Textual, entre outras teorias), a tese descreve e correlaciona estratégias de captação empregadas em capas-cartazes do tabloide carioca e, dessa forma, explicita como a construção verbo-visual dos fatos noticiados visa a que o leitor atenda ao projeto de intencionalidade do jornal, compartilhando opiniões e/ou sendo tocado em seus sentimentos (CHARAUDEAU, 2006). Nesse estudo interdisciplinar, investigamos, especificamente, as *capas-cartazes* (também denominadas *capas-pôsteres*), que, em linhas gerais, caracterizam-se pela apresentação de uma única temática ou pela relação (de aproximação ou de contraste) entre temáticas distintas, configurando-se, em ambos os casos, em uma unidade orgânica de significação (FERREIRA JÚNIOR, 2003). Tendo em vista o recorte temporal para a seleção do *corpus*, identificamos, entre 09 de julho de 2014 e 09 de julho de 2019, 125 capas-cartazes. Na análise quantitativa, contemplaram-se todas as 125 capas; e na análise qualitativa, focalizaram-se

1 Doutor em Estudos de Linguagem, com tese defendida em fevereiro de 2020, sob a orientação da Profa. Dra. Rosane Santos Mauro Monnerat e o financiamento da CAPES.

seis desses exemplares – dentre os quais, a capa-cartaz descrita na seção seguinte. Explicitamos, por fim, nossa opção por indicar a fundamentação teórica junto à análise proposta neste artigo, o qual se apresenta como um convite à leitura da tese e, sobretudo, ao desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema.

Uma notícia da tese

Destacamos, a seguir, as categorias e etapas de análise da capa-cartaz selecionada:

- A. Contextualização referente à tematização da capa-cartaz, haja vista a distância temporal do fato noticiado e, sobretudo, a importância dessas informações na interpretação das estratégias empregadas pelo jornal.
- B. Análise das estratégias de captação inseridas no processo de *transformação*: i. Identificação e interpretação das formas verbo-visuais de introdução e de manutenção referencial; ii. Investigação do uso de verbos plenos e de perífrases verbo-nominais na construção de objetos de discurso e na orientação argumentativa do texto; iii. Análise das relações lógicas estabelecidas entre as asserções constituintes das manchetes.
- C. Análise das estratégias de captação inseridas no processo de *transação*: iv. Identificação e classificação das diferentes formas de intertextualidade. v. Observação da seleção e da hierarquização das manchetes. vi. Interpretação da construção e dos efeitos do humor.
- D. Descrição dos possíveis efeitos de sentido gerados pela articulação dessas estratégias de captação: vii. Indicação dos possíveis efeitos patêmicos. viii. Identificação da projeção/imposição da proposta sobre o mundo, construída pela instância midiática.

Imagem 1



Capa-cartaz do jornal *Meia Hora* de 24 de fevereiro de 2018

A. Contextualização temática

Em fevereiro de 2018, a segurança do estado do Rio de Janeiro, conforme a solicitação do governador Luiz Fernando Pezão, foi confiada ao general de exército Walter Souza Braga Netto. Considerando os alarmantes números de casos de violência no estado no ano de 2017, a intervenção militar, que visava ao fortalecimento da segurança pública e à diminuição da criminalidade, despertou opiniões controversas: de um lado, foi assumida como uma medida adequada ao cenário caótico do estado, de forma a garantir a lei e a ordem; de outro, foi questionada não só pelo provável aumento de mortes em comunidades carentes, como principalmente por sua inocuidade, visto que, custando milhões aos cofres públicos, não combateria, efetivamente, a marginalização e as causas da violência. Dentre as estratégias utilizadas pelos interventores, destaca-se o “fichamento” de moradores de três comunidades da Zona Oeste do Rio. Como resposta a recentes homicídios de militares, os interventores utilizaram-se de um aplicativo de celular para identificar os moradores, checando possíveis anotações criminais e somente permitindo que deixassem suas regiões após

passarem por esse cadastramento das Forças Armadas. É dessa ação militar que trata a capa selecionada como objeto desta análise.

B. Análise das estratégias de captação inseridas no processo de transformação

i. A construção verbo-visual dos objetos de discurso na nomeação e na qualificação

Quanto aos principais objetos de discurso dessa capa-cartaz, observamos, antes de tudo, a introdução, no título, dos dois actantes principais do fato noticiado: o “Exército” e os “moradores do Rio”. O primeiro, nomeado por uma expressão que aponta, a princípio, uma das três Forças Armadas do Brasil como um todo, é retomado, no lide, por meio dos hiperônimos “Forças de segurança” e “militares”, a partir dos quais, como referências ainda mais amplas, evocam-se outras instituições, como a Polícia Civil e Militar, por exemplo, que igualmente participaram da intervenção. De forma semelhante, o termo “Comando Militar do Leste”, no sobretítulo, embora opere uma restrição, informando o pertencimento da maior parte dos interventores ao Comando do Exército sediado no Rio de Janeiro, realiza uma designação também vaga. Tais formas nominais de referenciação inscrevem-se, dessa maneira, em uma relação metonímica (o todo pela parte) e evidenciam o *status* institucional dos responsáveis pelo cadastramento da população carioca, executado pelo poder público e não por iniciativas individuais. Ao mesmo tempo, sublinham o poderio das forças militares em comparação ao alvo de sua ação.

O segundo objeto de discurso, ancora, no lide, a introdução de um novo referente: “27 pessoas”, que indica, dentre os resultados da operação, o quantitativo de moradores presos. Além desses actantes narrativos, verificamos que a “ação”, principal propósito comunicativo da manchete de capa, é retomada pelos termos “medida” (no lide) e “o procedimento” (no sobretítulo), que, ao contrário de palavras carregadas de tonalidades afetivas, apontam, a princípio, para um efeito de imparcialidade. Pontuamos, ainda, o fato de o espaço da narrativa, “o Rio”, ser, no lide, especificado pelas expressões locativas “na Vila Kennedy, na Coreia e na Vila Aliança”. Tais formas, ancorando-se à anterior, funcionam, segundo Marcuschi (2005), como anáforas indiretas, uma vez que introduzem novos objetos

de discurso que mantêm uma associação cognitivo-discursiva com o elemento nominal presente no cotexto antecedente (“o Rio”). Dessa forma, “Entre uma AI e um cotexto antecedente (uma âncora), há um vínculo coerente, embora não haja uma relação explícita [direta] com um antecedente” (MARCUSCHI, 2005, p. 91). Considerando que traços semânticos do elemento âncora são recuperados pelo item anafórico, Marcuschi (2005, p. 60) defende que, na construção e no processamento de anáforas indiretas, há “uma ativação-reativação na continuidade do domínio referencial”. Nesse sentido, o Rio fichado pelo Exército é, por meio das anáforas indiretas, recategorizado: ao contrário do que afirmavam as autoridades militares, o alvo da intervenção não foi toda a cidade, mas somente “toda a comunidade pobre”.

Como legi-signos, tais expressões referenciais significam a partir dos princípios que definem o sistema linguístico e a textualidade da manchete. À luz da semiótica de Peirce, contudo, compreende-se que tal síntese intelectual emerge da experiência imediata com o signo e do reconhecimento de suas semelhanças e diferenças junto aos demais (PEIRCE, 2008). Isso significa dizer que, em um texto escrito, por exemplo, a identificação e a interpretação de um simples vocábulo dependem, antes de tudo, de seus quali-signos – entre os quais, os signos cromáticos. Dessa forma, observamos que os grafemas que compõem o título se constituem pela cor amarela, que, pelo contraste junto às demais, aponta seus limites, individualizando-os. No que tange à captação da atenção do leitor, o emprego de tal signo cromático justifica-se, em primeiro, pelo comportamento motor do aparelho óptico. Assim, o uso da cor mais luminosa confere ao enunciado expressivo destaque e visibilidade, uma vez que formas de maior luminosidade permitem o relaxamento dos músculos da íris e o alargamento da pupila, gerando menor esforço da visão. Além disso, essa cor quente, em oposição ao fundo em preto, torna-se ainda mais clara e luminosa, gerando um efeito de aproximação: os tipos gráficos desprendem-se da superfície, apontando um movimento excêntrico. Paralelamente, o título ocupa o centro da página e, assim, torna-se mais nítido, por ser a parte central da retina a área de maior concentração de células receptoras da informação luminosa (GUIMARÃES, 2000, p. 24-33). O título da manchete pode, então, mesmo de longe, ser mais facilmente visto, permitindo que, dentre os inúmeros produtos que ocupam as bancas de jornal, sobressaiam-se as publicações que usam esse recurso.

Paralelamente, visto que fundos mais escuros dão maior vibração às figuras e que, simultaneamente, esse contraste tonal sobressalta a profundidade e a relação figura e fundo, a sobreposição do amarelo ao preto, além de enfatizar o título, alça-o à frente dos demais enunciados que compõem a capa. Isso porque, conforme este recorte da tabela de Karl Borggrafe (apud FARINA *et alii*, 2011, p. 122), tal combinação cromática tem altíssimo grau de legibilidade, ao passo que fontes tipográficas brancas sobre fundo cromático vermelho, principalmente com fontes menores e mais aproximadas (como no sobretítulo da capa em análise), tornam-se, praticamente, ilegíveis.

Tabela 1

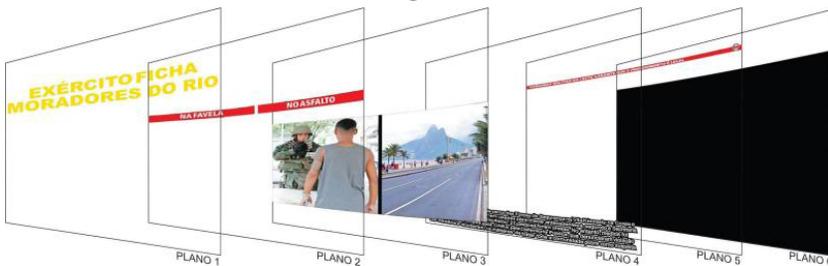
Legibilidade das Cores		
Classificação	Cor da letra	Cor do fundo
1ª.	Preta	Amarela
2ª.	Amarela	Preta
3ª.	Verde	Branca
4ª.	Vermelha	Branca
5ª.	Preta	Branca
6ª.	Azul	Amarela
7ª.	Azul	Branca
8ª.	Branca	Preta
[...]	[...]	[...]
21ª.	Branca	Vermelha

Graus de legibilidade de letras sobre fundos cromáticos

Nessa perspectiva, se as expressões verbais são lidas de forma não simultânea, o uso adequado da cor pode “organizar e hierarquizar informações ou lhes atribuir significado, seja na sua atuação individual e autônoma ou integrada e dependente de outros elementos do texto visual em que foi aplicada” (GUIMARÃES, 2003, p. 31). Consequentemente, a oposição entre matizes, valores e cromas pode não só indicar uma sequência de leitura de uma capa de jornal, como ainda reforçar a estrutura desse gênero, hierarquizando, dentre outros elementos, o sobretítulo, o título principal, o subtítulo, o lide e as formas figurativas, como as fotografias. A fim de ilustrarmos essa dupla função das cores (orientar a leitura e, ao mesmo tempo, estabilizar a estrutura do gênero), destacamos, no esquema a seguir, os diversos planos de percepção da capa em análise. Representados por camadas, tais planos apontam uma provável sequência de leitura, condicionada,

sobretudo, pelo uso das cores, as quais podem “aprofundar um plano, fazendo-o passar para as últimas camadas, ou ressaltá-lo, fazendo-o avançar em direção ao receptor, sobrepondo todas ou algumas das outras camadas” (GUIMARÃES, 2003, p. 69).

Imagem 2



Sistematização dos planos de percepção da capa-cartaz analisada (produção nossa)

Além desses aspectos físico-neuro-biológicos referentes à percepção da cor-informação, o recorrente emprego de fontes amarelas para compor títulos de capas-cartazes pode ser motivado, também, pelo simbolismo desse signo cromático. Nesse sentido, cumpre salientar que o amarelo é a mais ambígua das cores. De um lado, associado ao fogo e ao sol, transmite a sensação de calor e de luminosidade, podendo, por isso, remeter à alegria, à ação e à impulsividade, além de aproximar-se do ouro, sendo símbolo de riqueza. Por outro lado, é também a cor da inveja, do ciúme e da hipocrisia e, quando combinado ao preto, da impureza (HELLER, 2008, p. 85-89). Logo, seu simbolismo depende, mais do que qualquer outra cor, da relação que estabelece junto às demais.

Observando as cores a que o amarelo se funde na capa em análise, verificamos, como também ocorre em outras publicações do jornal, a composição do acorde cromático vermelho-preto-amarelo, que, segundo Heller (2008), remete ao ódio. Nesse sentido, estaria o jornal conferindo aos fatos noticiados essa conotação negativa ou a própria recorrência de temas violentos engendraria o emprego dessas cores? De qualquer forma, “por seu efeito ideal de visibilidade à distância e seu caráter penetrante quando visto de perto, o amarelo foi eleito a cor internacional das advertências”, como na identificação, por exemplo, de áreas restritas ou de materiais explosivos e radioativos (HELLER, 2008, p. 91). Por fim, além de atrair a atenção e recomendar alerta, o amarelo é a cor de maior retenção mnemônica

(GUIMARÃES, 2000, p. 29), contribuindo para a fixação na memória dos elementos por ela constituídos.

No que tange aos signos fotográficos, embora a pose do jovem sendo cadastrado pelo militar e a disposição das duas fotos sejam significativas para a construção do sentido da capa em tela, analisando, isoladamente, cada registro fotográfico, compreendemos que eles não espelham o emprego de procedimentos de conotação, haja vista o efeito de apresentação literal e analógica da realidade. Obviamente não ignoramos o fato de uma fotografia, aproximando-se da terceiridade, apresentar uma mensagem conotada, alçando-se à categoria de símbolo, mas destacamos, nessas duas, um efeito de objetividade – como evidenciam seus traços estruturais.

Entrelaçando as postulações de Sousa (2002) e de Kress e Van Leeuwen (2006), observamos que a fotografia à esquerda apresenta: i. plano médio, enquadrando o militar dos joelhos para cima (*medium shot*) e o jovem da cintura para cima (*medium close shot*) e, assim, conferindo-lhes uma representação objetiva; ii. ângulo frontal, paralelo à superfície, convidando o intérprete a envolver-se, mais diretamente, com os participantes representados sob uma perspectiva objetivante da realidade; iii. a composição equilibrada pela disposição dos dois homens em cada uma das extremidades do enquadramento fotográfico; iv. o foco de atenção sobre a figura do militar, que, além de mais nítida, ocupa o lado esquerdo, zona de visualização mais propícia à captação de imagens (GUIMARÃES, 2000); e v. a apresentação, em primeiro plano, da figura do morador da favela, com quem o participante interativo pode se identificar, e, em segundo plano, a figura do interventor. Os dois participantes representados, engajados em uma ação, inserem-se, pois, em uma estrutura narrativa bidirecional na qual se tornam, pela (pressuposta) troca de olhares, atores e meta simultaneamente. Em paralelo, como não há olhar direto entre os participantes representados e o participante interativo, o objeto da imagem é tomado por este como um elemento de informação, estabelecendo uma *oferta*. Tais traços representativos culminam, quanto à modalidade, em uma representação de grande valor de verdade, estabelecendo uma “verossimilhança realista” (CHARAUDEAU, 2009, p. 121).

A fotografia à direita, por sua vez, apresenta: i. plano aberto, capturando o cenário (a orla do Leblon e o Morro Dois Irmãos) de forma distanciada e impessoal e, ao mesmo tempo, tornando-o um personagem;

ii. ângulo normal, indicando uma visão objetivante do objeto fotografado; iii. a composição equilibrada pela disposição da praia no centro geométrico, da alta formação rochosa na parte superior central (centro ótico), e do calçadão e da Av. Delfim Moreira na parte inferior; iv. o foco de atenção sobre a via livre de veículos (militares), sugerindo a tranquilidade do local; e v. a disposição, em primeiro plano, dessa avenida, e, em segundo plano, da praia e do Morro Dois Irmãos. Não havendo um vetor entre participantes representados, o cenário, em uma descrição estática, é inscrito em uma estrutura conceitual por meio de um (possível) processo simbólico acerca da relação entre os moradores desse bairro da Zona Sul da cidade (portadores) e a própria paisagem (atributo simbólico). Portanto, tal como a outra fotografia, essa possui expressivo valor de verdade.

No que tange à composição visual da capa, sublinhamos o fato de, quanto ao valor da informação, isto é, aos valores informacionais sugeridos pelo posicionamento dos elementos visuais na página, a fotografia à esquerda ser concebida como “dado” (informação conhecida) ao passo que aquela à direita ser compreendida como informação nova (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). De acordo com tal postulação, a presença dos militares em comunidades carentes do Rio é apresentada como um dado já conhecido pelos leitores do jornal, diferentemente da distante realidade de um dos bairros mais caros da cidade – ratificando o efeito de aproximação entre o jovem fichado e os consumidores do jornal.

Aprofundando tal observação, constatamos que, na articulação com a parcela verbal da manchete de capa, essas duas imagens fotográficas estabelecem uma relação de oposição. Em paralelo à apresentação, no lide, de avaliações antagônicas sobre a ação de cadastramento apenas dos moradores de comunidades da Zona Oeste, verifica-se a relação antitética entre o conteúdo expresso pelo subtítulo (“Comando Militar do Leste garante que o procedimento é legal”) e o registro imagético do diferente tratamento conferido pelo Exército à população de baixa renda e à elite econômica. Tendo em vista a ilegalidade não só de considerar, previamente, “toda a comunidade pobre como suspeita”, como ainda cercear o seu direito de ir e vir, impondo-lhe um cadastramento, as fotografias acabam por “desdizer” o enunciado linguístico que reporta a fala dos responsáveis pela intervenção, indicando (sutilmente) a avaliação do jornal sobre o fato noticiado.

ii. O emprego dos verbos na ação

As formas verbais que contribuem, mais significativamente, para a construção dos principais objetos de discurso da capa em análise são o verbo “ficham” e a perífrase “deu resultado”, de orientação argumentativa distinta. De um lado, a primeira expressão de ação, ao imputar, no título, os papéis sintático-temáticos de sujeito-agente ao termo “Exército” e o de objeto-alvo ao sintagma nominal “moradores do Rio”, atribui, também, a esses actantes os respectivos papéis narrativos de malfeitor e de vítima, dadas as circunstâncias em que se concretizou a ação. A checagem de antecedentes criminais foi feita por militares fortemente armados e por meio da impositiva captura de imagens fotográficas. O procedimento implicou, assim, o constrangimento e o acauamento dos moradores abordados pelos agentes da intervenção federal. De outro lado, a forma perifrástica – estruturada pela fusão do verbo “dar”, de significação vaga, ao elemento nominal “resultado”, centro semântico da oração – aponta uma situação eventiva causativa de caráter positivo. Isso, porque esse verbo suporte, equivalente ao verbo pleno “resultar”, pressupõe uma consequência benéfica (“27 pessoas foram presas”), segundo a lógica da Secretaria de Segurança. Essas duas formas verbais reforçam, portanto, a caracterização dos personagens e da própria ação, apresentando-os, contudo, sob perspectivas antagônicas: de um lado, a voz do povo ecoada no jornal; de outro, a voz da instituição responsável pela intervenção.

iii. A tessitura das relações lógicas na causação

Entre os dois últimos períodos que compõem o lide, há uma relação lógica de *restrição* (CHARAUDEAU, 1992, p. 514-520), uma vez que a asserção de base (“[...] segundo a secretaria de Segurança, deu resultado: 27 pessoas foram presas.”) pode, relacionada à seguinte, fazer emergir uma asserção implícita – como, por exemplo, “O fichamento dos moradores de comunidades da Zona Oeste foi positivo.” –, que é negada pela asserção restritiva (“[OAB e Defensoria Pública] denunciaram violação de direitos e acusaram os militares de tratar toda a comunidade pobre como suspeita”). Dessa forma, introduz-se, inicialmente, como um contra-argumento, a

prisão de suspeitos, para, em seguida, opô-lo a um argumento mais forte: o descumprimento das leis que asseguram a igualdade cidadã motivado por uma avaliação preconceituosa acerca dos mais pobres. Há, portanto, um movimento argumentativo polifônico no qual, de início, o jornal reproduz a fala dos responsáveis pela intervenção militar para, na sequência, invalidar a consequência (implícita) dessa afirmação – como explicita o operador argumentativo “no entanto”. Pressupondo que a argumentação está inscrita na própria língua, compreende-se que a seleção lexical e o uso de elementos gramaticais representam marcas da subjetividade e das relações entre o locutor e seu alocutário; são, pois, essencialmente estratégias argumentativas. Nessa perspectiva, no que tange às formas verbais comentadas acima, verificamos que o verbo “ficham”, constituinte do título, elemento de (maior) destaque na composição visual da capa, aponta para a avaliação negativa da ação militar – em oposição ao verbo suporte “deu resultado”, que, no lide, ocupa o período anterior a uma asserção restritiva, figurando como parte do argumento mais fraco.

C. Análise das estratégias de captação inseridas no processo de transação

iv. A composição da intertextualidade sob o princípio da alteridade

Além da intertextualidade temática (pelo diálogo junto a outras manchetes sobre a segurança pública e, mais especificamente, sobre a intervenção militar no Rio de Janeiro) e tipológica (pelo emprego dos modos de organização narrativo e argumentativo), a capa em tela apresenta a intertextualidade explícita. Retomando, em discurso indireto, a fala de instâncias militares que respondem pela operação federal (o Comando Militar do Leste e a Secretaria de Segurança) e de órgãos de regulação e de assistência jurídicas (a OAB e a Defensoria Pública), evidenciam-se vozes dissonantes apresentadas em um discurso relatado. Opondo perspectivas, o jornal, como destacamos acima, questiona (ou mesmo invalida) a ação militar, assumindo, ainda que de forma menos explícita, a defesa dos direitos individuais e coletivos, e de grupos em situação vulnerável, como os moradores pobres das favelas do Rio.

v. A seleção e a hierarquização da informação sob o princípio da pertinência

Como principais valores-notícia da manchete de capa em análise, sublinhamos o tempo e o espaço. O relato do evento suscitado institucionalmente aponta a focalização da atualidade e, ao mesmo tempo, a maior proximidade entre o local em que ocorreu (comunidades do Rio de Janeiro) e a região em que mora parte considerável dos consumidores do jornal. Dessa forma, tal como postulam Amaral (2010) e Charaudeau (2006), o jornal popular assume o interesse e o ponto de vista do seu público, privilegiando os fugazes fatos da aldeia.

vi. A constituição discursiva e linguística do humor sob o princípio da influência

Nessa capa, que denuncia possíveis abusos de autoridade e desrespeito aos direitos humanos, não são empregados procedimentos que visam a efeitos de humor.

D. Descrição dos possíveis efeitos de sentido gerados pela articulação das estratégias de captação

vii. Sobre o fazer-sentir (possíveis efeitos patêmicos)

Na indicação dos possíveis efeitos emocionais despertados a partir da capa em análise, uma questão subjacente deve ser considerada: qual a identidade do sujeito interpretante? Em se tratando, hipoteticamente, de membros da elite socioeconômica – como (a maior parte dos) moradores do Leblon –, pode ser suscitada a tópica da esperança, na figura da “confiança”, pressupondo que, por meio da ação militar, poder-se-ia, efetivamente, identificar os criminosos moradores da favela, prendê-los e, assim, diminuir a violência na cidade. De forma semelhante, na interpretação de um agente de segurança pública, mesmo não pertencente a essa restrita classe econômica, a manchete poderia suscitar a tópica da atração, nas figuras da “admiração” ou mesmo do “maravilhamento”, dada a proximidade desse interpretante à imagem dos militares, que, tomados como benfeitores, aproximar-se-iam, nessa perspectiva, de heróis.

Considerando, no entanto, não só os efeitos programados pela confluência de todos os elementos verbais e imagéticos que constituem a capa, como também a projeção do destinatário-ideal do jornal, consideramos serem mais prováveis as seguintes tópicos: i. a repulsa, na figura do “desgosto” ou da “fobia”, tendo em vista a recusa da imagem do actante-malfeitor, que, contudo, não pode ser impedido; ii. a simpatia, na figura da “compaixão”, uma vez que, pela proximidade (geográfica e/ou econômica) às vítimas da ação militar, esse observador-testemunha manifestaria a intenção de aliviar o sofrimento dos perseguidos; e iii. a angústia, isto é, um “esperar-ameaçado”, nas figuras do “aborrecimento” ou do “medo”, haja vista a possibilidade de se adotarem novas medidas de controle que, perigosamente, poderiam, no limite, aproximarem-se de um regime militar, como ocorreu no país entre 1964 e 1985.

viii. Sobre o fazer-crer (projeção/imposição de uma proposta sobre o mundo)

E uma manchete de jornal pode veicular opinião? A capa em análise, como demonstramos, caracteriza o “fichamento” da população de baixa renda como uma ação intimidatória, violenta, preconceituosa e desigual assumida pelos governos estadual e federal. Ainda que não explicita tal posicionamento, o jornal denuncia o desrespeito aos moradores de favelas da Zona Oeste. Se, em manchetes anteriores, como nas capas de 29 de julho e 23 de setembro de 2017 (que tratam, respectivamente, da implantação do Plano Nacional de Segurança no Rio e da ocupação do Complexo do Alemão e da Maré), legitimou-se a participação das Forças Armadas em operações militares na cidade, em publicações seguintes, como a capa em análise, sublinham-se a desigualdade e a inocuidade das ações de intervenção militar. Logo, podemos dizer que, não raro, o jornal veicula, de forma mais ou menos explícita, uma avaliação, bem como reconstrói sua proposta sobre o mundo; em outras palavras: julga e ainda pode mudar de opinião.

Considerações finais

A análise acima demonstra que diferentes estratégias de captação convergem para os movimentos de sedução e persuasão. Partindo da

materialidade discursiva para tratar as formas verbais e visuais como “pistas” dos comportamentos linguageiros, comprovamos como o jornal, ao reportar fatos do cotidiano, atribui-lhes valores afetivos e racionais, captando o leitor, ao mesmo tempo, pela emoção e pela razão. Desde a seleção de itens lexicais e de signos cromáticos até a imposição de uma proposta sobre o mundo, o jornal *Meia Hora* manipula linguagens visando à construção de um discurso hiperbólico e, não raro, polêmico, repleto de apelos emocionais e lógicos de grande potencialidade patêmica e argumentativa – o que sobressalta a necessidade de ampliar a competência leitora de seu público-consumidor, a quem, historicamente, nega-se um ensino profícuo de leitura.

Referências

- AMARAL, M. F. *Jornalismo popular*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. Tradução: Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Coordenação da equipe de tradução: Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- FARINA, M.; PEREZ, C.; BASTOS, D. *Psicodinâmica das cores em comunicação*. 6ª ed. São Paulo: Blucher, 2011.
- FERREIRA JÚNIOR, J. *Capas de jornal: a primeira imagem e o espaço gráfico-visual*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.
- GUIMARÃES, L. *A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores*. São Paulo: Annablume Editora, 2000.
- GUIMARÃES, L. *As cores na mídia: a organização da cor-informação no jornalismo*. São Paulo: Annablume Editora, 2003.
- HELLER, E. *A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão*. São Paulo: Editora G. Gili, 2008.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. 2ª ed. London: Routledge, 2006.
- MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 53-101.

- NOGUEIRA, R. G. *Estratégias de captação em capas-cartazes do jornal popular Meia Hora*. 2020. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem). Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói: 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14565>.
- PEIRCE, C. S. *Semiótica*. Tradução: José Teixeira Coelho Neto. 4ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2008.
- SOUSA, J. P. *Fotojornalismo: uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. [s. l.]: Porto, 2002.

Créditos das imagens

- Imagem 1. Capa-cartaz do jornal *Meia Hora* de 24 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.vercapas.com.br/capa/meia-hora/2018-02-24/>
- Imagem 2: Sistematização dos planos de percepção da capa-cartaz analisada. Produção nossa.

O *ETHOS* POLÍTICO: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE JAIR BOLSONARO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018

Lucas de Souza Mathias¹

Ethos

A questão do estudo do *ethos* vem desde a Antiguidade Clássica com Aristóteles. O filósofo propôs dividir os meios discursivos que influenciavam o público em três categorias: *Logos* (do grego “Lógica”), *Pathos* (do grego “Paixão”) e *Ethos* (do grego “eu”). De um lado, o *logos*, por se tratar do uso da razão e da lógica para o convencimento do público; do outro, *pathos* e *ethos* por se tratar do convencimento por meio da emoção. Por isso, tanto o *ethos* como o *pathos* participam das demonstrações psicológicas que não correspondem ao estado psicológico real do enunciador ou do público, mas que correspondem ao que o público pensa acerca do que os outros têm em mente. Contudo, enquanto o *pathos* é voltado para o público, o *ethos* é voltado para o enunciador (CHARAUDEAU, 2018).

Ainda na Antiguidade Clássica, Fábio Gusmão da Silva explica, em sua tese de doutorado, que de acordo com Charaudeau (2011, p. 114 *apud* SILVA, Fábio Gusmão de, 2016, p. 81), havia uma divisão quanto ao conceito de *ethos*: para Isócrates, Cícero e os retóricos da Idade Clássica, o *ethos* é um dado preexistente do discurso fundado na autoridade individual e institucional do locutor (sua reputação, seu estatuto social); ou seja, para

1 Mestrando em Estudos da Linguagem, Universidade Federal Fluminense (UFF), sob orientação da Profa. Dra. Beatriz Feres.

eles, o *ethos* existe independentemente ao discurso. Já para Aristóteles, o *ethos* **não** é um dado preexistente do discurso, mas, sim, a propriedade discursiva pela qual o sujeito demonstra seus traços de personalidades ao público, não importando a sinceridade, para causar uma boa impressão. Ou seja, para Aristóteles, o *ethos* funciona como uma máscara discursiva que o enunciador poderia usar para o convencimento do público.

Todavia, explica Gusmão (2016) que o professor Charaudeau elucida que há uma terceira opinião quanto à conceituação discursiva do *ethos*, a qual inscreve o *ethos* no ato de enunciação, ou seja, no próprio dizer do sujeito que fala. Assim, o *ethos* situa-se na aparência do próprio ato de linguagem, naquilo que o sujeito dá a ver e a entender. Essa terceira posição é a defendida pelos analistas do discurso.

A partir desse antagonismo entre os partidários de um *ethos* prévio, o qual poderia ser chamado de *ethos* pré-discursivo, e os de um *ethos* apenas discursivo, surge uma questão muito importante nos estudos sobre o tema: a questão do sujeito linguageiro. O *ethos* é então somente um ser social empírico, é somente um ser feito de discurso (um ser que só existe no discurso) ou ambos? De acordo com Charaudeau (2018), a posição do analista do discurso deve levar ambas as opiniões em consideração.

Nossa posição é de que para tratar do *ethos* é preciso considerar esses dois aspectos. De fato, o *ethos*, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz. O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe *a priori* do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2018, p. 115).

Para defender essa posição, esclarece Charaudeau (2018), é necessário voltar ao conceito de identidade do sujeito falante, a qual se desdobra em dois componentes: no primeiro, o sujeito mostra a sua identidade social, é ela que lhe dá o direito à palavra, que funda sua legitimidade de ser

comunicante em função do estatuto e do papel que lhe são atribuídas pela situação de comunicação. Na segunda, o sujeito constrói para si uma imagem discursiva de enunciador que se atém aos papéis que ele atribui a si em seu ato de enunciação, resultado das coerções da situação de comunicação que se impõem a ele e das estratégias que ele escolhe seguir. Portanto, o sujeito aparece ao outro com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída, na mesma proporção em que mostra a identidade discursiva que ele construiu para si. Desse modo, o *ethos* é essa dupla identidade, que acaba se fundindo em uma só.

Para além disso, o *ethos*, segundo Maingueneau (2020, p. 41), também pode ser identificado pelas marcas linguísticas de enunciação que o enunciador vai usar: “O *ethos* é então, duplamente discursivo: pelo fato de acompanhar todo uso do discurso, mas também porque o interesse a ele dedicado **varia em função das condições da enunciação.**” (grifo nosso). Isso quer dizer que, apesar do *ethos* estar presente em todo discurso, nem sempre ele vai estar aparente na enunciação, ou seja, as marcas linguísticas na enunciação podem, ou não, ajudar na construção do *ethos*. Ademais, de acordo com Charaudeau (2018), uma das bases em que o interlocutor se apoia para criar a imagem do locutor são os dados preexistentes do discurso, e esses dados são as marcas linguísticas que o locutor usa na enunciação. Por isso, vai variar devido às condições da enunciação.

Ethos de Credibilidade

O *ethos* de credibilidade não é uma qualidade ligada à identidade social do sujeito ou ligada à identidade discursiva; é qualidade que o sujeito adquire por meio da construção do seu discurso, que faz com que os outros - isto é, o seu público – o julguem digno de crédito. Consoante Charaudeau (2018):

De maneira geral, um indivíduo pode ser julgado digno de crédito se houver condições de verificar que aquilo que ele diz corresponde sempre ao que ele pensa (condição de sinceridade ou de transparência), que ele tem os meios de pôr em prática o que anuncia ou promete (condição de performance)

e que o que ele anuncia e aplica é seguido de efeito (condição de eficácia). (CHARAUDEAU, 2018, p. 119).

É válido destacar que o *ethos* de credibilidade se liga aos discursos de razão, pois é através deles que a credibilidade é estabelecida.

À vista disso, salienta-se que, no discurso político, dar conta desse *ethos* de credibilidade é uma tarefa extremamente difícil, porque há informações a respeito dos políticos trazidas a público a todo momento, e os políticos têm de contra-argumentar sobre essas informações a fim de convencer o eleitor da sua condição de crível. Por isso, para a concretização desse *ethos* de credibilidade, é necessário que o político dê conta de três condições: a sinceridade – pois se o político faltar com a verdade, em algum momento, e isso vier a público, todo discurso dele será invalidado, será desacreditado; a *performance* – quando o político faz o discurso e anuncia as decisões e faz as promessas; e a eficácia – que o obriga a provar que tem os meios para realizar aquilo que promete (CHARAUDEAU, 2018). Conseqüentemente, o político é obrigado a construir para si o *ethos* de sério, de virtuoso e de competente. Vejamos a seguir as definições desses *ethé*:

Conforme Charaudeau:

O *ethos* “sério” depende, evidentemente, das representações que cada grupo social faz de quem é sério e de quem não é. Esse *ethos* é construído com a ajuda de diversos índices. Índices corporais e mímicos: certa rigidez na postura do corpo, uma expressão raramente sorridente na face. Índices comportamentais que revelam capacidade de autocontrole diante de críticas, sangue-frio diante da adversidade, não se entregar a acesso de cólera nem mostrar que esta é contida (na verdade, calculada) com objetivos táticos (CHARAUDEAU, 2018, p. 120).

De antemão, podemos demonstrar que o candidato Bolsonaro, na construção do *ethos* “sério”, demonstra uma deficiência, ou melhor, uma falha evidente. A pergunta que fica é se essa falha é proposital, como um tipo de estratégia, ou se essa falha é por falta de autocontrole mesmo, mas deixaremos essa questão para a parte da análise.

Em seqüência, o *ethos* de virtude é extremamente necessário ao âmbito político, porque pressupõe que o político, como representante do

povo, deve ser um exemplo de virtude a ser seguido. Tal *ethos* requisita do político total sinceridade e fidelidade, a que se deve acrescentar uma imagem de honestidade pessoal. Segundo Charaudeau:

O *ethos* de virtude é uma resposta a expectativas fantasiosas da instância cidadã, na medida em que esta, ao delegar um poder, procura fazer-se representar por um homem ou por uma mulher que seja modelo de retidão e de honradez, ao menos, em uma visão nobre da política (CHARAUDEAU, 2018, p. 124).

E, por fim, o *ethos* de “competência” requisita do seu possuidor saber e habilidade aprofundados do domínio particular em que desempenha sua função e, ao mesmo tempo, deve comprovar que tem os meios, o poder e a experiência necessários para colocar em prática aquilo que promete (CHARAUDEAU, 2018).

Ethos de identificação

No que tange ao discurso político, segundo Charaudeau (2018, p. 137), “as figuras do *ethos* são, ao mesmo tempo, voltadas para si mesmo, para o público e para os valores de referências”. Por essa razão, no *ethos* de identificação, cujas imagens são extraídas do afeto social, o cidadão, por meio de um processo de identificação irracional, busca uma certa semelhança na identidade do político. Essas imagens fornecidas pelo político em destaque visam a convencer o maior número de eleitores. No entanto, para que isso ocorra, requer que, muitas vezes, os políticos demonstrem imagens contraditórias, pois, assim, podem agradar ao maior número de eleitores.

Assim como o *ethos* de credibilidade, o *ethos* de identificação também é construído por outros *ethé* contidos nele. Desse modo, esses *ethé* são: o *ethos* de “potência”, o *ethos* de “caráter” e o *ethos* de “inteligência”, o *ethos* de “humanidade” e o *ethos* de “chefe”. Todavia, por uma questão de maior pertinência à análise, não abordaremos todos, abordaremos apenas o *ethos* de “caráter” – uma vez que é o que mais se sobressai nos discursos do candidato – e *ethos* de “chefe” – que lhe é atribuído pelo seu público eleitor.

De acordo com Charaudeau (2018, p. 139):

O *ethos* de “caráter” participa desse outro imaginário de força que não pode ser confundido com o precedente. Trata-se aqui mais da força do espírito que dá do corpo, com o quando se diz que alguém “tem caráter”. Isso pode aparecer por meio de diversas figuras (CHARAUDEAU, 2018, p. 139, itálico do autor).

Para além disso, pode-se atrelar ao *ethos* de caráter a figura de moderação, não uma moderação absoluta, mas, sim, uma atitude de intermediação entre as partes em conflitos, em desacordo. Em razão disso, pode-se dizer que a moderação no que tange ao discurso político é uma estratégia tática que tem por objetivo o desbloqueio das situações em conflito, no fito de que um acordo entre as partes seja alcançado.

Já o *ethos* de “chefe” é voltado para o público, para o cidadão. Segundo Charaudeau (2018, p. 153), “ele é uma construção de si para que o outro adira, siga e identifique-se a este ser que supostamente é representado por um outro si-mesmo idealizado”. No âmbito político em que se tem um regime democrático, há uma relação marcada de reciprocidade entre o político e o cidadão, porquanto o político deve sua posição ao povo e deve prestar contas aos eleitores. Entretanto, pode-se considerar que o *ethos* de chefe requisita propriedades que destacam tal relação de dependência com uma imagem explicitamente oferecida ao cidadão. Ela manifesta-se por diversas figuras como a de guia, a de soberano e a de comandante.

Para Charaudeau (2018), a figura de guia é dividida em três: o guia supremo – uma necessidade para a permanência de um grupo social; o guia pastor – um agregador, aquele que reúne o rebanho, o acompanha e o precede, ilumina seu caminho com uma perseverança tranquila; o guia profeta – aquele que, ao mesmo tempo, é fiador do passado e voltado para o futuro, para o destino dos homens. Já a figura de soberano é o que funda a legitimidade do político, apoia-se no imaginário cujas características serão vistas mais além. Finalmente, a figura do comandante participa das precedentes, só que de forma mais autoritária, na verdade, mais agressiva.

Análise dos *ethé*

Neste momento, interessa-nos compreender os valores e a justificativa que o candidato usa para analisarmos seu *ethos*. Dessa maneira,

começaremos essa análise pelos *ethé* que foram teorizados neste trabalho, por serem os mais comuns de serem identificados nos discursos políticos, segundo Charaudeau. Assim como na seção anterior, dividiremos a análise em duas partes: a análise dos *ethé* de credibilidade e a dos *ethé* de identificação, para depois tentar postular o *ethos* final que o candidato cria para si.

***Ethé* de credibilidade**

Conforme foi explicado na seção três, o *ethos* de credibilidade é um dos que mais aparecem no âmbito político, uma vez que, diferentemente dos outros, não se liga à identidade social ou à identidade discursiva do sujeito; é, entretanto, uma qualidade que o sujeito adquire mediante ao seu discurso, o que faz com que o sujeito seja ou não digno de créditos. Sendo assim, esse *ethos* se divide em três *ethé*: o *ethos* de sério, o *ethos* de virtude e o *ethos* de competência.

Neste discurso do candidato Bolsonaro, o *ethos* de sério não é evidenciado, já que esse *ethos* é marcado pela presença de índices comportamentais que revelam a capacidade do autocontrole, pelo “sangue frio” diante do adversário e por não se mostrarem os acessos de raiva, o que se pode perceber que não ocorre nos exemplos destacados do discurso em Curitiba:

1. “Esse **crápula** tá colhendo ovos pelo Brasil todo.” [grifo nosso]
2. “Se o Lula há pouco tempo disse que era muito bom concorrer somente com as esquerdas, **agora vão ter a direita**. E pode ter certeza, vão levar um **cruzado** da direita em outubro.” [grifo nosso]

No exemplo (1), nota-se que não há autocontrole por parte do candidato ao se referir ao adversário político, nesse caso, Lula, como *crápula*. Já no exemplo (2), fica evidente que não há o acionamento desse *ethos* devido ao uso da palavra “cruzado”, que se refere a um golpe numa luta de boxe, em que o sujeito desfere um soco rápido para frente. O candidato cria nesse exemplo uma analogia das eleições com o esporte boxe, a fim de dizer que antes não haveria adversários para o ex-presidente Lula na corrida presidencial pelo fato de todos os adversários serem de esquerda, porém, agora, nessas eleições, teria um adversário à altura. A palavra “cruzado” presente nessa analogia faria referência à derrota da esquerda.

Portanto, o que fica evidente, nessas duas falas do discurso de Bolsonaro, é que não há a presença do *ethos* sério, o que aponta para duas conclusões: a primeira é que, por não ter esse *ethos* sério, Bolsonaro se diferencia dos demais candidatos políticos. Isso pode ser considerado como uma estratégia discursiva justamente para chamar atenção para si e para caracterizar o candidato como realmente diferente dos demais, o que aponta para uma estratégia de *marketing* de singularização, chamando a atenção do público eleitor para ele. Ou seja, o seu comportamento nada polido e marcado pelo acesso de cólera, na verdade, o destacaria dos demais candidatos. A segunda conclusão é que, nesses trechos analisados, observa-se a construção de um *ethos* do candidato que o diferencia da esquerda e do Lula.

Já o *ethos* de virtude aparece efetivamente no discurso do presidencializável e podemos destacar então duas passagens:

3. “Não adianta querer criar rótulos contra a minha pessoa, porque eles podem me chamar de tudo, **só não me chamam de corrupto** e nós vamos varrer a corrupção de nosso Brasil” [grifo nosso]
4. “Nós se chegarmos lá, vamos fazer uma política feita até o momento, tudo será diferente, nós temos **o compromisso** com o Brasil e **não com partidos políticos.**” [grifo nosso]

Nesses dois exemplos, o *ethos* de virtude aparece demonstrando uma virtude diferente que o candidato associa a si. No exemplo (3), o *ethos* de virtude que aparece é o da honestidade, marcada pela antítese de “honestidade x corrupção”, isto é, já que a esquerda não pode acusá-lo de ser corrupto, ele é, por definição, honesto.

No exemplo (4), o *ethos* de virtude é marcado pela qualidade de ser patriota, pois o candidato evidencia que seu compromisso é para com o país, para com a pátria brasileira, e esse compromisso é maior que qualquer ambição por uma carreira política.

Por fim, há o *ethos* de competência, que consiste em comprovar que se têm os meios, o poder e a experiência necessários para colocar em prática aquilo que se promete. É evidenciado no discurso do presidencializável pelos seguintes exemplos:

5. “Com todo o respeito aos sargentos e aos coronéis, mas o Brasil vai ter um **capitão** no ano que vem.” [grifo nosso]
6. “Não adiantam... Não adianta querer criar rótulos contra a minha pessoa, porque eles podem me chamar de tudo, só não me chamam de (**corrupto**) e nós vamos **varrer a corrupção** de nosso Brasil.” [grifo nosso]

Nos dois exemplos mostrados, o *ethos* de competência é verificado, contudo cada trecho evidencia uma competência diferente. No exemplo (5), a competência do candidato Bolsonaro é marcada porque, ao se colocar como capitão do exército, aponta para uma capacidade de liderança, já que, apesar de ser uma posição que ainda tenha alguns superiores, é uma posição de certo destaque na hierarquia militar², a qual exige certa capacidade de liderança. No exemplo (6), o *ethos* de competência destaca a qualidade de ser incorruptível, logo, o presidenciável tem a competência necessária para combater a corrupção, visto que no exemplo o candidato fala que vai “varrer a corrupção” do Brasil.

***Ethé* de identificação**

O *ethos* de identificação liga-se ao interlocutor, porquanto o cidadão (a quem o candidato se dirige), por meio de um processo de identificação irracional, busca uma certa identificação com a identidade do político. Logo, esse *ethos* terá vários *ethé* que o compõem. No entanto, como foi falado antes, optaremos por analisar apenas dois *ethé*, dado que são os que mais aparecem no discurso do presidenciável selecionado para esta análise, que são eles: o *ethos* de caráter e o *ethos* de chefe.

O *ethos* de caráter se caracteriza mais pela força do espírito do que a força do corpo, esse é o *ethos* que diz que alguém tem caráter. Esse *ethos*, no discurso do presidenciável, se dá pelos mesmos exemplos em que aparecem

2 No Exército Brasileiro, a hierarquia militar é de Marechal, a posição mais alta na hierarquia, a soldado de segunda classe, a posição mais baixa. Nesse sentido, a ordem do maior para o menor da hierarquia é: Marechal, General-de-exército, General-de-Divisão, General-de-Brigada, Coronel, Tenente Coronel, Major, **Capitão**, 1º Tenente, 2º Tenente, Aspirante-a-Oficial, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Taifeiro-Mor, Cabo, Taifeiro de 1ª Classe, Taifeiro de 2ª classe (soldado)

o *ethos* de virtude e o *ethos* de competência, porque um dos pontos mais fortes do discurso do candidato é o imaginário da corrupção suscitado em várias passagens, como foi mostrado. Dessa forma, o *ethos* de virtude evidencia a honestidade do candidato, e o *ethos* de competência retoma essa honestidade, visto que é uma das habilidades que o candidato atrela a si. Todavia, de modo diferente dos *ethé* de credibilidade, o *ethos* de caráter se liga ao interlocutor (público eleitoral), pois é ele que atrela ao locutor (Jair Bolsonaro) a característica de caráter, visto que é por meio da imagem de honesto que o candidato tenta passar de si, que a característica de honestidade é associada a ele. Isso pode ser percebido pelas seguintes passagens do discurso:

7. “O Brasil tá precisando de alguém que seja **honesto**.” [grifo nosso]
8. “Porque eles podem me chamar de tudo, só não me chamam de (**corrupto**) e nós vamos varrer a corrupção de nosso Brasil.” [grifo nosso]

Esses dois exemplos, apesar de terem evidenciado outros *ethé*, também evidenciam o *ethos* de caráter, visto que, na concretização do *ethos* final, tanto o *ethos* de credibilidade quanto o *ethos* de identidade ajudam a compor a imagem do candidato. Nesses trechos, o exemplo (8) completa o (7), pois, no primeiro exemplo, o presidenciável evidencia que o Brasil precisa de alguém que seja honesto, voltando ao imaginário sociodiscursivo³ de corrupção que o candidato evoca em seus discursos. Portanto, o cargo de presidente está vago, e é ele quem deve ocupá-lo, já que é honesto e, por isso, não pode ser chamado de corrupto. Além disso, é importante ressaltar que nesse discurso, quando o presidenciável fala: “Só não me chamam de” quem fala “corrupto” é o público eleitor. O que corrobora o *ethos* de caráter que é atrelado pelo interlocutor ao locutor.

3 O imaginário sociodiscursivo é um conceito formulado pelo professor Patrick Charaudeau, o qual aparece mais desenvolvido em seu livro *Discurso Político* (2018), cuja definição se dá em imaginários coletivos de uma dada sociedade acerca de um determinado assunto. Dessa forma, são imaginários sociais, já que não se trata de um imaginário individual, mas, sim, coletivo e são discursivos porque esses imaginários são disseminados por meio de enunciados linguageiros.

Quanto ao *ethos* de chefe, este se divide em muitos, como foi mostrado no capítulo de teoria, no entanto, o que se encaixa no discurso de Bolsonaro é o *ethos* de chefe-soberano, uma vez que esse *ethos* trata-se de como o político pode construir para si um *ethos* que lhe permite assumir uma posição de fiador de valores. Vejamos nos exemplos a seguir do discurso:

9. “Com todo o respeito aos sargentos e aos coronéis, mas o Brasil vai ter um **capitão** no ano que vem.” [grifo nosso]
10. “O Brasil tá precisando de alguém que seja **honesto**, que tenha Deus no coração e seja **patriota**.” [grifo nosso]

No exemplo (9), evidencia-se a posição de chefe que o presidencialista evoca para si, a de capitão, porquanto, enquanto capitão do Exército, é alguém acostumado a chefiar, logo pode liderar um país. Além disso, estando nessa posição de chefe-soberano, o candidato pode suscitar valores que um presidente deve ter: ser patriota, honesto e cristão – no exemplo (10). Dessa maneira, ao suscitar tais valores, ele se coloca como o mais apto para assumir tal caso, uma vez que esses valores são os mesmos que ele atrelou a si no *ethos* de virtude.

Ethos final

Dessa forma, o que se percebe ao se fazer a análise dos vários *ethé* que aparecem no discurso do candidato é: em primeira instância, o presidencialista constrói o seu *ethos* opondo-se, a todo o momento, à esquerda e ao Lula, atrelando a eles o imaginário de corrupção e o de quebra de tradição. Esses imaginários são suscitados com recorrência porque é a base para a construção dos outros *ethé*.

Em segunda instância, o *ethos* final do candidato é o de um político militar, capitão do Exército, conservador, cristão, imagens essas que são evocadas pelo imaginário de tradição.

Em terceira instância, o candidato não evoca o *ethos* de seriedade, o que aponta para uma estratégia de *marketing* de singularização, pois a sua identidade política o difere dos outros, uma vez que em teoria o *ethos* de sério é o que comporta o autocontrole perante os adversários, o que muitos políticos tentam reivindicar para si.

Por fim, em quarta instância, o presidenciável evoca para si as virtudes de honestidade, humildade, patriotismo e de religiosidade cristã – o que ele suscita não só no discurso no comício em Curitiba. Além disso, essas virtudes também são suscitadas no bordão do candidato: “O Brasil precisa de um presidente **honesto, patriota e que tenha Deus no coração**”.

Conclusão

Portanto, percebe-se que o candidato constrói sua imagem baseando-se nos *ethé* de credibilidade, porém, apenas pautada no *ethos* de virtude, já que ele evoca para si as qualidades de honesto, patriota, cristão e humilde, visto que, dentro do *ethos* de competência, ele apenas evidencia que por ter sido capitão do Exército e por não ser corrupto teria as qualidades necessárias para cumprir o que promete ao público, ou seja, acabar com a corrupção. No entanto, não necessariamente o *ethos* que o candidato quer construir para si corresponde ao *ethos* que ele, de fato, transparece pelas marcas linguísticas, pelos dados do discurso e pelo que já sabemos do candidato;

Desse modo, percebe-se que, apesar da tentativa de passar tais imagens, o candidato demonstra ser um político neoliberal de extrema-direita, autoritário e sem autocontrole perante as críticas dos adversários, além de ser um político com discursos superficiais, pois atrela todos os problemas do Brasil à corrupção e à falta de patriotismo dos demais políticos; a primeira, por sua vez, sempre vinculada, por Bolsonaro, à esquerda.

Referências

- ABREU, Estela dos Santos; TEIXEIRA, José Carlos Abreu. *Apresentação de trabalhos monográficos de conclusão de Curso*. 10 ed. Niterói: Editora da UFF, 2012.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e Discurso modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2019.
- GUSMÃO DA SILVA, Fábio. *A construção de um ethos por meio de recursos intertextuais/ Fábio Gusmão da Silva*. Rio de Janeiro: UFRJ/ Faculdade de Letras, 2016. xi, 162 f.

MAINGUENEAU, Dominique. *Variações sobre o ethos*; Tradução Marcos Marcionilo. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2020.

DISCURSO COMPLETO DO BOLSONARO EM CURITIBA.
Bolsonaro TV, 2018. 7 minutos e 54 segundos. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=hAfKQ-nm-d4&t=193s> >
Acesso em: 20 jan. 2020.

BOLSONARO-LULA EM CAPA DA REVISTA ISTOÉ: A PRESENÇA DOS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS NA CAPTAÇÃO DO LEITOR

Gisele Arruda Eckhardt¹

Introdução

A todo o momento temos acesso a uma quantidade cada vez maior de informações disponíveis, através do discurso midiático, seja na internet, jornais ou revistas, por exemplo. Todavia, isso não significa que haja uma ausência de interferência do sujeito comunicante diante dos acontecimentos. Isso porque, segundo Nilton Hernandes (2006), há um recorte ideológico, isto é, o que a mídia nos transmite é a transformação dos fragmentos da realidade em notícias. Dessa forma, quando lemos ou escutamos uma notícia, caso não tenhamos um olhar analítico, seremos inocentes a ponto de reputarmos que aquele discurso é verdadeiro e se constitui como um fato.

Sendo assim, com base na Semiologia, uma teoria que busca apreender a linguagem, levando-se em consideração os componentes comunicacional, psicossocial e intencional (ou discursivo) (CHARAUDEAU, 2001), bem como todos os sujeitos envolvidos nesse ato de linguagem, mediante um contrato de comunicação, iremos analisar a capa da revista *ISTOÉ*, edição do dia 9 de setembro, ano 43, nº 2643, sob um olhar semiológico.

1 Doutoranda em Estudos de Linguagem (UFF). Orientanda da professora Dra. Beatriz Feres.

À luz do que foi mencionado, o presente artigo também pretende identificar a presença dos imaginários sociodiscursivos - conceito cunhado por Charaudeau (2018) – na análise, visto que a edição em questão traz inúmeras referências a elementos que circulam nos discursos sociais, trazendo uma polêmica na maneira em que retrata o atual presidente, Jair Bolsonaro, em comparação ao ex-presidente, Lula.

A Teoria Semi linguística e os imaginários sociodiscursivos

A Semi linguística é formada por um amálgama de correntes teóricas, tanto da linguagem, como por exemplo, Barthes, Benveniste e Austin, quanto das contribuições de pesquisas em sociologia, etnometodologia, psicologia social etc. Sob esse viés, o ato de linguagem é reputado levando-se em conta não somente a sua dimensão psicossocial (CHARAUDEAU, 2001), mas também os sujeitos que o compõem.

Ampliando essa noção, ao contrário da visão muitas vezes tradicional da linguagem que a resume a uma relação unidirecional do emissor ao receptor, a perspectiva semi linguística vê o ato de linguagem como uma relação produtiva, na medida em que postula a existência de, no mínimo, quatro protagonistas nesse ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2016), a saber: o sujeito comunicante (EUC) e o sujeito interpretante (TUI), que são pessoas reais ou seres sociais; o sujeito enunciador (EUE) e o sujeito destinatário (TUD), que são entidades do discurso, ou seja, seres de fala.

A fim de compreendermos melhor quem são esses protagonistas, convém esclarecermos que:

- O EUC é aquele que fala ou escreve e evidencia o EUE.
- O TUI é aquele que ouve/ lê e, por conseguinte, interpreta o texto.
- O EUE é a imagem que o EUC almeja transmitir para o TUI. No entanto, é essencial ressaltarmos que o TUI poderá aderir ou não.
- O TUD é a imagem que o EUC possui do TUI, isto é, sua hipótese, que como vimos, poderá se concretizar ou não.

Desse modo, o ato de linguagem procede de um jogo entre o implícito e o explícito e é visto como uma encenação linguageira, que ocorre em um determinado contrato de comunicação. A esse respeito, Charaudeau elucida que:

Denominamos *Contrato de comunicação* o ritual sociolinguageiro do qual depende o *Implícito codificado* e o definimos dizendo que ele é constituído pelo conjunto das restrições que codificam as práticas sociolinguageiras, lembrando que tais restrições resultam das condições de produção e de interpretação (Circunstâncias de Discurso) do ato de linguagem. O *Contrato de comunicação* fornece um estatuto sociolinguageiro aos diferentes sujeitos da linguagem (2016, p. 60, grifos do autor).

Como o excerto acima demonstra, em todos os momentos estamos inseridos em um contrato de comunicação, e para ter êxito, é necessário que o sujeito utilize máscaras nessa *mise en scène* (ou encenação da linguagem), além de considerar os seguintes componentes da relação contratual: comunicacional, psicossocial e intencional. O primeiro elemento, segundo Charaudeau (2001), seria o quadro físico da situação interacional, isto é, se os parceiros estão presentes ou ausentes, e o canal empregado (gráfico ou oral); o segundo engloba características como “idade, sexo, categoria socio-profissional, posição hierárquica, relação de parentesco, fazer parte de uma instituição de caráter público ou privado, etc” (CHARAUDEAU, 2001, p. 31). E o terceiro, o intencional, compreende os conhecimentos que os parceiros têm acerca do outro, invocando saberes partilhados e, como o nome sugere, busca refletir sobre a intenção da informação, a forma que está sendo divulgada e a possível intenção de manipulação.

Tendo dito isso, outro aspecto importante a ser aludido é, que sob o olhar semiolinguístico, reputamos que há um duplo processo de semiotização do mundo (CHARAUDEAU, 2005): o processo de transformação, que basicamente parte da premissa de que há um mundo a significar, que é transformado em um mundo significado pelo sujeito falante; e o processo de transação, no qual esse sujeito interpretante (TUi) já se defronta diante de um mundo significado e, portanto, interpreta-o, de acordo com os seguintes princípios: alteridade, pertinência, influência e regulação, conforme observamos abaixo:

Figura 1: Princípios de transação

Princípio de alteridade	Princípio de pertinência	Princípio de influência	Princípio de regulação
Baseia-se no reconhecimento do outro e na diferenciação.	Diz respeito à apropriação dos atos de linguagem à finalidade e ao contexto.	O sujeito que produz um ato de linguagem tem como objetivo afetar seu parceiro, seja para motivá-lo a agir ou nortear seu pensamento.	Relaciona-se ao princípio de influência, pois o regula, a fim de que não haja confrontos. Consiste de estratégias utilizadas pelo sujeito com o intuito de garantir uma intercompreensão.

Criação nossa, a partir de Charaudeau (2005, p.15)

Ademais, dentro do princípio de influência, encontramos as estratégias de legitimação, credibilidade e captação. Dentro das estratégias de credibilidade, temos atitudes de neutralidade, distanciamento ou engajamento e, nas estratégias de captação, podemos ter atitudes de polêmica, sedução e dramatização. Parece oportuno lembrar ainda que o processo de transformação abarca quatro operações: a identificação, a qualificação, a ação e a causação (CHARAUDEAU, 2005). Tais categorias são definidas por Charaudeau (2005, p. 14, grifos do autor) do seguinte modo:

- (...) a *identificação*, pois é necessário apreender no mundo fenomênico os seres materiais ou ideais, reais ou imaginários, conceitualizá-los e nomeá-los para que se possa falar deles. Os seres do mundo são transformados em ‘identidades nominais’.
- a *qualificação*, pois estes seres têm propriedades, características que, a um só tempo, os discriminam, os especificam e motivam sua maneira de ser. Os seres do mundo são transformados em ‘identidades descritivas’.
 - a *ação*, pois estes seres agem ou sofrem a ação, inscrevendo-se em esquemas de ação conceitualizados que lhes conferem uma razão de ser, ao *fazer* alguma coisa. Os seres do mundo são transformados em ‘identidades narrativas’.
 - a *causação*, pois estes seres, com suas qualidades, agem ou sofrem a ação em razão de certos motivos (humanos ou não humanos), que os inscrevem numa cadeia de causalidade.

A rigor, isso significa, numa linguagem simples, que podemos associar a identificação ao uso de substantivos, a qualificação aos adjetivos, a ação aos verbos e advérbios e a causação aos modalizadores e operadores lógicos. Entretanto, quando partimos do princípio semiolinguístico, o emprego dessas categorias permite-nos um olhar que ultrapassa a questão gramatical e contempla a organização discursiva, dado que essas operações são representações languageiras de práticas sociais que integram determinados sujeitos, sejam individuais ou coletivos.

Antes de abordar especificamente o que são os imaginários socio-discursivos, convém situar que Charaudeau (2018) parte do conceito de representações sociais, da área da Psicologia Social, cujo maior representante atualmente é Serge Moscovici.

Sob esse viés, “o sujeito se constitui nas e pelas representações com fins de adaptação ao seu meio ambiente e de comunicação com o outro” (CHARAUDEAU, 2018, p. 195). Ou seja, essas representações fazem parte da vida em sociedade a tal ponto que é difícil percebê-las ou saber em que momento elas surgiram, mas o fato é que elas regem as práticas sociais concretas e, além do exposto, o indivíduo, por meio delas, interpreta o mundo que o rodeia e lhe confere significados.

Consoante Moscovici (2015), essas representações podem ocorrer entre duas pessoas ou dois grupos, a título de exemplificação, dado que onde houver intenções humanas, ali há representações.

Vale ainda ressaltar que elas não são estáticas: podem mudar no decorrer do tempo e novas representações também podem surgir. São simbólicas, visto que interpretam o real; ideológicas, porque atribuem valores e determinam nossas atitudes e conceituações, devido à percepção que o sujeito tem da realidade.

No que tange a sua estruturação, Charaudeau (2018) salienta que as representações sociais são constituídas por tipos de saberes, os quais não se configuram como classes abstratas, mas sim como “*maneiras de dizer* configuradas pela e dependentes da linguagem que ao mesmo tempo contribuem para sistemas de pensamento” (CHARAUDEAU, 2018, p. 197, grifo do autor).

Nesse encaminhamento, podemos sublinhar dois tipos de saberes: de conhecimento e de crença. O primeiro almeja o estabelecimento de uma verdade sobre os fenômenos que acontecem, oferecendo uma explicação que ultrapassa a subjetividade do sujeito.

Ainda no saber de conhecimento, é possível classificá-lo em saber científico e saber de experiência (CHARAUDEAU, 2017). A distinção consiste em que há uma teoria ligada ao saber científico, capaz de provar o que se diz, mediante postulados, instrumentos e procedimentos. Já o saber de experiência, embora proponha explicações sobre o mundo que nos cerca, não oferece meios de fundamentar o discurso.

Por outro lado, o saber de crença relaciona-se a julgamentos e avaliações realizadas pelo sujeito sobre o que ocorre no mundo. Logo, vincula-se aos valores que ele atribui, isto é, o seu olhar sobre os fenômenos e as ações; o saber provém desse sujeito, que realiza o julgamento. Em se tratando do tema, Charaudeau (2017) acrescenta que o saber de crença ocasiona outros tipos de saber: o de revelação e o de opinião.

O saber de revelação pressupõe uma verdade que é exterior ao sujeito, porém que não pode ser averiguada. Isto porque, geralmente, possui um caráter sagrado ou transcendental, que requer uma aderência completa do sujeito. A título de elucidação, as religiões com suas doutrinas reproduzem bastante esse tipo de saber, uma vez que partem sempre do pressuposto de que alguém teve uma iluminação e aquele dogma não aceita contestações. As ideologias também se associam a esse saber.

E o saber de opinião advém de um parecer realizado pelo sujeito, no que diz respeito a seu engajamento acerca dos fenômenos que acontecem. Todavia, diverge do saber de revelação porque não se constitui como um discurso absoluto, isto é, há inúmeras possibilidades de julgamentos, conforme as escolhas, apropriações e experiências do sujeito. Logo, tem uma função identitária.

Tendo isso em vista, Charaudeau (2017) postula que os imaginários advém dessa estrutura das representações sociais, levando-se em consideração que assim como elas permitem a construção acerca do mundo que nos cerca e dos seus fenômenos, por conseguinte, comportamentos, ocasionam “um processo de simbolização do mundo de ordem afetivo-racional através da intersubjetividade das relações humanas, e se deposita na memória coletiva” (CHARAUDEAU, 2017, p. 578). Desse modo, o semiolinguista francês corrobora que o imaginário traz consigo duas aplicabilidades: ao mesmo tempo em que fundamenta a ação, também permite que novos valores sejam criados.

Postas essas bases, Charaudeau (2017) explica que a distinção que faz em sua nomenclatura, ao utilizar o termo social, justifica-se porque as

práticas ocorrem em um domínio social. Ademais, convém mencionar que a acepção de imaginário social que Charaudeau (2018) depreende não é aquela usualmente trazida pelos dicionários como algo irreal ou inventado. Na realidade, o criador da Semiolinguística concebe que “o imaginário é efetivamente uma imagem da realidade, mas imagem que interpreta a realidade, que a faz entrar em um universo de significações” (CHARAUDEAU, 2018, p. 203).

Decorre daí que a expressão sociodiscursivo resulta do entendimento de que esses imaginários se materializam através dos discursos que estão presentes em diversos campos da sociedade, em um espaço de interdiscursividade, (CHARAUDEAU, 2018, p. 207) ou até mesmo mediante comportamentos, atividades coletivas ou na atribuição de valores a determinados objetos que são sustentados por uma racionalização discursiva.

Pelas considerações feitas, podemos agora lançar um olhar mais atento à capa da revista analisada com o intuito de identificar a presença desses imaginários sociodiscursivos na construção do discurso e os valores que estão subjacentes, além do papel de justificação da ação social e o processo de semiotização do mundo.

O processo de semiotização de mundo na capa da *ISTOÉ* e a presença dos imaginários sociodiscursivos

A capa em análise faz alusão a duas figuras públicas políticas em evidência: o atual presidente, Jair Bolsonaro, e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, popularmente conhecido como Lula.

Bolsonaro, que por meio da incitação ao ódio ao Partido dos Trabalhadores, conseguiu conquistar votos e vencer seu oponente em 2018, Fernando Haddad (candidato apoiado por Lula), representou para muitos uma oportunidade de mudança no país. Todavia, devido a seus discursos polêmicos, viu sua popularidade diminuindo.

Controvérsias à parte, o fato é que o presidente divulgou algumas políticas públicas para os mais pobres – não se sabe por quais motivações –, mas esse acontecimento bruto ocasionou a transformação pela revista *ISTOÉ* em um mundo significado, no qual a ótica do jornalista e dos demais envolvidos na produção da notícia é visivelmente parcial e engajada, conforme veremos a seguir.

Conforme podemos observar a seguir na capa em análise, houve toda uma escolha cautelosa não só da disposição e cor das imagens, mas também da cor das fontes do texto, das categorias linguísticas, semânticas etc. e da maneira como cada político é representado. No entanto, devido à extensão do trabalho, não seria possível lançar um olhar minucioso sobre todas as particularidades:

Figura 2: Capa da revista ISTOÉ



Revista *IstoÉ*, edição 9 de setembro de 2020, ano 43, nº 2643

Sendo assim, podemos observar a identificação quando a capa de revista declara o suposto desejo de Bolsonaro em ser Lula, sintetizando toda a manchete e o *lead* nesse propósito: na perspectiva do sujeito comunicante, as atitudes do atual presidente têm esse caráter de réplica e de autopromoção.

Dito em outras palavras, o sujeito comunicante postula a desqualificação de Bolsonaro frente ao Lula e revela que ele não conseguirá realizar

esse querer. Somam-se a isso as imagens utilizadas na capa da revista: a figura de Lula, embora esteja como sombra ao fundo, tem uma dimensão maior do que a de Bolsonaro, a qual aparece colorida.

Tal diagramação não é em vão e serve para reforçar a mensagem veiculada por essa mídia de que por mais que Bolsonaro esteja em destaque atualmente, o ex-presidente permeia o imaginário do povo brasileiro e possui um prestígio inigualável.

Dessa forma, ao adquirir essa revista, na esteira dos postulados de Hernandes (2006), o qual embora não pertença à Semiologia dialoga com essa teoria ao apontar os truques da mídia, existe uma diferença entre fato e acontecimento. Para o supracitado autor, o primeiro “é a manifestação de qualquer fenômeno que passou a ter significado para um ser humano” (HERNANDES, 2006, p. 23). Já o segundo consiste na apropriação que se faz de determinados acontecimentos, fazendo com que eles tenham visibilidade, ou seja, há uma escolha baseada em uma visão de mundo, de acordo com o valor argumentativo que se atribui a um acontecimento específico.

Em outros termos, no acontecimento ocorreu o processo de semiotização do mundo, no qual o sujeito o significa, de acordo com suas percepções. E a notícia, conforme vemos na *ISTOÉ*, traz essa hierarquização dos fatos, porém, baseada em uma determinada perspectiva e com o intuito de induzir o público a consumi-la. Para atingir seu objetivo, a notícia precisa atender a alguns critérios: ser inédita, apresentar improbabilidade, despertar o interesse, produzir empatia e ter proximidade.

Desse modo, percebemos que, na capa em análise, a improbabilidade permeia a manchete e o *lead*, quando o sujeito comunicante postula que Bolsonaro almeja ser Lula – algo totalmente inesperado e que serve, ao mesmo tempo, para captar a atenção do público, incitando a curiosidade.

Por outro lado, parece oportuno lembrar que Hernandes (2006, p. 23) pontua que a neutralidade não existe, pois “não é possível o acesso ao real sem um recorte ideológico”; o que há são estratégias para criar esse efeito de neutralidade e, no caso específico dessa revista, não houve a preocupação em omitir sua interpretação da realidade.

E a estratégia de captação (CHARAUDEAU, 2010) é acionada quando o sujeito não se encontra em uma relação de autoridade, logo necessita recorrer a estratégias que façam o parceiro de comunicação a se interessar e a crer naquilo que ele diz. Sob esse enfoque, o sujeito pode recorrer ao apelo à razão (persuasão) ou à emoção (sedução).

Dando prosseguimento à análise da capa da revista, além do processo de semiotização do mundo e dos truques empregados pela mídia, podemos atentar para a presença dos imaginários sociodiscursivos, os quais permeiam, principalmente, na escolha das imagens para representar os políticos.

Além disso, atribui uma suposta identidade nordestina a Bolsonaro, ironizando-o, e reforça o prestígio de Lula, o qual seria um representante autêntico dessa cultura, tendo em vista sua origem pernambucana e os programas sociais voltados para a população do Nordeste.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que há um contexto por trás da escolha das imagens com os chapéus de cangaceiro ou de couro. De acordo com Santos (2016), a utilização desse objeto configura-se como um componente icônico do cangaço, uma vez que reúne símbolos místicos e mágicos do movimento.

A título de esclarecimento, convém mencionar que o uso desse item com fins identitários deve-se à Virgulino Ferreira da Silva ou mais popularmente conhecido como Lampião, líder do movimento cangaceiro e que almejava que seu grupo fosse reconhecido através de suas vestimentas distintas, além de que estivessem protegidos no sertão e preparados para a batalha.

Sendo assim, longe de se disfarçarem, os cangaceiros se enfeitavam e onde chegavam eram reconhecidos pela indumentária. Era uma questão de identidade, posto não ser somente um jeito de vestir, e sim um modo de viver. E com o passar do tempo, tal acessório incorporou-se à cultura da região.

Na mesma linha de raciocínio, Chevalier e Gheerbrant (2019, p. 232) partilham da visão de que o chapéu é um símbolo de identificação e ainda concebem que “o papel desempenhado pelo chapéu parece corresponder ao da coroa, signo do poder, da soberania”, isto é, aquele que usa esse item assume uma responsabilidade.

Com este entendimento, voltando à capa da revista, a foto de Bolsonaro portando o chapéu de couro é desconstruída pelo gesto de arma realizado e pelo seu traje (um terno), os quais não corroboram com a construção do *ethos* de governante populista que intenta construir. Além desse ponto, há o título da manchete em caixa alta e em letras brancas (“Quero ser Lula”) ao lado do presidente, ou seja, o sujeito comunicante pretende dismantlar esse imaginário sociodiscursivo que Bolsonaro deseja mobilizar nos cidadãos.

Em contrapartida, temos Lula ao fundo, em uma proporção maior e em destaque, mesmo estando na cor cinza, como se fosse uma sombra que sempre irá intimidar o atual governante, e o qual servirá de motivos para um aparente desprezo e, ao mesmo tempo, inspiração, segundo a ótica do produtor dessa notícia.

Merece atenção a escolha cuidadosa da imagem de Lula, a qual reflete um semblante de ternura e credibilidade de um líder que se importa com os necessitados, contrapondo-se à de Bolsonaro, que tem legitimidade, mas na visão da *ISTOÉ*, precisa construir sua credibilidade com a parcela mais humilde da população, a fim de permanecer no poder.

Gostaríamos de acrescentar também que, em consonância com Hernandes (2006), a fotografia está associada ao gerenciamento do nível de atenção, portanto contribui na construção dos sentidos, conforme notamos nessa edição da *ISTOÉ*. Nesse sentido, o potencial leitor da revista é atraído pelo contraste na capa entre Bolsonaro e Lula, o qual arrebatava e sustenta a atenção, direcionando-o para o texto verbal.

Ademais, a fotografia “tem um papel de servir de prova ao que se reporta, de parecer mostrar fragmentos de uma realidade inquestionável” (HERNANDES, 2006, p.216) e, também, disseminar o teor das ideias contidas na reportagem. Desse modo, mais uma vez, as imagens que aparecem representam os imaginários sociodiscursivos implícitos no sujeito comunicante. E, em diálogo com Rebello (2017), frisamos que as imagens não são elementos meramente ilustrativos.

Para entendermos um pouco mais os imaginários mobilizados nas fotografias apresentadas, é essencial voltarmos no tempo e contextualizarmos o percurso de Bolsonaro em sua candidatura. Em 2018, após rejeição no Nordeste no primeiro turno das eleições, o presidencialista buscou conquistar essa região e apareceu em uma coletiva de imprensa com um chapéu de couro.

Cabe salientar que o candidato não chegou a visitar a região nordestina. Já o seu oponente, Fernando Haddad, apoiado por Lula, não somente utilizou esse objeto como também teve a participação de nordestinos em seu programa eleitoral, apoiando-o, e visitou o município de Caetés (PE), a terra natal do ex-presidente Lula.

Em junho de 2020, Bolsonaro inaugurou a obra de transposição do rio São Francisco, a qual se iniciou no governo de seu adversário, Lula, e após isso tem realizado inúmeras viagens ao Nordeste. Entretanto, para os

críticos do governo – como depreendemos na capa da revista e na reportagem elaboradas pelo(s) produtor (es) da notícia –, tal interesse não é aleatório e constitui um *marketing* político, com o fito de ludibriar especialmente os cidadãos nordestinos.

Outro aspecto a ser levado em conta que reforça os imaginários sociodiscursivos do sujeito comunicante é a contribuição do tratamento da cor para aumentar ou diminuir a credibilidade da informação, em concordância com Guimarães (2003). Nesse contexto, citamos a aplicação de ações empregadas pela mídia de forma intencional: a neutralização e a sonegação. Consoante o jornalista, o primeiro procedimento consiste no seguinte princípio: se as informações forem iguais, assim será o tratamento recebido; porém, se elas forem distintas, o tratamento gráfico será dessemelhante.

Voltando à capa da revista, verificamos que as fotografias de Lula e Bolsonaro não possuem a mesma abordagem, ou seja, as imagens não são meramente ilustrativas (REBELLO, 2017), e a significação espacial corrobora isso. Logo, é importante assinalarmos que quem determina o grau de importância da informação apresentada é o produtor da notícia, mediante o seu olhar. Nesta reflexão, postulamos que houve uma depreciação do atual governante.

Dando prosseguimento, a sonegação, uma ação de maior gravidade, ocorre quando há uma supressão da cor de forma intencional e seu intuito pode ser “valorizar formas, texturas, profundidade de campo, contraste etc., que muitas vezes são encobertas pelo colorido” (GUIMARÃES, 2003, p. 113). Dito de outro modo, é uma técnica de manipulação. Partindo dessa constatação, depreendemos que houve na capa da *ISTOÉ* um enaltecimento à figura do ex-presidente, por meio dessa técnica de sonegação.

Tendo dito isso, embora ainda haja muitos elementos que poderiam ser analisados, ressaltamos que não é possível dar conta de todos eles em apenas um artigo.

Considerações finais

Com base no que foi abordado, podemos concluir que a edição da *ISTOÉ* analisada utilizou-se de estratégias de gerenciamento de atenção comumente empregadas pela mídia (HERNANDES, 2006), porém,

o objetivo do sujeito comunicante foi o de transmitir o acontecimento segundo seu viés ideológico.

Por conseguinte, o leitor potencial pode aderir ou não à visão postulada pelo sujeito comunicante, sendo atraído ou afastado pelo conteúdo enunciado na capa da revista. Como examinamos na edição em questão, ficou nítida a intenção em depreciar o ethos do atual presidente e enaltecer o ex-presidente petista, através da mobilização dos imaginários sociodiscursivos.

Desse modo, longe de generalizarmos, constatamos que em muitas ocasiões as revistas pretendem propagar uma imagem de neutralidade, que não condiz com a realidade quando lançamos um olhar minucioso, levando em conta a Semiinguística (CHARAUDEAU, 2016) e uma avaliação dos truques aplicados pela mídia.

Referências

- CHARAUDEAU, P. *O discurso político*. São Paulo: Contexto, 2018.
- CHARAUDEAU, P. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Trad. André Luiz Silva, Rafael Magalhães Angrisano. In: *Entrepalavras*. Fortaleza, v. 7, p.571-591, jan./jun. 2017.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHARAUDEAU, P. Um modelo sócio-comunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização”. In: STAFUZZA, G.; PAULA, L. de (Orgs.). *Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil*. Edufu, Uberlândia, 2010. Disponível em: < <http://www.patrick-charaudeau.com/Um-modelo-socio-comunicacional-do.html> >. Acesso em: 2 out. 2020.
- CHARAUDEAU, P. Uma análise semiinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27.
- CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et al. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE / UFMG, 2001, p.23-37.

- CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Tradução Vera da Costa e Silva [et al]. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019.
- GUIMARÃES, L. *As cores na mídia: a organização da cor-informação no jornalismo*. São Paulo: Annablume, 2003.
- HERNANDES, N. *A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- MOSCOVICI, S. Do mundo a significar ao mundo significado: estratégias linguísticas e discursivas na construção do(s) sentido(s) de capa de revista. In: FERES, B.; MONNERAT, R. (org.). *Análises de um mundo significado: a visão semiolinguística do discurso*. Série Ensaio, v. 39. Niterói: EDUFF, 2017. p. 67-88.
- SANTOS, A. L. S. O irredentismo no nordeste demonstrado no chapéu do cangaceiro. *Congresso Sergipano de História*, Aracaju/SE, ed. 5, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.se.anpuh.org/resources/anais/53/1486558951_ARQUIVO_OIRREDENTISMONONORDESTEDEMONSTRADONOCAPAUOCANGACEIRO.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

Créditos da imagem

REVISTA *ISTOÉ*. Quero ser Lula. Edição 9 de setembro de 2020, ano 43, n. 2643.

QUANDO OS GUERREIROS ORAM: A IDENTIDADE MILITAR SOB A PERSPECTIVA SEMIOLINGUÍSTICA

Luciana Cavalcante Matos de Mello¹

Considerações iniciais

A guerra constitui um ambiente adverso que demanda preparo e tomada de decisões rápidas. A fim de obter êxito nesse cenário, todo cidadão, ao ingressar no Exército Brasileiro (EB), passa por um período de formação (básica e específica), momento em que terá a oportunidade de adaptar-se à vida na caserna e de aprender noções essenciais ao combate. Entretanto, a instituição possibilita a seus integrantes, por meio de cursos de especialização, aprimoramento de seus conhecimentos e suas habilidades operacionais. Dentre os cursos operacionais oferecidos pelo EB, podemos citar: Guerra na Selva, Caatinga, Montanha, Paraquedismo, Comandos, entre outros.

Cada curso possui seus símbolos próprios, que marcam a identidade dos militares que o realizam. Esses símbolos materializam-se nos uniformes (com suas peças e brevês), nas suas canções e orações, formando a mística desses cursos e, conseqüentemente, definindo uma identidade coletiva.

O presente artigo tem por objetivo, então, verificar a construção do *ethos* militar, sob a perspectiva Semiolinguística, a partir da análise das

1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob orientação da Professora Doutora Rosane Santos Mauro Monnerat. Professora da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

orações próprias de cada curso operacional do Exército Brasileiro (EB). O *corpus* desta pesquisa é constituído por duas peças dos seguintes cursos: Guerra na Selva e Caatinga.

Pressupostos teóricos

Para proceder à análise proposta, recorreu-se, prioritariamente, aos pressupostos da Teoria Semiociuística de Análise do Discurso. Nela, propõe-se a integração de aspectos linguísticos e de fenômenos relacionados à situação de comunicação. Dentre as noções dessa teoria, optamos por destacar três: o contrato de comunicação, o duplo processo de semiotização do mundo e a perspectiva de *ethos* na Semiociuística.

O termo contrato (CHARAUDEAU, 2014, p. 56), oriundo do domínio jurídico, é trazido à teoria Semiociuística como uma de suas noções centrais. O contrato de comunicação baseia-se em dois pilares: o das restrições e o das estratégias.

O primeiro pilar, o das restrições, nos permite entender e agir em conformidade com o que se espera em determinada situação comunicativa, correspondendo à parcela do contrato que precisa ser satisfeita. É o que nos possibilita reconhecer o que é uma oração, por exemplo. Também é esse pilar que nos permite identificar o que é uma oração própria desse domínio discursivo militar dos cursos operacionais.

O segundo pilar, por sua vez, traz à tona a individualidade (ou “coletividade”) daquele que enuncia. É o que confere ao sujeito comunicante a possibilidade de imprimir sua marca no enunciado, trazendo as peculiaridades de sua área de atuação e revelando sua intencionalidade.

A segunda noção da Semiociuística que gostaríamos de salientar nessa pesquisa diz respeito à forma como a realidade (mundo a significar) é transformada no real (mundo significado) (CHARAUDEAU, 2017). Será preciso que o enunciatador considere um duplo processo de semiotização do mundo: o de transação e o de transformação (CHARAUDEAU, 2015), cada um com seus princípios.

O primeiro deles, o processo de transação, lida com quatro princípios: a alteridade, o outro a quem o projeto é direcionado; a pertinência, o que é apropriado à finalidade da situação de comunicação; a influência, a intencionalidade do projeto e o resultado esperado; e a regulação, a manutenção do projeto.

O segundo processo, de transformação, compreende as seguintes operações: a identificação, a nomeação de um objeto; a qualificação, a apresentação das características do objeto nomeado; a ação, a apresentação das ações realizadas ou sofridas pelo objeto; e a causação, a exposição dos motivos pelos quais o objeto realiza ou sofre determinada ação. Esse processo é regido pelo anterior na medida em que é a partir da relação com o outro que as escolhas do processo de transformação são realizadas.

A terceira noção que abordaremos diz respeito ao *ethos*. O estudo sistemático dessa noção teve início com o filósofo Aristóteles que propôs três tipos de provas de persuasão: o *logos*, o *ethos* e o *pathos*. O *logos*, ligado ao domínio da razão, corresponde àquilo que é demonstrado no discurso, por meio da argumentação. O *ethos* e o *pathos*, por sua vez, ligados ao domínio da emoção, direcionam-se, respectivamente, ao orador (na promoção de si no discurso) e ao auditório (despertando empatia e identificação).

Charaudeau (2015) retoma esse conceito na Teoria Semiinguística. O teórico ressalta a existência de três posicionamentos em relação à noção de *ethos*. O primeiro posicionamento, partilhado pelos retóricos da Idade Clássica, propõe o *ethos* como um dado preexistente ao discurso, sendo, por isso, chamado de *ethos* prévio ou pré-discursivo, centrado na figura do sujeito comunicante, ser social. O segundo posicionamento, do qual partilham Aristóteles e os analistas do discurso, apresenta o *ethos* como uma construção discursiva (*ethos* discursivo), centrado no sujeito enunciatore, portanto, desconsidera a opinião prévia do ser social. Essa concepção discursiva pode ser percebida em:

Persuade-se pelo carácter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas, sobretudo, nas de que não há conhecimento exato e que deixam margem para dúvida. É, porém, necessário que **esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o carácter do orador** (ARISTÓTELES, 2005, p. 96, grifo nosso)

O terceiro posicionamento, por sua vez, corresponde ao entendimento dessa noção na Teoria Semiinguística, que postula que as

“identidades discursiva e social fusionam-se no *ethos*” (CHARAUDEAU, 2015, p. 116). Segundo Charaudeau,

[...] para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso - o que ele sabe a priori do locutor - e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem. [...] O sentido veiculado por nossas palavras depende ao mesmo tempo daquilo que somos e daquilo que dizemos (CHARAUDEAU, 2015, p. 115).

Esse posicionamento nos permite entender que, antes que o discurso seja proferido, um *ethos* prévio do orador é construído e esse *ethos* poderá ser ratificado, ou não, no discurso. No que concerne aos guerreiros, o conhecimento das dificuldades envolvidas, tanto na preparação para um curso operacional, como em sua realização, possibilita ao sujeito interpretante construir uma imagem do sujeito comunicante anterior ao discurso, confirmando a noção de um *ethos* prévio. O conhecimento *a priori* que se tenha sobre o ser social que profere um dado enunciado traz essa percepção de um *ethos* pré-discursivo.

Maingueneau (2013) ressalta que a construção do *ethos* não está sob o total controle do sujeito comunicante/enunciador e destaca duas facetas dessa noção: o *ethos* visado, que corresponde à imagem de si que o locutor deseja passar, revelando sua intencionalidade; e o *ethos* produzido, a imagem que o interlocutor efetivamente constrói, muitas vezes distinta à esperada.

Charaudeau postula, ainda, que a construção do *ethos* envolve aspectos verbais e não verbais:

Não se pode dizer que existam marcas específicas do *ethos*. Tanto pelos diversos tipos de comportamento do sujeito (o tom da voz, os gestos e as maneiras de falar) quanto pelo conteúdo de suas propostas, ele mais transparece do que aparece. Não se pode separar o *ethos* das ideias, pois a maneira de apresentá-las tem o poder de construir imagens (CHARAUDEAU, 2014, p. 118).

O autor nos apresenta, ainda, duas categorias de *ethé*: a de credibilidade (*ethé* de sério, de virtude e de competência), construída mediante um

discurso ligado à razão; e a de identificação (*ethé* de potência, de caráter, de inteligência, de humanidade, de chefe e de solidariedade), voltada para o discurso do afeto. No quadro seguinte, elegemos alguns tipos de *ethé* de cada uma dessas categorias, conforme apresentados por Charaudeau (2015).

Quadro 01

Categories de <i>ethé</i>	Tipos de <i>ethé</i>	Índices verbais	Índices não verbais
<i>Ethé</i> de credibilidade	de sério	“[...] um tom firme e comedido, sem muitos efeitos oratórios [...]; uma escolha de palavras e de construções simples, apropriadas, uma elocução continuamente serena.”	“[...] certa rigidez na postura do corpo, uma expressão raramente sorridente na face [...] Índices comportamentais que revelam capacidade de autocontrole [...]”
	de competência	Mostrar que possui conhecimento profundo em sua área de atuação e que dispõe dos meios para obter resultados positivos – “saber e habilidade.” (p.125)	Índices comportamentais que expressem convicção sobre o tema tratado. Pouca ou nenhuma hesitação no falar.
<i>Ethé</i> de identificação	de potência	“Mostra-se que é ativo, presente em todas as frentes, mas de maneira coordenada, quase militar ou esportiva [...]” (p. 138)	Energia física, determinação em agir.
	de caráter	“A vituperação que brada, critica e indigna-se ao exprimir-se aos ‘berros’.” (p. 140)	“[...] um julgamento da mente que tem necessidade de ser expresso com força.” (p. 140)

Tipos de *ethé*

Outro postulado da Semiologia em relação à noção de *ethos* diz respeito a sua aplicabilidade, tanto a um indivíduo, quanto a um grupo social.

Na medida em que o *ethos* está relacionado à percepção das representações sociais que tendem a essencializar essa visão, ele pode dizer respeito tanto a indivíduos quanto a grupos. Em último caso, os grupos julgam os outros grupos com base em um traço de sua identidade. Em decorrência de sua filiação, os indivíduos do grupo partilham com os outros membros desse mesmo grupo caracteres similares, que, quando

vistos de fora, causam a impressão de que esse grupo representa uma identidade homogênea. Uma vez mais, ele é reduzido à sua essência por um olhar exterior, fato que engendra estereótipos [...] (CHARAUDEAU, 2015, p. 117).

Esse entendimento de que a noção de *ethos* pode referir-se a um grupo de indivíduos nos permite propor um *ethos* militar a partir da análise das orações do *corpus* desta pesquisa.

Mello (2016) faz a associação desse *ethos* coletivo ao conceito de “espírito das Armas”, proposto por Castro (2004). Para Castro, o “espírito das Armas” aponta para marcas identitárias de cada Arma do Exército Brasileiro, destacando que essa identidade coletiva partilha “[...] regras de conduta mais ou menos obrigatórias e um estoque de símbolos comuns (emblemas, canções, motes, patrono etc.)” (CASTRO, 2004, p. 59). Assim como Castro, Woodward (2000, p. 8) também ressalta o papel dos sistemas simbólicos na delimitação de uma identidade. As orações constitutivas do presente *corpus* são um exemplo de símbolo comum de uma certa tropa, que define o *ethos* coletivo daqueles que integram determinado curso operacional do EB.

O espírito das Armas, conforme cita Castro (2004), está atrelado à função exercida no combate. Isso nos remete ao que afirma Smith (1996) sobre a importância da divisão do trabalho como uma forma de implementar a produtividade. O autor afirma que

o maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho (SMITH, 1996, p. 65).

Da mesma forma que no âmbito industrial, há essa necessidade de que um indivíduo se especialize para tornar-se mais produtivo, nos demais setores da atividade humana, essa divisão do trabalho também traz benefícios. No Exército Brasileiro, um alto grau de especialização irá refletir no poder de combate da instituição. Para atingir tal objetivo, o EB oferece a seus integrantes a possibilidade de realização de cursos de especialização que propiciam aos militares o aprimoramento de seus conhecimentos em determinada área de atuação operacional.

Veremos a seguir como essa divisão do trabalho, no âmbito dos cursos operacionais, promove a construção da identidade de seus integrantes em um de seus símbolos: a oração do curso.

Análise

No presente trabalho, optou-se por analisar a oração de dois cursos operacionais: a Oração do Guerreiro de Selva e a Oração da Caatinga.

O contrato dessas orações caracteriza-se por sobrepor dois contratos: o contrato religioso e o contrato militar. Tais orações apresentam certas características recorrentes. Dentre essas características, destacamos seu endereçamento e sua finalidade.

No contrato religioso, com relação ao endereçamento, o emprego do vocativo *Senhor*, ao início das orações, revela o sujeito a quem o projeto de comunicação é direcionado, um sujeito interpretante/destinatário que ocupa uma posição de autoridade em relação ao sujeito comunicante/enunciador.

No que tange sua finalidade, o contrato religioso promove a ligação do ser humano a Deus, podendo manifestar-se por meio de súplicas, louvores e agradecimentos. Em seu contrato militar, nota-se que as orações dos guerreiros são expressas por meio de frases curtas e simples, talvez pela forma como são realizadas. Na situação de comunicação desse projeto, um militar conduz a oração, proferindo-a de forma firme, como em brados, tendo cada uma de suas frases repetida, de igual forma, pelo restante da tropa. Essas características constituem algumas das restrições desse contrato comunicativo.

Percebe-se, ainda, que, além de direcionada ao *Senhor*, essas orações visam outros sujeitos interpretantes/destinatários. Pensando no processo de transação, mais especificamente no princípio de influência, a própria tropa que profere a oração e aqueles que porventura a ouçam, em alguma solenidade militar, parecem configurar-se também como sujeitos interpretantes/destinatários.

Nesse contrato militar, as orações atuam na construção da identidade desses guerreiros e na motivação para a realização do curso, revelando, assim, a intencionalidade do projeto e sua visada.

Na fusão desses dois contratos – religioso e militar – o *ethos* desses guerreiros nos é apresentado, tanto por meio de índices verbais quanto não verbais.

Considerando os índices não verbais do contrato, a postura firme ao proferir as orações, em forma de brados, parece transparecer duas categorias relacionadas à noção de *ethos*: a categoria de credibilidade e a categoria de identificação; conjugando, ao mesmo tempo, aspectos ligados à razão e ao afeto. Constrói-se um *ethos* coletivo de sério, de competente, de potência e de caráter.

O conhecimento de tudo o que envolve o preparo para ingressar em um determinado curso operacional e, também, o esforço a ser despendido para realizá-lo já atuam na construção de um *ethos* prévio de seus integrantes.

Nessa construção identitária, Perelman e Olbrechts-Tyteca destacam que:

[...] os indivíduos influem sobre a imagem que temos dos grupos aos quais pertencem e, inversamente, o que achamos do grupo nos predispõe a certa imagem daqueles que dele fazem parte [...]. O valor de um indivíduo reflete sobre o grupo [...] (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 366).

Além desses aspectos gerais das orações ora analisadas, vejamos as particularidades e as estratégias adotadas em cada peça desse contrato de comunicação.

A primeira oração a ser analisada é a Oração do Guerreiro de Selva. Os militares que optam por realizar o Curso de Operações na Selva (COS) passam por um período de dezesseis semanas de instrução no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), localizado na cidade de Manaus, no estado do Amazonas. Anterior a esse período, sabe-se que o candidato terá que se preparar, física e intelectualmente, a fim de obter êxito nos exames de ingresso e ser bem-sucedido no curso.

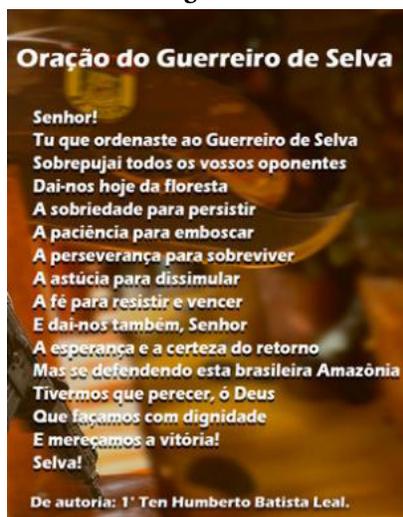
Na página do CIGS, encontramos a missão síntese desse curso: “Especializar Militares para o Combate na Selva, realizando Pesquisas e Experimentações Doutrinárias para a Defesa e Proteção da Amazônia Brasileira” (EXÉRCITO BRASILEIRO, [199-?]).

Ainda nessa página, é possível conhecer os símbolos que marcam o pertencimento a esse grupo social: o brevê de Guerra na Selva; o distintivo de gorro; o chapéu de Selva Bandeirante; o tapiri da Mística; a onça pintada; a canção do CIGS; a oração do Guerreiro de Selva; as leis da Guerra na Selva e o facão do Guerreiro de Selva (EXÉRCITO BRASILEIRO, [200-?]).

Esses símbolos ratificam o postulado de Castro de que o espírito militar conjuga “[...] regras de conduta mais ou menos obrigatórias e um estoque de símbolos comuns (emblemas, canções, motes, patrono etc.) (CASTRO, 2004)”.

Sendo a oração um dos símbolos do Curso de Guerra na Selva e, conseqüentemente, daqueles que enveredam em sua realização, vejamos a referida prece:

Figura 1



Oração do Guerreiro de Selva

Inicialmente, é interessante mencionar que a Oração dos Guerreiros de Selva traz, em seus dois primeiros versos, duas importantes questões. A primeira delas é a missão desses guerreiros: “sobrepujai todos os vossos oponentes”. O objetivo do soldado consiste em obter êxito no campo de batalha, vencendo a guerra. Através do emprego do signo *todos*, intensifica-se o sentido daqueles que esses combatentes terão que vencer, salientando o grau de dificuldade do que lhes é devido fazer. E a segunda questão é a de que tal missão, trazida à oração por meio do discurso relatado, constitui uma ordem divina, conferindo uma valoração positiva ao papel desses soldados.

Na semiotização do mundo, em seu princípio de transformação, os guerreiros pedem alguns atributos que cooperam para a construção de sua identidade coletiva: sobriedade, paciência, perseverança, astúcia, fé e

esperança. Desvinculados do domínio discursivo militar, esses signos, próprios da nomeação, poderiam ser associados a qualquer oração de cunho estritamente religioso. Poderia ser uma prece de alguém que almeja ser um indivíduo melhor, visto que as escolhas lexicais trazem um sentido positivo, de acordo com as representações que circulam em nossa sociedade.

O processo de transação, que leva em conta o outro a quem o projeto é direcionado (princípio da alteridade), rege as escolhas do processo de transformação. Considerando apenas seu vocativo, “Senhor”, novamente teríamos uma percepção de similaridade entre esta prece e as demais fora da situação comunicativa ora analisada.

Entretanto, há certas características linguísticas e discursivas que situam a Oração do Guerreiro de Selva em seu domínio, promovendo uma junção ou sobreposição de dois contratos: o religioso e o militar, conforme já mencionado. Retornando ao processo de transformação, pode-se dizer que, se a nomeação faz com que a Oração dos guerreiros de Selva assemelhe-se a qualquer outra oração (contrato religioso), a causação, porém, revela sua aplicação ao combate (contrato militar), conforme: “a paciência **para emboscar**”, “a astúcia **para dissimular**” etc. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 1982, grifo nosso). A nomeação atrelada à causação funde esses dois contratos e atua na construção do *ethos* coletivo dos integrantes desse grupo social, trazendo, na discursividade, o que Charaudeau define como marcas verbais do *ethos* de competência: “saber e habilidade” (CHARAUDEAU, 2015, p. 125).

Ainda nesse processo de transformação, a escolha dos verbos apresenta uma síntese do combate: persistir, emboscar, sobreviver, resistir, vencer, defender, perecer etc. Não poderíamos deixar de mencionar que os guerreiros não descartam a possibilidade da morte (“tivermos que perecer, ó Deus”), mas a colocam como um meio de obtenção da vitória: “ façamos com dignidade e mereçamos a vitória” (EXÉRCITO BRASILEIRO, 1982), apontando para o *ethos* de caráter.

É interessante mencionar, ainda, que a oração é encerrada com um brado característico: *Selva*. Esse brado constitui uma saudação – juntamente com a continência – adotada nas unidades militares da Amazônia, uma marca daqueles que servem nessa região, situando a oração à área de atuação desses combatentes.

A segunda oração a ser analisada é a proferida no Curso de Operações na Caatinga. Em reportagem veiculada pelo G1, é possível conhecer um pouco das exigências àqueles que se enveredam na realização desse curso:

Força física e muito controle mental. Em meio à rica fauna e flora da Caatinga brasileira, há apenas uma tropa do exército do Brasil que está especializada para agir. São os militares do Batalhão da Caatinga que aprendem técnicas de sobrevivência para resistir ao ambiente árido e muitas vezes extremo do sertão pernambucano (DA GENTE, 2019).

O Centro de Instrução de Operações na Caatinga (CIOpC), localizado em Petrolina, no estado de Pernambuco, é a unidade militar responsável por ministrar o *Estágio de Adaptação e Operações na Caatinga*, com duração de duas semanas. Vejamos, a seguir, a oração dos combatentes de caatinga.

Figura 2

Senhor!
Vós que fostes sábio ao criar os rios e os mares
Pareceis ter esquecido do nosso sertão
Vós que destes aos homens
A terra para dela tudo tirar
Não nos destes a mesma sorte
Porém hoje, oh Deus
Vejo quão generoso fostes
A nós GUERREIROS DE CAATINGA
Deste-nos a resistência ao Sol
A sapiência para da natureza tudo aproveitar
A força de vontade para continuar a lutar
E ante o inimigo jamais recuar
Obrigado, Senhor Deus,
Porque criastes um ambiente
Onde um ser humano comum não possa sobreviver
Pois só os perseverantes
E os fortes de espírito
Aqui conseguem lutar.

Brasil

CAATINGA...

Oração da Caatinga

A semiotização do mundo nessa oração estabelece um paralelo entre dois seres que são nomeados como: *homens* ou *ser humano comum* e *guerreiros de caatinga*. A identidade do combatente de caatinga é construída na oposição ao outro (alteridade), ou seja, diz-se que ele não é um ser humano comum.

Nota-se a adoção do par opositivo *sorte/não sorte* (verso cinco) para definir a realidade desses dois seres. A parcela da não sorte, atribuída aos guerreiros de caatinga, é apresentada, inicialmente, como algo negativo, pois impõe dificuldades. Entretanto, posteriormente, essa realidade é apresentada como uma *generosidade de Deus* (verso sete), pois atua na forja da identidade desses combatentes.

O processo de transformação apresenta os atributos desses guerreiros: sapiência, força de vontade, resistência ao sol, perseverantes, fortes de espírito etc. Por meio da operação de qualificação, constrói-se um *ethos* coletivo que conjuga as categorias de credibilidade, trazendo o aspecto da competência desses soldados; e de identificação, revelando também potência.

No trecho final da oração, uma nova oposição é apresentada em relação aos seres nela nomeados. A oposição *sorte/não sorte* cede lugar às expressões *não possa sobreviver/conseguem lutar*, respectivamente. Novamente há a fusão dos *ethé* de credibilidade (*ethos* de competência) e identificação (*ethos* de potência) na construção da identidade do combatente de caatinga. Os guerreiros são colocados em um patamar superior por serem capazes de atuar e obter êxito – “saber e habilidade” (CHARAUDEAU, 2015, p. 125) – em um local com escassez de recursos.

Nessa oração, os guerreiros não fazem súplicas, mas expressam gratidão por aquilo que receberam. Por serem gratos por algo que os demais homens não seriam, em face das adversidades enfrentadas, constrói-se um *ethos* de caráter. Embora a oração seja construída, expressando gratidão (contrato religioso), implicitamente nota-se um enaltecimento da figura do guerreiro de caatinga (contrato militar). Constrói-se uma identidade coletiva na qual tais guerreiros são apresentados como seres capazes de sobrepujar obstáculos.

O encerramento da oração traz dois signos de relevância no contrato militar da oração: *Brasil* – a pátria a qual os guerreiros juram defender – e *Caatinga*, a localidade na qual se especializam.

Considerações finais

A partir da análise das orações de cada curso de especialização operacional do Exército Brasileiro (EB), é possível verificar a construção

do *ethos* coletivo de seus integrantes. No presente trabalho, optou-se por analisar duas dessas peças: a Oração dos Guerreiros de Selva e a Oração da Caatinga.

Nota-se uma sobreposição de dois contratos nessas orações: o religioso e o militar. Embora o vocativo *Senhor* pareça indicar um sujeito interpretante/destinatário único (contrato religioso), a oração parece também ser direcionada aos próprios guerreiros (contrato militar), promovendo a construção de uma identidade. As orações atuam como um fator motivador em ambientes geográficos muito desgastantes e de recursos escassos, tanto durante a realização do curso, quanto nas futuras missões a serem desempenhadas por esses soldados.

Quando os guerreiros oram, uma identidade coletiva é construída, tanto pelo conhecimento prévio que temos dos que se enveredam na realização de um determinado curso operacional (*ethos* prévio), fruto dos desafios e da mística desses cursos; quanto pela manifestação discursiva (*ethos* discursivo) dessas preces, propondo uma identidade que conjuga os *ethé* de credibilidade (sério e competência) e de identificação (potência e caráter). Como afirma Charaudeau, “identidades discursiva e social fusionam-se no *ethos*”, pois o sentido veiculado por nossas palavras depende ao mesmo tempo daquilo que somos e daquilo que dizemos (CHARAUDEAU, 2015, p. 115-116).

Referências

- ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- CASTRO, C. *O espírito militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CHARAUDEAU, P. Les stéréotypes, c'est bien, les imaginaires, c'est mieux. In: BOYER, H. (Org). *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnement sordinaire set mises en scène*. Paris: L'Harmattan, 2017, p. 49-63.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2015.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2014.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. *Página da 1ª Brigada de Infantaria de Selva*. Disponível em: http://www.1bdainfsl.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=450. Acesso em: 12 set. 2020.

- EXÉRCITO BRASILEIRO. *Página do 12º Batalhão de Infantaria Motorizado*. [199_?]. Disponível em: <http://72bimtz.blogspot.com/p/ciopc.html>. Acesso em: 16 set. 2020.
- MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso*. São Paulo: Contexto, 2013.
- MELLO, L. C. M. *A construção da identidade militar nas alocações*. 2016. 149 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- DA GENTE, T. Exemplo de Superação: militares do Batalhão da Caatinga aprendem como encarar os perigos do Sertão. *GI*. 09 ago. 2019. Disponível em: <<https://gi.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/2019/08/09/exemplo-de-superacao-militares-do-batalhao-da-caatinga-aprendem-como-encarar-os-perigos-do-sertao.ghml>> Acesso em: set. 2020.
- SMITH, A. *A riqueza das nações*: Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T.; HALL, S.; WOODWARD, K. (Orgs.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Créditos das imagens

- Quadro 1:** CHARAUDEAU, P. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 120. Adaptado.
- Figura 1:** EXÉRCITO BRASILEIRO. *Oração do Guerreiro de Selva*. 1982. Disponível em: <http://www.cigs.eb.mil.br/simbolos.html>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- Figura 2:** EXÉRCITO BRASILEIRO. *Oração da Caatinga*. [200_?]. Disponível em: <http://72bimtz.blogspot.com/p/cancoes.html>. Acesso em: 17 nov. 2020.

COMBATENTES E HEROÍNAS: UMA ANÁLISE SEMIOLINGÜÍSTICA DO *ETHOS* FEMININO DAS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO *FRONT* DA PANDEMIA DA COVID-19 SOB O OLHAR DAS REVISTAS *CLAUDIA* E *MARIE CLAIRE*

Alessandro Alves dos Santos¹

Rosane Monnerat²

Considerações iniciais

A devastadora pandemia do coronavírus (ou COVID-19), cujo primeiro caso ocorreu em Wuhan, na China, em dezembro de 2019, veio para abalar o mundo em todas as suas certezas, fazendo-o quase parar. Diante de um ser microscópico desconhecido, invisível e letal, como ter coragem para lidar com esse mal e seguir em frente em dias tão difíceis?

Certamente, podemos ter, como claro exemplo de bravura e de enfrentamento perante a peste que ainda nos assola, a figura dos profissionais de saúde, que, mesmo não sabendo da dimensão total de sua gravidade, não hesitaram em arriscar a própria vida ao se colocarem a serviço para salvar vidas desconhecidas. Dentre tais trabalhadores, destacaram-se (e ainda se destacam) muitas mulheres - concebidas, pela sociedade, como o “sexo frágil” -, que se têm empenhado como verdadeiras

1 Mestrando em Estudos de Linguagem pela UFF, sob a orientação da Prof^a Dr^a Rosane S. M. Monnerat.

2 Doutora em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professora Titular da Universidade Federal Fluminense (UFF).

guerreiras para salvar o maior número possível de pessoas dos males provocados pela COVID-19.

As tradicionais revistas brasileiras *Claudia* e *Marie Claire*, voltadas para o público feminino, conhecidas, historicamente, pelo reforço contumaz dos estereótipos femininos da beleza, da vaidade e da sedução, lançaram, recentemente, por conta da pandemia, edições que enaltecem as mulheres que estão na linha de frente dos hospitais, figurando-as, nesse contexto, como símbolos de coragem, de resistência e de resiliência. Nesse sentido, como proposta de trabalho, tendo como aporte teórico a *Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso*, de Patrick Charaudeau (2008, 2016, 2017) e a noção de *ethos discursivo* postulada pelo mesmo pesquisador (2018), intentamos analisar duas dessas capas, uma de *Claudia*, publicada em maio de 2020, e outra de *Marie Claire*, em sua versão latino-americana, que circulou em abril do mesmo ano, que representaram, como protagonistas de capa, mulheres profissionais de saúde como corajosas e destemidas, atuantes no *front* dos hospitais, no fito de entendermos como essas imagens femininas foram construídas pelo corpo editorial das publicações mencionadas.

A Análise Semiolinguística do Discurso – uma breve exposição

A *Análise Semiolinguística do Discurso*, criada por Patrick Charaudeau em 1983, em consonância com os estudos da Linguística da Enunciação e da Pragmática, percebe o discurso, expressado pelo ato de linguagem, como produtor de sentido intencional por parte de um emissor, voltado, sempre, a influenciar um dado receptor, guiados, externamente à enunciação, por um dado contexto sócio-histórico. O *ato de linguagem*, segundo o linguista francês, como competência humana cognitiva, psicossocial e semiótica, viabiliza a produção final de sentido e, conseqüentemente, a própria comunicação, cuja manifestação se daria por uma “*mise-en-scène*” discursiva, encenada por *sujeitos psicossociais e discursivos* que se articulam em um jogo de influências, realizando-se de acordo com as situações comunicativas apresentadas na interação.

Dessa forma, a produção final de sentido, que, para a Semiolinguística, é representada pelo *sentido de discurso*, seria construída pelo chamado *processo de semiotização do mundo*. No entendimento do

pesquisador, esse processo seria posto em prática por um duplo e articulado processo de simbolização da realidade, chamado de *processo de transformação* e de *processo de transação*, organizando, pela linguagem, a leitura das coisas e dos fatos que nos rodeiam, influenciado externamente pelo contexto ou situação, por uma dada cultura e uma dada interpretação da realidade de um grupo social.

No *processo de transformação*, o mundo ao redor do falante passaria, paulatinamente, de um mundo a transformar a um mundo transformado, na linguagem humana, em quatro etapas: de *identificação*, que, em primeiro lugar, nomeia o objeto/ser de mundo a se designar; de *qualificação*, em seguida, que tem a função de qualificar o objeto nomeado; de *ação*, que representa ações e processos praticados por sujeitos, dando-lhes, portanto, um caráter dinâmico de ser no mundo; e, por fim, de *causação*, que determina relações lógicas de causalidade entre os acontecimentos de mundo.

Por sua vez, o *processo de transação* possibilitaria transformar a conversão simbólica/referente da realidade pela linguagem em interação pelo sujeito falante, realizando-se em conjunto, conforme Charaudeau, por quatro princípios indissociáveis: *de alteridade* (a relação dos sujeitos, que se reconhecem mutuamente em relações de semelhança e de dissemelhança), *de pertinência* (a adequação do discurso ao propósito comunicativo), *de influência* (o sujeito sempre age sob uma dada intencionalidade, visando à adesão do interlocutor ao seu discurso) e *de regulação* (o controle ou a mediação do que pode ou não ser dito, de acordo com a característica de cada contrato comunicativo).

O *contrato de comunicação*, nos estudos semiolinguísticos, ocupa uma posição central, norteadora na construção discursiva. Ao refletir, na linguagem, os diversos propósitos comunicativos humanos ele irá direcionar não só as estratégias de construção/organização discursiva, como também o papel que os sujeitos atribuem para si dentro do jogo comunicativo e as imagens que o sujeito falante deseja passar ao interpretante, na intenção de persuadi-lo ou seduzi-lo. Conforme se apresente uma dada situação, o contrato de comunicação é concebido como uma “aposta” entre os sujeitos falantes, em que a influência do interpretante não estaria garantida, ligando, dessa forma, “os parceiros em uma espécie de aliança objetiva que lhes permite coconstruir sentidos e se legitimarem” (2008, p. 16).

Os *sujeitos* seriam entendidos, no ato de linguagem, como os seres participantes da enunciação, isto é, o “eu” (quem fala ou escreve) e o “tu”

(quem ouve ou lê, em processo de interpretação e de compreensão), que se manifestariam, na *mise-en-scène* comunicativa, de forma integrada, por dois circuitos: o *circuito externo do fazer* e o *circuito externo do dizer*.

O *circuito externo do fazer* ocupa o espaço externo do ato de linguagem, em que os sujeitos, na condição de *parceiros* da interação, de carne e osso, tendo características psicossociais reconhecidas em sociedade, nomeados, por sua vez, de *eu-comunicante (EUC)*, o emissor da mensagem, e de *tu-interpretante (TUi)*, o receptor, são responsáveis por porém a interação em prática, tanto na delimitação quanto na aceitação das estratégias discursivas no jogo interativo, logo, sendo concebidos como *seres de fazer*.

O *circuito interno do dizer* ocupa, portanto, o espaço interno do circuito linguageiro, em que os sujeitos, entendidos como *protagonistas*, isto é, “seres de papel” ou “seres discursivos”, são construídos como elementos estratégicos fundamentais para se pôr o projeto de intencionalidade discursiva do sujeito falante em prática na *mise-en-scène* comunicativa. O *EUC*, ao projetar, mentalmente, em sua aposta contratual de influência do *TUi*, um interpretante ideal, virtual, chamado de *tu-destinatário (TUD)*, que venha a aderir, de forma consensual, ao seu discurso, conforme a demanda de um dado contrato de comunicação, constrói, como estratégia, uma imagem discursiva sua, chamada de *eu-enunciador (EUE)*. Tais sujeitos discursivos, por sua vez, são concebidos como *seres de dizer ou seres de palavra*, porque eles existiriam tão-somente no ato discursivo, logo, no interior do ato linguageiro. Sobre isso, Charaudeau afirma que

O TU não é um simples receptor de mensagem, mas sim um sujeito que constrói uma interpretação em função do ponto de vista que tem sobre as circunstâncias de discurso e, portanto, sobre o EU (interpretar é sempre instaurar um processo para apurar as intenções do EU) (CHARAUDEAU, 2016, p. 44).

Para que o ato discursivo em questão logre êxito, espera-se que, em uma “via de mão dupla”, o *TUD* pensado pelo *EUC* coincida, de fato, com a interpretação real do *TUi*, assim como o *TUi* perceba que o *EUC* pensado previamente por ele, em um dado ato comunicativo, condiga com o *EUE* projetado pelo sujeito comunicante, reafirmando, nesse sentido, as noções de *legitimidade*, de *credibilidade* e de *direito à palavra*, reconhecidas

coletivamente e institucionalizadas, em sociedade, por fatores externos ao ato linguageiro, como a cultura, o conhecimento de mundo e os imaginários sociais, que, por sua vez, norteiam não só a aceitação ou não de determinados discursos por parte do interpretante, como também a construção/projeção de determinadas imagens.

Isso posto, em seguida, concentrar-nos-emos, para uma melhor compreensão sobre a temática proposta em nosso trabalho, em um particular elemento de construção de sentido, centrado, especificamente, na construção de imagens pelo discurso por parte do eu-comunicante/eu enunciador: a noção de *ethos discursivo*.

O *ethos* discursivo

Nos últimos tempos, os estudos de análise do discurso consideram, em conjunto, além de seus aspectos contextuais e linguísticos, voltados para a construção de sentido, a projeção de imagem que o *EUc* faz ou que deseja passar de si em plena enunciação, isto é, o *ethos*. Conforme Pauliukonis (2003), na visão semiolinguística, esse processo seria manifestado pelo *EUe*, na interação, ao ser colocado em prática por um *EUc*. Nesse sentido, o *ethos* seria utilizado, em caráter estratégico, de acordo com um dado contrato de comunicação e com um determinado projeto de influência de um dado comunicante.

O *ethos*, na qualidade de manifestação discursiva, pode advir, também, de um **sujeito comunicante compósito**, de caráter coletivo, comum nos meios jornalísticos e publicitários, que, por sua vez, é constituído por vários sujeitos comunicantes (psicossociais, de carne e osso), representando, geralmente, um corpo editorial ou publicitário. Quando movido por uma dada intencionalidade discursiva, o sujeito compósito em questão projeta, no discurso, estrategicamente, de acordo com o assunto que se deseja abordar ou com algo que se queira vender, uma imagem não do grupo, mas, sim, de outrem. Nesse sentido, pode-se veicular, por essa projeção de imagem, a opinião, o posicionamento, a ideologia ou a visão de mundo sobre determinados assuntos, ainda que de forma velada, do corpo editorial ou publicitário.

O conceito fundamental de *ethos* advém da filosofia grega. Postulado por Aristóteles, estando presente em seus refletidos e pioneiros estudos

sobre a linguagem em sua célebre obra *Retórica*, propunha, na oratória, dividir os meios discursivos em dois contrapontos: de um lado, a relação direta entre o *ethos* (relaciona-se com a ideia de credibilidade do locutor como estratégia de influência) e o *pathos* (lida com mecanismos discursivos de persuasão do comunicante, tendo a intenção de captá-lo pelas suas paixões e pelas suas emoções) e, de outro, o *logos* (concernente à construção estrutural da argumentação, intermediando a organização lógica, estrutural e estratégica do discurso, relacionada, portanto, às escolhas linguísticas e à coerência entre os enunciados).

A noção de *ethos discursivo*, especificamente, como uma noção pragmática e discursiva, ligada ao *ser do dizer*, foi trazida para os estudos contemporâneos do discurso a partir de 1984, pelo também pesquisador e linguista francês Dominique Maingueneau, dentre outros linguistas, inspirados na tríade aristotélica. Dessa forma, Maingueneau ampliou a noção consagrada por Aristóteles no sentido de que a referida construção de imagem discursiva não ficasse tão-somente concentrada na oralidade, como o proposto nos estudos clássicos, mas, sim, na concepção de que ela fosse estendida, também, a textos escritos, adaptando-a, conseqüentemente, às particularidades de cada contexto de comunicação e às demandas funcionais de cada gênero discursivo.

Diante desses estudos, Charaudeau vai entender que o *ethos*, como a projeção de imagem de um dado sujeito linguageiro no/pelo discurso, seria *construído por uma complexa fusão entre o sujeito social* (de características sociais como filiação, profissão, sexo, legitimadas socialmente em um dado grupo, representado pelo *EUc*) e o *sujeito discursivo* (os papéis enunciativos que o sujeito social atribui para si, na qualidade de “máscaras”, de acordo com a exigência de um determinado contrato de comunicação, expressado, na enunciação, pelo *EUe*).

O interpretante, por sua vez, na interação, aceitaria ou não a imagem projetada pelo locutor de acordo com a base sociodiscursiva prévia que se teria dele (o dado) e, também, com o que é apresentado pelo enunciador na interação (o novo). Charaudeau, como já mencionado, defende o ato de linguagem como *encenação*, cujos papéis linguageiros são postos em prática como um jogo de máscaras, assim como na interpretação teatral, conforme um dado contrato de comunicação acordado entre as partes, em que o jogo de vai-e-vem dessas máscaras, por parte do *EUc*, atuaria no sentido de uma

efetiva estratégia intencional sua de captação do interpretante. Sobre isso, o pesquisador francês afirma que

Várias máscaras são possíveis, e, portanto, várias identidades são possíveis: mudamos a situação de troca, e o outro, que também o sabe, sabendo-o pode-se jogar com as máscaras, e o outro, que também o sabe, entrará no jogo. Tiramos a máscara e o que encontramos sobre ela? Outra máscara, depois outra e depois mais outra. A máscara é o que constitui a nossa identidade em relação ao outro. (CHARAUDEAU, 2018, p. 8).

Nesse sentido, Charaudeau defende, também, que as imagens projetadas pelo *ethos* são governadas, no contexto extralinguístico, pelos *imaginários sociodiscursivos* (CHARAUDEAU, 2017). A Semiologia entende que as identidades dos sujeitos, tanto a social quanto a discursiva, são construídas externamente ao ato linguageiro, de acordo com as interpretações da realidade de um dado grupo, guiadas e sedimentadas, ao longo do tempo, por uma determinada cultura.

Charaudeau, nesse sentido, pensa que há não só o *ethos individual*, na qualidade da imagem que é passada por uma única pessoa para outra pessoa ou uma coletividade, mas, também, o *ethos coletivo*, que, conforme a visão do teórico francês, seria construído com base na percepção de que uma dada comunidade de falantes, pelo princípio da alteridade, teria acerca de traços identitários e/ou culturais em comum de um outro grupo. Desse movimento, surge a gênese da formação e da expressão, pelo discurso, dos estereótipos.

O **estereótipo**, embasado em opiniões compartilhadas em grupo, segundo Amossy e Pierrot (2004, p. 34), mostra-se, geralmente, em sentido pejorativo, delimitando características de forma cristalizada, ajudando na construção das representações sociais, percebidas em sistemas enunciativos mais complexos que são armazenados na mente e reforçados na interação ao longo do tempo, não sendo associados, em geral, com a realidade. Tais ideias sedimentadas fundamentam-se, via de regra, em crenças e em saberes ingênuos, alijados, portanto, de qualquer fundamentação lógica ou científica.

Procedimentos metodológicos de análise

A metodologia que contempla a nossa análise de *corpus* consiste em uma pesquisa qualitativa, cuja intenção é analisar a representação dos *ethé* femininos de coragem, de resiliência e de resistência das profissionais de saúde no *front* da pandemia da COVID-19, expressados pelos sujeitos compósitos comunicantes de duas diferentes capas, uma de *Claudia*, outra de *Marie Claire*, calcadas na visão de *ethos* defendida por Charaudeau, de acordo com a Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso (2018). Mormente lembrar que tais publicações, tradicionalmente, se voltam para a exploração tão-somente da imagem da estética e da vaidade femininas, vistas, inclusive, como uma característica de ambas as revistas que se associam facilmente às suas marcas.

A nossa análise será norteadada pela hipótese de que as imagens da mulher profissional de saúde – ainda que conservando alguns perfis discursivos, tanto de imagem quanto de discurso, de requinte e de *glamour* característicos dessas revistas –, foram construídas fora dos padrões tradicionais estabelecidos por essas publicações nesses dois exemplares, ainda que cada uma a sua maneira. Tal posicionamento do corpo editorial de ambas as revistas, no caso, os *EUC* compósitos, projetaria, por meio dessas imagens femininas, a sua opinião sobre elas, usando-as, intencionalmente, como uma valiosa estratégia discursiva no sentido de captar o seu público pelo impacto e pelo inesperado. O contexto sócio-histórico sobre o qual se assenta a circulação de ambas as publicações é a pandemia do coronavírus, que, até o presente momento, acomete o planeta.

Para isso, em primeiro lugar, ater-nos-emos aos procedimentos formais, refletidos pelo processo de transformação, que tecem a construção textual verbo-visual das capas em questão, para, em seguida, debruçarmo-nos na análise do processo transacional de construção de sentido, entendendo esse mecanismo articulado, posto em prática pelo processo de semiotização do mundo, como o responsável pela projeção dos possíveis *ethé* femininos expressados pelo *eu-enunciador* das capas em questão. Vamos aos exemplos:

Figura 1: *As mulheres contra a COVID-19*



As mulheres contra a COVID-19. Revista *Claudia*, ed. 704, mai. 2020. Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/edicoes/704/>>. Acesso em 22 out. 2020.

Via de regra, a capa de revista tem, como contrato de comunicação, a função de mostrar, para o seu público-alvo, no caso de nosso exemplo, a *mulher*, o conteúdo da publicação em linhas gerais que, no exemplo mostrado, tem como assunto principal a atuação das profissionais de saúde na linha de frente do combate à pandemia, mostrando os bastidores desse incansável e perigoso trabalho, por meio dos anseios, dos medos, das percepções e das esperanças dessas mulheres perante esse cenário devastador que se lhes apresentam diuturnamente (e, porque não, a nós) todos os dias. A capa da revista *Claudia*, que foi publicada, no Brasil, em maio de 2020, tem, em sua constituição textual, em linguagem mista (verbal e não verbal, em conjunto), o título principal, “*As mulheres contra a COVID-19*”; três subtítulos justapostos, que são, respectivamente, “*os medos e as angústias das profissionais de saúde que enfrentam o vírus por nós*”, “*o dia a dia estressante*” e “*os bastidores além dos hospitais*”; e imagens de três mulheres anônimas, profissionais da saúde, envoltas por alguns desenhos, como rosas, corações, flores e mãos em símbolo de agradecimento.

Para esse fim, o corpo editorial de *Claudia*, na qualidade de *eu-comunicante composto*, representado por uma equipe de jornalistas reais, demandados, por sua vez, pelas restrições do contrato de comunicação

capa de revista, tem como intencionalidade fazer com que a sua contraparte no discurso, isto é, o *tu-interpretante leitor feminino*, adira ao seu discurso, logo, *fazendo-o crer*, e, conseqüentemente, levá-lo a comprar a revista. Nesse sentido, o *EUc compósito* projeta, no *circuito interno do dizer do ato linguageiro*, como estratégia discursiva, um *tu-destinatário ideal*, que, possivelmente, em sua maioria, seja uma mulher culta e de classe média que possa pensar os assuntos atuais sob diferentes formas e ideias.

Nesse sentido, cabe-nos mostrar, primeiramente, como tal discurso se constrói formalmente. No *processo de transformação*, percebemos, primeiramente, na etapa de *identificação*, quatro profissionais femininas brasileiras de saúde, mostradas tanto pelo destaque de suas imagens na capa, em linguagem não verbal, reforçadas pelas palavras substantivas plurais “mulheres” e “profissionais”, no título e no subtítulo, respectivamente, em linguagem verbal. Nessa etapa, os substantivos também referenciam, no título, o nome científico do vírus, “COVID-19”, nomeando a doença ou o mal que nos acomete, e, no subtítulo, semiotiza os sentimentos que acometem as mulheres nesse ambiente de trabalho (como *medo* e *angústia*), o agente causador da pandemia (*vírus*), a frequência temporal de trabalho delas (*dia a dia*), o local onde elas desempenham as suas funções (*hospitais*) e os acontecimentos por trás das ações visíveis (*bastidores*). O pronome pessoal “nós”, marcado, gramaticalmente, como plural de modéstia, demarca, em sentido, toda a população brasileira que seria privilegiada pelos cuidados dessas profissionais. Por fim, vale destacar, na visualidade, que os desenhos que rodeiam as figuras femininas, vistos pelas imagens substantivas das mãos, dos corações, das flores e pela forma semelhante à costura, como o título principal é escrito, contribuem, também, para esse processo de identificação inicial.

Há, nessa construção imagética das profissionais de saúde, a escolha de mulheres tanto negras quanto brancas (promovendo a diversidade), figuras que são culturalmente associadas ao feminino no imaginário brasileiro, como a do coração, que, possivelmente, representaria o amor maternal, incondicional; a das flores, que expressaria a beleza; a da textura de linha sob a qual o título do texto é desenhado, que aludiria ao ofício tradicional feminino da costura e do bordado, e, por fim, a do sinal de agradecimento em posição de reza, que, por sua vez

expressaria sentimentos, em caráter religioso, de gratidão, de perdão e de conexão com Deus.

Em seguida, o processo de *qualificação* propicia a qualificação de determinados nomes já mencionados, seja por um adjetivo (dia a dia *estressante*), seja por uma locução adjetiva (profissionais *da saúde*), seja por uma por oração adjetiva restritiva (profissionais da saúde *que enfrentam o vírus*). Podem-se entender, implicitamente, na visualidade, características de composição de imagem dessas mulheres, tais como elas estarem vestidas de roupas **brancas**, com olhares **firmes e diretos**, em posturas **sérias e eretas**.

Adiante, o âmbito da *ação* é representado, sobretudo, pelo verbo *enfrentar*, que significa, no contexto discursivo apresentado pela capa de *Claudia*, o posicionamento corajoso de enfrentamento das mulheres profissionais da saúde, na qualidade de sujeitos agentes, perante o inimigo invisível, representado pelo coronavírus.

Concentrando-nos no *processo transacional*, percebe-se, sobretudo, no âmbito da influência, uma estratégia de captação, pensada por seu corpo editorial, que se volta para a construção de uma imagem feminina que venha a surpreender, conseqüentemente, o seu interpretante. Ao projetar o *TUd* ideal, o corpo editorial da revista, provavelmente, considerou que o impacto se daria pelo fato de o *TUi* conceber, em mente, a construção de um *ethos* prévio feminino de vaidade, de beleza e de sedução, tradicionalmente exposto pelo seu *EUE* em *Claudia*, uma vez que essa característica é tão conhecida por parte da sociedade que, inclusive, está armazenada no imaginário social brasileiro.

Diante disso, percebe-se que o conjunto icônico-linguístico da capa, projetado pelo sujeito compósito da revista, reverbera o *ethos* de mulher heroína. A imagem de mulher destemida e corajosa das profissionais de saúde em questão, projetada pelo discurso em linguagem verbo-visual desta capa, ainda se constrói conforme a tradicional visão de feminino da revista, isto é, de modo frágil e sensível (representada pelas flores), caridoso, altruísta e empático, assim como as mães (simbolizada pelos corações), guiada, inclusive, pelo imaginário religioso (expressado pelo icônico sinal de agradecimento).

Figura 2: *The Real influencers: la resiliencia tiene cara de mujer*



The Real influencers: la resiliencia tiene cara de mujer. Revista *Marie Claire* latino-americana, publicada em maio de 2020. Disponível em: <<https://portaldacomunicacao.com.br/2020/05/7-capas-que-registraram-pandemia-no-mundo/>>. Acesso em 24 out. 2020.

O segundo exemplo, extraído da edição latino-americana de *Marie Claire*, publicada em maio de 2020, mostra-nos o seguinte título: *the real influencers: la resiliencia tiene cara de mujer*³. Na capa da publicação, a revista que, assim como *Claudia*, tem como costume explorar os estereótipos estéticos femininos decidiu, também, inovar, trazendo, em vez de belas modelos, a imagem impactante de uma mulher, que toma, praticamente, todo o plano da capa.

No processo de **transformação**, percebemos, na etapa de **identificação**, em linguagem não verbal, a imagem de uma profissional da saúde, e, em linguagem verbal, substantivos estrategicamente escolhidos pelo sujeito compósito (o corpo editorial de *Marie Claire*, na qualidade de *EUc*), que, ao nomear seres e sentimentos, procura dar, ao leitor, a emoção da mensagem que se lhe deseja passar, por nomes como *resiliência*, *mulher*, *cara* e *influenciadora*.

No processo de **qualificação**, notamos, em linguagem não verbal, pelas marcas da máscara e pela expressão em seu rosto, que não se trata de uma mulher qualquer, mas, sim, de uma profissional de saúde *abatida* e

3 *A verdadeira influenciadora: a resiliência tem cara de mulher* (tradução nossa).

exausta e, em linguagem verbal, a locução adjetiva *de mulher* qualificando o nome *cara*, dando-lhe posse. Há, na verbalidade, ainda, a escolha lexical do adjetivo *real*, qualificando o substantivo *influenciadora*, que, ao direcionar, implicitamente, uma crítica ao grande número de influenciadores digitais existentes na atualidade – que, muitas vezes, se mostram sem *expertise* nos assuntos que abordam – pretende colocar, pela sua representação metonímica (podemos entender a mulher retratada na capa como um símbolo coletivo das profissionais femininas de saúde, e, também, dos sentimentos de coragem e de resiliência), essa mulher que salva vidas como um exemplo a ser seguido e admirado pelas pessoas, na atual realidade pandêmica. No processo de *ação*, pelo verbo *ter*, indica-se a correlação da atitude de resiliência, como sujeito, com a imagem da mulher profissional de saúde (representado pelo complemento verbal *cara de mulher*).

O corpo editorial de *Marie Claire*, assim como o de *Claudia*, aproveitou, também, como uma efetiva estratégia discursiva de captação leitora, o momento de pandemia para mostrar uma imagem diferente de mulher daquela que as leitoras estariam acostumadas a ver em suas páginas. Com vistas a influenciar o *TUi*, pelo impacto e pelo ineditismo da mensagem, o sujeito compósito da revista em questão, ao projetar um *TUd* ideal que não só se surpreenda com a capa em questão, mas que também se posicione e se identifique, favoravelmente, em defesa do trabalho e da entrega das mulheres profissionais de saúde na pandemia, projeta a imagem de um impactante *ethos feminino de resiliência e de resistência*, mostrados pela conjuntura verbo-visual da capa, esteticamente permeada por um tom bicolor de gris e de branco que, possivelmente, procura evocar a atmosfera hospitalar.

Em uma capa com poucos elementos sónicos, que se descola totalmente do glamourizado *ethos* feminino tradicionalmente mostrado pelo corpo editorial de *Marie Claire*, a construção verbo-visual do discurso presente na capa em questão procura significar a imagem de uma mulher extremamente abatida e com medo que, embora esteja cansada e exausta (sentimentos percebidos pela marca de máscara no rosto que, pelo seu uso contínuo, pressupõe-se um trabalho excessivo), supera as adversidades e o perigo da morte, mostrando-se resiliente, promovendo, conseqüentemente, a resistência ao colocar seu propósito em prática, em benefício de um bem maior e coletivo: o de salvar vidas. Especificamente, a resistência da mulher em seguir em frente no seu trabalho pode ser lida, na capa, pelo seu olhar firme e direto.

Considerações finais

Diante das análises feitas, ao confrontarmos os dois exemplos, podemos pensar que o empreendimento comunicativo apostado por *Claudia*, nesse exemplar, provavelmente, obteve um êxito parcial em sua intencionalidade, uma vez que a construção de *ethos* feminino engajado e destemido, ainda que não seja comum esse tipo de abordagem sobre o feminino, manteve-se, ainda, em torno dos estereótipos românticos da mulher consagrados a ela culturalmente ao longo do tempo, como o da maternidade, da compaixão e da religiosidade, não destoando, portanto, por completo das características discursivas da revista sobre a mulher.

Por seu turno, o exemplo mostrado em *Marie Claire* expressa uma transgressão maior na construção de imagem, pelo seu sujeito compósito, da mulher profissional de saúde, visto que o *ethos* projetado de heroína, mostrada pelas características de resiliência e de resistência, em conjunto com a ativação do imaginário coletivo atual que concebemos da atuação incessante dos profissionais de saúde no combate à pandemia, teria mais chances de conseguir gerar mais credibilidade e mais impacto no leitor, pelo fato de o corpo editorial da revista em questão tê-la representado com mais proximidade à realidade que se lhes apresenta a todo o momento.

Conclui-se que, embora usem de diferentes artifícios discursivos, em ambos os exemplos, nota-se o empenho, tanto de *Claudia* quanto de *Marie Claire*, em tentar quebrar as antigas imagens de superficialidade que foram atribuídas historicamente às mulheres, tanto por parte da sociedade quanto pelas próprias revistas. Tal atitude refletida pelos respectivos corpos editoriais dessas publicações advém da necessidade dessas mulheres leitoras, na qualidade de cidadãs mais conscientes dos fatos e de seus direitos, em exigirem, cada vez mais, como tendência dos novos tempos, um claro e adequado posicionamento das mídias acerca dos assuntos atuais, havendo, consequentemente, uma perda maior de público e de lucro caso insistam, ainda, em conservarem antiquadas visões acerca de suas imagens.

Referências

- AMOSSY, R; PIERROT, A. H. *Estereotipos y clichés*. Trad. Lelia Gándava. Buenos Aires: Eudeba, 2004.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. III-166.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor*. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. Entre palavras, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 43-63.
- CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: LARA, Glaucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lucia; EMEDIATO, Vander (orgs). *Análises do discurso hoje*, volume I, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p.11-30.
- PAULIUKONIS, M. A. L. Marcas discursivas do enunciador midiático: casos de modalização autonímica. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (orgs.). *Texto e discurso – Mídia, Literatura e Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

Créditos das imagens

- CLAUDIA. São Paulo: Editora Abril, mai. 2020.
- MARIE CLAIRE MÉXICO Y LATINOAMÉRICA. Cidade do México: Televisa Editorial, mai. 2020.

UM ROTEIRO MIDIÁTICO PARA A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Luciana da Silva Gomes¹

Considerações iniciais

Esta pesquisa visa a investigar a roteirização da narrativa midiática de notícias acerca da pandemia do coronavírus, à luz da Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, postulada por Patrick Charaudeau (2018; 2012; 2007; 2004). Desse modo, o objetivo principal é verificar como a construção de sentido relativa ao tema do coronavírus é produzida pela narrativa midiática roteirizada em capas do jornal *O Globo*. Neste artigo, para tanto, serão analisados, como *corpus*, três capas do periódico, no período de março a agosto de 2020, a fim de flagrar a produção de sentido no âmbito de um roteiro narrativo, construído entre as diferentes capas, e mapear a construção de sentido projetada por meio das construções linguístico-discursivas relativas às operações de identificação, qualificação, quantificação, ação e causalização.

Nossa principal hipótese é a de que a narrativa midiática sobre a pandemia do coronavírus nas capas desse jornal é orientada por um imaginário sociodiscursivo de banalização da doença, a longo prazo, por parte da população.

1 Mestranda no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Estudos de Linguagem, na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação da Prof^a Dr^a Patrícia Ferreira Neves Ribeiro, na linha de pesquisa: Teorias do texto, do discurso e da tradução.

Fundamentação teórica

A atividade que transforma um mundo a significar em um mundo significado, por meio das palavras e dos textos, de acordo com Charaudeau (2012), é a semiotização do mundo, ou seja, é a significação da realidade, que ocorre por meio dos processos de transformação e de transação.

Segundo Charaudeau (2018, p. 41),

o sentido nunca é dado antecipadamente. Ele é construído pela ação linguageira do homem em situação de troca social. O sentido só é perceptível através de formas. Toda forma remete a sentido, todo sentido remete a forma, numa relação de solidariedade recíproca. O sentido se constrói ao término de um duplo processo de semiotização: de *transformação* e de *transação*.

No processo de transformação, o Eu-comunicante baseia-se em um mundo a significar com o intuito de transformá-lo em um mundo significado, em um mundo semiotizado. Desse modo, ao ler um texto, o Tu-interpretante estabelece relações entre as unidades linguísticas e faz inferências. Para isso, ele realiza a identificação dos seres, a qualificação, a descrição da ação e as relações de causalidade.

O processo de transação consiste, para o sujeito que produz um ato de linguagem, em atribuir uma significação psicossocial a seu ato de linguagem. Em outras palavras, precisa torná-la viável. Para isso, no jogo enunciativo, o sujeito locutor necessita atender a algumas condições, como tecer hipóteses sobre a identidade do sujeito interlocutor, em relação ao seu saber, sua posição social, seu estado psicológico, suas aptidões e seus interesses etc.; ter em mente o efeito de sentido que busca gerar nesse outro; saber o tipo de relação que quer instaurar com esse outro e o tipo de regulação que imagina a partir dos parâmetros anteriores (CHARAUDEAU, 2018, p. 41).

Ao vincular o processo de transformação ao processo de transação, a Teoria Semiolinguística visa a uma mudança nos estudos de linguagem, visto que se debruça sobre o valor semântico-discursivo dos fatos de linguagem. Sob essa direção, a Teoria Semiolinguística põe em cena um importante conceito, qual seja o de “contrato de comunicação”.

A descrição do duplo processo de semiótica, salientando-se a dependência entre o processo de transformação e o de transação evidencia uma mudança em relação aos estudos sobre e da linguagem, na medida em que possibilita o alcance do sentido comunicativo dos atos linguageiros, pautando-se no postulado de intencionalidade imposto pelo processo de transação. Por esse motivo, um ato de linguagem “depende da identidade dos parceiros, visa a uma influência e é portador de uma proposição sobre o mundo. Além disso, realiza-se em um tempo e em um espaço determinados, o que é comumente chamado de *situação*.” (CHARAUDEAU, 2007, p. 17).

Segundo Gouvêa, Pauliukonis e Monnerat (2017, p. 53), “o *contrato de comunicação* pode ser definido como um conjunto de ‘regras’ discursivas que determinam o que é e o que não é ‘permitido’ no ato de produzir e de interpretar textos (orais ou escritos)”. Desse modo, para sua realização efetiva, prevê que o locutor conceba um interlocutor com uma competência de linguagem semelhante à sua, que lhe permita colocar-se em acordo diante das regras contratuais. Logo, para a efetivação do contrato, as condições de saber, de poder e de saber fazer do tu frente ao eu devem ser consideradas.

A esse respeito, de acordo com as autoras (2017, p. 53-54),

para que o contrato efetivamente se realize, um dos interlocutores deve entrever a capacidade de saber (*legitimidade*) do outro, isto é, deve esperar que o parceiro domine um universo de crenças, um saber que possa ser partilhado na prática discursiva. Além disso, deve reconhecer a condição de *poder* (*legitimidade*) deste outro, condição que é dada pelo grau de adequação estabelecido entre identidade psicossocial do sujeito e seu comportamento linguageiro. Por fim, deve também reconhecer o *saber fazer* ou competência comunicativa (*credibilidade*) em diferentes circunstâncias.

O contrato de comunicação estrutura-se em dois espaços: de restrições e de estratégias. Enquanto aquele estabelece as condições mínimas necessárias para a sua validação, ou seja, caso isso não aconteça, pode não haver comunicação; este refere-se às escolhas possíveis,

à disposição dos sujeitos, para o alcance de seus objetivos durante a encenação do ato de linguagem.

Não podemos tratar da comunicação humana sem nos pautar na identidade do sujeito falante, no papel de ser comunicante. A fim de que o sujeito falante possa se expressar, é fundamental que ele esteja legitimado para isso, uma vez que há um fenômeno de regulação das trocas comunicativas, que institui práticas nas quais os indivíduos de uma sociedade se identificam.

Todas as hipóteses interpretativas que realizamos para tentar delimitar a compreensão tanto do signo verbal quanto do signo não verbal dependem de uma suposição sobre o ponto de vista do Eu-comunicante. Isso quer dizer que ao formularmos hipóteses durante o processo de leitura não temos certeza sobre elas, já que a recepção de um texto é algo imprevisível. Segundo Charaudeau (2012, p. 31),

(...) o saber que os protagonistas da linguagem constroem sobre os diferentes propósitos contidos nas trocas comunicativas não é ligado apenas às referências ou experiências vividas por cada um deles. Esse saber depende igualmente dos saberes que tais sujeitos comunicantes supõem existir entre eles e que constituem os filtros construtores de sentido.

(...) para o sujeito interpretante, interpretar é criar hipóteses sobre: (i) o saber do sujeito enunciador; (ii) sobre seus pontos de vista em relação aos enunciados; (iii) e também seus pontos de vista em relação ao seu sujeito destinatário, lembrando que toda interpretação é uma suposição de intenção.

Sendo assim, na Teoria Semiolinguística, a leitura é vista como um processo interativo de construção de sentido, fundamentada na criação de expectativas relacionadas aos saberes partilhados pelos sujeitos comunicante e interpretante de uma troca comunicativa estabelecida por meio de um texto. A construção do sentido é pautada nas relações entre texto e contexto, entre produtor e leitor, entre o explícito e o implícito no texto. Portanto, o ato de ler exige do leitor a capacidade de criar expectativas e de estabelecer relações, conforme ressalta Charaudeau (2012, p. 33),

(...) não se pode afirmar que o signo seja uma unidade autônoma de sentido, pois ele também é preenchido por um saber que depende da expectativa particular de cada ato de linguagem e, portanto, dos filtros construídos e colocados pelo Enunciador e pelo Interpretante.

A linguagem, portanto, passa a ser um processo de ação intersubjetiva, pautada em vários níveis de competências: situacional, discursiva, semântica e semiolinguística.

Metodologia

Nosso objeto de estudo – a roteirização da narrativa midiática de notícias acerca da pandemia do coronavírus / Covid-19 em capas do jornal *O Globo* – foi analisado a partir de uma abordagem de cunho qualitativo. Com a finalidade de instrumentalizar nossa análise, consideramos os níveis de construção textual e discursiva propostos por Charaudeau (2007, 2004).

Em consonância com esse autor, os sujeitos precisam ter uma competência situacional, a qual está alinhada a fatores atinentes ao processo de transação, quais sejam: a identidade, a finalidade, o propósito tematizante e as circunstâncias materiais. É preciso que os sujeitos tomem posse dessa competência para se adequarem às exigências do contrato de comunicação e às possibilidades comunicativas dos interagentes ou do que um imagina a respeito do outro. Em outras palavras, isto quer dizer que o sujeito comunicante deve estar atento à identidade dos parceiros na troca comunicativa, à finalidade do ato de linguagem, ao seu propósito e às circunstâncias materiais da referida troca. Isso nos permite concluir que os interagentes devem compartilhar do mesmo universo de saber, de poder e de saber fazer.

No nível da competência discursiva, levamos em consideração a capacidade que os sujeitos – comunicante e interpretante – possuem para manipular e reconhecer, respectivamente, as estratégias empregadas em suas atividades languageiras, por meio dos modos de organização do discurso – enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo –, com o propósito de atingirem seus objetivos no ato comunicativo.

O nível da competência semântica encontra-se ancorado nos imaginários sociodiscursivos, formulados pelo dizer e reconhecidos nos/pelos discursos que são propagados pela sociedade. Baseia-se nos saberes de crença, de experiência e de erudição.

Já o nível da competência semiolinguística refere-se à estruturação do texto, à construção gramatical e ao emprego lexical. Determina, pois, as maneiras de falar/escrever, em função dos dados da competência situacional.

Nessa perspectiva, durante a leitura, esses níveis de construção do sentido são ativados pelo leitor, no momento em que ele é capaz de constatar os elementos e as relações textuais explícitos ou implícitos no texto. Conforme Feres (2016, p. 32),

na transformação, que só funciona atrelada à transação, os seres do mundo a que o produtor se refere são identificados e qualificados, são dadas suas ações e as relações de causalidade entre elas. O resultado desses dois processos imbricados – de transação (entre os interagentes, ainda que virtual) e de transformação (das ideias sem forma em signos organizados com um propósito e uma intenção) – se materializa na forma de um texto, como um recorte simbólico da realidade, passível de interpretação. O sucesso desse processo dependerá, pois, de vários fatores e do acionamento de múltiplos saberes.

Esses saberes, no entanto, são consequência da construção humana, por intermédio da linguagem. A atividade de construção baseia-se em tornar o mundo inteligível. Para isso, depende do modo como o olhar do homem é orientado. Segundo Charaudeau (2018, p. 43), se “o olhar tende a descrever esse mundo em categorias de *conhecimento*; mas, voltado para si mesmo, o olhar tende a construir categorias de crença.”.

A construção de um roteiro midiático: *O Globo* em análise

Em consonância com os pressupostos teóricos, visamos, de modo mais específico, flagrar a produção de sentido no âmbito de um roteiro

narrativo, construído entre as diferentes capas de *O Globo*, no período de março a agosto de 2020. Pretendemos, também, mapear a construção de sentido projetada por meio de construções linguístico-discursivas relativas às operações de identificação, qualificação, quantificação, ação e causação no quadro da semiotização do mundo. (CHARAUDEAU, 2007).

Convém salientar que os alvos de análise – sobretexto, manchete, subtítulo, foto – mudarão em decorrência de sua relevância para o exame do tema proposto.

Figura 1



O Globo de 22 de março de 2020

De acordo com o modo de organização narrativo, a manchete *País corre para obter respiradores para tratamento de doentes graves* apresenta o “País” como um actante narrativo, que age. Isso quer dizer que ele é o responsável e o executante da ação de agir rápido – “corre” – com o objetivo de resolver o problema – “obter respiradores”. Assim, ele é um benfeitor, já que transmite um benefício no tratamento de doentes graves. Ele o faz de maneira voluntária, já que é consciente de seu papel social. É dever do Estado fornecer serviços de saúde de qualidade à população, conforme está escrito na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 196, seção II, da Saúde. Ele também o faz de forma direta, na medida em que há um enfrentamento direto ao combate ao coronavírus. A ação de correr permite ao imaginário coletivo dos sujeitos interpretantes inferir qualificações positivas de virtude, destreza, agilidade para ajudar no tratamento de doentes graves.

Nessa manchete, observamos que, no processo de semiotização do mundo, existe uma grande tensão entre o Governo “País” e o vírus da Covid-19, visto que:

- a nomeação dos seres “respiradores”, “tratamento” e “doentes” nos remete ao campo semântico da “saúde”;

- o qualificador “graves” exalta a relevância da aquisição desses respiradores rapidamente;
- a descrição da ação diz que o governo está preocupado e que está agindo no combate ao coronavírus, no momento em que corre para obter respiradores;
- a utilização da forma verbal “corre” nos indica que há uma certa urgência na aquisição dos respiradores; nos remete ao imaginário das “corridas automobilísticas” em que há necessidade de ser o primeiro para conseguir a meta: obtenção dos respiradores frente à concorrência dos outros países, que também necessitam desses aparelhos, já que estamos no início de uma pandemia;
- a causação corrobora o fato de que o tempo urge. É fundamental rapidez, eficiência e seriedade no enfrentamento ao coronavírus.

O subtítulo *Ampliação da fabricação de equipamento é lenta e importação, limitada* nos mostra que a topicalização do sintagma nominal “ampliação da fabricação de equipamento” revela que a crise provocada pelo coronavírus é bastante preocupante, uma vez que:

- a nomeação, por meio dos substantivos abstratos “ampliação”, “fabricação” e “importação”, constata a ausência e/ou pouca quantidade de respiradores no Brasil;
- os qualificadores “lenta” e “limitada” permitem a inferência de que o processo de aquisição desses respiradores deverá demorar e que há restrições para adquiri-los;
- a descrição da ação, por meio do verbo de ligação “ser (é)” apresenta a dificuldade no processo de aquisição dos respiradores;
- a ausência do verbo na segunda oração enfatiza a gravidade da crise sanitária, uma vez que há vários países necessitando desse mesmo equipamento;
- a causação afirma que a eficácia para a obtenção dos respiradores depende de diversos fatores internos e externos ao país.

Figura 2

Com regras mais frouxas, Covid cresce em 11 estados

O Globo de 27 de julho de 2020

Segundo o modo de organização narrativo, a manchete *Com regras mais frouxas, Covid cresce em 11 estados* apresenta o “Covid” como: um actante narrativo, que age. Isso quer dizer que ele é o responsável e o executante da ação de “crescer em 11 estados”, com a meta de contaminar a população desses 11 estados. Assim, ele é considerado um oponente, visto que contraria os projetos e as ações de um outro actante – os governos estaduais. O coronavírus o faz de maneira involuntária, já que não é consciente, não é intencional. Ele também o faz de forma direta, na medida em que sua contaminação é imediata. A ação de “crescer” possibilita ao imaginário coletivo dos sujeitos interpretantes inferir, supostamente, qualificações negativas de ineficiência, descaso e inaptidão frente às medidas de afrouxamento estabelecidas pelos governos estaduais diante da crise sanitária.

Nessa manchete, verificamos que, no processo de semiotização do mundo, existe uma enorme tensão entre os governos estaduais e o vírus da Covid-19, visto que:

- a nomeação dos seres “regras”, “Covid” e “estados” nos remete ao campo semântico da “guerra”;
- o quantificador “mais”, ao intensificar o qualificador “frouxas”, enfatiza a precipitação das medidas de afrouxamento do distanciamento social;
- a descrição da ação revela o resultado negativo provocado pelo afrouxamento das regras de distanciamento social. Tal fato, segundo o corpo da notícia, é também causado pela desobediência das normas pelos cidadãos e pela falta de coordenação do governo federal;
- a causação demonstra que a falta de seriedade do governo federal e de uma parcela da sociedade brasileira diante do combate ao coronavírus provocou a maior disseminação do vírus no território nacional.

Figura 3



Capa do jornal *O Globo* de 09 de agosto de 2020

A capa do jornal *O Globo*, publicada no dia 09 de agosto de 2020, apresenta a seguinte manchete: *Rosana Aparecida foi a primeira das 100 mil vítimas de Covid no Brasil. Em cinco meses, pandemia marcou para sempre milhares de famílias, expôs o despreparo do governo e acelerou o passo da Ciência.*

Temos, nessa manchete, dois períodos. De acordo com o modo de organização narrativo, o primeiro período – Rosana Aparecida foi a primeira das 100 mil vítimas de Covid no Brasil – possui:

- um actante narrativo – Rosana Aparecida –, que sofre a ação, ou seja, ela é contaminada pelo coronavírus e, consequentemente, veio a óbito;

- assim, essa senhora é vítima, já que é afetada negativamente – morre – pela ação de um outro actante – o coronavírus.

Já o segundo período – *Em cinco meses, pandemia marcou para sempre milhares de famílias, expôs o despreparo do governo e acelerou o passo da Ciência* – apresenta:

- um actante narrativo – pandemia do coronavírus –, que é o responsável pelas ações de marcar para sempre milhares de famílias, expor o despreparo do governo e acelerar o passo da Ciência;
- enquanto na primeira e na segunda oração, o coronavírus o faz como agressor, já que comete um malefício – desestrutura várias famílias e exhibe o despreparo do governo –, na terceira oração, o coronavírus o faz como benfeitor, na medida em que propicia avanços científicos. Tudo isso é feito pelo coronavírus de maneira involuntária, já que não é consciente, não é intencional;
- a ação de “marcar” possibilita ao imaginário coletivo dos sujeitos interpretantes inferir qualificações negativas de tristeza;
- a ação de “expor” induz o imaginário coletivo dos sujeitos interpretantes a inferir, por hipótese, qualificações negativas de inabilidade, de inaptidão, de despreparo e de descaso do governo frente à condução de diretrizes para o enfrentamento da pandemia;
- a ação de “acelerar” permite ao imaginário coletivo dos sujeitos interpretantes inferir, hipoteticamente, qualificações positivas de alegria, de contentamento, de esperança e de credibilidade diante das conquistas obtidas pela Ciência no combate à Covid-19.

No sobretexo – **100 MIL HISTÓRIAS** – constatamos que por meio do emprego do quantificador “100 MIL”, temos o número exato de pessoas que morreram em decorrência da Covid-19. Além disso, está redigido na cor cinza, simbolizando um desbotamento, como se cem mil vidas fossem ceifadas. Tal fato pode ser corroborado por CHEVALIER e GHEERBRANT (1995, p. 247), quando afirmam que “antes de mais

nada, a cinza extrai seu simbolismo do fato de ser, por excelência, um valor residual: aquilo que resta após a extinção do fogo e, portanto, antropocentricamente, o cadáver, resíduo do corpo depois que nele se extinguiu o fogo da vida.”

Já o vocábulo **HISTÓRIAS** grifado em azul sugere que estamos nos referindo a seres humanos que ainda tinham muitas coisas a serem realizadas, contadas, por viver. A cor azul, de acordo com CHEVALIER e GHEERBRANT (1995, p. 107),

é a mais **profunda** das cores: nele, o olhar mergulha sem encontrar qualquer obstáculo, perdendo-se até o infinito (...). O azul é a mais **imaterial** das cores: a natureza o apresenta geralmente feito apenas de transparência, i.e., de vazio acumulado, vazio de ar, vazio de água, vazio do cristal ou do diamante. O vazio é exato, puro e frio. O azul é a mais **fria** das cores e, em seu valor absoluto, a mais **pura**, a exceção do vazio total do branco neutro. (...)

Aplicada a um objeto, a cor azul suaviza as formas, abrindo-as e desfazendo-as. Uma superfície repassada de azul já não é mais uma superfície. (...) Imaterial em si mesmo, o azul desmaterializa tudo aquilo que dele se impregna. É o caminho do infinito, onde o real se transforma em imaginário. (...) O azul é o caminho da divagação, e, quando ele se escurece, de acordo com a sua tendência natural, torna-se o caminho do sonho. (...).

(...) o azul (...) sugere uma ideia de eternidade tranquila (...) a profundidade do azul tem *uma gravidade solene, supraterrânea*. Essa gravidade evoca a ideia de morte (...).

Em decorrência da utilização das cores – cinza e azul –, notamos, respectivamente, a passagem de processo de desumanização (como um mundo a significar) a um processo de humanização (como um mundo já significado). Assim, há um problema a ser resolvido urgentemente.

Na manchete *Rosana Aparecida foi a primeira das 100 mil vítimas de Covid no Brasil. Em cinco meses, pandemia marcou para sempre milhares de famílias, expôs o despreparo do governo e acelerou o passo da Ciência*, observamos que, no processo de semiotização do mundo, há novamente

uma enorme tensão entre os governos federal, estadual e municipal e o vírus da Covid-19. Para comprovar isso, analisaremos cada oração que compõe essa manchete.

Na primeira oração, o fato de identificar, por meio de um substantivo próprio – **Rosana Aparecida** –, demonstra explicitamente a intenção da instância de produção – jornalista, fotógrafo, diagramador, editor –, ou seja, do sujeito comunicante, em provocar um efeito patêmico sobre a instância de recepção, o sujeito interpretante, leitor do jornal *O Globo*. Nesse sentido, a parcela verbal dialoga com a parcela não verbal do texto, pois, ao expor o nome da vítima, colocar seu rosto em evidência no centro da página e, simultaneamente, publicar diversos rostos de pessoas vítimas de Covid-19 sensibilizam o leitor para o fato de que são pessoas, que, como ele, tinham família, amigos, sonhos e projetos de vida.

Ainda na primeira oração, o quantificador “primeira” destaca a posição, a ordem de “Rosana Aparecida” no quadro geral de mortes em decorrência do coronavírus no Brasil; já a expressão formada por quantificadores – a primeira das 100 mil – ressalta o quanto essa doença se disseminou no território nacional no período de cinco meses.

Na segunda oração, o quantificador “milhares”, ao mesmo tempo que generaliza, enfatiza a enorme quantidade de famílias despedaçadas pela perda de um parente, de um familiar ou de um amigo.

Na segunda oração, temos a nomeação “pandemia”. Esse termo também aparece implicitamente na terceira e quarta oração. Significa, de acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2010, p. 1548), “doença epidêmica amplamente difundida”. Isso demonstra a relevância da crise sanitária, que gerou diversas consequências em vários setores. Alguns foram explicitados na manchete – a saúde, a política e o social, e o psicológico das pessoas.

A descrição da ação “marcar para sempre”, na segunda oração, reforça o sentimento da perda, da dor, do sofrimento. Revela um traço distintivo, põe uma marca sobre essas famílias. A expressão “para sempre” denota eternidade, infinito, ou seja, provoca uma dor que não cessará nunca. Pode ser minimizada pelo tempo, mas jamais apagada da vida dessas famílias.

A descrição das ações – “expor” e “acelerar” – destacam, respectivamente, o aspecto negativo do governo, que se mostra totalmente

despreparado para enfrentar essa crise sanitária e o aspecto positivo da Ciência, que, diante dessa pandemia, procurou explicações e soluções respaldadas pelo saber acadêmico, científico. Buscou orientar a população embasada por resultados comprovados cientificamente.

A causação demonstra, mais uma vez, a falta de seriedade dos governos na condução do enfrentamento a essa pandemia e a eficiência dos resultados obtidos por meio da Ciência.

Nessa capa, a parcela verbal se coaduna com a parcela não verbal, visto que a instância midiática de produção transmite uma verdade de emoção, que deixa o sujeito interpretante com a voz embargada. Segundo Charaudeau (2018, p. 268), isso ocorre porque “ela se baseia numa história pessoal consciente, não consciente e/ou inconsciente daquele que a experiencia. Por isso, a reação ocupa um lugar de verdade, pois nada no mundo, nenhuma razão, pode mudar a visão daquele que a experiência (...)”. Nesse caso, basta pensarmos que 100 mil famílias choram a perda de alguém muito especial, sentem o vazio da ausência. Esse autor (2018, p. 268) afirma ainda que “(...) ao mesmo tempo, toda emoção é socializada, pois o que toca o indivíduo se inscreve em sistemas de valor (...)”. Nesse sentido, a maioria dos brasileiros se entristece e se solidariza com a dor, a angústia e a preocupação do outro ao saber que tem alguém próximo que contraiu o vírus da Covid-19 ou que tem alguém próximo que perdeu um familiar, um amigo, um conhecido.

Algumas conclusões

A partir da observação dos sobretítulos, das manchetes, dos subtítulos e das fotos, publicadas nas capas do jornal *O Globo*, no período de março a agosto de 2020, constatamos que todo discurso possui uma determinada orientação interpretativa.

Além disso, observamos que há uma sucessão de ações delimitadas em seu princípio e em seu fim. Essas ações são motivadas pela intencionalidade do sujeito comunicante – a instância midiática –, que possui um projeto de fazer.

De acordo com o princípio de intencionalidade, essa sequência narrativa é organizada da seguinte forma:

Tabela 1

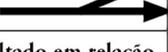
(1)	(2)	(3)	(4)
Estado inicial 	Estado de atualização 	Estado final  	(+) êxito (-) fracasso
Falta	Busca	Resultado em relação ao objeto da Busca	
Preparação para o enfrentamento da pandemia do coronavírus – março – abril / 2020	Aumento do número de pessoas infectadas e de mortes pelo coronavírus – maio – junho / 2020	Afrouxamento das medidas de isolamento social, estabilidade no número de mortes diárias e expectativa pela vacina – julho a agosto / 2020	

Tabela elaborada a partir de Charaudeau, (2012, p. 168)

A narrativa midiática construída sobre a Covid-19, portanto, parece apontar para um imaginário sociodiscursivo de esvaziamento quanto à importância dada pela sociedade à pandemia em relação às orientações fornecidas pela Ciência.

Na organização do discurso midiático do jornal *O Globo*, nota-se uma intencionalidade de atestar o imaginário sociodiscursivo de banalização da doença por parte da população. Nesse sentido, essa intencionalidade só é observada caso o sujeito interpretante reconstrua o processo de produção do texto.

Por fim, a análise dos textos, que constituem as capas do referido periódico, não é somente discursiva. Temos que verificar também toda a materialidade linguística que as compõe, uma vez que os elementos léxico-gramaticais contribuem para atribuir mais credibilidade ao texto e possibilitam a materialidade de algumas interpretações.

Referências

- BRASIL. Constituição. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.> Acesso em: jan. 2021.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. Trad. Angela M. S. Corrêa. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Trad. Angela M. S. Corrêa; MACHADO, I. L. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. *In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.). Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 11-29.
- CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. *In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. de. Gêneros reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte, NAD / FALE / UFMG, 2004.
- CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos: mitos, saberes, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Trad. Vera da Costa e Silva; Raul de Sá Barbosa, Angela Melim; Lúcia Melim. 9.ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1995.
- FERES, B. dos S. O ato de ler numa perspectiva interativa: os níveis de construção de sentido dos textos. *In: FERES, B.; DIAS, A.; ROSÁRIO, I. da C. do (Orgs.). Leitura e formação do leitor: cinco estudos e um relato de experiência*. 1.ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016, p. 29-42.
- FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5.ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2272p.
- GOUVÊA, L. H.; PAULIUKONIS, A. L.; MONNERAT, R. Texto, contexto e contexto: processos de apreensão da realidade. *In: MARQUESI, S. C.; PAULIUKONIS, A. L.; ELIAS, V. M. (Orgs.). Linguística textual e ensino*. São Paulo: Contexto, 2017, p. 49-68.

Créditos das imagens

Figura 1: Capa do jornal *O Globo* de 22 de março de 2020.

Figura 2: Capa do jornal *O Globo* de 27 de julho de 2020.

Figura 3: Capa do jornal *O Globo* de 09 de agosto de 2020.

A IDEIA DE EMANCIPAÇÃO FEMININA NAS CAPAS DA REVISTA *MARIE CLAIRE*: UMA ANÁLISE DO *ETHOS* À LUZ DA SEMIOLINGUÍSTICA

Giselle de Souza Reis Coutinho¹
Ilana da Silva Rebello²

Introdução

A mídia feminina no Brasil surgiu no século XIX e teve como principal foco a veiculação de assuntos que, de acordo com a ideologia patriarcal, correspondiam aos interesses das mulheres da época. Assim, era comum que os títulos principais fossem sobre moda, beleza, casamento, maternidade etc.

Todavia, à medida que ocorria a modernização da sociedade, principalmente com as demandas feministas, novas representações sociais acerca do feminino surgiram. Nelas, as mulheres não são compreendidas apenas como donas de casa e indivíduos preocupados com as tendências da moda, mas também como trabalhadoras e empoderadas – que reconhecem seu valor social. Assim, com o objetivo de manter o seu público-alvo interessado nos assuntos veiculados, as revistas femininas, como a *Marie Claire*, começaram a atualizar os conteúdos estampados nas capas,

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Ilana da Silva Rebello Viegas, e bolsista da Capes.

2 Professora Dr^ª do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem.

criando uma imagem, um *ethos*, de uma mídia comprometida com as preocupações das leitoras.

Nesse sentido, tendo essas considerações como base, este trabalho, recorte da dissertação em andamento, propõe-se a analisar o tema liberdade feminina em três capas da revista feminina *Marie Claire*: edições de julho de 2016, de dezembro de 2018 e de julho de 2019. Para isso, verificaremos como a seleção dos enunciados verbais e não verbais (modelos, cores, ângulos das fotografias etc.) contribuem para o desenvolvimento da temática e a projeção do *ethos* da revista. Em outras palavras, objetiva-se investigar as estratégias acionadas pelo Eu-comunicante da publicação, ao selecionar determinados textos verbais e não verbais para a construção do *ethos* nas capas.

O percurso teórico-metodológico tem como base a Teoria Semiollingüística do Discurso de Patrick Charaudeau, mais especificamente, os conceitos de semiotização de mundo (2007) e de sujeitos do ato de linguagem (2001). Além disso, utilizamos os pressupostos de Santos (2013), sobre a cor como informação, e de Sousa (2002), sobre alguns conceitos importantes do fotojornalismo, como o fundo e os ângulos. Esperamos, portanto, identificar os diferentes *ethé* da revista, a partir da investigação dos procedimentos lingüísticos e imagéticos que compõem as capas selecionadas.

Assim, a fim de alcançar esse propósito, explicitaremos, brevemente, os pressupostos semiollingüísticos para, em seguida, abordarmos a base da produção das capas: os sujeitos da linguagem e o processo de semiotização de mundo. Aliado a isso, investigaremos os procedimentos selecionados para a produção dos sentidos nas capas, como as estratégias de captação e de credibilidade, estudando também como os elementos verbais e não verbais estampados contribuem para a construção do *ethos*.

Teoria Semiollingüística do Discurso

O estudo do discurso, no que tange ao seu processo de construção, abrangendo os sujeitos e os mecanismos envolvidos, é analisado por diversas teorias. Nesta investigação, filiamos-nos a uma perspectiva francesa: a Semiollingüística do Discurso de Patrick Charaudeau.

A Semiologia, enquanto teoria que investiga o discurso, propõe uma análise dos campos linguísticos, semióticos e discursivos. Tal fato a caracteriza em um viés multidimensional. Nas palavras do teórico,

[...] uma análise semiológica do discurso é semiótica porque o objeto de que se ocupa só existe dentro de uma intertextualidade dependente dos sujeitos da linguagem, em que se procura identificar possíveis significantes, e é linguística porque o instrumento por meio do qual questiona esse objeto se constrói após um trabalho de conceptualização estrutural dos fatos discursivos (CHARAUDEAU *apud* OLIVEIRA, 2003, p.25).

Nesta pesquisa, por exemplo, todos esses campos de investigação contribuem para o estudo das capas de revistas: a semiótica ajuda-nos a compreender os sentidos das fotografias que são estampadas nesse gênero textual³; o estudo interno da língua permite-nos analisar, a partir da seleção dos enunciados verbais, o projeto enunciativo, isto é, a intencionalidade, das sequências textuais expostas; e o estudo discursivo auxilia-nos no entendimento de toda influência que o âmbito social traz para a construção do texto como um todo.

Por isso, podemos afirmar que a teoria proposta por Charaudeau é pertinente para a análise do nosso *corpus*, pois essa “consiste em relacionar entre si determinados questionamentos que tratam do fenômeno da linguagem – sendo uns mais externos (lógica das ações e influência social), outros mais internos (construção do sentido e construção do texto)” (CHARAUDEAU, 2007, p. 13).

Compreendida a proposta geral da teoria, abordaremos mais alguns conceitos da Semiologia que são de suma importância para a análise da construção do *ethos* nas capas da revista *Marie Claire*, como os sujeitos da comunicação e o processo de semiotização de mundo atrelados aos imaginários sociodiscursivos.

3 Aqui entendemos que as capas de revista são um gênero textual, pois “são *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características socio-comunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica”. (MARCUSCHI, 2002, p. 23) [Destques do autor]

Sujeitos da linguagem e o processo de semiotização de mundo atrelados aos imaginários sociodiscursivos

No tópico anterior, explicitamos o viés de análise que a Semiologia do Discurso propõe, evidenciando que se trata de uma teoria multidimensional, pois abarca os campos linguístico, semiótico e discursivo. A partir disso, compreendemos que Charaudeau trata de uma problemática que engloba todo o ato de linguagem, a partir de dois eixos, um externo (influências sociais) e um interno (a produção dos sentidos.)

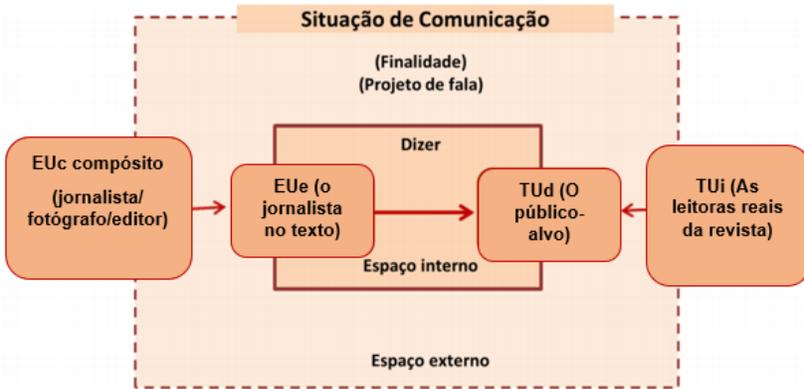
Assim, no quadro semiológico há a presença de, no mínimo, quatro sujeitos, pois, se estão concomitantemente inseridos em um circuito externo e um circuito interno da linguagem e, em todo ato de comunicação, há a presença de um “emissor” e de um “receptor”, haverá, desse modo, dois sujeitos no plano da produção e dois sujeitos no plano da recepção.

Charaudeau (2001) explicita que os sujeitos inseridos no circuito externo da linguagem, no plano do *fazer*, são o Eu-comunicante, produtor, e o Tu-interpretante, receptor que não recebe o discurso passivamente, mas interpreta os sentidos veiculados pelo comunicante a partir do seu contexto de recepção. No circuito interno, no plano do *dizer*, há o Eu-enunciador, ser discursivo, e o Tu-destinatário, um perfil de interpretante projetado pelo comunicante, isto é, o público-alvo.

Em relação ao *corpus*, percebemos que esses sujeitos, no circuito externo, são, no eixo da produção, o Eu-comunicante editora *Globo* – representada pelos jornalistas, fotógrafos, editores etc. da revista, isto é, a base social do desenvolvimento das capas. No eixo da recepção, o Tu-interpretante são as leitoras que, de fato, consomem as informações veiculadas pela *Marie Claire*.

No circuito interno, há o Eu-enunciador, o qual carrega a ideologia da editora, podendo ser o jornalista, o editor, o fotógrafo, que age no texto de acordo com o ideal proposto pela *Globo*. Já no eixo da recepção, o Tu-destinatário é o público-alvo da *Marie Claire*, as leitoras que a revista acredita ter, ou seja, um determinado perfil de destinatário.

Quadro 1



Representação dos sujeitos das capas da revista *Marie Claire* no dispositivo da encenação da linguagem

Assim, a produção das capas do *corpus* é feita com base no contexto social do Eu-comunicante e a partir de uma ideologia, veiculada discursivamente por meio do Eu-enunciador. Além disso, os conteúdos estampados são, normalmente, selecionados de acordo com o perfil do público-alvo, o Tu-destinatário. Vejamos as capas que compõem o *corpus*:

Figura 1



Capa da revista *Marie Claire* com Cléo Pires, em julho de 2016

Figura 2



Capa da revista *Marie Claire* com Alice Wegmann, em julho de 2019

As figuras 1 e 2 correspondem, respectivamente, às capas de julho de 2016 e de dezembro de 2019. Em ambas, vemos que há assuntos sobre a mulher, embora não sejam predominantemente relacionados aos eixos tradicionais, casamento e beleza, por exemplo.

Nessas edições, o Tu-destinatário projetado são mulheres que se interessam tanto por conteúdos sobre moda e beleza, “Inverno *fashion*”, “Pele nova” e “Truque de estilo”, quanto por assuntos sobre abuso sexual, machismo e orgasmo, “Cléo Pires contra o machismo” e “Orgasmo *hi-tech*”.

Nesse sentido, para veicular esses enunciados sobre a mulher, Eu-comunicante precisou transformar os conteúdos que ele acredita ser de interesse feminino em textos verbais e não verbais passíveis de serem estampados nas capas. Esse processo de construção dos enunciados é conceituado por Charaudeau (2007) de semiotização de mundo. No entanto, para a semiotização de mundo acontecer, são necessários dois processos, o de transformação e o de transação:

Postulamos então que, para que a semiotização do mundo se realize, é necessário um duplo processo:

- o primeiro, o *processo de transformação*, que partindo de um “mundo a significar”, o transforma em “mundo significado” sob a ação de um sujeito falante;
- o segundo, o *processo de transação*, que faz deste “mundo significado” um *objeto de troca* com um outro sujeito que desempenha o papel de destinatário deste objeto (CHARAUDEAU, 2007, p. 14).

Assim, os dois processos são importantes para a construção dos conteúdos que são veiculados nas capas, pois não só a transformação de um “mundo a significar” em um “mundo significado”, a partir dos procedimentos de identificação, qualificação, ação e causação (*op cit.*), é necessária, mas também os princípios de alteridade, de pertinência, de influência e de regulação, pertencentes ao processo de transação, são essenciais para o desenvolvimento do ato de comunicação.

Isso porque a alteridade, reconhecimento mútuo entre os parceiros, implica a legitimidade da revista, isto é, o direito à fala. Além disso, a pertinência exige que “os atos de linguagem sejam **apropriados** a seu *contexto* e [...] à sua *finalidade*. (*op cit.*, p. 15, grifos do autor), atribuindo credibilidade ao enunciador. Por fim, a influência e a regulação são também importantes, a fim de que os enunciados sejam veiculados para atingir o Tu-destinatário, influenciando-o a agir ou a se emocionar, sem que haja uma rejeição dos conteúdos propostos. Assim, é necessário traçar estratégias de captação não só para chamar a atenção das leitoras, como também para fazê-las acreditar naquilo que é veiculado.

É partindo da compreensão da necessidade de mecanismos para convencer o destinatário da credibilidade que a revista possui, que o Eu-comunicante evoca imaginários sociodiscursivos (CHARAUDEAU, 2018) acerca da mulher.

De acordo com o teórico francês (*op cit.*), os imaginários sociodiscursivos são uma forma de apreensão da realidade, baseada nas representações sociais e nos saberes percebidos e significados pelos sujeitos de um(s) determinado(s) grupo(s), e inseridos na troca comunicativa. Nas palavras do teórico (*op. cit.*, p. 203):

À medida que esses saberes, enquanto representações sociais, constroem o real como universo de significação, segundo o

princípio de coerência, falaremos de “imaginários”. E tendo em vista que estes são identificados por enunciados linguageiros produzidos de diferentes formas, mas semanticamente reagrupáveis, nós os chamaremos de “imaginários discursivos”. Enfim, considerando que circulam no interior de um grupo social, instituindo-se em normas de referência por seus membros, falaremos de “imaginários sociodiscursivos”

Os imaginários, nesse sentido, estão de acordo com os valores veiculados em determinados grupos em um dado contexto de comunicação. Os enunciados veiculados nas figuras 1 e 2 evocam tais representações, a fim de construir uma postura engajada da revista. Isso também ocorre na figura 3:

Figura 3



Capa da Revista *Marie Claire* com Leticia Colin, em dezembro de 2018

A figura 3 expõe a mesma temática das duas capas apresentadas anteriormente: a liberdade feminina. Para construir esse tema, percebe-se a utilização dos processos de transformação e de transação. No que tange ao primeiro, verifica-se o título em destaque “Meu corpo, minhas regras”, ratificando o conteúdo não verbal – a modelo que aparece em um ângulo

frontal e com uma parte do seio aparecendo, e identificando que, sobre o corpo da mulher, quem estabelece o que deve ser feito é ela.

O mesmo processo de identificação, aliado à figura das modelos, também em um ângulo frontal, indicando uma aproximação entre o leitor e o conteúdo, acontece nas figuras 1 e 2, em que os títulos em destaque são, respectivamente, “Linda, nua, e se ela disser não, é ESTUPRO” e “Amor e liberdade”. Na figura 1, há, ainda, uma ação seguida de uma causação, pois, caso a mulher diga não, o que ocorrerá a seguir será uma violência, isto é, um estupro. A mulher, então, é um ser ativo, que possui voz e tem direito de escolher o que deseja fazer com o seu corpo.

Nesse sentido, a revista busca, com base em sua identidade social (CHARAUDEAU, 2009), isto é, no seu perfil de revista feminina, veicular assuntos relacionados aos interesses atuais da mulher. Para isso, evoca imaginários sociodiscursivos de cunho feminista, os quais se baseiam na crença de que o ser feminino tem direitos sobre o seu corpo e é livre para fazer suas escolhas, tanto em relação à beleza quanto no que tange às relações sexuais.

Contudo, como apontado, o processo de semiotização de mundo ocorre por meio de dois processos. O segundo, o de transação, pauta-se na legitimidade da revista, que está no mercado editorial desde meados do século XX, possuindo grande reconhecimento na mídia feminina.

Além disso, a fim de manter a legitimidade e conquistar a credibilidade frente ao público-alvo, nas capas, há também a veiculação de imaginários sociodiscursivos mais tradicionais, aqueles que se baseiam nas crenças patriarcais, em que a mulher deve ser submissa ao homem e dedicar-se à maternidade, ao lar, e preocupar-se em manter-se sempre bela. Embora hoje haja também a permanência do tópico moda e beleza mais direcionado aos cuidados da mulher em si do que à necessidade de agradar ao sexo masculino, a veiculação de um imaginário em que a mulher deve se preocupar com sua beleza é mantido.

Há, assim, subtítulos sobre moda e beleza “Inverno *fashion*”, “Pele nova” (figura 1), “Truque de estilo” (figura 2), “Renova-se”, “Nós testamos” (figura 3), que, respectivamente, falam sobre os melhores *looks* e os novos aparelhos que fortalecem a pele.

Percebe-se, assim, que somente a legitimidade da revista não é suficiente para a construção da credibilidade. A revista precisa se valer de estratégias, como o equilíbrio dos conteúdos que são veiculados, e escolher uma modelo para estampar na capa que represente, pelo menos, a maioria

das mulheres. Se a revista não agradar o seu público leitor, pode perder mercado para as suas concorrentes. Nesse sentido, como no ato de linguagem atuam simultaneamente dois circuitos, um externo e um interno, o sujeito produtor pode construir uma imagem de si, mascarando sua verdadeira identidade, e adotando, dessa forma, uma identidade discursiva, ou melhor, um *ethos* de revista atualizada e engajada com os assuntos de interesse da mulher moderna.

A construção do *ethos* da revista *Marie Claire*

No tópico anterior, ao abordarmos a questão da semiotização de mundo, dissertamos acerca dos processos de transformação e de transação. Neste, os princípios de alteridade, pertinência, influência e de regulação demonstraram-se essenciais para o desenvolvimento dos enunciados nas capas selecionadas, uma vez que, para ter eficácia no ato de comunicação, a revista precisa ter sua legitimidade reconhecida, manter uma credibilidade e utilizar-se de estratégias para captar o seu público-alvo.

Assim, em alguns casos, somente a identidade social da revista, a de mídia feminina, pode não ser suficiente para a captação do público e a conquista da credibilidade. É necessária a construção de uma identidade discursiva.

De acordo com Charaudeau (2009), a identidade social não é suficiente para a eficácia da enunciação, pois o TUI pode rejeitar o discurso que o Eu-comunicante projeta. Com isso, a partir do espaço de liberdade do contrato de comunicação, e em paralelo ao desenvolvimento de um Eu-enunciador, ocorre a construção de uma identidade discursiva, que tem a finalidade de ou mascarar, ou reforçar a identidade social, e é a partir desse possível mascaramento que o sujeito constrói uma imagem de si – o *ethos*.

O *ethos* das capas, por sua vez, é uma imagem construída pelo comunicante, isto é, os conteúdos e as imagens veiculados na capa pelo Eu-comunicante, no papel de Eu-enunciador, são estrategicamente selecionados. Assim, mesmo que não haja uma completa consciência da imagem que está sendo construída, ela é passada a partir das temáticas expostas, pois, segundo Amossy (2018), o sujeito já constrói uma imagem de si ao se comunicar.

A comunicação nas capas da revista *Marie Claire* é feita pelos textos verbal e não verbal, por ser um gênero textual multimodal. Por isso, é preciso salientar que os enunciados não verbais, as modelos, por exemplo, também auxiliam na projeção de um *ethos*, pois, segundo Monnerat (2013), uma imagem também veicula sentidos. Assim, nas três capas, percebe-se que há três artistas de um perfil semelhante, isto é, todas são brancas e magras – caracterizando um padrão de mulher.

Além disso, a fotografia de cada uma delas não é percebida isoladamente; elas são estampadas em conjunto com um fundo. De acordo com Sousa (2002, p. 85):

A psicologia da Gestalt ensina-nos que percebemos contextualmente configurações globais e não unidades dispersas, ou seja, percebemos conjuntos organizados de sensações. Assim, a figura percebe-se sobre um fundo, a menos que ela preencha todo o enquadramento.

Nas capas selecionadas, o fundo, normalmente, ou é colorido, figura 1 e 3, ou é uma paisagem, figura 2. Em relação ao fundo na figura 1, percebemos o uso da cor preta, que, segundo Guimarães (2000), pode representar culturalmente o luto, o protesto e a seriedade. Aliado a isso, temos a foto da atriz Cléo Pires com um ar de seriedade: olhos direcionados para frente, braços fechados e sem esboçar feições de alegria.

Assim, em conjunto com o texto verbal, “Linda, nua, e se ela disser não, é estupro”, a capa constrói um *ethos* sério, ao demonstrar que a revista está engajada com a pauta do abuso sexual.

Na figura 2, o fundo com a paisagem, com as plantas e com o chão amadeirado, veicula um sentido de naturalidade e positividade, uma vez que, compondo a capa, a atriz Alice Wegmann aparece nua e a cor verde do fundo, na natureza, remete à ecologia, mas também à liberdade e à permissão (SANTOS, 2013). Já o branco, na fonte das letras dos títulos, reforça a ideia de paz, de serenidade e de tranquilidade. O lilás, por sua vez, utilizado na fonte do nome da revista, aproxima-se da função do rosa, por ser muito utilizado em roupas de meninas, criando também uma atmosfera de feminilidade.

Assim, esse sentido de paz e de naturalidade, em união aos enunciados verbais sobre “Amor e liberdade”, “Casais e trisais”, que abordam

a questão da poligamia, além do único título sobre beleza em “truque de modas”, constrói uma imagem mais moderna da revista, trazendo o tema relacionamento por outra perspectiva, sem ser a relação tradicional monogâmica em que a mulher está preocupada em agradar o marido.

Já na figura 3, a cor branca, na fonte da letra, na vestimenta da modelo e no degradê do fundo, aparece simbolizando a paz, o conhecimento e a liberdade. Não há, portanto, um tom de protesto como na figura 1. Além disso, a cor da fonte dos subtítulos, em tom rosé, remete à feminilidade.

Ademais, o olho da artista, assim como nas figuras 1 e 2, direciona-se às leitoras, o que remete a uma interlocução e cria uma aproximação entre o leitor e a modelo. A atriz, ainda, aparece seminua, ratificando a liberdade de escolha expressa pelo texto verbal “Meu corpo, minhas regras”.

Há, novamente, a partir dos enunciados e das imagens estampadas, a construção de uma imagem moderna da revista, o que, ao mesmo tempo, ratifica a sua credibilidade frente ao público-alvo, por possivelmente se identificar com os novos conteúdos, e a sua legitimidade, por cumprir com o propósito de veicular assuntos sobre a mulher, sendo, dessa forma, uma revista feminina.

Portanto, percebe-se que, a fim de captar o Tu-destinatário, o Eu-comunicante, no papel de Eu-enunciador, utiliza-se de estratégias, evocando imaginários sociodiscursivos tradicionais e “atualizados” acerca do feminino. Dessa forma, as capas, ao veicularem determinados enunciados, revelam um *ethos* de revista engajada e preocupada com o universo feminino.

Considerações finais

Percebe-se, portanto, que o Eu-comunicante das três capas selecionadas da revista *Marie Claire* busca a manutenção de sua legitimidade, por meio do uso de estratégias de captação e de credibilidade.

Aliado a isso, a temática da liberdade é veiculada com base na ideologia da revista e a partir da compreensão de que a mulher moderna ainda tem preocupações relacionadas à feminilidade, isto é, o interesse por moda, horóscopo, romance, além de ter uma postura tranquila, serena e empoderada, como foi possível ver na proporcionalidade de imaginários tradicionais e mais modernos sobre a mulher nas figuras.

O *ethos* projetado, então, é construído no ato de comunicação, a partir da seleção dos assuntos e dos textos verbal e não verbal. Assim, verificou-se que as três capas veiculam um *ethos* de revista preocupada e engajada com as demandas femininas mais atuais, embora a imagem padrão das modelos, os tons que remetem à feminilidade e os assuntos sobre moda ainda persistam nas capas em alguns títulos e subtítulos.

Referências

- AMOSSY, R. (Org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2ª.ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. 2ª ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHARAUDEAU, P. Imagem, mídia e política: construção, efeitos de sentido, dramatização, ética. *In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia; LIMA, Helcira; LYSARDO-DIAS, Dylia. Imagem e discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013, p. 383-405.
- CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. *In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.). Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p.11-27.
- CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. *In: MARI, H.; MACHADO, I. L.; MELLO, R. de. Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Nad-FALE-UFMG, 2001.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In: DIONÍSIO, Â. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.
- MONNERAT, R. A imagem no discurso publicitário: Texto verbal e não verbal podem estar em conflito? *In: MENDES, E.; MACHADO, I. L.; LIMA, H.; LYSARDO-DIAS, D. Imagem e discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013, p. 383-405.
- OLIVEIRA, Ieda de. *O contrato de comunicação da literatura infantil e juvenil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

SANTOS, A. O. *Jornal popular e jornal de referência: manchetes e chamadas na formação de leitores críticos*. 2013. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras. Universidade Federal Fluminense. 2013.

SOUSA, J. P. Para gerar sentido: a linguagem fotojornalística. *In: Fotojornalismo: uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. Porto, Portugal: 2002.

Créditos das imagens

Quadro 1: CHARAUDEAU, P. Linguagem e Discurso: Modos de organização. São Paulo: Contexto, 2016, p. 52 (Adaptado).

Figura 1: Capa da Revista Marie Claire, julho de 2016. Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/Celebridades/noticia/2016/06/se-eu-disse-nao-e-estupro-famosas-posam-nua-pela-liberdade-feminina.html>> Acesso em: dez. 2020.

Figura 2: Capa da revista Marie Claire, junho de 2019. Disponível em: <<http://www.joaoalberto.com/2019/05/30/alice-wegmann-celebra-sua-primeira-capa-solo-em-revista/>> Acesso em: dez. 2020.

Figura 3: Capa da revista Marie Claire, dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.lilianpacce.com.br/moda/leticia-colin-faz-topless-para-marie-claire-meucorpominhasregras/>> Acesso em: dez. 2020.

O DIVÓRCIO E O ESTEREÓTIPO FEMININO: UMA ANÁLISE DOS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS SOBRE A MULHER EM UM COMERCIAL DE O *BOTICÁRIO*

Caroline Lourenço Monteiro¹

Introdução

Embora o tratamento dado às questões de gênero no Brasil tenha avançado, há um longo caminho a ser percorrido no que diz respeito ao combate a estereótipos sobre a mulher, ainda tão enraizados em nossa cultura. A mulher contemporânea conquistou direitos civis, mas a luta por conquistar a liberdade de escolher que papéis deseja exercer na sociedade se faz presente diariamente, pois alguns nomes como beleza, esposa e mãe parecem ainda estar intrínsecos à figura feminina.

Essas designações também aparecem em anúncios publicitários, sobretudo naqueles destinados ao público feminino. A fim de tocar o seu interlocutor, o discurso publicitário utiliza diversas estratégias para a captação dele, ou seja, o objetivo do domínio publicitário está centrado na persuasão do outro. Se em qualquer ato de linguagem pensar na instância receptora é fundamental, na publicidade isso tem papel determinante, já que é preciso apostar que o consumidor irá adquirir determinado produto.

A importância de analisar o papel do interlocutor na produção de qualquer enunciado já foi tema de muitos estudos linguísticos, como

1 Doutoranda em Estudos da Linguagem /UFF, bolsista do CNPQ, orientada pela professora Doutora Patrícia Ferreira Neves Ribeiro.

Benveniste (1988), que embora ainda colocasse o *eu* numa posição central, trouxe o conceito de intersubjetividade, ou seja, um *eu* só se configura em relação a um outro. Bakhtin (2011), por meio da sua teoria dialógica, ampliou a visão de Benveniste ao focalizar seus estudos na relação entre um eu e um outro. Segundo ele, o dialogismo é uma condição da linguagem e do discurso:

Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva [...]. A compreensão passiva do significado do discurso ouvido é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva real e plena [...] (BAKHTIN, 2011, p. 271, 272).

Para reforçar a importância de um outro, Bakhtin atrela o conceito de dialogia ao de alteridade, pois esse *eu* necessita do outro para constituir seu mundo e para constituir-se a si mesmo.

Toda palavra serve de expressão de um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN, 2011, p. 117).

A teoria Bakhtiniana serviu como base para a teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau, na qual se destaca a importância do interlocutor ao projetar os sujeitos interagentes existentes em todo ato de comunicação. Esse interlocutor, mesmo quando não está presente no momento de produção, é pensado e analisado por um enunciador, que tem como objetivo atingi-lo e, por isso, utilizará certas estratégias linguísticas para tocar o seu interlocutor.

A fim de buscar uma identificação com seu público, os anúncios publicitários de produtos de beleza ativam o imaginário sociodiscursivo do receptor e, assim, contribuem para a formação de imaginários individuais e coletivos que, de certo modo, acabam reforçando estereótipos que não cabem mais à mulher moderna, já que ela tem a liberdade de exercer o

papel que desejar dentro da sociedade. Portanto, este estudo tem por objetivo flagrar quais imaginários sociodiscursivos da mulher estão presentes no comercial *A Linda Ex*, da marca de cosméticos *O Boticário* e comprovar como eles reafirmam estereótipos femininos.

A abordagem Semi linguística

Na abordagem dos pressupostos que norteiam a teoria Semi linguística de Análise do Discurso, cunhada pelo linguista Patrick Charaudeau, a construção do sentido se dá através de sujeitos movidos por determinadas intenções comunicativas e inseridos num mundo social. Dessa forma, a construção do sentido depende do dispositivo comunicativo, articulando o implícito e o explícito, o discursivo e o situacional, assim como dos sujeitos que enunciam, já que esse efeito de sentido é fruto da interação entre esses sujeitos sob um quadro contratual.

Os sentidos também não dependem exclusivamente de um sujeito, mas sim de todos os sujeitos que fazem parte de um ato de linguagem, já que esses sentidos são construídos tanto na produção quanto na recepção de qualquer enunciação. Isso faz com que todo ato de linguagem seja uma aposta, na qual o locutor deseja que o interlocutor encontre nos enunciados muito mais do que apenas o sentido literal de palavras, pois, segundo Charaudeau (1999, p. 30), os enunciados não significam em si mesmos, só quando são colocados num determinado espaço de condicionamento.

Também é importante mencionar que todo ato de linguagem é, segundo Charaudeau (2012b, p. 45), um ato interenunciativo entre dois tipos de sujeitos: os sujeitos chamados de EUE – EU enunciador – e TUD – TU destinatário –, que assumem a instância da produção e são abstrações; e os parceiros, chamados de EUC – EU comunicante – e TUI – TU interpretante –, seres do mundo real, ligados em uma relação contratual.

No espaço interno, temos o mundo discursivo, onde se encontram os seres da fala e onde se apresenta a “*mise-en-scène*” – a encenação do ato de linguagem, no sentido literal do termo – enquanto, no espaço externo, temos o mundo situacional, onde se encontram os seres agentes e onde circulam saberes ligados ao psicossocial.

Como o *corpus* em questão trata-se de um anúncio publicitário da marca *O Boticário*, exemplificaremos, baseado no quadro proposto por Charaudeau, como seria construída a “*mise en scène*” publicitária:

Figura 1



A *mise en scène* publicitária

O EUC, num momento inicial, é identificado pela marca *O Boticário*, mas, na verdade, podemos afirmar que ele é multifacetado, pois há outros sujeitos que fazem parte desse processo de produção, como a agência de publicidade contratada pela marca e a mídia em que a propaganda será veiculada. A fim de conseguir tocar o público-alvo, o EUC assume uma máscara de benfeitor ao oferecer um produto que preencherá uma carência do receptor.

Essa carência é característica de um sujeito ideal, imaginado pela instância de produção, beneficiado pela compra do produto que preencherá essa falta. No caso da marca *O Boticário*, o TUD é representado, em sua maioria, por mulheres que se preocupam com a aparência e, por isso, têm interesse em produtos de beleza. Esse TUD pode coincidir ou não com o TUI, e é nessa coincidência que se dá o sucesso de uma campanha publicitária.

Entretanto, não há garantias de que essa coincidência sempre existirá. Charaudeau afirma que todo ato de linguagem é uma aposta que nem sempre terá sua finalidade comunicativa alcançada. O linguista ressalta que:

Ora, um mesmo ato de linguagem pode ser interpretado por diferentes TUI e com isso, o EUC pode ser conhecido de diferentes maneiras. Assim, uma mesma fala poderá ser

interpretada como “provocadora”, “demagógica”, “denunciadora” e/ou irônica conforme o TUi (CHARAUDEAU, 2012b, p. 51).

Essa aposta de uma comunicação bem-sucedida estabelecida entre os quatro sujeitos se constrói sob o comando de um contrato comunicativo. Esse contrato depende, segundo Charaudeau (1996, p. 35), de três componentes: o comunicacional, que analisa o quadro físico do ato linguageiro; o psicossocial ou situacional, que diz respeito às impressões que os parceiros têm uns em relação aos outros; e o intencional ou discursivo, que se refere ao “conhecimento” que os parceiros têm uns dos outros, levando em conta os imaginários culturais e os saberes compartilhados entre eles.

O contrato de comunicação e o discurso publicitário

Segundo Charaudeau (2012a), qualquer situação de comunicação é regida por um contrato que determina quais são as restrições discursivas e formais dessa troca entre os sujeitos, em relação ao espaço, ao tempo, às relações sociais e às palavras. Tais restrições são estabelecidas através das práticas sociais e instauradas pelos indivíduos de uma comunidade, que, assim, veem construídas as convenções e as normas dos atos linguageiros para que ocorra, de fato, a comunicação.

Para que o ato de linguagem seja satisfatório, é preciso, então, que os sujeitos em interação sejam capazes de reconhecer as mesmas restrições da situação de comunicação, ou seja, que ambos reconheçam o contrato de comunicação que sobredetermina qualquer situação de troca linguageira. Neste trabalho, estamos focalizando o contrato de comunicação publicitário, esse acordo tácito entre fabricante e comprador. Vale ressaltar que, apesar de todas as restrições impostas pelo contrato de comunicação, o sujeito comunicante ainda tem um espaço de estratégias em que pode realizar o seu projeto de fala pessoal, manifestando sua individualidade e suas intenções, com vistas a atingir o objetivo traçado para a situação comunicativa.

Charaudeau (2010) define o contrato publicitário como um dispositivo triangular do qual fazem parte a instância publicitária, a instância concorrência e a instância pública. Conforme o autor:

- A instância “publicitária” tira sua legitimidade da sua posição na economia de mercado: o direito de vangloriar as qualidades de um produto em detrimento das qualidades dos produtos de seus concorrentes, o que faz com que ela se defina em oposição às outras instâncias concorrentes. Então, ela se apresenta como uma instância benfeitora, já que diz à instância receptora como realizar seu sonho.
- O objeto de fala é duplo: por um lado, ele apresenta o objeto de busca ideal como um benefício absoluto (até mesmo um sonho); por outro lado, apresenta o produto (bem de consumo), não como objeto de busca, mas como o único meio (auxiliar) para realizar o sonho;
- A instância “público” é atribuída, enquanto indivíduo, a um duplo lugar de “consumidor comprador potencial” e “consumidor efetivo da publicidade”. Como consumidor comprador, ele é levado a dever crer que tem uma falta e que somente pode querer ser o agente de uma busca que preencherá sua falta, e que, para isso, contará com a ajuda do auxiliar que lhe é proposto (CHARAUDEAU, 2010, p. 64-65, grifos do autor).

De acordo com as condições de produção em que se encontra, o discurso publicitário “está sempre às voltas” com dois tipos de contrato (CHARAUDEAU, 1983, *apud* MONNERAT, 2010, p. 101): o *contrato do sério*, no qual supõe-se um público-alvo racional que busca a eficácia de um produto; e o *contrato do maravilhoso*, no qual supõe-se um público mais sonhador que espera algo “mágico” de um produto. Nesse tipo de discurso, o eu comunicante deseja fazer o sujeito interpretante crer que existe uma carência que só pode ser suprida pela compra do produto.

Segundo Monnerat (2010), a fim de alcançar esse objetivo, os sujeitos fazem uso de estratégias discursivas que se adequarão às condições de cada “*mise en scène*” comunicativa. O primeiro tipo é a *estratégia de legitimação*, responsável por dar ao sujeito o direito à palavra, certificando o seu *saber fazer*. O segundo tipo é a *estratégia de credibilidade*, a qual deve garantir que o sujeito seja levado a sério de acordo com o julgamento que o destinatário faz dele. E, por fim, a *estratégia de captação*, utilizada pelo sujeito para tocar o parceiro da troca comunicativa, de modo que suas intencionalidades sejam percebidas e provoquem certa emoção. Para isso, o

sujeito pode escolher três tipos de atitudes discursivas: a atitude polêmica, que antecipa as possíveis contestações do interlocutor, eliminando-as; a atitude de sedução, buscando uma identificação com o interlocutor por meio de um imaginário no qual o sujeito lhe concederia benefícios; e a atitude de dramatização, despertando emoções no interlocutor por meio de valores afetivos socialmente compartilhados.

Para Charaudeau (2010), o gênero publicitário faz parte, juntamente com os gêneros promocional e político, do discurso propagandístico, e a finalidade de cada ato comunicativo se dá em termos de visadas. Essas visadas devem ser analisadas de acordo com um triplo critério: a intenção do *eu* diante do *tu*; a posição de legitimidade do *eu*; e a posição que instaura para um *tu*.

No discurso propagandista, podem existir três visadas:

- a) de “prescrição”, na qual um *eu*, legitimado por uma autoridade, deseja *fazer fazer* algo a um *tu*, que se encontra na posição de *dever fazer* (ex.: leis e regulamentos);
- b) de “informação”, na qual um *eu*, legitimado por uma posição de saber, quer *fazer saber* algo a um *tu*, que se encontra na posição de *dever saber* (ex.: domínio jornalístico);
- c) de “incitação”, na qual um *eu*, por não estar em uma posição de autoridade, deseja *fazer crer* a um *tu*, em posição de *dever crer* (ex.: discurso propagandista e discurso político).

Assim, no caso da publicidade, a instância de produção, por não estar em posição de autoridade, deve “fazer crer”, seja pela sedução, seja pela persuasão, que a instância de recepção tem uma falta a ser preenchida. A instância de recepção, por sua vez, numa posição de “dever crer”, deve crer que essa falta existe e deve “querer fazer” o que a instância de produção lhe oferece.

A publicidade e a construção dos imaginários sobre a mulher

Carrascoza (2002) caracteriza a publicidade como um discurso predominantemente deliberativo, tendo como base a divisão que Aristóteles fez em sua *Arte retórica* para os três gêneros da retórica: o deliberativo, no

qual há uma espécie de aconselhamento para uma ação futura; o judiciário, no qual há a defesa ou a acusação de fatos passados; e o demonstrativo, no qual se elogia ou se censura algo no presente. Desse modo, o texto publicitário deseja aconselhar o público a uma futura compra do produto. Para isso, lançará mão de diversas estratégias tais como a criação de inimigos e utilização de estereótipos, que, por muitas vezes, fortalecerão determinadas práticas culturais como se estas fossem naturais e, assim, manipulam os valores responsáveis pela construção dos imaginários sociais.

Vestegaard e Schroder, na obra *A linguagem da propaganda*, apontam que:

[...] os anúncios devem preencher a carência de identidade de cada leitor, a necessidade que cada pessoa tem de aderir a valores e estilos de vida que confirmem seus próprios valores e estilos de vida e lhe permitam compreender o mundo e seu lugar nele. Estamos aqui em presença de um processo de significação, no qual um certo produto se torna a expressão de determinado conteúdo (estilo de vida e valores). Evidentemente, o objetivo final desse processo de significação consiste em ligar a desejada identidade a um produto específico, de modo que a carência de uma identidade se transforme na carência do produto (VESTEGAARD; SCHRODER, 2004, p. 109-110).

No caso específico da publicidade de produtos de beleza direcionados ao público feminino, essa identificação pode perpetuar a imposição de um padrão estético e comportamental, já que a mulher real precisa se identificar com a mulher do anúncio ou, no mínimo, a mulher do anúncio deve representar uma imagem de mulher ideal.

Essa imagem de mulher ideal remete ao conceito de arquétipos. Carl Gustav Jung, citado por Randazzo (1997), define o arquétipo como ideias comuns partilhadas entre todas as pessoas, existentes no inconsciente e funcionando como instintos moldadores do comportamento desde a origem da espécie humana. O arquétipo não existe por si só, percebemos a sua existência através das suas inúmeras imagens e símbolos arquetípicos. A publicidade percebeu a força dos símbolos arquetípicos na vinculação de seu produto, sua marca ou sua ideia com o consumidor, porque levam ao consumidor uma mensagem que parece familiar e que, remetendo-se

ao inconsciente, ativa os desejos, as lembranças e os sentimentos mais primordiais do ser humano.

Como este trabalho aborda a publicidade direcionada ao público feminino, apresentaremos três arquétipos que podem ser bastante observados nesse tipo de texto: Grande Mãe, Donzela e Prostituta. A imagem arquetípica da Grande Mãe tem raízes no instinto maternal, na função de geradora de vida e condutora das relações familiares. “A Grande Mãe é uma imagem feminina universal que mostra a mulher como eterno ventre e eterna provedora” (RANDAZZO, 1997, p. 103). O arquétipo da Donzela, Virgem ou Musa representa o lado da Grande Mãe dotado de uma beleza etérea, pueril e fascinante. O oposto desse arquétipo é a Prostituta ou Tentadora, que traz uma sexualidade não domesticada e, por isso, enfeitiça os homens, ameaçando a ordem da estrutura familiar.

Dessa forma, a publicidade fará uso não só desses arquétipos mencionados almejando uma identificação com o público-alvo, como também de muitos outros símbolos. Segundo Pinto, a publicidade estabelece uma comunicação direta com a mente do consumidor, sem que isso signifique usar uma linguagem mais direta ou destacar as inúmeras qualidades do produto, mas sim “ativar o mundo imaginário do receptor” (PINTO, 1997, p. 26).

Charaudeau salienta que, dentre as estratégias às quais o EUC pode recorrer para alcançar a adesão do TUI está “a fabricação de uma imagem de ficção como lugar de identificação do sujeito com um outro, imagem essa que constitui um lugar de projeção do imaginário desse sujeito” (CHARAUDEAU, 2012b, p. 57). Isso significa dizer que a projeção que o EUC faz do TUD, na cena enunciativa, remete a um conjunto de valores e crenças socialmente construídas e difundidas – um imaginário sociodiscursivo – que aquele supõe que este irá reconhecer e com ele se identificar.

Baseados em saberes de conhecimento e saberes de crença, os imaginários sociodiscursivos são formas de interpretar a realidade que testemunham identidades de uma coletividade – da forma como indivíduos e grupos percebem e julgam os acontecimentos e as suas atividades sociais. Patrick Charaudeau aponta que

os imaginários são engendrados pelos discursos que circulam nos grupos sociais, se organizando em sistemas de pensamento coerentes, criadores de valores, desempenhando

o papel de justificação da ação social e se depositando na memória coletiva (CHARAUDEAU, 2007, p. 579).

Assim, a publicidade fará referência aos imaginários das instâncias receptoras, de modo a tocar seus afetos, que aquela supõe que estas irão reconhecer e com eles se identificar. Cabe ressaltar que os estereótipos estão inseridos nos imaginários sociodiscursivos, então, a publicidade também pode acabar reproduzindo determinados estereótipos, consolidando determinadas ideologias. No caso da publicidade destinada às mulheres é comum perceber alguns estereótipos que ainda são atribuídos à mulher como “a mulher nasceu para ser mãe”, “a mulher tem que casar”, “a negação da beleza natural feminina”, entre outros. Desse modo, segundo Carrascoza, “como verdade já aceita pelo público, o estereótipo impede o questionamento do que está sendo comunicado” (CARRASCOZA, 2002, p. 41) e vai sendo perpetuado como verdade absoluta.

Análise do *corpus*

O objeto de nossa análise é o comercial da marca *O Boticário*, intitulado “Acredite na beleza: A Linda Ex”, lançado em 27 de dezembro de 2016, veiculado na TV fechada e nos canais da marca na internet. Criado pela agência *AlmapBBDO*, o comercial, com duração de 2 ‘58”, apresenta três casais em processo de separação que falam sobre os motivos que levaram ao término da relação. Na sequência, a marca de cosméticos propõe deixar essas mulheres mais bonitas para o dia da assinatura do divórcio. O filme termina mostrando a reação de surpresa dos ex-maridos no encontro com as ex-mulheres bem maquiadas e bem vestidas, enquanto o áudio repete as falas dos homens alegando os motivos da separação.

Tendo como base os modos de organização do discurso propostos por Charaudeau (2012b), sabemos que poderíamos propor uma análise que englobasse os modos narrativo, argumentativo e enunciativo, mas focalizaremos no modo de organização narrativo. Monnerat (1999) aponta que os quatro elementos presentes no tipo narrativo evidenciam o produto, pois é ele o objeto da busca, o auxiliar eficaz, o aliado e o agente da busca.

O anúncio também apresenta uma organização narrativa que muito se assemelha ao conto popular (MONNERAT, 1999):

- Situação inicial desfavorável, um desequilíbrio – mulheres descontentes com a separação conjugal e sentindo-se diminuídas;
- Aparição de um herói que vai reparar a situação – *O Boticário* propõe uma “transformação” no dia da assinatura do divórcio;
- Alcance do objetivo, um equilíbrio – as mulheres se sentem confiantes e as feições dos maridos fazem parecer um certo arrependimento pela separação.

Podemos observar que há a predominância do contrato do maravilhoso, já que o comercial não foca nas características dos produtos, mas sim na possibilidade de este preencher uma falta; como em uma mágica, havia uma carência que foi suprida pelos produtos *O Boticário*. Logo, *O Boticário* torna-se um auxiliar eficaz para dizimar o inimigo, que, nesse caso, é o divórcio e a indiferença masculina.

A publicidade em questão utiliza de uma estratégia de captação, pois, já que o sujeito comunicante não está em uma posição de autoridade, ele precisa seduzir o interlocutor por aspectos emocionais, ou seja, pelo *pathos*. Assim, numa atitude de dramatização, apoiado em valores afetivos partilhados, vale-se de uma situação que é um drama – o divórcio – para que o seu produto ocupe a posição de herói.

Após a assinatura do divórcio, a frase “Tudo pode acabar, menos a sua autoconfiança” aponta que o *ethos* que o sujeito comunicante quis projetar foi o de que as mulheres precisam desenvolver a autoconfiança para que se sintam seguras até mesmo nas situações mais adversas. No entanto, ao atrelar a autoconfiança somente à aparência física, no *ethos* mostrado, a marca acaba reforçando que o padrão ideal de beleza feminina está sempre ligado a artifícios de embelezamento, reafirmando estereótipos.

A fala dos maridos, ao enumerar as causas da separação, também direciona o interlocutor a pensar que o desinteresse dos maridos foi determinante para o processo de distanciamento do casal, como “assim como a gente se acostuma com o carro, a gente se acostuma com uma pessoa do lado, né”; “acontece de parar de olhar” e “a pessoa deixa de ser atrativa”. Desse modo, a falta da beleza artificial feminina pode ser entendida como uma das causas da desatenção masculina, colaborando, assim, para o divórcio.

Depois de produzirem as três mulheres com maquiagem, penteado e roupas novas, o comercial mostra a chegada de cada uma na sala em que

acontecerá a assinatura do divórcio, onde os respectivos maridos já aguardavam. Nesse momento, a câmera foca no olhar dos maridos, que mostram surpresa com o que veem, enquanto o áudio retoma as falas deles sobre as causas da separação, sobretudo aquelas em que se fala sobre a falta do olhar diferenciado, a falta de atração e o estabelecimento da rotina.

Após a assinatura, as mulheres saem da sala e reafirmam, por meio de pequenas falas, o fato de estarem se sentindo seguras e confiantes, sensação que só foi alcançada pela retomada do olhar dos ex-maridos, ou seja, uma mulher segura é a mulher que tem a capacidade de conquistar a admiração do universo masculino. Vale ressaltar que essa admiração foi alcançada pelo fato de elas estarem dentro de um padrão ideal de beleza, que, cada vez mais, distancia-se da beleza natural e se aproxima da beleza artificial.

Outro fato que merece nossa atenção é que a iniciativa da separação parece sempre ser do homem, cabendo à mulher um lugar passivo de aceitação e um papel de “ter que dar a volta por cima” para reconquistar seu lugar na sociedade, já que o lugar “valioso” de “mulher casada” foi perdido. Essa é a ideia que circula nos imaginários coletivos, a ideia de que toda mulher quer casar-se e, desse modo, o divórcio é um fracasso do qual ela não deseja estar à frente.

Considerações finais

Este trabalho foi realizado a partir da investigação de um comercial da marca *O Boticário*, veiculado na TV fechada e no YouTube, no qual buscamos flagrar os imaginários sociodiscursivos sobre a mulher. Nossa busca, ancorada, sobretudo, nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise Semi linguística do Discurso, permitiu-nos identificar a reprodução de determinados imaginários que contêm estereótipos sobre a questão feminina.

Na tentativa de conseguir estabelecer uma relação direta com o público-alvo, a marca deixa de lado a apresentação das qualidades do produto e ativa o imaginário feminino sobre um momento difícil pelo qual toda mulher está suscetível a passar: o divórcio. Ao longo do comercial, pudemos perceber a reprodução de imaginários que contribuem para a manutenção de estereótipos femininos, como o padrão ideal de beleza, o sucesso atrelado à atenção despertada nos homens e ao fato de estar casada.

A publicidade tem um papel fundamental na construção dos imaginários coletivos e, por isso, poderia ocupar um lugar muito importante na exterminação de estereótipos. Desse modo, uma mudança na representação da mulher que não reafirme os padrões de beleza e de comportamento que lhe são impostos seria um grande avanço para que cada vez mais mulheres se sintam à vontade ao não se encaixarem nos padrões.

Referências

- CARRASCOZA, J. A. *A evolução do texto literário*. São Paulo: Futura, 2002.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012a.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012b.
- CHARAUDEAU, P. O discurso propagandista: uma tipologia. *In*: MACHADO, I. L.; MELLO, R. *Análises do Discurso Hoje*. vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna), 2010. p. 57-78.
- CHARAUDEAU, P. Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux. *In*: BOYER, H. (dir.). *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène*. L'Harmattan, 2007.
- CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. *In*: GAVAZZI, S.; PAULIUKONIS, M. A. L. (Orgs.). *Da língua ao Discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p.11-29.
- CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. *In*: MARI, H. *et alii*. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001, p. 23-37.
- MONNERAT, R. S. M. As armadilhas da mídia: estratégias discursivas na publicidade. *In*: GOUVÊA, L. H. M.; GOMES, R. S. (Orgs.). *Anais do II Fórum Internacional de Análise do Discurso: Discurso, Texto e Enunciação – Homenagem a Patrick Charaudeau*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- MONNERAT, R. S. M. O discurso publicitário e o jogo de máscaras das modalidades discursivas. *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*, Editora UFJF, vol. III, p. 97-108, 1999.
- PINTO, A. G. *Publicidade: um discurso de sedução*. Porto: Porto Editora, 1997.

RANDAZZO, S. *A criação de mitos na publicidade* – como os publicitários usam o poder do mito e do simbolismo para criar marcas de sucesso. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

VESTEGAARD, T.; SCHRODER, K. *A linguagem da propaganda*. 4ª ed. Trad. João Alves dos Santos; Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BLOCO II
SEMIÓTICA

“SEJA VOCÊ MESMO”: REGIME DE CRENÇA DA AUTENTICIDADE E PRÁTICA CONFSSIONAL DO DAILY VLOG

Marcos da Veiga Kalil Filho¹

Desde seu lançamento, a plataforma de vídeos YouTube destaca-se por dois tipos de conteúdo: aquele gerado pelo usuário e o copiado por ele (CORUJA, 2017). Os *vlogs* pertencem à primeira categoria e integram o escopo do presente trabalho. Consistem, assim, na forma precípua de “geração de conteúdo” – na expressão corriqueira do ramo – de vídeos por parte do usuário da internet (BURGESS; GREEN, 2009). Compõem, ainda, a faceta audiovisual da cultura participativa da Web 2.0, gradativamente mais prevalente à medida que os avanços de velocidade de transmissão da rede e a facilidade de acesso aos objetos de gravação, produção e consumo desdobravam-se historicamente.

O YouTube não é o primeiro serviço a ceder espaço aos *vlogs*. No Brasil, o portal de compartilhamento de vídeos Videolog.tv, criado em maio de 2004, foi um dos pioneiros no segmento. O próprio termo *videolog* se popularizou em função da proeminência da marca. Em 2006, o *site* firmou parceria com o portal e provedor de conteúdo UOL (UOL, 2006), momento em que se tornou pública a informação de que mais de 170.000 cadastros haviam sido realizados na plataforma até aquele momento com 1,5 milhão de visitantes únicos e 35 milhões de visualizações de página – números expressivos já para a época. A rede social estadunidense MySpace também reunia *videologs*, em período anterior ao YouTube (CORUJA,

1 Doutor em Estudos de Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense, com bolsa CAPES, orientado pela Prof.^a Dr.^a Renata Mancini. Advogado e jornalista.

2017). Atualmente, as plataformas de vídeo, como Dailymotion e Metacafe rivalizam com o YouTube na referida seara. Aplicativos como Snapchat, TikTok e as *stories* – função existente em algumas redes sociais de publicação de fotos e vídeos, visualizáveis por um curto espaço de tempo – realizam tarefa similar.

Segundo o *Urban Dictionary*, site que reúne, desde 2009, gírias e frases em inglês, *daily vlogger*, verbete da década de 2010, é alguém que registra e publica o seu cotidiano em vídeo, tipicamente um blogueiro ou um *youtuber*. O termo e a atuação a que ele remete derivam de *vlog* ou *videolog* – registro em vídeo, em português – que, por sua vez, advém de *blogue* (do inglês, *blog* ou *weblogs*), sítio eletrônico de rápida atualização com postagens e publicações organizadas em ordem cronológica inversa (do mais recente ao mais antigo). O *daily vlogger* é o indivíduo que registra sua vida todos os dias por meio de vídeos. Estes, por sua vez, são publicados em uma plataforma online, usualmente com características comunitárias, como área para comentários e mecanismos de compartilhamento dos vídeos e das postagens em outras redes e aplicativos de mensagens.

Neste trabalho, utilizaremos o percurso gerativo da imanência (FONTANILLE, 2015) para analisar duas características dos *daily vlogs*, sob a perspectiva teórico-metodológica da semiótica discursiva de linha greimasiana, em sua virada praxeológica. Por meio dos regimes de crença, faz-se possível delimitar as relações de verdade e credibilidade, erigidas no cerne da enunciação. No nível das práticas, por sua vez, observam-se as cenas predicativas engendradas por unidades praxemáticas, depreendidas como ações e gestos estereotipados, a partir dos objetos e dos textos-enunciados. Desse modo, haverá o especial interesse sobre o discurso corrente de exposição pública de si em que se busca uma suposta natureza do próprio indivíduo, baseada na ideia da verdade e sinceridade.

Para esse fim, utiliza-se como exemplo trechos do canal de *daily vlog* “Isabella e Felipe”, no Youtube, comandado por Isabella Saldanha e Felipe Luz, moradores da cidade de São Paulo e profissionais da área de mídia. O primeiro vídeo debutou em 7 de novembro de 2014. Até 1 de julho de 2016, o espaço virtual ainda se chamava “Fotografando à Mesa” e consistia em um *vlog* informativo de culinária, focado em receitas. Os vídeos desse período foram retirados do canal para que o algoritmo da plataforma do Google pudesse sugerir-los aos usuários com mais clareza quanto ao conteúdo de *vlogs* e comportamento. A partir de julho de 2016, a página passou

a ser um *daily vlog*, com postagens diárias, com conteúdo autobiográfico e memorial. O formato diário durou quase dois anos, período no qual a dupla chegou a reduzir a periodicidade para apenas dias de semana e, eventualmente, encerrou as tomadas diárias.

No Brasil, o canal “Isabella e Felipe” foi, durante seu lapso de exibição, o único *daily vlog* do país, cuja prevalência pode ser vista nos EUA e Europa. O trabalho de Isabella Saldanha e Felipe Luz foi reconhecido em uma das maiores premiações da comunidade de mídia de internet, o Rio WebFest 2016, em que o “Fotografando à Mesa” recebeu o prêmio de “Melhor Vlogger” do referido ano. Em janeiro de 2018, havia 69.673 inscritos no canal e 4.894.688 visualizações em seus vídeos. A duração média dos 365 primeiros vídeos, entre 1 de julho de 2016 e 12 de julho de 2017, é de aproximadamente dez minutos, ainda que haja vídeos curtos, como 45 segundos, ou longos, de 41 minutos de duração. Até a referida data final do recorte, cada um deles havia sido assistido, em média, aproximadamente 8.000 vezes. No período supracitado, o vídeo de maior popularidade atraiu 45.000 visualizações e o menos visualizado, 2.500.

Breve inventário bibliográfico acerca dos *vlogs*

No Brasil e na comunidade científica ocidental, a Comunicação Social produziu alguma bibliografia desde o final da década de 2000. Ferreira (2014) sugere sutil diferenciação entre *videolog* e *vlog*. Os *vlogs* teriam surgido em decorrência de usos específicos dos *videologs*, em “respeito ao modo e o que o vídeo mostra” (FERREIRA, 2014, p. 61). O autor propõe que *vlogs* são construtos midiáticos, cujo objetivo envolve a publicidade de momentos da vida privada com uma “constante busca pelo que é ordinário, pelo que é comum a todos nós” (p. 62). Em sua pesquisa, estão elencados, inclusive, seis isotopias recorrentes – classificadas de “platôs” – nos textos-enunciados dos *vlogs*: cotidiano, família, monólogo, empatia, técnica audiovisual e corpo. O *vlog*, portanto, consiste em segmentação da categoria maior dos *videologs*, identificados, dessa forma, com a prática semiótica da publicação de vídeos em plataformas online. Sua nomenclatura foi utilizada, em primeira mão, pelos usuários do YouTube.

Para Burgess e Green (2009), a exposição da vida privada, a busca pelo comum e a recorrência da temática do cotidiano exprimem a “cultura

do quarto”, por meio da qual o lar se transforma em “espaço semiprivado de participação” (BURGESS; GREEN, 2009, p. 50). A noção remete à ambientação comum dos *vlogs*, em geral gravados dentro de casa ou, até mesmo, dentro do cômodo de descanso. Segundo Gibson (2015), os *vlogs* sustentam uma “intimidade eletrônica”, instigada por “criadores [que] regularmente narram suas vidas” (GIBSON, 2015, p. 1-2).

Dentro de um esforço de mapeamento, Amaro (2012) analisou os principais *vlogs* brasileiros no YouTube e propôs a seguinte categorização: i) autobiográfico, a expressão mais fiel à proposição nuclear dos *vlogs* de autoexposição e compartilhamento da intimidade; ii) memorial, no qual o *vlogger* expõe e comenta assuntos diversos da atualidade e do passado, como notícias, filmes e acontecimentos históricos; iii) informativo, pelo qual áreas específicas são abordadas, como em *vlogs* de moda, culinária, esportes etc.; iv) artístico ou cômico, com performances e esquetes.

Os *vlogs* ainda representam uma tendência personalista das mídias, por meio da qual multidões se veem magnetizadas pela vida de figuras publicizadas, o que ficou conhecido como *fandom*, que deriva da centralidade do indivíduo nos discursos do século XXI. A subjetividade exteriorizada (SIBILIA, 2008) ou publicizada (FERREIRA, 2014) é um imperativo da era das redes sociais, o que é revertido na filmagem, edição e publicação de todos os passos do cotidiano do indivíduo, eliminando as tradicionais barreiras entre vida pessoal e trabalho.

Esse compromisso de dispor de sua privacidade e intimidade agudiza o foco midiático em assuntos privados, quando tradicionalmente estariam voltados à seara pública. Se, para muitos, a internet é a possibilidade de publicar os grandes feitos, para o *daily vlogger*, o mote é a publicidade da rotina e do fluxo de atividades corriqueiras. Trata-se de uma ação inversa – de intromissão do privado no público – de construção de uma existência virtual, dependente de quem olha e participa.

O regime de crença da autenticidade dos *daily vlogs* autobiográficos

Strangelove (2011 *apud* CORUJA, 2017) propõe que os *vlogs*, enquanto formas de expressão pessoal, possuem a autenticidade, como valor principal. Nesse esteio, não é incomum se deparar, em *vlogs*, com as seguintes expressões: “Eu estou sendo eu mesmo”; “Estou abrindo meu

coração”; “Estou sendo eu de verdade”. A ideia de se abrir diante do outro e “ser o que se é” perpassa grande parte das narrativas midiáticas de realidade na contemporaneidade. No canal “Isabella e Felipe”, a sinceridade, a autenticidade e a originalidade são temas recorrentes:

Ser *youtuber* é a vontade de contar uma história. De ser você e compartilhar quem você é com o mundo. [...] Assumir para você que “eu sou tão foda” ou “eu sou tão merda” [...] que eu vou subir na internet e bora ver se tem alguém do mesmo jeito que eu ou que acha que eu faço legal² (PROFISSÃO, 2016).

Mais especificamente, o *daily vlog* se insere no gênero autobiográfico e recorre ao legado da prática da escrita íntima para estabelecer o contrato fiduciário, proposto pelo sujeito da enunciação. Como ponto de partida, acredita-se, tal e qual um diário, que aquele registro reflete um caráter espontâneo e, por isso, sincero. Dado que o regime de crença atribuído ao diário não é suficiente para dar conta do estatuto imagético e participativo de um *daily vlog*, trata-se apenas de reconhecer que a gestão das expectativas do enunciatário em torno da experiência interpretativa desse texto-enunciado conforma as ideias de sinceridade e, portanto, de verdade, depreendidas dos fazeres persuasivo e interpretativo ali investidos.

Em *Confissões*, J. Rousseau escreve obra autobiográfica seminal da ideia de sinceridade na Modernidade. Esta é entendida como uma verdade moral, baseada na consciência de um *dever ser* sincero – e, não, uma verdade generalizante e abstrata. O sujeito deve buscar “ser verdadeiro”, não necessariamente fiel aos fatos ou às pessoas, mas designado por um sentimento próprio, uma “fala do coração” (DAMIÃO, 2006), derivada da natureza. De fato, a fidelidade sequer é uma preocupação do ideal de sinceridade de J. Rousseau, já que a cautela decorrente da necessidade de reproduzir fielmente um acontecimento restringiria o percurso da memória. A veracidade, assim, deriva de um instinto moral capaz de despertar a sensibilidade que aproxima o sujeito da natureza. Para o autor, a autobiografia foi uma forma de enunciar esse ideal moral de sinceridade, o que deixaria um legado fundamental para o regime de crença dos diários pelos séculos a vir.

2 Trecho a partir da marcação 5min41s.

O teórico da literatura L. Trilling (1971) publicou um importante trabalho que se tornou um marco nos estudos da sinceridade e da autenticidade no contexto da pós-modernidade na década de 1970. Para ele, a sinceridade se inscreveu por muito tempo em um fazer performático necessário para unir as subjetividades dentro de experiências culturais. Consistiu, mais do que isso, em uma exterioridade comportamental, vista como um ato de virtude, desdobrado a partir de um conhecimento de si mesmo, capaz de evocar a transparência e a verdade.

[...] a sinceridade é constituinte do pacto de verossimilhança no fazer das ações. Na aparência, atributo e probabilidade de estar mais perto da verdade, o autor nos encaminha para pensarmos o sujeito sincero: ou o indivíduo capaz de nos atar ao pacto de verossimilhança no que é postulado. Mesmo a verossimilhança, naturalmente, é constituinte de uma relação ambígua entre imagem e ideia. Portanto, a sinceridade seria um laço entre imagem e ideia atado pelos sujeitos e que pode ganhar diferentes contornos de acordo com o momento histórico em que se pensa a mímese (JÚNIOR; SOARES, 2014, p. 3).

No entanto, o autor estadunidense propõe que a sinceridade deu lugar à autenticidade, quando, no século XIX, a noção de identidade contemporânea se consolidou na seara pública. Aquela teria, inclusive, passado a ser vista como encenação. Enquanto a sinceridade seria uma virtude interna do homem, a autenticidade depende da sanção de outra pessoa. Curiosamente, o segundo termo advém da criação artística, a qual depende de um especialista para a aferição de sua originalidade. Trilling (1971) entende, assim, a autenticidade como uma experiência moral mais árdua do que a sinceridade, pois requer não só um conhecimento de si mesmo, mas a sua devida comunicação. A dimensão autêntica se configuraria pela reiteração histórica de um *ethos* genuíno (JÚNIOR; SOARES, 2014).

Para a semiótica do discurso, o reconhecimento de que a sinceridade e a autenticidade orbitam as relações intersubjetivas espelha o sujeito da enunciação e a crença basal para que haja a comunicação. Remonta, ainda, aos mecanismos veridictórios necessários para a formação da verdade, entendida por Greimas (2014) como *fazer parecer verdadeiro*. Nesse

sentido, a sinceridade e a autenticidade são valores eficazes nas narrativas figurativizadas pelo indivíduo. Elas atestam que o enunciado não só *parece*, mas também *é* verdadeiro, dada a natureza da referencialização da verdade dos relatos autobiográficos. A vida do indivíduo só a ele cabe. Portar-se como autêntico, nos erros e nos acertos, assegura a fidúcia necessária para a continuidade do fazer persuasivo e a parametrização do que é verdadeiro naquele universo de valores. A credibilidade no regime de crença da autenticidade depende de um retorno à ideia de natureza por meio da qual o sujeito se mostra original na busca pelo que lhe é genuíno.

Tendo em vista que a existência semiótica dos *daily vlogs* – e, cada vez mais, do sujeito na contemporaneidade em sentido amplo – assume a materialidade midiático-artística, a autenticidade parece ainda mais precisa para descrever o regime de crença em tela. Se o *ser em existência* é mediado por veículos de comunicação, aferir a sua autenticidade ganha múltiplas acepções. O áudio recebido no aplicativo de mensagem é realmente do político? A foto postada por uma amiga de biquini tem alterações na imagem? Esta postagem de uma amiga é uma dica culinária verdadeira ou ela está recebendo para indicar algo que nem usa? Se o estatuto da verdade e da realidade no século XXI perpassa textos, objetos e práticas substitutivos das experiências modernas analógicas, novos regimes de crença que confundem e sobrepõem arcabouços éticos e estéticos anteriormente díspares surgem. Os sujeitos devem se provar autênticos nos novos objetos e por meio de novas práticas, todos midiático-artísticos, que exprimem quem eles são no século XXI.

É nesse ponto que a aparente proximidade entre os *reality shows* e os *daily vlogs* encontra respaldo teórico-metodológico. Não raro, os *reality shows* enunciam que o vencedor da competição é aquele que, ao se entregar ao jogo, é o mais sincero, autêntico, verdadeiro e espontâneo. Dentro do programa, os participantes buscam justificar suas ações às vistas dessas temáticas. A autenticidade potencializa os acertos e humaniza os erros.

Os indivíduos pertencentes aos *vlogs* e aos *reality shows* se tornam celebridades e utilizam o “show do eu”, na expressão de Sibilia (2008), para recorrer simultaneamente à mitificação e à mundanização. Circunscrevem concomitantemente idealizações inalcançáveis e identificações possíveis. Trata-se de mais uma demonstração da instabilidade dos regimes de crença da Modernidade, obsoletos na forma de vida neoliberal. Os *daily vlogs* apontam para aquilo que Fontanille cunhou de “nova

retórica midiática” (FONTANILLE, 2019, p. 258) e, mais especificamente, de “hibridação sistemática dos regimes de crença midiáticos contemporâneos” (FONTANILLE, 2019, p. 257). Segundo o autor, como todo texto se insere em um gênero e esse recorte oferece de pronto um certo número de regras e de indicações do regime de crença ao qual ele pertence e, ao lado da interpretação, um “tipo de imaginário e de disposição interior” (FONTANILLE, 2019, p. 256), os quais permitem aceitar essa promessa e adotar o regime de crença, textos midiáticos tão recentes quanto o YouTube combinam propositalmente tais regimes no intuito de se beneficiar dos efeitos de sentido característicos de cada um deles.

Ambos, *reality shows* e *daily vlogs* transitam entre os polos categóricos da realidade e a ficcionalidade. A figurativização do discurso por personagens não-fictícios e a suposta abertura narrativa convivem com a efetiva roteirização dos episódios e, no caso dos *reality shows*, mecanismos de condução ativa da vida dos participantes. A realidade, porém, é assumida pelo sujeito da enunciação, como um contrato baseado na autenticidade esperada dos actantes narrativos e discursivos. A eles, resta cumprir um papel em que a espontaneidade e a originalidade devam ser devidamente emuladas.

De todo modo, os *daily vloggers* parecem se utilizar de um contrato fiduciário similar, principalmente aos programas mais recentes, como *Keeping Up with the Kardashians*, do canal de TV paga norte-americano E!. Neste, uma equipe acompanha os integrantes de uma família de socialites em suas vidas pessoal e profissional, gravando em vídeo tudo o que acontece, desde 2007, em contraste com o Big Brother, no qual as pessoas são confinadas por um tempo determinado em uma casa vigiada por câmeras o tempo inteiro. O enunciatário deverá assumir que a narrativa proposta é o real, sem a mediação de produtores, emissoras de TV, os quais, dentro dessa abordagem, maculariam o genuíno e o espontâneo, essenciais à realidade.

A realidade, porém, consiste em efeito de sentido, cujo simulacro se fundamenta em um *fazer parecer* (GREIMAS, 2014), estabelecido pelo regime de crença inerente ao texto. Basta, inclusive, se apresentar como um *reality show* ou “baseado na vida real” para efetivar esse acordo. Haverá outras marcas no enunciado denotando esse efeito de sentido, a depender das estratégias enunciativas, mas o gatilho do contrato de fidedignidade está na promessa, aceita a partir de então pelo corpo que interpreta e traz consigo as experiências passadas do que se entende por realidade.

O estilo memorial e a prática semiótica confessional

Além da tipologia autobiográfica, o canal “Isabella e Felipe” se inscreve no tipo memorial, no qual os interlocutores discutem uma miríade de questões. Entre elas, estão a felicidade e a autoestima. Os atores da enunciação recorrem a tais termos para abordar questões relacionadas à saúde mental, à subjetividade, às dificuldades e às dúvidas das trajetórias de vida. Após publicizarem seus quartos, banheiros e varais, é chegada a hora de despir-se ainda mais, supostamente compartilhando com o enunciatário a seara afetiva e emocional, inapreensível do ponto de vista imediato da imagem. Apresentados como monólogos, diretamente para a câmera, em plano americano, mas forjando um simulacro de diálogo com o enunciatário, ou mesmo trazendo um interlocutário *in loco*, como convidado, para participar da conversa com o enunciatário – sempre incluído no discurso pelo mecanismo da debragem enunciativa, instaurador explícito de um *tu* (o “você”) – os donos do canal expõem suas angústias, erros e tristezas.

O principal efeito de sentido criado por tal discurso é o da intimidade, que remete tanto às interações interpessoais, sexuais ou não, quanto às vivências pessoais de um indivíduo. A intimidade é a “esfera que comanda as escolhas pessoais e que não segue nenhum padrão objetivo” (COSTA, 1998, p. 194). A exposição dos afazeres diários e dos relacionamentos amorosos, correntemente associados a uma ideia de intimidade, menosprezam a proteção do anonimato.

O fazer persuasivo pressuposto às temáticas psíquicas da felicidade e da autoestima, no entanto, objetiva a transferência do valor da intimidade. Dentro da estrutura de manipulação entre enunciador e enunciatário, anterior ao enunciado dos *daily vlogs*, existe a construção de um simulacro de cumplicidade por meio do qual o enunciatário se sente participando da vida do enunciador – tendo acesso ao que, costumeiramente, não é possível. Há um sentido de *sedução*, em que o enunciador realiza um juízo positivo acerca do enunciatário, visto como digno de participar de uma esfera tão importante de sua vida. Além disso, perpassa a *tentação* de receber um prêmio tão valioso, quanto a intimidade do enunciador, caso o enunciatário queira engajar-se na prática de consumo do *daily vlog*. A partir da dicotomia entre corpo e alma, a exposição de assuntos da intimidade oferece a sensação de que, enfim, possibilita-se o acesso à última instância inapropriável pelo outro. Dado que o corpo já se encontra ostensivamente

à disposição, o espírito é oferecido por meio de um discurso sobre as paixões do sujeito e os detalhes íntimos de sua vida.

É muito diferente quando você começa a subir o vídeo e começa a ver que tem pessoas assistindo e que essas pessoas comentam no seu vídeo e que, tipo, você, na verdade, é amigo dessas pessoas e que essas pessoas passam a semana, a conhecer mais da sua vida do que, sei lá, parentes seus e amigos que você vê todo dia. Essa é a pira do YouTube para mim. Você conhecer pessoas ou atingir pessoas que você nunca vai ver, só que a pessoa te conhece e você conhece a pessoa³ (PROFISSÃO, 2016).

A ideia da revelação de aspectos autobiográficos e confidenciais da vida particular conforma uma prática confessional dos meios de comunicação (VALADARES, 2011, p. 39). Como Foucault (1994) detalhou, a confissão configura uma busca pela verdade de si, uma espécie de autocuidado e autoconhecimento. O autor associa essa tradição ao surgimento da escrita, o que dialoga com a proposição de V. Flusser sobre a quebra cultural originada, primeiramente com a escrita e, mais recentemente, pela iconicidade da imagem, cujo estatuto oferece novas propriedades para a prática confessional:

Uma relação se forma entre a escrita e a vigilância. Presta-se atenção às nuances da vida, aos estados da alma e à leitura, e o ato de escrever intensifica e aprofunda a experiência de si. Todo um campo de experiência que não existia anteriormente se abre (FOUCAULT, 1994, p. 8).

O *vlog*, por certo, deriva da estrutura dos diários, cuja forma de vida perpassa o “exame de consciência” (FOUCAULT, 1994, p. 9) e o registro frequente da vida particular. Assim, as redes sociais se tornam um novo espaço de confissão na contemporaneidade pelo qual os pares sociais e, em maior grau, o algoritmo assume a posição de poder da escuta e da *sanção*. A prática confessional, por sua vez, estende-se aos *daily vlogs*, justamente por

3 Trecho a partir da marcação 2min.

representarem o curso de ação coletivo, incorporado pelo YouTube, em sua *perserverança*. Ao combinar as práticas de radiodifusão dos meios de comunicação tradicionais e a exposição de si das redes sociais, o YouTube também replica as práticas confessionais de construção de uma verdade de si, alcançada, menos, pela introspecção e, mais, pela espetacularização do *eu*.

Nesse sentido, constata-se a transição entre dois projetos enunciativos de um sujeito coletivo. Como Sibilía (2008) propõe, as personalidades introdirigidas do *Homo Psychologicus*, fundadas na exploração do passado, em uma “arqueologia do eu” e na cultura da interioridade, deram ensejo a objetos e práticas, tais como o diário íntimo, a psicanálise e o romance clássico. Em seu lugar, põem-se narrativas de presentificação de uma subjetividade hiperexposta constantemente atualizadas – entre “um presente contínuo e um onipresente” (VALADARES, 2011, p. 47) –, cuja articulação com os demais níveis de pertinência dão lugar aos *vlogs*, redes sociais, *stories* e as práticas de deletar, escanear, sobrevoar um *feed*, entre outras. De ambos os lados, estratégias, práticas, objetos e textos-enunciados refletem certa recorrência.

Considerações finais

Em suma, as práticas confessionais são essenciais para a identificação do regime de crença da autenticidade. Por meio da exposição da privacidade e do compartilhamento de uma intimidade, o sujeito *faz parecer verdadeiro* e estabelece um contrato fiduciário alicerçado em simulacros de espontaneidade e sinceridade. Esse laço intersubjetivo também dependerá da seleção de temáticas e figuras, caracterizadoras da rotina.

O *projeto enunciativo* de um *daily vlog* prevê esse contrato fiduciário pressuposto ao enunciado, estabelecido a partir de um regime de crença da autenticidade, derivado da ideia comum do diário, das tensões categóricas entre realidade e ficcionalidade, e das discussões de cunho filosófico em torno da sinceridade. A conformação de uma certa verdade depende da construção da intimidade e da familiaridade por meio de práticas confessionais. Ao suscitar uma forte identidade entre enunciadador e enunciatário, o *daily vlog* consolida um compromisso, cujo reflexo no nível das práticas engendra o hábito de acompanhar a vida retratada pelas imagens. O reconhecimento é facilitado por um conjunto de temas e figuras banais, ligadas ao cotidiano urbano.

O regime de crença da autenticidade, as práticas confessionais e a prevalência da temática do cotidiano refletem estratégias enunciativas, associadas ao próprio texto-enunciado. O regime de crença da autenticidade indica uma reconfiguração das ideias correntes de realidade e ficcionalidade, verdade e falsidade, erigindo uma nova sociabilidade e, sobretudo, uma especial relação do sujeito com o mundo. Ao longo do percurso gerativo da imanência, não importará ao sujeito da enunciação as referidas categorias modernas. Quando a verdade depende majoritariamente do vínculo afetivo gerado entre enunciador e enunciatário, prescindindo dos referenciais tradicionalmente estabelecidos para auxiliar na determinação da verossimilhança, como a ciência, o Estado e a imprensa, basta “falar com o coração” para garantir a crença e, em última instância, a eficácia da comunicação.

Referências

- AMARO, F. Uma proposta de classificação para os vlogs. *Comunicologia*, Brasília, v. 5, n. 1, p. 79-108, 2012.
- BURGESS, J.; GREEN, J. *Youtube e a Revolução Digital: Como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade*. Tradução: Ricardo Giassetti. São Paulo: Aleph, 2009.
- CORUJA, P. Vlog como gênero no YouTube: A profissionalização do conteúdo gerado por usuário. *Comunicologia*, Brasília, jan./jul. p. 46-66, 2017.
- COSTA, C. M. L. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 189-200, 1998.
- DAMIÃO, C. M. *Sobre o declínio da “sinceridade”*: filosofia e autobiografia de Jean Jacques Rousseau a Walter Benjamin. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- FERREIRA, L. R. *Da natureza da vida à natureza do vídeo: um estudo de vlogs que operam sobre a subjetividade publicizada*. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- FONTANILLE, J. *Formes de vie*. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2015.
- FONTANILLE, J. Discursos, mídias, práticas e regimes de crença. *Revista do GEL*, Niterói, v.16, n. 3, p. 246-261, 2019.

- FOUCAULT, M. As técnicas de si. *In*: FOUCAULT, M. *Dits et écrits*: v. 4. Tradução: Karla Neves e Wanderson Flor do Nascimento. Paris: Gallimard, 1994.
- GIBSON, M. YouTube and the bereavement vlogging: emotional exchange between strangers. *Journal of Sociology*, v. 52, n. 4, p. 1-15, 2015.
- GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido II: Ensaio Semióticos*. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014.
- JÚNIOR, J. S. J.; SOARES, T. “*Mentira sinceras me interessam*”. Grupo de Trabalho Comunicação e Experiência Estética do XXIII Encontro Anual da. Belém: UFPA, 2014.
- PROFISSÃO Youtuber com Luiza do Tá, querida. [s. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (13:06min). Publicado pelo canal Isabella e Felipe. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rsw_rKhyzhw
- SIBILIA, P. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- TRILLING, L. *Sincerity and Authenticity*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- UOL. UOL e Videolog unem-se em uma das maiores parcerias da Internet brasileira. *UOL*, 2006. Disponível em: <<http://sobre.uol.com.br/ultnot/noticias/2006/12/22/ult3436u70.jhtm%0A>>. Acesso em: 20 Abril 2020.
- VALADARES, M. G. P. F. *Videos confessionais no YouTube: abordagem de um dispositivo biopolítico*. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ANÁLISE SEMIÓTICA DA GESTUALIDADE EM AMBIENTE EMPRESARIAL

Elisa de Brito Quintanilha¹

Introdução

O texto apresenta a proposta teórica de abordagem da gestualidade em contexto empresarial pela perspectiva da semiótica francesa e constitui etapa tese de doutorado em andamento sobre esse tema da gestualidade em situações empresariais que se concentra na prática semiótica das entrevistas de emprego. Ao delimitar o tema da gestualidade no espaço nas práticas de entrevista de emprego para compreendê-la como prática, surge a necessidade de apresentar o campo teórico da semiótica que envolve os níveis de pertinência dos signos/figuras, do texto enunciado, do objeto, das práticas, das estratégias e das formas de vida.

As etapas metodológicas que sistematizam um percurso de análise próprio à gestualidade no espaço das entrevistas se delimitam a partir dos critérios sistematizados por Fiorin (2001) que sobrepõem as relações espaciais sintáticas aos espaços figurativos e propiciam a identificação dos mecanismos de aspectualização do espaço responsáveis por configurar afetivamente os discursos e as práticas semióticas. O processo analítico conta com três etapas: 1) descrição aspectual do espaço onde ocorre a entrevista, a fim de observar a relação dos sujeitos envolvidos com o espaço em que a interação ocorre e os sentidos daí decorrentes; 2) demarcação de fases do

1 Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense com pesquisa financiada pela Capes e orientada pela Professora Lucia Teixeira.

curso de ação que caracteriza a prática semiótica da entrevista, de onde serão extraídas as sequências gestuais para análise; 3) análise da prática, considerando o que foi observado em 1) e 2). Essas etapas serão exemplificadas em um exercício de análise realizado sobre uma cena de entrevista de emprego em um filme, a fim de ilustrar sua aplicabilidade.

A entrevista de emprego como prática

Para compreender a entrevista de emprego como uma prática semiótica é preciso observar o campo da teoria que apresenta essa possibilidade. Fontanille (2008) propõe a consideração de um percurso da imanência, constituído de seis níveis de pertinência de acordo com a seguinte hierarquia: (1) nível das figuras/signo, (2) do texto-enunciado, (3) do objeto-suporte, (4) das práticas, (5) das estratégias, (6) das formas de vida. Cada um desses níveis subdivide-se em tipo de experiência, instância formal e instância material. De acordo com o princípio de imanência, observa-se que cada nível comporta em si um plano de imanência próprio que é ao mesmo tempo respeitado e, também, transposto. Essa transposição é possível porque a significação de um nível não é necessariamente restrita a ele mesmo. Ela pode construir-se de maneira integrada a níveis superiores ou englobar níveis inferiores, sob um percurso que dependerá tanto de cada objeto analisado, quanto dos encadeamentos que os mecanismos de textualização contemplados na análise demandarão.

Considerando a entrevista de emprego no enunciado do filme, pensando nesse encadeamento dos níveis em uma escala descendente para a entrevista enquanto prática, focando-se a gestualidade, percebemos no nível das práticas, a entrevista de emprego e no nível dos objetos, na dimensão visual gestual, temos o corpo humano como objeto suporte no qual emerge a gestualidade. No nível do texto enunciado, percebe-se um texto sincrético composto por uma dimensão visual com foco no gestual e uma dimensão verbal oral. Por fim, no nível das figuras/signos, cada gesto ou programa gestual opera como figura gestual que, de forma sincrética com o que se exprime verbalmente, indica graus de afetividade e manifesta relações de formalidade no contexto da entrevista. Fontanille esclarece que:

As próprias *práticas* são cursos de ação, definidos principalmente pelo tema da ação em curso, e pelos diferentes papéis

que esse tema exige para que a ação ocorra: a leitura de um jornal é uma prática, que tem como tema o levantamento de informações sobre a atualidade; sendo essa atualidade definida por outra prática, a da edição periódica (diária, semanal, mensal, etc.). (FONTANILLE, 2019, p.251)

Esse curso de ação pelo qual Fontanille (2019) definiu as práticas regula-se obedecendo ao princípio da acomodação, pelo qual existe uma ação programada e um processo de adaptação. A natureza do processo de acomodação define o tipo de prática (práxis, procedimento, conduta, protocolo, ritual) e sua relação com práticas concorrentes. Nesse contexto teórico, a prática da entrevista de emprego pode ser compreendida como parte integrante de uma estratégia empresarial de expansão, incluindo a ampliação de seu capital e do quadro de funcionários que, dependendo do caso, pode ser ainda mais abrangente em termos de processos e pessoas. Para essa estratégia, para suprir a necessidade de seleção de pessoal, temos a entrevista como uma das práticas envolvidas nessa estratégia. Regida por regras e práticas típicas e objetivando mensurar competências, a entrevista opera como uma prática protocolar e tende a apresentar-se como um curso de ação programado na maior parte do seu desenvolvimento.

Nesse curso de ação, estratégias do entrevistador podem tentar desestabilizar o entrevistado e, nesse momento, pode ocorrer um momento de falta de sentido na prática, provocado por algo que escape à programação protocolar dela. Nesse instante, surge a possibilidade da ocorrência de gestos e mesmo expressões verbais que expressem diferentes relações de afetividade em gradações diversas.

Fontanille (2008, p.53) esclarece que “(...) toda prática implica, por definição, uma sequência de resolução, de formalização significativa a partir de uma situação inicial de “falta de sentido” (...)”. Então, com base nesses momentos de falta de sentido que se desenvolvem no curso da entrevista, a partir dessas possíveis ações desestabilizadoras do entrevistador que envolvem tanto perguntas que ocasionam instabilidade quanto olhares, gestos e a provocação de distrações e ruídos; se delimita um curso de ação da entrevista de emprego, formando-se, assim, uma sequência de resolução em que, verbal ou gestualmente, o entrevistado adapta-se a essa falta de sentido.

Processo metodológico

O processo metodológico se delinea em três etapas. A primeira consiste na demarcação da configuração espacial. Ao abordá-la, aplica-se o processo da aspectualização do espaço em que se concretiza a prática, com o objetivo de situar os sujeitos envolvidos na entrevista nesse espaço. Essa etapa tem por objetivo expor como essa configuração espacial pode apontar aspectos predeterminados das relações de interação e produzir sentidos decorrentes dessa aspectualização. Esta se constrói com base nos critérios de análise do espaço tópico do percurso gerativo de sentido (FIORIN, 2001, p. 262) por meio das categorias de espaço cinético, que apresenta relações de englobamento, de espaço estático, que aborda relações de direcionalidade, e das posições do corpo, que trata das operações de movimento no espaço. Nessa primeira etapa, verifica-se como a configuração espacial e dos corpos dos sujeitos nesse espaço exprimem relações de englobamento e direcionalidade e como essa configuração pode apontar para fatores predeterminados das relações de interação e produzir sentidos decorrentes dessa aspectualização.

A segunda etapa consiste na esquematização de um curso da prática e do estabelecimento de fases ou momentos a serem analisados. As fases delimitadas serão pontuadas por momentos em que a gestualidade dos sujeitos ou de um dos sujeitos escapa ao protocolo característico da entrevista ou foge ao padrão estabelecido desde o início do curso da prática. Entendemos esses pontos da prática como momentos de falta de sentido ou como momentos em que se instaura uma descontinuidade na continuidade programada da prática da entrevista de emprego. E essa falta de sentido será o critério de demarcação desses momentos de descontinuidade da prática, em que a gestualidade será considerada, na análise, o critério definidor das sequências de ações dos sujeitos.

De acordo com Fontanille (2008), toda prática implica uma sequência de resolução motivada pela delimitação de um momento de falta de sentido na prática, seguido pelos processos de esquematização, regulação e adaptação. Entendendo a prática da entrevista de emprego como uma prática protocolar, que envolve um dever de participação e a aprovação para merecer a vaga de emprego desejada, destaca-se que sua “esquematização é a cristalização dos papéis e das etapas e a regulação, uma projeção imediata desses papéis sobre a imprevisibilidade do percurso” (FONTANILLE, 2008, P.53). A delimitação de momentos de falta de sentido na entrevista

se dá, então, sobre esses momentos de imprevisibilidade do percurso da entrevista. No fluxo da sequência canônica da prática (falta de sentido – esquematização – regulação – adaptação), essa gestualidade pode se concretizar como um mecanismo de adaptação à imprevisibilidade do instante da falta de sentido, exprimindo relações semânticas empáticas ou aversivas no processo interativo da entrevista capazes de afetar positiva ou negativamente seu resultado.

A terceira etapa se caracteriza pela análise da gestualidade em si no espaço aspectualizado da entrevista de emprego. Cada conjunto gestual delimitado pelos momentos de falta de sentido na etapa anterior será desdobrado nas seguintes fases norteadoras do percurso de análise: 1. Identificar o elemento desencadeador dessa gestualidade, 2. Descrever a sequência gestual da fase que caracteriza a falta de sentido, 3. Considerar o texto verbal oral dessa fase e sua participação nesse conjunto expressivo, 4. Classificar as operações de movimento que predominam ou se sobressaem na sequência gestual, 5. Estabelecer que efeitos de sentido se constroem a partir desse conjunto gestual e dessas operações de movimento que ele mobiliza. É importante destacar que as fases acima que organizam a análise da gestualidade são um referencial e não necessariamente aparecem ao longo dos exercícios de análise nessa ordem didática pois algumas sequências gestuais podem demandar que se considere uma dessas etapas no início, no meio ou no fim do percurso da descrição da sequência.

Exercício de análise

A cena que analisaremos é a entrevista de Mae Holland para trabalhar na empresa *O Círculo*². Mae Holland deseja trabalhar na maior empresa de tecnologia do mundo, denominada *O Círculo*. Em termos narrativos, o enunciado elementar dessa entrevista apresenta Mae como um sujeito disjuncto do objeto que deseja, o emprego na empresa *O Círculo*. A cena apresenta um adjuvante na figura do entrevistador denominado Dan que aplica a entrevista como um fazer necessário à transformação que o programa da cena opera.

2 Disponível em https://youtu.be/XdD_9Pm0Zc0.

Figura 1



Mae e Dan e suas posições na entrevista no filme O Círculo

Começemos a análise da entrevista pela observação da disposição espacial dos corpos. No que se refere à direcionalidade do espaço estático, a verticalidade da imagem da metade superior do corpo sentado que aparece contrapondo-se à horizontalidade da mesa, confere tanto ao corpo de Mae quanto ao do entrevistador, um efeito de imobilidade no que se refere a relações de deslocamento.

Quanto à perspectividade do espaço estático, a profundidade ao fundo do corpo de Mae se contrapõe a não-profundidade ao fundo do corpo do entrevistador (Dan), conferindo à Mae uma posição de suscetibilidade a acontecimentos externos e, a Dan, pelo contrário, a segurança de não ser surpreendido por outros eventos já que ao seu fundo o espaço está preenchido por uma parede e um armário, como pode ser observado nas imagens. Efeitos de cromatismo se sobrepõem ao da iluminação, de modo que o fundo atrás de Mae apareça mais aberto e mais iluminado, enquanto o fundo atrás de Dan é mais fechado e escuro. Esses aspectos reforçam, conjuntamente, o efeito construído de uma cena mais desprotegida para Mae e mais protegida para Dan.

A noção de lateralidade do espaço estático pode ser percebida no modo de filmagem e posicionamento dos corpos de maneira que, no plano, o efeito de diálogo se constrói por uma relação em que Mae aparece, na maior parte das vezes, posicionada do meio do plano para a direita, enquanto Dan é mostrado predominantemente na posição do meio do plano para a esquerda. Essa demarcação de posições no plano fílmico reforça os papéis dos actantes, enfatiza as diferenças funcionais entre esses papéis ocupados por cada um na prática da entrevista e constrói um efeito que demarca as diferentes posições no diálogo entre entrevistador e entrevistado.

Figura 2



Imagem do espaço da entrevista no início da cena de entrevista da Mae no filme *O círculo*.

Na análise do espaço cinético são tratadas as relações de englobamento no espaço da entrevista. De um modo geral, as duas pessoas são vistas sentadas ao fundo e englobadas pelo espaço em que ocorre a entrevista. Os corpos de Mae e Dan encontram-se englobados pelo espaço da sala semiaberta, mas existe uma abertura atrás de Mae que oferece ao seu entrevistador conhecimento e domínio do que ocorre externamente a esse espaço. Observam-se bebidas ao fundo de Dan, indicando que esse é um espaço de hospitalidade, onde se conversa bebendo um café ou outra bebida, conferindo menos formalidade ao ambiente. Como foi visto na relação de perspectividade, Dan encontra-se mais englobado por esse espaço do que Mae. Essa posição do entrevistador corrobora o efeito de sentido presente na relação de profundidade, conferindo a ele menos vulnerabilidade e mais controle sobre os eventos externos à sala, pois ele tem a visão global do espaço, enquanto a Mae cabe uma visão limitada, apenas do espaço que Dan ocupa na sala.

Figura 3



Figura 4



Figura 5



Figura 6



Pensando em uma perspectiva mais ampla de englobamento, observa-se uma sala semiaberta no *hall* de um prédio comercial, um espaço que se assemelha a uma recepção, mas utilizado para a entrevista. A sala é englobada pelo *hall* que, por sua vez, encontra-se englobado pelo prédio como um todo e este por um complexo de vários edifícios, mostrado na cena que antecede a entrevista, quando Mae chega ao local da empresa.

Quando o filme exhibe essas relações de englobamento no espaço da empresa, como se observa na sequência de imagens acima, ele comunica ao espectador sobre as dimensões da empresa e sobre sua organização e constrói esse efeito de englobamento do espaço mais amplo para o mais restrito. A posição dos corpos e suas operações de movimentos apontam para o predomínio das operações simples, de direção dada pelo afastamento entre os corpos e pela própria etiqueta protocolar da ocasião de entrevista, além da operação complexa, de reunião compreendida pelo fato de estarem reunidos em uma sala para a própria realização da entrevista. Essas operações de movimento mostram que, apesar de estarem reunidos, não há aproximação entre os corpos, o que se corrobora pela participação da mesa na organização espacial como um objeto que reforça essa posição afastada entre os corpos.

A configuração espacial constrói nessa cena de entrevista um efeito de sentido de informalidade que se contrapõe à formalidade do protocolo característico da entrevista. Esse efeito se constrói pela construção estratégica de espaços empresariais, simulando um ambiente descontraído, como o de um bar ou outro espaço que caracterize algum nível de informalidade, mas que opera recebendo interações extremamente marcadas pela formalidade como as reuniões de negócios ou mesmo a própria entrevista, como é o caso da cena em questão. Deste modo, o espaço actualizado contrapõe a informalidade, construída por um ambiente aparentemente descontraído que sugere o consumo de alguma bebida na ocasião, em oposição à formalidade, reforçada pela presença dessa mesa de mármore, fria, pesada que afasta os corpos dos envolvidos na prática.

A segunda etapa da análise consiste na delimitação das fases da prática. O conceito de prática, como visto, compreende-a como um curso de ação e, para delinear esse curso de ação, é importante segmentar a prática em fases. Essa segmentação pode seguir uma ordem cronológica, ou mesmo a demarcação de eventos, ou a aparição de diferentes motivações para o desenvolvimento da prática, ou mesmo a delimitação de pequenos eventos, como acontecimentos que se destacam por alguma razão ao longo da prática. A entrevista de emprego se caracteriza por ser uma prática extremamente programada. Os recrutadores cada vez mais buscam estratégias de conhecer o sujeito por trás dessa programação, suas habilidades comportamentais e mesmo de identificar aspectos desse comportamento que possam somar ou atrapalhar o desenvolvimento desse sujeito no cargo que almeja. Para tanto, eles procuram inserir, no meio do conjunto de questões características da prática programada, algumas outras com potencial desestabilizador. A função dessas outras perguntas é exatamente fazer o sujeito entrevistado responder fora da racionalidade programada da prática da entrevista e despertar, por meio da instabilidade da pergunta, a emergência de algum fator que destaque a diversidade identitária ou mesmo algum fator comportamental peculiar ao sujeito entrevistado.

Fontanille (2008, p.53) explica que “(...) toda prática implica, por definição, uma sequência de resolução, de formalização significativa a partir de uma situação inicial de “falta de sentido” (...)”. Por isso delimitaremos o curso de ação dessa entrevista a partir de alguns momentos de falta de sentido, momentos em que o sujeito entrevistado, mesmo que minimamente, foge às normas que regulam a prática e que se instaura no curso da ação da prática um momento de falta de sentido que demanda regulação e adaptação. Entendemos que, em alguns desses casos, a gestualidade do sujeito reflete diretamente sua adaptação à instabilidade programada, seja conjuntamente com sua construção verbal, seja como preparação para essa resposta oral.

Delimitamos, então, três momentos entendidos como momentos de falta de sentido ao longo da entrevista no filme *O Círculo* que podem ser identificados pelo seu elemento desencadeador. O primeiro é desencadeado pelo comentário do entrevistador: “Acho que a sua avó caiu no sono” acompanhado de gestos de fechar os olhos como se estivesse cochilando pela monotonia do que a entrevistada estava dizendo. O segundo é desencadeado pela pergunta “Qual o nome da recepcionista que atendeu você

aqui hoje?”. E o terceiro pela pergunta “Gostaria de sair comigo?”. Foram demarcadas cinco etapas de um processo metodológico de análise que se aplicam para nortear os procedimentos analíticos para cada momento do qual será extraído o conjunto gestual a ser analisado.

Tabela 1

Momento de onde será extraído o conjunto gestual para análise	1. Identificar	O elemento desencadeador dessa gestualidade
	2. Descrever	A sequência gestual dessa fase de falta de sentido
	3. Considerar	O texto verbal oral dessa fase e sua participação nesse conjunto expressivo
	4. Classificar	As operações de movimento que predominam ou se sobressaem na sequência gestual
	5. Estabelecer	Que efeitos de sentido se constroem por esse conjunto gestual e por essas operações de movimento que ele mobiliza

Quadro das etapas para análise de cada sequência gestual

Sequência gestual 1

Figura 7



Sequência 1, gesto 1, fecha os olhos.

Figura 8



Sequência 1, gesto 2, boca entre aberta, olhar lateral

Figura 9



Sequência 1, gesto 3, abaixa o olhar

Figura 10



Sequência 1, gesto 4, inspira de olhos fechados e se prepara para dizer que entendeu

Figura 11



Sequência 1, gesto 5, Mae já disse que entendeu e pensa em como reformular a resposta.

O elemento desencadeador dessa primeira sequência é o comentário do entrevistador que, após ter pedido para Mae dizer como explicaria o negócio da empresa para sua avó, diante de sua explicação comenta: “Acho que sua avó caiu no sono.”, acompanhando gestos de fechar os olhos como

se estivesse cochilando para expressar, sem vestígio de polidez ou constrangimento, sua sensação de monotonia diante da fala da candidata. Com isso, deve ficar implícito para a candidata que o entrevistador esperava outra forma de desempenho, mais criativo e menos técnico. A descrição da sequência gestual se encontra abaixo das imagens.

Essa sequência promove a reorganização do sujeito e o prepara para mudar a perspectiva de como se expressa, e tentar corresponder à expectativa do entrevistador. A sequência traz um predomínio gestual que conjuntamente exprime-se por um recolhimento, que podemos aproximar da operação de movimento simples de afastamento. Quando a entrevistada se afasta do entrevistador, esse movimento produz um efeito de sentido de fechar-se para a interação com ele, de modo que ela se reserva de modo informal aos seus pensamentos, como se pudesse se retirar do recinto por milésimos de segundos para encontrar a resposta ou solução para a questão proposta pelo entrevistador.

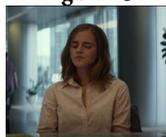
Sequência gestual 2

Figura 12



Sequência gestual 2, gesto 1, resposta gestual à pergunta, fecha os olhos, inspira recuando na cadeira

Figura 13



Sequência gestual 2, gesto 2, Mae encosta na cadeira de olhos fechados buscando a resposta

Figura 14



Sequência gestual 2, gesto 3, Olhar diagonal inferior buscando a informação na memória

Figura 15



Sequência gestual 2, gesto 4, Mae lembra a resposta e olha para ele firme para responder

O elemento desencadeador dessa sequência é a pergunta “Qual o nome da recepcionista que atendeu você aqui hoje?” feita pelo entrevistador. Com essa pergunta, esse entrevistador deseja verificar se a candidata está dispensando atenção a todos os momentos e a todas as pessoas. A

sequência gestual descrita nas imagens exprime o momento de busca de informação na memória.

O conjunto gestual da sequência sintetiza-se em duas operações de movimento simples: o recuo do corpo da candidata que busca em sua memória a informação, portanto um afastamento afetivo e espacial, e o avanço expresso no momento em que lembra a resposta, compreendido como aproximação. Ao afastar-se do entrevistador, a entrevistada constrói um efeito de sentido introspectivo, de reserva à própria reflexão sobre a resposta, e quando ela se aproxima dele produz um efeito de sentido de abertura à interação, pondo-se disponível à relação, sobretudo porque encontrou a resposta requerida pelo entrevistador, voltando ao jogo interativo de perguntas e respostas rápidas que ele lhe propõe.

Sequência gestual 3

Figura 16



Sequência gestual 3, gesto 1, Mae com a face interrogativa após ouvir a pergunta sobre sair com ele.

Figura 17



Sequência gestual 3, gesto 2, Mae apresenta uma expressão facial confusa sobre o que deve responder.

Figura 18



Sequência gestual 3, gesto 3, momento em que já apresentou uma depressão de ombros e, após esta, franze a testa.

Figura 19



Sequência 3, gesto 4, momento em que Mae responde gaguejando que seria inapropriado sair com seu entrevistador.

Figura 20



Sequência gestual 3, gesto 5, momento em que Mae deixa sua expressão mais leve imediatamente após o julgamento da sua resposta como boa pelo entrevistador.

O elemento desencadeador dessa terceira sequência é a seguinte pergunta do entrevistador: “Gostaria de sair comigo?”. Com essa pergunta, ele mensura os limites éticos da candidata e avalia sua competência relacional para responder a questões delicadas sem ser ofensiva. A sequência gestual descrita abaixo das imagens exprime uma relação modal: Mae sabe que deve responder “não”, mas não pode responder diretamente. Essa relação demanda

uma adaptação do modo como dizer “não” sem ser direta demais. No caso das operações de movimento nessa sequência, há uma questão interessante: uma oposição entre o direcionamento do tronco da Mae e de seu olhar.

Antes de sua resposta, ela avança com o tronco e realiza uma depressão dos ombros e do tronco como um todo. O corpo constrói um efeito de aproximação, entretanto, o olhar de Mae constrói um efeito muito claro de afastamento, com olhares vagos e em direções indiretas. O olhar parece mais forte do que o gestual do tronco nesse caso. Esse olhar distante somado à depressão do tronco constroem um efeito de sentido de afastamento. Mais uma vez, ela se distancia de seu entrevistador, pausando a interação para reservar-se ao pensamento sobre o que deve responder.

Após a resposta, o conjunto se modifica, Mae recua seu tronco em uma postura relaxada sobre o assento da cadeira. Por outro lado, ela se aproxima do seu entrevistador com um olhar direto. O corpo dela está relaxado, aliviado pelo retorno positivo sobre a resposta, com isso, seu olhar assume autoconfiança.

O exercício de análise demonstrou que a gestualidade observada a partir de aspectos espaciais pode reforçar o que foi dito verbalmente ou mesmo revelar relações verbalmente implícitas. Na primeira sequência analisada, a gestualidade exprime um processo de reorganização do sujeito e a preparação para sua mudança de abordagem expressiva na entrevista. A segunda sequência constrói efeitos de sentido de abertura e fechamento à interação, exprimindo ora introspecção, ora expansão expressiva. Na terceira sequência, vimos que, por vezes, as partes do corpo podem apresentar direcionamentos opostos, demandando do analista a identificação da parte do corpo de maior dominância expressiva. No caso desse exercício, o olhar se sobressai sobre a postura do tronco exprimindo relações de dúvida, confusão, incerteza e, ao fim do curso de ação, certeza e alívio.

Considerações finais

O texto se concentrou em apresentar aspectos metodológicos de uma pesquisa de doutorado em andamento sobre a análise semiótica da gestualidade no espaço aspectualizado em práticas empresariais, delimitadas sobre as entrevistas de emprego. Na fase atual, alguns aspectos estruturam os exercícios de análise, mas há ainda a expectativa de que o exercício das

análises propicie o acolhimento de novos princípios analíticos que confrim cada vez mais precisão e clareza aos processos de análise.

Referências

- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: 2ª ed. Ed., Ática, 2001.
- FONTANILLE, Jacques. Discursos, mídias, práticas e regimes de crença. *Revista do GEL*, v. 16, n. 3, p. 246-261, 2019. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.
- FONTANILLE, Jacques. *Formas de vida*. Lima, Peru. Fondo Editorial. 2018.
- FONTANILLE, Jacques. “Quando a vida ganha forma”. In Nascimento, Edna Maria Fernandes dos Santos; ABRIATA, Vera Lucia Rodella. *Formas de vida: rotina e acontecimento*. Editora Coruja. Ribeirão Preto, São Paulo. 2014.
- FONTANILLE, Jacques. “Práticas semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização”. In: Diniz, Maria Lúcia Vissotto Paiva; Portela, Jean Cristtus (org.) *Semiótica e mídia — textos, práticas, estratégias*. Bauru: Unesp/Faac, p. 15-74. São Paulo, 2008.
- FONTANILLE, Jacques. *Significação e visualidade: exercícios práticos*. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- GREIMAS, Algirdas Julien. Condições para uma semiótica do mundo natural. In: *Sobre o sentido: ensaios semióticos*. Traduzido por Ana Cristina Cruz Cezar. Ed. Vozes, 1975.
- O CÍRCULO. Dirigido por James Ponsoldt. Produzido por Playtone e Image Nation. EUA, 2015. Brasil, 2017. (110 minutos). Colorido.

Créditos das imagens

Figuras 1 a 20 – imagens extraídas do filme *O Círculo* para exercício de análise.
Tabela 1 – Quadro das etapas para análise de cada sequência gestual elaborado pela autora do artigo.

A LEITURA COMO JOGO

Luiza Riveiro Gonçalves¹

Comprar um livro, escolher a próxima leitura na estante, passar os olhos pelas páginas, virar as páginas, ler, compartilhar opiniões em relação ao livro. Essas são algumas cenas predicativas recorrentes na prática da leitura, que apresenta tanto aspectos particulares e individuais quanto coletivos e sociais. Se ler é um ato de introspecção e reflexão, também é de interação, como evidenciado pelos *booktubes*, canais literários do *You Tube*. Com uma finalidade clara, os *booktubes* buscam estimular a leitura por meio da discussão literária e do compartilhamento de ideias e opiniões sobre os livros. Esse objetivo norteia a própria estrutura dos vídeos literários, bem como suas principais características. A informalidade e o uso predominante da primeira pessoa produzem um simulacro de conversa e aproximam os actantes da enunciação. Da mesma forma, a forte ambientação e o uso de diferentes plataformas *online* – *Telegram*, *Discord*, *Instagram*, *Twitter*, *websites* etc. –, aproximam a comunidade da leitura. Há, portanto, uma transformação na própria interação do leitor com o livro, criando, conseqüentemente, uma prática literária emergente.

Para o desenvolvimento da dissertação, foram consultados e analisados três canais literários: *Literature-se*, de Mell Ferraz, *tatianagfeltrin*, de Tatiana Feltrin, e *Book Roast*, de G. Os três possuem diferentes particularidades e diferentes enfoques em relação à leitura. Os dois primeiros *booktubes* pertencem a brasileiras graduadas em Letras, que abordam a literatura e a linguagem. Tais aspectos são claros nos vídeos e em eventos por elas promovidos, os quais buscam não só estimular a leitura, mas estimular o consumo da literatura canônica. Com menções a textos teóricos, comparações de diferentes edições e traduções, essas duas *booktubers* se diferenciam no tipo de livro lido. Mell Ferraz se atém, majoritariamente, à literatura canônica, enquanto

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (UFF) sob a orientação da Prof^a Dr^a Lucia Teixeira.

Tatiana Feltrin mescla a leitura de clássicos com a de best-sellers, considerando sobremaneira o que a comunidade deseja que ela leia. G., do canal *Book Roast*, já possui um enfoque maior em *best-sellers*, sem se ater à leitura dos clássicos. Sem vídeos-resenha, seu *booktube* é composto principalmente por listas temáticas de livros e *vlogs* semanais, não havendo aprofundamento e discussão das leituras feitas, o que evidencia a leitura focada na quantidade. Considerando esse aspecto quantitativo do canal *Book Roast*, vale destacar uma maratona literária organizada anualmente pela *booktuber*.

Maratonas literárias consistem em eventos organizados por *booktubers* cujo foco é estimular a leitura e fazer com que a comunidade leia o máximo possível em um determinado período de tempo. Existem diversos tipos de maratonas, conforme a sua duração – 24h, 48h, uma semana, um mês etc. – e a presença ou não de desafios a serem cumpridos. A *Magical Readathon*, criada por G., tem como temática o mundo ficcional de Harry Potter (obra da autora britânica J. K. Rowling, dividida em 7 volumes, posteriormente transformados em filmes) e se divide em duas etapas: *OWLS*² e *NEWTS*³, ambas compostas por diferentes desafios e com a duração de um mês.

Na edição de 2019, além das etapas principais, G. também organizou a maratona *Winter*, objeto deste artigo, que aconteceu durante o mês de dezembro daquele ano. O evento consistiu em cinco fases, consideradas capítulos – que contavam uma breve história criada pela própria *booktuber* a partir do segundo livro da série Harry Potter, *Harry Potter e a Câmara Secreta* –, que foram postados no *website* da *Magical Readathon*. Com várias possibilidades ao longo dos capítulos do evento, cabia aos participantes fazerem escolhas que não só determinavam, de certa forma, o percurso narrativo, como também os desafios a serem cumpridos. Eram esses desafios, por sua vez, que direcionavam as escolhas dos livros a serem lidos.

No capítulo 2, por exemplo, o internauta é convidado a participar de um clube de leitura com a personagem Hermione. Existem dois caminhos possíveis: ou o participante recusa o convite – “Uhn, talvez ano que vem... Vamos jogar xadrez bruxo!” (G., 2019h, tradução nossa) – ou ele o aceita – “Estou dentro!” (G., 2019h, tradução nossa).

2 Teste realizado anualmente no mês de junho. *OWLS* é a abreviação de *Ordinary Wizarding Level* e, em português é conhecido como NOMs (Níveis Ordinários de Magia).

3 *Nastily Exhausting Wizarding Tests* são os exames realizados pelos alunos de Hogwarts do último ano durante os meses de maio e junho. Em português, esses exames são conhecidos como “Níveis Incrivelmente Exaustivos de Magia” (NIEMs).

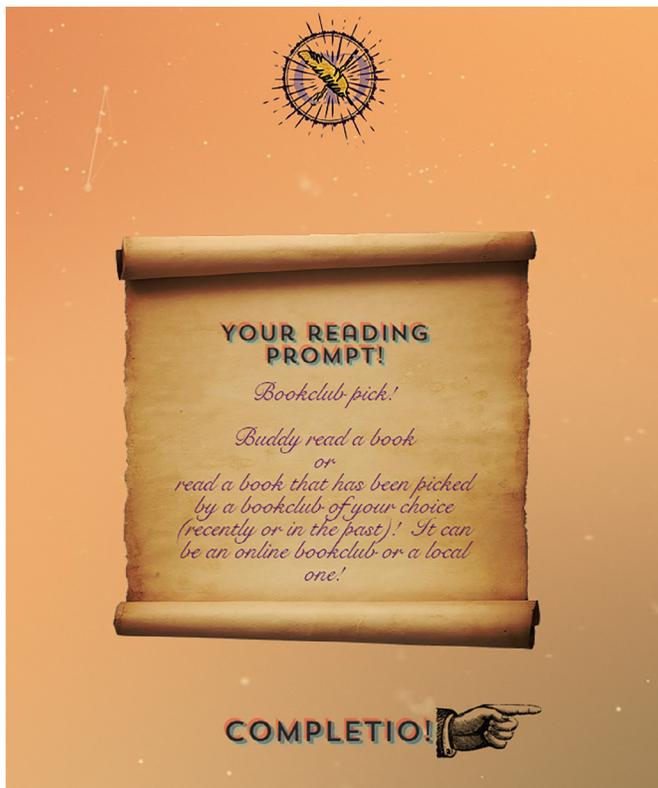
Figura 1



Capítulo 2, clube de leitura (captura de tela)

Se o participante decidir pela segunda opção, ele recebe um desafio: “Leia um livro com um amigo ou leia um livro que foi escolhido por um clube do livro de sua escolha [...]!” (G., 2019f, tradução nossa). Apenas após completar todos “[...] os desafios do capítulo anterior [...]” (G., 2019i, tradução nossa), ele pode, então, passar para o novo capítulo, ou seja, o novo *Magical Chapter*.

Figura 2



Capítulo 2, desafio do clube de leitura (captura de tela)

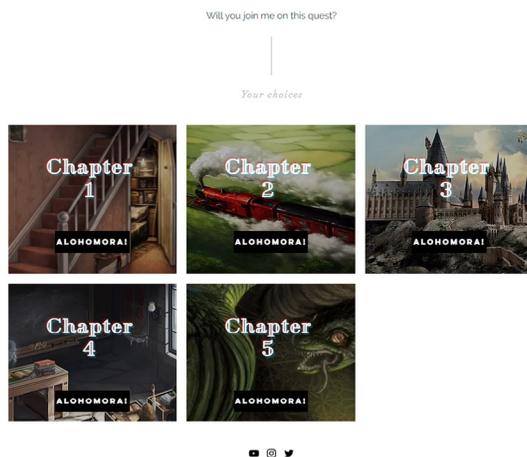
A partir dessa breve explicação da organização do evento, fica evidente que a maratona *Winter*, além de potencializar a interação entre a comunidade, também torna a leitura uma espécie de jogo. É interessante, portanto, considerar os níveis de imanência e pertinência propostos por Jacques Fontanille (2008) na análise desse objeto.

Em busca de “redefinir a natureza daquilo que a semiótica se ocupa” (FONTANILLE, 2008, p. 16), Jacques Fontanille propõe uma expansão da ideia de imanência defendida por Greimas, redefinindo o objeto da semiótica: se antes o semioticista deveria focar apenas no texto, agora é possível integrar “a situação semiótica ao percurso gerativo de sentido” (LIMA, 2010, p. 10). Fontanille (2008) estabelece, portanto, seis níveis de imanência e pertinência: (1) figuras-signos; (2) texto-enunciado; (3) objeto-suporte; (4) cena predicativa; (5) estratégias e (6) formas de vida, sendo os cinco primeiros considerados nesta análise.

O primeiro nível de pertinência é o dos signos, construído pela experiência da figuratividade. Essa “[...] é caracterizada por lampejos, insinuações de sentido [...]” (PORTELA, 2008, p. 102) que mobilizam a visada do sujeito senciante com o intuito de buscar a percepção. Ao acessar a primeira página da maratona, o internauta se depara com a imagem aérea do castelo de Hogwarts e os dizeres que despertam seu interesse: “Algo está se escondendo nas paredes do castelo. Você vai procurá-lo?” (G., 2019i, tradução nossa). Ao descer a página, há um vídeo de explicação da maratona. Nesse, G. está caracterizada de acordo com a temática do evento, usando um colar vira-tempo⁴ e segurando uma varinha, os quais também remetem ao mundo de Harry Potter.

Após as regras da *Magical Readathon - Winter*, o internauta se depara com os cinco capítulos que compõem a maratona. Mais uma vez, os signos remetem ao universo de Harry Potter: o armário sob a escada – onde Harry morou por alguns anos –, o trem expresso de Hogwarts – que transporta os alunos até a escola –, a própria Hogwarts, uma das salas de aula e o basilisco⁵, os quais indicam o que acontece em cada capítulo. Sobrepostas às imagens, consta a numeração dos capítulos, bem como uma pequena barra com a palavra “Alohomora” que, ao ser clicada, em referência ao feitiço que abre portas, abre cada fase.

Figura 3



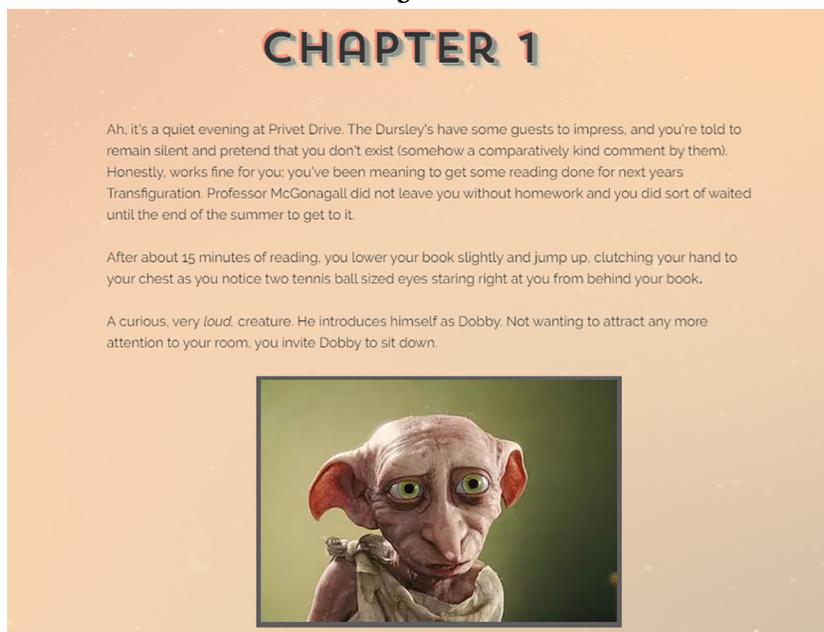
Página inicial (captura de tela)

4 Objeto mágico que possibilita que o sujeito que o usa viaje no tempo.

5 Serpente gigante que mata todos que olham diretamente em seus olhos e que aparece no segundo livro da série Harry Potter, *Harry Potter e a Câmara Secreta*.

Essa figuratividade “mágica” permeia todos os capítulos, seja através de palavras referentes ao mundo de Harry Potter, seja através de desenhos dos livros ou de imagens dos filmes. Estes elementos funcionam como uma forma de chamar a atenção do participante, além de tornarem o texto ainda mais figurativo e trazerem indícios do que acontece na página em questão. Na primeira página do capítulo 1, por exemplo, o participante vê uma ilustração do elfo-doméstico Dobby, que é mencionado no texto dessa página. O internauta fã de Harry Potter, ao ver a imagem, sabendo que a história contada por G. é baseada no segundo livro da série, fará suposições do que está no texto da página: o primeiro encontro com Dobby, que tenta evitar que ele vá para a Hogwarts naquele ano, assim como fez com Harry no segundo livro da série.

Figura 4



Capítulo 1, Dobby (captura de tela)

Apesar das imagens e das palavras que saltam aos olhos já indicarem para os participantes conhecedores dos livros e filmes de Harry Potter o que pode estar em cada página, é apenas no nível seguinte, o do texto-enunciado, que a experiência semiótica da interpretação de fato acontece. Como afirma Jean Cristtus Portela:

Não basta ao sujeito perceber a existência de um fenômeno, a questão, no nível de pertinência dos *textos-enunciados*, é conferir sentido ao que é percebido, é posicionar-se seja como intérprete seja como produtor em relação ao que é percebido (PORTELA, 2008, p. 102).

Considerando a maratona literária *Winter*, o internauta desempenha dois papéis simultaneamente: o de intérprete e o de produtor. Como intérprete, o participante lê as situações narradas a cada capítulo e, a partir de suas considerações, escolhe a melhor opção. Ele é levado a acreditar que é um personagem na história, como evidenciado no *website* pela predominância da segunda pessoa do singular. Portanto, com o papel de sujeito atribuído a ele, o participante é um produtor, visto que suas escolhas podem alterar a história em si.

Vale ressaltar, porém, que se essas escolhas desencadeiam diferentes programas de uso, estes não influenciam de forma drástica o programa de base, que sempre se constitui das mesmas características. Por exemplo, no capítulo quatro, o sujeito é manipulado a dever salvar a personagem Gina Weasley⁶, que foi raptada ao longo dos capítulos anteriores. Para alcançar seu objetivo, ele deve ter uma determinada competência que foi ou não adquirida desde o início da maratona, de acordo com as escolhas feitas. Caso o sujeito não tenha entrado em conjunção com determinado saber – importante para que a performance seja realizada – ele deverá seguir um caminho mais longo, que preencherá possíveis lacunas. A performance fica evidente no capítulo cinco, em que ele é levado a encontrar o basilisco, o personagem Tom Riddle⁷ e a própria Gina Weasley, e luta para salvá-la. Independente das escolhas feitas nos capítulos anteriores e, até mesmo no último capítulo, a sanção sempre é positiva: após matar o basilisco e salvar Gina Weasley, o sujeito acorda no hospital e o diretor de Hogwarts, Dumbledore, dá 100 pontos para a sua casa⁸.

A interação com a história simulada pelos *Magical Chapters* é possível apenas por conta do objeto-suporte, o qual está ligado à experiência do nível seguinte, a corporeidade. Por estar manifestada em um *website*, a maratona é caracterizada por diversas possibilidades que estão conectadas por meio de hipertextos. Apenas com cliques, o participante é capaz

6 Irmã mais nova do melhor amigo de Harry Potter, Ron Weasley.

7 O jovem que se tornará o vilão Lord Voldemort e que está por trás de todos os acontecimentos maléficos.

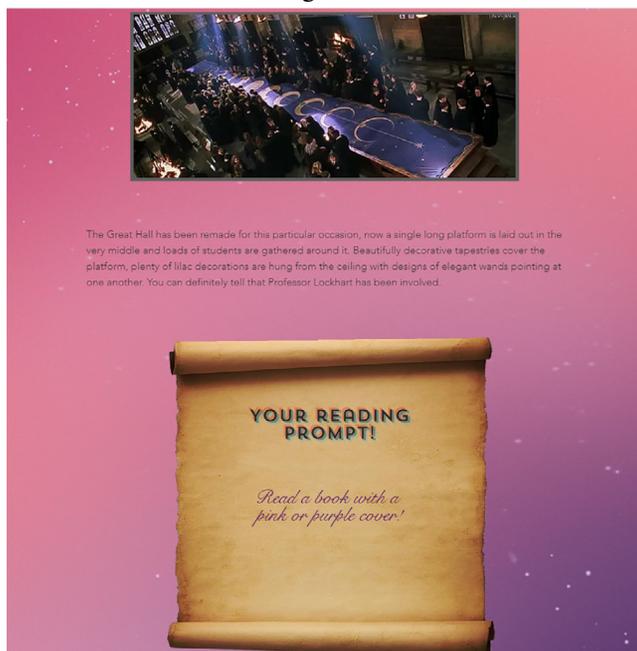
8 Todo aluno de Hogwarts faz parte de uma das casas da escola: Grifinória, Sonserina, Corvinal ou Lufa-lufa.

de determinar os desafios, direcionar o percurso narrativo e modificar as próprias páginas seguintes. No capítulo 3, por exemplo, o internauta deve decidir o que vai fazer à noite. Existem três possibilidades, cada uma com um desafio de leitura diferente, que está ligado à escolha feita:

- 1) “Ir para o encontro do Clube de Duelos” (G., 2019f, tradução nossa)
- 2) “Ir para a festa de 500 anos de morte de Nick Quase-Sem-Cabeça⁹” (G., 2019f, tradução nossa)
- 3) “Ir para o treino de Quadribol¹⁰” (G., 2019f, tradução nossa)

Ao escolher ir para o Clube de Duelos, o internauta deve ler um livro com uma capa rosa ou roxa. Como consequência da escolha, as páginas seguintes passam a ter um fundo rosa e roxo, remetendo tanto ao desafio proposto quanto às cores dos feitiços.

Figura 5



Capítulo 3, desafio do Clube de Duelo (captura de tela)

9 Um fantasma que morreu por ter sua cabeça quase decepada.

10 Esporte bruxo praticado no mundo mágico.

Se ele opta por ir à festa, ele deverá ler um livro paranormal ou um livro com fantasmas. Conseqüentemente, o estilo das páginas seguintes também muda: o fundo passa a ser de tonalidade escura e as letras ganham um tom claro; os símbolos recebem uma cor azulada e o pergaminho, com a descrição dos desafios e das possíveis escolhas, fica esmaecido.

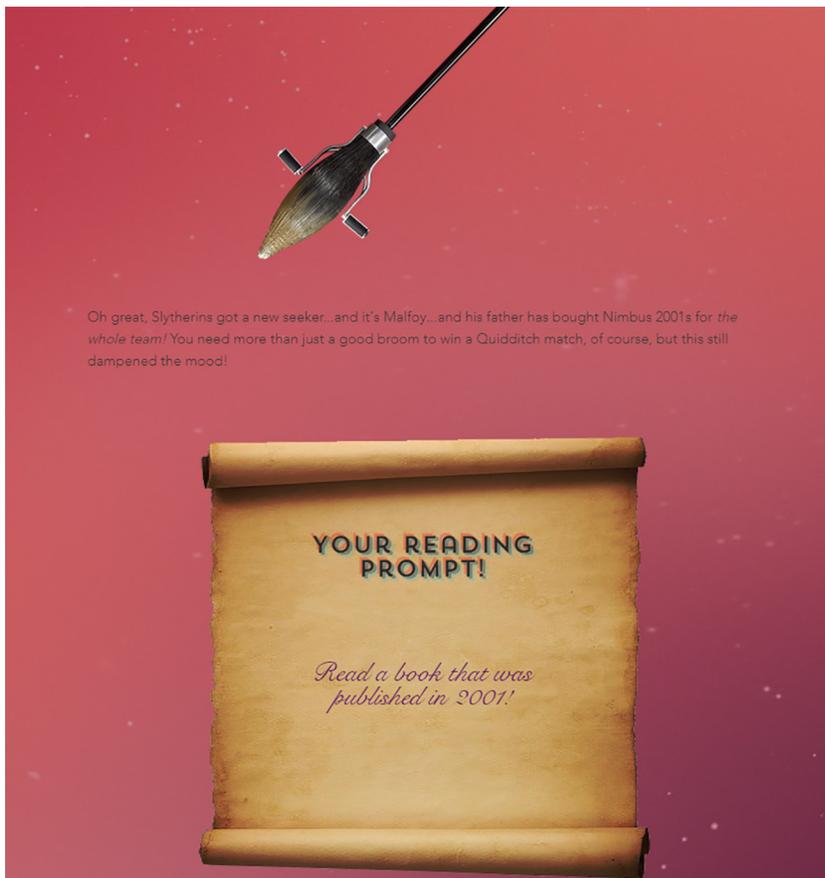
Figura 6



Capítulo 3, desafio da festa de 500 anos de morte de Nick Quase-Sem Cabeça (captura de tela)

Diferentemente da escolha acima descrita, se o participante escolhe ir para o treino de quadribol, ele deve ler um livro publicado em 2001. As páginas seguintes, por sua vez, apresentam uma coloração avermelhada, que faz referência à cor vermelha de Grifinória, uma das casas da escola.

Figura 7



Capítulo 3, desafio de quadribol (captura de tela)

De acordo com Fontanille, em entrevista a Portela, a prática semiótica

[...] é constituída em sua superfície por um conjunto de atos, cuja significação raramente é conhecida de antemão, e que se constrói “em tempo real” por adaptações desses atos em relação uns aos outros (PORTELA, 2006, p. 181 *apud* PORTELA, 2008, p. 105).

Na análise da maratona literária *Winter*, essa adaptação mencionada por Fontanille fica evidente, visto que o sujeito-participante deixa de ser modalizado por um “querer ler” e passa a ser modalizado por um “dever ler”.

Por conta dessa mudança, há uma nova prática de leitura, que apresenta uma série de novas cenas predicativas: acessar o *website* da maratona, abrir cada capítulo, ler os capítulos um a um, escolher qual caminho seguir em cada capítulo, assistir aos vídeos postados no canal *Book Roast*, acompanhar o desenrolar da maratona nas redes sociais etc. Tais atividades, por sua vez, acabam por modificar as cenas práticas já recorrentes na prática literária. Os livros passam a ser selecionados com base nos desafios propostos. As cenas predicativas de comprar um livro, escolher a próxima leitura e, até mesmo, o ato de ler deixam de ser direcionadas pelo interesse do leitor e passam a ser feitas a partir da própria maratona. Esse “dever” acaba interferindo no próprio ritmo de leitura, visto que o internauta é compelido – apesar de ele poder “[...] ir no seu próprio ritmo” (G., 2019i, tradução nossa) – a terminar os desafios antes que o próximo capítulo seja disponibilizado na semana seguinte.

Da mesma forma, essas novas cenas práticas também desencadeiam um maior compartilhamento das leituras por parte dos participantes, tornando o “falar sobre o livro” e o “elogiar/criticar o livro”, cenas quase que obrigatórias. Para que essas cenas predicativas sejam modificadas ou acrescentadas à prática do leitor são necessárias diversas estratégias, as quais constituem o nível seguinte, ligado à experiência da conjuntura.

O objetivo maior das maratonas literárias é, como mencionado anteriormente, estimular a leitura. Na maratona *Winter*, esse objetivo é composto por outras duas metas, que interferem no próprio estímulo à leitura: fazer com que o internauta queira e deva ler; e criar, também, a ideia de uma comunidade.

Nesse contexto, a própria temática escolhida, figurativizada por imagens e palavras referentes ao mundo de Harry Potter, funciona como uma estratégia para provocar a interação da comunidade, que possui interesses comuns. Da mesma forma, alguns dos desafios que aparecem ao longo dos capítulos não são de leitura, mas sim de compartilhamento da maratona. No capítulo 4, por exemplo, enquanto é atingido diversas vezes por um balaço¹¹, o internauta deve escolher qual feitiço irá lançar, *Protego* ou *Reducto*. Independente da escolha feita, o desafio é o mesmo: “twittar uma foto de seu jogador de quadribol favorito com #Dobbysentabludger” (G., 2019e, tradução nossa). Essa construção de uma comunidade acaba por servir como desencadeador desse “querer” e “dever” ler, visto que para fazer parte da comunidade o sujeito precisa acompanhar a maratona, completando os desafios, comentando e postando sobre ela.

11 Uma das bolas que compõem o jogo de Quadribol.

Essa modalização também é produzida pelas próprias características do evento: a presença de fases e de um objetivo claro – salvar Gina Weasley –, característicos de um jogo, bem como a possibilidade de interagir e modificar a história. Para que o participante se sinta um personagem na história, então, os capítulos são permeados de descrições em que há o uso predominante dos verbos no presente e na segunda pessoa do singular, como exemplificado no trecho abaixo:

É a manhã do dia primeiro de setembro, **gelada e refrescante**, quando **você acorda** ansiosamente no **seu** quarto no Caldeirão Furado. Um animado cumprimento (“Acorde e brilhe, lindo!”) **o assusta** tanto que **você pula** para fora da **sua aconchegante e quentinha cama direto no seu quarto absurdamente frio**. Era um espelho falante, que ainda por cima estava no teto! **Você** não deve ter notado na noite anterior. (G., 2019j, tradução e grifo nossos)¹²

Considerando a maratona literária analisada – em que os livros propostos e escolhidos, de acordo com os desafios, deviam ser lidos para que o internauta pudesse avançar nas fases do “jogo” –, percebe-se que estamos diante de uma prática de leitura emergente, com a mudança de antigas cenas e o surgimento de outras. Fica claro, então, que é possível que a leitura adquira um novo sentido, deixando de ser uma atividade voltada para si mesma – constituída pelo interesse do leitor em ler – e passando a ser justificada pelos objetivos, pelas necessidades e pelo suporte em que está inserida.

Referências

- FONTANILLE, J. Práticas semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização. In: DINIZ, M. L. V. P; PORTELA, J. C. (Orgs.). *Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias*. Bauru: UNESP/FAAC, 2008. p. 15-74.
- G. *Magical Readathon*, 2019a. Bludger!. Disponível em: <<https://www.magicalreadathon.com/copy-of-run-for-it-1>>. Acesso em: jan. 2021.

12 “It is the morning of September 1st, chilly and crisp, when you eagerly awake in your room at the Leaky Cauldron. A cheerful greeting (“Rise and shine, handsome!”) startles you so much that you jump out of your cozy warm bed into the ridiculously freezing room. It was a talking mirror; on the ceiling of all places! You must have not noticed it last night.” (G., 2019j)

- _____. *Magical Readathon*, 2019b. Deathday Party prompt. Disponível em: <<https://www.magicalreadathon.com/copy-of-quidditch-practice-prompt>>. Acesso em: jan. 2021.
- _____. *Magical Readathon*, 2019c. Dobby. Disponível em: <<https://www.magicalreadathon.com/dobby>>. Acesso em: jan. 2021.
- _____. *Magical Readathon*, 2019d. Duelling Club prompt. Disponível em: <<https://www.magicalreadathon.com/copy-of-quidditch-practice-prompt-1>>. Acesso em: jan. 2021.
- _____. *Magical Readathon*, 2019e. Find who it was. Disponível em: <<https://www.magicalreadathon.com/copy-of-dumbledore-s-office-prompt>>. Acesso em: jan. 2021.
- _____. *Magical Readathon*, 2019f. Herbology. Disponível em: <<https://www.magicalreadathon.com/copy-of-chapter-3-intro>>. Acesso em: jan. 2021.
- _____. *Magical Readathon*, 2019g. Joining the bookclub. Disponível em: <<https://www.magicalreadathon.com/copy-of-hermione-wall>>. Acesso em: jan. 2021.
- _____. *Magical Readathon*, 2019h. Join the bookclub?. Disponível em: <<https://www.magicalreadathon.com/copy-of-on-the-train>>. Acesso em: jan. 2021.
- _____. *Magical Readathon*, 2019i. Magical Readathon: Winter 2019. Disponível em: <<https://www.magicalreadathon.com/saving-ginny>>. Acesso em: jan. 2021.
- _____. *Magical Readathon*, 2019j. Platform 9 $\frac{3}{4}$ - weasleys. Disponível em: <<https://www.magicalreadathon.com/copy-of-dobby>>. Acesso em: jan. 2021.
- _____. *Magical Readathon*, 2019k. Quidditch Practice prompt. Disponível em: <<https://www.magicalreadathon.com/copy-of-hermione-wall-3>>. Acesso em: jan. 2021.
- LIMA, E. S. O texto e seus entornos: a geração do sentido e os níveis de pertinência na proposta de Jacques Fontanille. *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. A, n. B, p. 10-17, jun. 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/49254>>. Acesso em: out. 2020.
- PORTELA, J. C. Semiótica midiática e níveis de pertinência. In: DINIZ, M. L. V. P; PORTELA, J. C. (Org.). *Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias*. Bauru: UNESP/FAAC, 2008. p. 93-107.
- SCHARTZMANN, M. N. Escrita epistolar: da cena prática à forma de vida. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 1450-1464, set.-dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/945>>. Acesso em: set. 2020.

Créditos das imagens

Figura 1: G. *Magical Readathon*, 2019. Join the bookclub?. Disponível em: <<https://www.magicalreadathon.com/copy-of-on-the-train>>. Acesso em: jan. 2021.

Figura 2: G. *Magical Readathon*, 2019. Joining the bookclub. Disponível: <<https://www.magicalreadathon.com/copy-of-hermione-wall>>. Acesso em: jan. 2021.

Figura 3: G. *Magical Readathon*, 2019. Magical Readathon Winter 2019. Disponível em: <<https://www.magicalreadathon.com/saving-ginny>>. Acesso em: jan. 2021.

Figura 4: G. *Magical Readathon*, 2019. Dobby. Disponível em: <<https://www.magicalreadathon.com/dobby>>. Acesso em: jan. 2021.

Figura 5: *Magical Readathon*, 2019. Duelling Club prompt. Disponível em: <<https://www.magicalreadathon.com/copy-of-quidditch-practice-prompt-1>>. Acesso em: jan. 2021.

Figura 6: G. *Magical Readathon*, 2019. Deathday Party prompt. Disponível em: <<https://www.magicalreadathon.com/copy-of-quidditch-practice-prompt>>. Acesso em: jan. 2021.

Figura 7: G. *Magical Readathon*, 2019. Quidditch Practice prompt. Disponível em: <<https://www.magicalreadathon.com/copy-of-hermione-wall-3>>. Acesso em: jan. 2021.

A AMIGA GENIAL, DE ELENA FERRANTE: UM ESTUDO SEMIÓTICO DO TRATAMENTO DA PESSOA E DO ESPAÇO NA TRADUÇÃO DO ITALIANO PARA O PORTUGUÊS

Cecília Maculan Adum¹

Introdução e embasamento teórico

O presente artigo foi elaborado e ajustado a partir das preciosas indicações recebidas no mais recente Sappil e configura, por conta do limite de páginas, um recorte da tese em construção. Trata-se da análise da relação entre o uso de discurso direto, indireto e indireto livre e a questão da veridicção na obra *A amiga genial*, de Elena Ferrante, comparando o original italiano com a tradução brasileira. Nosso objetivo, aqui, é examinar o tratamento dado, no nível discursivo, à projeção de pessoa (em particular, à organização estabelecida pela hierarquia subentendida na relação entre discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre no romance em questão e pelo ponto de vista do seu narrador sincretizado em observador e interlocutor). Por se tratar de um recorte, não foi possível, neste artigo, a inclusão de outra parte igualmente importante da tese: a definição e a aplicação do conceito de projeto enunciativo da tradução.

A base teórica deste trabalho é constituída pela semiótica discursiva, sobretudo as contribuições dos estudos de tempo, espaço e semântica

1 Doutoranda em Estudos de linguagem, junto à Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a orientação da professora doutora Lucia Teixeira. Bolsista pela CAPES.

discursiva (FIORIN, 2013; BARROS, 2005; e GOMES, 2014) e as questões relacionadas ao contrato fiduciário e, conseqüentemente, à veridicção.

Patamar mais complexo e mais superficial e concreto do percurso gerativo de sentido, o nível discursivo é aquele onde os elementos do nível narrativo ganham revestimentos temáticos e figurativos. Nesse nível mais superficial do percurso, vemos a passagem de formas narrativas abstratas a construções discursivas concretas. Tais construções configuram variações de conteúdos invariantes do nível narrativo. Lembremos, ainda, que, para que se possa produzir um discurso, deve haver uma enunciação, e tal enunciação deixa marcas no discurso que constrói, ainda que seus elementos não sejam imediatamente visíveis no enunciado, pois nenhuma sentença se enuncia sozinha.

Sobre o nível discursivo, Barros afirma:

O nível discursivo é o patamar mais superficial do percurso, o mais próximo da manifestação textual (...) As estruturas narrativas convertem-se em estruturas discursivas quando assumidas pelo sujeito da enunciação. O sujeito da enunciação faz uma série de “escolhas”, de pessoa, de tempo, de espaço, de figuras, e “conta” ou passa a narrativa, transformando-a em discurso. O discurso nada mais é, portanto, que a narrativa “enriquecida” por todas essas opções do sujeito da enunciação, que marcam os diferentes modos pelos quais a enunciação se relaciona com o discurso que enuncia (2005, p. 53).

A sintaxe discursiva trata das projeções/marcas (da enunciação sobre o enunciado) de pessoa, espaço e tempo, denominadas debreagens e embreagens. A saber, eu-aqui-agora (marcas enunciativas) **ou** ele-alhures-então (marcas enuncivas). Textos com marcas enunciativas tendem a ser mais subjetivos (mas não necessariamente o serão), assim como textos cujas marcas sejam enuncivas tendem, em princípio, a uma maior objetividade. O enunciador e o enunciatário, lembremos, compõem o conceito de sujeito da enunciação e são desmembramentos desse sujeito. “O enunciador cumpre os papéis de destinador do discurso e está sempre implícito no texto, nunca nele manifestado” (BARROS, 2005, p. 82). Também o enunciatário é “implícito, cumpre os papéis de destinatário do discurso” (BARROS, 2005, p. 82).

Outro procedimento importante do nível discursivo, a aspectualização pressupõe, necessariamente, um observador que, a partir de uma tomada de posição, avalia e julga os processos temporais, espaciais ou actanciais. E é esse julgamento por parte do ponto de vista do observador que nos permite perceber e entender, sob a ótica discursiva, o procedimento denominado aspectualização, que, nas palavras de Regina Souza Gomes, “pode ser percebida a partir do modo como os eventos são narrados, ou seja, sob a perspectiva da enunciação” (2018, p. 109).

José Luiz Fiorin, em *As astúcias da enunciação* (2016), particularmente no capítulo destinado ao estudo das projeções de pessoa, aborda, entre outras coisas, as questões pertinentes ao discurso reportado, ou seja, à “citação pelo narrador do discurso de outrem” (FIORIN, 2016, p. 63). Fiorin lembra-nos ainda, de que são três as estratégias para se fazer uma citação: o discurso direto, o indireto e o indireto livre. Segundo o autor, o discurso direto, derivado de um processo de debreagem interna, é um simulacro da enunciação constituído por meio do discurso do narrador, criando, de modo geral, efeito de sentido de realidade, visto que se tem a impressão de que o narrador apenas repete o dito pelo interlocutor, há o uso de aspas, de dois pontos ou de travessão, indicando a fronteira entre as duas (diferentes) situações de enunciação, podendo haver, ainda, o uso de um introdutor, que pode ser um *verbum dicendi* (como ocorre em *L'amica geniale* e em *A amiga genial*). Em relação ao discurso indireto, no qual não há debreagem interna, Fiorin ressalta tratar-se de um discurso citado que é subordinado à enunciação do discurso citante. Nesse tipo de discurso, o enunciador traduz os propósitos do locutor, dando a sua versão do discurso deste último. O semioticista chama-nos a atenção, ainda, para o fato de que o discurso indireto exige um verbo introdutor para, justamente, introduzir o discurso citado, sendo tal verbo, invariavelmente, um *verbum dicendi*, e funcionando tal discurso citado como uma oração subordinada substantiva objetiva direta. Já no discurso indireto livre, Fiorin esclarece haver duas vozes, a do narrador e de uma personagem, não havendo, todavia, a enunciação da voz de tal personagem em primeira pessoa (como se dá no discurso direto), e não existindo subordinação a um *verbum dicendi* (como ocorre com o discurso indireto).

Retornemos ao anteriormente mencionado sujeito da enunciação que, lembremos, compõe-se de enunciador e enunciatário, ocupando-se o primeiro do fazer persuasivo em relação ao segundo que exerce,

em contrapartida, um fazer interpretativo. Falar em sujeito da enunciação implica falar de fazer persuasivo e fazer interpretativo que, por sua vez, configuram passos importantes no estabelecimento não da verdade do texto, mas de sua veridicção, de seu dizer-verdadeiro, algo fundamental para a constituição dos mecanismos denominados contrato fiduciário e relação fiduciária. Se, por um lado, o fazer persuasivo (exercido pelo enunciador) “só tem uma finalidade: conseguir a adesão do enunciatário” (COURTÉS; GREIMAS, 2016, p.531), o fazer interpretativo, por outro lado, é absolutamente necessário para que se instale um crer-verdadeiro no canal de comunicação estabelecido. Falar de fazer interpretativo significa falar de uma modalidade veridictória assentada sobre o “ser” *versus* o “parecer”. Parte-se, pois, do eixo do parecer (da aparência), chegando-se ao eixo do ser (da essência), concluindo, por fim, acerca do discurso, a verdade (aquilo que parece e é), a falsidade (que não-parece e não-é), o segredo (o que não-parece e é) ou a mentira (que parece e não-é).

Em relação ao contrato fiduciário, Greimas e Courtés afirmam tratar-se de um contrato que

põe em jogo um fazer persuasivo de parte do destinador e, em contrapartida, a adesão do destinatário: dessa maneira, se o objeto do fazer persuasivo é a veridicção (o dizer-verdadeiro) do enunciador, o contraobjeto, cuja obtenção é esperada, consiste em um crer-verdadeiro que o enunciatário atribui ao estatuto do discurso enunciado (2016, p.208).

Já relação fiduciária é a relação

que se estabelece entre os dois planos, o do ser e o do parecer, quando, graças ao fazer interpretativo, passa-se de um ao outro, fazendo-se sucessivamente a asserção de um e outro desses modos de existência (COURTÉS; GREIMAS, 2016, p.209).

Trata-se, no fim das contas, de se produzir (e de se interpretar) efeitos de sentido de “verdade”.

Analisando, portanto, na obra escolhida, como se dão as escolhas, relativas ao uso de discurso direto, indireto e indireto livre, feitas pelo Enunciador [Ferrante] (e discursivizadas pelo

narrador-observador-interlocutor [Elena-Lenù]), observaremos quais os efeitos de sentido decorrentes de tais escolhas, buscando compreender de que modo elas se relacionam com o contrato fiduciário entre enunciador e enunciatário.

Obra e análise

Título da famosa tetralogia, cuja autoria é atribuída a Elena Ferrante (pseudônimo do(a) autor(a) cuja identidade se desconhece), *L'amica geniale* é também o título do primeiro desses quatro livros (os outros são: *Storia del nuovo cognome* (2012), *Storia di chi fugge e chi resta* (2013) e *Storia della bambina perduta* (2014)). *L'amica geniale* / *A amiga genial* se divide em três partes: prólogo / prólogo (ou “Cancellare le tracce” / “Apagar os vestígios”), Infanzia / Infância (ou “Storia di don Achille” / “História de Dom Aquiles”) e Adolescenza / Adolescência (ou “Storia delle scarpe” / “História dos sapatos”). No prólogo, a narradora relata a descoberta de que sua melhor amiga, Lila, desapareceu. Elena (a referida narradora) passa, então, à narrativa de suas memórias. A história que se segue trata das experiências por ela vivenciadas e/ou testemunhadas, desde a infância até o final de sua adolescência. *A infância* é composta por dezoito capítulos, já na *adolescência* são sessenta e dois capítulos.

O romance em questão é construído sobre o tema da amizade entre duas mulheres, neste caso, em particular, a amizade entre duas meninas, Lenù e Lila, percorrendo grande parte da infância e toda a adolescência dessas personagens. Ambientado nos arredores pobres do elegante e rico centro napolitano, ou, para usar o termo genérico selecionado por Ferrante, ambientado no “*rione*” (ou “bairro”), o romance em questão dá um especial valor à ambientação de Nápoles, descrevendo-a em cada uma de suas particularidades: os confrontos linguísticos (dialeto napolitano do bairro x italiano standard do centro), os problemas econômicos e sociais (que separam o “bairro” e o centro), a marginalidade (que permeia e constitui o “bairro”), a opressão e a violência às quais é, então, submetida, de um modo geral, a mulher. *L'amica geniale* apresenta ainda a relevante particularidade de que seu enunciador, de identidade indefinida e movediça, projeta na narrativa também um narrador híbrido e movediço, que se desdobra, ao longo do romance, em interlocutor, sincretizando-se, frequentemente,

também em observador. Elena-Lenù configura, pois, um narrador-observador-intelecutor cuja memória e, conseqüentemente, o ponto de vista guiam a construção e estruturação do discurso enunciado, tornando visíveis as marcas do contrato fiduciário do romance.

Ainda em relação à questão linguística que opõe bairro (onde se fala dialeto) e centro (onde se fala italiano), é fundamental esclarecer que se trata de uma oposição apenas referida, apontada, pela narradora através do recurso *dicendi*. Em outras palavras, *L'amica geniale*, com exceção de três frases e quatro termos avulsos em dialeto, é todo escrito em italiano. O que ocorre recorrentemente é a indicação, por parte de Elena-Lenù, de que um determinado personagem (do bairro, sempre) disse algo em dialeto, ainda que o enunciatário esteja diante de uma sentença escrita em italiano. Em alguns casos, também ocorre o uso do recurso de *verbum dicendi* para indicar uma fala em italiano (quando, novamente, o enunciatário está diante de uma sentença em italiano) e, também nesse caso, sempre em relação a personagens do bairro. Cabe, ainda, ressaltar que o confronto social e histórico entre dialeto napolitano *versus* italiano standard não é, em princípio, algo muito familiar ao enunciatário previsto para a tradução brasileira, e, por isso, seu impacto, nesse enunciatário, provavelmente não terá a mesma tonicidade que tem no enunciatário do texto italiano. Na tradução brasileira, o tradutor optou por manter o recurso de *verbum dicendi* (usado no texto italiano) como indicador de uso dialetal *versus* uso standard e decidiu não fazer o uso pontual de frases e termos avulsos em dialeto (como ocorre no texto original).

Uma das razões pelas quais se optou pelo recurso *dicendi*, a fim de indicar que os personagens do bairro fazem uso de dialeto (em oposição ao uso de língua standard por parte dos representantes do centro de Nápoles), foi, muito provavelmente, a de ordem mercadológica, uma vez que o dialeto napolitano, ainda que reconhecido pela UNESCO como patrimônio imaterial da humanidade, dispõe de um número de falantes e leitores muito limitado na própria Itália, e representaria, desse modo, um empecilho na difusão da obra em questão, caso fosse de fato inserido (e não apenas referido como usado) diretamente na “fala” dos personagens do bairro. Toda essa estratégia editorial foi de bastante ajuda no processo tradutório de tal texto no Brasil, já que pôde ser integralmente mantida. Se, ao contrário, na obra de partida, fosse usado o dialeto napolitano em

contraposição à língua *standard*, os desafios do processo tradutório seriam, obviamente, muito maiores.

Por outro lado, há que se considerar também o fato de Elena-Lenù configurar um actante de identidade movediça. Apesar de ter nascido e crescido no bairro, Elena-Lenù não se sente parte efetiva dele, e, mesmo aspirando a uma vida nos moldes burgueses do centro rico de Nápoles, sente-se, também ali, uma estranha. O sentimento de pertencimento e de territorialidade em Lenù é sempre conflituoso e, porque não dizer, híbrido. Lenù é uma espécie de actante neutro, pois, ainda que domine tanto o dialeto quanto o italiano *standard* e passe a (aparentemente) absorver (cada vez mais) os bons modos do centro, e ainda que, ao mesmo tempo, mantenha parcialmente preservadas as maneiras e os pensamentos bruscos e violentos do bairro, ela não é efetivamente nem centro nem bairro, já que se sente uma estranha em ambos os locais. É isso – ser neutro – que lhe dá um caráter movediço, que lhe permite a mobilidade e que mantém o seu estranhamento e a sua inadequação. Nas palavras de Tiziana de Rogatis,

Elena vive uma experiência ainda mais complexa (...) habitante do bairro, mas também estudante ginasial com grandes ambições de ascensão social (...) não pertence integralmente nem ao bairro nem, muito menos, ao mundo burguês (ROGATIS, 2018, p. 134)².

Elena-Lenù divide-se entre a excitação e a alegria diante de suas conquistas escolares e pessoais e a estranheza causada por um sentimento de não pertencimento a nenhum dos “territórios” por onde circulava e, até mesmo, vivia:

Comecei a me sentir claramente uma estranha, infeliz por meu próprio estranhamento. Eu tinha crescido com aqueles rapazes, considerava seu comportamento normal, a língua violenta deles era a minha. Mas seguia cotidianamente, já há seis anos, um percurso que eles ignoravam por completo,

2 No original: “*Elena vive un’esperienza ancora più complessa (...) abitante del rione ma anche studentessa ginnasiale con grandi ambizioni di riscatto sociale (...) non appartiene integralmente né al rione né, tanto meno, al mondo borghese.*”

e que eu, ao contrário, trilhava de modo tão brilhante que chegava a ser a melhor. Com eles não podia usar nada daquilo que aprendia diariamente, eu tinha que me conter, de alguma maneira me autodegradar. O que eu era na escola, ali era obrigada a colocá-lo entre parênteses ou a usá-lo à traição, para intimidá-los (FERRANTE, 2019, p. 320).

Narradora em primeira pessoa, Elena-Lenù descreve e narra suas vivências, desempenhando importante papel no modo como é construído o texto, visto que é responsável direta pelo recorte aspectual dado ao discurso, por sua aspectualização. Elena-Lenù, a partir de uma tomada de posição, avalia e julga os processos temporais, espaciais ou actanciais e apresenta ao narratário seu ponto de vista acerca do espaço, do tempo e das pessoas que integram o discurso enunciado. Outro importante procedimento realizado pela narradora Elena-Lenù é o modo como reporta o discurso alheio, alternando (não casualmente e nem aleatoriamente) discurso direto e discurso indireto (e, por vezes, o indireto livre) de modo a acentuar o recorte opositivo que faz dos espaços bairro e centro (de Nápoles).

Parece-nos relevante, a esse respeito, ressaltar um aspecto da estruturação do texto italiano que se mantém na tradução brasileira: o uso do discurso direto ocorre somente em relação aos atores do bairro, limitando-se a narradora, no que concerne aos atores habitantes do centro, ao uso do discurso indireto. Esse aspecto estrutural do texto explicita, a nosso ver, uma presença hipertrófica da observadora sincretizada em narradora e interlocutora Elena-Lenù. Toda a divisão contrastante e opositiva (tanto espacial quanto linguística) entre bairro e centro é construída a partir do olhar de Elena-Lenù, que filtra (através do discurso indireto) a voz e a fala dos atores do centro, e, no caso dos atores do bairro, ainda que os “cite” por meio do discurso direto, faz questão de também filtrá-los, chegando a traduzir sua língua, de dialeto em italiano.

Filtrando o dialeto, fazendo dele um uso implícito, a voz narrante de Elena adquire imediatamente um ponto de vista estrábico, oscilante: visceralmente ligado ao bairro e à sua ‘língua da violência’ através de uma espécie de positivismo da hereditariedade familiar, mas também distante, estranho;

animado tanto por um enraizamento inevitável, quanto por uma necessidade fóbica de fuga. (ROGATIS, 2018, p. 176)³.

O fato de que a narradora “traduza” não só a “fala”, mas também a língua dos atores do bairro tem um impacto direto na veridicção do texto e, conseqüentemente, no contrato fiduciário entre enunciador e enunciatário se complexifica, visto que, no caso do texto italiano, em diversos momentos em que se vale do discurso direto, Elena-Lenù afirma “A” (por exemplo, quando afirma que alguém disse algo em dialeto) mas o narratário se vê diante de “B” (a “fala” desse alguém aparece escrita/traduzida em italiano). Já no caso do texto brasileiro, o narrador mantém o uso do recurso de *verbum dicendi* para indicar a fala em dialeto (e, por vezes, em italiano), mas, para o narratário, são apresentadas sentenças escritas invariavelmente em língua portuguesa padrão, não havendo (tal qual ocorre no texto original) nenhuma diferenciação (por uso de variante dialetal) entre as sentenças declaradas dialetais e aquelas em língua standard. A única diferença que se percebe, ambos os textos, é a maior acentuação na informalidade linguística (o uso pontual de gírias, palavrões e expressões idiomáticas) na fala dos atores do bairro. A esse respeito, vejamos em Ferrante 2011 e 2019:

Lila mi disse in dialetto: “Non te ne importa?” (FERRANTE, 2011, p. 50)

Lila me disse em dialeto: “você não se importa?” (FERRANTE, 2019, p. 47);

“Perché gli dici di no?” mi chiese Lila in dialetto. Risposi all’improvviso in italiano, per farle impressione (...): “Perché non sono sicura dei miei sentimenti”. Era una frase che avevo imparato leggendo *Sogno* e Lila mi sembrò colpita. (FERRANTE, 2011, p. 99)

“Porque você não quer namorar com ele?”, perguntou Lila em dialeto.

Respondi imediatamente em italiano, para impressioná-la (...): “porque não estou segura sobre meus sentimentos”. Era

3 “*Filtrando il dialetto, facendone un uso implicito, la voce narrante di Elena acquisisce immediatamente un punto di vista strabico, oscillante: visceralmente legato al rione e alla sua ‘lingua della violenza’ per una sorta di positivismo dell’eredità familiare, ma anche distante, straneo; animato da un radicamento inevitabile come pure da un bisogno fobico di fuga.*”

uma frase que eu tinha aprendido lendo *Sonho*, e Lila me pareceu tocada. (FERRANTE, 2019, p. 95);

Disse tutto affannato qualcosa che non capii (...) Alla fine scandì nell'italiano della scuola: “Quando ci facciamo grandi ti voglio sposare”. Poi mi *chiese se* nel frattempo mi volevo fidanzare. (FERRANTE, 2011, p. 54)

Disse todo ansioso algo que não entendi (...) Por fim escandiu no italiano da escola: “Quando a gente for grande, quero me casar com você”. Depois me *perguntou se* nesse meio tempo eu não queria namorar com ele. (FERRANTE, 2019, p. 51).

Quando Nino fala em dialeto, Lenù, em lugar de citar indiretamente o que foi dito, afirma não ter entendido. Além disso, a escolha do pronome indefinido “algo” serve para acentuar a disforização do dialeto. Não por acaso, Nino é um personagem que logo no início da trama vai embora do bairro e realiza grandes conquistas no mundo escolar e acadêmico. Trata-se de, novamente, de dissociar e afastar aqueles que não pertencem (neste caso, não mais) geográfica e intelectualmente ao bairro de sua fala grosseira e linguisticamente sem prestígio. Contrariamente, a escolha do verbo escandir, um *verbum dicendi* com função avaliativa, acentua a euforização do italiano. Cabe ressaltar, contudo, que, apesar de ser anunciado um *italiano de escola*, que deve até mesmo ser escandido, o que se apresenta ao narratário é um exemplo de italiano semelhante a vários outros presentes nos livros (Ferrante, 2011 e 2019) e não referidos como especiais.

Gigliola mi disse con astio, in dialetto: “Adesso la tua amica fa la principessa. Ma lo sa Stefano che quando Marcello andava a casa sua lei gli faceva un bocchino tutte le sere?”. (FERRANTE, 2011, p. 267)

Gigliola me disse com rancor em dialeto: “Agora sua amiga banca a princesa. Mas Stefano sabe que, quando Marcello frequentava sua casa, ela lhe fazia um boquete todas as noites?” (FERRANTE, 2011, p. 270).

Em relação ao uso do discurso indireto, temos ainda:

Mio padre, a sentire quella stranezza, insultò in modo molto osceno il ferroviere-poeta. Mia madre disse che qualcuno si sarebbe dovuto incaricare di spaccare a quell'uomo di merda la testa di merda che aveva (FERRANTE, 2011, p. 123).

Ao ouvir aquela estranheza, meu pai insultou com palavras muito obscenas o ferroviário-poeta. Minha mãe disse que alguém deveria incumbir-se de arrebentar aquele homem de merda, com a cabeça de merda que tinha (FERRANTE, 2019, p. 120).

Novamente, a narradora dá seu ponto de vista, faz seu recorte, por meio da filtragem realizada ao selecionar determinadas palavras para cada caso: para o pai, faz uso do *verbum dicendi* “insultare/insultar” (que é avaliativo) juntamente à construção “modo molto osceno /palavras muito obscenas”; para a mãe, opta por uma fala rude e fora da norma, valendo-se de expressões como “uomo di merda /homem de merda” e “testa di merda / cabeça de merda”. Tal qual o faz como observadora, também aqui, como narradora, valendo-se de um discurso reportado indiretamente, Elena-Lenù lança uma luz e dá sua opinião sobre a questão linguística através da oposição entre bairro e centro. Por outro lado, levando-se em consideração a construção figurativa para descrever sua mãe e os usos linguísticos de Elena-Lenù ao longo do texto, parece importante especular, se, juntamente ao discurso indireto usado para citar a mãe, não seria o caso de se pensar em um discurso indireto livre, pois as expressões “uomo di merda /homem de merda” e “testa di merda /cabeça de merda” parecem pertencer mais ao discurso dessa última do que da própria Lenù. O fato é que Elena-Lenù, sincretismo de narradora-observadora-interlocutora, por meio das escolhas linguísticas e figurativas que usa para cada ator de acordo com seu local de origem e vivência, parece buscar convencer o narratário de que a “fala” e, conseqüentemente, a língua dos moradores do bairro é sem prestígio e sem polidez. E convencê-lo de tal coisa justifica então a “tradução” que ela faz do dialeto em italiano.

mi vergognai per la differenza tra la figura armoniosa, dignitosamente abbigliata della professoressa, tra il suo italiano che assomigliava un poco a quello dell'Iliade, e la figura storta di mia

madre, le scarpe vecchie, i capelli senza luce, il dialetto piegato a un italiano sgrammaticato (FERRANTE, 2011, p. 89).

(...) me envergonhei pela diferença que havia entre a figura harmoniosa e decentemente vestida da professora, entre seu italiano que parecia um pouco com o da *Ilíada*, e a figura toda torta da minha mãe, os sapatos velhos, os cabelos sem brilho, o dialeto forçado a um italiano cheio de solecismos (FERRANTE, 2019, p. 85).

A observadora narradora indica a língua da *Ilíada*, mas não a demonstra, só faz referência a seu uso. Novamente, dá seu olhar opinativo-avaliativo, mas de fato, na escrita, o leitor vê apenas uma língua *standard*, não diferente de sua fala em geral. Já em relação à fala ignorante e rude do bairro, Elena-Lenù, ainda que não reproduza o dialeto como informa ser o caso, acentua a carga de informalidade por meio de palavras e expressões coloquiais. Um outro modo de diferenciar bairro e centro se constrói através do modo como a narradora-observadora tematiza, figurativiza e aspectualiza o espaço e os atores do centro em relação aos do bairro.

Imboccammo via Chiaia. Fu come passare un confine. Mi ricordo un fitto passeggio e una sorta di umiliante diversità (...) erano assolutamente diverse da noi. Sembravano aver respirato un'altra aria, aver mangiato altri cibi, essersi vestite su qualche altro pianeta, aver imparato a camminare su fili di vento. Ero a bocca aperta (...) sembrava che non mi vedessero. Non vedevano nessuno di noi cinque. Eravamo non percepibili. O ininteressanti (...) Ci sentimmo a disagio e incantate, brutte ma anche spinte a immaginarci come saremmo diventate se avessimo avuto modo di rieducarci e vestirci e truccarci e agghindarci come si deve (FERRANTE, 2011, p. 188).

Pegamos a rua Chiaia. Foi como atravessar uma fronteira. Lembro-me de uma calçada lotada e de algo como uma humilhante diversidade (...) eram absolutamente diferentes de nós. Pareciam ter respirado outro ar, ter comido outro alimento, estar vestidas como em outro planeta, ter aprendido a andar sobre fios de vento. Eu estava boquiaberta (...) pareciam não me ver.

Não viam nenhum de nós cinco. Éramos imperceptíveis. Ou desinteressantes. Sentimo-nos incomodadas e encantadas, feias, mas também impelidas a nos imaginar como nos tornaríamos se tivéssemos tido meios de nos reeducar e vestir e maquiuar e enfeitar como se deve (FERRANTE, 2019, p. 187-188).

A questão da oposição entre os espaços bairro e centro de Nápoles é reforçada por uma aspectualização do espaço. Construções como “*i confini del rione sbiadirono*” (os limites do bairro se atenuaram), “*oltre i confini del rione*” (além dos limites do bairro) e “*passare un confine*” (atravessar uma fronteira), que indicam o ponto de vista do observador Elena/Lenù (em sincretismo com o narrador) em relação ao bairro, permitem que o enunciatário perceba a existência de duas realidades que ela discursiviza e contrapõe: uma, disforizada, do lado do bairro e outra, euforizada, do lado do centro napolitano. E são essas construções aspectuais acerca dos limites, das fronteiras do bairro que indicam uma (euforizada, ainda que temida) aproximação (por uma movimentação horizontal) de Lenù e de seus amigos em relação ao centro. Seja o recorte e o ponto de vista dados pela observadora, seja o modo a narradora como filtra e traduz (intra e interlinguisticamente) a “fala” dos atores do bairro contrapondo-a à “fala” indiretamente reportada e, também, filtrada dos atores representantes do centro são fundamentais para a constituição do contrato fiduciário referente a *L'amica geniale* e *A amica geniale*.

Breves conclusões

Pelo que pudemos observar, tal contrato, acordado entre esse enunciatário movediço e indefinido (Elena Ferrante) e seu enunciatário (previsto) se constrói em cima de um segredo: Elena-Lenù (sincretismo de narradora-observadora-interlocutora), também ela movediça e indefinida, apresenta a seu narratário algo que não parece (dialeto, pois se mostra italiano) mas o é, já que as marcas contextuais e históricas (período de 1940 em diante, quando não se falava italiano fora dos centros exclusivamente burgueses e institucionais) comprovam que o seja de fato (dialeto). Claramente, caso não haja, por parte do enunciatário previsto, o engajamento esperado e solicitado (caso não seja capaz, por exemplo, de observar as marcas e projeções histórico-contextuais acerca dos usos dialetal e *standard*), esse pode interpretar não

um segredo, mas sim uma falsidade, algo que não parece (dialeto) e não o é, prejudicando, assim, também a construção opositiva entre os espaços geográficos enquanto formas de identidade cultural e linguística.

Referências

- BARROS, D. L. P. *Teoria Semiótica do Texto*. 4 ed. São Paulo: Ática, 2005.
- COURTÉS, J.; GREIMAS, A. J. *Dicionário de semiótica*. Trad. Alceu Dias Lima; Diana Luz Pessoa de Barros; Eduardo Peñuela Cañizal; Edward Lopez; Ignacio Assis da Silva; Maria José Castagnetti; Tiekko Yamaguchi Miyazaki. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- FERRANTE, E. *L'amica geniale*. Roma: E/O, 2011.
- _____. *A amiga genial*. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Biblioteca Azul, 2019.
- FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. 15 ed. São Paulo: Contexto, EdUSP, 2013.
- _____. Categorias da enunciação e efeitos de sentido. In: BRAIT, Beth (Org.). *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. Enunciação e semiótica. *Letras*, Santa Maria, Vol. 33, p. 69-97 (semestral), 2006.
- _____. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.
- GOMES, R. S. Uma abordagem semiótica da modalização na mídia impressa. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*. Lisboa: Edições Colibri/clunl, n. 5, pp. 195-212, 2011.
- _____. Aspectualização e modalização no jornal: expectativa e acontecimento. In: *Estudos Semióticos*. São Paulo, v. 8, n. 2, p. 11-20, 2012. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es>
- _____. (org.). *Aspectualização pela análise de textos*. Rio de Janeiro: Letras/UFRJ, 2014.
- _____. Um olhar semiótico sobre a atualidade: a aspectualização a partir de Greimas. *Estudos Semióticos*. São Paulo, v. 14, n. 1 (edição especial), p. 108- 116, 2018. Disponível em: www.revistas.usp.br/esse Acesso em 15/08/2020.
- ROGATIS, T.de. *Elena Ferrante. Parole chiave*. Roma: E/O, 201

BLOCO III
LINGUÍSTICA TEXTUAL

LINGUÍSTICA TEXTUAL: PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO NOS TEXTOS DE ARIANO SUASSUANA

Virgínia da Rocha Lima¹

Introdução

Partindo da premissa de que, no estudo da linguagem, o indivíduo se utiliza de signos com a finalidade de atingir uma melhor compreensão, este ser entende que existe uma necessidade de comunicar-se e fazer-se entendido.

Se no início gestos e grunhidos eram esse meio, com a evolução desse ser e com a aquisição da fala, outros meios de linguagem passaram a ser essenciais. Mas como ela ocorre? Por quê? Para que ela se mostra necessária?

Dentro dos textos literários encontramos o registro não apenas de uma língua, mas a compreensão e expressão de um autor em meio ao mundo ao qual vive ou imagina, fazendo do processo criativo uma experimentação entre diferentes viveres.

A referência pode ser compreendida como a função que permite às unidades e aos enunciados da língua remeter ao mundo real ou ideal em um sistema de correspondência que, na perspectiva clássica, tende a ser concebido como estável

1 Formada em Letras – Português/Literatura, pela Faculdade da Região dos Lagos em 2003. Especializada em Literatura Brasileira pela UERJ em 2004. Mestranda pela Universidade Federal Fluminense em Estudos de Linguagem sob a Orientação do Prof. Dr. Fábio André Cardoso Coelho. Bolsista pela Capes.

e imediato. Ela decorre de uma relação de transparência e adequação das unidades da língua às ideias que permitem representar e que constituem, por si mesmas, representações do mundo. (FRANCKEL, 2020, p. 31).

Tamanha variedade linguística mostra que o estudo do significado pode ser feito de vários ângulos, investigando as suas relações entre expressões linguísticas e representações mentais. Essa representação mental que as pessoas têm difere da maioria das pessoas, porque ela se aplica individualmente conforme as suas experiências e conhecimento que cada um carrega dentro de si. Authier-Revuz (1998) diz que: “(...) Outro que abre o discurso sobre a exterioridade interdiscursiva interna, a nomeação sobre a perda relativamente à coisa, a cadeia sobre o excesso de sua “significância”, a comunicação sobre a abertura intersubjetiva, (...)”.

Para compreender como o processo criativo ocorre dentro de um texto em relação as influências do meio social e do conhecimento nos processos de referenciação, encontradas nas obras de Ariano Suassuna, usaremos não apenas o livro *Auto da Compadecida* mas outros que possam permitir uma maior variedade de exemplificações e análise.

Questão que orienta o trabalho: Referenciação e suas nuances

[A] (re)construção dos referentes é um processo determinante para a produção e compreensão dos sentidos. (...) o desenvolvimento da competência textual do aprendiz depende do domínio de estratégias textual discursivas, dentre as quais emerge como fundamental a utilização bem-sucedida dos processos referenciais. (BRITO, 2014, p. 11).

Observe o mundo a sua volta e dentro dessa observação reflita sobre as coisas que estão dispostas diante de seus olhos. Para todas essas coisas que vê, cria-se um nome em sua mente e, talvez, surja a necessidade em descobrir o motivo pelo qual tais coisas foram nomeadas do jeito que a conhece. No cenário no qual me encontro ao escrever este artigo observo livros, mesas, cadeiras, canetas, clipes para papel, lapiseira, estojos e um *notebook* que uso para escrever. Observe estas palavras que citei. Cada uma

delas levará o leitor a criar uma familiaridade com tais objetos citados. Alguns irão ver apenas objetos porque os julgam como meros adereços na composição do texto. Outros criarão em sua mente pequenas histórias a partir de suas lembranças pessoais ou que foram adquiridas através de um conhecimento anterior. Isto ocorre porque o cérebro procura em sua memória referenciais pessoais capazes de facilitar a sua compreensão mediante a estes objetos. Tais referenciais irão ocorrer a partir de contextos que podem ter origem através da sociedade do qual o indivíduo faz parte. Usando a palavra *livro* como exemplo, verificamos que de imediato procuramos o seu significado (para que serve?), depois, procuraremos sobre o assunto que ele aborda (literário? científico?). Caso o objeto se encontre à disposição para uma análise visual, o observador irá procurar pelo tamanho, cor, tipo de diagramação, cheiro, número de páginas e uma série de informações pertinentes ao pensamento de quem o observa – o que ele almeja?

Para um pesquisador da área da linguagem procuramos basicamente compreender o seu desenvolvimento. No caso deste artigo, procuramos por observar – ler e destacar - como os processos de referenciação se encontram nos textos de Ariano Suassuna, observando e analisando como os exemplos de referenciação são construídos e apresentados pelo autor utilizando a fundamentação teórica da linguística de base sociocognitiva e interacional.

A fala é um conjunto de elementos simbolizando os estados da alma, e a escrita, um conjunto de elementos que simboliza a fala. E assim como todos os homens não têm o mesmo sistema de escrita, também não têm a mesma língua. Entretanto, os estados da alma, que são imediatamente significados pela fala, são idênticos para todos os homens. E (isso porque) as coisas às quais se referem esses estados da alma são igualmente idênticas para todos. (FRANCKEL, 2011, p. 31-32).

Mas o que realmente isto se mostra relevante para esta pesquisa?

Para Marcushi (2002) “(...) a linguagem é uma forma de cognição sócio-histórica e de caráter eminentemente interativo, (...) se caracteriza como um sistema simbólico de grande plasticidade com o qual podemos dizer criativamente o mundo.” E é em cima de suas palavras que observaremos o texto *O Castigo da Soberba* (obra popular recolhida por Leonardo

Mota junto ao cantador Anselmo Vieira de Sousa – 1867-1926), texto que compõe o livro *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna:

- O DIABO Lá vem a Compadecida!
Mulher em tudo se mete!
- MARIA Meu filho, perdoe esta alma,
tenha dela compaixão!
Não se perdoando esta alma,
faz-se é dar mais gosto ao cão:
por isto absolva ela,
lançai a vossa bênção.
- JESUS Pois minha mãe leve a alma,
leve em sua proteção.
Diga às outras que a recebam,
façam com ela união.
Fica feito o seu pedido,
dou a ela a salvação.

Nota-se que o texto teve alguns trechos destacados de forma que começamos a imaginar qual a intenção ao fazê-lo. O primeiro trecho destacado dito pelo personagem O Diabo – “Mulher em tudo se mete!” – refere-se a personagem Maria (mãe de Jesus) que busca interceder junto ao seu filho Jesus o destino das almas recém-chegadas. A personagem Maria por sua vez retruca: “Não se perdoando esta alma, / faz-se é dar mais gosto ao cão”, que evidencia que se o personagem Jesus não a atender e ela acabará de indo para o inferno, agradando o personagem Diabo. Em resposta a personagem Maria o personagem Jesus declara: “Diga às outras que a recebam, / façam com ela união”, mostrando que a personagem Maria foi atendida e que a alma será levada para conviver com as outras que se encontram no paraíso.

No entanto, podemos observar que no texto de Ariano Suassuna encontramos inúmeras críticas sociais e representação de valores morais e culturais. Analisaremos o primeiro trecho em destaque: “Mulher em tudo se mete!” O que podemos entender a partir dele? A princípio o personagem Diabo quer dialogar com o personagem Jesus a fim de decretar a

condenação da alma desejada para que ele possa levá-la para o inferno. Por sua vez, a personagem Maria se intromete na conversa na tentativa de adquirir a sua absolvição. Se temos como referências três personagens pertencentes à religião – o Diabo, a Maria e o Jesus -, devemos levar em consideração a posição das mulheres na sociedade cristã patriarcal que lhes serve de cenário. O conhecimento dessa estrutura social é importante para determinar a tentativa de inferiorizar a personagem feminina em destaque e o preconceito no discurso do personagem Diabo, determinando que a presença dela não era esperada, não era essencial, não deveria importar.

A referência pode ser compreendida como a função que permite às unidades e aos enunciados da língua remeter ao mundo real ou ideal em um sistema de correspondência que, na perspectiva clássica, de a ser concebido como estável e imediato(...). (FRANCKEL, 2011, p. 31).

Para Mondada e Dubois (2003) a referenciação: “implica uma visão dinâmica que leva em conta não somente o sujeito ‘encarnado’, mas ainda um sujeito sociocognitivo mediante uma relação indireta entre discursos e o mundo”.

Uma abordagem clássica sobre a linguagem

Seguindo os conceitos de Franckel (2011) “a linguagem humana nada mais é do que o pensamento representado. Doravante, a única função da fala é significar as ideias, e a essência da linguagem esgota-se totalmente nessa função de representação.” Mas como esta representação se apresenta no texto? Sabemos que o indivíduo ao analisar um texto busca referências que possam ajudá-lo a compreender e amparar as suas ideias. Ao analisar o texto *O Castigo da Soberba* não nos deparamos apenas com personagens cuja ação seja de julgar e adquirir um veredicto, mas mostrar a sua representatividade no imaginário de toda uma sociedade judaico cristã ocidental. Os personagens não falam apenas de um “julgamento”, mas de todos os julgamentos que se acredita que será realizado no Dia do Juízo Final. O texto cobra uma moral desta sociedade – para onde você vai a partir de suas ações? Sendo

assim, retornarmos a Franckel destacando: “A linguagem é, antes, o espelho, o reflexo do pensamento. (...) a linguagem permite tudo conceber e tudo expressar.”

A língua, a linguagem e a busca pela referência

Se voltarmos no início do texto encontramos a palavra *notebook*, a princípio perceberemos que não se trata de uma palavra de origem brasileira, mas que foi incorporada a nossa sociedade (Brasil) através da utilização de equipamentos tecnológicos e informatizados. Traduzida do inglês para o português, verificamos que a palavra *notebook* é o mesmo que “*caderno*”, entretanto não nos referíamos a um caderno e sim a um computador portátil. Sabemos disso porque o nosso conhecimento na área da informática nos permitiu utilizarmos tais referências. Talvez, se o indivíduo lesse este artigo e visse tal palavra sem saber nada sobre informática e nem sobre equipamentos de informática, mas que conhecesse a língua inglesa, concluiria que nos referíamos a um caderno embora fosse estranho apenas expô-la no texto em inglês enquanto as outras estão em português.

Tomando as palavras de Condillac (1798) emprestadas, observamos que: “Toda língua é um método de análise, e todo método de análise é uma língua”, pressupondo que, se utilizamos a referência como método de análise de um texto, teremos que entender ou ter o conhecimento de que cenário, tempo e/ou espaço ele se encontra. No caso do texto *O Castigo da Soberba*, temos um cenário (espaço) que pode ser o céu ou o purgatório onde as almas aguardam o julgamento; não há noção de tempo (pode estar falando do passado, presente ou futuro ou de todos os três tempos uma vez que havia uma vida, há um julgamento e será dado uma sentença). Podemos destacar ainda do texto de Franckel (2011) que “a referência provém de uma relação mais ou menos direta e imediata entre uma porção cognitiva e simbolicamente determinada do “mundo real” e expressões linguísticas.”

Isso não significa que a linguagem funciona independentemente do mundo “real” (objetivo/ subjetivo) e de suas representações, nem que a organização da linguagem seja estritamente independente da dos processos cognitivos, mas

evidencia que a análise de fenômenos linguísticos não se reduz diretamente a um raciocínio acerca do mundo ou dos processos cognitivos. (FRANCKEL, 2011, p. 43).

Valores referenciais: significação e contextualização

Observamos anteriormente que para analisarmos um texto é necessário termos os mais diferentes tipos de referências a fim de tornar aceitável a análise que será efetuada. Essas referências podem ser antropológicas, psicossociais e outras, que possam permitir a representação proposta pelo interlocutor adequadamente. Esses valores referenciais, que surgem de uma correlação tênue entre *significação* e contextualização, destacam que há uma mobilização do sentido proveniente do exterior para dar sentido ao enunciado.

Mandou chamar o vigário:
– Pronto! – o vigário chegou.
– Às ordens, Sua Excelência!
O Bispo lhe perguntou:
– Então, que o cachorro foi
que o reverendo enterrou?
– Foi um cachorro importante,
animal de inteligência:
ele, antes de morrer,
deixou a Vossa Excelência
dois contos de réis em ouro. (1)
Se eu errei, tenha paciência. (2)
– Não errou não, meu vigário,
Você é um bom pastor.
Desculpe eu incomodá-lo,
a culpa é do portador! (2)
Um cachorro como esse,
se vê que é merecedor! (1)

O texto acima refere-se ao *O enterro do cachorro*, fragmento de *O Dinheiro*, de Leandro de Barros (1865-1918), que foi incorporado,

também, ao livro *Auto da Compadecida*. Através dele podemos observar que há trechos sublinhados e numerados com a finalidade de sinalizar os dois seres distintos: (1) para o cachorro falecido e (2) para o personagem que fala, o Vigário.

Ao cachorro é dado adjetivos comuns aos seres humanos: *importante, inteligência, merecedor*. Além disso, observamos que o cachorro deixa ao vigário uma certa quantia como se ele tivesse um testamento. Ao personagem destacado do Vigário, temos as palavras: *errei, paciência, desculpe, incomodá-lo, portador*, que mostra um comportamento de humildade ao falar com o personagem Bispo, com a intenção de que ele se compadeça e não o venha a punir por realizar o enterro do cachorro uma vez que lhe foi deixado dinheiro pelo *animal de inteligência*. Ora, ao animal observamos que há uma elevação moral como se ele já fosse santificado enquanto ao ser humano que fala é mantido uma posição inferior e humilde para não ser punido por sua atitude (enterrar o cachorro, encomendando a sua alma como é feito nos rituais católicos aos seres humanos).

Conclusão

Durante a construção deste artigo foi observado que não tomamos como referências a língua e suas apresentações e representações culturais, mas o comportamento sociocultural e de sua representação no texto.

As singularidades dos enunciados devem ser observadas ao meio ao qual se refere, permitindo que haja uma integração e uma contextualização na construção de um sentido.

A forma como o autor compõe os seus personagens mudando-lhes as características comuns as suas espécies, ou seja, humanizando o cachorro e animalizando os seres, enriquece o texto com dubiedade de sentidos, mostrando a complexidade nos processos de referência utilizados pelo autor Ariano Suassuna.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras Incertas: As não coincidências do dizer*. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

- CAVALCANTE, Monica Magalhães. *Os sentidos dos textos*. São Paulo: Contexto, 2020.
- BRITO, Mariza Angélica. CAVALCANTE, Monica Magalhães. FILHO, Valdinar Custódio. *Coerência, referenciação e ensino*. São Paulo: Cortez, 2014.
- FIORIN, José Luís. (Org.) *Introdução a Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019. Vol. I e Vol. II.
- MARCUSHI, Luiz Antonio. *Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa*. Veredas, Revista de Estudos Linguísticos, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, 2002, p. 43-62.
- MONDADA, Lorenza. DUBOIS, Daniele. *Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação*. Trad. Monica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, Monica Magalhães. CIULLA, Alena. RODRIGUES, Bernadete Biasi. Referenciação. Clássicos da Linguística. São Paulo: Contexto, 2020.
- KOCH, Ingedore Villaça. MORATO, Edwiges Maria. BENTES, Anna Christina. *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2020.
- SUASSUNA, Ariano. *Auto da Compadecida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- _____. *Farsa da boa preguiça*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- _____. *O santo e a porca*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- VOGÜÉ, Sarah de. FRANCKEL, Jean-Jacques. PAILLARD, Denis. *Linguagem e enunciação. Representação, Referenciação e Regulação*. São Paulo: Contexto, 2011.

MULTIMODALIDADE E REFERÊNCIA NA GRAMÁTICA DO PROJETO MODERNA PLUS: UMA ANÁLISE COM VISTAS ÀS COMPETÊNCIAS AVALIATIVAS DO ENEM

Cláudia Oliveira de Melo Chaim¹

Considerações iniciais

O presente artigo pretende abordar a tendência sociocognitivo-interacionista da Linguística Textual, visando a realçar as contribuições desse enfoque para o trabalho com o texto nas aulas de língua materna. Para isso, retoma-se o percurso dos estudos referentes à textualidade, com ênfase nas perspectivas recentes, de acordo com as quais o texto passa a ser considerado um processo de ação e interação, ao invés da antiga concepção do texto produto. Destacam-se, assim, considerações sobre a relevância do processo social, cognitivo e linguístico para a análise de produções textuais, demonstrando-se, em seguida, esse olhar abrangente através da análise de algumas atividades propostas na *Gramática* do Projeto Moderna Plus da editora Moderna, que tem como público-alvo o Ensino Médio e que, justamente por isso, focaliza a formação do discente que prestará o Enem.

Atualmente, verifica-se, quanto à Educação brasileira, em documentos, diretrizes e programas nacionais, abordagens atualizadas sobre os avanços da Linguística, bem como de suas subáreas, como a Linguística Textual, que é o nosso enfoque. No entanto, indicadores de aprendizagem mostram a carência de efetivação de práticas que atendam ao objetivo de promover a

1 Orientador: Fábio André Cardoso Coelho, Mestrado, CAPES/UFF.

ampliação da competência discursiva dos alunos, entendendo-se esta como condição para o desenvolvimento integral de cidadãos participativos nas diversas áreas de conhecimento que compõem a sociedade. A partir disso, torna-se indispensável uma pesquisa voltada aos materiais didáticos, para que se analise e se destaque atividades direcionadas ao referido letramento.

Nesse sentido, constata-se hoje a necessidade da percepção de que o conteúdo do conhecimento não pode ser dissociado da linguagem por meio da qual este é veiculado, bem como da forma como é construído. Assim, a significação não se forma apenas no âmbito do linguístico, mas também na maneira como a usamos em contexto.

A partir desse pressuposto, a Linguística Textual tem refinado a descrição de seu objeto de estudo em diferentes dimensões, de forma a prover uma maior compreensão de como se processa a construção dos sentidos do texto. Por esse viés, os elementos que compõem um texto são entendidos e tratados como processos que se constroem na relação entre os interlocutores, em práticas discursivas sócio-historicamente situadas, e advêm dos conhecimentos partilhados entre os envolvidos na interação, de suas memórias e de suas concepções sobre o mundo.

Consequentemente, percebe-se que a consideração de textos compostos por sistemas sígnicos diferentes tem sido uma preocupação no campo de estudo da Linguística Textual e tem movido alguns autores a buscarem reflexões de ordem teórico-metodológica que auxiliem em seu tratamento. Bentes, Ramos e Alves Filho (2010, p. 390) referem-se à natureza multimodal dos textos como um dos objetos que desafiam os estudos do texto na atualidade.

Para Kress e Van Leuween (2006, p. 20), todo texto é por natureza multimodal, mesmo as manifestações consideradas puramente verbais, posto que o modo verbal se combina com outros modos como gestos, expressões faciais, postura; e a escrita, que, principalmente com as novas tecnologias, é produzida em tipos de letras diferentes, com recursos e instrumentos diferentes. Torna-se, portanto, evidente a consideração da multimodalidade como um aspecto constitutivo do texto, o que, por consequência, torna imprescindível a revisão de alguns fenômenos à luz desse reconhecimento.

Carvalho (2014) adverte que, durante muito tempo, o conceito de texto esteve intimamente ligado à linguagem verbal, o que reforçava a ideia de que ler um texto significava ler apenas os itens lexicais. No entanto, tal

concepção não mais se consolida, posto que o conceito atual de texto é mais abrangente, dando-se total relevância à linguagem visual na construção de sentidos.

No que se refere à referenciação, notamos que o não verbal funciona como uma âncora para a (re)categorização verbal, que, por sua vez, atribui propriedades ao referente acionado pela imagem. Nesse sentido, constata-se que o objeto de discurso emerge da articulação dinâmica entre verbal e não-verbal em função de um projeto de dizer, característica da natureza multimodal das composições que são parte do nosso corpus.

Seguindo-se os pressupostos teóricos da Linguística Textual socio-cognitivo-interacionista, o presente trabalho tem como foco principal analisar a organização multimodal dos textos e o processo de referenciação na construção de argumentos para a produção de sentido através da leitura. Para tanto, o artigo está estruturado em seis partes: na primeira parte, discutem-se as concepções de texto e de leitura; na segunda, comentários acerca dos tipos de conhecimentos que os leitores devem acionar para que seja possível a compreensão de um texto; na terceira, considerações relevantes acerca da multimodalidade; na quarta, um estudo direcionado à referenciação em textos multimodais; na quinta, uma análise de dados comprovando que, na construção de sentidos, emerge a postura de articular os elementos da linguagem verbal e não-verbal; e, por fim, a sexta parte, que apresenta as considerações finais.

Texto e leitura

Em primeira análise, cabe ressaltar que, baseando-se numa concepção de língua como representação do pensamento e no sujeito como controlador absoluto de suas ações e de seu dizer, o texto era considerado “um mero artefato lógico do pensamento do autor” (CAVALCANTE, 2013, p. 18) e a leitura

Em seguida, o texto passa a ser visto como um produto da “codificação de um emissor a ser decodificado pelo ouvinte, bastando, para a sua compreensão, apenas o domínio do código linguístico” (CAVALCANTE, 2013, p. 18). Nessa segunda concepção de texto, a leitura é vista, como pontuam Koch e Elias (2010, p. 10), “uma atividade de captação das ideias do autor, sem levar em conta as experiências e os conhecimentos do leitor,

a interação autor-texto-leitor com propósitos constituídos sociocognitivo internacionalmente”.

Nesse sentido, os autores também afirmam que:

[...] uma atividade que exige do leitor o foco no texto, em sua linearidade, uma vez que “tudo está dito no dito”. [...] nesta concepção, cabe-lhe o reconhecimento do sentido das palavras e estruturas do texto. O leitor é caracterizado por realizar uma atividade de reconhecimento, de reprodução (KOCH; ELIAS, 2010, p. 10).

Por fim, cabe destacar que o atual conceito de texto difere das abordagens anteriores, tornando-o mais completo e abrangente, em que passa a ser visto a partir da noção de interação. Nessa concepção interacional, os sujeitos são vistos como seres ativos e construtores sociais, assim, o texto passa a ser visto como o próprio lugar de interação. É tomado como um evento em os “sujeitos são atores sociais levando em conta o contexto socio-comunicativo, histórico e cultural para a construção dos sentidos e das referências dos textos” (CAVALCANTE, 2013, p. 19).

Koch e Elias (2010) advertem que:

Na concepção interacional da língua o texto é considerado o próprio lugar da interação e da constituição dos interlocutores. Há lugar, no texto, para toda uma gama de implícitos, dos mais variados tipos, somente detectáveis quando se tem, como pano de fundo, o contexto sociocognitivo dos participantes da interação. [...] o sentido de um texto é construído na interação texto- sujeitos e não algo que preexistia a essa interação (2010, p. 11).

A partir dessa concepção, compreendemos que a leitura é, pois, uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza evidentemente com base em elementos linguísticos (e não-linguísticos) presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes no interior do evento comunicativo (KOCH e ELIAS, 2010).

Reiterando essa visão, observamos, nas palavras de Carvalho (2014), que a compreensão de um texto não se dá exclusivamente por meio da materialidade dos elementos linguísticos presentes na superfície do texto, mas leva-se em conta, no processo da leitura, o ativamento de conhecimentos que estão armazenados na memória do ouvinte/leitor que contribuem para a produção de sentidos.

Tipos de conhecimentos na compreensão textual

A partir dos ensinamentos de Koch (2002) nota-se que, para o processamento textual, recorreremos a três grandes sistemas de conhecimentos, que nos ajudam a elaborar hipóteses para que ocorra a compreensão linguística:

- I) Conhecimento linguístico;
- II) Conhecimento enciclopédico;
- III) Conhecimento interacional.

O primeiro deles refere-se aos conhecimentos da gramática e do léxico da língua. Santos, Riche e Teixeira (2012, p. 42) concluem que o “conhecimento linguístico refere-se à experiência linguístico-discursiva, como noções de frases, valores semânticos, uso de afixos.”

O segundo tipo trata dos conhecimentos gerais sobre o mundo, que compreende o conhecimento declarativo, manifestado por enunciações acerca dos fatos do mundo e o conhecimento episódico e intuitivo, adquirido através da experiência de cada indivíduo.

Segundo Koch e Elias (2010) o conhecimento interacional refere-se às formas de interação por meio da linguagem. Cavalcante (2013) assim o define:

O conhecimento interacional ocorre sempre que, ao interagirmos por meio da linguagem, precisamos mobilizar e ativar conhecimentos referentes às formas de interação. A partir desse tipo de conhecimento, somos capazes de iniciar e terminar certas formas de comunicação (p. 23).

Segundo Carvalho (2014), o conhecimento interacional ainda engloba os conhecimentos: Ilocucional, Comunicacional,

Metacomunicativo e Superestrutural. O conhecimento Ilocucional é o conhecimento que nos permite reconhecer os objetivos pretendidos pelo escritor do texto na situação interacional e consiste na relação que o autor estabelece com o seu leitor. O conhecimento Comunicacional consiste nas informações necessárias, numa situação comunicativa concreta, para que o parceiro seja capaz de reconstruir o objetivo da produção do texto, observando-se a seleção de variante linguística adequada a cada situação de interação e a adequação do gênero textual à situação comunicativa. No que se refere ao conhecimento Metacomunicativo, percebe-se que este é o que permite ao locutor compreender o texto e conseguir a aceitação pelo parceiro. Por fim, temos o conhecimento Superestrutural, que permite a identificação de textos adequados aos diversos eventos da vida social.

Multimodalidade

A multimodalidade refere-se às diferentes formas de representação utilizadas na construção linguística de uma mensagem, e dentre essas formas, temos: palavras, imagens, cores, formatos, disposição da grafia, gestos, olhares etc. (DIONÍSIO, 2005; 2011; SILVINO, 2012). Nesse sentido, nota-se uma crescente utilização de textos multimodais na produção de significados, tendo em vista que a multimodalidade possibilita a interação de elementos verbais e não verbais ao mesmo tempo, para gerar sentido.

Ainda conforme Dionísio (2011), em consonância com a posição defendida por Kress e Van Leeuwen (2001), o texto multimodal é aquele que utiliza vários recursos semióticos na sua construção de sentido. Assim, imagem e escrita compondo um texto possibilitam mudanças substanciais na forma de elaborar sentido e significados.

Aliado a isso, destacam-se alguns argumentos para essa discussão sobre multimodalidade:

- I) as ações são fenômenos multimodais;
- II) gêneros textuais orais e escritos são multimodais;
- III) o grau de informatividade visual dos gêneros textuais da escrita se processa num contínuo;

- IV) há novas formas de interação entre o leitor e o texto, resultantes da estreita relação entre o discurso e as inovações tecnológicas (DIONÍSIO, 2011, p. 137).

Dessa forma, compreendemos que os textos multimodais usam uma diversidade de gêneros, tais como anúncios, charges, histórias em quadrinhos, propagandas, tirinhas, pinturas, imagens, ilustrações, capas de revistas, vídeos, cinema etc. Neste artigo, focaremos nosso estudo em alguns dos diversos gêneros explorados no material didático em análise.

Referenciação em textos multimodais

Nos estudos da referenciação, há uma tendência atual a uma abordagem sociocognitivo-interacional da referência, a qual adota uma perspectiva mais ampla sobre o fenômeno, já que admite a integração de outros elementos na (re)construção de objeto-de-discurso, além dos sintagmas nominais. Nesse sentido, há a admissão de uma diversidade de fatores envolvidos na atividade de referir, tal como a multimodalidade.

Dentre os variados tipos de conhecimento para a construção do sentido do texto, ressalta-se o fenômeno da recategorização, estratégia referencial cujo conceito tem passado por modificações nos últimos anos. Cavalcante e Custódio Filho (2010) e Custódio Filho (2011), por exemplo, avançam ao argumentar em favor de a Linguística Textual ter de considerar a integração de múltiplos fatores para a construção da referência e, por conseguinte, do sentido de um texto.

Partindo-se do pressuposto de que, quando tratamos de construção referencial, os sistemas sígnicos não verbais podem operar tanto quanto o verbal na ativação ou na manutenção de objeto-de-discurso, nota-se que ambos podem (re)categorizar o referente por meio de estratégias diferentes que, somadas, fazem emergir a versão que se pretende construir. Nesse sentido, o objeto-de-discurso emerge da articulação entre verbal e não verbal, e não do reforço que o não verbal possa oferecer. Estão, por assim dizer, articulados para construir a referência em função de um projeto de dizer.

Custódio Filho (2011) toma essa possibilidade de haver (re)construção de referentes a partir do não verbal, que pode operar da mesma maneira

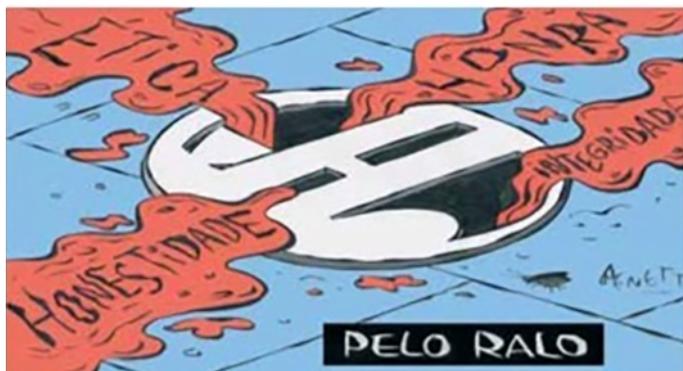
que o verbal no processo de construção de objeto-de-discurso. Discutimos, assim, com este trabalho, o processo de referenciação na relação entre linguagem verbal e não verbal presente nas composições das atividades da gramática em análise. Abordamos o não verbal a partir dos elementos que o compõem, destacando que os recursos imagéticos resultam de escolhas que, em conjunção com o verbal, moldam o objeto-de-discurso, contribuindo ativamente para a elaboração e reelaboração do real.

No caso da referenciação, nota-se que o não verbal funciona como uma âncora para a (re)categorização verbal, que, por sua vez, atribui propriedades ao referente acionado pela imagem.

A partir dessas considerações e tendo em vista a natureza multimodal do corpus, torna-se relevante a análise do processo de referenciação proporcionado pelos diversos recursos, promovendo-se, assim, uma abordagem sociocognitivo-interacional da referência.

Análise de dados

Figura 1



Atividade com charge

Nessa proposta de atividade, baseada numa charge multimodal presente no capítulo 12 da unidade 4 da gramática, que trata do estudo dos substantivos, identificamos duas recategorizações de referentes homologadas pela semiose imagética, as quais engatilham o teor crítico do texto. Trata-se da recategorização do referente Congresso Nacional como um ralo, e do referente sangue/sofrimento representado pela cor vermelha nos líquidos que

se esvaem por esse ralo, fazendo-se uma clara alusão ao fato de que os valores sociais expressos nos sintagmas nominais têm sido ignorados pelos governantes às custas do sofrimento da população. Aliada a isso, tem-se uma distorção nos elementos tipográficos para acentuar o valor negativo que se pretende atribuir ao comportamento antiético das autoridades.

Na cena da charge, as expressões nominais são homologadas imageticamente, e operam de maneira conjunta e dinâmica para a construção do objeto-de-discurso. A crítica só se estabelece a partir da (re)categorização mútua, posto que os materiais verbais e não verbais se ancoram e convergem mutuamente na construção da referência. As imagens operam uma ativação dos referentes e, de maneira articulada com o material verbal, acionam a percepção de determinado ponto de vista.

Os sintagmas nominais também contribuem para construir as recategorizações já descritas e isso fica bem marcado principalmente pelas expressões honestidade, integridade em combinação com o título da charge “Pelo ralo” que, ao aparecer sobreposto ao não verbal, potencializa ainda mais a referência. Assim, mesmo as recategorizações sendo homologadas pela semiose imagética, não podemos deixar de considerar a relação de interdependência entre os modos verbal e imagético em sua constituição.

Por fim, vale ressaltar a contribuição desse teor de análise para o desenvolvimento das competências linguísticas necessárias aos discentes do Ensino Médio, os quais se tornam aptos a lidar com os diversos recursos envolvidos no processamento textual. A leitura multimodal promove o reconhecimento de que os signos não-verbais podem referenciar o mundo e, estabelecem com ele uma relação construtiva na qual há sujeitos envolvidos numa atividade de produção de sentidos, que não pode ser analisada alheia a aspectos de natureza social, cultural e interacional.

Considerações finais

A presente pesquisa foi desenvolvida no sentido de colaborar para novas perspectivas acerca do funcionamento de processos que constituem o texto. Dessa forma, através de uma análise sociocognitivo-interacional, abordamos a construção referencial tendo em conta o fenômeno da multimodalidade, o que nos levou a admitir uma relação

de articulação mais complexa entre verbal e não verbal na construção de objetos-de-discurso constantes nas atividades da *Gramática* do Projeto Moderna Plus.

A importância de se considerar o não verbal no processo de referenciação já vinha sendo discutida em trabalhos como o de Bentes e Rio (2005), Cavalcante e Custódio Filho (2011), por exemplo. Mas, ao focalizar a relação entre verbal e não verbal numa gramática de Ensino Médio, buscamos destacar um suporte que, a nosso ver, potencializa o letramento multimodal tão necessário ao discente nesse nível de escolaridade.

No tocante ao estudo da referenciação nesse suporte, nossos resultados mostram que a construção do referente se manifesta numa articulação mútua entre esses recursos, levando o discente a uma ampliação de suas competências e, por consequência, a uma maior familiaridade com os recursos discursivos viabilizados no material didático.

Referências

- ABAURRE, M. L. M.; ABAURRE; M. B. M; PONTARA, M. *Moderna Plus – Gramática – Texto: Análise e Construção de Sentido*. Moderna Didáticos, 2016 (livro digital).
- BENTES, A. C.; RIO, V. C. A construção conjunta da referência em uma entrevista semimonitorada com jovens universitários. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Orgs.) *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 265-291
- _____. A abordagem do texto: considerações em torno dos objetos e unidades de análise textual. In: *Gramaticalização em perspectiva: cognição, textualidade e ensino*. São Paulo: Paulistana, Vol. 1, pp. 18, pp.139-156, 2010.
- _____. RAMOS, P. e ALVES FILHO, F. Enfrentando desafios no campo de estudos do texto. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Org.). *Linguística de texto e Análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 389-428.
- CARVALHO, N. de. *Marketing e publicidade: mídia impressa e virtual, usos na sala de aula*. In: *Anais do 2º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação, multimodalidade e ensino*. Pernambuco: UFPE, 17 a 19 de setembro de 2008.

- _____. *O texto publicitário na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2014.
- CAVALCANTE, M. M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULLA e SILVA, A. (Orgs.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.
- _____. CUSTÓDIO FILHO, V. *Revisitando o estatuto do texto*. Revista do Gelne, v. 12, n. 2, p. 56-71, 2010.
- _____. *Referenciação – sobre coisas ditas e não-ditas*. Edições UFC, 2011.
- CUSTÓDIO FILHO, V. *Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação*. 331 p. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- _____. SILVA, F. O. O caráter não linear da recategorização referencial. *In: CAVALCANTE, M. M.; LIMA, S. M. C. (Orgs.) Referenciação: teoria e prática*. São Paulo: Cortez, 2013, p. 59-85.
- DIONISIO, Ângela Paiva. Gêneros multimodais e multiletramento. *In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K.S. (Orgs.) Gêneros textuais: reflexões e ensino*. Palmas e União da Vitória, PR: Kaygangue, 2005.
- _____. Gêneros textuais e multimodalidade. *In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.) Gêneros textuais: reflexões e ensino*. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 137-152.
- _____. VASCONCELOS, L. J. de. Multimodalidade, gênero textual e leitura. *In: BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Orgs.) Múltiplas linguagens para o ensino médio*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. A construção sociocognitiva da referência. *In: MIRANDA, N. S.; NAME, M. C. (orgs.) Linguística e cognição*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p. 95-107.
- _____. ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2010. 3. ed. 7ª reimpressão.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication*. London: Arnold, 2001.
- _____. *Reading Images: the Grammar of visual design*. London: Routledge, 2006 [1996].
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante. *In: SANTOS, L. W.;*

RICHE, R. C.; TEIXEIRA, C. S. *Análise e produção de textos*. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVINO, F. F. Letramento Visual. *In: Anais dos Seminários Teóricos Interdisciplinares do SEMIOTEC – I STIS*, 2012.

Créditos das imagens:

Figura 1: ABAURRE, M. L. M.; ABAURRE; M. B. M; PONTARA, M. *Moderna Plus – Gramática – Texto: Análise e Construção de Sentido*. Moderna Didáticos, 2016 (livro digital), p. 185

BLOCO IV
ESTUDOS DA TRADUÇÃO

SÉRGIO MILLIET E A TRADUÇÃO DE O SEGUNDO SEXO

Thainá da Silva Cândido Carungaba¹

Introdução

O célebre ensaio *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, foi publicado originalmente em 1949 pela editora Gallimard e lançado no Brasil em 1960, pela Difusão Europeia do Livro, com tradução de Sérgio Milliet. Considerado um marco da literatura feminista, *O segundo sexo* consagrou Beauvoir como um grande ícone do movimento de emancipação feminina ao explorar temas como a construção social do gênero e a liberdade sexual da mulher. Com temáticas subversivas para uma sociedade machista, seja a da época, seja a atual, o ensaio foi recebido com aversão ou mesmo com indignação em alguns meios literários, chegando a ser censurado em maior ou menor medida. Na Espanha, por exemplo, o livro chegou a ser vetado pela ditadura franquista e sua primeira publicação no país, *El segundo sexo*, só veio a surgir em 1999. Nos Estados Unidos, não foi preciso esperar tanto a primeira tradução para o inglês, *The Second Sex*, foi publicada em 1953 por Howard Parshley. Porém, conforme relata Rosvitha Friesen Blume (2010), em seu artigo “Teoria e prática tradutória numa perspectiva de gênero”, às(os) primeiras(os) leitoras(es) de língua inglesa foi destinada uma versão reduzida, simplificada e, pode-se dizer, censurada do célebre ensaio de Beauvoir, com passagens inteiras subtraídas por fazerem referência à

1 Mestranda em Estudos de Linguagem na Universidade Federal Fluminense (CAPES) sob orientação da Prof^ª. Dra. Carolina Geaquinto Paganine e coorientação da Prof^ª. Dra. Emilie Geneviève Audigier.

lesbianidade, à liberdade sexual feminina ou simplesmente ao tédio da vida cotidiana da mulher.

Diante desse histórico de polêmicas em torno de *O segundo sexo*, este trabalho pretende verificar de que forma o crítico de arte, pintor, escritor e tradutor Sérgio Milliet transmitiu ao público leitor brasileiro as ideias revolucionárias de Simone de Beauvoir. Para isso, foram analisados os procedimentos tradutórios utilizados por Milliet diante da linguagem e do pensamento da autora com base nas teorias de crítica de tradução literária de Antoine Berman (2007) e dos estudos de tradução filosófica de Jacques Derrida e Márcio Seligmann (1998). Também se relacionou o projeto de tradução de Milliet ao conceito de tradução feminista sob as perspectivas de Luise von Flotow e Roswitha Friesen Blume. Vale dizer que a tradução brasileira de Milliet permanece a única tradução do livro para o português brasileiro e a única disponível em língua portuguesa, não havendo traduções para o português de Portugal.

Sérgio Milliet e a tradução de *O segundo sexo*

Nascido em São Paulo, em 20 de setembro de 1898, Sérgio Milliet foi um escritor, sociólogo, professor, crítico de arte, pintor e tradutor. Na juventude, em 1912, foi para a Suíça estudar ciências econômicas e sociais. Em 1917, publicou *Par le sentir e*, em 1919, *Le départ sous la pluie*, seus primeiros livros de poesia. O escritor retorna ao Brasil em 1920 e participa da Semana de 1922, em São Paulo, tornando-se adepto das ideias modernistas sobre pintura e literatura. De volta à Europa, em 1923, traduz poetas modernistas brasileiros para a revista *Lumière*. Em 1925, retorna definitivamente ao Brasil e, junto a Oswald de Andrade e Afonso Schmidt, cria a *Revista Cultura*. Até o fim de sua vida, em São Paulo, em 1966, realizou uma intensa produção artística, crítica e tradutora, adquirindo renome entre os intelectuais brasileiros. Influente sobre a geração modernista, Milliet interessava-se pelas questões sociais e culturais de seu tempo.

Como tradutor, Milliet destacou-se pelas traduções de obras consagradas, como *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, de Debret (1940), *Os ensaios*, de Montaigne (1961) e *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir (1960). Em *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, em uma nota, Milliet define o que seria, segundo ele, a tarefa do(a) tradutor(a):

Se muitas vezes o tradutor é um traidor, a culpa cabe não raro à precariedade do estilo e da língua do autor traduzido. O tradutor honesto, que não deve fazer milagres, assume então toda a responsabilidade dos erros que não lhe compete corrigir e das confusões que não ousa esclarecer. Outro ponto a frisar: a tradução não pode modificar os conceitos do autor e se estes são infantis nada os tornará adultos. Tão pouco é possível evitar repetições, insistências inúteis. O tradutor é um infeliz que carrega às costas o fardo pesado dos erros alheios. (MILLIET, 1940, s/p, *apud* RODRIGUES, 2017, p. X).

Portanto, segundo Milliet, não cabe ao tradutor ou à tradutora corrigir possíveis erros ou contradições do(a) autor(a), pois seria uma atitude desonesta, como uma traição ao texto. Contudo, em seu artigo “A tradução e o tradutor no Brasil: lições de visibilidade” (2017), Cristina Carneiro Rodrigues aponta momentos em que Sérgio Milliet serviu-se do paratexto, como notas introdutórias, para expor dificuldades que encontrou ao traduzir Debret, tais como “terminologia obsoleta, sintaxe de difícil acesso aos leitores do francês contemporâneo, latinismos e a alteração dos sentidos de palavras, com o passar do tempo” (RODRIGUES, 2017, p. 1444).

O segundo sexo é um ensaio em dois volumes, sendo o primeiro intitulado *Fatos e mitos* e o segundo, *A experiência vivida*. Para compreender os procedimentos empregados por Milliet na tradução deste clássico da literatura e da filosofia modernas, foram analisados trechos de quatro dos capítulos mais emblemáticos da obra, todos inclusos no segundo volume. O capítulo *A experiência vivida* é organizado em cinco partes que levam os subtítulos “Formação”, “Situação”, “Justificações” e “A caminho da libertação”, além das seções “Introdução” e “Conclusão”. Aqui, será analisada a tradução dos capítulos “Infância”, “A lésbica”, “A mulher casada” e “A mulher independente”, pois ilustram os principais conceitos do pensamento beauvoiriano, além de trazerem temáticas que levaram à censura da obra na Espanha e à supressão de passagens inteiras na primeira tradução americana.

“Infância” (“*Enfance*”) é o primeiro capítulo do volume “A experiência vivida”, na seção “Formação” (“*Formation*”). Introduzido pela célebre epígrafe “Ninguém nasce mulher; torna-se”, o capítulo apresenta uma contestação categórica da ideia de que o papel da mulher na sociedade seria, de alguma forma, pré-determinado por razões anatômicas ou biológicas.

Para sustentar sua tese, Simone de Beauvoir resgata conceitos da psicanálise, como o “complexo de castração feminino” e a “inveja do pênis”, relacionando-os às diferentes maneiras conforme o mundo era apresentado a meninas e meninos e como aprendiam a interagir com ele. O quadro comparativo abaixo pretende analisar os procedimentos empregados por Sérgio Milliet para traduzir alguns trechos do capítulo “Infância”. Vale ressaltar que a grafia utilizada por Milliet corresponde ao acordo gramatical vigente em 1960, ano da edição utilizada na análise:

Quadro 1: *Chapitre premier: Enfance* (Capítulo I: Infância)

<p><i>On ne naît pas femme: on le devient. Aucun destin biologique, psychique, économique ne définit la figure que revêt au sein de la société la femelle humaine; c'est l'ensemble de la civilisation qui elabore ce produit intermédiaire entre mâle et le castrat qu'on qualifie de féminin. Seul ela médiation d'autrui peut constituer un individu comme un Autre. Em tant qu'il existe pour soi l'enfant ne saurait se saisir comme sexuellement différencié. (p. 13)</i></p>	<p>Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. (p. 9)</p>
<p><i>Il y a peu de questions plus discutées par les psychanalystes que le fameux « complexe de castration » féminin. La plupart admettent aujourd'hui que l'envie du pénis se présente selon le cas de manières très diverses. (p.19)</i></p>	<p>Há poucas questões mais discutidas pelos psicanalistas do que o famoso “complexo de castração” feminino. Em sua maioria, admitem êles hoje que o desejo de um pênis se apresenta, segundo os casos, de maneira muito diferente. (p. 14)</p>

“Capítulo I: Infância”, in. O segundo sexo, trad. Sérgio Milliet, 1960.

Nos trechos acima, é possível observar alguns aspectos do projeto de tradução de Milliet que foram mantidos ao longo de toda a obra. O texto de Beauvoir foi escrito de acordo com a norma padrão da língua francesa e a linguagem utilizada é majoritariamente científica e objetiva, servindo ao gênero do ensaio, assumindo por vezes o tom de manifesto. A tradução de Milliet seguiu os mesmos critérios do texto-fonte, escrita na norma padrão da língua portuguesa brasileira e em linguagem também científica. Além disso, pode-se observar a manutenção do ritmo do texto em termos de pontuação e paragrafação. A linguagem usada por Milliet parece datada para os dias atuais, até mesmo na grafia do texto (“sòmente”), o que se justifica pelo contexto de tradução. Por outro lado, a escrita de Beauvoir não difere da língua francesa utilizada atualmente, ainda que o texto-fonte

seja onze anos mais antigo do que o texto-alvo. Apesar disso, de maneira geral, não há divergências semânticas ou lexicais significativas. Porém, na página 14 do texto-alvo, o conceito freudiano “l’envie du pénis” (inveja do pênis) foi traduzido como “desejo de um pênis”, o que não compromete gravemente o sentido do texto, mas distancia-o da terminologia da psicanálise, frequentemente empregada por Beauvoir.

Os próximos trechos são do capítulo IV, “A lésbica” (“*La lesbienne*”), também presente na seção “Formação”.

Quadro 2: Chapitre IV: La lesbienne (Capítulo IV: A lésbica)

<p>Chapitre IV La lesbienne</p>	<p>Capítulo IV A lésbica</p>
<p><i>On se représente volontiers la lesbienne coiffée d’un feutre sec, le cheveu court, et cravatée ; sa virilité serait une anomalie traduisant un déséquilibre hormonal. Rien de plus erroné que cette confusion entre l’invertie et la virago. Il y a beaucoup d’homosexuelles parmi les odalisques, les courtisanes, parmi les femmes les plus délibérément « féminines » ; inversement un grand nombre de femmes « masculines » sont des hétérosexuelles. Sexologues et psychiatres confirment ce que suggère l’observation courante : l’immense majorité des « damnées » est constituée exactement comme les autres femmes. Aucun « Destin anatomique » ne détermine leur sexualité. (p. 190)</i></p>	<p>De bom grado imaginamos a lésbica com um chapéu de feltro ríspido, de cabelos curtos e gravata; sua virilidade seria uma anomalia traduzindo um desequilíbrio hormonal. Nada mais errôneo do que essa confusão entre a invertida e a virago. Há muitas homossexuais entre as odaliscas, as cortesãs, entre as mulheres mais deliberadamente “femininas”; inversamente, numerosas mulheres “masculinas” são heterossexuais. Sexólogos e psiquiatras confirmam o que sugere a observação corrente: em sua imensa maioria, as mulheres “danadas” são constituídas exatamente como as outras mulheres. Nenhum “destino anatômico” determina sua sexualidade. (p.144)</p>
<p><i>La femme est un existant à qui on demande de se faire objet ; en tant que sujet elle a une sensualité agressive qui ne s’assouvit pas sur le corps masculin : de là naissent les conflits que son érotisme doit surmonter. (...) L’homosexualité de la femme est une tentative parmi d’autres pour concilier son autonomie et la passivité de sa chair. Et si l’on invoque la nature, on peut dire que naturellement toute femme est homosexuelle. (p. 193)</i></p>	<p>A mulher é um existente a quem se pede que se faça objeto; enquanto sujeito, ela tem uma sensualidade agressiva que não se satisfaz com o corpo masculino: daí nascem os conflitos que seu erotismo deve superar. (...) A homossexualidade da mulher é uma tentativa, entre outras, de conciliar sua autonomia com a passividade de sua carne. E se se invoca a natureza, pode-se dizer que toda mulher é homossexual. (p. 146)</p>

“Capítulo IV: A lésbica”, in. O segundo sexo, trad. Sérgio Milliet, 1960.

Nos trechos acima, também é possível destacar o intuito do tradutor de manter o texto fiel à letra do original, valendo-se de palavras equivalentes às da língua estrangeira e conservando as estruturas frasais e pontuações, como pode ser observado nos dois últimos períodos: “A homossexualidade

da mulher é uma tentativa, entre outras, de conciliar sua autonomia com a passividade de sua carne. E se se invoca a natureza, pode-se dizer que toda mulher é homossexual”. Essa fidelidade à letra ou à forma do texto estrangeiro, no entanto, pode colocar o(a) leitor(a) frente a construções linguísticas diferentes das mais comumente utilizadas em sua língua materna. Na página 190 do texto-fonte, Beauvoir utiliza o termo “*invertie*” para referir-se à mulher lésbica, conforme o conceito da “inversão sexual”, termo usado por psicanalistas da época para se referir à homossexualidade. Em seguida, a autora emprega a palavra “virago”, que fazia alusão à lésbica masculinizada. Do latim, “virago” possuía tanto em português quanto em francês uma conotação pejorativa, equivalente ao termo “sapatão” nos dias de hoje. “*Invertie*” foi traduzido para “invertida”, mantendo a referência às teorias psicanalíticas da época.

Já na página 146 do texto-alvo, Milliet manteve a estrutura da frase em francês em “A mulher é um existente a quem se pede que se faça objeto”, aproximando-se da letra de Beauvoir. A construção “mulher é um existente”, apesar de gramaticalmente realizável, não é típica em língua portuguesa, pois o uso mais frequente da palavra “existente” ocorre na forma adjetivada. No texto, “existente” torna-se um adjetivo substantivado, processo mais comumente utilizado em textos poéticos, que poderia ter sido evitado se Milliet houvesse optado por alternativas como “ser”, “ser humano”, “indivíduo” etc. que evitariam o efeito de estranhamento, isto é, de gerar uma estranheza ou falta de familiaridade do público leitor com o texto traduzido (BERMAN, 2007). Dessa forma, porém, o tradutor se afastaria da letra do texto.

O maior estranhamento do capítulo, no entanto, encontra-se no próprio discurso beauvoiriano que discute abertamente a questão do erotismo da mulher e da homossexualidade feminina. Na década de 1960, a homossexualidade era um tema controverso, considerado até um tabu. A liberdade sexual da mulher também era um assunto sensível, envolto por estigmas e preconceitos, sobretudo se relacionado à homossexualidade. Em “A movimentação homossexual dos anos 50 e 60”, Jorge Tadeu Borges Leal diz:

O homossexualismo feminino, em geral, no Brasil, era relegado à invisibilidade, uma coisa tida e mantida como algo muito excepcional, um fato bizarro, uma anomalia que, em

boa parte dos casos, nem chegava a ser formulado ou assumido socialmente como tal. (LEAL, 2013, p. 39).

Esse cenário não impediu que Sérgio Milliet publicasse sua tradução integral da obra de Simone de Beauvoir, sem remover ou utilizar eufemismos em passagens potencialmente escandalizadoras para a sociedade brasileira da época. Para além disso, a tradução de *O segundo sexo* e de outras obras de Simone de Beauvoir influenciou escritoras feministas como Cassandra Rios, considerada, segundo Nadia Nogueira a musa e heroína dessas mulheres (lésbicas), todas a liam escondidas e admiravam-na” (NOGUEIRA, 2005, p. 59).

A passagem a seguir foi retirada do capítulo “A mulher casada”, quinto capítulo do livro e primeiro da seção “Situação”, segunda parte do livro:

Quadro 3: *Chapitre V: La femme mariée* (Capítulo V: A mulher casada)

<i>Laver, repasser, balayer, dépister les moutons tapis sous la nuit des armoires, c'est arrétant la mort refuser aussi la vie: car d'un seul mouvement le temps crée et détruit; la ménagère n'en saisit que l'aspect négateur.</i> (p. 265)	Lavar, passar, varrer, descobrir os flocos de poeira escondidos sob a noite dos armários, é recusar a vida, embora detendo a morte: pois num só movimento o tempo cria e destrói; a dona de casa só lhe apreende o aspecto negativo. (p. 201)
---	---

“Segunda parte. Capítulo I: A mulher casada”, in. *O segundo sexo*, trad. Sérgio Milliet, 1960.

No trecho, Beauvoir refere-se à vida cotidiana da mulher dona de casa como uma recusa à vida. Em uma sociedade conservadora como a do Brasil na década de 1960, esse tipo de crítica ao destino da mulher casada poderia representar uma ameaça à estrutura familiar da época, o que em outros países levou à censura da obra de Simone. No caso da tradução de Milliet, a mensagem da obra foi mantida integralmente, apesar de em alguns momentos produzir um efeito de estranhamento devido a semelhanças com as estruturas linguísticas da língua francesa. Em “descobrir os flocos de poeira escondidos sob a noite dos armários”, o sintagma “flocos de poeira” causa um certo estranhamento, pois em português brasileiro costuma-se dizer “grãos” e não “flocos” de poeira.

Por fim, analisamos a tradução de um trecho de “A mulher independente”, décimo quarto capítulo do livro e o único da quarta parte, na seção “A caminho da libertação”:

**Quadro 4: Chapitre XIV: La femme indépendante
(Capítulo XIV: A mulher independente)**

<i>C'est par le travail que la femme a em grande partie franchi la distance qui la séparait du mâle; c'est le travail qui peut seul garantir une liberté concrète. Dès qu'elle cesse d'être un parasite, le système fondé sur sa dépendance s'écroule; entre elle et l'univers il n'est plus besoin d'un médiateur masculin. (p. 588)</i>	Foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que a separava do homem; só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta. Desde que ela deixa de ser uma parasita, o sistema baseado em sua dependência desmorona; entre o universo e ela não há mais necessidade de um mediador masculino. (p. 449)
---	--

“Quarta parte. Capítulo I: A mulher independente”, in. O segundo sexo, trad. Sérgio Milliet, 1960.

Assim como no capítulo citado anteriormente, “A mulher independente” ocupa-se do papel da mulher na sociedade, construído em função do homem. Nesse capítulo, Beauvoir afirma que a libertação da mulher só é possível através da independência financeira. No contexto da tradução de Sérgio Milliet, a principal função da mulher era ser dona de casa e mãe, isto é, cuidar da casa, dos filhos e do marido. Um dos poucos meios que uma mulher tinha a seu alcance para ascender economicamente era através do casamento. A propaganda do produto para cílios *Cilion* (1936), embora anterior à publicação do livro, simboliza de que forma uma mulher poderia ascender socialmente:

Imagem 1: Anúncio do *Cilion*



Fonte: *100 Anos de Propaganda*, Abril Cultural, São Paulo, 1980.

Segundo a mensagem do anúncio, “Ele era meu chefe... Hoje é meu marido”, através da beleza e da sedução, a mulher seria aceita por um homem com condições de lhe dar uma vida melhor ou, antes disso, simplesmente uma vida reconhecida como tal, pois na época as mulheres que não se seguissem o casamento eram discriminadas e excluídas pela sociedade. Assim, a ascensão ou a própria aceitação social da mulher representavam alguns dos principais propósitos do casamento em meados do século XX, ideia refutada por Beauvoir e, através de sua meta de fidelidade ao original, pela tradução de Milliet.

Todavia, apesar da visível busca pela fidelidade ao texto-fonte, considerado por si só um alicerce do movimento emancipatório da mulher, os procedimentos tradutórios de Milliet não chegam a inserir seu projeto nos moldes da chamada tradução feminista, definida por Blume:

Uma tradução feminista implica, pois, numa prática de produção textual, e não de mera reprodução, em que o sujeito que traduz é visível e se insere consciente e ativamente no novo texto, de modo a colaborar com o mesmo ou também de subvertê-lo, conforme o caso, explicitando sempre o processo tradutório, através de paratextos como prefácios, posfácios, notas de rodapé etc., mas de modo diferente do uso convencional desses textos, que normalmente servem apenas para que o tradutor justifique ou explique sua dificuldade em reproduzir o texto da forma mais fiel possível e com isso reafirmando, na verdade, o seu desejo de invisibilidade. (BLUME, 2010, p. 125).

Assim, uma tradução feminista pressupõe um posicionamento do tradutor ou da tradutora, que, opondo-se à pretensa invisibilidade do(a) tradutor(a), intervém através de paratextos e/ou outras estratégias, a fim de endossar ou subverter as ideias presentes no texto-fonte. Em *O segundo sexo*, no entanto, Sérgio Milliet não inseriu qualquer prefácio, nota ou notas de rodapé em sua tradução, fosse para justificar suas escolhas tradutórias ou manifestar-se a respeito dos conceitos defendidos no ensaio. Além do paratexto, outras estratégias empregadas na prática da tradução feminista são o *supplementing* (sobre-tradução) e o *hijacking* (sequestro), ambas explicitadas por Luise von Flotow em “*Feminist Translation: Contexts, Practices and*

Theories”. A estratégia do *supplementing* corresponde a uma intervenção da(o) tradutora(o) a fim de compensar a “intraduzibilidade” proveniente de divergências linguísticas. Porém, na tradução feminista, esta prática transcende uma simples compensação linguística apolítica: a(o) tradutora(o) feminista utiliza a sobre-tradução para “acentuar certos traços do texto, relevantes do ponto de vista feminista” (BLUME, 2010, p. 125).

Um exemplo de *supplementing* na tradução feminista, apontado por Flotow (1991), é a tradução de um trecho de *L'Euguélonne*, de Louky Bersianik (1976), em um texto feito por Scott Howard. Na língua de partida, tem-se “*Le ou la coupable doit être punie*” (“O ou a culpada deve ser punida”). O uso do “e” ao final de “*punie*”, que em francês indica flexão de gênero feminino, significa que apesar da sugestão inicial de que o(a) culpado(a) pode ser alguém de qualquer gênero, o final da frase sentencia a mulher. Para compensar a ausência da flexão de gênero na língua inglesa, Scott escreveu: “*The guilty one must be punished, whether she is a man or a woman.*” Com essa sobre-tradução, Scott compensou a suposta intraduzibilidade do trecho e, mais do que isso, apropriou-se da crítica de Bersianik e desenvolveu-a dentro da língua-alvo.

Por sua vez, o *hijacking* ou o sequestro diz respeito a intervenções consideradas radicais ou audaciosas (BLUME, 2010, p.125) por parte da(o) tradutora(o) que, numa tradução feminista, pode valer-se de elementos linguísticos e extralinguísticos para reforçar, ou mesmo acrescentar, uma identidade feminista ao texto. Para exemplificar, Flotow enumera alguns procedimentos usados por Susanne de Lobtinière-Harwood na tradução de *Lettres d'une autre*, de Lise Gauvin. Para citar um deles, cada vez que a palavra “*Québécois*” (quebequenses), flexionada no gênero masculino, aparece no texto como um termo genérico, a tradutora emprega o termo “*Québécoises*”, incluindo o “e” adicional que indica a flexão de gênero feminino, estratégia linguística anunciada por De Lobtinière-Harwood em seu prefácio. Além disso, a tradutora transformou ocorrências como “*la victoire de l'homme*” (a vitória do homem) em “*our victory*” (nossa vitória) e, ao referir-se a elementos em ambos os gêneros, colocou o feminino em primeiro lugar, como em “*women and men*” e “*her or his*”, desconstruindo o sexismo da linguagem através da própria linguagem.

Essas práticas de tradução feminista, bem como o paratexto, não são utilizadas por Milliet em sua tradução de *O segundo sexo*. Seguindo essa perspectiva, seu projeto de tradução não se enquadra nos termos da

tradução feminista. Pelo contrário, o projeto de tradução de Sérgio Milliet visa à invisibilidade e, portanto, o silêncio do tradutor diante da obra traduzida, conforme afirma na citação anterior: “a tradução não pode modificar os conceitos do autor e se estes são infantis nada os tornará adultos” (MILLIET, 1940).

Pode-se, no entanto, estabelecer identificação da tradução de Milliet com a definição bermaniana de tradução ética, uma vez que o tradutor prezou pela fidelidade à letra, isto é, à forma do texto estrangeiro como a única maneira de se manter fiel ao sentido do original. Entretanto, as teorias de Berman voltam-se especificamente para a tradução do texto literário, enquanto *O segundo sexo* é, por definição, um ensaio filosófico. Essa distinção torna necessária uma reflexão acerca da tradução do texto filosófico.

De acordo com Márcio Seligmann em seu artigo “Filosofia da tradução — Tradução de filosofia: O princípio da intraduzibilidade”, a filosofia “é ‘mais poética’ do que se costuma crer e, portanto, ela também é radicalmente intraduzível — e, por isso mesmo, deve ser traduzida” (SELIGMANN, 1998, p. XX). Para o autor, a tradução filosófica requer uma prática particular, com a elaboração de um aparato conceitual. No entanto, traduzir um texto filosófico é mais do que transpor este aparato em determinada língua; é preciso, assim como na tradução poética, verter para a língua-alvo “o jogo paranomásico que permeia o texto original, o trabalho executado pelo ‘princípio de similaridade e de contraste’”. Seligmann destaca, ainda, que a filosofia constitui-se como a própria história da filosofia e que, portanto, a intertextualidade é um elemento constitutivo do texto filosófico, “como se passa em qualquer gênero literário” (SELIGMANN, 1998, p. XX). Segundo o autor, para abarcar essa intertextualidade constitutiva do texto filosófico, o tradutor ou a tradutora deve utilizar livremente o recurso das notas explicativas: “Um texto filosófico está sempre em diálogo com a tradição; as notas são um dos modos de explicitar esse diálogo típicos dessa forma” (SELIGMANN, 1998).

Contudo, a tradução de Milliet não apresenta notas explicativas, sejam introdutórias ou notas de rodapé, nem nenhum tipo de paratexto que situe ou relacione os conceitos abordados por Beauvoir a outros autores e obras preexistentes. O ensaio traduzido vale-se apenas das referências e esclarecimentos citados pela autora ao construir suas próprias teorias. Ainda assim, conforme observado na comparação entre passagens do texto-fonte e do texto-alvo, Milliet procurou ater-se à

forma e ao sentido do texto original. Essa busca pela fidelidade ao sentido do texto filosófico encontra uma justificativa no pensamento de Jacques Derrida (1982):

Que dit un philosophe quand il est philosophe? Il dit: ce qui compte, c'est la vérité ou c'est le sens, et le sens est avant ou au-delà de la langue, par conséquent il est traductible. Ce qui commande, c'est le sens et par conséquent, on doit pouvoir fixer l'univocité du sens ou en tout cas la plurivocité doit être maîtrisable, et si cette plurivocité est maîtrisable, la traduction comme transport d'un contenu sémantique dans une autre forme signifiante, dans une autre langue, est possible. Il n'y a de philosophie que si la traduction en ce sens-là est possible, donc la thèse de la philosophie c'est la traductibilité, la traductibilité en ce sens courant, transport d'un sens, d'une valeur de vérité, d'une langue dans une autre, sans dommage essentiel.² (DERRIDA, 1982, p. 159).

Segundo Derrida, o primordial do pensamento filosófico é o sentido e este, por sua vez, deve ser traduzível por excelência. Em outras palavras, o texto filosófico deve permitir a transmissão de seu conteúdo semântico para outra forma significante em outra língua, preservando seu significado. O autor defende, inclusive, que só há filosofia quando há traduzibilidade, pois o sentido antecede a língua e, ao mesmo tempo, ultrapassa seus limites formais.

2 “O que diz um filósofo enquanto tal? Ele diz: o que importa é a verdade ou o sentido e o sentido está antes ou além da língua. Consequentemente, ele é traduzível. O que comanda é o sentido e, consequentemente, devemos poder fixar a inequivocidade do sentido ou, pelo menos, a plurivocidade deve ser controlável. Se essa plurivocidade for controlável, a tradução como transporte de um conteúdo semântico numa outra forma significante, numa outra língua, é possível. Só há filosofia se a tradução nesse sentido for possível, então a tese da filosofia é a traduzibilidade; a traduzibilidade nesse sentido corrente, o transporte de um sentido, de um valor de verdade, de uma língua para outra, sem danos essenciais. Esse projeto ou, essa tese, evidentemente tomou inúmeras formas ao longo da história da filosofia, de Platão a Hegel, passando por Leibniz. Então, na minha opinião, o plano da tradução, sua passagem à filosofia era essa: A origem das filosofias é a tradução, a tese da traduzibilidade, e onde quer que a tradução falhe, a filosofia falhou, nada menos.” (Tradução minha).

Considerações finais

Tendo em vista os procedimentos empregados por Milliet em sua tradução de *O segundo sexo*, pode-se dizer que o tradutor manteve-se fiel à letra ou à forma do texto-fonte, o que causa certo estranhamento à (ao) leitora(o) brasileira(o), conforme observado em algumas passagens exemplificadas acima. Apesar disso, seu projeto de tradução não se insere nos princípios da tradução feminista conforme explicitados por Flotow e Blume. Isso se deve ao fato de que sua fidelidade à letra e sua pretensa invisibilidade enquanto tradutor opõem-se ao posicionamento implicado pela tradução feminista, prática essencialmente política. No entanto, o significado dos temas centrais abordados por Simone de Beauvoir foi transmitido para o português do Brasil de tal modo que a repercussão de *O segundo sexo* reverbera entre o público leitor do país até os dias atuais. Os quadros comparativos aqui apresentados revelam não apenas o caráter crítico e subversivo do consagrado ensaio de Beauvoir, que viria a incitar o feminismo e o debate sobre o gênero no mundo todo, mas também os procedimentos escolhidos por Sérgio Milliet para possibilitar o acesso de leitores e leitoras brasileiras à obra. Através de sua tradução, Simone de Beauvoir gerou uma onda de produção literária feminista no Brasil que resistiu à censura durante o regime militar e serviu de inspiração para muitas mulheres silenciadas em uma sociedade demoradamente misógina.

Referências

- BEAUVOIR, S. de. *Le Deuxième Sexe: Les faits et les mythes*. 1ª ed., Paris: Gallimard, 1949. v. I.
- _____. *Le Deuxième Sexe: L'Expérience vécue*. 1ª ed., Paris: Gallimard, 1949. v. I.
- _____. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 1ª ed. Trad. Sergio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, v. I.
- _____. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 1ª ed. Trad. Sergio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, v.2.
- BERMAN, A. *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo*. Trad. Andréia Guerini, Marie-Hélène C. Torres e Mauri Furlan. 7letras/PGET, Rio de Janeiro, 2007.

- BLUME, R. Friesen. *Fragmentos*, número 39, Florianópolis, 2010, p. 121-130.
- DERRIDA, J. *L'oreille de l'autre*. Otobiographies, transferts, traductions. Textes et débats avec Jacques Derrida, 1ª ed., Montreal: VLB, 1982.
- FLOTOW, L. Von. "Feminist Translation: Contexts, Practices and Theories." *TTR: traduction, terminologie, rédaction*, 4(2), University of Ottawa, 1991, p. 69-84.
- LEAL, J. T. Borges; RODRIGUES, J. Carlos. "Advergay: uma ação publicitária 'no armário', 'in Box' ou 'publicidade-michê?'" Rio de Janeiro, 2013, p.198.
- NOGUEIRA, N. "Lota Macedo Soares e Elizabeth Bishop: Amores e desencontros no Rio dos anos 1950-1960" - Campinas, [s. n.], 2005.
- SANCHEZ, L. "Sur les pas du Deuxième sexe en Espagne: historiographie féministe et traduction", *La main de Thôt*, nº 1, 2013.
- SELIGMANN, M. Filosofia da tradução – "Tradução de Filosofia: o Princípio da Intraduzibilidade." *Cadernos de Tradução* (UFSC), Florianópolis, v. 3, 1998, p. 11-47.

Créditos das imagens

Imagem I: *100 Anos de Propaganda*, Abril Cultural, São Paulo, 1980. ©

TRADUÇÃO POÉTICA DO CANTO VIII DA ENEIDA EM DUPLO DECASSÍLABO ANTÚNICO

Jonathan Henrique Marcos de Azevedo¹

Introdução

Como uma das obras épicas de grande expressão na Literatura Latina, a *Eneida*, de Públio Virgílio Marão (70-19 a.C.), mantém-se viva com o passar dos séculos e perpetua-se nos dias atuais graças às inúmeras traduções tanto em prosa quanto em verso, apresentando, em diferentes idiomas, as peripécias do herói Eneias em prol de um bem coletivo: a fundação de uma nova Troia, isto é, das bases de uma futura Roma. De modo a contribuir com a prática tradutória em língua portuguesa e com uma pesquisa ligada aos Estudos Clássicos, o presente texto tem como objetivo apresentar uma tradução poética em duplo decassílabo antúnico dos versos iniciais (1-65) do canto VIII da epopeia virgiliana. Ele é fruto de resultados iniciais da minha dissertação de Mestrado, que tem como proposta traduzir todo o referido canto (aproximadamente 730 versos) e estabelecer uma discussão acerca do meu próprio ato tradutório.

Devido à presença de elementos importantes sobre um território que, futuramente, se chamaria Roma, o Livro VIII da *Eneida* foi escolhido como o canto principal para a minha tradução. Tais elementos importantes seriam: (1) a chegada de Eneias ao modesto reino de Evandro, reino esse “onde se erguerá futuramente Roma” (VASCONCELOS, 2014, p. 65); (2) a conversa

1 Mestrando em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sob a orientação do Prof. Dr. Beethoven Alvarez.

de Eneias com o rei latino Evandro, na qual este “aponta [àqueles] locais importantes para a história da cidade de Roma” (VASCONCELOS, 2014, p. 66), apresentando então o “contraste entre a Roma primitiva e a augustana” (ROCHA PEREIRA, s/d., p. 309); e (3) o escudo dado pela deusa Vênus a Eneias em que “conta a história de Roma” (VASCONCELOS, 2014, p. 67). Além disso, o Canto VIII seria, “estruturalmente, [...] a antítese do Canto IV: a uma hospitalidade faustosa e enganadora [da rainha Dido], destinada a desviar o herói da sua rota, contrapõe-se uma recepção modesta e leal [do rei Evandro], que o colocará no seu verdadeiro caminho” (ROCHA PEREIRA, s/d., p. 305), ou seja, o de fundar uma nova Troia.

Quanto à escolha de uma versificação portuguesa como equivalente ao hexâmetro da épica virgiliana, optei pelo decassílabo, considerando a fala de Thamos (2011) de que

é impossível não pensar n’*Os Lusíadas*, obra que funda magnificamente a tradição épica do português, como referência modelar para uma tradução da *Eneida*. Por isso, os hexâmetros virgilianos foram transpostos em decassílabos mais ou menos à maneira de Camões [...]. Esse recurso parece garantir ao decassílabo camoniano uma cadência final própria, certa regularidade rítmica que lembra a invariabilidade do hexâmetro a partir do quinto pé (THAMOS, 2011, p. 323).

Bem como Camões se utilizou do decassílabo para compor uma épica que falasse de seu povo – os lusíadas –, tomei a liberdade de utilizar o mesmo verso durante minha tradução poética da *Eneida*. Sobre o uso do verso em questão, outros tradutores também se utilizaram do decassílabo na recriação da epopeia latina. A título de ilustração, entre outros, temos: Leonel da Costa Lusitano (Portugal, 1638, século XVII), Luís Ferraz de Novais (Portugal, 1790, século XVIII), José Victorino Barreto Feio e José Maria da Costa e Silva (Portugal, 1845 ou 1857, século XIX), Manuel Odorico Mendes (Brasil, 1854 ou 1858, século XIX) e Agostinho da Silva (Portugal, 1993, século XX).

Para a recriação do hexâmetro datílico em versos decassílabos, Thamos (2011, p. 407) chegou ao cálculo arredondado de 1,4 decassílabo por 1 hexâmetro ou de sete decassílabos para cinco hexâmetros. Durante minha prática tradutória, utilizarei não o cálculo sugerido por Thamos (2011), mas sim a prática inovadora do duplo decassílabo do Prof. Leonardo

Antunes², que possui uma tradução em andamento de cada hexâmetro datílico da *Iliada* em dois decassílabos.

De acordo com o próprio Antunes (2018), o uso do duplo decassílabo permite ao tradutor quatro vantagens, a saber: “(1) o decassílabo é o metro canônico da épica em Português” (ANTUNES, 2018, s/p) – neste caso, a prática parte da influência de Camões na tradição épica do português com *Os Lusíadas*; “(2) dois decassílabos oferecem espaço suficiente para dar conta do conteúdo semântico, [da] estética, sem precisar de inversões, termos [...] raros e outras artificialidades que comprometessem a clareza” (ANTUNES, 2018, s/p) – neste caso, a prática permite que a tradução abarque com maior clareza tanto a estrutura de significados quanto a significância; “(3) a articulação interna do hexâmetro datílico, dividido em dois hemistíquios, em muitos casos já organiza o conteúdo do verso em duas partes, que ficam recriadas em Português em dois versos distintos” (ANTUNES, 2018, s/p) – neste caso, a prática facilita a recriação dos dois hemistíquios do texto-fonte em dois versos decassílabos no texto-meta; e (4) a prática “facilita a citação e a consulta de versos em relação ao texto [de partida]” (ANTUNES, 2018, s/p).

Por fim, o presente texto será dividido em duas partes: a primeira, com o aparato teórico acerca da tradução; e a segunda, com minha tradução poética e comentários. Como referencial teórico, consideraremos, por exemplo, as discussões feitas por Antunes (2018), Britto (2012), Cabrillana (2014), Faleiros (2012), Gransden (2003), Laranjeira (2003), Pound (1991) e Vizioli (1983).

Aparato Teórico

Visto que a *Eneida* é um poema épico, meu ato tradutório partirá da fala de Britto (2012) sobre a tradução de um poema. Segundo ele,

quando se trata de um poema, em princípio, toda e qualquer característica do texto [...] pode ser de importância crucial [...]; cabe ao tradutor determinar, para cada poema, quais são os elementos mais relevantes, que portanto devem

2 Leonardo Antunes é professor de Língua e Literatura Grega na UFRGS, poeta e tradutor de poesia grega antiga.

necessariamente ser recriados na tradução, e quais são menos importantes e podem ser sacrificados – pois [...] todo ato de tradução implica perdas (BRITTO, 2012, p. 119-120).

A fim de promover uma tradução que abarque tanto a estrutura de significados quanto as características formais do texto original, isto é, “o significado das palavras, a divisão em versos, o agrupamento de versos em estrofes, o número de sílabas por verso, a distribuição de acentos em cada verso, as vogais, as consoantes, as rimas, as aliterações, a aparência visual das palavras no papel” (BRITTO, 2012, p. 119-120), levarei em conta as atividades de criação poética sistematizadas por Pound: a *melopoeia* (melo-peia), a *phanopoeia* (fanopeia) e a *logopoeia* (logopeia).

A *melopoeia* é uma atividade de decodificação sonora e prosódica em que se recria um texto levando em conta o ritmo e a regularidade métrica presentes no original (LARANJEIRA, 2003, p. 61; FALEIROS, 2012, p. 31), ou seja, a dimensão sonora, a textura fônica e as rimas da obra que está sendo traduzida. A *fanopeia* é uma atividade de decodificação sintática em que se recria um texto levando em conta a não substituição dos termos mais marcados presentes no original (LARANJEIRA, 2003, p. 61; FALEIROS, 2012, p. 31), isto é, a não substituição dos significantes gráficos e espaciais da obra que está sendo traduzida. Por fim, a *logopeia* é uma atividade de decodificação semântica em que se recria um texto levando em conta o tom (sentimental, cômico, etc.) presente no original (LARANJEIRA, 2003, p. 61; FALEIROS, 2012, p. 32), além “do jogo das denotações e das conotações dos vocábulos” (VIZIOLI, 1983, p. 112), das figuras de linguagem, dos clichês e dos estereótipos.

Desse modo, procurarei estabelecer uma tradução em duplo decassílabo antúnico do canto VIII que leva em conta a recriação do sentido poético do texto-fonte – isto é, do material fônico (melo-peia), sintático (fanopeia) e semântico (logopeia) –, sem desconsiderar “as especificidades das [...] línguas-culturas em contato” (LARANJEIRA, 2003, p. 63).

Minha tradução poética e comentários

O canto VIII inicia-se com a instauração, reconhecida pelos anciãos do Senado, de uma guerra. A causa dessa guerra foi o oferecimento do trono do Lácio pelo próprio rei Latino ao estrangeiro Eneias, que, por desígnio

dos fados, deveria ser o rei daquelas terras. Além do descontentamento que tomou conta do Lácio, Turno – o rei dos rútuos – decidiu investir nessa guerra contra os troianos, alçando uma bandeira e estimulando o alistamento de inúmeros rapazes. O canto também apresenta o deus Tiberino avisando a Eneias, durante o sono, sobre Palanteia – fundada por Evandro – e sobre a necessidade de o herói troiano obter aliados para a guerra contra Turno:

	Visto que de Laurente cidadela	1-6-10	Heróico
	uma beligerante insígnia Turno	1-6-8-10	Heróico
	ergueu e que trombetas ressoaram	2-6-10	Heróico
	um rouco canto, visto que agitou	2-4-6-10	Heróico
	com força a estrépita cavalaria,	2-4-7-10	Gaita
	visto que a muitos instigou com armas,	1-4-8-10	Sáfico
	ficaram logo os ânimos aflitos.	2-4-6-10	Heróico
	Ao mesmo tempo o Lácio se conjura,	4-6-10	Heróico
5	ficam todos em trépido tumulto	1-3-6-10	Heróico
	e encolerizam-se os sanguinolentos	4-(7)-10	Gaita
	jovens. Os comandantes principais,	1-6-10	Heróico
	Messapo e Ufente e o zombador de deuses,	2-4-8-10	Sáfico
	Mezêncio, de variados lugares,	2-6-10	Heróico
	auxílio solicitam e avarias	2-6-10	Heróico
	na gigantesca pastagem promovem	4-7-10	Gaita
	apoiados por homens campestres.	4-6-10	Heróico
	À cidade do grande Diomedes	1-3-6-10	Heróico
	até Vênulo foi endereçado	2-6-10	Heróico
10	para que auxílio pedisse e avisasse	1-4-7-10	Gaita
	que se fixaram em terras do Lácio	4-7-10	Gaita
	os teucros; que chegada tinha Eneias	2-6-8-10	Heróico
	em uma tropa, trazendo consigo	2-4-7-10	Gaita
	os vencidos Penates e alegando	3-6-10	Heróico
	ser pelos fados o rei requerido;	1-4-7-10	Gaita
	que numerosa gente decidiu	4-6-10	Heróico
	a este Dardânio varão se aliar;	4-7-10	Gaita
	e que seu nome neste exato instante	4-6-8-10	Heróico
	se espalha largamente pelo Lácio.	3-6-8-10	Heróico
15	Qual seja sua real intenção,	2-4-7-10	Gaita
	ainda que a Fortuna esteja perto,	2-6-8-10	Heróico
	quem, um evento de luta cobiça,	1-4-7-10	Gaita
	mais manifesta interesse em estar	1-4-7-10	Gaita
	a Turno rei ou mesmo ao rei Latino	2-4-6-8-10	Heróico
	em evidência do que o próprio Eneias?	4-8-10	Sáfico
	Por entre o Lácio tais coisas havia.	2-4-6-10	Heróico
	Eis que um Laomedonte herói se agita	2-6-8-10	Heróico
	com enorme furor que o influencia,	3-6-10	Heróico
	e, antevendo os cuidados e perigos,	3-6-10	Heróico

20	seu pensamento, agora, acelerado daqui se espraia até a extremidade e por lugares vários caminha, causando frenesi por onde passa. Como, na bronzeada e radiante bacia d'água, a luz – cujo reflexo vem do clarão do sol ou da feição esfuziante da lua – esmiúça com grandiosidade e ligeireza todos os disponíveis ambientes;	4-6-10 2-4-6-8-10 4-6-10 2-6-8-10 1-6-10 2-4-6-10 1-4-6-10 4-7-10 6-10 1-6-10	Heróico Heróico Heróico Heróico Heróico Heróico Heróico Heróico Heróico
25	já pelos ares é sobrelevada até as molduras belas de altos tetos. Era de noite e por todo universo a intensa letargia predominava, extenuando assim os animais de terrestres e aéreas espécies, quando na margem de um rio e por baixo do céu de gélida atmosfera o pai Eneias, agitado em pensamento pela plangente guerra, sucumbiu	1-4-6-10 2-4-6-8-10 1-4-7-10 2-6-10 4-6-10 3-6-10 1-4-7-10 2-4-8-10 2-6-10 4-6-10	Heróico Heróico Gaita Heróico Heróico Heróico Gaita Heróico Heróico
30	e proporcionou ao corpo seu a mansidão tardia e inescusável. Em direção a este sereno rio, por entre choupos bastante frondosos, o deus local – o velho Tiberino – foi visto a caminhar por suas terras; um gracioso linho por inteiro lhe revestia a pele como um manto de tom esverdeado, e as sombreadas canas lhe resguardavam os cabelos.	6-8-10 4-6-10 4-8-10 2-4-7-10 2-4-6-10 2-6-8-10 4-6-10 4-6-10 2-6-10 1-6-10	Heróico Heróico Sáfico Gaita Heróico Heróico Heróico Heróico Heróico Heróico
35	A fim de acabar com toda a aflição, começou ele a dizer certas palavras: “Ó descendente dos deuses, que a nós, troiana cidade trazes de volta após tomada de inimigas mãos, e seu Pérgamo deixas sempre a salvo, és tu esperado no solo Laurente e nas Latinas campinas também. Justos Penates, sincera morada (pois não desista!) aqui enfim achaste;	2-5-7-10 3-6-10 4-7-10 2-5-7-10 2-4-8-10 3-6-8-10 2-4-8-10 4-7-10 1-4-7-10 2-4-6-8-10	Arte-Maior Heróico Gaita Arte-Maior Heróico Heróico Sáfico Gaita Gaita Heróico

40	que ameaças de guerra não te espantem;	3-6-8-10	Heróico
	se havia cólera e raiva dos deuses,	2-4-7-10	Gaita
	elas decerto não existem mais.	1-4-6-8-10	Heróico
	E muito em breve, para não julgares	2-4-6-8-10	Heróico
	que tudo isto mero sonho parece,	2-5-7-10	Arte-Maior
	debaixo dos carvalhos litorâneos,	2-6-10	Heróico
	encontrarás tu uma gigante porca	4-8-10	Sáfico
	que envolvida estará por seus filhotes,	3-6-8-10	Heróico
	trinta cabeças alvas ao redor	1-4-6-10	Heróico
	de suas tetas igualmente alvas,	2-4-8-10	Sáfico
45	e toda estirada sobre o terreno.	2-5-7-10	Arte-Maior
	Lugar de fundação este será,	2-6-10	Heróico
	dos trabalhos teus um descanso certo,	3-5-8-10	Arte-maior
	de onde também decorridos os anos,	1-4-7-10	Gaita
	em torno de um decênio vezes três,	2-4-6-8-10	Heróico
	Ascânio uma cidade fundará,	2-6-10	Heróico
	sendo Alba seu prestigioso nome.	2-4-8-10	Sáfico
	Coisas questionáveis eu não canto.	1-6-8-10	Heróico
	Para que possas sair vencedor,	1-4-7-10	Gaita
50	agora o que nos é urgente (escute!)	2-6-8-10	Heróico
	eu ensinarei com poucas palavras.	5-7-10	Arte-maior
	Ainda neste mesmo território,	2-5-7-10	Arte-maior
	os Árcades – um povo descendente	4-8-10	Sáfico
	de Palante –, que em grupo aqui chegaram,	2-6-8-10	Heróico
	seguindo as insígnias do rei Evandro,	2-5-8-10	Arte-maior
	vão um pedaço de terra eleger	1-4-7-10	Gaita
	e instituir então uma cidade	4-6-10	Heróico
	chamada de Palanteia por todos	2-7-10	Gaita
	nos montes do bisavô Palanteu.	2-7-10	Gaita
55	De modo contumaz se encontram estes	2-6-8-10	Heróico
	a combater contra latina gente;	3-5-8-10	Arte-maior
	como teus aliados passa a tê-los	1-3-6-8-10	Heróico
	e oferece-lhes tua forte tropa.	3-6-8-10	Heróico
	Eu mesmo tenciono te guiar	2-6-10	Heróico
	até margens e rio favoráveis	3-6-10	Heróico
	para que, já por completo elevado,	4-7-10	Gaita
	subas à remo a correnteza adversa.	1-4-8-10	Heróico
	Vamos! Levanta-te, filho da deusa!	1-4-7-10	Gaita
	Quando cair as primeiras estrelas,	1-4-7-10	Gaita

60	em rito a Juno, faça muitas preces; disperse todas ameaças e iras com tuas súplicas e votos a ela. Quando tu fores vencedor, a mim certamente honrarias prestarás. Eu sou aquele rio copioso que observas apertando o litoral e em dois cortando pingues plantações, eis o Tibre com tom seu azulado que até o céu caríssimo se torna.	2-4-6-8-10 2-4-8-10 2-4-6-10 1-4-8-10 3-6-10 2-4-6-10 2-6-10 2-4-6-10 3-6-10 2-4-6-10	Heróico Sáfico Heróico Sáfico Heróico Heróico Heróico Heróico Heróico
65	Aqui possuo uma grande morada, afluente das principais cidades.”	2-4-7-10 3-8-10	Gaita Sáfico

vv. 1-6: Gransden (2003, p. 77) aponta a presença de um *tricolon* nas orações introduzidas por *ut*, seguido por outro *tricolon* em “*turbati animi, simul... Latium, saeuitique... effera*” (*En.*, 8.5-6). Na tradução, as duas estruturas em *tricolon* foram mantidas: o primeiro com orações introduzidas por “visto que”, apresentando Turno como o sujeito das orações, como aquele que parte para uma lide contra os troianos, alça a bandeira da guerra e estimula o alistamento; e o segundo representado por 3 situações que ocorrem simultaneamente em “Ao mesmo tempo o Lácio se conjura, / ficam todos em trépido tumulto / e encolerizam-se os sanguinolentos / jovens”, mostrando assim a agitação que tomou conta do Lácio. Os dois *tricola* seguidos trazem, por meio visual e sintático, a simultaneidade das ações entre o rútuos e os latinos descrita no poema.

v. 17: o trecho latino “[...] *Turno regi aut regi [...] Latino*” apresenta uma repetição formal e um quiasmo simétrico (GRANSDEN, 2003, p. 81), que manteve com a tradução de “[...] Turno rei ou mesmo ao rei Latino”. Neste verso, a repetição é vista na palavra *rei*, ao passo que o quiasmo se encontra em *Turno rei x rei Latino*. Juntas, as duas figuras estabelecem uma imagem espelhada, uma inversão, uma espécie de antítese entre dois homens que, por um lado, se assemelham devido ao título de rei, mas, por outro lado, se distanciam devido ao ponto de vista e aos interesses pessoais: enquanto o rei Latino oferece o trono do Lácio ao estrangeiro Eneias, o rei Turno se posiciona contra tal decisão colaborando para o início de uma guerra.

vv. 18-25: o trecho em questão descreve os personagens internos à obra, por meio da cena de Eneias se agitando de um lado a outro sem saber qual melhor decisão tomar diante de um futuro conflito com Turno; e os personagens externos à obra, por meio da cena do reflexo da luz se agitando na bacia d’água até o teto. Aqui, temos um símile épico (RAMOS, 1982;

GRANSDEN, 2003) introduzido pelo termo comparativo *sicut*, que, na minha tradução, é representado por *como*. Gransden (2003, p. 82) comenta que o símile é baseado em Apolônio, vv. 3-756, nos quais vemos a agitação de Medeia por conta do amor. Na *Eneida*, a passagem faz comparação de Eneias – com o pensamento aqui e ali, atendendo a todos sem saber ao certo qual melhor atitude tomar em meio a tantos acontecimentos – à imagem de um raio, que tremulando de um canto a outro, emerge da bacia d’água aos ares. Neste símile, Eneias equivale a um feixe de luz, a um ser iluminado pelo sol e pela lua, mas, por conta da indecisão diante dos últimos acontecimentos, essa luz se mostra um pouco desorientada.

v. 36-39: o início da referida passagem latina é dotada de uma interjeição afetiva de surpresa (CABRILLANA, 2014, p. 11), que foi mantida por meio de “Ó descendente dos deuses”. Além disso, o verbo *esse* sofre eclipse duas vezes em “*hic tibi certa domus [est], certi [...] penates [est]*” (*En.*, 8.39), contribuindo para a brevidade das frases (CABRILLANA, 2014, p. 11-12). Na tradução, procurei recriar a brevidade não só mantendo o assíndeto – com o uso da vírgula entre as frases – mas também utilizando um único verbo – no caso, “achaste” – em substituição ao *esse*. Aqui, também temos uma construção *ne* + imperativo no lugar de subjuntivo em “*ne absiste*”, indicando um arcaísmo coloquial, uma construção própria da comédia, um vulgarismo (PENNEY, 1999, p. 253; FORDYCE, 1977; MILANI, 1990, p. 608 apud CABRILLANA, 2014, p. 11-12). Na tradução, mantive o imperativo negativo em “pois não desista!”, mas não o tom arcaico e coloquial provocado pela sintaxe latina. No texto-fonte, há uma repetição de *certus* nos nominativos, mas optei pela não repetição em “Justos Penates, sincera morada” por acreditar que tal escolha possa trazer uma poeticidade maior para a minha tradução.

vv. 45-47: há a presença, no texto latino, de uma anáfora com poliptoto entre “*Alba ubera*” (acusativo plural) e “*Albi nati*” (nominativo plural). Das duas figuras de linguagem, apenas a repetição da palavra *albalalbi* foi recriada por meio de uma palavra propositadamente similar ao latim *alva*, como forma de não perder o jogo associativo entre a cor dos leitões e das tetas da porca com *Alba* Longa, nome da cidade fundada por Ascânio. Tal jogo se repete no texto latino, mas agora mediante a duas construções: uma não perifrástica “*triginta capitum fetus enixa iacebit*” (*En.*, 8.44, grifos meus) e outra perifrástica “*ex quo ter denis urbem redeuntibus annis*” (*En.*, 8.47, grifos meus), que foram recriadas por estabelecerem uma ligação das “*trinta*

cabeças alvas [...]” dos filhotes da porca com o período em que Ascânio levou para fundar Alba, isto é, “*em torno de um decênio vezes três”*, cujo cálculo tem como resultado trinta anos.

v. 64-65: Gransden (2003, p. 88) fala que há duas sentenças paralelas em assíndeto, sendo que a segunda amplifica a primeira. Na tradução “Aqui possuo uma grande morada, / Afluente das principais cidades”, mantive as duas sentenças paralelas em assíndeto e a amplificação da primeira pela segunda. Optei pela palavra *afluente* na tradução de “*caput exit*” (*En.*, 8.65) como forma de retomar a passagem anterior sobre o rio Tibre, rio esse que é, além da morada do deus Tiberino, um curso d’água abundante o suficiente para servir de fonte de irrigação das principais cidades.

Considerações finais

Visto que advém de resultados iniciais da minha dissertação de mestrado, o presente texto apresentou uma tradução poética em duplo decassílabo antúnico dos versos iniciais (1-65) do canto VIII da *Eneida*. Com essa prática tradutória, consigo espaço suficiente para dar conta tanto da estrutura de significados quanto da significância, além de facilitar a consulta de versos em relação ao texto de partida. Até o momento, procurei estabelecer uma tradução do canto que recriasse o sentido poético do texto-fonte – isto é, do material fônico (meloquia), sintático (fanopeia) e semântico (logoquia) – e considerasse o leitor contemporâneo, tentando tornar mais fluida a leitura do texto-alvo. Conforme novas leituras teóricas e reflexões acerca da tradução forem surgindo no decorrer do projeto, irei aprimorando meu fazer tradutório.

Referências

- ANTUNES, C. L. B. Três Modos de Recepção dos Clássicos. *Revista Re-produção*, 2018, s.p. Disponível em: <<http://www.casaguilhermedealmeida.org.br/revista-reproducao/ver-noticia.php?id=100>>. Acesso em: 06 nov. 2020.
- BRITTO, P. H. *A Tradução Literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

- CABRILLANA, C. Sermo deorum in Vergil's Aeneid: colloquial Latin?. *Journal of Latin Linguistics*, p. 1-39, n. 13, mai. 2014
- FALEIROS, A. *Traduzir o Poema*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.
- FORDYCE, C. J. P. *Vergili Maronis Aeneidos libri VII–VIII*. Oxford: Oxford University Press, 1977.
- GRANSDEN, K. W. *Virgil – Aeneid: Book VIII*. 8.^a printing. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- LARANJEIRA, M. *Poética da Tradução: Do Sentido à Significância*. 2.^a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2003.
- MILANI, C. V. In: *Enciclopedia virgiliana* 5. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1990, p. 607–609.
- PENNEY, J. H. W. Archaism and innovation in Latin poetic syntax. In: ADAMS, J. N.; MAYER, R. G. (eds.). *Aspects of the language of Latin poetry*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 249–268.
- POUND, E. *ABC of Reading*. London/Boston: Faber and Faber, reissued 1991.
- RAMOS, B. S. El Símil de la Épica (Ilíada, Odisea, Eneida). *Revista de Linguística y Filología Clásica Emerita*, Madrid, p. 175-197, v. 50, n. 1, 1982.
- ROCHA PEREIRA, M. H. *Estudos de História da Cultura Clássica: II Volume – Cultura Clássica*. 3.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkia, s/d.
- THAMOS, M. *As Armas e o Varão: Leitura e Tradução do Canto I da Eneida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- VASCONCELLOS, P. S. *Épica I: Ênio e Virgílio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- VIZIOLI, P. A Tradução de Poesia em Língua Inglesa: Problemas e Sugestões. *Tradução & Comunicação*, p. 109-128, n. 2, mar. 1983.

BLOCO V
ANÁLISES DO DISCURSO

EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA NA FEIRA LIVRE: MOVIMENTOS DE MERCADIZAÇÃO E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Shayane França Lopes¹

Falar em educação vai além de falar em escola, universidade ou qualquer outro espaço acadêmico; falar em educação é falar de projetos de educação, que envolvem posicionamentos e interesses distintos e, por vezes, antagônicos, sempre associados a seu enunciador, localizado em um tempo e em um espaço definidos. Neste texto, nos referimos à educação como aquilo que garante ao estudante sua participação de forma ativa na sociedade, por meio de contínuos processos de ensino-aprendizagem, cujo esforço é na direção de um Brasil livre da educação nos moldes coloniais, passivos e excludentes.

As agressivas investidas das quais a educação pública tem sido alvo há décadas são, em certa medida, facilitadas pelo Governo, e se justificam pelo campo promissor que representa: 82% dos estudantes brasileiros que cursam o ensino médio estão matriculados na rede pública, conforme notas estatísticas do último Censo Escolar (MEC, 2016). Os segmentos privatistas se interessam pelo que esse quantitativo representa: acesso ao conteúdo da educação e, assim, a imposição de seus projetos, que incluem venda de material didático apostilado, cursos de formação para gestores e professores e testes externos em grande escala.

Avelar e Ball, em um texto de 2017 acerca da participação da Fundação Lemann na educação pública brasileira, explicam que o mercado está se expandindo para sujeitar cada vez mais o social e o público

1 Cursando doutorado, orientada pela Prof^ª Dra^a Del Carmen Daher.

aos rigores do lucro. Segundo Peroni (2013), essa fronteira entre público e privado no Brasil é construída com linhas muito tênues, desde o início do processo de colonização: “O próprio Estado assumiu um espaço muito voltado aos interesses privados; assim, a democratização da educação pública ainda é um longo processo em construção” (p. 247). Peroni e Scheibe (2017) mostram que a escola pública, historicamente, toma o privado como parâmetro de organização. O documento Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma das muitas formas em que se destaca o vencedor na disputa entre público x privado.

A Lei 13.415/2017, conhecida como Lei da Reforma do Ensino Médio, foi o que garantiu à BNCC a legitimidade para preservar a continuidade do processo de implementação da Base. Segundo Tarlau e Moeller (2020), os atores da filantropia “influenciam a formação de um consenso entre altos funcionários governamentais sobre quais políticas devem ser adotadas” (p. 553) e, a partir daí, leis e decisões convergem para o interesse dos segmentos privatistas. Essa Lei, por exemplo, dispõe sobre a Reforma do Ensino Médio, fazendo referência à Base mesmo antes de esse documento estar pronto. A Lei já o anunciava em 2017, mencionando-o treze vezes. Situações que revelam grandes contrassensos seguem seu rumo sem nenhum impeditivo, uma vez que foi dada autoridade a quem está à frente de todo esse plano.

A conexão entre a Reforma do Ensino Médio e a Base é vista por meio de linhas que unem os idealizadores da BNCC ao MEC, ao Consed², à Undime³, assim como aos segmentos privatistas, constituindo uma rede de relações rizomáticas. Esses segmentos são aqueles que lideram os esforços reformistas e deles vêm o apoio para a construção e para a implementação da BNCC.

Apple, curriculista americano, explica que

o currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto

2 Conselho Nacional de Secretários de Educação.

3 União dos Dirigentes Municipais de Educação.

das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo. [...] Sempre existe, pois, uma política do conhecimento oficial, uma política que exprime o conflito em torno daquilo que alguns veem simplesmente como descrições neutras do mundo e outros, como concepções de elite que privilegiam determinados grupos e marginalizam outros (2005, p. 59-60).

A BNCC, concebida como um currículo oficial nacional, nada apresenta de neutralidade nas unidades temáticas, nas habilidades e tampouco nos objetos de conhecimento definidos. A Base parece assumir um papel fundamental no que tange o processo de subordinação do ensino público às imposições mercadológicas.

Avelar e Ball (2017) contam como foi criada a pseudonecessidade de se ter um documento curricular nacional, por meio do Movimento pela Base Nacional Comum (atualmente chamado de Movimento pela Base), sob a liderança de Jorge Paulo Lemann. Os encontros voltados para esse plano se iniciaram na Universidade de Yale, instituição conhecida por sua autoridade acadêmica. Surge, cinco anos depois daquele primeiro encontro nos Estados Unidos, a delimitação do currículo oficial nacional.

Nesse sentido, é possível identificar quem está fortemente presente em nosso sistema educacional e a isso se relaciona uma contribuição de Cury (2003):

o reconhecimento da lucratividade como componente do segmento empresarial da liberdade de ensino. Este reconhecimento implicava, além da bipartição lucrativo X não-lucrativo, a tripartição no interior desse último em subsegmentos como os confessionais, comunitários e filantrópicos. É destes segmentos que desponta a noção de público não estatal (p. 124).

Ou seja, esses subsegmentos, dentre eles os filantrópicos, há muito estão presentes no nosso sistema educacional. No interior da Constituição de 1988, é possível ver a discussão conceitual em torno da noção de público, público não-estatal e privado, assim como a flexibilidade para que, no âmbito da educação básica, o Estado recue e o setor privado ganhe espaço.

O Governo, em vez de se ocupar com a proteção do que é público, passa essa responsabilidade aos “reformadores empresariais da educação” (FREITAS, 2012, p. 380). Para esse grupo, a iniciativa privada é a solução para os problemas educacionais, e a capacidade de ação dos reformadores é muito mais eficaz do que qualquer proposta advinda de pesquisadores e educadores com formação na área (FREITAS, 2012).

Parcerias entre o público e o privado na educação são constantes e sempre com recursos saídos do cofre público. Peroni e Scheibe (2017) afirmam que essa crescente privatização na educação aprofunda o desrespeito ao trabalho docente, uma vez que o fere na sua autonomia por impor um conteúdo previamente pronto apenas para ser entregue aos alunos:

São inúmeros os sistemas públicos que compram seus programas de ensino de institutos como Unibanco e Ayrton Senna, cuja ênfase tem foco nos resultados e numa política de controle e intimidação dos docentes por meio de premiação e sanções (p. 388).

Depois do Instituto Ayrton Senna, responsável por 75% dos componentes curriculares do Núcleo Articulador na rede estadual do Rio de Janeiro (PORTAL INSTITUTO AYRTON SENNA, 2018), a parceria mais recente da SEEDUC/RJ data de 06 de janeiro de 2021 (PORTAL GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2021) e foi firmada com o Instituto Singularidades (incorporado pelo Instituto Península, em 2010) por meio da qual estão sendo oferecidas 45 mil vagas para a Trilha Formativa em Ensino Híbrido, composta por “sete cursos que auxiliarão os profissionais no uso e aplicação de ferramentas digitais na sala de aula”, dentre eles “BNCC: práticas e culturas digitais” (PORTAL SEEDUC/RJ). O valor da Trilha para o público em geral está disponível no sítio do Instituto: R\$660 (PORTAL SINGULARIDADES, 2021).

Obviamente, essa informação precisa ser analisada considerando o discurso no qual as parcerias público-privadas estão inseridas. Neste trabalho, partimos da perspectiva teórica da análise do discurso (AD) de cunho enunciativo por meio das contribuições teóricas de Dominique Maingueneau, e entendemos discurso como forma de ação. Sob esse conceito, toda enunciação constitui um ato que objetiva transformar uma situação. Todo discurso é interativo, já que a atividade verbal envolve

dois ou mais participantes, ainda que seja produzida na ausência de um coenunciador; ao discurso está intrínseca a noção de contexto e, consequentemente, porque também inseparável, a noção de lugar social. As condições de produção do enunciado sempre são levadas em conta, pois não há enunciado distanciado do lugar e do momento em que foi produzido (MAINGUENEAU, 2008).

Dessa maneira, não se pode considerar enunciados de forma independente: ao contrário, os enunciados expostos neste texto estão em constante relação com o discurso relacionado à mercadização do ensino público brasileiro. As instituições mantenedoras, parceiras e apoiadoras da Base, direta ou indiretamente, também não devem ser consideradas de maneira isolada, sem levar em conta o posicionamento discursivo ao qual pertencem.

Algumas estratégias de que os segmentos privatistas se valem nesse processo de mercadização podem ser compreendidas no interior de um mecanismo gerador de poder. Fischer (2001) explica que o discurso sempre se produz em razão de relações de poder, por isso um discurso é produto do poder e do saber de seu tempo, visto que as relações de poder acontecem dentro de um determinado espaço de tempo. O poder está em todas as relações, em seus mais diversos discursos: “O poder produz saber (...), não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2010, p. 30). Saber e poder se entrelaçam, o conhecimento é fruto de uma luta de poder. E é dessa forma que os segmentos privatistas lançam suas raízes no terreno fértil da educação: eles “influenciam a formação de um consenso entre altos funcionários governamentais sobre quais políticas devem ser adotadas” (TARLAU; MOELLER, 2020, p. 553) e, com o processo de criação e implementação da BNCC já em desenvolvimento, a educação pública é refeita à imagem e semelhança dos segmentos privatistas.

Feita essa breve exposição da fundamentação teórica, passamos aos atores do capital privado na construção da BNCC. Iniciamos com o Movimento pela Base (antes chamado de MBNC) em função de ter sido o único ator mencionado na BNCC (como apoiador, na segunda versão) e depois retirado na versão homologada. A partir do Movimento pela Base, chegamos ao Todos Pela Educação (TPE), já que

mais da metade dos integrantes do MBNC possuem algum tipo de relação com outro movimento empresarial mais antigo, o Todos Pela Educação (TPE), o qual, por sua vez, há algum tempo vem buscando (e conseguindo) aproximar-se da gestão pública educacional (SOUZA, 2019).

Ao observar os integrantes, em forma de apoiadores, parceiros ou participantes do Movimento pela Base e do TPE, identificamos três nomes: Consed, Undime e Fundação Lemann (FL), estando os dois primeiros presentes explicitamente na BNCC. Dessa forma, chegamos aos principais atores à frente da BNCC: FL, Movimento pela Base e TPE, além do Consed e da Undime que estão presentes tanto no documento quanto no que denominamos segmentos privatistas. Esse processo de identificação dos atores envolvidos na superfície da idealização, construção e implementação da Base é uma forma de organizar a condução da pesquisa, para que se possam apresentar as aproximações entre a BNCC – e a Lei 13.415/2017 – e os atores dos segmentos privatistas.

Por limitação de espaço, iremos focar no Movimento pela Base, que se apresenta como um grupo não governamental e apartidário, formado por pessoas, organizações e entidades que “desde 2013 se dedica à causa da construção e implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio” (PORTAL MOVIMENTO PELA BASE, s/d). A missão do Movimento é apresentada integralmente relacionada ao documento BNCC (PORTAL MOVIMENTO PELA BASE, s/d).

Nossa atenção recai sobre o Documento Conceito, um texto do Movimento em que se expõe a “necessidade e construção de uma Base Nacional Comum”. Nesse texto, composto por quatro páginas, são expostos cinco motivos pelos quais, segundo seus representantes, há necessidade da criação de uma base nacional comum curricular. Ou seja: um texto legitimado pelo seu próprio enunciador como um Documento. E mais: Documento Conceito, o que quer dizer que não só atribui a si um etos de autoridade para legitimar aquele enunciado como um Documento, mas, também, Conceito, isto é, algo que conceitua, define, explica um outro documento que está na sua versão preliminar e só teria sua versão definitiva três anos depois.

Os enunciados são produto de uma enunciação, por meio da qual se revela a personalidade do enunciador: “toda fala procede de um enunciador

encarnado; mesmo quando escrito, um texto é sustentado por uma voz – a de um sujeito situado para além texto” (MAINGUENEAU, 2011, p.97). Essa voz é definida pelo conceito de etos discursivo e envolve, de alguma forma, a enunciação sem que esteja explícita no enunciado. Por meio dela, ao leitor é permitido que se construa uma representação do corpo do enunciador (não do autor efetivo). Maingueneau cita Roland Barthes para apresentar a característica essencial desse etos:

São os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importa sua sinceridade) para causar boa impressão: são os ares que assume ao se apresentar. [...] O orador enuncia uma informação, e ao mesmo tempo diz: eu sou isto, eu não sou aquilo (BARTHES apud MAINGUENEAU, 2011, p. 98).

A maneira de dizer equivale à maneira de ser e, assim, a enunciação é capaz de construir uma “imagem” do locutor configurada em um universo de sentido que corresponde a essa imagem. (MAINGUENEAU, 2010). O conceito de etos nos instrumentaliza para entender que o enunciador do Documento Conceito busca legitimar seu dizer atribuindo a si uma posição institucional e marcando sua relação com um saber:

A **experiência internacional** mostra que uma Base Nacional Comum vale para todo território nacional e inclui a especificação das competências em Linguagens e códigos, especialmente Língua Materna, Literatura Nacional, Arte, Educação Física; Matemática; Ciências da Natureza, visando a compreensão do mundo físico e natural e; das Ciências Sociais e Humanas, onde se inclui a História e Geografia, especialmente do país.

Por outro lado, **estudos recentes** mostraram que há limitações significativas na infraestrutura das escolas em muitos lugares do Brasil (DOCUMENTO CONCEITO, 2015, grifos nossos).

No entanto, apesar de haver esse esforço para marcar um saber, a afirmativa permanece superficial, sem que se desenvolva ao longo das páginas o argumento da “experiência internacional” e dos “estudos recentes”

a que o enunciador se refere. Ademais, o fato de o enunciador mencionar apenas a experiência internacional revela um apreço pelo que vem de fora do Brasil, optando por não mencionar os inúmeros trabalhos desenvolvidos aqui, por pesquisadores, especialistas da área, acadêmicos e professores, silenciando nosso discurso acadêmico-científico.

O que foi mencionado no Documento Conceito, cuja produção data de 2015, é o que está presente na segunda versão da BNCC (2016): uma articulação de um conjunto de políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal. Transcrevo a seguir o que consta no Documento Conceito e o que é mencionado na Base:

Tabela 1

DOCUMENTO-CONCEITO (2015)	BNCC (2016)
Constituição Federal / LDB	Constituição Federal / LDB
Materiais didáticos	Política nacional de materiais e tecnologias educacionais
Formação inicial e continuada de professores; currículo dos cursos de formação inicial e continuada dos professores de educação básica, da preparação de estratégias pedagógicas, de materiais de apoio ao ensino, da organização de sítios na Internet, onde o desenvolvimento de tecnologias de ensino possa ser compartilhado	Política nacional de formação de professores / Política nacional de materiais e tecnologias educacionais
Condições que deve ter uma escola: dificuldades relativas aos professores; dificuldades em relação aos gestores escolares; limitações significativas na infraestrutura	Política nacional de infraestrutura escolar
Avaliações nacionais; avaliações externas	Política nacional de avaliação da educação básica

Síntese das relações entre Documento Conceito e o processo de construção da BNCC

O diálogo bastante alinhado entre o Documento e a Base mostra a forte influência que o enunciador Movimento pela Base exerceu sobre a BNCC. O discurso presente no Documento Conceito cita o discurso dos segmentos privatistas, misturando-se a ele, no que diz respeito à homogeneização do que deve ser adquirido por todos os estudantes brasileiros – e também comparados ao que existe em outros países –, aos atores educacionais, testes externos em grande escala, às habilidades, à equidade no sistema educacional e à materialização do direito à educação e, por último, às aprendizagens esperadas em cada fase escolar em âmbito nacional. Uma

das nossas propostas é dar visibilidade a essas relações que funcionam como nós entre tantos enunciados e tantos enunciadores, em um viés rizomático.

Macedo (2014) menciona a construção da Base como um projeto que envolve sujeitos políticos públicos e parceiros privados “sujeitos políticos não públicos”. A presença de parceiros privados é justificada pela constante divulgação de que a educação básica pública é ineficiente e, por isso, clama pelo auxílio e pelo ensinamento dos representantes do capital privado (CURY, 2018). Os testes externos em grande escala do SAEB⁴ e do PISA⁵, por exemplo, sempre apontam a caracterização negativa das escolas públicas: “o caráter público da educação, e sua ineficiência, funciona como exterior constitutivo que cria uma rede de demandas em torno de reformas marcadas pela lógica do mercado” (MACEDO, 2014). E, diante dessas demandas, entram em cena os segmentos privatistas com suas estratégias, que dizem garantir soluções educacionais para o Brasil (PORTAL INSTITUTO AYRTON SENNA, s/d; PORTAL TODOS PELA EDUCAÇÃO, s/d).

Para somar os argumentos que vão na direção contrária da demanda por essa Base, recorremos a Souza (2019), que traça todo o percurso feito desde antes da construção da Base passando por todas as suas versões e chegando até o documento final:

não se apresenta qualquer discussão ou explicitação mais abrangente sobre o que seria uma base comum curricular, nem sobre o porquê de ela ser “necessária”, apoiando-se, mais fortemente, no fato de ela ser “exigida” [...] Além de apontar para legislações, são mencionados os documentos finais da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2010 e de 2014, os quais são mobilizados como argumentos favoráveis ao entendimento da necessidade de uma base comum. De toda forma, qualquer discordância relativa a tal necessidade é silenciada, nesse espaço” (p.36).

4 Sistema de Avaliação da Educação Básica.

5 Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, tradução de *Programme for International Student Assessment*.

Isso explica por que as contribuições públicas foram tão anunciadas como carro-chefe da democracia, contudo, serviram apenas para fazer número em uma estratégia de legitimação social da BNCC, em um “jogo de cena demagógico em que o governo e seus apoiadores empresariais fingem que escutam as escolas; e estas, por sua vez, fingem que implementam o currículo” (CÁSSIO, 2017). Ou seja, de nada serviram para efeito de repensar ou ajustar o que já estava pré-determinado por aqueles que estavam à frente do documento.

De acordo com o levantamento feito por Souza (2019), os atores empresariais são os mesmos que estão envolvidos com os testes externos em grande escala e com a produção de material didático para redes de ensino, formando um grupo do qual participam o Movimento pela Base, o Todos pela Educação e a Fundação Lemann, no que diz respeito à Reforma do Ensino Médio e ao processo de criação da Base.

Embora muitas instituições com autoridade acadêmica se manifestem publicamente de forma contrária à BNCC, o documento seguiu seu percurso. As vozes de autoridade foram ignoradas, por vezes silenciadas, e o propósito dos segmentos privatistas se cumpriu, impávido.

Fizemos uma pesquisa buscando textos relacionados à BNCC-EM e datados de 2018 em diante. Restringimos a busca a textos de opinião, incluindo cartas, notas públicas e textos de manifestação, emitidos por representantes da educação básica, por universidades públicas e por associações brasileiras ligadas a currículo, educação e formação de professores.

Encontramos textos do Conselho de Dirigentes das Escolas Básicas das Instituições Federais de Ensino Superior – CONDICA_p, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – EPSJV; da Universidade Federal do Pará e da Universidade Federal da Bahia; da Associação Brasileira de Currículo – ABdC, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE. Entretanto, apesar de essas vozes serem de especialistas em educação, pesquisadores e professores, em nada impactaram os absurdos impressos na BNCC.

Esses enunciados dos segmentos privatistas estão em constante relação com o discurso de despublicização do ensino público brasileiro, em que a educação pública não deixa de existir por completo. Trata-se de manter o serviço público, porém com gestão e fiscalização realizadas por representantes do capital privado.

Assim, temos a Base: idealizada, construída e imposta. E, apesar da anunciada possibilidade para questionamentos, sem eco para as vozes que se opuseram à sua existência, ou que ao menos buscaram um diálogo efetivo, enfatizando seu caráter contrário à inclusão, ao respeito e à pluralidade. Um documento que ignora por completo a docência como atividade intelectual, mas se utiliza de todas as habilidades mercadológicas dos segmentos privatistas – ainda que alheios à educação –, manipulando estatísticas para justificar uma democracia oca e se valendo de textos jurídicos para justificar uma necessidade inexistente. Um documento que surge sem uma demanda real, no entanto com um impacto nacional.

Referências

- APPLE, M. W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? *In*: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 59-91.
- AVELAR, M.; BALL, S. J. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: the Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. *International Journal of Education Development* (2017). Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2017.09.007>>. Acesso em: nov. 2019.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. SEB/MEC, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: jul. 2020.
- CÁSSIO, F. Participação e participacionismo na construção da Base Nacional Comum Curricular. *Nexo Jornal*, 02 dez. 2017. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/Participa%C3%A7%C3%A3o-e-participacionismo-na-constru%C3%A7%C3%A3o-da-Base-Nacional-Comum-Curricular>>. Acesso em: jul. 2020.
- Censo Escolar, 2016. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf>. Acesso em: ago. 2020.

- CURY, C. R. J. O público e o privado no Brasil: fronteiras e perspectivas. In: *Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 123-128. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000122&pid=So104-4060200800010000900016&lng=pt>. Acesso em: jul. 2020.
- _____. Do público e do privado na constituição de 1988 e nas leis educacionais. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 39, n. 145, p. 870-889, out./dez., 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v39n145/1678-4626-es-es0101-73302018206229.pdf>>. Acesso em: jul. 2020.
- Documento Conceito. *Necessidade e construção de uma Base Nacional Comum*. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2020/04/necessidade-e-construcao-base-nacional-comum.pdf>. Acesso em: mai. 2020.
- FISCHER, R. M. B. Foucault e a Análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, n.114, p. 197-223, nov. 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>>. Acesso em: jul. 2018.
- FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação & Sociedade*, v. 33, 119, p. 379-404, Campinas, 2012.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- MACEDO, E. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 03, out./dez. 2014. p. 1530-1555.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- _____. *Doze conceitos em análise do discurso*. Trad. Adail Sobral et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- _____. *Análise de textos de comunicação*. Trad. de Maria Cecília Pérez Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2011.
- PERONI, V. M. V. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. In: *Currículo sem Fronteiras*, v. 13, n. 2, p. 234-255, mai./ago. 2013. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss2articles/peroni.pdf>>. Acesso em: jul. 2020.

- _____; SCHEIBE, Leda. Privatização da e na educação: Projetos societários em disputa. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 21, p. 387-392, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: jul. 2020.
- PORTAL GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. SEEDUC oferece curso de capacitação digital em parceria com o Instituto Singularidades. 2021. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/secretaria/NoticiaDetalhe.aspx?id_noticia=11116&tpl=seeduc-oferece-curso-de-capacita%C3%A7%C3%A3o-digital-em-parceria-com-o-instituto-singularidades>. Acesso em: jan. 2021.
- PORTAL INSTITUTO AYRTON SENNA. *Atuação*. Proposta de educação integral para o ensino médio no Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: <<http://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/Atuacao/proposta-de-educacao-integral-para-o-ensino-medio-no-rio-de-jane.html>>. Acesso em: jul. 2018.
- PORTAL INSTITUTO SINGULARIDADES. Trilha Formativa Ensino Híbrido. Disponível em: <<https://loja.isesp.edu.br/produto/trilha-formativa-ensino-hibrido/>>. Acesso em: jan. 2021.
- PORTAL MOVIMENTO PELA BASE. *Quem somos*. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: mai. 2020.
- PORTAL TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Quem somos*. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/quem-somos/>>. Acesso em: mai. 2020.
- SOUZA, A. M. R. de. *Base nacional comum para quê/quem?* Uma cartografia de conflitos discursivos na produção de um currículo oficial. 2019. Tese. (Doutorado em Estudos da Linguagem) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- TARLAU, R.; MOELLER, K. O consenso por filantropia: Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. *Currículo sem Fronteiras*, v. 20, n. 2, p. 553-603, mai./ago. 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n2.11>>. Acesso em: jan. 2021.

“UM RUMO PARA O ENSINO MÉDIO”? ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Nathália da Silva de Oliveira Peixoto¹

Introdução

O presente artigo é fruto da nossa pesquisa de doutorado que se encontra em andamento sobre a Reforma do Ensino Médio (EM) aprovada por meio da Medida Provisória nº 746, em 22 de Setembro de 2016 (MP 746). É importante destacar que já estava em tramitação na Câmara dos Deputados um Projeto de Lei (PL) cuja finalidade era promover alterações nesta etapa do Ensino Básico. Foram promovidos vários encontros de profissionais da área de educação durante a tramitação deste PL, no entanto, fomos pegos de surpresa com uma MP, que possui caráter emergencial, para reformar o EM e o Projeto de Lei em tramitação foi desconsiderado.

O ano de 2016 será um ano que ficará marcado na história do Brasil, assim como na educação brasileira. Em agosto de 2016, a então presidenta eleita democraticamente, Dilma Rousseff sofreu um golpe parlamentar. Entretanto, como todos sabemos, não importavam as provas apresentadas pela defesa, a queda da presidenta já tinha sido arquitetada pela oposição. Foi então, que em 31 de Agosto de 2016, a votação a favor da saída de

1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, na Universidade Federal Fluminense. É orientanda da professora Dr^a Maria Del Carmen Daher, integra o grupo de pesquisa Práticas de linguagem, trabalho e formação docente e é bolsista CAPES. Atua como professora da educação básica na rede pública (SEEDUC/RJ e SME/RJ).

Dilma Rousseff aconteceu no Senado. Cabe ressaltar que, depois da perícia, Dilma foi inocentada do crime de responsabilidade fiscal.

Após o *impeachment* de Dilma, assume a Presidência da República o vice-presidente Michel Temer que, ao ser entrevistado no programa Roda Viva, televisionado pela emissora TV Cultura, admitiu ter ocorrido o golpe parlamentar: “[...] Nunca apoiei o golpe e nem fiz nada para que isso acontecesse [...]”. O governo Temer foi marcado por uma grande crise política, uma vez que as medidas tomadas visavam ao desmonte dos direitos sociais adquiridos ao longo de anos por meio de muita luta. Algumas emendas constitucionais foram aprovadas, como a PEC 241 do congelamento de gastos públicos por vinte anos e, de forma inesperada, fomos surpreendidos pela Medida Provisória nº 746 da reforma do ensino médio. Assunto que vinha sendo discutido na Câmara, mas por se tratar de algo tão complexo merecia uma atenção maior.

Justificamos nossa escolha pelo tema visto que a mídia, antes mesmo da publicação da MP, já alardeava o fracasso da escola pública brasileira, usando como justificativa dados do Ideb. O discurso construído pelos meios de comunicação eram os mais “preocupantes”. Ou seja, não havia outra saída: a reforma do EM era “inadiável”, diziam os jornais [“Ideb sinaliza que reforma no ensino é inadiável” – (*O Globo*, 20 de set. 2016)]. Como professora da rede pública causou-me estranhamento o espaço dedicado à questão fora do âmbito da Educação pública. Nosso objetivo, então é analisar como em notícias publicadas em jornais digitais de grande circulação foi sendo constituída discursivamente a Reforma do Ensino Médio (nº 13.415/17) e observar quais vozes ocupam lugar de fala nas notícias (Quem está autorizado a falar? Quais vozes são silenciadas?). São estas questões que buscamos responder ao longo deste artigo.

Reforma do ensino médio: da medida provisória à Lei

Como dito anteriormente, a MP 746 foi uma das medidas tomadas no governo Temer e submetida ao Congresso Nacional em 22 de setembro de 2016. É importante destacar que uma Medida Provisória possui caráter de urgência e relevância, de acordo com site do Congresso Nacional². A

2 Consulta feita no site <https://www.congressonacional.leg.br>, em 29 de dezembro de 2020.

edição da MP está prevista na Constituição Federal e possui força de lei. “Produz efeitos imediatos, ou seja, já vale ao mesmo tempo em que tramita no Congresso, mas depende de aprovação da Câmara e do Senado para que seja transformada definitivamente em lei” (CONGRESSO NACIONAL, sem ano, sem página). A MP é acompanhada por um texto com a exposição dos motivos pelos quais sua edição é importante para o país. No caso da MP 746, a justificativa foi assinada pelo então ministro da educação José Mendonça Bezerra Filho, endereçada ao Presidente da República e datada em 5 de setembro de 2016.

O texto submetido expõe razões pelas quais o ensino médio precisa ser reformado de forma urgente. Segundo o texto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, criada em 1996 não cumpriu sua função, pois “nota-se um descompasso entre os objetivos propostos por essa etapa e o jovem que ela forma” (EM nº00084/2016/MEC). Além disso, o ministro da Educação acrescenta que o EM possui um currículo muito extenso, fragmentado e superficial, distanciado da vida dos jovens.

Boa parte desse texto expositivo tem como sustentação resultados obtidos pelos alunos do EM extraídos do Ideb.

12. O IDEB do ensino médio no Brasil está estagnado, pois apresenta o mesmo valor (3,7) desde 2011. No período de 2005 a 2011, apresentou um pequeno aumento de 8% e, de 2011 a 2015, nenhum crescimento. O IDEB 2015 está distante 14% da meta prevista (4,3) e 28,8% do mínimo esperado para 2021 (5,2). A situação piora quando se analisa o desempenho por unidade federativa, em que somente dois estados, Amazonas e Pernambuco, conseguiram atingir a meta prevista para 2015.

13. Isso é reflexo de um modelo prejudicial que não favorece a aprendizagem e induz os estudantes a não desenvolverem suas habilidades e competências, pois são forçados a cursar, no mínimo, treze disciplinas obrigatórias que não são alinhadas ao mundo do trabalho, situação esta que, aliada a diversas outras medidas, esta proposta visa corrigir, sendo notória, portanto, a relevância da alteração legislativa (EM nº00084/2016/MEC).

Ao recorrer a índices estatísticos do Ideb, o enunciador convoca a legitimidade atribuída a dados tidos como inquestionáveis, haja vista o reconhecimento atribuído a eles no Brasil, e, à vez, constitui a emergência da Reforma do EM. Essa intertextualidade externa, que recorre a uma fonte das informações estatísticas é responsável pela instituição do sentido de verdade incontestável, absoluta, atribuída a esse discurso. De igual forma, o Ideb aparece como fonte legitimadora do discurso do ministro. Essa voz de autoridade aponta para o fracasso da escola pública, em especial, o nível médio. Os resultados das avaliações externas ganharam as páginas dos jornais de grande circulação e enfatizam que a reforma do EM é urgente. O uso desse instrumento avaliativo é significativo para a reformulação e monitoramento das políticas públicas educacionais, no entanto, o que não se sabe é a forma como essas avaliações em larga escala são aplicadas e a que outras finalidades atendem.

De acordo com Oliveira (2020), os exames que avaliam os sistemas educacionais não estão circunscritos apenas aos testes em si, “estão atrelados também ao recolhimento de informações contextuais sobre seus participantes” (OLIVEIRA, 2020, p. 39). Isto é, por meio de questionários socioeconômicos é possível traçar o perfil dos alunos participantes e relacionar as informações ao seu desempenho. No entanto, esses dados não são levados em consideração pela mídia, o que importa são apenas os números. A autora acrescenta ainda que há uma problemática em relação aos dados produzidos pelos exames externos no que tange à ideia de confiabilidade desses resultados, uma vez que as provas aplicadas não levam em consideração as diferentes realidades dos Estados brasileiros.

Ademais, há o fato de exames em larga escala quantificarem aspectos da educação que dizem respeito ao âmbito qualitativo, isto é, por desenvolverem índices comparáveis e de fácil leitura por aqueles que desconhecem a estatística e o contexto educacional brasileiro. Os índices, portanto, rotulam escolas, alunos e sistemas por meio de um único instrumento avaliativo, aplicado a diferentes regiões do Brasil e do mundo (OLIVEIRA, 2020, p. 42).

O que podemos perceber é que esses resultados são utilizados como forma de legitimar as ações do Estado, de modo a construir uma

“verdade” acerca de determinada realidade. No caso da reforma do EM, os resultados do Ideb serviram como pano de fundo para as ações tomadas no governo Temer.

Retomando o caminho percorrido por uma MP, é preciso dizer que uma medida provisória é válida por sessenta dias e é prorrogada automaticamente por igual período caso não tenha sido votada nas duas casas do Congresso Nacional. Após o envio do texto ao Congresso Nacional e a sua publicação no Diário Oficial da União, o presidente do Congresso Nacional tem até 48 horas para formar uma comissão mista composta por doze senadores e doze deputados federais. Essa comissão fica responsável por analisar a relevância e urgência da MP, e sua constitucionalidade.

A comissão formada para analisar a reforma do EM foi composta pelo presidente, o deputado federal Izalci Lucas (PSDB-DF) e o vice-presidente, o senador Elmano Férrer (PTB-PI). O relator foi o senador Pedro Chaves (PSC-MS) e o relator revisor, o deputado Wilson Filho (PTB-PB). Posteriormente, esta comissão apresentou um plano de trabalho que contou com a realização de reuniões semanais e audiências públicas. Foram cinquenta e cinco convidados que fizeram apontamentos em relação ao texto da MP 746.

Devemos destacar que a MP 746 recebeu cerca de 570 emendas parlamentares, de acordo com o site da Câmara dos Deputados e não houve um consenso durante os debates na comissão mista com relação à carga horária, disciplinas obrigatórias e a questão relativa ao notório saber que a MP instituiu a permissão de técnicos, sem formação em licenciatura para atuar na educação básica profissionalizante. Além disso, a Câmara abriu uma consulta pública para que a sociedade pudesse opinar sobre a reforma do EM. O resultado da votação foi 4.551 a favor e 73.554 contra a MP 746. Entretanto, esse número significativo da votação foi simplesmente ignorado pelo Congresso Nacional. A reforma do EM não se deu de forma passiva. Durante toda a tramitação no Congresso Nacional, tivemos muitas manifestações em todo o país e um movimento de ocupação das instituições públicas de ensino por profissionais da educação e por alunos, que foram altamente criticados pela grande mídia [Estudantes fazem ato em SP contra reforma de Temer para o ensino médio (*Folha de S. Paulo*, 26 de set. 2016)].

Você leitor, provavelmente estará se perguntando: E o que muda com a Lei nº 13.415 da reforma do EM? Resumidamente, esta Lei alterou

principalmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a Lei de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Conforme exposto no quadro abaixo, apresentamos apenas as principais alterações:

Quadro 1

O que muda com a Lei nº 13.415?
<ul style="list-style-type: none">• ampliação de carga horária do EM;• estabelecimento da Base Nacional Comum Curricular (que só foi homologada em 2018, após a publicação da Lei);• a flexibilização da grade curricular (itinerários formativos);• aceitação de educadores sem formação específica na área de atuação; e dentre outras• implementação de escolas de Ensino Médio em tempo integral;

As principais mudanças com a Lei nº 13.415

Depois dessa breve explicitação sobre os trâmites referentes ao percurso de uma Medida Provisória até sua promulgação como Lei, faremos alguns esclarecimentos acerca do nosso caminho metodológico e teórico de análise.

Encaminhamento teórico-metodológico

O recorte feito para este trabalho será a análise de duas notícias dos jornais que fazem parte do *corpus*, a saber: *O Globo* e *Carta Capital*. Cabe ressaltar que as notícias escolhidas datam aproximadamente da época em que foi publicada a MP nº 746, de 22 de setembro de 2016. Para analisarmos as notícias, usaremos os conceitos de heterogeneidade enunciativa (Authier-Revuz, 1978; Maingueneau, 1997) e a proposta de Sant’Anna de discurso relatado com destaque na categoria de discurso narrativizado (2000; 2004).

Ao falar sobre a heterogeneidade do discurso, que é preciso “tomar conhecimento de um funcionamento que representa uma relação radical de seu interior com seu exterior” (MAINGUENEAU, 1997, p. 75), que ocorre sob dois planos diversos, a saber, a heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva (AUTHIER-REVUZ, 1978).

(...) a primeira incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação, enquanto a segunda aborda uma heterogeneidade que não é

marcada em superfície, mas que a AD pode definir, formulando hipóteses, através do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formação discursiva (MAINGUENEAU, 1997, p.75).

Neste artigo, vamos nos ater ao fenômeno da heterogeneidade mostrada, mais especificamente à noção de discurso relatado (direto e indireto), uma vez que no gênero analisado notícia de jornal, constitui-se como uma categoria extremamente produtiva.

Considerando que em uma enunciação as escolhas do enunciador levam em conta sempre a relação com o Outro, o recurso a uma voz terceira constitui-se como uma das principais formas de conferir credibilidade. Sant'Anna (2000; 2004) aborda o gênero notícia como constituído na tensão entre opinar e informar. Desta forma, a opção materializada pelo enunciador/jornalista na notícia vincula seu enunciado ao dizer e ao apagamento do dizer do Outro. Como forma de dar maior visibilidade a essa tensão, a autora propõe uma sistematização que organiza em um quadro *continuum* as ocorrências de discurso relatado dispostas em função da atribuição do dito a outro: das formas mais explícitas às mais apagadas. Vejamos o esquema a seguir:

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
entrevistas	discurso direto	ilhas de discurso direto	discurso segundo	discurso indireto	intertexto	discurso narrativizado

Esses e os outros conceitos aqui apresentados serão mais detalhados em função da análise na próxima seção.

Algumas notícias sobre a reforma do ensino médio

Como vimos anteriormente, a reforma do EM gerou muita indignação por parte dos profissionais da área da educação e alunos, uma vez que não houve qualquer discussão com quem de fato merecia ser ouvido. Pelo resultado da consulta pública feita pelo Congresso Nacional e que foi ignorado, podemos dizer que a reforma iria acontecer independente de qualquer oposição feita.

Em nossas análises, buscamos identificar quais vozes ocupam lugar de fala nas notícias (Quem está autorizado a falar? Quais vozes são

silenciadas?). E para dar conta de nosso objetivo, em primeiro lugar, buscamos notícias sobre a reforma do EM no período compreendido entre agosto de 2016 (mês de publicação da MP 746) e fevereiro de 2017 (mês em que a Lei foi sancionada). Além disso, dentre tantos jornais digitais, escolhemos para a tese em andamento os jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Carta Capital*. A seleção desses jornais não se deu de forma aleatória.

De acordo com o Instituto Verificador de Comunicação (IVC), em 2019 *O Globo* e a *Folha de S. Paulo* foram os jornais com o maior crescimento de assinaturas digitais no país. Embora se coloquem como imparciais e isentos de qualquer opinião partidária, durante nossas análises, observamos que essa imparcialidade não se concretiza nas notícias coletadas. Por isso, surgiu o desejo de verificar como a *Carta Capital*, que se apresenta institucionalmente como um jornalismo crítico e transparente, com viés progressista, se manifesta discursivamente nas notícias sobre a reforma do EM. Apesar de ser conhecida como uma revista impressa e semanal, *Carta Capital* também possui um site que é atualizado com notícias diariamente. Além disso, mesmo colocando-se como oposição, também é uma empresa, assim como os outros jornais escolhidos. A seguir, criamos um quadro no qual é possível observar partes das apresentações institucionais de cada jornal digital escolhido. Os textos foram retirados nos sites dos próprios jornais.

Quadro 2

O Globo	Folha de S. Paulo	Carta Capital
<p>O Grupo Globo será sempre independente, apartidário, laico e praticará um jornalismo que busque a isenção, a correção e a agilidade, como estabelecido aqui de forma minuciosa. Não será, portanto, nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos.</p> <p>Fonte: https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/</p>	<p>A <i>Folha</i> estabelece como premissa de sua linha editorial a busca por um jornalismo crítico, apartidário e pluralista.</p> <p>Essas características, que norteiam o trabalho dos profissionais do Grupo <i>Folha</i>, foram detalhadas a partir de 1981 em diferentes projetos editoriais.</p> <p>Fonte: https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml</p>	<p>Está a serviço da democracia e da diversidade de opinião, contra a escuridão do autoritarismo do pensamento único, da ignorância e da brutalidade.</p> <p>Desde o princípio, CartaCapital tem como objetivo proporcionar ao público uma visão analítica dos fatos e é isso que nos torna a principal mídia de oposição do país.</p> <p>Fonte: https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2020/10/midia-kit2020_OK.pdf</p>

Apresentação institucional de cada jornal

Neste artigo, analisamos uma notícia do jornal *O Globo* e uma notícia da *Carta Capital*. Desta maneira, como dissemos anteriormente, buscamos observar como esses veículos de informação constroem discursivamente a reforma do EM e quais são as vozes autorizadas a falar sobre o assunto. Além disso, também é de nosso interesse observar as tensões entre informação e opinião, com relação ao gênero notícia de acordo com a proposta de Sant’Anna (2004).

As notícias escolhidas datam de setembro de 2016, mês em que a Medida Provisória 746 foi publicada e encaminhada ao Congresso Nacional. Segundo Sant’Anna (2004, p. 172), o gênero notícia se constitui através da “recuperação do já dito ou do por dizer, mas com base em uma memória trazida pelo enunciador”, ou seja, o enunciador/jornalista atua nessa mediação entre a informação (tomada como verdade) e o co-enunciador/leitor.

Para as análises, focalizamos o discurso relatado que é um organizador básico do gênero escolhido. Para Maingueneau (1997, p.86), o enunciador citado, no discurso relatado, aparece “como a autoridade que protege a asserção”, e observando o nosso *corpus*, identificamos a ocorrência das formas de relato que são facilmente atribuídas a alguém. Na notícia do jornal *O Globo*, temos a informação do lançamento da MP 746 e na *Carta Capital* a notícia aborda essa mesma informação, porém num tom de oposição.

- (1) Ao lançar a Medida Provisória (MP) do “Novo Ensino Médio” o presidente Michel Temer disse que não reduzirá as verbas para a educação [...] — Não estamos perseguindo nem o Estado mínimo nem o Estado máximo, mas o Estado eficiente, capaz de prestar serviços de qualidade à população. Eu quero dizer muito solenemente que no nosso governo não haverá redução de verbas para a educação. Em momento algum nós faremos isso — disse Temer [...] (O Globo, 22 set. 2016).
- (2) — Para mim, isso justifica a relevância e urgência que definem a necessidade de uma MP para que possamos iniciar esse processo de mudanças — disse, complementando em seguida: — Não podemos ser passivos, tolerantes diante de um quadro como este. Temos que ter coragem de mudar. (O Globo, 22 set. 2016).

- (3) Segundo Janine, por ora, a oferta não é uma certeza, sobretudo no contexto de crise financeira e limite de investimentos nas áreas sociais. Ele acredita que o estudante na verdade se verá obrigado a escolher existir no leque da sua rede. “Se um número menor de estudantes de uma escola tiver interesse no percurso formativo de humanidades enquanto aquela unidade tem a grande maioria dos alunos interessada e inscrita em matemática, a escola vai oferecer o aprofundamento em humanidades para um pequeno grupo? Hoje, a realidade das redes mostra que esse grupo vai ficar sem a opção de cursar o que quer e isso pode frustrar as pessoas”, exemplifica (Carta Capital, 29 set. 2016).

O discurso direto aparece de duas formas nos fragmentos. Na primeira delas, temos o emprego da palavra do outro, marcada pela presença de recursos tipográficos, como o uso de aspas, travessão, e o uso de verbos *dicendi*. Tal recurso simula restituir as palavras exatas do outro no enunciado da notícia, asseverando a fonte como verdadeira. No jornal *O Globo*, verificamos no primeiro fragmento que, ao optar pelo uso do discurso direto, o enunciadador/jornalista garante que o presidente Temer não cortará a verba da educação. O enunciadador/jornalista também informa que, durante a cerimônia de lançamento da MP, o ministro da educação, Mendonça Filho, citou a baixa taxa de aprendizagem em matemática e a estagnação dos resultados do Ideb para justificar a reforma por meio de uma Medida Provisória. No fragmento (2) o enunciadador/jornalista reproduz um recorte das palavras do presidente em que este afirma a urgência da reforma, pautando-se nos resultados das provas externas. Como dissemos acima, as provas externas constituíram-se como ponto central das justificativas para a reforma do EM.

De acordo com Maingueneau (1997, p.86), o enunciado citado, no discurso relatado, imprime a voz de “autoridade”, isto é, marca de maneira eficiente o que se pensa sem ser responsabilizado pelo dito, já que é o outro quem diz. É o que verificamos nos fragmentos encontrados em nosso *corpus*.

A notícia da *Carta Capital* também trata do lançamento da MP 746. O enunciadador/jornalista inscreve em seu enunciado as vozes de Renato Janine, ex-ministro da educação e professor titular de Ética e Filosofia Política da USP e de duas professoras da rede pública de São Paulo, Maira

Conde e Rafaela Souza. No fragmento (3), temos a presença do recurso do discurso direto atribuído ao professor Renato Janine. O enunciador citado aborda a questão do itinerário formativo, no qual os alunos deverão escolher qual caminho seguir no EM, a saber: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional. A questão levantada pelo enunciador citado foi a preocupação, também apontada por muitos profissionais da educação, já que as escolas não são obrigadas a ofertar os cinco itinerários.

Além do discurso direto, o enunciador/jornalista também recorre a ilhas de discurso direto, como explica Maingueneau (2013, p.181), “o enunciador citante isola com itálico ou aspas um fragmento que ele menciona e utiliza ao mesmo tempo”. Segundo Sant’Anna (2004), as ilhas de discurso direto agregam fragmentos do discurso do outro, introduzido por marcas tipográficas, com o objetivo de demarcar as fronteiras de uma citação. Para a autora, “essa estratégia também participa do processo de reconstituição da palavra como se supõe ter sido dita pelo outro, mas não mais como um conjunto totalmente identificado como fora do citante” (SANT’ANNA, 2004, p.176), como nos fragmentos a seguir:

- (4) Em seu discurso, Temer disse que responsabilidade fiscal e social “caminham juntas” (O Globo, 22 set. 2016).
- (5) Esta foi a segunda solenidade na área social, em que Temer afirmou que não irá cortar programas. Na última, na semana passada, ele disse que o governo não era “idiota” de cortar investimentos sociais (O Globo, 22 set. 2016).

Não localizamos a incidência dessa estratégia na *Carta Capital*.

Nas duas notícias, o uso do discurso indireto é recorrente. Para Maingueneau (2013, p.191), com o discurso indireto “o enunciador citante tem uma infinidade de maneiras de traduzir as falas citadas, pois não são as palavras exatas que são relatadas, mas sim o conteúdo do pensamento”. O autor diz que a escolha do verbo introdutório ou *dicendi* é muito significativa, uma vez que dá um certo direcionamento ao discurso citado e a filiação ou não do discurso citante. Sant’Anna (2004, p. 177) acrescenta, ainda, que ao usar essa estratégia o enunciador/jornalista produz o efeito da reformulação “que traz o citante e o citado para um só ato enunciativo:

- (6) (...) ele disse que o aluno terá uma base comum nacionalmente, mas que poderá, na metade do período da etapa escolar, escolher diferentes trilhas pedagógicas, conforme as vocações e desejos (O Globo, 22 set. 2016).
- (7) (...) a professora lembra que as questões relativas à infraestrutura das escolas, valorização dos profissionais da educação, número adequado de alunos por turma e uma nova forma de dar aulas mais uma vez não foram enfrentadas (Carta Capital, 29 set. 2016).

No fragmento (6), o enunciador/jornalista recupera a fala do ministro da educação, Mendonça Filho, ao afirmar que os alunos terão uma base nacional e que poderão escolher o seu próprio caminho pedagógico. Entretanto, como apontamos anteriormente, não é dado ao aluno a garantia de que ele de fato poderá escolher um percurso, ficando restrito ao ofertado pela escola mais próxima. Já no fragmento (7), o enunciador/jornalista reformula a fala da professora, mostrando a preocupação com questões importantes que não foram incorporadas à MP 746, como a falta de melhores condições de trabalho e valorização dos profissionais da área.

Em nossa análise, identificamos a modalização do discurso segundo, uma estratégia situada entre o discurso direto e indireto, uma vez que sua fonte é claramente explicitada. De acordo com Maingueneau (2013, p. 179), esse é um “modo simples e discreto do enunciador indicar que não é responsável por um determinado enunciado”.

- (8) Segundo o ministro, com as mudanças, o Brasil se alinha a países como Austrália, Coreia do Sul, Finlândia, França, Portugal e Inglaterra no que diz respeito à arquitetura do ensino médio (O Globo, 22 set. 2016).
- (9) Segundo Janine, por ora, a oferta não é uma certeza, sobretudo no contexto de crise financeira e limitação de investimentos nas áreas sociais (Carta Capital, 29 set. 2016).

Nos fragmentos destacados, os enunciadores/jornalistas de ambos os jornais apenas restituíram o ponto de vista dos locutores citados, usando o marcador “Segundo X”, no início da frase. Uma forma de não se comprometer com o dito, atribuindo a responsabilidade da informação veiculada à fonte.

Outra forma de recuperar o discurso já dito em outros contextos é a do intertexto. Segundo Sant’Anna (2004, p.180) “compreender a enunciação do intertexto como relato requer que consideremos que o enunciação-jornalista teve acesso a tais fontes – e delas retirou o que expor – ou a pessoas, conhecedores do teor de tais documentos”, ou seja, é uma marca mais apagada do outro no discurso citante. A autora afirma ainda que a ocorrência do intertexto não se dá por uma “fonte-pessoa, mas de documentos que adquirem força a fim de serem responsáveis pela execução de diferentes ações” (SANT’ANNA, 2004, p.180).

- (10) No evento, o ministro Mendonça Filho citou índices elevados de evasão, a baixa taxa de aprendizagem em matemática e a estagnação do ensino médio no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) desde 2013 (O Globo, 22 set. 2016).
- (11) Passada uma semana do anúncio da Medida Provisória nº 746 de 2016, que muda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para instituir as escolas de Ensino Médio em tempo integral e a flexibilização curricular, a consulta pública sobre a proposta do presidente Michel Temer, no site do Senado Federal, mostra mais de 58 mil votos contra o texto e 2.700 a favor (Carta Capital, 29 set. 2016).

Nosso *corpus* está recheado de menções e citações a leis, por isso optamos pelas apresentações de leis e acordos, números e dados estatísticos, tendo em vista a natureza da questão tratada. No fragmento (10) cita-se o Ideb e, no fragmento (11), a MP 746 que muda a LDB. Em ambos os jornais o efeito de sentido produzido é de credibilidade, já que as informações pertencem ao campo técnico e ao campo jurídico.

Por fim, chegamos à estratégia proposta por Sant’Anna (2000) em sua obra. Para a autora, o entendimento do intertexto como parte do discurso relatado aponta para a “possibilidade de constatar a existência de uma outra forma de o enunciação-jornalista construir sua enunciação: a de um discurso narrativizado” (SANT’ANNA, 2004, p.180). Dessa forma, o discurso narrativizado constitui-se como uma “forma mais apagada da atribuição do discurso a outro e, ao confundir-se com a ideia de ‘informar objetivamente’,

corresponde a uma forma narrativizada máxima de um possível discurso indireto”. (SANT’ANNA, 2004: 180). É o caso do fragmento:

- (12) Além disso, nesta quinta-feira (29) foi encerrado o prazo para a sociedade civil organizada por meio de confederações de professores, sindicatos, uniões estudantis e outras entidades apresentarem emendas à MP (...) (Carta Capital, 29 set. 2016).

Não localizamos a incidência dessa estratégia no *O Globo*.

No fragmento (12), há o apagamento da fonte da informação dada pelo enunciador/jornalista ao seu leitor. Quem disse sobre o encerramento do prazo da sociedade apresentar emendas à MP? Desta maneira, não temos como atribuir o dito a outro enunciador que não seja o próprio jornalista.

Algumas considerações

Este trabalho é um recorte de nossa pesquisa de doutorado que está em andamento. Para este artigo, buscamos observar o funcionamento discursivo que se materializa nas notícias que abordaram a reforma do ensino médio. Nosso objetivo era analisar como em notícias publicadas em jornais digitais de grande circulação foi sendo constituída discursivamente a Reforma do Ensino Médio (nº 13.415/17). Além disso, em nossa análise, o discurso do enunciador/jornalista, o qual pretende-se isentar de opiniões não se sustenta, uma vez que a objetividade é só um efeito de sentido que se almeja, isto é, “ser objetivo é uma tendência a perseguir e não uma forma concreta pré-atribuída (SANT’ANNA, 2004, p.226).

As análises dos discursos relatados nas notícias foram importantes para identificarmos a quem se dá a voz e quem é apagado no discurso do enunciador/jornalista. No jornal *O Globo* que trata sobre o lançamento da MP 746, apenas o presidente Michel Temer e o ministro da educação são considerados nesse jogo discursivo. Já a notícia da *Carta Capital* que também aborda a publicação da MP, os discursos citados pelo enunciador/jornalista são de professores, quem de fato interessava ser ouvido neste processo. Portanto, ao identificarmos essas vozes e as ações a elas atribuídas (autoridade discursiva e apagamentos), conseguimos chegar ao embate/tensão entre os dois jornais e suas respectivas apresentações institucionais.

Referências

- ALENCASTRO, C.; MARIZ, R.; BARRETO, E. Temer lança novo ensino médio e diz que não reduzirá verba para educação. *O Globo (digital)*. Educação. Rio de Janeiro, 22 set. 2016.
- BRASIL. Congresso Nacional. Entenda a tramitação da medida provisória. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br>. Acesso em 29 de dezembro de 2020.
- MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas/ SP: Pontes, 1997.
- _____. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2013.
- OLIVEIRA, L. Avaliações em larga escala no âmbito das políticas educacionais. In: ensino plurilíngue na escola pública [livro eletrônico]: desafios em tempos de globalização/ organização: DAHER, D., PEREIRA, T., SAVEDRA, M. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editorarte, 2020.
- SANT'ANNA, Vera Lucia de Albuquerque. O Trabalho em notícias sobre o Mercosul: heterogeneidade enunciativa e noção de objetividade. São Paulo: Educ, 2004.
- SEM AUTOR. O fator oportunidade. *Carta Capital*. Educação. São Paulo, 29 set. 2016.

A EDUCAÇÃO NO PLANO DE GOVERNO DE BOLSONARO: UMA ANÁLISE LINGUÍSTICO-DISCURSIVA

Fabiana Diniz de Assis Oliveira¹

Introdução

O presente artigo é decorrente do projeto de mestrado em andamento e de trabalho apresentado no XI Seminário dos Alunos dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras (SAPPIL-UFF). A Dissertação de Mestrado em questão busca refletir sobre os sentidos atribuídos à educação e ao papel do professor instituídos no plano de governo de Bolsonaro e em outros enunciados (discursos de posse de ministros) que o circundam à luz da Análise do Discurso de base enunciativa. Nesse sentido, este artigo se propõe a percorrer o seguinte caminho: análise do cenário educacional brasileiro desde o golpe de 2016 até as eleições de 2018; análise do contexto sócio-político brasileiro no período das eleições de 2018; e reflexão sobre o gênero do discurso plano de governo e breve análise do *corpus* desta investigação a partir dos conceitos de gênero e cenografia. Também ressaltamos neste artigo os motivos que levaram à escolha do plano de governo como principal *corpus* da pesquisa.

1 Mestranda (CAPES) orientada pela Prof^ª Dr^ª Maria Del Carmen Daher e coorientada pela Prof^ª Dr^ª Dayala Paiva de Medeiros Vargens.

Do golpe ao gol: uma análise do contexto sócio-político brasileiro pré-eleição presidencial

Este trabalho é fruto de minhas inquietações como professora e aluna, decorrentes da eleição presidencial de 2018 e do cenário educacional pós-golpe. A educação vinha sofrendo sérios ataques desde o golpe de 2016 e, com a ameaça da ascensão de Jair Bolsonaro ao poder, professores se sentiam cada vez mais assustados e inseguros.

Desde agosto de 2016, o governo de Michel Temer começou a empreender uma série de mudanças nas políticas públicas, que retiram direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo de muitos anos e tentam aplicar uma política de cunho neoliberal e conservadora. Nesse sentido, a educação foi uma das áreas mais afetadas pela implementação de leis que tinham como objetivo sua mercantilização.

A Lei 13.415/2017, Lei de Reforma do Ensino Médio, altera o currículo do Ensino Médio retirando a obrigatoriedade de conhecimentos de áreas humanas em detrimento de conhecimentos voltados ao mercado de trabalho, além de desvalorizar a formação docente. A Emenda Constitucional nº 95/2016 congela por 20 anos o limite de gastos públicos sociais e, dessa maneira, inviabiliza a concretização das metas estabelecidas no PNE (Plano Nacional de Educação). A Lei 13.429/2017 regulamenta a terceirização e amplia o campo de atuação do trabalho temporário, o que novamente desvaloriza a formação docente e abre espaço para que a iniciativa privada atue na educação pública. Sobre esse contexto em que a educação se inseria, Saviani faz a seguinte afirmação:

Na atual crise a educação é desafiada duplamente: por um lado, cabe-lhe resistir, exercendo o direito de desobediência civil, às iniciativas de seu próprio abastardamento por parte de um governo que se instaurou por meio da usurpação da soberania popular sobre a qual se funda o regime político democrático. Por outro lado, cumpre lutar para transformar a situação atual debelando a crise e assegurando às novas gerações uma formação sólida que lhes possibilite o pleno exercício da cidadania tendo em vista não apenas a restauração da democracia formal, mas avançando para sua transformação em democracia real (2018, p. 38).

Nesse sentido, a educação se encontrava em um cenário de constante disputa de poderes, uma vez que as novas políticas implementadas eram frutos de um governo que ascendeu ao poder por meio de um golpe de estado. Segundo Foucault (1984), o poder é guerra prolongada, visto que suas relações nas sociedades atuais são estabelecidas através de uma relação de força em um determinado momento, em alguma guerra. A esfera política, nesse sentido, utiliza o poder como artifício de restauração da paz, reinscrevendo esta relação de força por meio de uma guerra silenciosa constante. O poder, portanto, funciona na sociedade como mantenedor de uma relação de dominação. Pensando sob essa perspectiva de guerra constante, é possível analisar importantes acontecimentos políticos que influenciaram diretamente o curso das eleições de 2018.

Os escândalos de corrupção nos quais alguns integrantes do Partido dos Trabalhadores estavam envolvidos, a influência da mídia nesse processo e o golpe de estado que culminou com o impeachment de Dilma Rousseff foram fatores que criaram discursos políticos muito polarizados no país. O cenário político, portanto, começa a ser dividido em dois grandes polos: direita e esquerda. A partir dessa polarização, se começa a atribuir valores a essas duas esferas, por meio de discursos midiáticos e políticos. A esquerda, simbolizada pela figura do PT, ganha o pesado fardo de ser a culpada por uma crise econômica/política que assola o país e, nesse sentido, partidos de extrema direita começam a ganhar força no país, apresentando-se como libertadores da pátria que supostamente vinha sendo governada por um partido que a direcionava rumo à miséria e à falência. Esses supostos libertadores, portanto, alcançam seu objetivo de libertação da pátria desferindo um Golpe de Estado contra a então presidenta, eleita democraticamente, Dilma Rousseff.

Condenar sem crime é golpe. Golpe de classe, militar e parlamentar. Golpe significa violar a constituição e trair a soberania popular por força da qual Dilma Rousseff se elegeu com 54 milhões de votos e João Goulart que propôs um programa de governo que incluía uma série de reformas institucionais que atuavam sobre problemas estruturais do país, denominadas “reformas de base” destacavam-se as reformas agrária, educacional, fiscal, eleitoral, urbana e bancária. Ontem em 1964 e hoje em 2016, seja por via militar seja por via parlamentar,

funciona a mesma lógica: as elites econômico-financeiras e a casta política conservadora praticam a pilhagem de grande parte da renda nacional (SPIGOLON, 2018, p. 29).

Como um movimento cíclico, as histórias se repetem e, de alguma maneira, pairava no ar a sensação de termos voltado aos anos 60. O Partido dos Trabalhadores e todos aqueles que defendem qualquer tipo de política social são considerados comunistas e, portanto, ressurgem a ideia de “ameaça comunista” no país. Pessoas saem às ruas com cartazes que pedem a volta da ditadura militar e a expurgação de Paulo Freire, o patrono da educação brasileira. Esses pedidos que nos parecem tão absurdos e nos fazem voltar ao período ditatorial são acontecimentos que podem ser analisados sob a teoria foucaultiana. Uma vez que o país supostamente se encontrava em uma situação caótica/desordenada, disseminava-se a ideia de que era preciso restabelecer a paz na nação, e isso deveria ocorrer através do exercício do poder repressivo. Diante desse cenário político e social, a figura de Jair Messias Bolsonaro, que carrega em seu nome o título de Messias, ganhava cada vez mais força, visto que seus discursos eram sempre direcionados a ideia de salvar a pátria da “ameaça comunista” que a rondava.

Com a crescente popularidade de Bolsonaro e sua assumida intenção de candidatar-se às eleições presidenciais de 2018, mais que nunca Lula parecia ser o único candidato capaz de derrotá-lo nas urnas. Entretanto, no ano de 2017, após diversos interrogatórios e processos de investigação, Lula é preso por convicção pelo juiz Sergio Moro, que logo após a vitória de Jair Bolsonaro se torna Ministro da Justiça. Mesmo com a prisão de Lula, o Partido dos Trabalhadores seguiu com sua candidatura até a data limite estipulada pelo TSE para que houvesse a divulgação de um novo candidato. Após a rejeição da candidatura de Lula, o partido divulgou, faltando apenas um mês para as eleições, a candidatura de Fernando Haddad.

Outro acontecimento muito significativo, que influenciou diretamente as campanhas eleitorais, foi a enorme propagação de notícias falsas nas redes sociais. As *fake news* tinham uma dupla função, uma vez que, além de propagar notícias falsas sobre os oponentes políticos de Bolsonaro, contribuíam também para a construção de sua imagem como o salvador da pátria, o “mito”.

No dia 28 de outubro de 2018, a herança do golpe culmina num gol nacional com a vitória de Bolsonaro (PSL) no segundo turno das eleições

presidenciais e, com sua vitória, os discursos opressores, fascistas e cerceadores ganham mais força. Momentos após a divulgação do resultado da eleição, começa a circular nas redes uma imagem postada pela deputada estadual recém-eleita por Santa Catarina Ana Caroline Campagnolo (PSL). Nesse texto, a deputada incita alunos a gravar e a denunciar os professores que em sala de aula se posicionassem contra a eleição de seu então colega de partido.

Na semana do dia 29 de outubro, muitos professores e doutrinadores estão inconformados e revoltados. Muitos não conseguirão disfarçar sua ira e farão da sala de aula uma audiência cativa para suas queixas político-partidárias em virtude da vitória do Presidente Bolsonaro (G1, 2018).

Ainda que se pareça uma prática muito absurda, incitar os alunos a gravarem a aula de um professor, para dessa maneira acusá-lo de doutrinador, vinha ocorrendo por meio de muitos adeptos ao Movimento Escola Sem Partido. Esse movimento foi criado em 2004, porém, foi a partir do ano de 2016 que de fato ocorreu um fortalecimento em suas ações. Nesse sentido, com essa declaração e incitação feita pela deputada, professores precisam enfrentar salas de aula, novamente, sob a ameaça de terem suas liberdades de expressão cerceadas. No golpe de 1964, os cerceadores eram os militares, no golpe de 2016, são os próprios alunos que fazem o papel de denunciar. Portanto, é extremamente importante o debate sobre planos de governo e políticas públicas educacionais nos estudos de linguagem, visto que se trata de um gênero do discurso fundamental para que o professor entenda as políticas que poderão reger seu trabalho a partir da eleição de determinado candidato e possam trabalhar o gênero em sala com seus alunos. Afinal, é função da escola auxiliar na formação cidadã do aluno.

Texto erva daninha: uma análise rizomática dos discursos de poder

Como uma nova maneira de organizar o pensamento, Mil Platôs (Capitalismo e Esquizofrenia) de Deleuze e Guatarri (1995) discute e defende o conceito de rizoma em oposição ao de raiz. Tomando emprestado conceitos da botânica, os autores se apropriam de determinados

termos para discutir as formas de organização do pensamento. A raiz, nesse sentido, representa um sistema de análise/organização do pensamento que se constrói por meio de uma lógica binária e genealógica. Enquanto o rizoma representa um sistema que se constrói por meio da multiplicidade e da anti-genealogia. O rizoma na botânica é um caule longo, disforme, heterogêneo, múltiplo e entrelaçado, sendo, portanto, impossível descobrir sua origem. Suas ramificações convergem e divergem entre si, se conectam, desconectam e reconectam, mudam de forma, territorializam e desterritorializam, podendo conectar-se entre si em qualquer ponto. A erva daninha é uma planta desconhecida, de caule rizomático, que nasce espontaneamente em local e momento inapropriado e que se alastra rapidamente de maneira disforme e muito resistente. Como uma erva daninha, a presente pesquisa, cujo artigo deriva-se, surge de um momento de obscurantismo social e político como forma de resistência e espalha suas ramificações disformes constituindo múltiplos sentidos. Portanto, nos propomos a construir um texto erva daninha, que surge do entremeio, se constitui por intermediações (interdiscursos) e forma um corpo heterogêneo, múltiplo e resistente.

Nesse sentido, pensando na filosofia da diferença, nos apropriaremos da afirmação dos autores logo do início da obra: “Escreveremos o Anti-Édipo” (DELEUZE & GUATARRI, 1995, p. 2). Pensando em Édipo como uma forma de estruturação do sujeito, que possui uma doença inoculada e, portanto, não consegue mudar seu percurso/destino, a escrita anti-edípiana pensa o sujeito sob uma perspectiva diferente da psicanálise Lacaniana. Interpelado pela ideologia, o sujeito subjetivo não consegue pensar para além do lugar social que ocupa, uma vez que se tem a ilusão de ser a origem do dizer. Segundo Foucault (1969), as diversas modalidades da enunciação manifestam a função dispersa do sujeito nos diferentes status, lugares e posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso. Nesse sentido, interessa entender os micropoderes que instituem os discursos. “Qual é o status dos indivíduos que têm - e apenas eles - o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito de proferir semelhante discurso?” (FOUCAULT, 1969, p. 61). E, a partir da questão levantada pelo autor, outras duas questões também formam parte importante da análise: Por que um determinado enunciado e não outro? Quais relações este enunciado estabelece com outros enunciados, de mesma natureza ou não? São essas três questões, por tanto, que guiarão a presente pesquisa.

O gênero do discurso plano de governo e a cenografia como artifício de persuasão

Em setembro de 2009, a Lei 12.034/2009 (BRASIL, 2009) altera a Lei 9.504/97 (BRASIL, 1997), que estabelece normas para as eleições. Uma alteração importante é a obrigatoriedade da apresentação de propostas defendidas pelos candidatos do poder executivo. A obrigatoriedade de tal documento é muito relevante, uma vez que poderia ser um artifício de análise e de estudo para o eleitor decidir seu voto. Entretanto, a lei apenas torna obrigatória a apresentação das propostas sem definir as características que o documento deveria ter. Nesse sentido, não existe limite ou mínimo de páginas, tampouco se exige um formato específico, o que faz com que os planos de governo sejam muito variados. É importante ressaltar que a lei de obrigatoriedade menciona a palavra “proposta” e não “plano de governo”, o que novamente dificulta a especificação do documento e a sua análise nos estudos dos gêneros do discurso.

O plano de governo é um gênero muito variável e, nesse sentido, seu caráter instável dificulta seu estudo como gênero do discurso². Entretanto, segundo a concepção bakhtiniana de gêneros do discurso, sabe-se que “cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 1997, p. 280). Portanto, é por meio desses enunciados relativamente estáveis que podemos refletir sobre as possíveis características desse gênero tão variável.

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana [...]. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas [...] (BAKHTIN, 1997, p. 280).

2 Quando realizada a busca (25/01/2021) pelos termos “plano de governo”, “gênero do discurso” e “linguística” no banco de teses e dissertações da capes não foi encontrado nenhum trabalho que abordasse o plano de governo desde a perspectiva do gênero do discurso.

Nesse sentido, os gêneros do discurso surgem da necessidade histórica de uma dada esfera da atividade humana, refletindo as especificidades, as finalidades e a relação estabelecida com os parceiros da comunicação verbal. Os planos de governo, portanto, surgem da necessidade de se discutir as propostas políticas de um candidato, para que dessa maneira, no que tange à legislação, se garanta um documento no qual conste os projetos idealizados pelo mesmo. Além de também ser um importante material de consulta para que os eleitores possam conhecer os candidatos e entender quais são os que mais se alinham a sua intenção de voto.

Souza (1999), em sua releitura de Bakhtin, propõe uma sociologia dos gêneros, que busca compreender a relação gênero-realidade-meio social. Para refletirmos sobre essa relação proposta é preciso entender o enunciado como unidade concreta na comunicação verbal, conceito que o autor nomeia “enunciado concreto”. O enunciado concreto, nesse sentido, distingue-se da oração, uma vez que esta é uma unidade da língua e, portanto, carece de expressão típica. Tomemos como exemplo a seguinte oração: você é um petista. Na dimensão da oração/língua “você é um petista” define uma pessoa como pertencente/alinhada ao Partido dos Trabalhadores. Porém, essa mesma oração dita com uma entonação ríspida por uma pessoa alinhada aos ideais neoliberais, por exemplo, recebe outro valor. Portanto, a oração não suporta a dimensão sociológica que o enunciado concreto é capaz de suportar.

Visto que a utilização da língua ocorre por meio de enunciados que emanam de integrantes de determinada esfera humana, o enunciado concreto também possui uma dimensão subjetiva. No que tange a essa subjetividade, Bakhtin (1997) diz que nenhum homem é Adão, portanto, nenhum enunciado é inédito/neutro de enunciados anteriores. Os enunciados, portanto, funcionam por meio de um duplo dialogismo, uma vez que os mesmos dialogam entre os sujeitos do discurso e os discursos em si (interdiscursividade) e, nesse sentido, são os gêneros do discurso que nos direcionam nessa relação dialógica. Tomemos nosso corpus como exemplo, o plano de governo como gênero do discurso está composto de enunciados que nos remetem a enunciados anteriores e, até mesmo nos proporciona antecipá-los, uma vez que os mesmos estão inseridos em um contexto sócio-histórico de uma esfera humana que determina suas especificidades.

Como mencionado anteriormente, os gêneros do discurso são enunciados relativamente estáveis, o que os torna bastante heterogêneos e requer

uma diferenciação em dois tipos: primários/simples e secundários/complexos. Sendo o primeiro composto por gêneros que se constituem em circunstâncias de comunicação verbal espontânea, como uma carta ou bilhete por exemplo, enquanto o segundo está composto por gêneros que se constituem em circunstâncias de comunicação mais complexas e principalmente escritas. Os gêneros secundários absorvem e modificam os gêneros primários, que a sua vez, quando incorporados a estes, se transformam e perdem sua relação de comunicação verbal espontânea. Nesse sentido, ainda que os gêneros secundários absorvam e transformem os primários, este processo é extremamente constitutivo.

Como caracterizado por Bakhtin (1997), os gêneros são tipos relativamente estáveis de enunciados. Ou seja, uma vez que a utilização da língua está intrinsecamente ligada aos gêneros e esta é fluída, a ocorrência de hibridização de gêneros é muito comum. Entretanto, para além da hibridização dos gêneros, Maingueneau (2009) discute e caracteriza a “Cena de enunciação”, um conceito muito fundamental para entender a influência do gênero na constituição dos enunciados e em seu processo de persuasão. A enunciação, nesse sentido, advém de um espaço instituído definido pelo gênero e a cena de enunciação é a representação da situação enunciativa e está dividida em 3: cena global, cena genérica e cenografia.

A cena global está relacionada ao tipo de discurso que o texto corresponde, ex: discurso religioso, político, jornalístico, etc. A cena genérica é definida pelo gênero do discurso, ou seja, pelo suporte material, o modo de circulação e as outras características que nos remetem a um gênero específico. Enquanto a cenografia coloca em segundo plano a cena genérica e faz com que o co-enunciador seja envolvido por outra cena. Trata-se de uma dimensão criativa do discurso, na qual engendra-se o simulacro de um momento, de um espaço e dos papéis sociais conhecidos e compartilhados culturalmente, a qual o autor denomina “cena validada”. A cenografia, portanto, é o conceito sobre o qual nos debruçaremos para analisar e entender os jogos de palavras, as relações de poder e a forma de apresentação do plano de governo de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018.

Começaremos, dessa maneira, com uma breve descrição da área da educação no plano em análise. A seção dedicada à educação divide espaço com a área da saúde e possui apenas 14 páginas que se assemelham a 14 slides, visto que é essa a sensação que temos ao ler o documento. Os *slides* possuem diversas imagens, textos curtos escritos com letras grandes e, em algumas situações, marcados por cores chamativas.

Figura 1: A educação como caminho ao céu



Capa da seção da educação do plano de governo de Jair Bolsonaro

“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, esse é o slogan da campanha de Jair Messias Bolsonaro, que aparece no canto superior esquerdo de cada página de seu plano de governo. As imagens das mãos direcionadas ao céu e o slogan nos remetem a uma cenografia que mais se assemelha a um folheto religioso, que nos ensina como traçar o caminho dos céus e alcançar a salvação. Pensando o plano de governo como um gênero construído para apresentação e discussão de propostas de governo e considerando que o Brasil é um país laico, menções a um determinado deus ou religião fogem completamente do que se espera encontrar nesse gênero. Entretanto, essa fuga está longe de ser algo acidental, é ela a cenografia que cria todo o simulacro a partir das cenas validadas (imagens e slogan) e que tem por objetivo persuadir seu co-leitor.

A constituição de 1988 em seu art. 22, inciso I dispõe que: “É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.”. O conceito de laicidade, nesse sentido, parte do princípio de que o Estado não deve exercer nenhum poder religioso, para que dessa maneira, todos tenham o direito de escolha religiosa, ou até mesmo o direito de não ser religioso e, assim, todas as crenças sejam respeitadas e não estejam relacionadas à esfera política. Portanto, quando se faz menção a um

deus específico em um documento público, ou ainda mais forte, quando se levanta a bandeira que esse Deus está acima de todos, há uma clara hierarquização de um enunciado em detrimento do outro, de uma crença em detrimento de todas as outras.

Figura 2: Doutrinação marxista: um mal a ser combatido

BRASIL ACIMA DE TUDO
DEUS ACIMA DE TODOS

GESTÃO É IMPORTANTE, PORÉM,
conteúdo, forma e estratégia precisam mudar!

Além de mudar o método de gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impedindo a aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas. Hoje, não raro, professores são agredidos, física ou moralmente, por alunos ou pais dentro das escolas.

Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação.

As universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa. Enfim, trazer mais ideias que mudaram países como Japão e Coréia do Sul.

Educação à distância: deveria ser vista como um importante instrumento e não vetada de forma dogmática. Deve ser considerada como alternativa para as áreas rurais onde as grandes distâncias dificultam ou impedem aulas presenciais

BOLSONARO2018

Página da seção da educação do plano de governo de Jair Bolsonaro

O primeiro parágrafo está repleto de enunciados que nos remetem a outros similares proferidos por Bolsonaro ou por outros integrantes do governo. A expurgação da “ideologia de Paulo Freire” das escolas é um enunciado que vem sendo proferido incessantemente desde as manifestações pró-golpe de 2016 em diferentes situações, por diferentes sujeitos e sob diferentes gêneros. Ademais, esse enunciado específico já nos antecipa que se mencionará o estigma da doutrinação escolar, como logo abaixo se destaca em vermelho. Expurgação, ideologia, disciplina e dogma compõem o discurso político educativo que mais se assemelha a um discurso militar-religioso.

A expurgação de Paulo Freire simboliza a purificação das escolas que supostamente estão tomadas por esse “mal”. Além disso, outro mal a ser

combatido seria a doutrinação ideológica que, disfarçada de discurso contra a ideologia, funciona como um mecanismo de silenciamento de determinados enunciados em detrimento de outros. A universidade que há anos tem sido um lugar de formação de produção de ideias e de formação de cidadãos críticos, segundo as propostas expostas na imagem acima, deveria se transformar no lugar da produtividade, da riqueza e do empreendedorismo. A educação à distância, tão complexa e delicada considerando a diversidade social brasileira, deveria ser considerada para as áreas rurais, uma vez que as distâncias dificultam as aulas presenciais. Entretanto, essas áreas já sofrem constantemente com problemas de segregação social, nesse sentido, a proposta de educação à distância só reforçaria essa segregação e impossibilitaria que essas crianças tivessem acesso a importante socialização que o ambiente escolar proporciona.

Considerações finais

Como fruto de uma pesquisa em andamento, o presente projeto encontra-se em processo de construção e, portanto, não apresenta resultados finais. Entretanto, a partir das análises realizadas até o momento, podemos concluir que o discurso religioso permeia todo o discurso da educação por meio das cenografias religiosas que envolvem o plano de governo. Dessa maneira, ressaltamos a relevância do estudo do gênero plano de governo na formação docente, uma vez que é por meio da análise desse documento que entenderemos as propostas que poderão reger nosso trabalho e, portanto, seremos capazes de identificar/reconhecer o lugar que nos será atribuído no governo em questão. Por conseguinte, para cumprir o objetivo de refletir sobre os sentidos atribuídos à educação e ao papel do professor instituídos no plano de governo de Bolsonaro e em outros enunciados que o circundam, nos propomos a analisar, além do plano, alguns discursos de posse de Ministros da Educação.

Referências

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 2. ed. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

- _____. *Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm>. Acesso em 23 de junho de 2020.
- _____. *Lei 13.429, de 31 de março de 2017*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm>. Acesso em 24 de junho de 2020.
- _____. Tribunal Superior Eleitoral. *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*. Brasília, DF, 2018. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>>. Acesso em 05 de janeiro de 2021.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs (Capitalismo e Esquizofrenia)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora 34.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 21. ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2005b.
- _____. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.
- GI. *Deputada estadual do PSL eleita por SC incita alunos a filmar e denunciar professores*. Santa Catarina, 29 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/eleicoes/2018/noticia/2018/10/29/deputada-estadual-do-psl-eleita-por-sc-incita-alunos-a-filmar-e-denunciar-professores.ghtml>>. Acesso em 15 de junho de 2020.
- MAINGUENEAU, D. *Análisis de Textos de Comunicación*. 1. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2009.
- SAVIANI, D. *A crise política e o papel da educação na resistência ao golpe de 2016 no Brasil*. In: *O golpe de 2016 e a educação no Brasil*, 1, 2018, Universidade Estadual de Campinas. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018, p. 27-46.
- SOUZA, G. T. *Introdução à teoria do enunciado concreto*. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 1999.
- SPIGOLON, N. I. *Formação de professores: o Estado pós-democrático, a ditadura e os golpes de 1964 e 2016 no Brasil*. In: *O golpe de 2016 e a educação no Brasil*, 1, 2018, Universidade Estadual de Campinas. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018, p. 123-140.

Créditos das imagens

Figura 1: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*. Brasília, DF, 2018, p. 36. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>>. Acesso em 05 de janeiro de 2021.

Figura 2: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*. Brasília, DF, 2018, p. 46. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>>. Acesso em 05 de janeiro de 2021.

OS LETRAMENTOS MARGINALIZADOS E OS LIVROS DIDÁTICOS DE ESPANHOL: QUAIS SENTIDOS SÃO CONSTRUÍDOS?

Mateus Camelo de Oliveira¹

Introdução

Este artigo visa a apresentar a pesquisa em andamento no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense. Busco, primeiramente, fazer uma breve contextualização, apresentando as motivações e justificativas que me levaram a pesquisar, a nível de pós-graduação, os letramentos de reexistência (SOUZA, 2009; 2011) nos livros didáticos (LD) de espanhol. Em seguida, apresento a metodologia da investigação, relacionando com os principais referenciais teóricos sudeadores (KLEIMAN, 2013) da pesquisa. Por fim, trago o esboço da análise, com as atividades selecionadas dos LDs que fazem parte do corpus do trabalho.

A motivação de investigar, no mestrado, os letramentos de reexistência, definidos por Souza (2009; 2011) como práticas sociais linguístico-discursivas contestatórias, reivindicatórias, singulares, múltiplas e historicamente situadas, manifestadas por meio da cultura de reexistência, parte, principalmente, da minha experiência como bolsista de espanhol no Colégio Universitário Geraldo Reis (COLUNI/UFF), quando participei

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense, Linha 2 - Teorias do texto, do Discurso e da Tradução. Orientadora: Profa. Dra. Luciana Maria Almeida de Freitas; e Coorientado: Prof. Dr. Valdney da Costa Lobo.

como bolsista do *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência* (PIBID/UFF), em 2016, e do *Programa Licenciaturas da UFF*, em 2018. Ambos os projetos foram importantes para que algumas reflexões e indagações surgissem quanto ao ensino de Espanhol na Educação Básica, sobretudo na escola pública.

De acordo com Souza (2009; 2011), a cultura de reexistência é aquela que encontramos, em sua maioria, nos espaços públicos, pintada nas paredes, nos muros ou nos grandes murais dos *lôcus* urbanos, é a arte periférica, de rua, estigmatizada e que traz, em suas letras, forte teor de denúncias relacionadas a temas presentes no cotidiano, principalmente de indivíduos moradores dos grandes centros urbanos, onde as diferenças de classe, raça, gênero etc. são potencializadas e, conseqüentemente, as reações a elas são igualmente acentuadas, podendo ser identificadas em atitudes preconceituosas diversas, como o racismo, a xenofobia, o feminicídio, a LGBTfobia, entre tantas outras.

Alguns sujeitos periféricos encontram na cultura de reexistência uma forma de se manifestar, de romper preconceitos e visões cristalizadas, que os veem como pobres coitados, destinatários de políticas reparadoras e não afirmativas, segundo Arroyo (2014). Lobo (2018) reitera que, ao usarem a arte como instrumento de denúncia de situações de abandono ocasionadas pelo Estado, eles são vistos como inimigos a serem neutralizados, e, por isso, podemos notar o tratamento diferenciado, de menor importância e pouco espaço, dado, na educação formal, aos letramentos produzidos pelos grupos minoritários, uma vez que representariam uma ameaça às intenções de manutenção do domínio das classes historicamente assujeitadas ao padrão de saber do colonizador.

A primeira reflexão nascida a partir das minhas experiências como estagiário nos projetos citados é como os alunos se engajaram e se mostraram interessados pelas temáticas problematizadas por meio desses letramentos de reexistência. A explicação para o engajamento dos discentes a essa temática estaria no fato desses letramentos chamarem atenção para questões urgentes da sociedade, e que fazem parte da vivência de muitos alunos da instituição. Vale ressaltar que os alunos do colégio ingressam por meio de sorteio, sem prova de acesso, e são oriundos de diferentes contextos socioeconômicos, entre eles, periferias da cidade de Niterói e municípios limítrofes. Por isso, é possível encontrarmos na instituição um grupo de discentes bastante heterogêneo que experienciam constantemente no seu cotidiano práticas linguístico-discursivas de reexistência.

Para Arroyo (2014), as reações às tentativas de ressignificar as imagens historicamente construídas dos sujeitos à margem do desenvolvimento social e econômico são imediatas, pois não interessa ao Estado questionamentos que coloquem as suas políticas sociais em xeque. Como nos mostra o autor: “Quanto mais se afirmam os coletivos como existentes, emancipáveis, copresentes nos campos e periferias, na escola e na universidade, maior a reação reafirmando sua inexistência” (ARROYO, 2014, p. 52).

Dessa forma, partindo da premissa de que os letramentos de reexistência (SOUZA 2009; 2011) são tradicionalmente pouco valorizados pelo ensino formal, como afirma Lobo (2018), busquei investigar, em primeiro lugar, em que medida os LDs de espanhol aprovados pelo *Programa Nacional do Livro Didático* (PNLD), de 2011 até a sua última edição, em 2018, para os Ensinos Fundamental e Médio, abrangem, em suas atividades, os letramentos de reexistência, considerando-os como práticas sociais contestadoras, que objetivam à transformação da realidade que cerca os sujeitos periféricos, como nos afirma Souza (2009; 2011).

Após esse levantamento inicial², que me levou a duas coleções completas para o Ensino Médio, ambas do PNLD 2018, quais sejam: *Sentidos en lengua española*, 1ª ed. de 2016, das autoras Elzimar Goetteanuer de Marins Costa e Luciana Maria Almeida de Freitas; *Confluencia*, 1ª ed. de 2016, de autoria de Paulo Pinheiro-Correa, Xoán Carlos Lagares, Cecilia Afonso, Lilian Reis dos Santos e Maria Fernanda Garbero; além de dois exemplares do nono ano do Ensino Fundamental, do PNLD de 2017: *Español Entre Líneas*, 1ª edição, 2015, das professoras Rosemeira Silva, Luiza Martins e Ana Beatriz Mesquita; *Por el Mundo en Español*, 1ª edição, 2015, escrito por Alice Moraes, Diego Vergas, Flávia Paixão e Marina Martins. Nesses materiais, analiso de que maneira são apresentados e trabalhados os letramentos supracitados, ou seja, relaciono os conceitos teóricos basilares de minha investigação ao exame das atividades que formam parte do corpus desta pesquisa.

Examino, dessa forma, quais vozes se materializam nos textos verbais e verbo-visuais que compõem as unidades didáticas por mim analisadas,

2 O levantamento consistiu na sondagem das unidades didáticas de todos os exemplares aprovados dentro do período citado no texto. Como já era esperado, a ocorrência de letramentos de reexistência nesses materiais foi pouca. Em alguns LDs, encontramos de forma esporádica, o que não nos permitiria uma análise apurada, levando-nos ao recorte atual do corpus da pesquisa.

lançando mão do conceito de dialogismo e de ideologia do Círculo de Bakhtin, que afirma que a linguagem se faz possível, predominantemente, com a presença de interlocutores, o que reforça o seu caráter dialógico, uma vez que o enunciador, ao produzir o seu enunciado, sempre leva em consideração o interlocutor direto ou indireto. Desse modo, o tema da palavra, isto é, o caráter único e inédito do enunciado, é dado em cada interação específica, construído pelos interlocutores, transformando tanto o autor quanto o interlocutor em donos temporários daquele enunciado que hospedará, por tempo determinado, um sentido singular e particular.

A comunicação discursiva nunca poderá ser compreendida nem explicada fora dessa ligação com a situação concreta. [...] A língua vive e se forma no plano histórico justamente aqui, na comunicação discursiva concreta, e não no sistema abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes (VOLÓCHINOV, 2017, p. 220. Grifos do autor).

Temos, então, a primeira característica essencial do dialogismo, o fato de o tema ser construído somente na e pela interação entre os sujeitos, dentro de um conjunto dinâmico de infinitas combinações possíveis de significações que só serão validadas no momento em que forem selecionadas e realizadas. No entanto, para que não perca totalmente o seu sentido, o tema deve apoiar-se em um sentido, para que assim mantenha uma conexão com os enunciados já produzidos e os que ainda serão realizados, como nos mostra Volóchinov.

Contudo, há ainda um segundo fator importante relacionado ao caráter dialógico da linguagem, que é a noção de polifonia. Ao comentarmos que os discursos relacionados às artes marginais são, em sua maioria, uma reação a imagens preconceituosas, chamamos a atenção para o fato de esses discursos estarem relacionados a outros já proferidos. E, portanto, os enunciados desenvolvidos por essas artes seriam uma forma de resposta dentro de uma imensa cadeia discursiva que, por sua vez, provocariam outras respostas, formando uma relação entre vozes presentes de forma explícita ou não nos enunciados.

A polifonia combina-se com a primeira faceta do dialogismo, o tema, na medida em que o discurso, ao ser recuperado em uma outra cena enunciativa, por outros atores, com outras intenções comunicativas,

torna-se singular. Então, ao mesmo tempo que ele apresenta o caráter polifônico, ele apresentará também um ineditismo.

No caso das artes marginais, ao chamarem atenção para as questões urgentes do seu cotidiano, elas instauram como interlocutores de seus enunciados não somente aqueles que admiram esse tipo de manifestação urbana, mas também o Estado, possuidor das condições de transformação dessas realidades. O sentido dessas manifestações só pode ser compreendido se entendermos de qual contexto social periférico elas partem.

O trabalho com os discursos marginalizados em sala de aula, com a perspectiva dialógica da linguagem, permite-nos a construção de uma educação linguística que vai além do conteúdo gramatical, pois abre a possibilidade para a formação de uma consciência transformadora. Como afirma Volóchinov, por meio da palavra, eu me formo e formo o meu interlocutor. Funcionando como uma ponte, a palavra – resultado das inter-relações sociais – liga o autor ao interlocutor e vice-versa, é “o território comum entre o falante e o interlocutor” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 204).

Desse modo, trabalhar com os discursos produzidos pelos sujeitos subalternizados é validar as suas narrativas anticolonialistas e antirracistas. É permitir a formação do eu em diálogo com os discursos periféricos produzidos por sujeitos em igual situação, colocando no centro do conhecimento visões que antes não tinham tanto espaço no lugar formal de ensino, mesmo esse sendo destinado também aos grupos minoritários.

Nessa concepção, não é possível ver a linguagem indissociável do contexto histórico, cultural e social em que ela está inserida, uma vez que a comunicação se desenvolve sempre entre sujeitos que estão inseridos em um dado momento histórico, pertencentes a uma cultura e a um contexto social específicos. Por isso, Bakhtin aponta para o caráter ideológico da linguagem, pois, ao enunciar, o sujeito deixa evidente as marcas ideológicas, isto é, as ideias, visões e concepções de mundo que carrega consigo e que são resultados do contexto em que está introduzido.

Se a língua é determinada pela ideologia, a consciência, portanto o pensamento, a “atividade mental”, que são condicionados pela linguagem, são modelados pela ideologia. Contudo, todas estas relações são inter-relações recíprocas, orientadas, é verdade, mas sem excluir uma contra-ação. O psiquismo e a ideologia estão em “interação dialética

constante”. Eles têm como terreno comum o signo ideológico: “O signo ideológico vive graças à sua realização no psiquismo e, reciprocamente, a realização psíquica vive do suporte ideológico” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 17).

Observamos, então, a relação indissociável e recíproca entre o signo ideológico, a ideologia, definida como a consciência do sujeito, a situação social, ou seja, o contexto de enunciação e a própria linguagem. Pois, ao mesmo tempo em que o nosso pensamento, aí incluído o signo ideológico, ganha forma pela linguagem, essa é afetada pela ideologia, isso é, pelo pensamento. Assim, encaminho-me para primeira seção deste trabalho, na qual procuro examinar de que maneira tais atividades promovem o renarrar e a resignificação acerca dos sujeitos periféricos e dos letramentos produzidos por eles, já que uma das funções primordiais do LD é, segundo Coracini (2011), não só de contribuir para a formação intelectual do aluno, mas também para a sua formação como sujeito social, uma vez que esse é levado a participar ativamente de diversas situações na comunidade em que faz parte.

O LD como instrumento de saber e poder

Para muitos pesquisadores de manuais escolares, dentre eles destaco Bittencourt (2004) e Hidalgo (2013), os LDs são tidos como principal instrumento – e muitas vezes o único – no processo de ensino-aprendizagem a que os discentes e docentes terão acesso na sala de aula, o que, segundo Coracini (2011), faz com que o LD tenha um grande prestígio pela escola e sociedade, que o legitimam.

O LD funciona como uma importante fonte da história da educação de um povo, como salienta Corrêa (2000), já que nele podemos encontrar informações importantes que refletem políticas de ensino, concepções de língua e linguagem, visões e valores da sociedade. A autora salienta que ele não pode ser considerado alheio às relações socialmente construídas, como se estivesse resguardado de todo e qualquer tipo de ideologia. Pelo contrário, ele está situado nas estruturas de dominação e é uma importante ferramenta empregada na propagação de ideias e de modelos cristalizados como verdades a serem transmitidas às novas gerações.

Nesse sentido, então, esse tipo de fonte pode servir como um indicador de projeto de formação social desencadeado pela escola. Isso é permitido por meio das interpretações que podem ser feitas, quer em termos do conteúdo, quer de discurso, sem deixar de levar em consideração aspectos referentes à temporalidade e espaço. O que, por sua vez, possibilita indagar sobre a que e a quem serviu como um dos instrumentos da prática institucional escolar. Nesse aspecto particular, vincula-se à história das instituições escolares e, amplamente, à das políticas educacionais (CORRÊA, 2000, p. 13).

Em outras palavras, ter como corpus de investigação o LD permite-nos observar o que a autora chama de “projeto de formação social” que se inicia dentro da escola e se propaga por toda a sociedade. Os sujeitos capazes de levar adiante um projeto de país estão nesse território, por isso a importância do material didático que por aí circula.

Alonso (2011) concebe o LD levando em consideração justamente o fator memória. Para o autor, esse funciona como espaço de lembrança, onde podemos encontrar valores culturais relacionados à questão da moral, da religião, da ética, da política etc. de maneira explícita ou implícita, possibilitando-nos analisá-lo não só como instrumento pedagógico, mas também como um registro da história.

Como nos mostra Hidalgo (2013), o LD é portador de sentidos, já que aí operam distintas seleções, desde a sua composição até o seu emprego nas escolas.

Portanto, se o currículo escolar constitui uma seleção cultural de conteúdos, atividades e estratégias didáticas objetivando o sucesso da aprendizagem, o livro didático converte-se em uma nova maneira de seleção baseada na primeira, em uma espécie de re-seleção, pois a intenção dele é a criação de atividades específicas em sala de aula, que signifiquem, no nível micro, a concretização de um planejamento a nível macro, de todo um sistema educativo, assim como de um nível intermediário,

referido à visão curricular de uma instituição de ensino específica (HIDALGO, 2013, p. 122, tradução minha)³.

O currículo, a filosofia de ensino de uma instituição, as visões de sociedade, de ensino, de nação estão marcados pela operação de seleção pela qual todo livro didático passa. E é justamente nesse movimento seletivo que podemos observar as ideologias dominantes e o julgamento de valores em jogo. Imagens de grupos sociais são difundidos por meio de saberes escolares esquematizados e simplificados.

Choppin (2004) apresenta quatro funções essenciais do livro didático: a referencial, a instrumental, a documental e a ideológica e cultural. Vale ressaltar que tais funções, como nos mostra o autor, não são fixas, pelo contrário, elas variam de acordo com o contexto histórico em que o LD está inserido.

Interessa-nos, nesse momento, a função ideológica e cultural do LD. Segundo Choppin (2004), o LD passa a incorporá-la no momento em que se torna, juntamente com a formação dos estados nacionais, no século XIX, um dos principais instrumentos de propagação, manutenção e valorização da língua, da cultura e dos valores das classes dominantes. Ademais, mostra-se, nas palavras do autor, como um instrumento privilegiado de construção de identidade.

Alonso (2011) ajuda-nos a refletir sobre o tema, mostrando que a função seria justamente a de transmitir os valores das classes que detém o poder econômico e o controle de acesso ao conhecimento. E isso, segundo o historiador, se dá unindo os aspectos didático-pedagógicos aos políticos, morais e culturais implícitos.

O autor afirma que os aspectos ideológicos nem sempre estão explícitos, mas podem ser constatados por determinadas maneiras de se dar ênfase a algum dado/tema; ou, ainda, pelo silêncio com que são tratados outros assuntos, uma vez que a não presença deles também expressa a ideologia de uma determinada época, sociedade e Estado.

3 Original: “Por lo tanto, si el currículo constituye una selección cultural de contenidos, actividades y estrategias didácticas tendientes al logro del aprendizaje, el libro de texto viene a convertirse en una nueva selección basada en la primera, en una especie de re-selección, pues su afán recae en la concreción de actividades específicas en el salón de clase, que vienen a significar a un nivel micro la concreción de una planificación a un nivel macro, de todo un sistema educativo, así como de un nivel meso, referido a la visión curricular de la institución de enseñanza en particular.”

Finalmente, o manual escolar é um vetor ou meio de comunicação pelo qual se difundem sistemas de valores, ideologias e, em geral, imagens dos grupos sociais e da sociedade em que emergem, que foram empregados como mecanismos socializadores para as novas gerações. O manual escolar pode conter concepções ideológicas, morais, religiosas, políticas, éticas, antropológicas e projetos de sociedade, de maneira explícita ou tácita, tanto no que diz como naquilo que não diz. Com base nisso, é possível pensar em uma análise do manual escolar não só como um instrumento para a educação, mas também como um registro no qual se podem rastrear processos culturais e políticos além das fronteiras das instituições educativas, desde distintas perspectivas entre as quais cabe destacar a histórica, a sociológica, a antropológica e a comunicacional (ALONSO, 2011, p. 208, tradução minha)⁴.

Portanto, além de um instrumento educacional, vemos que o LD funciona como uma importante fonte na qual verificamos, por distintas perspectivas, os processos culturais e políticos de uma determinada sociedade. No caso dos letramentos marginais, observamos uma tendência ao silenciamento, e, conseqüentemente, um apagamento dos discursos a eles vinculados e dos sujeitos indesejáveis socialmente.

No entanto, tal situação vem mudando ao longo dos últimos anos. Muitos trabalhos já se voltam para a questão dos letramentos de reexistência, como é o caso dos trabalhos recentes realizados pelos pesquisadores Souza (2009; 2011) e Lobo (2018). Essa mudança de perspectiva, como nos mostra Choppin (2004), está relacionada a uma série de fatores, dentre os

4 Finalmente, el manual escolar es un vector o medio de comunicación por el que se difunden sistemas de valores, ideologías y en general imágenes de los grupos sociales y de la sociedad en que emergen, que han sido empleados como mecanismos socializadores para las nuevas generaciones. El manual escolar puede contener concepciones ideológicas, morales, religiosas, políticas, éticas, antropológicas y proyectos de sociedad, de manera explícita o tácita, tanto en lo que dice como en lo que calla. Con base en esto, es posible pensar en un análisis del manual escolar no sólo como un instrumento para la educación sino como un registro en el que se pueden rastrear procesos culturales y políticos allende las fronteras de las instituciones educativas, desde distintas perspectivas entre las que cabe destacar la histórica, la sociológica, la antropológica y la comunicacional. (Op. cit.).

quais está a reivindicação de grupos minoritários pela criação ou recuperação de uma identidade cultural. Tendo essas considerações em mente, apresento, na seção seguinte, o esboço da análise em andamento.

Análise e resultados parciais

Em cada exemplar de LD analisado, uma ou mais unidades foram selecionadas, levando-se em conta os objetivos deste trabalho. Na tabela abaixo, apresento as unidades e os respectivos LDs em que foram encontradas atividades que contemplam os letramentos de reexistência (SOUZA, 2009).

Tabela 1 - Unidades didáticas selecionadas

Entre líneas 9º ano	Por el mundo en español 9º ano	Sentidos 1º ano EM	Sentidos 2º ano EM	Sentidos 3º ano EM	Confluencia 1º ano EM	Confluencia 2º ano EM	Confluencia 3º ano EM
Unid. 2	Unid. 2	Unid. 1	Unid. 3			Unid. 1	
Unid. 3	Unid. 3	Unid. 4				Unid. 3	
Unid. 4							
Unid. 6							

Fonte: arquivo pessoal do autor.

Por questão de delimitação de espaço, optei por fazer um recorte e trazer, neste artigo, a análise da unidade 2 da obra *Entre Líneas*, de Rosemeire Silva, Luiza Martins e Ana Beatriz Mesquita. A coleção possui uma apresentação em espanhol dirigida ao estudante. As autoras começam salientando a importância de aprender uma língua estrangeira, que vai além da necessidade comunicativa entre indivíduos, mas é uma forma, segundo o texto de apresentação, de se conectar consigo e com os outros, com outras realidades, costumes e culturas. O texto segue apontando o objetivo da coleção, cuja finalidade é criar possibilidades de uso da língua, permitindo ao estudante se comunicar em espanhol em diferentes contextos, bem como apresentar informações sobre o mundo hispânico e as manifestações culturais dos hispanofalantes, incentivando, dessa forma, o respeito e o diálogo entre os povos.

Segundo essa apresentação, os temas abordados na coleção partem do interesse dos estudantes e de suas realidades. Eles propiciam, por meio das atividades propostas, a construção de novos contextos, conhecimentos e reflexões acerca de si e do outro. Contribuem para o desenvolvimento da

consciência crítica do estudante, a quem elas chamam de agentes de transformação em diferentes níveis e aspectos da vida, e da sua formação como cidadãos munidos de direitos e deveres.

A obra do nono ano do Ensino Fundamental, a que me proponho a analisar aqui, é dividida em oito unidades. No final de cada duas, há uma revisão. Cada unidade apresenta oito seções, que irão focar em um ou mais aspectos da aprendizagem da língua estrangeira, e uma subseção.

Do volume do nono ano, foram selecionadas quatro unidades para serem analisadas, uma vez que, pela temática abordada em cada uma, elas estão suscetíveis a apresentarem letramentos de reexistência, foco dessa pesquisa. No entanto, para este esboço, como mencionado, privilegiei apenas uma, cuja temática são as artes de rua.

À luz das referências teóricas aqui expostas e discutidas, parto para a análise da primeira unidade selecionada, unidade dois, *Entre calles, muros y paredes: el arte para todos*. Essa unidade é aberta com uma foto de um grafite pintado em uma escada do morro da Providência, no centro do Rio de Janeiro. O grafite pintado nos degraus da escada apresenta o rosto de uma mulher de meia idade, em preto e branco, com uma das mãos levada ao rosto, aparentando cansaço. Não há, no entanto, nenhuma contextualização acerca dessa obra, nem mesmo a localização de onde ela foi pintada. As perguntas de pré-leitura buscam detectar de maneira geral o conhecimento prévio dos estudantes sobre os grafites e as artes de rua.

Contudo, com uma breve investigação, conseguimos encontrar algumas informações relevantes a respeito desse grafite que nos leva até uma história de reexistência de uma mãe moradora da comunidade que teve o seu filho brutalmente assassinado. Perguntamo-nos, então, o porquê do silenciamento dessas informações, uma vez que elas dariam um direcionamento para além do valor estético do grafite em questão.

As perguntas de leitura e de pós leitura que seguem, baseadas em dois textos, um sobre os irmãos brasileiros grafiteiros, *Os gêmeos*, e outro sobre o Muralismo Mexicano, focam, em geral, em questões de interpretação dos textos, algumas outras voltam-se para aspectos linguísticos-gramaticais da língua, enquanto duas, do conjunto de catorze, incentivam a reflexão crítica dos discentes em relação ao contexto de produção e circulação dos grafites.

Ao trazer o grafite e o Muralismo, as autoras propiciam a ampliação do conhecimento de mundo dos estudantes em relação a dois movimentos

que nasceram a partir da reexistência. Por um lado, o grafite dos irmãos brasileiros que se destacam por representar em suas obras sujeitos marginalizados, por outro o movimento popular mexicano de revolução. Embora o grafite não seja proveniente do Brasil, ganhou muitos adeptos, em especial a partir do final da década de 1980. Segundo Souza (2009), a cultura *hip hop*, da qual o grafite faz parte, chega às grandes metrópoles do mundo com forte adesão da população jovem.

A cultura hip hop chama a atenção pela capacidade ímpar de aglutinar um grande número de jovens em torno das atividades que realiza: festivais, oficinas e encontros que envolvem a elaboração de grafites, as performances de dança e música, a produção de vídeos e a circulação de materiais informativos via impressa, eletrônica ou digital (SOUZA, 2009, p. 22).

O grafite é um movimento que nasce nos Estados Unidos da América, no final dos anos de 1970, por sujeitos em sua maioria negros, oriundos da periferia das grandes cidades norte-americanas e que, portanto, surge como uma forma de reexistência e grito de liberdade desses sujeitos marginalizados pela sociedade norte-americana. Atualmente, como nos mostra Souza (2009), o grafite ganhou mais prestígio, podendo ser encontrado em exposições em galerias de arte, mas como salienta a autora, geralmente esses artistas de maior prestígio que chegam, inclusive, a serem convidados para pintarem em determinados espaços urbanos são brancos e de classe média, o que destoava da proposta original.

Estando nas bases da tese, no que se refere ao universo do hip hop, as práticas de letramentos são voltadas para a concretude da vida dos ativistas, relacionando-se às questões culturais e políticas e visando, de alguma maneira, ampliar suas possibilidades de inserção em um lugar de crítica, contestação e de subversão no qual, como sujeitos de direitos e produtores de conhecimentos, possam forjar espaços e atuar dentro e fora da comunidade em que vivem. Inserir-se nesses lugares provoca a inscrição em uma complexa rede de relações sociais, na qual, por meio dos discursos, é negociada a ocupação e a sustentação de formas de participação

social compromissadas com as transformações das relações sociais e raciais (SOUZA, 2009, p. 22-23).

As seções seguintes da unidade analisada irão focar em diferentes habilidades desejáveis no ensino de uma língua estrangeira, desde a produção escrita e oral, até a compreensão auditiva, apresentando diferentes manifestações artísticas que têm em comum o ambiente em que elas ocorrem, ou seja, a rua.

Observamos que, de modo geral, as questões propostas na unidade sobre a temática dos letramentos periféricos abordam as questões sociais que estão vinculadas a esses movimentos, chamando atenção para o fato de a estética ser empregada em função da transformação do social, do espaço e da realidade em que estão inseridos. Ao optar pelo Muralismo, por exemplo, as autoras mostram como a arte já foi empregada em outros contextos, até mais difíceis que o nosso, para questionar, desestabilizar e transformar as estruturas de poder da sociedade.

Outro ponto positivo da unidade, foi apresentar a dança de rua desde o seu contexto de reexistência, que deu origem ao movimento e que será manifestado nos movimentos da dança, no emprego da língua e até nas vestimentas dos dançarinos e dançarinas, como afirma Souza (2009; 2011).

Referências

- ALONSO, G. D. S. Los manuales escolares como posibilidad investigativa para la historia de la educación: elementos para una definición. *Rev. Hist.edu.latinoam.*, Tunja, n. 16, p. 199-224, enero-jun., 2011.
- ARROYO, M. G. *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1954-1955]. p. 261-306.
- BITTENCOURT, C. M. F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/ao8v30n3.pdf>

- CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- CORACINI, M. J. R. F. O Livro Didático de Língua Estrangeira e a Construção de Ilusões. In: CORACINI, M. J. (org.). *Interpretação, Autoria e Legitimação do Livro Didático*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p. 105 - 124.
- CORRÊA, R. L. T. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. *Cadernos Cedes*, Campinas, ano XIX, n. 52, p. 11-24, nov. 2000.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, L. M. A.; COSTA, E. G. M. *Sentidos en lengua española - 2º ano do Ensino Médio*. 1. ed. São Paulo: Richmond, 2016. p. 78-83.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HIDALGO, C. R. El potencial curricular de los libros de texto para generar experiencias de aprendizaje. *Educación*, San Pedro, v. 37, n. 1, p. 119-129, ene./jun. 2013. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/educacion/article/view/10634/10031> ou <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=44028564006>
- LOBO, V. C. *Educação de reexistência no ensino de língua espanhola: problematizando discursos racistas e xenófobos na produção de tiras em quadrinhos e de uma unidade temática*. 2018. 215 f. Tese. (Doutorado em Linguística Aplicada). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2018.
- LOBO, V. C. et. al. Vozes dissidentes no livro didático de espanhol em uso na escola pública. In: BARROS, C. S.; MARINS-COSTA, E. G.; FREITAS, L. M. A. (orgs.). *O livro didático de espanhol na escola brasileira*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018, p. 387-403.
- KLEIMAN, A. B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola In: KLEIMAN, A. B. (org.) *Os significados do letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.
- _____. Agenda de pesquisa e ação em Linguística Aplicada: problematizações. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Linguística Aplicada na Modernidade Recente: Festschrift para Antonieta Celani*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2013.

- MEC, 2009. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/13106-edital-pnld-2021>. Acesso em: 27/07/2020
- MOITA LOPES, L. P. A nova ordem mundial, os parâmetros curriculares nacionais e o ensino de inglês no Brasil: a base intelectual para uma ação política. In: BARBARA, L.; RAMOS, R. C. G. (org.). *Reflexão e ações no ensino-aprendizagem de línguas*. São Paulo: Mercado de Letras, 2003, p. 29-57.
- ROJO, R. Letramentos: práticas de letramento em diferentes contextos. In: ROJO, R. *Letramentos múltiplos: escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009, p. 95-121.
- ROJO, R; MOURA, E. (orgs) *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- SILVA, R.; MARTINS, L.; MESQUITA, A. B. *Español entre líneas - 9º ano do Ensino Fundamental*. 1ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. p. 30-51.
- SOUZA, A. L. S. *Letramentos de Reexistência: cultura e identidade no movimento HIP-HOP*. 2009. 219 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas.
- _____. *Letramentos de Reexistência: Poesia, grafite, música, dança: Hip-hop*. São Paulo: Parábola, 2011.
- SOUZA, D. M. de. Livro Didático: Arma Pedagógica?. In: CORACINI, M. J. (org.). *Interpretação, Autoria e Legitimação do Livro Didático*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p. 93-103.
- URZÊDA-FREITAS, M. T. Educando para transgredir: reflexões sobre o ensino crítico de línguas estrangeiras/inglês. *Trabalhos Em Linguística Aplicada*, n. 51(1), p. 77-98, 2012.
- VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem (1929). 1. ed. Tradução: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

A IMAGEM DO NEGRO E DA NEGRA NO ENSINO DE ESPANHOL: ANÁLISE DE LIVROS DIDÁTICOS

Douglas Coelho¹

Introdução

O racismo, assim como outros problemas sociais que são reflexos da escravidão, seguem organizando a sociedade moderna e afetam a população negra até os dias atuais. Fernandes (1972, p. 42-43) diz que “a discriminação que se pratica no Brasil é parte da herança social da sociedade escravista [...] é um produto do que chamei ‘persistência do passado’, em todas as esferas das relações humanas”. Em outras palavras, a população negra no Brasil ainda sofre com as sequelas de um passado que negou a cultura e a história dos povos africanos, gerando invisibilidade no presente.

Ser negro ou negra, principalmente no Brasil, demanda muita resistência, haja vista vivermos em um mundo explicitamente racista que não oferece representação em diversos contextos. Por isso, é de suma importância que exista representação negra na educação, na comunicação, nas artes, nos esportes e em todos os campos de conhecimento da nossa sociedade. Nesse sentido, discutir sobre tal tema é fundamental para desenvolver a luta antirracista, já que a ausência de pessoas negras em funções privilegiadas pela sociedade ou em papéis de destaque em novelas, filmes, capas de revista e livros, por exemplo, não é percebida por grande parte da sociedade.

1 Mestrando e bolsista CAPES no programa de pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense, orientado pela Prof^a Dr^a Luciana Maria Almeida de Freitas.

Com o objetivo de estimular a reflexão sobre representação negra e aplicá-la no âmbito escolar, este trabalho apresenta a fase inicial de minha pesquisa de mestrado em andamento, que visa a analisar a imagem do negro e da negra em livros didáticos de espanhol aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2011, 2012, 2017 e 2018. Esses são os primeiros e os últimos anos em que o componente curricular Língua Estrangeira Moderna esteve presente na Educação Básica brasileira antes da imposição do componente Língua Inglesa pela Medida Provisória 746/2016.

Assim, promover a reflexão crítica sobre o espaço que negros e negras ocupam em livros didáticos estimula o debate sobre temas como racismo e desigualdade social no espaço escolar, e suas consequências fora dele. Incentivar a discussão sobre esses temas na educação linguística auxilia na construção do pensamento crítico, pois além de abordar os problemas sociais do Brasil e do mundo, devemos também pensar em como eles foram historicamente construídos. É importante, também, dar continuidade às pesquisas sobre esses temas que vêm ocupando cada vez mais espaço no debate público, estimuladas pelos inúmeros casos nacionais e internacionais de racismo nos últimos meses.

Representação negra e livros didáticos de espanhol

Quando afirmamos que falta representação negra em diferentes contextos no Brasil, temos como base a comparação entre o percentual de pessoas negras em nosso país com o espaço que essa parte da população ocupa em diferentes setores da sociedade. Essa falta de representação gera invisibilidade e nega a existência da maior parte da população, contribuindo com o racismo e com a desigualdade.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 56% da população brasileira é negra. Esse dado foi divulgado em um levantamento feito em 2019 com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). Porém, quando analisamos diferentes cenários da nossa sociedade, percebemos que a televisão, as revistas, o cinema, os materiais didáticos e as universidades, por exemplo, apresentam mais pessoas brancas. Essa percepção promove questionamentos que nos fazem refletir sobre a desigualdade racial no Brasil. Questionar o porquê de a maior parte da população não ser representada e não estar em posições de tomada de decisão expõe a grave invisibilidade sofrida por negros e negras, além de mostrar que a democracia

racial brasileira é um mito. No Brasil, existe uma falsa ideia de que negros e negras são minoria, mas a realidade é que somos minorizados por aqueles que, infelizmente, detêm o poder em diversos campos da sociedade e não aceitam a ascensão social e econômica de negros e negras. Tal fato é fortalecido pela visão excludente e explicitamente posto em prática por formadores de opinião e por nossos atuais governantes, que influenciam a posição de muitos indivíduos, até mesmo daqueles que não fazem parte da chamada “elite brasileira”.

De acordo com Silva e Silva (2019, p. 43), “ser representado, em um sentido amplo, é ser visível. É ter existência. Pensar na representação de um segmento é, assim, pensar em diferentes camadas ou dimensões de ser e de estar”. O conceito de representação, fundamental para essa pesquisa, está relacionado à visibilidade. Quando encontramos pessoas negras em posições de destaque é comum que elas passem a representar todos os negros e negras, pois “ser incluída/o sempre significa representar as excluídas/os” (KILOMBA, 2019, p. 17). Os poucos exemplos de representação que encontramos nos meios de comunicação auxiliam no desenvolvimento de crianças e adolescentes negros como cidadãos que se percebem como parte da sociedade.

Para relacionar a representação com o campo da educação, é importante citar a Lei 10.693/2003 (BRASIL, 2008), modificada pela Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas. Essa lei estabelece a obrigatoriedade de incluir conteúdos que estimulem a reflexão sobre nossas raízes históricas e culturais em todos os componentes curriculares. Dessa forma, visa a “garantir que todos, especialmente negros e negras, tenham em seu processo de educação a presença das culturas e identidades dos povos africanos e afro-brasileiros” (SOUZA, 2018, p. 269). A existência de uma lei que busca romper com padrões impostos por culturas dominantes e que propõe a ampliação dos conhecimentos que circulam em nossa sociedade por meio da inclusão de conteúdos que valorizem nossa cultura é fundamental para desenvolver a criticidade dos nossos alunos e para dar visibilidade a nossa ancestralidade, que vem sendo invisibilizada ao longo dos anos. Mas, infelizmente, a lei não é cumprida em diversas instituições de ensino.

Quando falamos de representação e escola, é necessário abordar essa questão também nos livros didáticos, instrumentos pedagógicos muito úteis no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, são os únicos livros presentes nas casas de famílias mais pobres, sendo também o único acesso de muitas famílias à leitura. Como material presente na maioria dos contextos educativos, os livros didáticos podem gerar reflexões e estimular a

construção do pensamento crítico do aluno sobre a língua adicional, nesse caso, o espanhol, e sobre sua própria língua, além de desenvolver letramentos diversos que as distintas situações de interação proporcionam.

Considerando que “os livros didáticos são instrumentos de reflexão e devem estimular as competências profissionais e pessoais tanto do educador quanto do estudante” (GUIMARÃES; FREITAS, 2018, p. 27), a análise da imagem de negros e negras nesses instrumentos pedagógicos enriquece a discussão sobre educação linguística e racismo, além de auxiliar na formação de cidadãos humanizados.

É de grande importância que os nossos alunos se vejam nos materiais usados durante as atividades e sejam estimulados a refletir sobre nossa ancestralidade. Conforme afirma Silva, também em pesquisa sobre a negritude em livros didáticos:

compreender o conceito de representação social, a sua função em nível do social e seu histórico, bem como ‘por que’ ela é produzida, é importante para a interpretação das transformações da representação social do negro, bem como dos determinantes dessa transformação (SILVA, 2004, p. 26).

Os livros didáticos e a educação linguística podem e devem contribuir para a compreensão do período da escravidão no Brasil e no mundo, além de possibilitar a reflexão sobre os problemas da construção de uma sociedade racista e excludente, que traz em sua memória as marcas de um passado escravocrata que ainda define as organizações sociais nos tempos atuais.

Quando refletimos sobre a importância do ensino de espanhol nas escolas, podemos relacioná-la à questão da representação, assim como à diversidade cultural e à inclusão. De acordo com Baptista (2007, p. 122), “[...] o ensino de espanhol integra um projeto muito mais amplo de construção de saberes e traz em seu bojo a inclusão pela linguagem; inclusão essa que compreende dimensões múltiplas como a ética, a social e a linguística [...]”. Em outras palavras, por meio do ensino de espanhol é possível estimular a reflexão sobre o outro e sobre nós mesmos e, assim, estimula-se o letramento crítico que envolve a relação entre texto, linguagem, poder e grupos sociais.

Cabe destacar aqui também que pesquisar sobre espanhol é uma forma de resistência em meio ao cenário atual de exclusão da língua e da imposição do inglês como única língua adicional obrigatória na Educação Básica brasileira,

como já foi mencionado. Ademais, é necessário contribuir com a manutenção das pesquisas sobre a educação linguística em Língua Espanhola para reafirmar que se trata de uma língua fundamental para a educação, seja na escola ou na academia.

Metodologia

Como já foi mencionado, o foco dessa pesquisa está na análise de livros didáticos de espanhol aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático 2011, 2012, 2017 e 2018. As imagens de negros e negras, assim como os textos e atividades dos materiais selecionados serão analisados a partir da Sociologia do Discurso do Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 2003; VOLÓCHINOV, 2017). Nesse sentido, princípios como dialogismo e conceitos como gêneros do discurso serão fundamentais para as análises.

A fim de observar as diferenças entre as propostas de atividades que envolvam questões antirracistas, será realizada a comparação entre os anos de 2011 e 2012 com os anos de 2017 e 2018, avaliando possíveis avanços. A metodologia se divide em dois passos: o primeiro se destina ao levantamento quantitativo de textos que apresentam negros e negras nos materiais selecionados e o segundo consiste na análise dos textos e das atividades, a fim de observar se eles incentivam a reflexão crítica e se reproduzem ou combatem discursos estereotípicos.

A tabela abaixo mostra um exemplo do primeiro passo da metodologia:

Tabela 1

Livro	Páginas	Imagens de brancos e não brancos	Imagens de negros e negras	Textos verbais / verbo-visuais com temática antirracista
<i>Enlaces 3</i> (2012)	208	64	8	6
<i>Confluencia 1</i> (2018)	128	33	10	3

Análise quantitativa de textos verbais e verbo-visuais encontrados nos livros *Enlaces 3* e *Confluencia 1*

Como é possível observar na tabela, no livro *Enlaces 3*, de 2012, a diferença entre a quantidade de imagens de brancos e não brancos e a quantidade de imagens de negros e negras é bastante significativa. Já no livro *Confluencia 1*, de 2018, percebemos que a diferença é um pouco menor, apesar de não ser um número satisfatório se considerarmos o número total de imagens dos dois materiais.

Vale ressaltar aqui que outras classificações étnico-raciais foram incluídas em um único grupo apenas para fins de análise quantitativa, já que o nosso foco está na imagem do negro e da negra. Quando refletimos sobre a presença de indígenas nos livros didáticos, por exemplo, também percebemos que esse grupo sofre com a invisibilidade imposta pela branquitude. Infelizmente, os livros didáticos são um reflexo da nossa sociedade e apresentam mais imagens de pessoas brancas que de todos os demais grupos étnico-raciais.

Para exemplificar o segundo passo da metodologia, como exemplo de análise inicial, apresento atividades de cada um dos materiais já citados:

Figura 1

Unidad 4

Hablemos de...

1. Lee las siguientes informaciones; luego contesta las preguntas.



Evo Morales es el primer indígena en ocupar la presidencia de Bolivia
Evo Morales comenzó su discurso pidiendo un minuto de silencio por "los millones de seres humanos caídos en toda América", mencionando a Manco Inca, Tupac Amaru, Simón Bolívar, Che Guevara, los coccaleros, los mineros y otros más. Luego contó la situación de la población indígena boliviana: "Hemos sido marginados, condenados a la extinción; esta es nuestra historia... Estamos acá para cambiarla para acabar con esta injusticia, con esta desigualdad".



Zumbi: el rey de Palmares
Fue líder del Quilombo de Palmares (Alagoas), lugar icono de la resistencia negra, que luchó contra los ataques colonialistas en 1694. Zumbi, con otros compañeros, logró huir y resistir hasta que el 20 de noviembre de 1695, fue asesinado en una emboscada. Fue decapitado y su cabeza se expuso públicamente en Olinda para acabar con la idea que había entre los negros esclavizados, de que el líder quilombola era inmortal. El día de su muerte se recuerda y conmemora como "Día Nacional de la Conciencia Negra".



El Negro Miguel: líder negro de rebeliones en Venezuela en el siglo XVI
Nacido en San Juan de Puerto Rico, el Negro Miguel nunca aceptó su condición de esclavo, así que huyó con unos compañeros a las montañas, desde donde preparó y encabezó la primera gran rebelión de esclavos. Creó un reino independiente que, durante dos años, combatió y desencadenó sublevaciones de negros e indios por toda la región de San Felipe, Barquisimeto y El Tocuyo. Finalmente, Diego de Losada lo degolló y aniquiló su reino.

a) Además de haber sido los primeros indígenas en ocupar cargos políticos mencionados, ¿qué otro elemento común hay entre Evo Morales y Juruna?

b) ¿Qué causa defendían Zumbi y el Negro Miguel?

c) ¿Crees que los ideales defendidos por estos cuatro personajes históricos siguen vigentes en la sociedad brasileña actual? ¿Por qué?

A Figura 1 apresenta a proposta inicial da Unidade 4 do livro *Enlaces 3*, intitulada *Diferentes, pero todos bárbaros*. Em uma análise inicial, percebemos que a seção “Hablemos de...” apresenta quatro resumos criados para fins didáticos sobre dois negros e dois indígenas e que não há a imagem de nenhum deles, apenas as bandeiras da Bolívia, do Brasil e da Venezuela. As questões sobre os resumos são baseadas na identificação de informações específicas e na relação destes personagens reais com a sociedade brasileira atual, mas não há estímulo à reflexão crítica sobre o problema do racismo de forma mais aprofundada e a atividade sobre os resumos apresentados se encerra.

Figura 2

PARA PENSAR Y DEBATIR

Texto 1

Prelectura

El canon de belleza de la Grecia clásica, que establecía incluso las proporciones consideradas perfectas para los cuerpos, fue creado en Europa en relación con la población blanca, pero se extendió por el mundo con la colonización de los otros continentes. Observa estas dos estatuas clásicas, modelos de la escultura naturalista griega, y luego responde a las preguntas en tu cuaderno.



Afrodita de Capri, de Praxíteles. Busto en mármol, 33,5 cm. Copia de la estatua original griega (460 a. C.). Museo Colección Estatal de Antigüedades, Múnich, Alemania.



Dariofano, de Policleto. Busto en bronce. Copia de la estatua original griega (440 a. C.). Museo Hermitage, San Petersburgo, Rusia.

- 1 Tras observar las dos imágenes, ¿ves diferencias con los modelos de belleza actuales o consideras que, en general, la estética griega se mantiene vigente? Fundamenta tu respuesta. *Respuesta personal. Se espera que el/la estudiante reconozca la contradicción, en líneas generales, de un modelo de belleza occidental actual.*
- 2 ¿De qué manera piensas que ese ideal de belleza, creado sobre y para personas blancas, puede haber influido en la consideración social de las personas de otras etnias? *El hecho de que se estableciera un mismo ideal europeo para toda la humanidad hace que personas de otras etnias sean excluidas y discriminadas.*
- 3 ¿Cuáles pueden ser las consecuencias de manipular la realidad para hacerla coincidir con un ideal previamente constituido? *Respuesta personal. Esta pregunta tiene la finalidad de hacer que el/la estudiante reflexione sobre las diferencias entre lo ideal y lo real, y el peligro de querer imponer un modelo ideal sobre la diversidad real.*
- 4 ¿Identificas en tu entorno rasgos físicos que sean valorados positiva o negativamente y que estén socialmente relacionados con la etnia? Fundamenta tu respuesta. *Respuesta personal. Se espera que el/la estudiante piense en los distintos estereotipos asociados del pelo liso o rizado, de la nariz fina o chata, de los labios gruesos o finos, etc.*

ochenta y tres 83

Figura 3

Lectura

Lee ahora este poema de Magia López y Alexei Rodríguez Mola, titulado "Mi belleza", y contesta las cuestiones en tu cuaderno.

Magia López es una poeta y cantante de hip-hop cubana. Integra con Alexei Rodríguez Mola el dúo Obsesión. Es también directora de la Agencia Cubana de Rap. En sus composiciones predomina la reivindicación antirracista y de la mujer afrocubana.

Alexei Rodríguez Mola es considerado uno de los mayores representantes del hip-hop cubano. Además de autor e intérprete es productor musical. Fundó también, con otro grupo de rap, Doble Filo, la Fabri X, para desarrollar en su país acciones comunitarias de carácter sociocultural.



Mi belleza

Mi belleza es punto de partida para cada **hazaña**.
Es limpia, no **se disfraza**, no se engaña.
Comienza desde mi centro y me crea un aura de luz,
De la que muchos se asustan y ponen los dedos en cruz.
Yo soy bella y eso conserva mi espíritu, guía mis pasos,
Encausa mis **azares**...
Me da clases de **sofleo**.
Mi belleza afronta mis desafíos, **ahuyenta** mis titubeos.
No es la de revista, no es la que estás imaginando.
No es la clásica belleza eurocentricamente hablando.
Mi belleza no escandaliza a los ojos.
Ella elige las miradas y las **maneja** a su **antajo**.
Es tierna y brutal, así como el mar, de las que da que hablar,
De armas tomar.

Mi belleza no necesita patrocinio para su proyecto.
Ella cuenta con suficiente presupuesto.
Habla su propio lenguaje no se **desvaloriza**.
Yo soy bella, no me niegues que eso te alfabetiza.
Mi belleza no se desarma en piezas,
es un todo **apabullante** que sale a divertirse y regresa.
Es tierna y brutal, así como el mar, de las que da que hablar,
De armas tomar.

Disponible en http://integracionborinquen.com/temas/magia-rodriguez-mola/mi-belleza-de-magia-lopez/. Acceso el 20 de 2024.

GLOSARIO

hazaña: acción heroica digna de ser destacada.
disfrazarse: en el texto, disimular, encubrir.
encausar: conducir, encaminar.
azar: casualidad, desahogado repentino.
sofleo: lectura y entonación de la letra musical.
ahuyentar: hacer huir, apartar persona o sentimiento que afecta o molesta.
manejar: en el texto, gobernar, dirigir, controlar.
al antajo de uno: de acuerdo con el deseo caprichoso de alguien.
desvalorizar: quitar valor, prestigio o consideración.
apabullante: que produce asombro o admiración.

04 ochenta y cuatro

A atividade escolhida do livro *Confluencia I* faz parte da Unidade 3, intitulada *Cuerpos*. As Figuras 2 e 3 apresentam uma atividade de leitura que inicia com quatro questões de pré-leitura baseadas na análise de duas esculturas que representam o padrão de beleza da Grécia Clássica. Essas questões promovem a ativação dos conhecimentos prévios dos estudantes sobre os padrões de beleza impostos pela cultura eurocêntrica e estimulam a reflexão crítica sobre as consequências que essa imposição cultural gera em

outros grupos étnico-raciais. Em seguida, o material apresenta uma poesia dos poetas e cantores afro-cubanos Magia López e Alexei Rodríguez Mola: *Mi Belleza*. A poesia é uma exaltação à beleza negra e uma crítica ao padrão de beleza europeu. Vale destacar aqui que há uma fotografia e um pequeno resumo sobre os autores, enfatizando que se trata de uma mulher negra e de um homem negro falando sobre a beleza negra.

Figura 4

1 En el poema el "yo lírico" afirma que su belleza es limpia, que no se disfraza y que no engaña. ¿Cómo entiendes esa afirmación? *Respuesta personal. Respuesta posible: Es una belleza "cultural", sin rasgos acentos, maquillaje ni otras informaciones en el cuerpo.*

2 En el verso "No es la clásica belleza eurocéntrica hablando" se utiliza un adverbio, formado a partir del adjetivo "eurocéntrico", para modificar el verbo "hablar". ¿Conoces ese adjetivo? ¿Qué significa hablar de la belleza de una persona "de una manera eurocéntrica"? *La primera pregunta es de memoria. La segunda es de contexto. Se refiere a un concepto que surge a una época de mundo que tiene todo lo marcado como eurocéntrico. En este caso, hablar de belleza clásica desde un punto de vista "eurocéntrico" se refiere a dudar o cuestionar la belleza clásica y europea.*

3 En el verso "Yo soy bella, no me niegues que eso te alfabetiza", el poema se dirige a una segunda persona, que representa a un presunto interlocutor. De alguna manera, aquí se afirma el carácter reivindicativo y formativo de esta afirmación poética de la belleza negra. ¿Por qué esa afirmación en 1.ª persona de la belleza sería también un ejercicio de afirmación racial, y por lo tanto, social, y no una simple autoafirmación individual? *Respuesta personal. Se espera que el/la estudiante pueda reflexionar sobre el carácter reivindicativo del poema, que surge precisamente de una discriminación racial histórica. Se trata de comprender que una afirmación de la belleza personal puede tener, como en estas circunstancias, una dimensión más allá de lo individual.*

4 La expresión "de armas tomar" se utiliza para referirse, normalmente, a personas con personalidad fuerte, metafóricamente "bélicas". ¿Por qué piensas que el "yo poético" dice que su belleza es "de armas tomar"? *Respuesta personal. Respuesta posible: Porque en una belleza que se confirma con los rasgos hereditarios, y que por lo tanto tiene un poder de reivindicación y de protesta.*

Poslectura

1 ¿Observas en tu entorno actitudes de discriminación con relación al color de la piel y a los rasgos físicos identificados socialmente con una etnia concreta? En grupos de cuatro, comparte con tus compañeros(as) tus impresiones. *Respuesta personal.*

2 Discutan qué otros grupos sociales podrían hacer ejercicios de afirmación y de orgullo por ser como son, de la misma forma que se hace en el poema "Mi belleza". *Respuesta colectiva.*

Comprensión oral 2

Preaudición

Contesta las siguientes cuestiones en tu cuaderno.

1 Otra modificación corporal a la que las personas se someten es la cirugía estética. ¿Qué te parece: es una cirugía típica de mujeres o también gran cantidad de hombres se someten a ella? *Respuesta personal. Se espera que el/la estudiante reconozca que hay día también hay una gran cantidad de hombres que se someten a esta procedimiento.*

2 Hay cirujanos plásticos que defienden que las cirugías estéticas contribuyen a la salud del paciente. ¿En qué fundamentarán esta opinión? *Pueden fundamentar su opinión en que las cirugías estéticas contribuyen al bienestar personal, ya que la salud depende tanto del bienestar del cuerpo como del de la mente.*

3 Además de cuestiones de salud, la gente también se opera buscando belleza. ¿Crees que la belleza ayuda a conseguir ciertos puestos de trabajo? ¿Dónde, por ejemplo? *Respuesta personal. En nuestra sociedad algunos puestos de trabajo están relacionados a la belleza, por ejemplo, en la televisión en general.*

lectura y crítica 85

Continuação da seção "Para pensar y debatir", Unidade 3 / *Confluencia 1*

As questões de leitura (Figura 4) promovem reflexões sobre os padrões europeus de beleza e incentivam a valorização e autoaceitação da beleza negra por meio da retomada de fragmentos da poesia. Encerrando a atividade, a pós-leitura sugere a observação de atos de discriminação racial no contexto social em que os estudantes estão inseridos e estimula a discussão sobre outros grupos que também sofrem com o racismo.

A análise inicial foi importante para despertar outros questionamentos. Apresento a seguir os dois principais:

a) Quem fala nos livros didáticos?

O segundo momento da metodologia demanda algumas questões que são fundamentais para a análise dos materiais. Em primeiro lugar, é importante perceber se os autores dos livros didáticos e dos textos selecionados para as atividades são negros ou negras. Essa observação é relevante porque o lugar de fala dos autores influencia diretamente na produção dos textos já que “o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” (RIBEIRO, 2019, p. 69) e essas experiências refletem em nossa escrita e em nossa fala, mesmo de forma não intencional. Nesse sentido, a produção de textos de pessoas negras e de pessoas brancas sobre racismo partem de perspectivas diferentes, pois, ainda de acordo com Ribeiro:

pessoas negras vão experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos (RIBEIRO, 2019, p. 85).

É importante destacar que estudar e debater temas relacionados ao racismo não é “obrigação” de toda pessoa negra. Existe uma cobrança muito forte da sociedade para que estejamos sempre prontos para nos posicionarmos contra um problema que não foi criado por nós. Podemos escrever e falar sobre temas diversos, assim como atuar em diferentes áreas

do conhecimento. A desigualdade racial deve ser combatida por todas as raças, mesmo que seja por perspectivas distintas; por isso, é fundamental que as pessoas brancas reconheçam seus privilégios e comecem a combater o racismo.

b) Quem é visto nos livros didáticos?

Outro fator importante para a pesquisa é analisar quais são as imagens de negros e negras presentes nos materiais. Apresentar apenas imagens de negros com traços do padrão de beleza europeu imposto pela sociedade não representa os negros que nós vemos diariamente em nosso cotidiano e não são o reflexo das pessoas negras que nossos alunos encontram em suas famílias. Em muitos materiais didáticos, quando há representação negra, encontramos um ou dois personagens negros para cumprir com um requisito de diversidade, porém não são personagens que representam a realidade. Inclusive, em alguns casos, as imagens apresentam retoques em programas de edição de imagens para alterar traços do fenótipo negro e aproximá-lo das características físicas do que é visto como “padrão de beleza”.

É fundamental romper com esses padrões de beleza impostos pela cultura eurocêntrica para combater o racismo estético. Com base em Xavier (2020), podemos definir o racismo estético como a discriminação contra os traços dos corpos negros e da imposição da branquitude sobre as subjetividades estéticas da negritude. Dessa forma, a população negra sofre com “a negação de sua beleza e a opressão para que sejam apresentados à sociedade por meio de outras estéticas” (XAVIER, 2020, p. 63-64). Além disso, essa prática do racismo também atinge as expressões artísticas de negros e negras que sofreram e ainda sofrem perseguições, como o samba, o hip hop e o funk, por exemplo.

Considerações finais

As análises iniciais apresentadas neste trabalho mostram que, por meio dessa pesquisa, pretende-se perceber a contribuição dos livros didáticos na formação de cidadãos críticos e humanizados atentos à diversidade

racial e cultural da sociedade. Promover debates e reflexões sobre respeito, igualdade e tolerância é mais que urgente, pois ainda presenciamos casos de racismo no Brasil e no mundo com muita frequência.

Como um espaço de formação de cidadãos críticos, a escola deve incentivar o diálogo sobre as desigualdades sociais, assim como promover atividades que estimulem a reflexão sobre temas como racismo, machismo, homofobia, xenofobia, etarismo, inclusão de pessoas com deficiência etc. Não podemos desistir de estimular o combate ao racismo e a qualquer tipo de preconceito em nossas aulas e nos materiais didáticos que produzimos mesmo que estejamos em um contexto político-social em que muitas pessoas estão expondo seus preconceitos sem medo de sofrer as consequências jurídicas devidas. Sofremos muitas tentativas de silenciamento, mas devemos ser resistência e reexistência não só no espaço escolar, como também em todos os âmbitos da nossa sociedade.

Referências

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAPTISTA, L. M. T. R. *Os novos PCNs para o ensino médio: concepções de língua, cultura e ensino*. In: ABRAHÃO, M. H. V.; GIL, G.; RAUBER, A. S. (orgs.). *Anais do I Congresso Latino-Americano sobre Formação de Professores de Línguas*. Florianópolis: UFSC, 2007, p.139-150.
- BRASIL, Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 11 jul. 2020.
- CORREA, P.; LAGARES, X. C.; ALONSO, C.; GARBERO, M. F.; SANTOS, L. R. *Confluencia. Volume 1. Manual do Professor*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2016. v. 1.
- FERNANDES, F. *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1972.
- GUIMARÃES, A.; FREITAS, L. M. A. Memória do livro didático de espanhol no Brasil: um panorama. In: BARROS, C. S.; COSTA, E.

- G. M.; FREITAS, L. M. A. (Orgs.). *O livro didático de espanhol na escola brasileira*. Campinas, SP: Pontes Editora, 2018.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- OSMAN, S. *et al.*. *Enlaces: español para jóvenes brasileños*. São Paulo: Macmillan, 2010. 2ª edição.
- RIBEIRO, D. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- SILVA, A. F. L.; SILVA, G. M. B. “Falando a voz dos nossos desejos”: os sentidos da representatividade e do lugar de fala na ação política das mulheres negras. *Revista Eletrônica Interações Sociais – REIS*, Rio Grande, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/reis/article/download/9156/6271>>. Acesso em: 10 de out. 2020.
- SILVA, A. C. *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: EDUFBA, 2004.
- SOUZA, J. S. O lugar das identidades negras no livro didático de espanhol. In: BARROS, C. S; COSTA, E. G. M; FREITAS, L. M. A. (Orgs.). *O livro didático de espanhol na escola brasileira*. Campinas, SP: Pontes Editora, 2018.
- VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.
- XAVIER, J. P. *Racismo estético: decolonizando os corpos negros*. [s.l.]: Ed. Amazon, 2020.

Créditos das imagens

Figura 1: extraído de OSMAN, S. *et al.*, 2010, p. 60.

Figura 2: extraído de CORREA, P., *et al.*, 2016, p. 83.

Figura 3: extraído de CORREA, P., *et al.*, 2016, p. 84.

Figura 4: extraído de CORREA, P., *et al.*, 2016, p. 85.

AS NOÇÕES DE LÍNGUA, DE LINGUAGEM E DE PRODUÇÃO DE TEXTO EM EVIDÊNCIA NAS APOSTILAS DE REDAÇÃO DO PRÉ-VESTIBULAR SOCIAL DA FUNDAÇÃO CECIERJ – CONSÓRCIO CEDERJ

Cláudio de Oliveira Martins¹

Introdução

Ora, a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos [...]; é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua (Mikhail Bakhtin)

Neste trabalho, expansão das investigações realizadas no curso do mestrado (MARTINS, 2019), queremos propor reflexões no que tange a conceitos linguísticos evidentes no material didático de Redação – apostilas – do Pré-Vestibular Social (PVS) da Fundação Cecierj (Consórcio Cederj) ainda em vigência (RABIN, PINNA e BIAR, 2014; 2015). Em outras pesquisas, podemos discorrer sobre a organização e o funcionamento desse projeto educacional (MARTINS, 2017), sobre a visão construída do professor – designado até então por “tutor” – (MARTINS, 2018) e sobre as precarizações em torno das condições do exercício docente (MARTINS, 2020).

1 Mestre em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (2019), com dissertação orientada pela Prof.^a Dr.^a Luciana Maria Almeida de Freitas.

Aqui nos pautaremos especificamente na problematização desses livros enquanto recursos para uma educação linguística.

O Pré-Vestibular Social em questão tem seu funcionamento desde 2003 (BIELSCHOSKY, 2018). Sua abrangência hodiernamente se dá ao longo do estado do Rio de Janeiro, tanto em regiões interioranas, quanto nos centros urbanos, com o total de 53 polos de ensino (CECIERJ, 2020). Na atual conjuntura, tem-se mostrado uma ferramenta de relevância para os alunos de rede pública. Em decorrência do seu valor social, temos nos comprometido com o desenvolvimento de uma série de estudos acerca desse âmbito educativo.

Tendo em vista as motivações deste trabalho, inicialmente destacamos o intento pela temática da educação linguística. Vimos produzindo investigações sobre produção escrita, em que nos atentamos para as necessidades dos estudantes e para as pesquisas em torno do assunto, bem como temos discutido conceitos linguísticos, discurso didático, atividades de escrita e organização de materiais de ensino (MARTINS, 2019; FREITAS, MARTINS, 2017). Logo, continuamos interessados em polemizar tais assuntos, com objetivo de cooperar nesse âmbito da formação linguística.

Para além desse aspecto acadêmico, a atuação no Pré-Vestibular Social como professor de Redação ao longo de quatro anos (2014-2017) foi crucial para motivar estas discussões. Nas práticas em sala, como também nos momentos de planejamentos de aulas, era possível perceber algumas afirmações nas apostilas, bem como a sua própria organização, que chamavam a atenção do ponto de vista científico e do pedagógico. Essa experiência docente, sob orientação da professora Luciana Maria Almeida de Freitas, culminou na construção das pesquisas referidas neste trabalho, assim como reflete sobre esta.

Outro fator a ser levado em consideração são os próprios materiais didáticos do PVS. Como mencionado, a última publicação das apostilas de Redação, por exemplo, deu-se no ano de 2015. Desse período até o momento atual, as provas discursivas dos exames de acesso ao ensino superior, como Enem e vestibular Uerj, sofreram bastante transformações. Por conta disso, vemos urgência em comentar acerca das possíveis desatualizações desses recursos educativos, baseando-se, sobretudo, em alguns apontamentos já elucidados por Martins (2019). Como contribuição acadêmica, modestamente, queremos tecer comentários e construir reflexões sobre os objetos de pesquisa traçados.

Pautando-se, agora, nas justificativas desta pesquisa, podemos afirmar que as investigações se situam no âmbito da Análise Dialógica do Discurso (VOLOSHINOV, 2009; BAKHTIN, 2011). Nossa visão, em consonância ao círculo bakhtiniano, é a de que existe uma relação intrínseca entre língua e vida, isto é, língua e sociedade. Dessa maneira, compreender o uso da linguagem, dentro das práticas sociais do pré-vestibular, é caro a esta pesquisa.

Partindo ainda dessa perspectiva teórica, utilizamo-nos do conceito de gêneros do discurso. Sabendo das características linguísticas/textuais que podemos perceber na redação de vestibular, queremos polemizar se esse objeto se trata de um pseudotexto ou se, de fato, é um gênero discursivo. Com efeito, valemo-nos do ideal bakhtiniano para pensar este aspecto da pesquisa.

O objetivo geral desta pesquisa é refletir sobre as apostilas de redação do PVS, ainda em vigência, para inferir sobre as concepções de língua, de linguagem e de produção de texto veiculadas no material e para verificar sua efetividade enquanto ferramenta para educação linguística. Para isso, tomaremos fragmentos dos objetos de pesquisa, sob a ótica do aparato teórico, para análise e verificação de nossas hipóteses.

Os objetivos específicos são: a) contribuir com estudos sobre o Pré-Vestibular Social da Fundação Cecierj (Consórcio Cederj); b) construir aparato teórico à luz das pesquisas recentes no que se refere ao ensino de produção escrita; c) polemizar a dissertação de vestibular enquanto gênero discursivo; d) evidenciar noções linguísticas difundidas nos materiais de Redação; e) e discutir ferramentas teórico-metodológicas para ensino de escrita.

Organizamos este trabalho nas seguintes seções: O contexto do Pré-Vestibular Social; Das teorias linguísticas ao ensino de escrita: a redação de vestibular; Análise linguística das apostilas de Redação; e Considerações Finais.

O contexto do Pré-Vestibular Social

O Pré-Vestibular Social da Fundação Cecierj – Consórcio Cederj, fundado em 2003 – é um projeto governamental do estado do Rio de Janeiro, regido pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e pela Fundação Cecierj, amparado pela Secretaria do Estado de Educação

(CECIERJ, 2020). Na página oficial do PVS, a Fundação Cecierj (2020) menciona atender cerca de 7 mil alunos por ano, isentando-os de qualquer custo no que diz respeito à matrícula, à mensalidade e ao material didático disponibilizado.

Concernente à criação do PVS, Bielschowsky (2018), diretor de gestão antecessora à atual, declara que a função originária do projeto era de contribuir para a formação educacional da população interiorana do estado do Rio de Janeiro, a fim de que se recrudescessem os índices de ingresso no ensino superior. Devido ao engajamento do curso, com o tempo, foi ganhando espaço na região metropolitana fluminense, estando presente em muitos bairros da capital e na maioria dos municípios adjacentes a ela, com, pelo menos, um polo de ensino por cidade (CECIERJ, 2020).

Com as atividades letivas majoritariamente aos sábados, o PVS tem atendido alunos preferencialmente oriundos da educação básica pública – tanto os concluintes do ensino médio em suas variadas modalidades, quanto os formados – e socioeconomicamente menos favorecidos (MARTINS, 2019). Os polos de ensino funcionam com aulas de disciplinas, como Biologia, Espanhol, Física, Geografia, História, Inglês, Matemática, Português, Química e Redação, sendo as de língua estrangeira oferecidas na modalidade de distância, em contrapartida às demais, ofertadas presencialmente (RIO DE JANEIRO, 2019).

Em algumas investigações, Martins (2017; 2018; 2019; 2020) discorre sobre diversos aspectos relativos ao PVS, frutos do curso do mestrado pela Universidade Federal Fluminense (2017-2019). Sugerimos a leitura desses textos, dentre outros referidos também neste trabalho, caso haja interesse por informações institucionais que, por questão de recorte, não elucidaremos aqui. Situado o contexto do pré-vestibular, almejamos, mais à frente, abordar sobre nosso arcabouço teórico e nossas hipóteses sobre os objetos de pesquisa.

Das teorias linguísticas ao ensino de escrita: a redação de vestibular

Antes de começar a esboçar o arcabouço teórico que fundamenta este trabalho, temos de delimitar de que ponto de vista compreendemos a linguagem. Para Geraldi (2011), existem três grandes correntes linguísticas, a saber: “expressão do pensamento”, “instrumento de comunicação” e

“forma de interação”. Todas essas vertentes estão associadas a campos de estudos linguísticos de grande notoriedade, como Teoria da Comunicação e Estruturalismo (primeira vertente), Gerativismo (segunda vertente), Análise do Discurso Dialógica (terceira vertente), dentre outros âmbitos da Linguística.

Neste trabalho, relacionado aos nossos interesses de pesquisa, voltamos o olhar para a linguagem do ponto de vista interacional. A língua, nesse sentido, emerge da relação do indivíduo com o mundo. Corroborando essa ideia, Voloshinov (2009, p.104, tradução nossa)², postula que tal fenômeno linguístico “se manifesta mediante a objetos materiais, que são signos, mas, enquanto sistema de formas normativas, repousa sua qualidade de norma social.”. Nessa direção, ancorados no pensamento do autor do círculo bakhtiniano, concebemos língua/linguagem no âmago das interações sociais.

Devemos nos valer, além disso, do conceito de gênero do discurso, também advindo do círculo bakhtiniano, a fim de compor o marco teórico deste trabalho. Segundo Bakhtin (2011), o emprego da língua ocorre por intermédio de enunciados concretos – os gêneros do discurso. O filósofo ainda afirma que esses gêneros, pelos quais a vida integra a língua, são apresentados aos indivíduos como é exposta a língua materna (BAKHTIN, 2011, p.283). Então, ao nos comunicarmos, fazemos uso dessas abstrações – os enunciados concretos – que circulam em sociedade nos diversos campos de atuação humana, dentre diversas práticas sociais. A redação de vestibular é um desses gêneros discursivos. Elucidaremos esse ponto mais adiante.

Atendo-se então a estudos sobre produção escrita, podemos tocar, inicialmente, na discussão levantada por Bunzen (2006). O pesquisador evoca o contexto socio-histórico e cultural da constituição da disciplina Redação, reforçando a existência de uma visão pedagógica segregacionista nas escolas, no que tange ao ensino de língua. Dividem-se, assim, os conteúdos de linguagem entre componentes Português, Literatura e Redação, não permitindo um trabalho integrando os diversos contextos e práticas sociais, se esses componentes fossem integrados.

Embora tenha ocorrido uma modificação educacional, gradual e lenta, da época em que a escrita na escola era tida como “dar composição”

2 “se manifesta mediante objetos materiales que son los signos, pero en cuanto sistema de formas normativamente idénticas es real tan sólo en su calidad de norma social.” (VOLOSHINOV, 2009, p.104)

à atualidade, em que ministramos sobre “gêneros discursivos e redação”, o contexto de priorização de aspectos metalinguísticos (gramaticais sobretudo) no componente Língua Portuguesa e as nebulosas e inconsistentes práticas metodológicas em Redação ainda permanecem. No PVS, por meio da análise das apostilas, parece não ser diferente.

Na grade de disciplinas do projeto educativo, são distanciados também os componentes curriculares Português (em que se ensina literatura brasileira) e Redação, os quais são ministrados por professores distintos e orientados por coordenações de área também distintas. As apostilas das duas disciplinas são compostas por autores diferentes e não há, explicitamente, um planejamento conjunto de aulas. O PVS, por meio do seu material apostilado, está inserido nessa mesma lógica segregacionista, apontada por Bunzen (2006), que acomete grande parte dos livros didáticos produzidos para educação linguística do PNLD (FREITAS, MARTINS, 2017). Logo, o ensino de escrita é distanciados de outras práticas sociais, bem como se fomenta o afastamento das áreas do campo da linguagem.

Outro ponto importante é o fator enunciativo. Conforme discursa Geraldi (2004, p.78), a produção textual “não se trata de redigir um texto sobre determinado tema, mas de dizer algo a alguém a propósito de um tema.”. Escrever vai além de receber, passivamente, uma frase temática e produzir argumentos e soluções – um pensamento mais instrumentalista do ato comunicativo. Existe um processo de ensino-aprendizagem a percorrer, para que um estudante seja capaz de produzir uma dissertação argumentativa, isto é, saber expressar sua opinião, bem fundamentada, expressiva e coerente. Vejamos um fragmento da apostila de Redação do PVS (RABIN, PINNA e BIAR, 2014), para ilustrar essa discussão:

Figura 1: Texto didático da apostila – capítulo 2 (volume 1)

Assim como uma conversa, um filme e um dia têm começo, meio e fim, também uma dissertação é dividida em etapas, denominadas respectivamente de introdução, desenvolvimento e conclusão. A cada uma corresponde uma função específica dentro da estratégia maior de convencer o leitor. Ao mesmo tempo, o desempenho de cada função pode ser feito de maneira original e inteligente, fugindo ao puro didatismo, conforme veremos depois.

FONTE: Rabin; Pinna; Biar (2014)

Na figura 1, podemos observar a referência a “filme” e “conversa”, dois gêneros discursivos. A redação de vestibular é associada a eles, de maneira análoga, pois ambos possuem elementos de ordem organizacional e funcional, ou seja, há uma formatação padrão da dissertação argumentativa, como há nos demais textos, e, no caso específico do texto de vestibular, conta-se com uma introdução, desenvolvimento, conclusão. Os parágrafos, ainda é acrescido, têm funções distintas para constituição do texto. Aspectos relacionados à construção composicional (BAKHTIN, 2011).

Baseando-se nesse exemplo, porque a redação de vestibular é composta por elementos composicionais estilísticos e temáticos – aspectos inerentes e individuais a quaisquer gêneros discursivos (BAKHTIN, 2011) –; porque é produzida por um enunciador (estudante) para um coenunciador pretendido (professor/corretor); e porque é escrita com uma finalidade (ser persuasivo dentro dos critérios do exame de vestibular, para obter chances de ingresso no ensino superior), consideramo-na um gênero discursivo. Logo, deve ser ensinada, processualmente, como produção textual, atendo-se a suas especificidades, e não ser imposta como conjunto de técnicas e de métodos decoráveis, totalmente descaracterizada, como um pseudotexto. A respeito de como as apostilas abordam a redação e outros conceitos linguísticos, daremos destaque maior na próxima seção deste trabalho.

No que diz respeito à educação linguística contemporânea, parece haver um consenso entre pesquisadores pela escolha de uma abordagem interativa. Para isso, à luz de Koch e Elias (2012, p.37), deve-se “deixar entrever a intrínseca relação entre linguagem/mundo/práticas sociais”. O ensino de redação de vestibular não deve ser diferente. Precisam ser acionados os conhecimentos linguísticos e de mundo do educando e as informações sobre a realidade que o cerca, para que possa, autonomamente, posicionar-se em linguagem, isto é, e neste caso, escrever sua dissertação argumentativa. Devemos percorrer um longo caminho de formação de professores e de construção de materiais condizentes às pesquisas atuais sobre ensino de escrita, a fim de que nossos alunos sejam capazes de desenvolver de modo proficiente a competência escrita.

Em se tratando da instrumentalização do professor para o ensino de escrita, podemos perceber que muitos materiais didáticos exploram o conceito de gênero do discurso e de enunciado/enunciação (GERALDI, 2004;

FREITAS; MARTINS, 2017; MARTINS 2019). Na senda deste debate, Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) desenvolvem a noção de “sequência didática”, por meio da qual é possível trabalhar com o gênero de modo mais processual e, quiçá, proveitoso. O educador linguístico pode, na aplicação de atividades de escritas, identificar os conhecimentos e as dificuldades dos estudantes, formular esquema de trabalho e avaliar comparativamente a evolução das produções textuais.

Ainda com o conceito de sequência didática, é possível fornecer ferramentas de planejamento textual, de revisão e, até mesmo, de reelaboração dos textos ao alunado. Consideramos essa concepção teórica, juntamente aos outros ideários abordados neste trabalho. Na análise do material didático de Redação (RABIN; PINNA; BIAR, 2014; 2015), portanto, buscaremos perceber como o discurso didático e como as atividades se articulam em prol do ensino/aprendizagem de escrita e se, de fato, pautam-se em alguns estudos teóricos contemporâneos no que tange ao ensino dessa habilidade linguística.

Análise linguística das apostilas de Redação

Nas seções anteriores, podemos apresentar um panorama do PVS, bem como polemizar o ensino de escrita, em especial da dissertação de vestibular. A partir de agora, seguiremos na análise do *corpus*, explicitando partes dos materiais de Redação (RABIN; PINNA; BIAR, 2014; 2015) que merecem um olhar minucioso. Nosso procedimento investigativo será o de recorte de fragmentos – tanto do texto didático, quanto das atividades – em que se fazem evidentes (ou não são tão bem evidenciadas) noções como as de língua, de linguagem e de gênero do discurso. Assim, desejamos alcançar resultados da pesquisa e apontar reflexões sobre esses objetos.

As apostilas de Redação do PVS possuem pré-textuais, como texto de apresentação do material, carta ao aluno, carta ao “tutor”, sumário, por exemplo, além dos capítulos com conteúdos e atividades. Separamos, inicialmente, um fragmento do texto de apresentação do volume I de redação (RABIN; PINNA; BIAR, 2014), para que possamos perceber que diálogo é construído, *a priori*, com estudante e com o professor, sobre o tema dos recursos apostilados: o ensino de escrita (redação). Vejamos o excerto:

Figura 2: Texto de apresentação da apostila 1 (volume 1)

Na base desse trabalho duplo, encontra-se esta premissa: LER (bem) e ESCREVER (bem) constituem uma só tarefa, que é a de PENSAR (bem). Salvo raríssimas exceções — certamente desafiadoras para especialistas —, o indivíduo que tem boa capacidade de entendimento dos enunciados lidos também tem facilidade na expressão, tanto oral quanto escrita.

FONTE: Rabin; Pinna; Biar (2014)

Como podemos observar na figura 2, a apresentação, assinada por Bruno Rabin, discorre sobre o ato de “ler” e de “escrever”, associados a “pensar” – todos modificados pelo advérbio de modo “bem”. No entanto, apesar da convicção com que se fala, percebemos algumas inconstâncias teóricas nestas linhas. Por exemplo, a afirmação de que leitura e escrita se tratam da mesma tarefa é incoerente. Isso porque, de antemão, ambas as habilidades necessitam de ativação de conhecimentos (por exemplo, linguísticos e de mundo) específicos, bem como possuem finalidades distintas. Logo, tal categorização é um sofisma.

Além disso, partindo da perspectiva bakhtiniana: “Muitas pessoas que dominam magnificamente uma língua sentem amiúde total impotência em alguns campos da comunicação precisamente porque não dominam na prática as formas de gênero de dadas esferas” (BAKHTIN, 2011, p.284). Dessa forma, como Martins (2019) destaca, o conhecimento de elementos da língua, quer gramaticais, quer discursivos, não garante proficiência linguística completa. Ou seja, nem sempre o sujeito dominará esta ou aquela forma/prática de linguagem, em decorrência da infinidade de conhecimentos existentes. Pode não ser possível “escrever bem” em algumas circunstâncias, e isso não diz respeito à forma de pensar individual.

Para agravar a situação, nesse fragmento é possível identificar uma visão discriminatória ao se falar sobre ler/escrever. Segundo Martins (2019), “correlacionar pensamento à competência leitora e escrita, pressupõe que povos sem escrita e pessoas que não tiveram acesso à alfabetização em sociedades letradas possuem problemas cognitivos”. Na base desse posicionamento, há um discurso preconceituoso, elitista – que despreza as classes menos favorecidas economicamente, quando são privadas de educação linguística de qualidade – e inconsistente teoricamente. É imperioso que o material didático do PVS seja revisto, avaliando posicionamentos discursivos que não condizem tanto ao discurso pedagógico, quanto ao discurso vigente da educação linguística. Vejamos agora outra imagem:

Figura 3: Texto didático da apostila – capítulo 1 (volume 1)

Nessa perspectiva, não se pode dissociar o conceito de texto do receptor a que é destinado. Sem ele, a mensagem não seria decodificada, e a obra não teria sentido. Assim, cabe ao destinatário do texto, em última análise, decidir sobre a pertinência e a orientação que um determinado conjunto de signos terá.

FONTE: Rabin; Pinna; Biar (2014)

O fragmento anterior está presente no primeiro capítulo da apostila de Redação, volume 1, (RABIN; PINNA; BIAR, 2014). Intitulado por “Conceitos iniciais de texto: linguagem e conhecimento de mundo”, a seção é composta por discurso didático sobre noções linguísticas e por exercícios que se voltam para revisar os conteúdos abordados nesta unidade capitular.

Ao observarmos a figura 3, identificamos termos como “receptor” e “destinatário” que remontam à Teoria da comunicação, cuja visão é a de língua como código. Essa vertente pressupõe uma relação comunicativa unilateral e passiva, corroborando a ideia de que o texto é construído por um “eu” e, conseqüentemente, decodificado por um “tu”. Por esses indícios, notamos até então uma percepção linguística não concordante às perspectivas atuais no que tange à educação linguística e ao ensino de escrita.

Entretanto, as apostilas não se pautam em apenas uma visão de língua. O discurso didático e os exercícios tocam, inapropriadamente a nosso ver, em mais de uma perspectiva linguística, até divergentes entre si, tornando a construção da apostila inconsistente do ponto de vista teórico. Continuando análise do material didático, notemos a próxima imagem:

Figura 4: Texto didático da apostila – capítulo 1 (volume 1)

Em síntese, o texto seria a unidade linguística visual e auditiva compreendida pelo interlocutor em dada situação comunicativa. Quanto à linguagem predominante, o texto pode ser verbal — oral ou escrito — ou não verbal. No primeiro grupo, encontram-se os romances, os contos, as novelas, as conversas e as cartas, por exemplo; no segundo, as placas de sinalização, as fotografias, as pinturas e os gráficos, entre outros.

FONTE: Rabin; Pinna; Biar (2014)

No texto didático representado na figura 4, podemos verificar a menção a alguns conceitos e termos interessantes à nossa análise, tais como texto enquanto unidade “compreendida pelo interlocutor em dada

situação comunicativa”, texto enquanto “verbal – oral ou escrito – ou não verbal”, texto enquanto “romances”, “contos”, “novelas”, “fotografias”, “gráficos”, dentre outros gêneros. Dessa forma, baseando-se nessas expressões referidas, a visão de língua, neste fragmento da apostila, está muito mais próxima à perspectiva interativa (língua como interação) que o ideal da Teoria da Comunicação (língua como código), antes associada ao texto didático (figura 3).

Assim, na apostila 1, inclusive no mesmo capítulo, notamos não correspondências teóricas, isto é, exploram-se diferentes correntes linguísticas. Essa oscilação parece problemática, uma vez que tais vertentes se chocam, ao refletirmos sobre a distinção das noções de língua de cada uma, o que, conseqüentemente também, interfere na visão sobre ato comunicativo, sobre o texto e sobre o entendimento da construção de sentidos, por exemplo. Portanto, o material didático do PVS, destinado aos alunos e professores, não é produzido de forma mais consistente e coerente linguisticamente falando.

Voltando-se, por fim, para as atividades presentes na apostila, Martins (2019) afirma que não são propostas tarefas de produção do gênero dissertação argumentativa nos capítulos. Apenas são solicitadas elaboração de parágrafos da redação, de maneira isolada. A título de ilustração, confira a imagem a seguir.

Figura 5: Exercício da apostila – capítulo 4 (volume 2)

2) *Nas sociedades primitivas, três ou quatro horas de atividades diárias eram suficientes para garantir as necessidades do grupo.*

A partir dessa informação, redija um argumento crítico, explicando o tempo de trabalho médio nas sociedades atuais.

FONTE: Rabin; Pinna; Biar (2015)

Como podemos notar, sem haver nenhuma proposta de produção escrita completa na apostila, o quarto capítulo do segundo volume das apostilas, assim como os demais capítulos, como postula Martins (2019), solicita a produção de um “argumento crítico” ao estudante. Além de apenas sugerir elaboração de um fragmento de texto, os conhecimentos prévios a respeito da temática não são desenvolvidos de forma eficaz, como também não há uma finalidade explicitada para a tarefa. Vemos, portanto, que falta aos livros não só constância no que tange à noção de língua do material, como também nem mesmo há fidelidade às teorias

que são evocadas na construção do texto didático e da coleção de atividades, valendo-se dos exemplos apresentados. Esses problemas devem, urgentemente, ser repensados pela gestão do material.

Considerações finais

Neste trabalho, visamos analisar as apostilas de Redação do PVS (RABIN; PINNA; BIAR, 2014; 2015) para, a partir da contextualização do projeto educativo e da difusão de noções e de investigações em torno de educação linguística, refletir sobre sua composição e efetividade para o ensino de escrita. Acreditamos na dissertação argumentativa enquanto um gênero discursivo – do âmbito escolar e vestibular –, entendendo também que tal objeto carece de mais estudos acadêmicos. Ao pensar na redação de vestibular pelos materiais pré-vestibular, enxergamos um panorama de distorções teóricas e de pouca correspondência às próprias ideias a que eles se reportam. Dessa forma, esperamos que esta pesquisa funcione de ponte para diálogo sobre a construção de materiais didáticos efetivos (não só do PVS), assim como almejamos que caminhem lado a lado às novas descobertas e orientações, frutos dos árduos esforços no campo da Educação e da Linguística.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *A estética da criação verbal*. 6ª ed. São Paulo. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BIELSCHOWSKY, Carlos. et al. *Fundação Cecierj: ontem, hoje e amanhã*. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2018.
- BUNZEN, Clecio. Da era da composição à era dos gêneros: o ensino de produção de texto no ensino médio. In: *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- CECIERJ. Pré-vestibular Social (site). Disponível em: <<http://cederj.edu.br/prevestibular>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.
- DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard.

- et. ali. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado das Letras, 2004.
- FREITAS, Luciana Maria Almeida de. MARTINS, Cláudio de Oliveira. *Produção escrita em livros didáticos de português: uma análise do PNLD 2015 Relatório final*. PIBIC/UFF 2016/2017. Niterói: UFF, 2017.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- MARTINS, Cláudio de Oliveira. Ensino de escrita: um olhar para as apostilas de redação do Pré-Vestibular Social da Fundação Cecierj. In: Seminário dos Alunos dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras / UFF - *Anais do VIII SAPPIL - Estudos de Linguagem*, Niterói, v. 1, p. 191-200, 2017.
- _____. A docência no Pré-vestibular Social da Fundação Cecierj: por que tutor em vez de professor? In: *Revista Humanidades*, Montes Claros, v. 7, p. 22-34, 2018.
- _____. *Da concepção de língua à produção escrita: uma análise das apostilas de Redação do Pré-Vestibular Social da Fundação Cecierj (Consórcio Cederj)*. 2019. 137 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- _____. O professor presencial do Pré-Vestibular Social da Fundação Cecierj (Consórcio Cederj): explícitos e implícitos do edital de seleção. In: Ivo da Costa do Rosário; Ilana da Silva Rebello. (Org.). *Linguagem em diálogo com a sociedade: Teorias do texto, do discurso e da tradução*. 1ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, v. 1, p. 186-200.
- RABIN, Bruno.; PINNA, Rafael.; BIAR, Liana. *Pré-Vestibular Social: redação (v.1)*. Bruno Rabin, Rafael Pinna, Liana Biar. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2014, 4. ed. ver.
- _____. *Pré-Vestibular Social: redação (v.2)*. Bruno Rabin, Rafael Pinna, Liana Biar. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015, 5. ed. ver.
- RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social. Fundação Centro de Ciência e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro. Pré-Vestibular Social. Seleção De Alunos Para O Curso Pré-Vestibular Social Extensivo E Intensivo – 2019. Edital s nº / 2019.

Disponível em: <<http://cederj.edu.br/prevestibular/wp-content/uploads/2018/11/Edital-alunos-PVS-2019-1.pdf>>. Acesso em: 22 de abril de 2019.

VOLOSHINOV, Valentin Nikolaevich. *El marxismo y la filosofía del lenguaje*. Buenos Aires: Godot, 2009.

O EDITAL COMO ACONTECIMENTO DISCURSIVO NA SELEÇÃO DOCENTE DE PORTUGUÊS/ESPAANHOL DO CEFET VALENÇA

Thaís Vale Rosa Pereira¹

Introdução

Esse artigo integra as propostas do grupo de pesquisa a que pertenço, Práticas de linguagem, trabalho e formação docente (UFF, CNPq, 2009), no qual as pesquisas possuem, em comum, o compromisso de desenvolver uma articulação entre saberes das áreas dos estudos da linguagem e das ciências do trabalho, promovendo um diálogo entre os campos da formação acadêmica e da prática profissional docente, a fim de desnaturalizar práticas sociais.

O encontro com o *corpus* analisado provém de três vivências distintas e singulares que se entrecruzam em algumas partes. A primeira, de uma docente candidata carioca, que realiza o Processo Seletivo Simplificado (edital nº 001/2017²) e é aprovada e classificada para atuar como professora do CEFET/RJ *campus* Valença; o segundo corresponde a um lugar de fala de professora EBTT substituta de Língua Portuguesa/Espanhola do CEFET/RJ *campus* Valença ocupado durante dois anos (março/2017 a maio/2019) e que nos meses finais do contrato realiza o Concurso Público (edital nº 02/2019³) para

1 Mestra em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem com orientação da professora Del Carmen Daher, no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista Capes, 2018-2019.

2 Disponível em: < <http://www.cefet-rj.br/attachments/article/3116/edital%20001-2017.pdf> > Acesso em 30 de agosto de 2020.

3 Disponível em: < http://www.cefet-rj.br/attachments/article/4141/edital_n%C2%BA_002-2019.pdf > Acesso em 30 de agosto de 2020.

seleção de professor/a efetivo/a da área em seu *campus* de atuação; o terceiro é um lugar de docente candidata que busca compor o Quadro Permanente do Magistério Federal da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no mesmo *campus*, após vivenciar o cargo e possuir conhecimento do contexto, que é aprovada, mas não é classificada dentro do número de vagas.

Esses três momentos ímpares se originam por meio de dois textos institucionais que me autorizam a (não) atuar como docente substituta/efetiva de Português/Espanhol nessa conjuntura, a saber, Edital CEFET/RJ nº 001/2017 e Edital CEFET/RJ nº 02/2019.

Por identificar que os textos discorrem sobre o trabalho docente e por compreender o concurso público/processo seletivo como a porta de entrada para o exercício deste, compreendo como necessária a reflexão da relação linguagem/trabalho para a recuperação dos sentidos que se inscrevem na materialidade discursiva analisada e a desnaturalização do edital como um texto verdade, que não costuma ser discutido, apenas obedecido.

Em outras palavras, busca-se não se conformar com o dito ou o naturalizado de forma a aceitar o determinado sem questioná-lo. Logo, é preciso lançar um olhar direcionado à(s) ausência(s) e não apenas ao que está posto nos editais.

Nos certames, antes de realizar as etapas avaliativas, o candidato precisa aderir às regras gerais presentes nos editais, visto que eles “estabelecem todas as diretrizes que norteiam a realização do concurso público” (CALDAS, 2019, p.80) de forma análoga a um contrato, “cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pelo Estado e devem ser cumpridas por ambas as partes – Estado/candidato –, a partir do momento em que são aceitas” (GIORGI, 2007, p.3-4). Assim, esse gênero faz uso de um discurso jurídico, pois “pressupõe a homogeneidade do lugar do qual se enuncia, o lugar da lei” (GIORGI, 2005, p.43).

Considerando o edital como um gênero do discurso (BAKHTIN, 2016) estabilizado na esfera de atividade da prática social do concurso público (CALDAS, 2019), observo, neste artigo, se há singularidade em cada enunciado como um *acontecimento discursivo* produzido (FOUCAULT, 2019 [1969], p.35) nas *práticas discursivas* (FOUCAULT, 2019 [1969]) do Concurso Público referente ao edital nº 02/2019, de 4 de janeiro de 2019, e do Processo Seletivo Simplificado relacionado ao edital nº 001/2017, de 09 de janeiro de 2017, práticas que possibilitam a admissão do professor candidato à docência no funcionalismo público.

Aporte teórico da Análise do Discurso

Logo, é oportuno aclarar que percorro o caminho da análise do discurso francesa de base enunciativa, que se configura “como um empreendimento ao mesmo tempo teórico e metodológico específico” (MAINGUENEAU, 2015, p.18), com uma visão enunciativo-discursiva da linguagem, o que me aproxima de conceitos teóricos de Maingueneau (1997, 2005), a fim “de melhorar nossa compreensão das relações entre os textos e as situações sócio-históricas nas quais eles são produzidos” (MAINGUENEAU, 2015, p.19).

Faço uso da linguagem como intervenção social ao compreender que ela “integra o conjunto das práticas sociais, torna-as possíveis e ao mesmo tempo se faz possível a partir delas” (DAHER, 2014, p.309).

O discurso sempre estará permeado de marcas na materialidade linguística, silêncios e possibilidades de dizer, que convivem conosco e compõem enunciados.

Trata-se de compreender o *enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação*; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de *mostrar que outras formas de enunciado exclui*. (FOUCAULT, 2019 [1969], p.34, grifos meus).

Por meio de suas palavras, é possível compreender que o procedimento do filósofo francês busca mostrar o enunciado como um *acontecimento discursivo*:

(...) não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. A questão pertinente a uma tal análise poderia ser assim formulada: que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte? (FOUCAULT, 2019 [1969], p. 34).

Não busco isolar os enunciados, concebidos, neste artigo, como *acontecimentos discursivos*, mas observar o aparecimento de relações dentro de *práticas discursivas* (FOUCAULT, 2019 [1969]), ou seja, “não é fechá-lo

em si mesmo; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações” (FOUCAULT, 2019 [1969], p.35).

Considerando que o gênero edital está “impregnado de um discurso jurídico baseado na legalidade e permeado de vozes de autoridade”, configurando-se, “aparentemente, como universal, democrático, irrefutável e incontestável”, como nos afirma Pereira (2020, p. 37), busco questionar: um processo tão engessado como o concurso público e, em consequência, o gênero do discurso relacionado a este, como nos confirma Giorgi (2006, p.6): “os editais são textos geralmente estáveis que normatizam o percurso do concurso”.

Dessa forma, meu olhar não se direciona apenas para o texto, de forma independente, mas acompanhado de uma comunidade de sustentação. Em outros termos, o discurso se organiza em diálogo com um grupo social em um determinado tempo e espaço institucional e numa determinada circunstância. Por essa razão, em nossas análises, que serão apresentadas de forma breve neste artigo, utilizo a noção de *prática discursiva*, definida por Foucault (2019 [1969]), como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2019 [1969], p. 144).

Dessa forma, nas práticas discursivas que o discurso irá: dizer, silenciar, estabelecer sentidos e se posicionar, por exemplo, como “um sistema de regras que define a especificidade de uma enunciação” (MAINGUENEAU, [1984] 2005, p.19), sem que haja uma “relação de exterioridade entre o funcionamento do grupo e de seu discurso, sendo preciso pensar, desde seu início, em sua imbricação” (MAINGUENEAU, [1987] 1997, p.55).

Em concordância com a discussão proposta pelos estudiosos aqui apresentados que pretendemos explorar, de forma breve, a análise a seguir.

A análise: descortinando a materialidade discursiva

Além de ser imprescindível para a realização de qualquer seleção que busque ocupar um cargo público, o edital relaciona os administrados e a Administração, sendo um dispositivo privilegiado de interação entre eles, ainda mais quando não há um caderno ou manual do candidato, como é o caso dos editais analisados.

A partir da noção proposta por Bakhtin (1997, p.279) como forma de organização, “cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*”, percebemos que suas características o concebem como um gênero complexo⁴ com uma estabilidade regular, assim como afirmam pesquisas anteriores, como a de Daher, Giorgi e Almeida (2009, p. 84):

Os editais constituem um gênero estável, em que alguns enunciados são alterados a cada concurso e outros se mantêm, num processo próximo ao que acontece com os requerimentos: já vêm “prontos”. Temos apenas que preencher os espaços em branco, sem modificar o que está previamente determinado. (DAHER; GIORGI; ALMEIDA, 2009, p. 84).

Essa compreensão se aproxima do conceito de gêneros ritualizados de Maingueneau (2015, p.110), quando este aborda sobre os gêneros rotineiros mais restritivos: trata-se dos “gêneros totalmente ritualizados, que deixam uma margem de variação mínima (atos jurídicos, por exemplo)”.

De fato, essa regularidade deve-se a sua natureza jurídica, visto que esse gênero comporta em quase toda sua redação leis, portarias, orientações normativas, decretos presidenciais, pareceres, emendas constitucionais, entre outras exigências.

Além disso, deverão constar os elementos essenciais dos editais, previsto no art. 42 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, que estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelecendo normas sobre concursos públicos.

A obrigatoriedade em constar rigorosamente tais informações oficiais torna esse gênero estável, com padronizações que não são elaboradas a cada processo de seleção, mas recriados, reformulados com espaços em branco que são para pequenas variações.

⁴ Devido à vasta heterogeneidade advinda das diversas esferas de atividade humana, Bakhtin realizou uma “classificação” dos gêneros do discurso, dividindo-os em primários-simples e secundários-complexos. Nesta partição, “os gêneros secundários do discurso aparecem em circunstância de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita. (BAKHTIN, 1997, p.281)”.

A fim de observar o exposto acima, dispomos, nesse artigo, uma exemplificação⁵, através de uma tabela com alguns itens essenciais dispostos na legislação do art. 42 do Decreto nº 9.739/2019, das similitudes e das diferenças dos editais analisados. Entretanto, cabe ressaltar que o Decreto passou a vigorar em 28 de março de 2019, isto é, em data posterior a publicação de ambos os editais.

Tabela 1: Elementos essenciais nos editais analisados

Elementos essenciais previstos pelo art. 42 do Decreto nº 9.739/2019	Edital nº 001/2017 – Processo Seletivo Simplificado	Edital nº 02/2019 – Concurso Público
I – a identificação da instituição realizadora do certame e do órgão ou da entidade que o promove;	Ministério da Educação; Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca; Coordenação de Concursos – CCONC	Ministério da Educação; Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
II – a menção ao ato ministerial que autorizou a realização do concurso público;	Respeitados os limites e as condições fixados em ato Ministério da Educação, através da Portaria nº 1034, de 27/07/2011, publicada no D.O.U. de 28/07/2011.	Portaria Interministerial nº 61 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério da Educação de 29 de março de 2019 ⁶ , publicada no Diário Oficial da União de 4 de abril de 2019, torna pública a abertura de inscrições e estabelece normas para a realização do Concurso Público.

(continua)

5 Traçamos um panorama completo, organizado em tabela na Dissertação “Um olhar discursivo sobre a prática de seleção docente de Português/Espanhol no CEFET/RJ campus Valença”, de minha autoria. A visualização desse material está disponível em: < <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14385> > Acesso em 30 de agosto de 2020.

6 Acredito que o ano esteja equivocado no edital e seja 2018, posto que a publicação do edital é anterior a essa data, a saber, 04 de janeiro de 2019. Além disso, ao buscar a numeração da Portaria Interministerial nº 61 na internet, encontrei a data de 29 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 4 de abril de 2019, isto é, as datas coincidem, apenas o ano não, o que confirma minha suposição de equívoco. Informação disponível no *site*: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/8967540/do1-2018-04-04-portaria-interministerial-n-61-de-29-de-marco-de-2018-8967536 Acesso em: 29 de janeiro de 2020.

(continuação)

Elementos essenciais previstos pelo art. 42 do Decreto nº 9.739/2019	Edital nº 001/2017 – Processo Seletivo Simplificado	Edital nº 02/2019 – Concurso Público
III – o quantitativo de cargos a serem providos;	Anexo I do edital: <u>Campus Angra dos Reis</u> Física – 1 vaga Engenharia – 1 vaga <u>Campus Itaguaí</u> Eletrônica – 1 vaga <u>Campus Valença</u> Administração – 1 vaga Língua Portuguesa/ espanhol – 1 vaga Química – 1 vaga	Anexo I do edital: <u>Campus Angra dos Reis</u> Engenharia Elétrica (perfil 1) – Sistema Elétrico de Potências – 1 vaga Engenharia Elétrica (perfil 2) – Sistemas Industriais – 1 vaga <u>Campus Itaguaí</u> Engenharia de Produção (perfil 1) – 1 vaga Engenharia de Produção (perfil 2) – 1 vaga <u>Campus Nova Friburgo</u> Matemática – 1 vaga <u>Campus Valença</u> Português/Espanhol – 1 vaga

Itens essenciais do artigo 42

Alguns elementos, como o referente ao inciso I, estão nos dois editais de forma bem semelhante ou igual devido à obediência à legislação específica sobre o tema. Por outro lado, ainda que a forma, isto é, a estrutura seja idêntica, o conteúdo diverge por se tratar de outro edital, publicado em um tempo/espço diferente e, logo, com necessidades divergentes, como é o caso do inciso III, que explica “o quantitativo de cargos a serem providos”, ou por aludir a cargos de natureza distinta (temporário/efetivo), como pode ser observado no inciso II, que menciona o “ato ministerial que autorizou a realização do concurso público”.

Tabela 2: Diferenciação nos elementos essenciais dos editais analisados

<p>XV - a quantidade de etapas do concurso público, com indicação das respectivas fases, seu caráter eliminatório ou eliminatório e classificatório e indicativo sobre a existência e as condições do curso de formação, se for o caso;</p>	<p>5.1 O presente processo simplificado constará de duas provas: I Prova de títulos, de caráter classificatório e eliminatório, cuja pontuação é aquela constante na tabela do Anexo VI deste edital, que contribuirá para a nota final com peso 4. II Prova Pública de Aula/ Prova Didática, de caráter eliminatório e classificatório, que contribuirá para a nota final com peso 6;</p>	<p>6.1. O Concurso Público para o preenchimento das vagas discriminadas neste Edital constará de três etapas: 1ª etapa - (PE) prova escrita (eliminatória e classificatória); 2ª etapa - (PA) prova pública de aula (eliminatória e classificatória); 3ª etapa - (PT) prova de títulos (classificatória).</p>
<p>XX - a regulamentação dos meios de aferição do desempenho do candidato nas provas, observado o disposto na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003;</p>	<p>8.1 A classificação do candidato far-se-á em ordem decrescentes da nota final. 8.2 A média final do candidato será obtida através da média ponderada das provas de títulos e didática, de acordo com a seguinte fórmula: Nota Final = (4 x Grau Prova Título) + (6 x Grau Prova Didática) / 10. 8.3 Para efeito de classificação em caso de igualdade no total de pontos terá preferência o candidato com maior idade.</p>	<p>8.1 A classificação do candidato far-se-á em ordem decrescente da nota final. 8.2 A nota final do candidato será obtida através da média ponderada das provas escrita, de aula e de títulos, de acordo com a seguinte fórmula⁷: Onde, Nota Final= (5x Grau da Prova Escrita) + (3x Grau da Prova de Aula) + (2x Grau da Prova de Título) / 10 Os candidatos habilitados para cada uma das vagas do concurso serão classificados em ordem decrescente de nota final. 8.4. Para fins de classificação, em caso de empate, serão considerados, por ordem, os seguintes critérios: a) maior grau obtido na prova escrita (GPE); b) maior grau obtido na prova de títulos (GPT); c) idade dos candidatos, da maior para a menor.</p>

Diferenciação dos itens essenciais do artigo 42

7 A redação encontrava-se no edital sem a concordância nominal.

Observemos os incisos XV e XX, que indicam que as etapas e os meios de aferição do desempenho do candidato nas provas, nos quais podemos observar que os critérios são diferentes em cada processo seletivo: o candidato a docente substituto será avaliado de duas formas, através dos títulos com peso 4 e de uma prova pública de aula com peso 6, enquanto o docente efetivo será avaliado de três maneiras, sendo a de maior importância a escrita, que possui peso 5 (inexistente na seleção de substituto), seguida da prova pública de aula com peso 3 e a pontuação dos títulos correspondendo ao menor valor, com peso 2.

Essas informações analisadas estão atravessadas e dão visibilidade aos objetivos da instituição e da banca examinadora, as expectativas do perfil de docente esperado por essas seleções, as habilidades e os conhecimentos priorizados por cada certame, como observamos se lançarmos um olhar mais atento para a tabela de atribuição de pontos na prova de títulos.

No edital nº 001/2017, que visa a atender a necessidade de contratar um professor substituto, a titulação: Especialização (1,0), Mestrado (2,0) e Doutorado (3,0) corresponde a uma pontuação máxima de 3 pontos, uma vez que será considerado apenas o título de maior pontuação, enquanto a experiência profissional detém mais que o dobro de pontos, compreendendo um máximo de 7 pontos, englobando atividade docente, orientação de trabalhos de alunos, atividades de pesquisa e atividades correlatas não acadêmicas. Isso nos diz muito sobre o perfil esperado por essa seleção: um professor com prática e experiência docente. Já no Concurso Público, que corresponde o edital nº 002/2019, que objetiva o provimento efetivo, a atribuição para a titulação corresponde ao máximo de 5 pontos, sendo Especialização (1,0), Mestrado (3,0) e Doutorado (5,0), ao passo que a experiência profissional também detém a pontuação máxima de 5,0, no qual engloba a atividade docente com um teto máximo de até 3 pontos⁸, atividades não docentes até 4 pontos, atividades de pesquisa até 3 pontos, outras publicações até 2 pontos e outras atividades até 1 ponto.

Esses diferentes graus atribuídos são elaborados pela Coordenação de Concursos (CCONC) do Cefet/RJ, que elabora uma tabela comum de atribuição de pontos na prova de títulos para todas as áreas presentes no edital. Entretanto, as diferentes pontuações envolvem informações que não são ditas, mas são subjetividades que implicam diretamente no processo.

8 Esse teto de atividade docente compreendia até 4 pontos na seleção de docente substituto.

Considerando que o Art. 15 da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006 dispõe sobre o Adicional de Qualificação que incide sobre o vencimento básico do servidor, isto é, o docente do Magistério Federal receberá proventos de Retribuição por Titulação, conforme o item V da tabela nos mostra. Logo, torna-se atrativo que o servidor que ainda não tenha realizado os cursos *stricto sensu* de mestrado e doutorado os faça, ainda mais com a possibilidade de afastamento para a pós-graduação, que pode durar até 24 meses para o curso de mestrado e 48 meses para o de doutorado, garantidos pela Lei nº 11.907, publicada no ano de 2009. Em outras palavras, o servidor pode ficar afastado de suas atividades e continuar recebendo o salário na folha de pagamento.

Esse incentivo destinado apenas aos docentes federais efetivos, que não contempla os professores substitutos, influencia, de forma subjetiva, a escolha da banca examinadora de um concurso público ao analisar a pontuação de uma prova de títulos, visto que a licença para a qualificação profissional do futuro colega poderá implicar a ausência deste por até 48 meses na instituição, o que acarreta um aumento na carga horária dos colegas assim como um acréscimo nas atribuições delegadas ao colegiado cujo docente licenciado está inserido, ainda que haja uma tentativa de “suprir” essa falta com a contratação de professores substitutos.

Logo, ao conferir uma pontuação expressiva à titulação de Doutorado (5,0) na prova de títulos do Concurso Público para provimento efetivo, verifica-se uma prioridade para um profissional que já detenha essa titularidade.

Estas últimas instituições [as Federais] são conhecidas por oferecerem maiores salários que os dos outros sistemas educacionais e favorecerem àqueles/as com maior grau de formação, já que a pontuação atribuída às provas de títulos é relevante no processo seletivo. Nesse sentido, é como se houvesse uma hierarquia entre os profissionais destas diferentes esferas, tendo em vista a “qualidade” dos resultados alcançados. (ALMEIDA, 2014, p. 15).

Tais subjetividades encontradas (e silenciadas) nas etapas avaliativas são garantidas e amparadas pelo edital, que se legitima como autoridade desde o princípio.

Em sua composição textual, desde a introdução, pode-se observar a interação de vozes de autoridade, especialmente nas referências a leis, portarias e normas, que auxiliam a compor a cenografia⁹ de um edital de concurso público, que pode ser considerado um exemplo de:

Gêneros instituídos de modo (1): são pouco ou nada sujeitos a variação: carta comercial, relatórios de polícia, lista telefônica, documentos cartoriais, conversas entre pilotos de avião e as torres de controle... Seus produtores são praticamente intercambiáveis. Repousam sobre fórmulas e esquemas posicionais preestabelecidos sobre os quais se exerce forte controle. A cenografia endógena é, assim, imposta pela cena genérica. (MAINGUENEAU, 2015, p. 126).

No entanto, ainda que os editais sejam elaborados “por meio de um modelo ‘padronizado’, eles foram produzidos em uma situação sócio histórica específica e apresentam, por esse motivo, elementos que os tornam únicos” (CALDAS, 2019, p. 81), como nos mostram as linhas referentes ao item III, que estabelece o quantitativo de cargos a serem providos. Em sua tese, Calda cita alguns elementos que o tornam singulares:

Por exemplo, através do perfil solicitado e do número de vagas para a docência, das vagas que são oferecidas a diferentes *campi*, aos conteúdos programáticos e bibliografia inerentes às vagas, aos membros que compõem as bancas examinadoras do concurso, às tabelas de remuneração, ao cronograma, ao fato de o concurso ser para professor substituto ou para professor efetivo, entre outros tantos elementos, que variam conforme o contexto e as condições de produção de cada edital. (CALDAS, 2019, p. 81-82).

Logo, ainda que haja uma considerável estabilidade na sua composição, formando uma rede de conexão que retoma as suas origens, qualquer concurso público para selecionar docentes efetivos e/ou substitutos para o

9 Segundo Maingueneau (2015, p.122), “enunciar não é apenas ativar as normas de uma instituição de fala prévia; é construir sobre essa base uma encenação singular da enunciação: uma *cenografia*” (grifo do autor).

exercício da carreira do Magistério Federal é um rizoma¹⁰, pois cada *campus* e cada formação de Banca Examinadora detêm autonomia para direcionar o desenvolvimento das etapas avaliativas assim como selecionar os critérios deliberativos e de análise do(s) texto(s) produzido(s) pelos/as docentes candidatos/as em uma Prova Escrita.

Considerações finais

Ainda que de naturezas diferentes, visto que um edital corresponde a um concurso público destinado a uma vaga em caráter efetivo e o outro a um processo seletivo para a contratação temporária, verificamos regularidades nos dois textos especialmente quanto à condição de expressar a legalidade, utilizando uma voz de autoridade do início até o final.

Após 15 anos, como já nos mostravam pesquisas (GIORGI, 2005), percebe-se que o concurso público e os editais permanecem engessados, estáveis e naturalizados como instituídos de verdades postas como absolutas, permeadas de silenciamentos.

Essa remissão às leis integra uma cadeia discursiva que antecipa a impossibilidade de determinadas ações futuras. Acredita-se (ou faz-se acreditar) que as afirmações escritas “é lei”, sendo uma forma de regulação de todo o processo, porém, o edital é passível de algumas inconsistências. Caso haja, o edital pode ser cancelado e um novo pleito se estabelece.

Por outro lado, as informações analisadas nas tabelas dão visibilidade: aos objetivos da instituição e da banca examinadora; as expectativas do perfil de docente esperado por essas duas seleções; as habilidades e os tipos de conhecimento priorizados por cada certame, entre outros fatores que comprovam que os diferentes graus atribuídos aos candidatos nas etapas avaliativas envolvem informações que não são ditas no edital e nem em mais nenhum lugar, visto que são questões subjetivas que implicam no processo.

10 Utilizo o conceito de rizoma de acordo com Deleuze e Guattari (1995, capa), “um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança”. (Grifo dos autores) Logo, um rizoma se conecta, cresce, prolifera em uma multiplicidade, uma irregularidade, no qual o rizoma pode ser caracterizado como uma raiz horizontal se conectado a outras raízes. Assim, “ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes de direções movediças” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.31).

Assim, cada concurso permitirá uma multiplicidade de variáveis tornando-se um acontecimento discursivo singular: o quantitativo de docentes internos e externos da Banca Examinadora; os respectivos critérios de cada membro de acordo com as experiências, vivências, formações, concepções de educação e perspectivas teóricas; o perfil de liderança e a posição que ocupam (presidente, membro ou suplente) os/as professores/as na organização da banca; a unidade da Instituição e o seu contexto sócio histórico; o objetivo do código da vaga, do colegiado, do *campus* e da Instituição; os meios, a forma e o tempo de divulgação do concurso; a modalidade da inscrição (presencial ou virtual); a titulação mínima exigida como pré-requisito; a preparação do candidato e sua afinidade com os materiais teóricos indicados pela banca para a Prova Escrita assim como com o ponto sorteado para a Prova Pública de Aula influenciam na seleção e permitem uma múltipla possibilidade de direcionamentos.

Há que se caminhar na direção da desnaturalização desse processo de seleção que permanece sendo reproduzido sem reflexões e questionamentos a fim de avançar em um sentido de aperfeiçoar essa prática discursiva.

Referências

- ALMEIDA, Fabio Sampaio. *Uma docente em prova de seleção: entextualizações de performances corpóreo-discursivas*. Tese de Doutorado em Linguística Aplicada. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.
- BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. 1. ed. Tra. E org.: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2. ed. Trad. e org.: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRASIL. *Decreto Nº 9.739, de 28 de março de 2019*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9739.htm> Acesso em 12 de agosto de 2019.
- BRASIL. *Edital nº 02/2019, de 04 de janeiro de 2019*. Disponível em: <http://www.cefet-rj.br/attachments/article/4141/edital_n%C2%BA_002-2019.pdf> Acesso em 10 de agosto de 2019.

- BRASIL. *Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCiViL_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9508.htm> Acesso em 30 de agosto de 2020.
- BRASIL. *Edital nº 001/2017, de 09 de janeiro de 2017*. Disponível em: <<http://www.cefet-rj.br/attachments/article/3116/edital%20001-2017.pdf>> Acesso em 10 de agosto de 2019.
- BRASIL. *Lei nº 11.907, de 02 de fevereiro de 2009*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11907.htm> Acesso em: 29 de agosto de 2018.
- BRASIL. *Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11416.htm> Acesso em 12 de janeiro de 2020.
- BRASIL. *Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm> Acesso em 30 de agosto de 2020.
- CALDAS, Bárbara. *Política Linguística nos editais e nas provas de concurso público para a docência em Língua Espanhola: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro*. 2019. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- DAHER, Del Carmen. Um exame de prática discursiva do trabalho de seleção de professores de línguas estrangeiras para o sistema público de ensino básico. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 306-316, jul.-set. 2014.
- DAHER, Del Carmen; GIORGI, Maria Cristina; ALMEIDA, Fabio Sampaio A prática do concurso público para professores: uma seleção para o trabalho? In: DAHER, Del Carmen; GIORGI, GIORGI, Maria Cristina; RODRIGUES, Isabel Cristina. (Org.). *Trajetórias em enunciação e discurso: práticas de formação docente*. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 77-88.
- DAHER, Del Carmen; SANT’ANNA, Vera. Avaliação do livro didático de língua estrangeira: em busca de um objeto ético. In: BARROS, C. COSTA, E. e GALVÃO, J. (Orgs). *Dez anos da “Lei do Espanhol” (2005 – 2015)*. Belo Horizonte, 2016.p. 97-122.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. 94p.

- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019 [1969].
- GIORGI, Maria Cristina. Gênero de discurso em processo de seleção docente: edital, manual e prova. In: *IV Congresso de Letras da UERJ - São Gonçalo*, 2007, São Gonçalo. Livro de resumos e programação do XI CNLF - IV Congresso de Letras da UERJ - São Gonçalo, 2007. v. Único.
- GIORGI, Maria Cristina. Seleção docente: perfil de professor e saberes privilegiados pelo trabalho. In: *II JEL*, 2006, Rio de Janeiro. Linguagem: Teoria, análise e aplicações, 2006.
- GIORGI, Maria Cristina. *Seleção para a rede pública estadual de ensino: o que se espera do professor de língua estrangeira?* Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: UERJ, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Tradução de Sírio Possenti. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. 192 p.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, [1984] 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução de Freda Indursky. Campinas: Pontes, [1987] 1997.
- PEREIRA, Thaís. *Um olhar discursivo sobre a prática de seleção docente de Português/Espanhol no CEFET/RJ campus Valença*. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) - Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

A DIVERSIDADE NOS PLANOS DE AULA DA REVISTA NOVA ESCOLA

Ana Patricia Rosinek¹¹

Introdução

Neste trabalho, buscamos investigar como se aborda o tema da diversidade dentro dos planos de aula da revista *Nova Escola* (doravante NE). A revista com a qual escolhemos trabalhar está presente há mais de 30 anos no mercado e se apresenta como um material bastante conhecido e consultado por professores do Ensino Básico. Inclusive, em alguns momentos, ele foi disponibilizado de maneira gratuita dentro das escolas e, por esse alcance, acreditamos ser pertinente refletir a respeito. Haja vista que um dos últimos projetos levados a cabo pela NE são os “Planos de aula totalmente gratuitos e alinhados à BNCC”, no presente artigo analisaremos uma sequência de planos de aula (doravante PA) pertencentes a tal projeto, no intuito de examinar os sentidos produzidos para a diversidade, tendo em conta que o PA em questão é enquadrado pela revista como pertencente à “Educação empreendedora”. Por conseguinte, falaremos sobre a NE, sobre o projeto PA e, por fim, examinaremos a sequência didática mencionada.

11 Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense com tese de doutoramento sob orientação da Profa. Dra. Maria Del Carmen Fátima Gonzalez Daher. Bolsista Capes.

A revista Nova Escola

Sendo a NE bastante popular entre professores, uma das razões para tal é estar presente no mercado há mais de 30 anos, desde 1986, logo após a Ditadura Militar. Foi inaugurada pela Fundação Victor Cívita (FVC), organização do empresário Victor Cívita, que, por sua vez, integrava o grupo empresarial da Editora Abril, estabelecida em 1950 (CARVALHO, 2019, p. 19). Salienta-se também que o material foi, durante alguns governos, subsidiado financeiramente para que as escolas o recebessem gratuitamente e, igualmente por isso, tornou-se muito conhecido pelo público. Nesse sentido, Carvalho (2019, apud BUENO, 2007) aponta que chegaram a ser distribuídos 700 mil exemplares mensais, o que fez da revista o “único periódico educacional ao qual a maioria dos professores da rede pública têm acesso” (2007, p. 303).

Atualmente, a NE passou por várias mudanças, entre elas a transferência da marca para a Fundação Lemann (doravante FL), ocorrida no início de 2016. Em sua página *web*¹², a FL se apresenta como uma instituição sem fins lucrativos, que não vende nenhum produto educacional, não está associada a nenhuma organização privada e não apoia nenhum partido político, coligação ou campanha eleitoral. (CARVALHO, 2019, p. 34). E destaca que a intenção é “Colaborar com pessoas e instituições em iniciativas de grande impacto que garantam a aprendizagem de todos os alunos e formar líderes que resolvam os problemas sociais do país, levando o Brasil a um salto de desenvolvimento com equidade.” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2020, s/p). A fundação em questão pertence a José Paulo Lemann, um dos homens mais ricos do Brasil, dono da maior cervejaria do mundo e sócio de várias outras empresas conhecidas. Além dessa mudança, a revista também deixou de ser disponibilizada como material impresso e passou a ser uma revista digital.

Em vários países, assim como ocorre com a FL no Brasil, instituições filantrópicas financiadas por empresas têm procurado impactar fortemente a Educação Básica de sua nação. No caso da FL no Brasil, essa intenção ficou clara durante o processo de discussão e aprovação da Base Nacional Comum Curricular (doravante BNCC), aprovada em 2017. Moeller e Tarlau (2020) desenvolvem um trabalho em que demonstram como a FL

12 Informação disponível em: <<https://fundacaolemann.org.br/>>. Acesso em dez. 2020.

procedeu para criar a necessidade de uma base comum e todas as estratégias para chegar a ser aprovada, e destacam como isso vem ocorrendo também em outros países:

“Essa estreita parceria entre fundações e governo é o resultado de uma estratégia deliberada de fundações voltadas para resultados, com o objetivo de criar uma sequência coordenada de reformas educacionais, em parceria com o governo, para produzir o impacto mais concentrado possível” (Tompkin-Stange 2016, 114). Em vez de oferecer recursos a pequenas ONGs ou a grupos da sociedade civil, a Fundação Lemann investiu seus recursos para produzir o maior impacto possível na política pública, promovendo padrões nacionais de aprendizagem. Seu projeto tornou-se um meio de inserir a fundação no próprio Estado, exercer sua influência e ganhar prestígio (MOELLER; TARLAU, 2020, p.558).

Uma das articulações mais claras nesse sentido foi através do “Movimento pela Base”, onde a FL junto com outras instituições realizaram uma série de movimentos durante a discussão da BNCC, a fim de reforçar a importância dela e apontar direções e características que deveriam compor a base ideal. A BNCC representa uma disputa sobre sentidos e interesses para a Educação Básica e, como aponta Souza (2019, p. 9), dentre eles estariam os interesses de instituições como a FL.

Nesse terreno de disputas no que tange à discussão do documento, Moller & Tarlau (2020) recuperam e apontam que, durante os debates da BNCC, a FL atuou em benefício próprio:

Como se observou no caso da BNCC, lideranças da fundação ajudaram funcionários do governo a alcançar um consenso sobre quais políticas adotar para resolver os problemas definidos, através de recursos para pesquisas e organização de seminários educacionais. Também ofereceram apoio organizacional e econômico para implementar essas políticas (MOELLER; TARLAU, 2020, p. 555).

Por meio da análise do processo da elaboração da BNCC, as autoras apontam também o interesse de grupos empresariais como a FL no âmbito da Educação Básica:

Assim, demonstramos como a influência filantrópica corporativa e privada na educação pública não é simplesmente um esquema neoliberal para maximizar lucros; em vez disso, é uma tentativa de líderes corporativos e fundações privadas de angariar poder e influência em diferentes escalas e refazer a educação pública à sua imagem e semelhança (MOELLER; TARLAU, 2020, p. 555).

Com as considerações realizadas nessa seção, vimos algumas características da NE e também que relação entre a FL, responsável pela NE, e a BNCC vem de antes mesmo do projeto desenvolvido pela revista com relação aos PA alinhados à própria base comum. A seguir, falaremos especificamente sobre o projeto em questão.

O projeto “planos de aula alinhados à BNCC”

Logo após a aprovação da BNCC, a NE, com o apoio do *Google*, dá início ao projeto “Planos de aula totalmente gratuitos e alinhados à BNCC”. Segundo a NE, a intenção desse esforço é:

O produto dessa união de esforços e conhecimentos tem a missão de apoiar milhares de docentes no desafio de traduzir a BNCC - política pública que define o que todo brasileiro deve aprender até o fim da Educação Básica - para a realidade da escola, assegurando que nenhum aluno fique para trás (REVISTA NOVA ESCOLA, 2020, s/p.).

Dessa maneira, vemos que o projeto de PA visa a ajudar o professor a “traduzir” o novo documento para garantir equidade de conhecimento aos alunos. Além dos PA, na página da NE é possível ter acesso a vários

materiais relacionados à BNCC, inclusive a cursos que podem ser comprados pelos professores para conhecer como “aplicar” a base em sala de aula¹³.

Para levar a cabo o projeto, a NE selecionou professores atuantes na Educação Básica para formar parte do “Time de Autores”, que ajudaram na elaboração dos planos. Sobre os desafios do time, encontramos o seguinte trecho no *site*:

O desafio desse time é produzir, até o início de 2019, 6 mil planos de aula para Educação Infantil e disciplinas do Ensino Fundamental, como Matemática, Ciências, Inglês, História, Geografia e Língua Portuguesa. Todo o material será alinhado à Base Nacional Comum Curricular e será disponibilizado gratuitamente no site de NOVA ESCOLA (REVISTA NOVA ESCOLA, 2020, s/p.).

Segundo a NE, em matéria publicada em sua página em 6 de junho de 2019¹⁴, o projeto de PA teria alcançado um grande número de professores que os utilizaram em suas aulas, e, inclusive, seria um dos motivos de orgulho da marca: “Outro motivo de orgulho é que os Planos de Aula criados pelo Time de Autores agora são usados por 500 mil professores em sala de aula”. É interessante observar que a matéria não se preocupa em mencionar como se chegou a esses números e como saber se os professores realmente usaram os planos; ela somente os apresenta no intuito de legitimar o sucesso de seu projeto.

A diversidade nos planos de aula da revista *Nova Escola*

Nas seções anteriores entendemos um pouco mais sobre a NE e seu projeto de planos de aula. A seguir, realizaremos a análise de um dos planos disponibilizados na página da revista. Para tanto, interessa-nos especificamente o tema diversidade.

13 Cursos disponíveis no seguinte link: <<https://cursos.novaescola.org.br/cursos>>. Acesso em: dez. 2020.

14 Matéria disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/17623/planos-de-aula-nova-escola-ja-sao-usados-por-500-mil-professores-no-brasil>> Acesso em: dez. 2020.

Iniciamos nossas buscas a fim de checar se o referido tema é contemplado em algum dos PA. Quando se acessa a página de NE, logo no início, há um atalho chamado “planos de aula” que encaminha diretamente para onde os planos estão dispostos. Já direcionados, há uma aba de buscas na página em que se podem pesquisar por PA de acordo com a disciplina, ano ou tema. Após pesquisar por “diversidade”, encontramos uma sequência didática chamada “*Quem são os estudantes da nossa escola?*”, composta por 7 aulas, cuja primeira chama-se “*Diversidade na sala de aula*”. A seguir, reproduzimos a apresentação do PA:

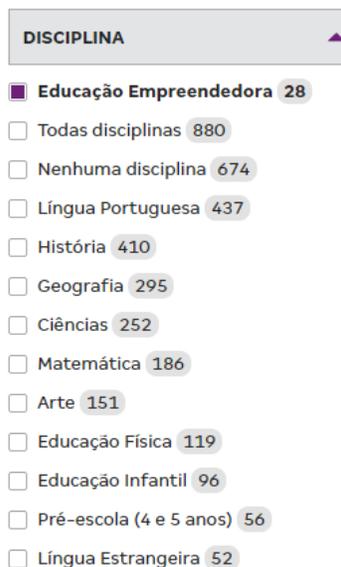
Figura 1

Educação Empreendedora	
Sequência:	Quem são os estudantes da nossa escola?
Plano de aula:	Diversidade na sala de aula
Componentes:	Matemática e Língua Portuguesa
Ano:	6º e 7º anos do Ensino Fundamental
Objetivo(s) de aprendizagem:	Refletir sobre as diferentes culturas e identidades que fazem parte dos estudantes da instituição de ensino por meio da produção e do tratamento de dados.

Apresentação do plano de aula “Diversidade na sala de aula”

Como podemos observar, a proposta apresentada é para os componentes Matemática e Língua Portuguesa, para alunos do 6º e 7º anos. Logo de início, chama a atenção a constatação de que essa sequência faz parte de um segmento chamado “Educação empreendedora”, o qual passa a figurar ao lado de outros componentes curriculares ou disciplinas, conforme verifica-se em seguida:

Figura 2



Disposição das disciplinas na busca por planos de aula

É possível observar também uma espécie de confusão com relação à utilização dos termos “componentes” e “disciplinas”. Na BNCC já não se usa o termo disciplina, e sim componente curricular, mas na página de NE, como vemos, há certa instabilidade nessa prática; no quadro logo acima, vemos a utilização de “disciplinas”, mas na apresentação dos PA se menciona “componente curricular”.

Conforme comentamos, chamou nossa atenção o segmento “Educação empreendedora” nas opções de PA disponibilizados, visto que a BNCC não apresenta nenhum componente curricular denominado “Educação empreendedora”. Por conta disso, procuramos na página *web* de NE textos que tratem sobre a “Educação empreendedora” e sua presença nos PA. Com essa perspectiva em mente, encontramos algumas matérias jornalísticas similares, uma delas sob o título “Educação empreendedora: 3 sequências didáticas para trabalhar o autoconhecimento”¹⁵, datada de 22 de junho de 2020, e uma segunda nomeada “O que é Educação

15 Disponível em : <<https://novaescola.org.br/conteudo/19380/educacao-empreendedora-3-sequencias-didaticas-para-trabalhar-o-autoconhecimento>> Acesso em: nov. 2020.

empreendedora e como colocá-la em prática na escola?”¹⁶, do dia 20 de maio de 2020. Vemos, portanto, que se trata de um conteúdo novo, incorporado à revista no ano de 2020.

As matérias mencionadas ainda informam que o projeto de PA “Educação empreendedora” de NE tem parceria com a empresa Gerdau:

Em parceria, NOVA ESCOLA e Gerdau empenharam-se no desenvolvimento de 70 planos de aula, agrupados em 11 sequências didáticas para turmas do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, e mais sete projetos institucionais sobre o tema. “O tema faz parte de um dos três eixos de atuação social da Gerdau. Temos alguns projetos e parcerias para contribuir para a Educação empreendedora de jovens e adultos, pois acreditamos na transformação social por meio do empreendedorismo”, afirma Paulo Boneff, head de Responsabilidade Social da Gerdau (REVISTA NOVA ESCOLA, 2020, s/p.).

De tal modo, averiguamos que em projetos e materiais disponibilizados por NE é bastante forte a presença de empresas que se apresentam através de projetos filantrópicos, como é o caso do *Google* e de seu apoio à primeira etapa do projeto planos de aula, além da própria FL. Sendo assim, é importante termos em conta que o material prioriza ideias relacionadas à Educação Básica vindas de grupos com essas características; grandes empresas que procuram influenciar a educação através da filantropia.

Na matéria “*O que é Educação empreendedora e como colocá-la em prática*” encontramos a função de tal educação empreendedora: “Assim, colocando a Educação empreendedora em cena é possível fazer que, enquanto estudam os conteúdos previstos no currículo, os alunos se desenvolvam como cidadãos ativos, responsáveis, colaborativos e resilientes” (REVISTA NOVA ESCOLA, 2020 s/p.), ou seja, a matéria apresenta esse tipo de educação como ideal para formar alunos protagonistas, ativos. É possível perceber nessa afirmação a voz do Outro, como define

16 Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/19150/o-que-e-educacao-empreendedora-e-como-coloca-la-em-pratica-na-escola#:~:text=A%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Empreendedora%20%C3%A9%20uma,%2C%20aut%C3%B4nomos%2C%20transformadores%20e%20empreendedores>> Acesso em: nov. 2020.

Maingueneau (2008, p.31), à medida que é bastante recorrente a ideia de que a escola falha em formar alunos ativos, de que o ensino é conteudista, ultrapassado, embora não se cite a voz desse Outro. Ao afirmar que o aluno precisa ser ativo e protagonista, NE busca, de alguma maneira, responder aos anseios desse tipo de crítica, apresentando como solução a educação empreendedora. Além disso, a mesma matéria procura dissociar o empreendedorismo do ramo empresarial:

Embora no senso comum essa palavra esteja mais relacionada ao mundo empresarial e de negócios, ela vai muito mais além, envolvendo a vida de forma abrangente. O dicionário Michaelis define o termo como aquele “que se lança à realização de coisas difíceis ou fora do comum; ativo, arrojado, dinâmico (REVISTA NOVA ESCOLA, 2020, s/p.).

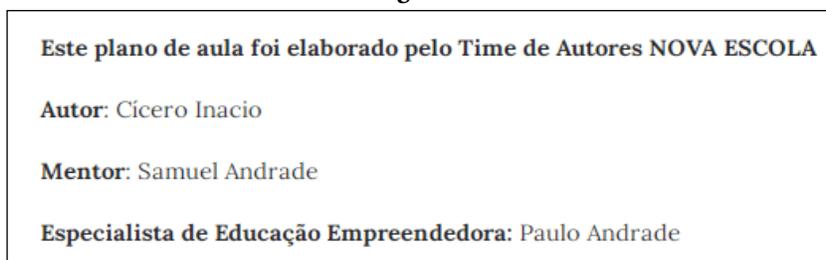
Vemos, assim, que a revista designa a educação empreendedora como solução para uma educação ultrapassada, que forma alunos sem criticidade e protagonismo, associando, de alguma maneira, um termo (empreendedorismo), antes restrito ao ambiente empresarial, à escola.

Pensando nessa relação que se produz entre educação e empreendedorismo, procuramos refletir sobre ela, acontecimentalizá-la, como propõe Rocha (2007): “reencontrar as forças que foram aos poucos se apagando e, que, posteriormente, determinaram que fosse percebido como absolutamente natural ou evidente o nexosaber-poder responsável pela configuração de uma forma estabilizada qualquer” (ROCHA, 2007, p. 114). Nesse sentido, em seus estudos, Foucault nos fala sobre a fôrma “empresa” e como ela vem sendo incorporada a outros setores na sociedade: “Essa multiplicação da fôrma empresa no interior do corpo social que constitui, a meu ver, o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade.” (FOUCAULT, 2008, p. 203). Para tanto, observamos que trazer para a educação conceitos do ramo empresarial não é algo natural, mas sim algo que dialoga com uma política neoliberal. Nessa lógica da incorporação da empresa em vários aspectos da vida, Foucault também aponta que se procura formar um tipo de identidade, o *homo economicus*: “O *homo economicus* que se quer reconstruir não é o homem da

troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção.” (FOUCAULT, 2008. p. 201).

De tal modo, constatamos uma série de aspectos relacionados ao PA que tratam sobre a diversidade. A seguir, daremos continuidade à análise dele. Na apresentação do PA em questão se apresentam os responsáveis pela elaboração:

Figura 3



Apresentação plano de aula “Diversidade na sala de aula”

Através de buscas na página da NE, encontramos uma breve apresentação dos profissionais que elaboraram o PA examinada:

- Cícero Inácio - Time de autores - Matemática, Sorocaba, SP;
- Samuel Andrade - professor especialista em produção e edição de materiais pedagógicos;
- Paulo Andrade - professor especialista em Desenvolvimento Integral e pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Novas Arquiteturas Pedagógicas da Universidade de São Paulo (USP).

Nessa disposição, chama bastante a atenção a ausência de um professor de Língua Portuguesa, pois, como vimos, esse PA era destinado aos componentes Matemática e Língua Portuguesa. A partir disso, podemos concluir que para NE em seu projeto de PA não é essencial que haja um professor especialista em cada um dos componentes tratados, já que, nesse caso, prestigiaram especialistas voltados à produção de material didático, novas arquiteturas pedagógicas e professor de Matemática, identificados como parte do time de autores. Há, assim, uma desvalorização do professor de Língua Portuguesa em tal contexto, pois seus conhecimentos sobre o componente não são necessários para a elaboração do material.

Por conseguinte, apontaremos especificamente como o tema diversidade é abordado na sequência didática, procurando depreender os sentidos que se produzem em relação a ele. Já que os sentidos não são estabilizados, pois como revela Foucault (2009): “o discurso é uma prática que constrói seus sentidos nas relações e nos enunciados em funcionamento”, tentaremos pensar quais são os sentidos produzidos para “diversidade” no contexto dos PA de NE. Como dissemos, o plano de aula “*Diversidade na sala de aula*” faz parte de uma sequência didática chamada “*Quem são os estudantes da nossa escola?*”, e, nesse momento, daremos conta especificamente do PA sobre diversidade. Em particular, o trecho dos encaminhamentos dados ao professor com o objetivo de depreender sentidos para a diversidade.

Dessa forma, destacamos a seguinte orientação do PA ao professor:

Para começar a atividade, explique o objetivo da aula: conhecer várias dimensões da identidade e dos hábitos dos colegas da sala, por exemplo, **quais são os gostos musicais, filmes preferidos, locais que gostam de frequentar ou não, que tipo de roupa gostam de usar, como gostariam que fosse a escola, quanto tempo levam para estudar, quais as matérias preferidas etc.**” Através desta orientação, podemos perceber que se definem sentidos para a diversidade através dos elementos destacados, estas expressões estariam dando “sentido” ao que é diversidade (REVISTA NOVA ESCOLA, 2020, s/p, grifos nossos).

Em outro momento da aula, encontramos outra orientação dada ao professor:

Peça para que os alunos perguntem para o colega da dupla coisas que gostaria de saber. Ofereça, como repertório, algumas sugestões:

- Qual seu filme favorito?
- Sua cor favorita?
- Qual tipo de música você gosta?
- Onde você costuma ir para se divertir?
- Qual sua matéria preferida?
- Quanto tempo você leva para estudar para as disciplinas?

(REVISTA NOVA ESCOLA, 2020, s.p.).

A partir da observação dos trechos destacados, podemos perceber mais uma vez que se definem sentidos para a diversidade, e que, nos dois exemplos apresentados, estão restritos a hábitos, como onde ir para se divertir e quanto tempo se passa estudando, além de gostos pessoais, como música e filme favoritos.

A seguir, passaremos a observar toda a sequência didática, a qual engloba a aula “*Diversidade na sala de aula*”, especialmente o título que se dá a cada uma das aulas que a compõem. São tais:

aula 1: Diversidade na sala de aula

aula 2: Discutindo o tema de pesquisa

aula 3: Montando as questões de pesquisa

aula 4: Criando o formulário de perguntas

aula 5: Tratando os dados da pesquisa

aula 6: Produzindo informações sobre a pesquisa

aula 7: Discutindo *feedback* de gestão

Averigua-se, assim, que em uma sequência que visa a estimular os alunos a conhecer os demais estudantes da escola, como ela se intitula, ocorre o apagamento desse tema, apesar de aparecer claramente na aula 1 a abordagem da diversidade. Porém, nas aulas seguintes, é removido, e o que surge é um vocabulário de outro campo que não parece ser o da Educação Básica: pesquisa, dados, gestão, *feedback* etc, em que se ressaltam termos relacionados a áreas como contabilidade ou administração.

Portanto, a diversidade é trabalhada como conceito já predefinido pelo PA, além de ser usado apenas como pretexto para criar dados, formulários e produzir pesquisa, o que é possível perceber pelo apagamento que o termo sofreu nos títulos das aulas da sequência. Dessa maneira, para NE, através da análise aqui desenvolvida, um aluno protagonista, como prioriza a educação empreendedora, nesse caso, seria aquele capaz de “produzir” (no sentido neoliberal como apontado por Foucault) dados, formulários, pesquisa... mas não aquele que é capaz de observar um tema como o da diversidade procurando refletir sobre ele. Isso fica claro quando se observa como o tema “diversidade” acaba sofrendo um apagamento na sequência das aulas, ou seja, este tema serve apenas de pretexto, pois o que realmente se destaca nos PA é a preocupação com a produção e apresentação de dados.

Referências

- BUENO S. F. Semicultura e educação: uma análise crítica da revista Nova Escola. *In: Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, p. 300-307, ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782007000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em nov/2020.
- CARVALHO, S. M. de. *Análise linguístico-discursiva do projeto planos de aula Nova Escola*. 2019, 108 f. Dissertação (Mestre em estudos da Linguagem). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- GAULEJAC, V. de. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo: Ed. Idéias e Letras, 2007.
- LOPES, M. do S. M. *A formação para o trabalho docente na fronteira entre a academia, a mídia e o mercado*. 2019, 210 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MOELLER, K; TARLAU, R. O consenso por filantropia: Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. *In: Currículos sem fronteiras*, v. 20, n. 2, p. 553-603, mai.-ago. 2020. Disponível em: <<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss2articles/tarlau-moeller.pdf>> Acesso em: dez. 2020.
- MORO, C. V. M.; AMADOR, F. S. O trabalho da gestão: notas sobre poder e subjetividade. *Revista Psicologia-Organizações e Trabalho*, v. 15, p. 201-211, 2015.
- NOVA ESCOLA, R. Sobre os planos de aula. *Revista Nova Escola*. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/plano-de-aula/sobre#:~:text=O%20produto%20dessa%20uni%C3%A3o%20de,nenhum%20aluno%20fique%20para%20tr%C3%A1s>>. Acesso em: nov. 2020.
- _____. Planos de Aula “Nova Escola” já são usados por 500 mil professores no Brasil. *Revista Nova Escola*, 2019. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/17623/planos-de-aula-nova-escola-ja-sao-usados-por-500-mil-professores-no-brasil>> Acesso em: nov. 2020.

_____. Plano de aula - Diversidade na sala de aula. *Revista Nova Escola*. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/plano-de-aula/6435/diversidade-na-sala-de-aula>>. Acesso em: nov. 2020.

ROCHA, D. O. S. Produção de subjetividade: a lição de O homem que copiava. *Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 23, n. 1, p. 97-126, 2007.

_____. Cartografias em análise do discurso: rearticulando as noções de gênero e cenografia. *D.E.L.T.A.*, v. 29, n.1, p.135-159, 2013.

SOUZA, A. M. R. de. *Base nacional comum para quê/quem? Uma cartografia de conflitos discursivos na produção de um currículo oficial*. 2019. 362 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

Créditos das imagens:

Figura 1: Revista *Nova Escola*. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/plano-de-aula/6435/diversidade-na-sala-de-aula>>. Acesso em nov. 2020.

Figura 2: Revista *Nova Escola*. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/plano-de-aula/6435/diversidade-na-sala-de-aula>>. Acesso em nov. 2020.

Figura 3: Revista *Nova Escola*. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/plano-de-aula/6435/diversidade-na-sala-de-aula>>. Acesso em nov. 2020.

SOBRE A INTERPELAÇÃO-IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO A PARTIR DE ALGUMAS OBSERVAÇÕES DOS QUESTIONÁRIOS DO SAEB

Tatiana Freire de Moura¹

Trazemos aqui alguns aspectos dos questionários do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) aplicados nas escolas públicas, pelo Ministério da Educação, como mote para uma reflexão teórica que se faz necessária para a nossa pesquisa: pensar o processo de constituição do sujeito e dos sentidos, bem como a questão da interpelação-identificação do sujeito, na relação Estado e escola, a partir do campo teórico da Análise do Discurso fundado por Michel Pêcheux na França, no final dos anos 1960, e por Eni Orlandi no Brasil, nos anos 1980. Busca-se compreender o modo pelo qual “todos os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem, leem e escrevem (que eles *querem* e do que se *quer* lhes dizer), enquanto ‘sujeitos-falantes’ (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 157, grifos do autor). Busca-se, portanto, compreender o funcionamento da evidência do sujeito e dos sentidos.

Os questionários citados são instrumentos avaliativos da prática de diferentes sujeitos envolvidos com a educação básica pública. O primeiro aspecto que destacamos se refere ao seu lugar de produção: o do Estado (através do Ministério da Educação), que é um lugar de poder com seus mecanismos de controle e, também, lugar de interpretação. Deste lugar, individualizam-se as posições do diretor escolar, do professor e do aluno, para que, destas posições, os sujeitos signifiquem suas práticas, tal como se

1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Bethania Mariani.

espera (imaginariamente) que sejam significadas. Deste modo, elencam-se opções para que os sujeitos questionados selecionem, produzindo apenas um gesto de reconhecimento com o que lhes é falado, e apagando outros sítios de significação, visto que as possibilidades de respostas já estão ditas pelo Estado.

Observa-se que não se pergunta para conhecer; parte-se de um lugar previsto, um lugar já dado, para o outro simplesmente se reconhecer. Assim, na própria constituição dos questionários, já se observa um imaginário para a escola (especialmente, a escola pública) e para os sujeitos inscritos nesta instituição, que é um aparelho ideológico do Estado (ALTHUSSER, 1985), uma instituição que funciona pela ideologia. Vale lembrar a máxima althusseriana em que se define que “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos” (ibid., p. 93), para afirmar que a interpelação produz o sujeito na relação que este estabelece com suas condições materiais de existência, sendo esta relação imaginária. Aliás, toda relação de linguagem é sempre imaginária, tendo em vista que o real escapa ao simbólico. O real é a marca do impossível (para o qual não há simbólico) que nos permite afirmar a incompletude da linguagem, do sujeito e da história. No entanto, encobre-se pelo efeito de transparência da linguagem, decorrente do processo de construção de evidências, que se dá pelo funcionamento ideológico no qual os sujeitos são instados a significar.

Para começar um desenvolvimento teórico que dialogue com estas primeiras observações, cabe levantar duas questões: do ponto de vista discursivo, como se constituem sujeitos e sentidos? E qual é o lugar da ideologia nessa constituição, a partir da Análise de Discurso com que trabalhamos?

Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido (pelo inconsciente e pela ideologia) desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas (ORLANDI, 1999, p. 49).

De acordo com Orlandi (2002, p. 70-73), sujeito e sentidos se constituem, na relação da história com a linguagem, no campo do simbólico e pelo movimento ideológico: a ideologia, como modo de funcionamento

da linguagem que configura sentidos e que, concomitantemente, apaga o histórico inscrito nessa configuração, atravessa o indivíduo (lugar bio-psi-co-social) e o constitui como sujeito (lugar discursivo), para ele significar e significar-se (subjeter-se). O sujeito, para se constituir como tal, é necessariamente afetado pelo simbólico e pela ideologia. Ao significar, ele se significa, em um retorno incessante ao funcionamento ideológico e, por conseguinte, à relação língua-história. Nas palavras da autora,

O fato mesmo da interpretação, ou melhor, o fato de que não há sentido sem interpretação atesta a presença da ideologia. (...) Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico. Por esse mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, **há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade**, para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis. Este é o trabalho da ideologia: **produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência** (ORLANDI, 1999, p. 45, grifos nossos).

Deste movimento, portanto, resulta a forma-sujeito histórica. Há um sujeito universal que assume uma forma histórica, de acordo com a formação econômico-social vigente. Segundo Haroche (1984), na conjuntura em que a Igreja dominava política e economicamente a sociedade, essa forma era a do sujeito religioso; o assujeitamento, portanto, dava-se em relação às práticas religiosas cristãs (e às leis de Deus). As mudanças históricas, em que se viu a passagem da economia da subsistência para a economia pautada no lucro, a fundamentação do poder jurídico, o enfraquecimento do poder da Igreja e o fortalecimento do poder do Estado, impuseram a transformação da forma-sujeito: para a forma do sujeito-de-direito.

O sujeito-de-direito é responsável e, sobretudo, responsabilizado por suas ações, sabedor dos seus direitos e deveres, efeito da estrutura da sociedade capitalista. Segundo Pêcheux (1997 [1975]), este tipo de assujeitamento se dá sob a forma da autonomia, como se não houvesse uma determinação anterior e exterior, que atravessa a constituição do sujeito e dos sentidos. Sob esta forma-sujeito, tem-se, ao mesmo tempo, a ideia de

liberdade e de submissão: em nosso presente caso, os sujeitos são livres para responder o questionário à instituição, desde que respondam *x* (livres para a escolha de um quadradinho com preenchimento já previsto).

Portanto, a interpelação-identificação leva o sujeito a ocupar o lugar universal determinado pela forma-sujeito. Em se tratando do sujeito-de-direito, esse lugar universal a ser ocupado é caracterizado pelas leis jurídicas, as quais, nas palavras de Pêcheux, “sempre encontra[m] um jeito de agarrar alguém” (ibid., p. 159), preenchendo o futuro do subjuntivo: “aquele que...”. A universalidade da lei se individualiza, na medida em que fisga os sujeitos que se identificam com ela, no caso, qualquer sujeito que se perceba no direito e no dever de preencher os questionários. Essa universalização se constitui como uma evidência, que se marca, na língua, no “aquele que...” é aluno, professor ou diretor de escola pública pode/deve responder os questionários, “desde que...” ocupe uma destas posições e responda *x*, implicando a subordinação do sujeito, ou seja, ao mesmo tempo em que produz um efeito universalizante também individualiza.

Orlandi (2002, p. 71) diz que são “formas de individua(liza)ção do sujeito pelo Estado”. Segundo a autora, “o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, que individualiza a forma sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se de individua(liza)ção do sujeito na produção dos sentidos” (ibid., p. 71-72).

Mas todo esse processo se apaga para o sujeito; apaga-se o fato de que ele é efeito desse processo, constituindo-se a ilusão do sujeito como origem (eu digo...) e como controlador dos sentidos (eu digo da maneira *x*, e não da maneira *y*, como garantia da compreensão do que eu digo). Ou seja, apaga-se o caráter material presente na relação entre língua, sujeito e história. Pelo processo de reconhecimento ideológico, o sujeito não se vê diferente disso, o que cria nele a ilusão de sua unidade. Nas palavras de Mariani,

encontra-se materialmente constituído na linguagem o vínculo do sujeito à formação discursiva que o domina, vínculo esse concebido por Pêcheux como “identificação simbólica”, ou seja, identificação a determinados significantes na linguagem, significantes constitutivos do sujeito como efeito. Na identificação simbólica estão inscritas, portanto, as representações verbais (termo de Pêcheux), ou

seja, o resultado do efeito do assujeitamento a uma dada formação discursiva. As representações verbais vinculam-se entre si em função dos processos de reformulação parafrástica inerentes às formações discursivas. **E, como efeito de haver sentido, essas representações verbais produzem uma consistência imaginária para o sujeito, ou seja, ficam impregnadas de evidências** (MARIANI, 2007, p. 210-211, grifos nossos).

Dando continuidade à compreensão do processo de assujeitamento, vejamos mais alguns aspectos dos questionários: há injunções próprias da relação Estado, representado pela instituição-MEC, e sujeitos-diretores-professores-alunos. Elas aparecem: nos lugares de quem pode perguntar (a instituição-MEC) e quem pode responder (diretores, professores, alunos); na imagem que a instituição-MEC faz do que é estar na posição de diretor-professor-aluno, para fazer determinadas perguntas, e não outras; na imagem que a instituição-MEC faz do que é estar na posição de diretor-professor-aluno, para supor as possíveis respostas, na enumeração de perguntas fechadas e alternativas de preenchimento. Ou seja, há uma injunção a interpretar de acordo com aquilo que pode e deve ser dito dessas posições para o Estado. Cabe à instituição-MEC perguntar e aos sujeitos alunos, professores e diretores responderem do modo que o Estado dita (não há espaço para outros sentidos nos questionários, além dos previstos).

Esta observação se relaciona com o ponto de vista de que o sujeito do discurso deve ser entendido como posição, ou melhor, o sujeito do discurso tem de ocupar posições para produzir sentido. Por posição-sujeito entende-se, conforme Pêcheux (1997 [1975]), a relação de identificação entre o sujeito e a forma-sujeito de determinada formação discursiva. Isto também não ocorre de maneira evidente, sob escolha do sujeito, embora pareça que sim. De acordo com Orlandi,

o sujeito da análise de discurso não é o sujeito empírico, mas a posição sujeito projetada no discurso. Isto significa dizer que há em toda língua mecanismos de projeção que nos permitem passar da situação sujeito para a posição sujeito no discurso. Portanto não é o sujeito físico, empírico que funciona no discurso, mas a posição sujeito discursiva (ORLANDI, 2006, p. 15).

É um processo que se dá em relação ao interdiscurso, “(...) o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 1999, p. 31). Ou seja, algo que fala antes sobre essas posições, que se constituem histórico-ideologicamente, determina os lugares nos quais o sujeito se inscreve para ser sujeito do seu discurso.

Sendo assim, a interpelação-identificação ocorre de tal modo que leva o sujeito a ocupar uma posição, marcada historicamente por um “o que é e o que deve ser” estar nessa posição, bem como “o que pode e o que deve se dizer” dessa posição, para que possa produzir sentido, apagando a materialidade constitutiva desta posição, o que nos permite dizer que o sentido de uma palavra não reside nela, refutando a questão da literalidade dos sentidos. Todo sentido resulta de uma construção linguístico-histórico-ideológica, na qual se relacionam a base material da língua e o processo discursivo-ideológico.

As posições do sujeito se inscrevem em diferentes formações ideológicas, definidas por Pêcheux (1997 [1975], p. 166) como “o conjunto complexo de atitudes/representações que se relacionam a posições” em uma formação social, ou seja, algo anterior que significa determinado lugar social. Elas são sustentadas pelas formações discursivas que as engendram. Por formação discursiva entende-se

aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) (ibid., p. 160).

Ou sob a forma de um questionário, no presente estudo. Deste modo, os sentidos se constituem a partir das formações discursivas nas quais se produzem, o que nos leva à consideração de que uma mesma palavra pode vir a ter sentidos diferentes, quando empregada em diferentes formações discursivas, ou de que palavras diferentes podem ter um mesmo sentido na formação discursiva em que é empregada.

Assim, Pêcheux (ibid., p. 161) caracteriza o processo discursivo como “sistema de relações de substituição, paráfrases, sinónimas etc. que

funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada”, o que nos faz tomar a questão da paráfrase e da metáfora como constitutiva dos sentidos: há repetição, na medida em que ela possibilita a todo enunciado fazer sentido, e há diferença, na medida em que deslizamentos de sentidos podem ser produzidos. Não há sentido sem repetição e/ou sem efeito metafórico.

No processo discursivo, os sentidos se naturalizam no interior de uma formação discursiva, parecendo que há uma única maneira de produzir determinado sentido. E em relação a isso citamos Pêcheux:

[...] pontos de estabilização que produzem o sujeito, com, simultaneamente, aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer, esperar etc. É por essa via que todo sujeito se ‘reconhece’ a si mesmo (em si mesmo e em outros sujeitos) e aí se acha a condição (e não o efeito) do famoso ‘consenso’ intersubjetivo... (PÊCHEUX, *ibid.*)

A este aspecto acrescentamos: consenso do que é estar na posição de diretor, professor, aluno etc. – e mais ainda: consenso do que é estar nestas posições, para responder os questionários de determinado modo (e não de outro).

Ao reconhecer que a formação discursiva é o lugar onde se produzem os sentidos, Pêcheux (*ibid.*, p. 162) chega à afirmação de que “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo de formações ideológicas”.

Em suma, inserido em uma formação ideológica, o sujeito se inscreve em uma formação discursiva e, inscrito nela, ele enuncia determinados dizeres – e não outros –, conforme a posição social que ocupa e as formações imaginárias que se estabelecem no processo discursivo. As formações imaginárias dizem respeito às imagens (antecipadas/projetadas) que os sujeitos fazem dos lugares sociais que ocupam, dos lugares sociais que os outros ocupam, dos sujeitos entre si, do objeto a que se referem para constituírem o que dizem. Logo, é importante considerar que as posições de onde o sujeito enuncia em dada conjuntura histórico-ideológica são determinantes das relações de força, dos dizeres e seus sentidos. Ao ocupar determinado lugar, o sujeito participa das representações imaginárias que são construídas (socialmente) desse lugar para constituir o que diz de lá.

E aqui chegamos a uma última observação sobre os questionários, embora não se delimite uma formação discursiva para fazê-la: as marcas linguísticas de identificação dos sujeitos pelo Estado levam-nos a observar, de um lado, sujeitos superidentificados (os alunos, identificados por nomes, data de nascimento, números do censo escolar e códigos de barras) e, de outro, sujeitos não identificados (os diretores e professores, sem nomes, sem números, nada além das posições e das práticas relacionadas a elas imaginariamente). A partir desse funcionamento, o Estado produz um efeito de objetificação dos sujeitos, que, por sua vez, sujeitam-se (ou são assujeitados) a preencher quadradinhos de questionários para significarem as práticas que se constituem nas posições que ocupam, dentro dos limites das condições de produção dos questionários.

O sujeito se identifica com uma formação discursiva dominante, mas isso se apaga para ele. É próprio da formação discursiva dissimular a materialidade do interdiscurso, apagar o processo, deixando “evidente” o produto. Apaga-se o processo que determina a constituição do sujeito e dos sentidos. Apaga-se o processo pelo qual a própria formação discursiva resulta de uma relação com o interdiscurso, algo que significa antes mesmo de se dar sua formação.

Este movimento acontece de tal maneira que se produz um efeito de estabilidade das coisas, uma realidade logicamente estabilizada para o sujeito, com a qual ele se relaciona, sem se dar conta de que é afetado pelo processo discursivo, não se reconhecendo diferentemente de um sujeito autônomo, dotado de intenções e vontades. Aquilo que se apaga no processo de constituição do sujeito retorna em seu discurso, dissimulado pela forma da autonomia do sujeito, inscrevendo-se no contínuo da produção de sentidos, que é determinado pelas condições de produção.

As condições de produção são determinantes dos sentidos, na medida em que contemplam algumas instâncias que as constituem, a saber: a situação enunciativa, os sujeitos e a memória discursiva (ORLANDI, 1999, p. 30-34). A situação enunciativa engloba o contexto imediato e o contexto sócio-histórico-ideológico que, na prática, são indissociáveis; os sujeitos são tomados em suas posições discursivas, interpelados ideologicamente; e a memória discursiva determina o dizível. As condições de produção são definidas pela integração desses elementos, que se constituem na relação entre língua e história. Dito de outro modo, as condições de produção implicam a materialidade da relação língua e história, em que

também se dá a formação social, e o trabalho do sujeito com o imaginário e em que funciona uma memória discursiva. Logo, podemos afirmar que as condições de produção participam do processo de naturalização dos sentidos (e do deslocamento/apagamento/silenciamento de outros).

Vale ressaltar que aquilo que acima apontamos como contextos e que, em se tratando de descrever uma situação de enunciação e/ou caracterizar acontecimentos sócio-histórico-ideológicos, parecem indicar algo externo e exterior, na verdade, está imbricado nas condições de produção de sentidos, em sua historicidade. Isso ocorre porque há memória discursiva constituindo-as, o que funciona pelo interdiscurso. Aquilo que é da ordem do dizível, determina o que é dito, da ordem do intradiscurso, de acordo com as condições de produção, o que faz com que determinados sentidos se estabilizem – e não outros, apagados ou silenciados, mas que podem vir a se constituir como novos sentidos (novas evidências), em outras condições. Nas palavras de Orlandi (1999, p. 31), “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”.

Para perceber esse funcionamento, por exemplo, podemos observar as regularidades das marcas e o que escapa a elas nas condições em que são produzidos os dizeres. As condições de produção fazem funcionar a tensão entre paráfrase e polissemia, e as repetições de sentidos ou os deslizamentos daí decorrentes. A observação do funcionamento de determinada(s) marca(s) na materialidade analisada leva a depreender características do processo discursivo e a compreender a produção de sentidos que se dá em determinadas condições.

A exposição realizada neste texto nos faz concluir que, do lugar teórico da Análise do Discurso, não podemos tomar sujeitos e sentidos como transparentes. É necessário pensar a escola e a injunção dos sujeitos envolvidos como resultados de longos processos, sedimentações e construções históricas, que as caracterizam em sua evidência. Nesse campo teórico, coloca-se como questão percorrer o caminho que naturaliza o sentido $x - e$, consequentemente, não naturaliza outros sentidos $-$, depreender como se dá a construção do efeito de evidência e literalidade desse sentido $-$ e não de outros. “Interessa a compreensão histórica dos processos de produção de sentidos” (MARIANI, 2004, p. 41). O percurso do trabalho, portanto, é o da “desconstrução” para a compreensão da produção de sentidos que se estabilizam em determinado momento histórico-social. Nesta direção,

a leitura teórica descrita aqui, isto é, esse preâmbulo sobre o modo pelo qual a Análise de Discurso compreende os sujeitos e os sentidos tornou-se necessário, para situar o nosso lugar teórico na relação com o trabalho de funcionamento da linguagem.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Trad. por Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- HAROCHE, C. *Faire dire, vouloir dire*. Paris: PUL, 1984.
- MARIANI, B. Imprensa, produção de sentidos e ética. In: RIBEIRO, A. P. G.; FERREIRA, L. M. A. (orgs.). *Mídia e memória*: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 199-218.
- _____. *Colonização linguística*: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) enos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas, SP: Pontes, 2004.
- ORLANDI, E. Introdução. In: ORLANDI, E.; LAGAZZY, S. *Discurso e textualidade* (orgs.). Campinas, SP: Pontes, 2006. p. 13-31.
- _____. *Língua e conhecimento linguístico*: para uma história das ideias linguísticas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. 4ª ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997 [1975].

POR DENTRO E POR FORA DA TELA: DISCURSIVIDADES, MEMÓRIA E ESQUECIMENTOS

Ulisses da Silva Gomes¹

Considerações iniciais

De um lado, a presença constante do Judiciário, dos seus membros e dos conteúdos dos processos nas várias formas de mídia; do outro, o aumento do volume de opiniões, julgamentos e comentários emitidos e debates travados pelos cidadãos leigos, sobretudo nas redes sociais, – o que poderia ser aproximado da noção de *juridismo*, as “relações de poder do cotidiano” (LAGAZZI, 1988, p. 35) – levaram-me à necessidade de buscar entender o lugar e o imaginário da prática do *judgar* na atual formação social.

Ao estabelecer como objeto o processo discursivo decorrente da des-superficialização e da dessintagmatização de um certo arquivo de textos na mídia sobre a prática do *judgar*, procuraremos desenvolver a seguinte questão: em que medida é possível considerar uma constituição dialética de uma subjetividade jurídica e de uma forma jurídica, pensando a relação do sujeito de direito com a mídia?

Para isso, sem pretender deixar de lado algumas discussões travadas no interior do campo jurídico, filio-me, de partida, à Análise do Discurso de Michel Pêcheux, que, ao estabelecer o *discurso* como objeto teórico,

1 Bacharel em Direito, Mestre e Doutorando em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense. Orientado pela Prof^a Dr^a Bethania Mariani.

a meu entender, abre campo para uma leitura outra do *judgar*, não atrelada à prática de uma instituição ou ao fazer de um grupo de intérpretes legitimados. Por residir na articulação de três regiões do conhecimento científico (o materialismo histórico, a linguística, e a teoria dos discursos) atravessadas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2010, p. 160), a Análise do Discurso permite um deslocamento da leitura dos discursos das ciências chamadas sociais e humanas. Nossa pesquisa constrói-se, portanto, neste campo de “base transdisciplinar de um encontro” que, na Europa, forma-se nas problemáticas filosóficas e políticas de fins dos anos 1960 e rompe com os caminhos de uma interpretação psicossocial trilhados pelas pesquisas em história, sociologia e psicologia daquela época – que recalcam língua, história e sujeito (PÊCHEUX, [1984] 2011) – e que, no Brasil, instaura-se como *tomada de posição teórica* de Eni Orlandi em fins de 1970 e início de 1980, *entusiasta* da divulgação da Análise do Discurso no Brasil que, reterritorializando seus conceitos, faz ampliar e avançar a teoria em uma atividade sempre transformadora (MARIANI; MEDEIROS, 2013; MARIANI; DELA-SILVA, 2017; MARIANI, 2018).

O que apresento a seguir são as linhas iniciais de um projeto de pesquisa que pretendo desenvolver no curso de Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense, sob orientação da Professora Dr^a Bethania Mariani.

Quadro teórico-metodológico

O que interessa a essa pesquisa tem a ver com a proposta da Análise do Discurso de promover uma mudança de terreno para os estudos do funcionamento da língua (PÊCHEUX, [1969] 2010) no que se refere à adoção das vias do logicismo e do sociologismo naquele campo (PÊCHEUX; GADET, [1977] 2011); uma guinada teórica que teria como ponto principal a aceitação da *política*, o reconhecimento da ciência da história tal como inaugurada por Marx, o que, desde o início da elaboração teórica, permite afastar a ideia de uma prática escolar de estudo de textos (compreensão textual e gramatical de sequências linguísticas fechadas em si mesmas) (PÊCHEUX, [1969] 2010). Permite também considerar que os sentidos são determinados sócio-historicamente; e – reconhecendo as contribuições da noção de enunciação para

a teoria do discurso, e a ferida narcísica provocada na ciência pela introdução da noção do inconsciente freudiano – problematizar a noção do sujeito como origem do discurso (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2010; PÊCHEUX, [1975] 2009), sobretudo pela elaboração althusseriana da noção de ideologia (ALTHUSSER, [1970] 1987) que, ao teorizá-la em relação ao inconsciente freudiano, teria aberto caminho para um diálogo entre o materialismo histórico e a psicanálise, estimulado, em algum nível, uma complexificação na Análise do Discurso (PÊCHEUX, [1984] 2015).

Reconhecendo a língua em sua materialidade, a Análise do Discurso põe em questão a evidência dos sentidos, entendida como um *efeito*, já que o sentido é determinado ideologicamente pelas posições em jogo no momento histórico de sua produção, nunca deixando de lado a ideia de que a luta de classes é o motor da história, e de que, portanto, a história é o lugar da *reprodução/transformação* da luta de classes.

O materialismo histórico baseia-se em uma aposta política de um real da história percebido como contradição não simplista, o que é justificado na análise dos movimentos de organização política da linguística em momento posterior ao servilismo, quando a questão da língua passa a ser uma questão de Estado (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010), num movimento que, em outro momento, chamamos de *separamento*, uma ficção de universalidade e igualdade – tomadas como naturais – que mascara a divisão e desigualdade constitutivas (GOMES, 2017).

A noção de *regra*, que aproxima *gramática* e *direito*, no espaço em que as regras gramaticais e as regras jurídicas reproduzem tal ficção de igualdade e universalidade, permitiu à Análise do Discurso (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010) interrogar essa aproximação por meio das diferenças internas do direito regidas pelas características do funcionamento do modo de produção capitalista.

Gadet e Pêcheux ([1981] 2010) mostram como foi importante para o estabelecimento da política burguesa e dos efeitos de liberdade e unidade que supõe, designar uma *língua nacional* a ser adotada pelo Estado, destituindo, assim, as diversas línguas maternas – que, no feudalismo, constituíam uma diferença entre povos servis – que passam a não ter lugar nas transações comerciais formais, tampouco são objetos das gramáticas e do ensino escolar.

Às línguas *maternas*, fluidas, domésticas, variáveis, impõe-se a *padronização da língua* do Estado, a língua da lei, fixada a fim de conter, de

interditar o que há de errático, fluido e inconstante da língua materna (BAGNO, 2011, p. 99). É por meio da determinação de uma lei de Estado que a política burguesa visa garantir a *liberdade* dos cidadãos nas suas trocas e a *igualdade* nas práticas cotidianas entre si e perante o próprio Estado.

Althusser ([1995] 1999, p. 83-95) relê em Marx os sentidos essenciais da forma jurídica, apontando a mercadoria – o aspecto econômico das relações sociais – como ponto inicial para a sua análise, tomando o direito, portanto, como uma relação social que permite e garante as trocas por meio da *livre vontade*, que assume a forma contrato. Althusser afirma o caráter de sistema não-contraditório e saturado do direito, caráter esse sustentado pelo seu aspecto formal traçado pelas relações de produção existentes.

É nessa linha, de uma “concepção do direito no campo teórico marxista” (NAVES, [2000] 2008), que encontra em Pachukanis ([1924] 2017) sua figura principal, com repercussão teórica produtiva no Brasil (NAVES, [2000] 2008; MASCARO, 2013a, 2013b), que pretendemos direcionar a nossa pesquisa, considerando o direito em seu aspecto material como parte da superestrutura do modo de produção capitalista.

Considerando que a história não é exterior às práticas jurídicas, mas delas constitutiva, procuraremos distinguir o *judgar* como prática do Poder Judiciário e como prática cotidiana das relações sociais.

Na linha do que nos propõe Mascaro (2013) ao analisar o direito como prática do Poder Judiciário, ou seja, como prática de um poder de Estado politicamente instituído, faz-se a distinção entre o quantitativamente jurídico e o qualitativamente jurídico pois,

o passo científico mais decisivo para compreender o direito não é [...] entender quais temas são jurídicos (a sua identificação quantitativa) mas, sim, quais mecanismos e estruturas dão *especificidade* ao direito perante qualquer assunto (a sua identificação qualitativa) (MASCARO, 2013a, p. 3, grifos do autor).

O modo como consideramos a noção de *cotidiano*, por sua vez, não tomando-a por rotina, mas por *movimento* que se dá em campo, um jogo articulado das práticas estratégicas e táticas (DE CERTEAU, 1994), permite um deslocamento para seu potencial de *ruptura*, sua capacidade de desafiar uma ordem disciplinar (LEITE, 2010), o que permite pensar no

juridismo como “o modo de inscrição do sujeito-de-direito na linguagem” (LAGAZZI, 1988, p. 89).

Sendo assim, ainda que haja uma prática jurídica institucionalizada, ou seja, exercida por detentores do saber jurídico, entender a relação constitutiva do jurídico com a história nos leva a pensar que a forma jurídica, “uma forma de sujeitos de direito atomizados que se submetem ao poder estatal e transacionam conforme mercadorias” (MASCARO, 2013a, p. 6) marca também as relações interpessoais cotidianas, entendendo, sobretudo, que os campos compartilham da *ideologia jurídica*.

Narrativas, memórias e esquecimentos

Entendemos que, em princípio, há sujeitos legitimados pelo Estado a exercer a prática de julgar, os *detentores do saber jurídico*; e paradigmas firmados a partir de um conjunto de atributos que são posteriormente comparados ao objeto de julgamento. O critério de julgamento é, então, o quanto o objeto se aproxima ou se distancia de tal paradigma.

Partindo de um fato (feito, “*hecho*”), narra-se um *iter criminis*, podendo resultar na condenação do acusado – ou seja, ao falar sobre algo tido como fato (o resultado de uma provável série de atos), construindo para ele um percurso narrativo, e aproximando tal narrativa do que a norma (ou a regra) define como conduta criminosa (ou reprovável), condena-se alguém –, o que leva González (2013) à construir sua “teoria narrativista do direito”, e também ao seu *Direito Curvo* –, reconhecendo no procedimento judicial a tarefa de produção de um texto a partir de outros textos já escritos, buscando criar uma *ordem* narrativa – e, em linhas gerais, uma das formas (positivistas) de perceber a relação entre direito e literatura, na medida em que a imaginação e a criatividade literária são tidas como componentes da racionalidade jurídica (GONZÁLEZ, 2013, p. 44-45), uma relação por vezes tomada como a aplicação econômica de uma prática², uma relação

2 “The field of law and literature has grown in recent years for both institutional and substantive reasons. The institutional reasons are the displacement of many graduate students, and some faculty, from the humanities into law, following a decline in academic job opportunities in the humanities that began around 1970; the growing receptivity of academic lawyers to the insights and methods of other fields of learning; and the sheer increase in the size of law school faculties, which has permitted faculty members to specialize” (POSNER, 1986). Livre tradução: O campo do direito e da literatura

entre memória, economia e direito que extrapola os limites do Judiciário como poder constituído.

Por outra via, acreditamos que a mídia, em suas variadas expressões, por meio de sua prática discursiva, é o tecido em que se costumam a prática (cotidiana) do julgar, a memória, a ordem narrativa, constituindo um jogo em que se esfumaça o limite entre uma “realidade” e uma “ficção”, produzindo o *acontecimento jornalístico* (DELA-SILVA, 2008) e a *representação* de uma narrativa que é objeto de julgamento.

No discurso jornalístico encontra-se, de acordo com Mariani (1996), uma “discursivização do cotidiano que se apaga para o leitor” (MARIANI, 1996, p. 106), lugar de distribuição de dizeres possíveis e de silenciamentos. Da construção teórica da autora, destacamos a *narratividade* como prática em movimento, em relação a, e atravessada pela memória. Elemento que traz para os jornais as repetições parafrásticas e afasta, em alguma medida, os deslizamentos e resistências históricas:

Estamos chamando de **narratividade**, ou **memória como processo narrativo**, um mecanismo discursivo que atuando junto à memória possibilita a reorganização imaginária do acontecer histórico em suas repetições, resistências e rupturas. A narratividade, tal como a estamos concebendo, com base na perspectiva da AD, coloca em movimento (no trabalho da memória) os enunciamentos de rituais enunciativos presentes no imaginário, permitindo o deslocamento, o retorno, a migração de cadeias de enunciados narrativos. A narratividade – e seu ‘produto’ os enunciados e textos narrativos – se encontra dispersa na verticalidade do interdiscurso. Ela é apreensível, portanto, após o trabalho de análise do discursivo) (MARIANI, 1996, p. 119).

creceu nos últimos anos por motivos institucionais e substantivos. As razões institucionais são o deslocamento de muitos estudantes de pós-graduação, e alguns professores, das humanidades para o direito, após um declínio nas oportunidades de emprego acadêmico nas humanidades que começou por volta de 1970; a crescente receptividade dos advogados acadêmicos aos *insights* e métodos de outros campos de aprendizagem; e o simples aumento no tamanho do corpo docente das faculdades de direito, que permitiu que os membros do corpo docente se especializassem.

Diferente de uma noção positivista da narrativa, entendê-la em relação à *memória* permite que seja lida materialmente, relacionada às suas condições de produção, cabendo descrever seu processo de produção que perpassa os textos narrativos da mídia impressa e dos processos judiciais, no enlaçamento da prática jurídica e das relações de poder do cotidiano e que, portanto, serve tanto para o julgamento de uma obra de arte qualquer como “ruim” (SANT’ANNA, 1997) quanto para o julgamento de um sujeito, categorizado (GOMES, 2017) como “réu”, já que a conduta que teria praticado é categorizada como “crime”, e é também percebida, em alguma medida, na atual *cultura do cancelamento*³.

A exposição *Os dez crimes que chocaram o Rio*, apresentando crimes destacados em uma série de reportagens especiais de mesmo nome publicada no *Jornal O Globo* em 2015, é o que constitui o *corpus* inicial de análise. Crimes ocorridos em épocas diferentes (entre os anos 1950 e 1993) e que se pretendem homogeneizados sob a denominação *chocante*, que pretendemos analisar em um lugar próximo a *crime do século* (FELMAN, [2002] 2014). Fatos narrados pelos jornais à época em que ocorreram, nos documentos que instruem os processos judiciais e, posteriormente, retomados em narrativas novelescas, em séries de reportagens, *podcasts* e em exposições. A reiterada *exposição* dos fatos, numa forma de repetição, replicação e reprodução que garante a sua eternalização, tem efeitos sobre os sujeitos e sobre a prática (em geral) de *julgar*: uma de suas consequências é sobre os indivíduos de alguma maneira envolvidos nos fatos narrados, em uma tentativa de interrupção, via instituição, do funcionamento desse acúmulo constitutivo da *memória metálica* (ORLANDI, 1996), pelo que juridicamente se passou a conhecer como *direito ao esquecimento*. Importa pensar esse jogo de memória e esquecimento e a sua relação na prática do *julgar*.

3 “Funciona assim: um usuário de mídias sociais, como *Twitter* e *Facebook*, presencia um ato que considera errado, registra em vídeo ou foto e posta em sua conta, com o cuidado de marcar a empresa empregadora do denunciado e autoridades públicas ou outros influenciadores digitais que possam amplificar o alcance da mensagem. É comum que, em questão de horas, o *post* tenha sido replicado milhares de vezes.” (SANCHES, 2020). “Cancel culture, however, does not erase people for who they are, but for what they do. Cancel culture actually tries to defend the minorities that have had to endure years of being enslaved, abused, and erased. Cancel culture is actually the minorities, the oppressed, reclaiming their power and fighting back. Most often than not, the ‘victims’ of cancel culture are people who are enacting some kind of privilege. They are mostly men, even though there are a few women. They are also predominantly white.” (SEMIRAMÍS, 2020)

Por fim, fiel à filiação teórica à Análise do Discurso, que considera o caráter material da língua, ou seja, busca uma leitura materialista da linguagem, não se pode deixar de lado a constituição econômica dessa prática de julgar, sua relação com o modo de produção capitalista. Assim, com base em uma leitura materialista da linguagem (PÊCHEUX, [1969] 2010, [1975] 2009) e do direito (PACHUKANIS, [1924] 2017; MASCARO, 2013a, 2013b), importa pensar o quanto a repetição desses fatos considerados criminosos, denominados *crimes chocantes*, *crimes do século*, *crimes marcantes*, o jogo de memória e esquecimento ali estabelecida e a prática de julgar ali difundida apagam o funcionamento do direito, em sua tarefa de legitimar o modo de produção capitalista. O julgamento como entretenimento, próximo à ficção, reproduzindo nas telas dos julgamentos midiáticos, pode tornar rotina uma certa prática institucional de julgar, restrita a certas condutas e sujeitos; podem difundir uma prática cotidiana do julgar que se exerce também por meio da mídia (como a política de cancelamento que se difunde nas redes sociais). Além disso, a constante repetição leva a um movimento oposto ao de acumulação, recordação: a maior difusão de um direito ao esquecimento e, sobretudo o apagamento da função do Judiciário de legitimar a situação de exploração e a desigualdade das classes, ponto onde se encontra, acredito, a relevância deste artigo, que sintetiza um projeto de pesquisa.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. (1970). Tradução por Reinaldo Pedreira Cerqueira da Silva. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- ALTHUSSER, L. *Sobre a Reprodução*. (1995). Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes. 1999.
- ALVES, M. E. Dez crimes que chocaram o Rio de Janeiro. *O Globo*. 22 de outubro de 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/dez-crimes-que-chocaram-rio-de-janeiro-17845895>. Acessado em: 20 mar. 2021.
- BAGNO, M. *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- DE CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

- DELA-SILVA, S. *O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- FELMAN, S. *Inconsciente Jurídico: julgamento e traumas no século XX*. (2002). Tradução: Ariani Bueno Sudatti. São Paulo: EDIPRO, 2014.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: O discurso na história da linguística*. (1981). Tradução: Bethania Mariani, Maria Elizabeth Chaves de Mello. 2ª ed. Campinas: Editora RG, 2010.
- GOMES, U. S. *...remediado está: implicações do processo de significação de greve na relação Legislativo-Judiciário pós-88*. Niterói: EDUFF, 2017.
- GONZÁLEZ, J. C. *Direito Curvo*. Tradução: André Karam Trindade, Luis Rosenfield e Dino Del Pino. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.
- LAGAZZI, S. *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes, 1988.
- LEITE, R. P. A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 3, v. 53, p. 737-756, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582010000300007&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 02 dez. 2020.
- MARIANI, B.; DELA-SILVA, S. *Idées théoriques en circulation entre la France et le Brésil: l'Analyse du Discours de M. Pécheux et E. Orlandi*, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/39753545/Id%C3%A9es_th%C3%A9oriques_en_circulation_entre_la_France_et_le_Br%C3%A9sil_Lanalyse_du_discours_de_M_P%C3%A9cheux_et_E_Orlandi. Acessado em: 7 dez. 2020.
- MARIANI, B. “Ao discurso, que nos uniu”: para Eni Orlandi. *Traços de Linguagem*: Cáceres, n. 1, v. 2, p. 36-49, 2018. Disponível em <https://periodicos.unemat.br/index.php/tracos/article/view/2789/2240>. Acessado em: 7 dez. 2020.
- MARIANI, B.; MEDEIROS, V. Disciplinarização dos estudos em Análise do Discurso. *Gragoatá*: Niterói, n. 34, p. 15-25. 1 sem. 2013. Disponível em <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/32956/18943>. Acessado em: 7 dez. 2020.
- MARIANI, B. O comunismo imaginário : praticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989) . 1996. Tese (Doutorado em Linguística), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de

- Campinas, Campinas, 1996. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270690>.
- MASCARO, A. L. *Introdução ao Estudo do Direito*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2013a.
- MASCARO, A. L. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- NAVES, M. B. *Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis*. (2000) São Paulo: Boitempo, 2008.
- ORLANDI, E. *Interpretação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- PACHUKANIS, E. *Teoria geral do direito e marxismo*. (1924). Tradução: Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2017.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. (1975). Tradução: Eni Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: atualização e perspectivas*. 4ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010, p. 159-250.
- PÊCHEUX, M.; GADET, F. Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo?. (1977). Tradução: Eni Orlandi. In: ORLANDI, E. (Org.) *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. 2ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2011, p. 295-310.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). (1969). Tradução: Eni Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: atualização e perspectivas*. 4ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010, p. 59-158.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. (1975). Tradução: Eni Orlandi. In: ORLANDI, E. (Org.) *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- PÊCHEUX, M. Ousar pensar, ousar se revoltar: Ideologia, marxismo e luta de classes. (1984). *Décalages*. vol. I. 2015.
- PÊCHEUX, M. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. (1984). Tradução: Eni Orlandi. In: ORLANDI, E. (Org.) *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. 2ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2011, p. 283-294.
- POSNER, R. Law and literature: A relation reargued. 72 Virginia Law Review 1351, p. 1352, 1986. Disponível em: http://chicagounbound.uchicago.edu/journal_articles. Acessado em: 30 out. 2020.
- SANCHES, Mariana. O que é a cultura do cancelamento. *BBC News Brasil*. 25 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53537542>. Acessado em: 20 out. de 2020.

SANT'ANNA, S. Um crime delicado. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. 1997.

SEMÍRAMIS. The Untold Truth about 'Cancel Culture'. *Medium.com*
Disponível em: <https://medium.com/@vcasaisvila/the-untold-truth-about-cancel-culture-3675cac983c3>. Acessado em: 30 out. 2020.

A CONSTITUIÇÃO DA FORMA-SUJEITO NO DISCURSO DE CANÇÕES DO GRUPO DE RAP ODISSEIA DAS FLORES

Marcella Karoline Belo Rodrigues¹

Introdução

Este trabalho tem como objeto de estudo o processo de constituição da forma-sujeito no discurso das letras de música do grupo feminino brasileiro de *rap* Odisseia das Flores. O objetivo é investigar os possíveis sentidos envolvidos na constituição da forma-sujeito em três canções do grupo supracitado, buscando explicitar e examinar os mecanismos discursivos em jogo, bem como compreender quais são as posições ocupadas pelas enunciatórias nas formações discursivas materializadas.

Busca-se demonstrar como o *rap* de autoria feminina cria um espaço discursivo que possibilita o efeito de ruptura com o discurso machista dominante, mobilizando discursos outros e construindo uma diferente rede de sentidos acerca do feminino. Partimos dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso (doravante AD) materialista. Nessa perspectiva, a língua é compreendida como um objeto que tem relação profunda com a exterioridade, através de um processo de materialização de sentidos, por meio de posições sociais que se manifestam nos diferentes discursos. Pretendemos não só examinar como as relações de sentido são estruturantes do sujeito, que é interpelado pela ideologia, via língua e

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (UFF). Orientador: Phellipe Marcel da Silva Esteves.

história, mas também explicitar os possíveis processos de ruptura em relação às formações ideológicas dominantes.

A escolha pela análise de canções de *rap* se dá devido à compreensão de que o gênero é uma possibilidade de a mulher romper com o silenciamento na vida pública através do espaço da arte. O discurso da arte, por sua vez, parece-nos em muitos casos o lugar privilegiado da polissemia, possibilitando os deslocamentos de sentidos e, nesse mesmo movimento, caracteriza-se como processo político, pela divisão de sentidos e instauração de sentidos outros. A produção poética é, para Pêcheux, o espaço das discursividades não-estabilizadas (PÊCHEUX, 2015, p. 52). Segundo ele, citando Milner, “- nada da poesia é estranho à língua; — nenhuma língua pode ser pensada completamente, se aí não se integra a possibilidade de sua poesia” (apud PÊCHEUX, 2015, p. 50). E conclui, “todo enunciado, toda sequência de enunciado é, pois linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação” (apud PÊCHEUX, 2015, p. 50).

Na próxima seção, mobilizamos alguns conceitos da AD para compreender o funcionamento da contradição existente nos discursos em análise, e como o seu comparecimento afeta os processos de deslocamento de sentidos e o processo de ruptura ideológica que caracterizam a constituição da forma-sujeito nas letras do grupo Odisseia das Flores.

Sujeito, formação discursiva e ruptura ideológica na Análise de Discurso

Na perspectiva teórica da AD, os mecanismos linguísticos materializam sentidos a partir dos lugares de onde falam os sujeitos do discurso, de acordo com condições históricas. Assim, sobre as possibilidades oferecidas pelo sistema linguístico – a língua como base material dos processos discursivos – atuam as determinações históricas das condições de produção do processo discursivo. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, assumindo uma posição numa dada formação imaginária, o que possibilita o processo discursivo. A partir de sua inserção numa formação imaginária, o sujeito fala aquilo que é permitido em dadas condições históricas, isto é, o que é permitido ou esperado que seja dito a partir de uma determinada posição do sujeito no discurso.

As proposições da AD têm muito a nos dizer a respeito da relação entre sujeito e ideologia, mostrando-nos a complexidade da ligação entre o aspecto simbólico da linguagem e o político ao apontar para a crítica da evidência dos sentidos. Para compreender esta relação, vamos partir da ideia de que o funcionamento da ideologia se dá, segundo a formulação de Althusser (2008), pela interpelação dos indivíduos em sujeito, com vistas a garantir a reprodução das condições materiais e sociais de existência. Segundo Orlandi (2000, p. 46), a ideologia teria a função de produzir evidências, por meio do apagamento do processo simbólico-interpretativo que o homem realiza na sua relação com as condições históricas.

Com isso, o sujeito adere a uma formação discursiva e ao “já-dito”, que constitui a rede de sentidos desta formação discursiva, processo resultante da identificação dos sujeitos. Para que se produza o discurso é necessário o sujeito. E este só assim se constitui porque está implicada, na sua atividade de dizer, uma formação ideológica. No discurso, as palavras funcionam pelas relações que se estabelecem entre elas no interior das formações discursivas. Segundo Orlandi:

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história e com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados [pela língua] (ORLANDI, 2000, p. 47).

Os efeitos de sentido decorrem da inscrição do sujeito na língua que, por estar inscrita na história, implica, por conseguinte, o seu assujeitamento também à ideologia. Segundo Orlandi, “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (ORLANDI, 2000, p. 46). O sujeito identifica-se com o seu dizer, com os sentidos da posição que ocupa em uma determinada formação discursiva. Entretanto, essa identificação não é absoluta. De acordo com Althusser, “se os AIEs [Aparelhos Ideológicos de Estado] têm a função de inculcar a ideologia dominante é porque há *resistência*; se há resistência é por que há luta” (ALTHUSSER, 2008, p. 241). A contradição, como divisão de sentidos,

está também presente nas considerações de Pêcheux a respeito do funcionamento das formações ideológicas. Para o autor,

a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do ‘todo complexo com dominante’ das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação [...] (ALTHUSSER, 2014, p. 134).

Esse fato está relacionado à concepção não-subjetiva de sujeito preconizada pela AD, que se liga intimamente à noção de sujeito na psicanálise. Admite-se a existência do inconsciente, o que implica um sujeito dividido e descentrado do “eu consciente”. Althusser, no texto “Freud e Lacan” (ALTHUSSER, 1985, p. 71), explica que o sujeito é descentrado, e que sua estrutura se dá a partir do imaginário do “eu”, justamente nas formações ideológicas em que este se reconhece. O althusserianismo na AD nos ajuda a compreender como é possível a falha na ideologia; de acordo com Althusser, posições outras podem irromper como singularidade, ou acontecimento, na estrutura da ideologia, cuja configuração é sobredeterminada (estruturada em relações de desigualdade, contradição e subordinação). Assim, é possível que em um discurso se contraidentifique com posições hegemônicas e se identifique com posições já latentes, que são provocadas a emergir. Como resultado, dá-se uma reconfiguração da ideologia, de modo que as posições latentes, antes subordinadas, tomem o lugar das posições até então hegemônicas (FIGUEIRA, 2017, p. 61).

A desconstrução do ideal de feminilidade como caminho para a constituição de uma outra forma-sujeito

O *corpus* é composto pelas letras de três canções do grupo de *rap* brasileiro Odisseia das Flores, formado por três mulheres da periferia de São Paulo: Jô Maloupas, Chai e Letícia, que atuam na cena *rap* desde 2008. As três canções são “Sem curva na ideia”, “Não, não, não” e “Mar de ideias”².

2 As letras das músicas podem ser conferidas na íntegra a partir dos *links* disponibilizados nas referências deste artigo.

Nesta seção, analisaremos alguns recortes e simultaneamente recorreremos às noções teóricas discutidas na seção anterior.

Conforme demonstraremos na análise a seguir, propomos a presença de duas posições, aparentemente opostas, acerca do sentido do que é “ser mulher”. A constituição da forma-sujeito parece se dar a partir do posicionamento desta em um *continuum* que contrapõe de um lado, a imagem de uma mulher-assujeitada, identificada a uma formação ideológica mais alinhada às necessidades mercadológicas, em que a forma-sujeito mulher se relaciona com a realidade numa relação mediada principalmente pelo corpo. De outro lado, situa-se a imagem de uma mulher-sujeito, que é aquela com a qual a forma-sujeito do discurso presente nas letras analisadas se identifica, isto é, aquela que se destaca por uma postura crítica, que se coloca como mais consciente da sua presença no mundo e das relações dos indivíduos de sua classe, por isso mais “mental”, sempre em relação dialética com a forma-sujeito representativa da formação ideológica que tenta denegar, a partir das referências a “tal mulher”.

Primeiramente, analisaremos os recortes em que há a presença de sequências discursivas cujos sentidos se vinculam à construção da imagem de um feminino com o qual as enunciatórias parecem não se identificar plenamente, conforme se observa no trecho da canção “Mar de ideias”:

Recorte 1:

[SD₁] *É que seu cinismo envergonha uma nação de heroínas
O regresso de comportamento contaminada*

Na SD₁, o pronome utilizado é “seu”, que aparece determinando o “cinismo”. O “cinismo” poderia ser caracterizado como simplesmente “delas” ou “dessas mulheres”. Entretanto, ao utilizar o pronome “seu”, pressupõe-se a existência de uma interlocutora, a quem a enunciatória se dirige e confronta. Mais adiante, nesta mesma música, observamos o uso do pronome “você”.

Recorte 2:

[SD₂] *Manipulada mas desejada pela massa*
[SD₃] *No próprio espelho você é a escrava
Indivíduo no seu individualismo*

O pronome “você” na SD₃ aponta para a possibilidade de que este discurso se constrói a partir de uma imagem que as enunciatóras formam a respeito da mulher que ocupa a posição de ser ao mesmo tempo “desejada pela massa”, conforme SD₂, e “escrava” do próprio espelho, o que, segundo os versos anteriores, “envergonha uma nação de heroínas” (SD₁). Vejamos este trecho da canção “Não, não, não”:

Recorte 3:

[SD₄] *Entra em choque, odisseia não precisa rebolar pra ter ibope*

[SD₅] *Estamos falando de postura, não do tamanho do seu short*

As enunciatóras constroem sua autoimagem ao se afastar de um certo estereótipo de artista que “precisa rebolar pra ter ibope” (SD₄), a “mulher-assujeitada” que está associada ao corpo, à bunda, ao rebolado. O comportamento oposto, posição com a qual a letra da canção se identifica, representa-se pela noção de “postura” (SD₅). Fica marcada, portanto, uma oposição corpo-mente que atuará como elemento norteador dessa cisão em diversos momentos nas músicas analisadas, como se pode ver nos seguintes trechos da música “Sem curva na ideia”:

Recorte 4:

[SD₆] *Não não não preciso rebolar pra ter ibope*

Não não ser a miss simpatia pra ter nome [...]

[SD₇] *No som várias minas representam e tem talento*

A crítica às “mulheres assujeitadas” pela ideologia machista se dá, ao que nos parece, em dois sentidos. Primeiro, no sentido de que o comportamento de colocar a si como objeto apenas dá continuidade a uma postura machista e, segundo, devido a uma espécie de mercantilização do corpo como meio de obtenção do próprio sucesso (SD₆), como fica mais claro no seguinte trecho da canção “Não, não, não”:

Recorte 5:

[SD₈] *Infelizmente o machismo continua tão presente*

Por incentivo de muitas mulheres

[SD₉] *Que querem ser só atraentes*

[SD₁₀] *Tipo objeto de vitrine pra ser consumido*

O adjunto adverbial de causa atribui ao “incentivo” das mulheres uma parte da responsabilidade pela continuidade do machismo (SD8). Mais adiante, o “muitas”, semanticamente indefinido, terá o seu sentido restringido, especificando quais são as mulheres que incentivam a continuidade do machismo, aquelas “que querem ser só atraentes” (SD9). Ao longo das músicas, ao afirmarem a sua posição de mulheres pensantes, as enunciadoras constroem, num jogo de oposições, um discurso que teria por fundamento a forma-sujeito que se caracteriza pelo seu potencial mental (SD7), posicionando-se fora do imaginário de mulher que deseja ser fisicamente atraente. São as mulheres que não querem viver só de mostrar a “bunda”, o que as tornaria, nessa formação discursiva, “objeto de vitrine para ser consumido” (SD10).

Por outro lado, a mulher que ocupa essa posição histórica e social, a mulher-assujeitada, é significada também como uma vítima da opressão estrutural exercida sobre ela, como vimos na SD3, a ideologia dos corpos perfeitos. Naomi Wolf, estudiosa feminista, chama esse mecanismo de “Mito da beleza”, e afirma ser essa a mais recente forma de garantir a opressão masculina sobre a mulher:

A “beleza” é um sistema monetário semelhante ao padrão ouro. Como qualquer sistema, ele é determinado pela política e, na era moderna no mundo ocidental, consiste no último e melhor conjunto de crenças a manter intacto o domínio masculino. Ao atribuir valor às mulheres numa hierarquia vertical, de acordo com um padrão físico imposto culturalmente, ele expressa relações de poder segundo as quais as mulheres precisam competir de forma antinatural por recursos dos quais os homens se apropriaram (WOLF, 1992, p. 15).

Ao pensar a beleza como uma forma de opressão que atua sobre os corpos e psicológicos femininos, fica explícita a centralidade do corpo como lugar do exercício de poder. A racionalização por que passa o corpo na sociedade pós-moderna seria um sintoma de como estruturas de controle regulamentam a sociedade. A “mulher-assujeitada” é também oprimida pela ideologia, cujo objetivo, entre outros, é manter as mulheres sob controle, conforme é apontado no trecho da música “Não, não, não”:

Recorte 6:

[SD11] *Manipulada mas desejada pela massa*

No próprio espelho você é a escrava

[SD12] *Indivíduo no seu individualismo*

Assim, a imagem da mulher-assujeitada carrega também o sentido de “manipulada” (SD11), evidenciando o sentido de opressão e passividade. A posição de passividade relaciona-se à questão da objetificação do corpo da mulher, conforme o recorte a seguir:

Recorte 7:

[SD13] *Qual será o mais novo traseiro de sucesso*

Observa-se a crítica à mercantilização do corpo feminino (SD13), o que corrobora os estereótipos de feminilidade relativos à posição ideológica que diz que ser mulher é ser corporalmente aproveitável. O corpo feminino só teria valor quando se encaixar no ideal de feminilidade dentro da lógica machista. Outro exemplo de como essa forma-sujeito se constrói a partir da tensão com sentidos outros e o imaginário acerca do lugar do Outro está na letra da canção “Sem curva na ideia”:

Recorte 8:

[SD14] *Respeito mútuo assim que tem que ser*

Entre você, família, marido, filho, amiga

No trabalho, no trânsito (brum) na pura calma tia

[SD15] *Há milênios na corrida não se dê por vencida*

Nos versos iniciais da mesma música (SD 6), a *rapper* se dirige a essa mulher (“tia”), orientando-a diante de um certo contexto de luta feminista (de “corrida”, na SD15), que se estende por um período histórico (“há milênios”) e a coloca em relação com o outro (família, marido, filho, amiga), a partir das diferentes posições ocupadas pela mulher no tecido social. No recorte 9, o efeito de empatia se aplica justamente no momento em que o sujeito se coloca no lugar do outro (“você”, SD17), isto é, na posição de uma mulher que ocupa uma posição outra na formação social. Esse efeito de empatia aparece nesse momento da letra como um recado às mulheres ouvintes da música, como uma palavra de incentivo.

Recorte 9:

[SD16] *Eu sei que é complicado, também*

[SD17] *Você Amélia dentro de casa e ele nem vem*

A expressão “também”, na SD16, funciona como um índice avaliativo sobre o que é dito. As enunciadoras concordam com o fato de que é uma situação complicada, justificando uma possível falta de calma ou sentimento de derrota (o que retoma e dialoga com o verso anterior “não se dê por vencida” (SD15). Alude-se ao nome Amélia, na SD17, que traz a memória discursiva de uma mulher oprimida, construída na tradição musical brasileira (Ataulfo Alves - “Ai! Que saudades da Amélia” [1942]).

Passemos então à posição oposta, a da “mulher-sujeito”, lugar de identificação das enunciadoras. A desconstrução do ideal de feminilidade e afirmação da posição de mulher não assujeitada à ideologia machista se dá, nos textos analisados, pela via da apropriação do discurso, que se vincula às noções de exercício do pensamento livre, da reflexão acerca de si e do mundo. Constrói-se uma imagem de mulher com base nos atributos mentais, conforme vemos no trecho da canção “Mar de Ideias”:

Recorte 10:

[SD18] *Odisseia não é cela, mas te prende no mar de ideias complexas*

[SD19] *Você se afoga, reza, acende a vela pede pra sair de dentro dela*

A metáfora do *Mar de ideias* (SD18) resgata a noção de imensidão e inexorabilidade a que o elemento *mar* remete. A única saída seria acender a vela, luz da razão (SD19). Uma vez preso na armadilha, o que resta ao interlocutor é aplicar a qualidade mental.

Recorte 11:

[SD20] *Poder fazer você refletir com mensagens sinceras*

Chama a atenção a escolha do lexema “sinceras” (SD20). As mensagens são sinceras porque não são mentirosas, não são falaciosas. Entretanto, não é somente isso que o dito ressoa, já que poderia se dizer, num exercício parafrástico, “poder fazer você refletir com mensagens verdadeiras” ou até

mesmo “com mensagens não mentirosas”. A expressão “sinceras” carrega consigo a força da assertividade e da honestidade de quem a enuncia, e ao se relacionar, nesse discurso, com termos como “ideias”, as mensagens são sinceras porque, além de terem o seu estatuto de verdade, vêm da alma, como no recorte seguinte (SD21):

Recorte 12:

[SD21] *Até o final é resposta meu sentimento da alma*

[SD22] *Sente o perfume, a essência chegamos*

A respeito dos lexemas “alma” (SD21) e “essência” (SD22), relembramos que a cultura ocidental, fundada na tradição filosófica grega, traz, ainda hoje, mesmo após a “morte do sujeito moderno”, uma noção de autocontrole das pulsões físicas e das paixões por meio da razão. A teoria da alma tripartida de Platão diz da necessidade de conhecer a realidade através da racionalidade, por essa ser, segundo a sua perspectiva, a qualidade humana que estaria ligada ao divino, ao imutável e ao verdadeiro. O entrelaçamento da verdade com a razão resulta, mais tardiamente, para a ideologia positivista, no discurso da ciência. Em diferentes momentos, estão associados essência e alma ao comportamento da forma-sujeito que se constitui no discurso das enunciadoras, como no recorte anterior (SD21, SD22).

Assim, ao mesmo tempo em que se questiona a objetificação da mulher e do seu corpo, a constituição da forma-sujeito nas músicas se dá a partir de um pressuposto que retoma a ideia de Eu centrado em si mesmo, consciente, dono de si e de seu discurso. O discurso se constitui, portanto, não só pela desconstrução de um ideal de feminilidade e todas as consequências que ele traz, mas também pela exaltação de um comportamento resultante de uma ideologia em que indivíduo, este ser indivisível, é senhor de si e de seu discurso e que, no desconhecimento de seu próprio descentramento e inconsciência, constrói para si uma imagem, a forma-sujeito, com a qual passa a se identificar.

Althusser, em *Marx e Freud* (ALTHUSSER, 1985, p. 84), à luz da leitura de Marx, explica a filosofia idealista do sujeito a partir do materialismo histórico. A forma-sujeito que se constitui na Modernidade fez do homem o seu próprio dono, já que antes prostrava-se diante do divino e de sua encarnação na instituição humana da Igreja. A nova forma-sujeito

é a do sujeito-de-direito, que tem nos seus atos a expressão de sua vontade individual e que deve, ao mesmo tempo, responsabilizar-se pelas consequências de tais atos. Conclui-se que:

Na categoria de sujeito consciente de si, a ideologia burguesa *representa* os indivíduos como o que estes *devem* ser, para aceitar a própria submissão à ideologia burguesa, representa-os como dotados de *unidade* e da *consciência* (essa mesma unidade) que devem ter para *unificar* suas diferentes práticas e seus diferentes atos sob a unidade da classe dominante (ALTHUSSER, 1985, p. 85).

É justamente pelo modo de funcionamento da ideologia, que as condições materiais de existência histórica do sujeito são tomadas como naturais e até mesmo inalteráveis, de modo que se subentende uma autonomia ilusória num processo que é, na verdade, de assujeitamento. A unificação das contradições sob a forma do sujeito consciente de si seria uma maneira de garantir a adequação dos indivíduos à ideologia dominante. No entanto, de acordo com a psicanálise lacaniana, que atravessa a AD e que deriva dos pressupostos teóricos desenvolvidos por Freud, a noção de sujeito é por si só um elemento que aponta para um descentramento e dispersão, o que se pode verificar nos múltiplos sentidos construídos no âmbito da discursividade. É por isso que, mesmo no interior de uma determinada formação discursiva, é possível encontrar flutuações e relações entre posições ideológicas distintas. Vejamos o trecho a seguir, da música “Não, não, não”, para ilustrar a forma como diferentes formações ideológicas podem interagir em um determinado discurso:

Recorte 13:

[SD23] *Uma mulher pode e deve ser sensual*

No exemplo anterior, afirma-se que uma mulher não só “pode”, como “deve” ser sensual (SD23). É interessante notar que, ainda que afirmem a todo momento a consciência de si como caminho para emancipação feminina, as enunciadoras reproduzem um tipo de discurso que liga a sensualidade ao feminino, discurso esse que é mais recorrente em formações ideológicas machistas, em que a mulher, vista como objeto pelo

olhar masculino, deve responder ao seu gosto, independentemente de sua “escolha pessoal” de ser ou não sensual.

Colocadas tais questões, outra faceta que demonstra como a mulher não assujeitada, e consciente de si, ocupa um determinado lugar, que é por ela mesmo construído e definido, manifesta-se na expressão da sua postura ativa diante da sua realidade. É uma mulher que, devido à sua racionalidade, ao seu olhar crítico, e ao seu discurso, direciona os seus esforços para a ação no mundo que a rodeia.

Recorte 14:

[SD24] *Não falo nada, aplaudo quem tá na batalha*

[SD25] *Mais do que uma luta precisamos nos informar pra poder atuar*

[SD26] *130 Tecelãs morreram carbonizadas*

Por reivindicarem seus direitos e uma vida igualitária

Ainda que enuncie que não fala nada (SD24), essa expressão normalmente vem carregada, na variedade popular, de uma apreciação negativa em relação ao que se comenta. Para complementar o sentido, demonstra-se, mais uma vez, a primazia da qualidade mental, uma vez que a informação vem antes da luta (SD25). Essas mulheres “mentais” privilegiam o conhecimento, que deverá guiar a prática da luta feminista. Como exemplo, fazem referência ao incêndio da fábrica têxtil Triangle Shirtwaist³, em Nova York (SD26). Mais adiante, na mesma canção, afirma-se:

Recorte 15:

[SD27] *Na sonoridade do ré mi fa só não está*

[SD28] *La si estou aqui andari mistura madri tereza*

[SD29] *Indira ghandi, chica da si, joana darc*

[SD30] *Ana garibaldi, igualdade lutaremos até o fim! [...]*

[SD31] *Mulher pensante, cidadã, rapper vou seguindo assim*

Nesse recorte, comparece o uso da primeira pessoa do plural, ficando implícita a ideia de cooperação entre as mulheres, de união da

3 O acidente ocorreu em março de 1911, na *Triangle Shirtwaist Company*, uma fábrica têxtil localizada em Nova York, EUA.

classe e, na SD27, o mote ganha força (“na sonoridade do ré mi fa só não está” e “estou aqui”). Além disso, ao fazer referência a nomes de mulheres ilustres da história (SD28, SD29, SD30), rememora-se a força da mulher em mudar a sua condição, o que se dará devido a sua atuação como mulher “pensante, cidadã, rapper” (SD31), portanto, como mulher agente de seu próprio destino.

Conforme observamos até aqui, a constituição da forma-sujeito nas letras das canções do grupo de *rap* Odisseia das Flores acontece na medida em que há, para essas mulheres, a oportunidade de criação de seus próprios discursos. A sua arte, o *rap*, torna-se uma ferramenta para a sua emancipação como mulher e para a construção de sua identidade. A forma-sujeito se constitui, além disso, a partir da desconstrução de determinadas noções engessadas do que “é ser mulher”, aquelas originadas de uma história de discursos machistas e que recorrentemente tendem a manter as mulheres em posição de outro, de objeto de um discurso masculino.

Algumas considerações finais

Neste trabalho, desenvolvemos a análise do discurso das canções do grupo de *rap*, formado por mulheres, Odisseia das Flores. Por meio da análise de três letras de música, procuramos explicitar, com base no aporte teórico oferecido pela AD materialista, a questão relativa à construção da forma-sujeito nos discursos femininos dessas músicas. Propomos a coexistência no discurso feminino do grupo Odisseia das Flores de duas imagens de mulheres. A primeira é a identidade com a qual as enunciantoras se identificam, marcada por uma dada conduta de comportamento. Essa dá primazia às qualidades mentais, à agentividade do seu próprio destino, que guia o seu comportamento e a sua postura combativa diante da realidade que se coloca. A crítica, nesse discurso, direciona-se a uma identidade outra de uma mulher que usa do seu corpo para emancipação, que é frágil, segundo as autoras, já que resulta de uma opressão do machismo e as coloca sob o jugo do patriarcado. Assumem, assim, a posição de objeto, sempre passiva aos desígnios dos destinos que os homens e a sociedade lhes impõem, sem conseguir, ainda, livrar-se das opressões de diferentes naturezas.

Como apresentamos na seção anterior, a construção da forma-sujeito tende a, de um lado, criticar o processo de objetificação da mulher

e do seu corpo, ao mesmo tempo em que discursiviza uma imagem de mulher que a afasta dos ideais de feminilidade no âmbito da formação social capitalista, elevando-a subjetivamente à posição que o homem ocupa nesta formação social.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- ALTHUSSER, L. *Freud e Lacan. Marx e Freud*. 4 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- FIGUEIRA, L. A dialética althusseriana e a alteridade descontínua na análise do discurso. In: GARCIA, D.; SOUSA, L. (orgs). *Ler Althusser hoje*. São Carlos: EdUFSCar, 2017.
- ODISSEIA DAS FLORES. *Sem curva na ideia*. In: ODISSEIA DAS FLORES. *As palavras voam*. [CD] SP: ONErpm, 2017a. Disponível em: <https://bityli.com/XBMUw>
- ODISSEIA DAS FLORES. *Não, não, não*. In: ODISSEIA DAS FLORES. *As palavras voam* [CD]. SP: ONErpm, 2017b. Disponível em: <https://bityli.com/YNxtp>
- ODISSEIA DAS FLORES. *Mar de ideias*. In: ODISSEIA DAS FLORES: *As palavras voam* [CD]. SP: ONErpm, 2017c. Disponível em: <https://bityli.com/asPVv>
- ORLANDI, E. *Análise de discurso: Princípios e Procedimentos*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2000.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. 2014.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 7. ed. Campinas: Pontes, 2015.
- WOLF, N. *O mito da beleza: como as imagens da beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

O CÁRCERE COMO CONDIÇÃO DE VIVÊNCIA: ESTADO E INDIVIDUAÇÃO

Fernanda Cerqueira de Mello¹

Narrar a experiência de cárcere textualiza a vivência de um corpo aprisionado, de um corpo que é história, é desejo, é palavra. Naquilo que se marca na ausência ou presença, buscamos o que pode ser dito *sobre* ser mulher na enunciação da experiência do aprisionamento nos ditos de mulheres apenadas. Neste trabalho, propomos analisar a constituição do sujeito mulher no encarceramento, tomando entrevistas com mulheres que se encontram presas em regime fechado. Para isso, algumas das questões que norteiam o desenvolvimento desta pesquisa são: quais sentidos de mulher são possíveis de serem discursivizados dentro dos presídios? Que posições-sujeito são possíveis de serem marcadas pelas mulheres que se encontram sob o domínio de uma instituição prisional?

Pensando as condições de produção em que enunciam essas mulheres, tomamos de início as reflexões acerca da constituição do sujeito de direito. Lagazzi (1988) nos mostra que a “emergência do sujeito-de-direito” se dá a partir do enfraquecimento do sistema feudal e o surgimento do capitalismo, em que a criação de um sistema jurídico tornou-se necessário para intermediar e regular as relações comerciais. Esse sistema aos poucos foi se edificando e se constituindo numa Instituição Jurídica, regendo os direitos e deveres que regulam as relações sociais e instituindo o sujeito-de-direito. O sujeito, então, “passou a centrar suas atividades em si mesmo, com suas próprias intenções, motivações, sua própria vontade” (LAGAZZI, 1988, p. 21),

1 Mestra em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, é doutoranda em Estudos de Linguagem também pela UFF, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Silmara Dela Silva, com pesquisa financiada pela CAPES.

ou seja, o sujeito do capitalismo passa a ter poder e controle sobre suas próprias ações.

Haroche (1992) afirma que durante as transformações econômicas ocorridas na passagem do sistema feudal para o início do capitalismo, no qual o processo de expansão econômica sobrepôs o Direito ao religioso, o termo “sujeito à exação” passa a substituir o sujeito religioso. Esse termo jurídico significaria, numa linguagem menos especializada, como “sujeito à cobrança”, “devedor”. O imbricamento entre Estado e Economia se manifesta nesse termo, dando a ver que um sujeito devedor não é apenas o sujeito que porta uma dívida financeira, mas uma dívida com o Estado. Todos os sujeitos submetidos ao jurídico estão sujeitos à cobrança de cumprir a lei. O sujeito encarcerado seria, sob essa perspectiva, alguém em conflito com a lei, em débito com a justiça, e uma das formas de pagamento dessa dívida se dá pela privação da liberdade.

Desse modo, se antes tínhamos uma subordinação do sujeito ao dogma, no capitalismo temos um sujeito submetido à lei. O que passa a regular o sujeito é o Estado que, via jurídico, determina as leis que devem ser postas em práticas e respeitadas pelos sujeitos que vivem numa sociedade de Estado; e que, pelas suas instituições – como as forças armadas e a polícia –, se relaciona coercitivamente com o sujeito, nas relações de obediência que devem garantir o poder e a soberania do Estado. O sujeito, portanto, é livre, detém poder sobre suas ações, mas está subordinado às leis e tem o dever de segui-las.

Essa liberdade vigiada/controlada pela lei institui uma ambiguidade constitutiva do sujeito. O funcionamento da ideologia jurídica recai sobre o sujeito fazendo dele alguém intercambiável, oscilando entre um sujeito da singularidade e outro da homogeneidade. Nos termos de Haroche, a ambiguidade “torna-se assim uma marca paradoxal do próprio sujeito: o sujeito se vê como um ser único, mestre e responsável por si mesmo, podendo, entretanto, a qualquer momento soçobrar no anonimato de ‘qualquer um’” (HAROCHE, 1992, p. 59).

No encarceramento feminino, podemos pensar em um duplo apagamento da singularidade do sujeito: o apagamento instituído pela ideologia jurídica, que se dá universalmente – mas não indistintamente – para todos os sujeitos de direito; e o apagamento institucional, o qual é instaurado pelas estruturas dos presídios que não são planejados para mulheres e sim para homens. Interessa-nos, então, o modo como essa universalidade do

sujeito encobre a noção de sujeito historicamente constituído, entendendo esse apagamento também como um dos produtos do encarceramento massivo de mulheres².

No Brasil, apenas 6% das Instituições Penitenciárias foram planejadas para mulheres, um planejamento que se deu, em maior medida, a partir de um aumento expressivo de prisões femininas, mais de 220%, do início da década passada até o ano de 2014. O que significa que a maioria das mulheres presas dividem as penitenciárias com homens, em prisões mistas. De acordo com Cerneka (2009), mesmo com um aumento de mulheres presas, poucas políticas públicas conseguem avançar na garantia de direitos básicos a essas mulheres e que “responder às necessidades das mulheres encarceradas significa muito mais do que fornecer absorventes higiênicos e garantir pré-natal para as gestantes e seus bebês” (CERNEKA, 2009, p. 63). Ou seja, quando essa singularidade emerge institucionalmente é pelo viés da biologização desse corpo apenado, reduzindo a mulher à maternidade e à menstruação.

Pensando a prisão como uma instituição, baseio-me na reflexão de Mariani (1998) sobre o funcionamento discursivo das instituições. Para a autora:

[...] entendemos as instituições como parte do processo ideológico geral de edificação do social, processo esse que apaga para o sujeito seu assujeitamento às formações discursivas, produzindo o efeito de literalidade etc. O que chamamos de instituição, do nosso ponto de vista, é fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais. São práticas discursivas e não discursivas que se institucionalizaram e legitimaram, ao mesmo tempo em que organizam direções de sentidos e formas de agir no todo social (MARIANI, 1998, p. 76).

2 Tomamos a expressão *encarceramento em massa* da pesquisadora Juliana Borges (2019), que é referida pela autora como um encarceramento massivo da população negra, justificada sobretudo pela “guerra às drogas”, cujo resultado principal é produção de desigualdade social e, conseqüentemente, o aumento da população carcerária.

As instituições vão se firmando, portanto, a partir de um processo de discursivização em que elas vão se constituindo e, também, vão regulando e produzindo sentidos materialmente determinados. As instituições penitenciárias femininas estão determinadas por um processo histórico e por já-ditos constituídos socialmente sobre as mulheres. Desse modo, chegamos à compreensão de que os presídios femininos se edificam sobre as condições sócio-históricas de produção de sentidos sobre a mulher ao mesmo tempo em que, como instituição, (re)produzem sentidos sobre ser mulher na nossa formação social.

A respeito da constituição das prisões, Foucault (2014) afirma que até o século XIX a punição sobre aqueles que infringiam as leis se dava sobre o corpo, a partir de castigos corporais, como açoites, esquetejamentos e amputações. No início do século XIX, as punições passam a ser veladas pelo processo penal e o sofrimento físico e a dor corporal deixam de ser elementos constitutivos da pena. O corpo do apenado “é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. [...] O castigo passou de uma arte de sensações insuportáveis a uma economia de direitos suspensos” (FOUCAULT, 2014, p. 16). Chegamos, então, na passagem de um século para o outro, num modelo de penalização baseado na privação da liberdade, onde o corpo do sujeito passa a estar sob domínio da instituição prisional.

Retomando a afirmação de Cerneka (2009) de que as discussões sobre os direitos das mulheres presas se centralizam na questão da maternidade e da menstruação, os presídios, enquanto instituição, fazem funcionar uma memória discursiva de que mulheres devem ser determinadas biologicamente para suas funções sociais, reduzindo o corpo da mulher a sua função reprodutora. A redução do sujeito a um corpo biológico, com efeito, produz sua dessubjetivação, marca de um sujeito mensurável, uniforme, o “qualquer um” do sujeito jurídico.

Desse modo, considerando as prisões instituições constituídas a partir de práticas discursivas, compreendemos que as instituições prisionais atuam na produção de espaços de identificação para os sujeitos em situação de cárcere. Isto é, o “Estado, pelas instituições e discursividades” (ORLANDI, 2017, p. 228), individua o sujeito e é a partir desse processo de individuação que o indivíduo se identifica com uma posição. Nos termos de Orlandi, nesse processo:

O indivíduo funciona, por assim dizer, como um pré-requisito no processo de identificação do sujeito, ou seja, uma vez individuado, este indivíduo (sujeito individuado) é que vai estabelecer uma relação de identificação com esta ou aquela formação discursiva. E assim se constitui em uma posição-sujeito na sociedade. E isto deriva de seus modos de individuação pelo Estado (ou pela falha do Estado), pela articulação simbólico-política através das instituições e discursos [...] (ORLANDI, 2017, p. 228).

Assim, a partir de uma memória de mulher, o presídio feminino enquanto instituição individua as mulheres presas e produz determinadas posições-sujeito com as quais essas mulheres se identificam.

No Brasil, as instituições carcerárias femininas surgiram aproximadamente na década de 1940 (SOARES; ILGENFRITZ, 2002), junto ao momento em que o país passava por grandes reformulações legislativas e formulava o código penal de 1940. A reforma penal proposta por Lemos Britto, à época, Presidente do Conselho Penitenciário do antigo Distrito Federal, deu origem à Penitenciária Feminina do Distrito Federal, em Bangu – primeira penitenciária construída especificamente para esse fim, diferenciando-se das outras instituições prisionais existentes até aquele momento que foram reaproveitadas como penitenciárias femininas, o que era justificado pelo pequeno número de mulheres presas. Desse modo,

Lemos Britto não sugeriu a construção de uma prisão nos moldes tradicionais da época, ou seja, não se pautou pelo modelo de prisões masculinas. Ele propôs, ao invés disso, a construção de um reformatório especial, com o que indicava um tratamento específico para a mulher por parte do Sistema Penitenciário (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 53).

Na reforma penal de Lemos Britto a necessidade de distribuir homens e mulheres em presídios diferentes era urgente, sobretudo porque essas instituições deveriam assumir a importância da humanização das penas e restaurar os contraventores, tanto homens quanto mulheres, para o convívio social. Nessa separação era necessário, portanto, restaurar as funções sociais dos sujeitos encarcerados. No caso das mulheres,

essa restauração era feita a partir de uma educação que ensinasse as mulheres os cuidados que se esperavam delas: com o lar. Nos termos de Soares e Ilgenfritz:

Dedicadas às prendas domésticas de todo tipo, (bordado, costura, cozinha, cuidado da casa e dos filhos e marido), elas estariam aptas a retornar ao convívio social e da família, ou, caso fossem solteiras, idosas ou sem vocação para o casamento, estariam preparadas para a vida religiosa (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 58).

Não por acaso, os presídios femininos, principalmente, tinham forte presença religiosa, porque recuperar a função social do preso seria possível através de uma reparação moral dos sujeitos encarcerados, como afirma Espinoza (2003) “buscava-se que a educação penitenciária restaurasse o sentido de legalidade e de trabalho nos homens presos, enquanto, no tocante às mulheres, era prioritário reinstalar o sentimento de pudor” (ESPINOZA, 2003, p. 52). O dogma religioso, portanto, tinha forte impacto no projeto do Estado de doutrinação e controle dos corpos presos.

O encarceramento feminino possui uma historicidade que marca o modo como ele é promovido hoje, ainda que em condições diferentes da década de 1940. Há uma memória sobre o lugar da mulher que se repete, por exemplo, nessa biologização da mulher encarcerada. Institucionalmente, os presídios femininos se constituíram a partir de uma intervenção do Estado, via jurídico, no modo de identificação da mulher com a maternidade, com a família, com o espaço doméstico. Ou seja, se fora da prisão essas mulheres não aprenderam a assumir a sua “função social”, elas devem aprender dentro da prisão.

Há, no funcionamento dos presídios femininos, um conjunto de dizeres que formam uma narrativa sobre a mulher e que, pela memória, (re)diz os espaços possíveis de identificação das mulheres dentro das penitenciárias. Tomando a memória como “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamento e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999, p. 56), ou seja, como um espaço em que funciona um jogo de força entre o mesmo e o diferente, buscamos compreender como o trabalho de regularização de sentidos da instituição prisional produz espaço

de identificação para os sujeitos que vivem e ocupam as penitenciárias. Isto é, buscamos, nos ditos das mulheres, analisar quais sentidos de mulher elas se identificam quando enunciam dentro do presídio, considerando que a regionalização dos sentidos, promovida pelas instituições, recorta o dizível.

Entendemos que o processo de identificação dos sujeitos com os sentidos é constitutivo do processo de subjetivação e revela a relação do sujeito com a língua e com a história. Submetido ao simbólico, o sujeito é invadido pelo imaginário, isto é, o processo de identificação com determinados sentidos se dá pelo funcionamento do que se projeta imaginariamente sobre aquela posição. Desse modo, a partir de Ferraça (2019), que afirma serem as entrevistas a possibilidade de “*escutar* o ordinário de um cotidiano que se inscreve na história, em um social rachado, dividido por fronteiras histórico-político-ideológicas, no encontro com condições de produção dadas” (FERRAÇA, 2019, p. 16), nosso interesse, neste trabalho, é compreender como a vivência nesse espaço atravessa a produção de sentido sobre mulher e como se dá o processo de subjetivação dessas mulheres. Ou seja, nos ocupamos em pensar como esses sujeitos privados de liberdade, inseridos num processo de significação, repetem e deslocam sentidos sobre mulher e cárcere.

Referências

- CERNEKA, H. A. Homens que menstruam: considerações acerca do sistema prisional às especificidades da mulher. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 61-78, 127, jan./jun. 2009. Disponível em: http://www.domhelder.edu.br/veredas_direito/pdf/60_77.pdf. Acesso em: 02 nov. 2020.
- ESPINOZA, O. A prisão feminina desde um olhar da criminologia feminista. *Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias*. Pelotas, v.1, n.1, p. 5, jan./dez. 2002.
- FERRAÇA, M. *(R)esistir no Jardim Itatinga: laços entre sujeitos e espaço urbano*. 2019. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos de Linguagem Campinas, SP, 2019.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- HAROCHE, C. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BORGES, J. *Encarceramento em massa*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

- LAGAZZI, S. *O desafio de dizer não*. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- MARIANI, B. S. C. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro, Revan; Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1998.
- MARIANI, B. S. C. Discurso e instituição: a imprensa. *RUA*, Campinas, n. 5, p. 47-61, 1999.
- MARIANI, B. S. C. Subjetividade e Imaginário Linguístico. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 3, Número Especial, p. 55-72, 2003.
- ORLANDI, E. P. *Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- ORLANDI, E. P. Do sujeito na história e no simbólico. *Escritos*, n. 4, Campinas, 1999.
- ORLANDI, E. P. Ponto final: pontuação, interdiscurso, incompletude. *In: ORLANDI, E. P. Discurso e texto, formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- ORLANDI, E. P. A Análise do Discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. *Caderno de Estudos Linguísticos*, n. 42, p. 21-40, jan./jun. 2002.
- ORLANDI, E. P. Análise de Discurso. *In: LAGAZZI-RODRIGUES, S.; ORLANDI, E. P. (orgs.). Introdução às ciências da linguagem. Discurso e textualidade*. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Editora Pontes, 2011.
- ORLANDI, E. P. *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas, SP: Pontes, 2017.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. *In: ACHARD, P. et al. (Org.). Papel da memória*. Tradução e introdução: José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. (1975). 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- SOARES, B. M.; ILGENFRITZ, I. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Editora Gramond Ltda, 2002.

“A CULPA (NÃO) É DA OUTRA”?: UM DISCURSO SOBRE TRIÂNGULO AMOROSO

Ceres Carneiro¹

Introdução

*Deus não existe e, se existe, não é muito
confiável.
(Woody Allen)*

Este trabalho apresenta um recorte da nossa tese de doutorado (CARNEIRO, 2018). Tivemos como proposta, durante o doutoramento, analisar discursivamente cartas atribuídas às mulheres em circulação nos chamados “consultórios sentimentais” da revista feminina *Claudia*, nas últimas seis décadas, que tratavam, em sua materialidade discursiva, de triângulos amorosos, mais especificamente, da infidelidade masculina.

Partimos de um fragmento do Dicionário Mítico de Junito Brandão (1986) sobre o mito da Medusa, em que diz: “*Medusa era uma jovem lindíssima e muito orgulhosa de sua cabeleira. (...) A deusa da inteligência, Atená, puniu a adversária porque Posídon, tendo-a raptado, violou-a.*” (p. 471), para defender que o mito se mantém na realidade e no tempo, funcionando como interdiscurso, ou seja, “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2015, p. 31): um já-dito ainda em circulação, sentidos que

1 Doutora em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É professora adjunta de Linguística do Departamento de Estudos de Linguagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

produziram efeitos, outrora, em outras tantas formações discursivas, e que continuam produzindo efeitos.

Pêcheux (2014) definiu formação discursiva como aquilo que “a partir de uma dada conjuntura dada, determinada pela luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (p. 147), então o que foi “autorizado” a se dizer sobre a traição do marido no passado permanece, de alguma forma, “autorizado” a se dizer na atualidade. Temos, assim, como tese, que os sentidos presentes no mito da Medusa (e em outros mitos), perduram até os dias atuais, visto que as mulheres, em suas posições discursivas de esposas ou de amantes continuariam acusando (condenando ou punindo) suas rivais pela traição do companheiro e não o próprio companheiro, conforme dizeres contidos nas cartas pessoais enviadas e publicadas na revista *Claudia*, entre as décadas de 1960 e 2010.

Pimentel (2015) defende que o mito é “uma representação coletiva, um relato de uma verdade falseada, atemporal, no qual uma realidade passa a existir (...) e ser transmitida por várias gerações por meio de alegorias” (p. 208). Entendemos, pois, que o mito funciona simbolicamente e na contradição, logo, pertence a uma realidade, não sendo, portanto, uma verdade falseada, mas algo “vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que o mantém”. E se o mito da Medusa é da ordem do memorável, é porque “deixou marcas dos tempos desjuntados” (SCHERER e TASCETTO, 2003, p. 5) e, se deixou marcas, é porque é capaz de fazer “surgir e reunir as temporalidades passadas, presentes e que estão por vir” (IDEM), conforme atestamos ao longo da tese.

A questão trazida por nós é que o mito da Medusa funcionaria como uma “matéria-prima”, um já-dito, sobre o adultério e seus desdobramentos, afinal, como nos traz Pêcheux ([1969] 2014, p. 76) “o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima”; um já-dito sempre lá sobre o qual outros discursos se desdobraram. Assim, tivemos como objetivo analisar os discursos materializados nessas cartas (e, em alguns casos, nas respostas dadas a elas), considerando os efeitos de sentido acerca dos triângulos amorosos e os sujeitos neles envolvidos, em suas diferentes condições de produção.

Sob a perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa, disponibilizamos, como dispositivo teórico-metodológico, conceitos como os de memória discursiva, formação discursiva, formação imaginária, entre

outros para darem suporte às análises das sequências discursivas recortadas de nosso *corpus*. Em nosso gesto de análise, trazemos as imagens projetadas pelo sujeito-consulente (interlocutora em A) de si, da rival, do casamento, do amor e da traição, assim como as imagens projetadas pelo sujeito-conselheira/o (interlocutor/a em B) de mulheres que experimentam triângulos amorosos; trazemos, ainda, como a imprensa feminina, mais especificamente a revista *Claudia*, com suas “receitas” de felicidade contribuíram (e contribuem) para a constituição do feminino: tanto repetindo sentidos já estabilizados sobre o casamento, como desestabilizando-os, deslocando-os para outros sentidos e para outras posições.

Entendemos que refletir sobre como as mulheres são e foram discursivizadas em nossa formação social, a partir de suas posições de esposa ou amante, em situação de traição, e sobre como as revistas femininas, em determinadas condições de produção, contribuem para a homogeneização de sentidos sobre o feminino, faz-se necessário para entendermos como e por que o duo submissão/dominação ainda está na base de tantas relações interpessoais que envolvem homens e mulheres, e como e por que resistir ao duo submissão/dominação precisa estar na pauta dos debates sobre a desigualdade de gêneros.

Pêcheux ([1969] 2014), em suas primeiras formulações sobre o objeto discurso, nos diz que “não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas (...) de um efeito de sentidos entre os pontos A e B” (p. 81). Entendamos, aqui, os pontos A e B como as posições ocupadas pelos interlocutores de um discurso. A linguagem extrapola, e muito, a pensada por Jakobson (*apud* PÊCHEUX, [1969] 2014) como uma comunicação entre um destinador que enviava uma mensagem codificada a um destinatário que, por sua vez, a decodificava. Justamente porque, como nos diz Pêcheux ([1969] 2014), o discurso é um conjunto de representações extralinguísticas, localizado no ponto de articulação entre língua, história e sujeito; não é mera transmissão de informação, ele se dá no contato do histórico com o linguístico. É, portanto, tecido socialmente.

Nosso *corpus* foi constituído a partir de *Claudia*, por ser, entre as revistas destinadas ao público feminino, a líder no mercado desde a sua criação e a mais antiga ainda em circulação, no Brasil, nessa segmentação. Temos que as revistas femininas são “porta-vozes” das leitoras, um “guia” de comportamento, formam “gostos, opiniões, padrões de consumo e de

conduta” (BASSANEZI, 1996, p. 15), determinam “o que pode e o que não pode ser dito em seus diferentes espaços, em cada instância de circulação” (DELA-SILVA e DIAS, 2015, p. 131).

A Análise

Das quarenta e sete (47) cartas por nós analisadas na tese, escolhemos por apresentar, aqui, a análise das sequências discursivas da carta “A culpa não é da outra”, justamente por ela ter inspirado a concepção do título dado a nossa tese. Distribuímos as cartas e suas análises, na tese, em quatro eixos temáticos: o jogo imaginário, a reificação do marido, o discurso de amor e “*Claudia* responde”. Essa carta pertence ao eixo temático “o jogo imaginário”, por entendermos que o sujeito-esposa projeta imagens de si, do marido e da amante do marido em sua trama discursiva, sendo os dois (marido e amante) seus referentes. O conceito de formação imaginária (FI), inicialmente lapidado por Pêcheux ([1969] 2014), prevê a existência, em todo processo discursivo, de imagens projetadas de si (interlocutor A) e do outro (interlocutor B), a partir dos lugares ocupados por eles em uma formação social. Tendo o discurso como efeito de sentidos produzido entre os interlocutores (PÊCHEUX, [1969] 2014), a projeção das formações imaginárias dos envolvidos no triângulo amoroso, materializado na carta, nos diz sobre a imagem que a esposa (interlocutora em A) faz de si própria e da amante do marido, bem como do marido, a quem se refere, ao dizer sobre a situação de traição. Assim como nos dizem as imagens que o sujeito-conselheira (interlocutora em B) faz da esposa (interlocutora em A) e do marido e da sua amante (referentes), enquanto integrantes de uma cena do três.

Trazemos, no entanto, não só as imagens projetadas entre A e B, mas também as imagens projetadas de outros envolvidos na trama discursiva que nos chegam por meio do discurso sobre, pois a interlocutora em A (sujeito-consultante) diz para a interlocutora em B (sujeito-conselheira) sobre o outro, projetando, assim, imagens sobre a rival e sobre o marido. Entendemos que esses discursos são sobre * (referentes), pois a rival e o marido, por não dizerem na carta, aparecem como uma referência feita pela interlocutora em A.

Tabela 1

“A culpa não é da outra”		
Imagem de si	Referente (amante)	Referente (marido)
SD1: Sempre tivemos um convívio ótimo, com muita compreensão e companheirismo SD2: Tomei a decisão de entrar em contato com ela SD3: Não tenho mais confiança nele SD4: Espero ansiosa sua opinião	SD5: Uma jovem secretária estava tomando astutamente conta da situação SD6: Ela já era praticamente dona de um dos nossos automóveis SD7: O que ela estava fazendo era errado, pois estava afetando a estrutura familiar de sete pessoas	SD8: Começando a atravessar a terrível crise dos 40 anos SD9: Sempre tivemos um convívio ótimo, com muita compreensão e companheirismo SD10: Ótimo pai, bom marido e por demais trabalhador SD11: Sempre teve boa conduta e nunca foi dado a esse tipo de vida SD12: Perdeu toda a noção do que ficava bem e do que ficava mal SD13: Estava expondo sua conquista

Seção *Claudia* responde

Nessas seqüências discursivas, observamos que as imagens projetadas, pelo sujeito-esposa, do marido e da amante se assemelham às imagens projetadas, por exemplo, no mito da Medusa: a traição do marido é justificada pela “terrível crise dos 40 anos” (SD8) e pela astúcia da “jovem secretária” (SD5) que seduziu o marido, fazendo com que ele perdesse a noção do bem e do mal. Ao dizer que o marido foi um sempre-já companheiro, compreensivo, “ótimo pai, trabalhador” (SD10) até ser “vítima” de uma jovem interesseira e destruidora de família, o sujeito-esposa retira dele a incumbência pela traição e a coloca sobre a amante.

Dizeres sobre a crise da meia-idade e a secretária-puta, alojados na memória discursiva da interlocutora em A, se relacionam com dizeres presentes e delineiam o discurso (ORLANDI, 2015) por ela produzido, em que a “jovem secretária” (SD5) é projetada como responsável pelo adultério cometido pelo marido vulnerável às suas artimanhas e à “crise dos 40 anos” (SD8), afinal, “toda produção discursiva (...) faz circular formulações anteriores, já enunciadas” porque “toda formulação apresenta em seu ‘domínio associado’ outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega...” (COURTINE, 2009, p. 104).

Pela imagem projetada de si, o sujeito-esposa, apesar de compreensiva, tem a atitude de entrar em contato com a amante e exigir dela a conduta “certa” de não afetar, “a estrutura familiar de sete pessoas” (SD7): o “acerto

de contas” com a amante garante a impunidade do marido. Ao discursivizar sobre a preocupação em manter “a estrutura familiar de sete pessoas” (entendida por nós como sendo composta por ela, pelo marido e por cinco filhos), a instituição familiar, um dos aparelhos ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1974), se apresenta como um bem a ser preservado, porque, aos moldes da família tradicional, deve ser única, sacralizada e definitiva (ROUDINESCO, 2003), corroborado pela escolha do vocábulo “estrutura” para se referir à família, deslizando sentidos e a ressignificando como sólida e sustentável. A sua desestruturação, em contrapartida, transgrediria os preceitos de indissolubilidade delineados durante o patriarcado, pois, como nos lembra Beauvoir (1980), o casamento moderno não deixou de perpetuar o passado.

A interlocutora em B, por meio do título da carta (“A culpa não é da outra”), corrobora a imagem de culpada que o sujeito-esposa faz da amante do marido e alerta para o equívoco dessa projeção ao inserir o advérbio de negação, que funcionaria “como um questionamento metalinguístico” (FEDATTO, 2015, p. 96) à afirmação da interlocutora em A de que a culpa pela formação do triângulo amoroso é da “jovem secretária” (SD₅), instaurando “uma polêmica entre pontos de vistas antagônicos” (IDEM), talvez inconciliáveis, entre diferentes posições-sujeito. E, ao dizer que a culpa da traição “não é da outra”, formula um interdito sobre quem é o responsável pela formação do triângulo amoroso: o marido. Trazemos o interdito como fundador e constituinte do discurso, atuando como um impeditivo do se dizer tudo, possibilitando aos leitores (em nosso caso) completar o que ficou por dizer, pois “o dizer é sempre faltante, é sempre meio-dito, dito no meio, dito pela metade: inter-dito” (TFOUNI, 2013, p. 40).

O sujeito-consultante, apesar de se projetar como insegura em relação ao marido, não confiando mais nele, clama ansiosamente, por uma resposta de *Claudia*, marcando a si como um sujeito duvidoso sobre a manutenção ou o fim do casamento, este bem tão precioso, e o marido como indigno de confiança.

Na resposta dada à carta, entretanto, a interlocutora em B diz, explicitamente:

SD₁₄: não me canso de repetir que quem tem compromisso com a esposa é o marido, e não a “outra”. (...) O ressentimento e o rancor da mulher enganada devem se dirigir a quem o enganou – isto é – o marido.

O sujeito-conselheira (Carmen da Silva²) diz da traição como sendo responsabilidade do marido e não da amante (“a culpa não é da outra”), contrariando, inclusive, os dizeres postos no mito da Medusa, em que a culpa pela traição do homem recai sobre a amante, deslizando, pois, com sentidos estabilizados sobre a amante sedutora e o marido indefeso. Quem trai é o marido com quem a esposa tem um vínculo e com quem tem um acordo de fidelidade celebrado durante a cerimônia (Igreja Católica) do casamento³: “prometo ser-te fiel, amar-te e respeitar-te, na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, todos os dias da nossa vida”⁴.

Antes de Carmen da Silva, os conselhos sugeriam que as mulheres suportassem pacientemente a traição do parceiro. Os conselhos de Carmen vão em direção ao enfrentamento da situação: aborde o assunto, mostre o que está em jogo. Ela também orienta a interlocutora a mudar o foco da sua ira: a culpa não é da “outra”, mas do amante, contrariando, inclusive, o senso comum, entendido por nós como “algo que rege a vida cotidiana e as relações interpessoais” (LAGAZZI, 1988, p. 33).

Ressaltamos que a revista dá os títulos às cartas publicadas em seu “consultório sentimental” e não às mulheres a quem são atribuídas a autoria. Bahia (2009) compara o título a uma obra de arte. Ele é inseparável do texto, fiel e ligado intimamente a ele. Os títulos das cartas funcionariam como um discurso de *Claudia* sobre triângulos amorosos. Assim sendo, ao dizer que “a culpa não é da outra”, *Claudia* diz que a culpa pela formação do triângulo amoroso é do marido: é ele quem trai, quem inclui na “cena do dois” (BADIOU; TRUONG, 2013) uma terceira pessoa.

Fechando

Durante o movimento de análise, em que procuramos mostrar o jogo das formações imaginárias projetadas entre os atores envolvidos na

2 Destacamos que a psicóloga e jornalista Carmen da Silva foi a conselheira mais reverenciada da revista *Claudia*, onde atuou por cerca de 20 anos.

3 Entendemos que mesmo a mulher não tendo experimentado a celebração do casamento pela Igreja Católica, os dizeres proferidos durante o ritual funcionam como interdiscurso das obrigações do casal.

4 <https://onossocasamento.pt/artigos/ritual-cerimonia-religiosa-casamento-catolico>. Acesso: 29/08/2018.

cena discursiva, entendemos que a culpa permeia constantemente os dizeres da interlocutora em A. A imagem de culpada pela traição do marido é projetada no dizer do sujeito-esposa, sobre a amante do marido, intrusa na cena do dois, responsável pelo “desvio” do marido, fazendo retomar a imagem projetada sobre a mulher de pecadora, construída e disseminada pela mitologia cristã, a qual segue produzindo sentidos. Por consequência, nas imagens projetadas acerca do marido, ele, vítima da sedução da amante, se mantém passivo na cena do três, não esboçando um movimento contundente de reação para desfazer o triângulo amoroso por ele deflagrado.

A rivalidade entre a esposa e a amante não fica evidenciada apenas pela disputa do homem, mas nas imagens produzidas de uma sobre a outra, na materialidade linguística da carta, em que comparam as virtudes de si com as fraquezas da outra. O marido, ainda que não digno de confiança, tem, portanto, imagens positivas projetadas pela esposa, permanecendo como Posídon (mito da Medusa), quase sempre como espectador incólume.

Pré-construídos cristalizados durante o patriarcado são recuperados pelo sujeito-esposa ao naturalizar a traição masculina, ao colocá-la como algo normal, sobretudo quando os homens chegam à “casa dos quarenta”. Esses saberes do imaginário sobre o ideal de conduta de homens e mulheres (como pode todo e qualquer saber), forjados em outra conjuntura sócio-histórica, migraram para uma nova conjuntura e, ao migrarem, tiveram seus sentidos, outrora estabilizados, ressignificados (INDURSKY, 2011).

A hipótese sobre a qual nos debruçamos, durante o doutoramento, e supomos ter respondido, é que os símbolos presentes no mito da Medusa perduram até os dias atuais, considerando que as mulheres continuam acusando suas rivais pela traição do companheiro e não o próprio companheiro. Temos, assim, que, em seus dizeres, sujeitos-consultentes (interlocutoras em A) e sujeitos-conselheira/o (interlocutor/a em B) evidenciam, em seus dizeres, suas condutas diante da infidelidade masculina, enquanto integrantes de um triângulo amoroso.

Procuramos também entender como as revistas femininas têm o papel de modelar a vida familiar (DEL PRIORE, 2014) e, especificamente, sobre que imagens *Claudia* projetou da mulher, do casamento, do amor e da traição, a partir de sua posição e de determinadas condições de produção. Lembrando que “as condições de produção estáveis e homogêneas” dominam as superfícies linguísticas e que “todo discurso ‘concreto’ é de fato um complexo de processos que remetem a diferentes condições” (PÊCHEUX, [1975] 2014).

Verificamos que a contradição marca o dizer de *Claudia* (sujeitos-conselheira/os) e também o dizer de suas leitoras (sujeitos-consulentes). Depreendemos algumas regularidades nos discursos de/sobre casamento das cartas por nós analisadas. Demos a elas o nome de rito, que, ressonâncias ou não de mitos, projetam imagens de esposas e amantes em situação de traição. Nos dizeres dos sujeitos-consulentes, temos como ritos em nossa formação social brasileira, nas últimas seis décadas, que as mulheres sonham com o véu e a grinalda; pretendem o casamento para-sempre, seja por amor ou para evitar a dilapidação do patrimônio, mas, sobretudo, pela posse do objeto-marido; preocupam-se com os filhos e os trazem como justificativa para se manter em um triângulo amoroso; culpam a si mesmas ou a rival pela traição do marido; naturalizam a crise dos 40 anos do homem e a usam para justificarem a infidelidade dele; mantiveram a virgindade como um selo de qualidade da boa-esposa até o final do século XX; creem no amor do homem (marido ou amante) e, por isso, permanecem na posição de esposa traída e/ou na posição de “outra”; dizem mais do amor a partir da posição de amante; dizem mais do ter o outro a partir da posição de esposa (reificação do marido); pretendem que a posição de “outra” seja provisória; impõem-se a sacrifícios em nome do amor e do casamento; preocupam-se com a aparência de casal feliz; não se sentem confortáveis como integrantes de um triângulo amoroso.

Se os deuses existissem seriam imprevisíveis (não-confiáveis), tal qual é imprevisível o curso do rio (discurso-rio) pelo qual percorremos e que continua seguindo seu curso. Mas temos que se o casamento ainda é um ideal da mulher, “alegrias inefáveis” e “ilusões juvenis” não mais o devem embasar: o ato complexo, romantizado e de longa duração está mudando de curso, passando a ser um ato “simples”, realista e “eterno enquanto dure”. E nesse novo modelo de casamento, supomos, a culpa pela traição do parceiro não deve mais recair sobre a outra.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1974.
- BADIOU, A. e TRUONG, N. *Elogio ao amor*. São Paulo/SP: Martins Fontes, 2013.

- BAHIA, J. *As técnicas do jornalismo*. Rio de Janeiro/RJ: Mauad, 2009.
- BASSANEZI, C. B. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964*. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 1996.
- BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*. Volume 2. São Paulo/SP: Difusão Europeia do Livro, 1980.
- BRANDÃO, J. de S. *Mitologia Grega*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986.
- CARNEIRO, C. F. “A culpa (não) é da outra”? *O discurso sobre triângulos amorosos no “consultório sentimental” da revista Claudia*, 2018, 240 f. Tese. (Doutorado em Linguística - Teorias do texto, do discurso e da tradução). Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- COURTINE, J-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos/SP: Edufscar, 2009.
- DELA-SIVA, S e DIAS, J. P. Felicidade, um arquivo. Sobre a noção de arquivo e o seu funcionamento no discurso da/na mídia. In: INDURSKY, F.; LEANDRO-FERREIRA, L. M. A. *Jornalístico escreve a história do presente*. SEAD 1969-2009: memória e história na/da análise do discurso. Porto Alegre, 2009.
- DEL PRIORE, M. *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo/SP: Planeta, 2014.
- FEDATTO, C. Um rio sem margens? O negativo e o nada na linguagem. In: *Anais do III Seminário Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito*, UFF, Niterói, 3, p. 27-35, 2015.
- INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; LEANDRO-FERREIRA, M.S. (Orgs). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas/SP: Mercado das letras, 2011.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas/SP: Pontes, 2015.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] Campinas: Ed. Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, M. [1969] *Análise Automática do Discurso*. In: GADET, F. & HAK, T.(org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: UNICAMP, 2014.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. [1975] *A propósito da Análise Automática do Discurso*. In: GADET & HAK (org). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

- PIMENTEL, M. A. O. A Tapeçaria História: gênero e mito. In: FUNARI, FEITOSA, SILVA, *Amor, desejo e poder na Antiguidade: relações de gênero e representações do feminino*. São Paulo/SP: FAP-Unifesp, 2014a. São Paulo: Contexto, 2015.
- ROUDINESCO, E. *A família em (des)ordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- SCHERER, A. E.; TASCHETTO, T. R. O papel da memória ou a memória do papel de Pêcheux para os estudos linguísticos-discursivos. In: *I Seminário de Estudos em Análise de Discurso: Michel Pêcheux e Análise de Discurso uma relação de nunca acabar*, 2003, Porto Alegre?RS: Editora do IL UFRGS, 2003. v. 01. p. 40-42.
- TFOUNI, F. E. V. Interdito e silêncio: análise de alguns enunciados. Volume XVI, número 1, p. 39-56. Rio de Janeiro: Ágora, 2013. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/agora/v16n1/v16n1a03.pdf>. Acesso em: mar. 2018.

Créditos das imagens

Tabela 1: Seção *Claudia* responde. Ano XVI, nº 182, p. 04, novembro de 1976.

INTERPELAÇÃO IDEOLÓGICA E TRANSGENERIDADE, UM ESPAÇO PARA RESISTÊNCIA SIMBÓLICA¹

André Cavalcante²

*Prometemos resistir, você lembra?
Minha irmã, não desista, tenta!
Não tem volta, nosso nome é revolta.
Não tem volta, nosso nome é revolta.
Quem for nos derrubar: dê meia volta!
Nossas ideias são mais perigosas que um fuzil (...)
(Lidi Oliveira)*

Revolta. Resistência. Significantes presentes no poema acima que dizem respeito às subjetividades trans, aqueles sujeitos que não se identificam com o gênero determinado ao nascer. As formas de resistência e de revolta dos sujeitos se fazem presentes, também, nas discussões da minha tese de doutorado intitulada **O corpo que habito: resistência e produção de sentidos do/sobre os corpos trans**.³

No decorrer da pesquisa, refleti sobre a forma de se identificar na transgeneridade como uma maneira de subjetivação que vai de encontro ao modelo cisnormativo. Isto é, não há correspondência entre sexo determinado ao nascer e gênero social, discursivamente construído. Vale ressaltar

-
- 1 Uma primeira versão desse trabalho foi apresentada no XI SAPPIL – Linguagem. Agradeço os comentários de Glória França, durante o debate, e a leitura e comentários de Rebeca Estrela.
 - 2 Doutorando em Estudos de Linguagem pela UFF. Bolsista Nota 10 da FAPERJ. Integrante do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS/UFF) e do Grupo Arquivos de Língua (GAL).
 - 3 Tese defendida em 2021, no PosLing da UFF, sob orientação de Vanise Medeiros.

que é uma leitura normativa do social que coloca os sujeitos trans em oposição aos cis, e não o oposto.

Neste caso, estamos às voltas, portanto, com uma forma de fissurar o gendramento no rito de interpelação ideológica. Nas análises empreendidas na tese, foram observados alguns eixos de discursividade, quais sejam: silenciamento, violência e deslegitimação das identidades trans; exclusão social e posituação do corpo.

No presente trabalho, ancorado teórico-metodologicamente na análise do discurso materialista, objetivo produzir uma reflexão sobre a interpelação ideológica e a transgeneridade como um espaço possível para a resistência. Para tanto, mobilizo conceitos da teoria do discurso, como interpelação e resistência, e da militância de gênero, como interseccionalidade e autoidentificação.

Começamos a discussão a partir da interpelação ideológica. Para Althusser (1992), a interpelação se dá a partir da Ideologia, que chama os indivíduos a serem sujeitos. Ou, nas palavras dele, “toda ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos” (ALTHUSSER, 1992, p. 93). A ideologia, no domínio materialista, são práticas e, conforme o autor, materializa a relação dos sujeitos com suas reais condições de existência, de forma tal que os indivíduos são desde sempre já sujeitos (ALTHUSSER, 1992).

Os sujeitos, portanto, não têm acesso a como a ideologia funciona. Pêcheux, em seus textos, reafirma o funcionamento ideológico na teoria discursiva, fazendo uma releitura de Althusser. No entanto, Pêcheux traz para o campo da teoria do discurso a linguagem. É nela que a ideologia se materializa (PÊCHEUX, [1975] 2009). Nas práticas linguageiras, o sujeito do discurso faz mover a luta de classes.

Ao pensar a interpelação ideológica do sujeito negro, Modesto (2018) reflete sobre as especificidades dos processos de interpelação, uma vez que ela se dá de diferentes formas, sendo, assim, um processo de identificação/reconhecimento como sujeito. Para o autor,

Se, por um lado, há um funcionamento interpelativo a partir do qual o sujeito é colocado em determinado lugar, enquanto sujeito, por uma experiência em terceira pessoa; e se, por outro lado, a interpelação permite, ao mesmo tempo, que se produzam sujeitos e culpados (sujeitos-culpados), é preciso, então, compreender que esse chamamento, essa interpelação, atravessa as práticas materiais que obrigam os sujeitos a verem a si mesmos em certos lugares de

identificação e, simultaneamente, atribuírem aos outros diferentes lugares de identificação. (MODESTO, 2018, p. 137)

A partir de Modesto, podemos refletir sobre o processo de interpelação dos sujeitos-trans, como identificação/reconhecimento como sujeito do discurso, que faz com que tais sujeitos se identifiquem como trans em oposição a cis, mas, também os colocam em determinados lugares do/no discurso.

O *corpus* da tese, do qual aqui faço recorte, está presente em páginas de militância trans no *Facebook* nas quais discursos sobre como corpos trans são produzidos. Trago alguns funcionamentos dessa discursividade:

Imagem 1



Imagem 2

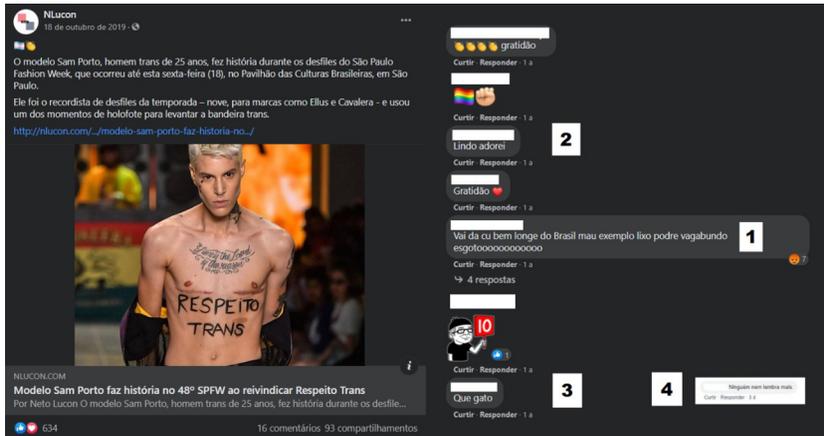


Imagem 3



As publicações acima são representativas da forma pela qual esses sujeitos são discursivizados na rede social *Facebook*, e, em especial, na conjuntura brasileira, onde a violência, a morte e o desrespeito às identidades trans é tão pujante. Na primeira imagem, há uma travesti falando sobre as possibilidades colocadas para elas, as ruas, a prostituição. Vê-se um corpo trans na rua, à margem, esperando um cliente. Essa é uma materialidade prototípica do eixo de exclusão social desses sujeitos, uma vez que demonstra a maior regularidade de onde são discursivizados.

A segunda imagem nos diz da posituação do corpo trans como uma possibilidade de subjetivar-se, além de nos mostrar outras possibilidades de trabalho para pessoas trans que não seja o da prostituição. Um homem trans mostra seu corpo na passarela, aquela que determina corpos vistos como modelos. No corpo, se inscrevem dizeres que pedem respeito às pessoas trans, e, também, estão inscritas as marcas da mastectomia, retirada

da mama, símbolo dito feminino. Nos comentários, no entanto, outras posições-sujeito produzem sentidos sobre a violência, deslegitimação das identidades trans e da não importância de pessoas trans alcançarem outros lugares antes não possíveis.

A última publicação retorna a uma das frentes da militância trans, a afirmação da identidade. Neste caso, apontando para a não necessidade de terapia hormonal ou uso de determinadas vestimentas para atestar a transgeneridade.

Dessas publicações, recorro três sequências discursivas para demonstrar o funcionamento da interpelação e reconhecimento de pessoas trans.

SD1 – “Para a grande maioria das travestis e mulheres trans, as esquinas são uma oportunidade de sobreviver e uma forma de trabalhar, pois ser prostituta ou profissional do sexo também é ser uma trabalhadora.”

SD2 – “Ninguém nem lembra mais”

SD3 – “Homens trans são homens.”

Em SD1, sujeitos trans são interpelados às ruas para a prostituição, lugar de exclusão, mas que, ao mesmo tempo, é onde estes sujeitos são vistos, onde trabalham. Em SD2, são pessoas que até existem, aparecem na mídia com uma certa frequência, estão em outros espaços que não a prostituição, mas, independentemente do que façam, voltam ao esquecimento. Em SD3, há uma resistência que se dá pela identificação, homens trans estão dentro do hiperônimo “homem”. Esses sujeitos se afirmam, na linguagem, como sujeitos trans ainda que haja uma negação dessa forma de identificação.

Parafrasticamente, essas sequências discursivas podem ser lidas também como: 1. O lugar possível de sobrevivência das travestis é a prostituição. 2. Pessoas trans não são importantes. 3. A transexualidade é uma forma legítima de identificação. A partir dessas breves análises pode-se compreender como se dá a interpelação ideológica dos sujeitos trans. Por outro lado, também é importante compreender que há formas diferentes de ser trans, maneiras outras de produzir sentidos no/pelo corpo e de ser reconhecido,

interpelado pelo outro. Há categorias como raça, classe, faixa etária, passabilidade⁴, entre outras.

Assim, para pensar a interpelação na relação com os estudos de gênero, me aproximo da noção de interseccionalidade. Para Akotirene,

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cishetopatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

Segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a coalisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro (AKOTIRENE, 2020, p. 19).

A autora, fazendo referências a Crenshaw, a quem se imputa a autoria do termo, discute a interseccionalidade como um instrumento que trabalha as identidades sem sobrepor gênero, raça e classe, a fim de entender a coalisão das estruturas que atravessam as relações de opressão. Ou como, discursivamente, reflete Cestari (2015), os eixos interseccionais “desvelem os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça” (CESTARI, 2015, p. 45).

Uma vez que aqui estamos pensando eixos interseccionais que atravessam as relações dos sujeitos, estamos tratando do imaginário. Assim, sem apagar as discussões do campo do gênero nem nos afastarmos da AD, a noção de interseccionalidade pode ser pensada através do funcionamento do jogo das formações imaginárias.

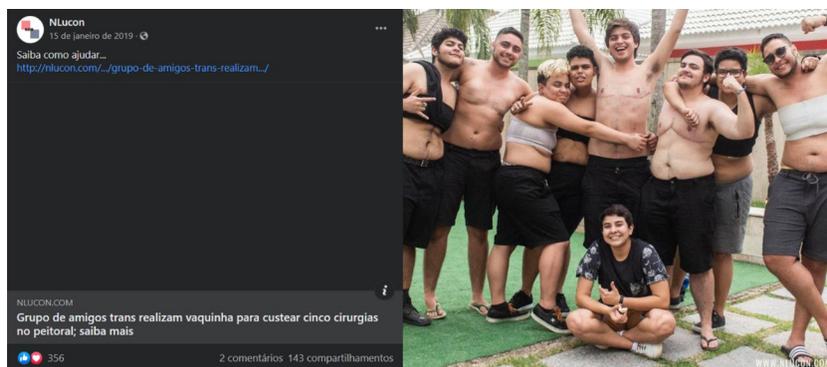
Para Pêcheux ([1969] 2019, p. 39), “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que *A* e *B* se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem

4 Passabilidade, nos estudos transfeministas, diz respeito a, no espaço social, os sujeitos trans, por suas características físicas, não serem reconhecidos como trans, ou seja, serem passáveis por cis.

de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Essas são condições para a produção de discursos. Assim, ao pensarmos a categoria de interseccionalidade dos estudos de gênero, estamos pensando que ela funciona, discursivamente, a partir das formações imaginárias. Nessas, o corpo trans também entra em cena, uma vez que os processos de identificação como sujeitos-trans se dão no/pelo corpo. Esse como lugar da constituição dos sujeitos, na passagem da carne para corpo, pelo atravessamento da linguagem.

Eis outra sequência discursiva, agora verbo-visual:

Imagem 4



A SD₄ apresenta uma imagem de vários homens trans. Esses sujeitos se colocam, discursivamente, como sujeitos-trans, os quais não se identificam com o modelo cisnormativo determinado pelas tecnologias médico-jurídicas no nascimento. Dois desses jovens estão com o peito livre, sem camisa, e um está vestido, mas com uma fita pressionando os seios. O que está no meio tem sorriso mais aberto, braços para cima, dando um sinal de liberdade. Essa SD nos levar a entender que a liberdade se deu pela retirada das mamas. As cicatrizes delineiam esse corpo trans e faz ressoar a memória de um signo tido como do corpo feminino. Essa materialidade é representativa do eixo de posituação do corpo trans, uma resistência que se dá no/pelo corpo, ao fissurar o rito de interpelação ideológica, desde sempre já gendrado.

A SD₄ tem relação com a imagem 2. Na imagem 2, há uma materialidade verbal “respeito trans” e as marcas de cicatrizes; nos corpos presentes na SD₄, não há o enunciado, mas a presença das marcas inscritas

no corpo, produzindo um efeito de sentido similar, o da relação entre corpo trans e resistência.

Sobre a resistência, Pêcheux nos diz que as resistências e a revolta são “formas de aparição fugidia de alguma coisa ‘de uma outra ordem’, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio.” (PÊCHEUX, [1978] 2009, p. 278). Neste caso, a resistência se dá pelo fato de existir em meio a uma conjuntura necropolítica, a qual deslegitima e violenta as identidades de gênero, de raça, de sexualidade, de classe que destoam do modelo cisheterobranco-centrado. Sobretudo, em relação à transgeneridade no Brasil de hoje.

Ao ler Pêcheux, Lagazzi reafirma a resistência como algo inscrito no simbólico e presente nos processos de identificação do sujeito (LAGAZZI, 2019). A autora, em outro momento, reflete também que, a partir de Pêcheux, pode-se,

compreender o sujeito na sua possibilidade de produzir “furos no social”: pela resistência, tomada naquilo que nos especifica como animais humanos! Somos sujeitos à linguagem na história. Pêcheux é consequente com a concepção materialista de sujeito, que sempre o manteve brigando por Althusser, sem nunca abrir mão dessa filiação. [...] Não é por acaso que este meu percurso de leitura tenha se estruturado sobre o processo de identificação do sujeito e chegado à resistência d/n/ os sentidos. Não é por acaso que tenho insistido, em minhas análises, em falar da resistência como um trabalho simbólico! Somos sujeitos de linguagem, com todas as consequências que daí derivam... (LAGAZZI, 2013, p. 330)

A partir das análises desse trabalho, fazendo um cotejo com a noção de interpelação, interseccionalidade e resistência, compreendermos o corpo trans como (e)feito de linguagem, o qual pode, a partir da resistência, produzir furos no social. Na identificação, como discute Lagazzi, há espaço para a resistência dos/nos sentidos. Portanto, os equívocos na linguagem e no rito de interpelação ideológica produzem falhas, rachaduras, fissuras, possibilitando ruir o já-estabilizado sobre gêneros, corpos e sujeitos.

Referências

- AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- CESTARI, M. *Olhar o próprio umbigo e enegrecer o feminismo brasileiro ou feministas e antirracistas graças às orixás*. 2015, 264f. Tese. (Doutorado em Estudos de Linguagem). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- MODESTO, R. Interpelação ideológica e tensão racial: efeitos de um grito. *Littera Online*, n. 17, 2018a.
- PÊCHEUX, M. (1969) *Análise automática do discurso*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi e Greciely Costa. Campinas: Pontes Editores, 2019.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- LAGAZZI, S. Delimitações, inversões, deslocamentos em torno do Anexo 3. In: LAGAZZI, S; ROMUALDO, E. C; TASSO, I. (Orgs.). *Estudos do Texto e do Discurso: O discurso em contrapontos - Foucault, Maingueneau, Pêcheux*. 1 ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.
- LAGAZZI, S. Entre o amarelo e o azul: a história de um percurso. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, v. 44, p. 286-311, 2019.
- OLIVEIRA, L. *Sertransneja*. Disponível em: <<https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/matheusa-cordel-sertransneja.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2020.

Créditos das imagens

- Imagem 1:** Disponível em: <<https://www.facebook.com/TRAVESTISeTRANSEXUAISbrasileiras/posts/2177408359017224>>. Acesso em: dez. 2019.
- Imagem 2:** Disponível em: <<https://www.facebook.com/nlucon/posts/2126207737480095>>. Acesso em: out. 2019.
- Imagem 3:** Disponível em: <<https://www.facebook.com/CartazesLgbt/photos/pb.228900067209830.2207520000.1449012699./757479601018538/?type=3&theater>>. Acesso em: fev. 2018.
- Imagem 4:** Disponível em: <<https://www.facebook.com/nlucon/posts/1688678847899655>>. Acesso em: out. 2019

LULA E FHC NO PROGRAMA RODA VIVA: “DEMOCRACIA” NA ENUNCIÇÃO PRESIDENCIAL

Milene Maciel Carlos Leite¹

Considerações iniciais: um trabalho teórico e metodologicamente ancorado

*Tem dias que a gente se sentel
Como quem partiu ou morreu/
A gente estancou de repentel
Ou foi o mundo então que cresceu
A gente quer ter voz atival
No nosso destino mandar/
Mas eis que chega a roda-vival
E carrega o destino pra lá*
(Roda Viva - Chico Buarque)

O presente artigo tem como ponto de partida o trabalho de tese de minha autoria, defendido em 2020, na Universidade Federal Fluminense². É possível afirmar, no entanto, que, embora boa parte da discussão aqui empreendida a respeito do objeto de análise, *os sentidos de democracia na enunciação presidencial de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da*

1 Doutora em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, sob orientação da Professora Doutora Bethania Sampaio Corrêa Mariani e financiamento da Bolsa Nota 10 da FAPERJ.

2 LEITE, Milene. **Dois presidentes no/na Roda Viva**: formulação e constituição de sentidos para democracia em enunciações singulares. UFF. Tese (Doutorado), 2020.

Silva³ no Roda Viva, tenha sido iniciada na tese, há, no presente texto, avanços e mudanças que dizem respeito às condições de produção do presente artigo, realizado entre 2020, *o ano em que o mundo parou*, e 2021.

Gostaria, com isso, de destacar que todo trabalho se realiza em dadas condições de produção, para utilizar um conceito caro à Análise do Discurso materialista – como afirmam Courtine et alli (2016 [1980], p. 33), “uma disciplina que nós sabemos, por praticá-la, inquieta com seu objeto” – a partir da qual a pesquisa se desenvolveu (e ainda se desenvolve). Por *condições de produção*, compreendemos, a partir de Orlandi (1998), em sua releitura de Pêcheux (2009 [1975]), em certo aspecto, as condições estritas, como o fato de estar inscrita no programa de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), para realizar um trabalho ancorado em uma das áreas de pesquisa desenvolvidas naquela instituição, no caso, a Análise do Discurso, como já dito.

Como condições amplas de produção, estávamos em 2016, um ano de intensa efervescência política, que atingiu o seu ápice no impedimento de Dilma Rousseff, a presidenta eleita, e na posse de seu vice, Michel Temer, à presidência da República. De um lado, havia o meu interesse pela política nacional, de outro, a partir da Análise do Discurso materialista, havia o interesse pela noção de *político*, sobre o qual Orlandi afirma:

o político compreendido discursivamente significa que o sentido é sempre dividido, sendo que esta divisão tem uma direção que não é indiferente às injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história (ORLANDI, 1998, p. 74).

Ainda com base em Orlandi, faz-se relevante acrescentar: “Na medida em que o político é constitutivo, a compreensão, a própria leitura, em Análise do Discurso, é política” (1998, p. 74).

O que se ressalta, com isso, é que há um modo de trabalho na Análise do Discurso que parte de um estranhamento frente aos sentidos; e que é preciso “decidir não saber nada do que se lê” (PÊCHEUX, [1980] 2016, p. 25) para que se produza um gesto de leitura amparado/

3 Opto por me referir aos presidentes, por vezes, como FHC e Lula, por compreender que são nomes que funcionam como nomes próprios, tamanha a sua repetibilidade.

sustentado em um constructo teórico-metodológico, e não meramente em nossas próprias evidências. Essa é a forma de se chegar à discursividade, ou seja, aos processos discursivos que consideram a presença do histórico, dos restos de sentidos, dos efeitos possíveis, enfim. O afastamento necessário entre a posição política do pesquisador e o *corpus* constituído/ analisado é, assim, a ancoragem no constructo teórico-metodológico. E essa é uma premissa basilar.

Constituição do *corpus*

Fisgada, então, pelo cenário sócio-histórico-político, que colocava em disputa a posição de presidente da República, e filiada, institucionalmente, a uma teoria que trabalha discursivamente o político como constitutivo da produção de sentidos, reuni um *corpus* de pesquisa com quatro entrevistas presidenciais ao programa televisivo *Roda Viva*, da TV Cultura. De todos os presidentes eleitos pós-ditadura militar que compõem o quadro de presidentes do Brasil, somente dois deles foram entrevistados enquanto exerciam suas funções presidenciais: Fernando Henrique Cardoso, em 1996 e em 2002; e Luís Inácio Lula da Silva, em 2005 e em 2006.

Abro um adendo para dizer que Michel Miguel Elias Temer Lulia Filho, ou Michel Temer, também foi entrevistado pelo *Roda Viva*, enquanto presidente, no ano de 2016, mas, em meu trabalho, assumo a posição de que o processo que o levou à presidência considerou como crime de responsabilidade uma prática recorrente no sistema político brasileiro. Nesse sentido, não houve violação ao Artigo 85 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), conforme determinou o Supremo Tribunal Federal. Temer, portanto, não foi um presidente legítimo⁴. Por isso, a entrevista concedida por ele não se adequou aos nossos critérios de recorte e de análise.

O *corpus* bruto de pesquisa reuniu, assim, as quatro entrevistas ao *Roda Viva*, duas de FHC e duas de Lula. Todo esse material foi transcrito e, nas escutas/ leituras iniciais, observamos uma palavra que se fazia recorrente: “democracia”. A essa palavra não pude ser indiferente. Assim, à luz da Análise do Discurso, teoria de interpretação, que assume, e nunca

4 Em relação a este tema, faz-se relevante a leitura de *A resistência ao golpe de 2016* (PRONER, 2016), livro que reúne artigos de intelectuais de diversas áreas, sustentando, teoricamente, essa mesma posição.

nega, a importância de se reconhecer o peso de seu trabalho teórico-analítico, “uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade” (PÊCHEUX, 2012 [1983], p. 57), busquei compreender como a palavra foi sendo significada nos processos de enunciação de Lula e de FHC, produzidos em determinadas condições, o que inclui o fato de serem gravados para ir ao ar em um programa televisivo.

Isso quer dizer que, no jogo de formações imaginárias que constitui o processo das entrevistas, em que estão em relação, ali, primordialmente e imaginariamente, conforme nos mostraram as análises, jornalista/entrevistador e presidente/entrevistado – “A” e “B” -, há um “C”, também imaginariamente projetado, que pode dizer respeito ao *espectador*, o que pode deslizar, dadas as condições amplas de produção das entrevistas, para *elou consumidor, elou público, elou eleitor...* Os dizeres dos presidentes também se endereçam a esse “C”, sendo esse endereçamento constitutivo da produção de sentidos para “democracia”.

Assim, recortamos desse extenso *corpus* todas as ocorrências de “democracia”, o que nos rendeu a construção de um longo quadro com todas as sequências discursivas a serem analisadas. Os quadros, por sinal, foram uma marca da tese, por sua função de organizar e de dar a ver as sequências que se mostraram interdiscursivamente ligadas. Isto é, a ordem cronológica das sequências só nos serviu de ponto de partida. O que as análises nos deram a ver foi uma trama de sentidos constituída em relação a sentidos em curso, a sentidos *outros*.

Ao analisar as sequências discursivas, foi possível compreender como os sentidos em torno da palavra “democracia” se relacionam ao sócio-histórico-ideológico, são moventes e por vezes retornam, fruto da relação do interdiscurso, ou seja, dos ditos antes, em outros lugares, com o intradiscurso, isto é, a formulação, cada enunciado. A análise, no entanto, só se fez possível pela ancoragem teórico-metodológica na Análise do Discurso, reiteração importante de ser feita.

Análises das sequências discursivas

A primeira sequência discursiva a ser apresentada foi recortada da entrevista de Fernando Henrique Cardoso ao *Roda Viva*, em 14 de outubro de 1996. Ela é proferida como parte da resposta enunciada por FHC

ao questionamento do jornalista Matinas Suzuki Jr., que dizia: “*O senhor considera que hoje, dez anos depois, a democracia está consolidada no Brasil? Pergunto também um pouco para o sociólogo Fernando Henrique, não só para o presidente.*”

A segunda sequência discursiva a ser analisada, por sua vez, foi recortada da entrevista de Lula ao Roda Viva, em resposta à pergunta do jornalista Rodolfo Konder, que dizia: “*O senhor falou em história, Presidente. Nós sempre acreditamos que a história tinha um sentido, achávamos, no meu caso, que caminhava na direção do socialismo. Depois, houve uma série de mudanças e hoje essa é uma questão a ser discutida. O senhor ainda acredita no sentido da história? E, se o senhor acredita, em que direção a humanidade, o senhor acha, está caminhando?*”. Apresento, no quadro a seguir, as duas sequências discursivas:

Quadro 1

SD1: “ Eu acho que vivemos hoje um clima de democracia. Não há, no meu modo de entender, nenhuma força no Brasil que se oponha a isso, a esse valor, a democracia, que não era um valor compartilhado por todos há muito pouco tempo. Hoje é compartilhado por todos [...] ” (FHC ao <i>Roda Viva</i> , 1996).
SD2: “Não existe nenhum regime mais fantástico, por mais problemas que ele tenha, do que a democracia. [...] A democracia não é uma meia coisa, ela é uma coisa por inteiro, porque fazer política em um país que tem imprensa livre, fazer política em um país que tem sindicato livre, fazer política em um país que tem um Congresso Nacional livre, que tem organizações partidárias livres, que tem os estudantes fazendo o que entenderem fazer, pode ser difícil, mas é muito mais saudável para o futuro da humanidade do que você tentar se autointitular “dono da verdade” e fazer apenas a política que interessa a um partido, a uma religião, a uma corrente sindical ou a uma pessoa” (Lula ao <i>Roda Viva</i> , 2005).

Sequências discursivas 1 e 2

Ao produzirmos uma leitura dessas duas sequências, observamos, em ambas, uma atualização de uma memória da Ditadura Militar, junto à democracia. Em outras palavras, ao dizer de “democracia”, ambas as sequências produzem um endereçamento à memória da Ditadura Militar, mas esse endereçamento não se dá do mesmo modo, na primeira sequência, a de FHC, e na segunda, na fala de Lula.

Na SD1, destaca-se a modalização “eu acho”, que produz, como efeito, uma certa atenuação do que foi, de fato, o período em que a “democracia não era um valor compartilhado por todos”. Podemos nos perguntar, a partir da leitura dessa sequência: qual era o valor compartilhado por alguns? Quem eram esses alguns? A democracia é significada enquanto

valor e a memória da Ditadura se assenta na comparação entre “os valores” democráticos atuais, o “clima” democrático atual, e, pelo não-dito, os valores “outros”, que remetemos, em um gesto de leitura, ao autoritarismo característico dos anos de Ditadura Militar.

No dizer de Lula, por sua vez, a memória da ditadura militar também se atualiza, não por uma modalização, mas pela repetição do enunciado “fazer política em um país que...” e o que completa a oração diz da liberdade das instituições, da imprensa, dos sindicatos, do Congresso Nacional, dos partidos, dos estudantes, ou seja, caracteriza um “fazer política” assentado nos ideais democráticos. Em seguida, sem enunciar a palavra “ditadura” ou “golpe”, ele compara esse “fazer política”, com um “outro”, assentado em interesses individuais. É, assim, também pelo não-dito – enunciado por um sujeito que, também de seu lugar no mundo, sentiu na pele os duros anos do golpe – que a memória da Ditadura Militar se atualiza, por meio da defesa da democracia como caminho que deve ser seguido.

Para extrapolar o *corpus* analisado na tese e nos permitir pensar para além, produzo uma comparação dessas duas sequências a outra relacionada ao atual presidente da República que, em março de 2019, no primeiro ano de seu mandato, por meio do porta-voz da presidência da República, Otávio Barros, conclamou o Ministério da Defesa a fazer “comemorações devidas” dos 55 anos do golpe militar, orientação que foi repassada às unidades militares pelo país.

Cito as palavras do porta-voz:

Quadro 2

SD3: “O **presidente não considera o 31 de março de 1964 golpe militar**. Ele considera que a sociedade reunida e percebendo o **perigo** que o país estava vivenciando naquele momento, juntou-se civis e militares e **nós** conseguimos recuperar e recolocar o nosso país num rumo que salvo melhor juízo, se tudo isso não tivesse ocorrido, **hoje nós** estaríamos tendo algum tipo de governo que não seria bom para ninguém” (Folha de S. Paulo, 25 mar. 2019).

Sequência discursiva 3

Nesse enunciado, a palavra “golpe militar” comparece em alto e bom som, diferentemente do que lemos nas sequências de FHC e de Lula (SD₁ e SD₂). Mas, aqui, comparece pela via da negação; “o presidente **não considera o 31 de março de 1964 golpe militar**”. Abre-se, ademais, à leitura um “nós”, em “**nós conseguimos** recuperar e recolocar o nosso país num

rumo”, isso em referência ao ano de 1964, seguida de uma condicional “**se tudo isso não tivesse ocorrido**”, “hoje nós estaríamos tendo algum tipo de governo que não seria bom pra ninguém”. Podemos, de pronto, nos perguntar: “nós quem?”. Seriam os “nem todos” referidos por FHC? E o governo militar foi bom para quem? E que tipo de governo nós estamos tendo hoje? Bom para quem? Para a família de quem?

Ainda no intuito de compreender os sentidos de democracia na enunciação presidencial, em 30 de julho de 2018, ano em que Jair Bolsonaro concorreu à presidência da República e foi eleito, o então presidencialável deu uma entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura⁵. Ao ser perguntado a respeito da tortura à luz de sua declaração, na votação do impedimento de Rousseff (em agosto de 2016), faz uma afirmação que também produz um endereçamento à memória da Ditadura Militar.

Antes de trazer o seu dizer, trago a pergunta da entrevistadora Maria Cristina Fernandes a Bolsonaro: “*Deputado, na votação do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff o senhor fez uma homenagem ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. O Coronel, como o senhor sabe, foi condenado no tribunal de segunda instância por tortura. Eu gostaria que o senhor definisse o que o senhor conhece por tortura, como o senhor definiria tortura e se o eleitor deve esperar que o senhor, eleito presidente da República, aceite a tortura como uma prática das forças policiais do Estado*”.

A resposta dada pelo presidencialável/entrevistado nos permitiu constituir uma quarta sequência discursiva, apresentada a seguir:

Quadro 3

SD4: “[...] Nós abominamos a tortura. Agora, naquele momento, o mundo vivia, o Brasil, em especial, um clima bastante complexo, a tal da guerra fria: ou você pendia mais para os EUA ou mais para a União Soviética **e este pessoal que se diz torturado...** Alguns eu acho até que foram, aconteceu alguma maldade com eles... Mas, em grande parte, não. É uma política, uma forma que eles usavam de dizer que eram torturados, exatamente para conseguir indenizações, conseguir piedade de parte da população, conseguir votos e poder. **Se nós tivéssemos perdido a guerra naquele momento, hoje, com toda certeza, seríamos uma Cuba, nesses 8 milhões de quilômetros quadrados**”. [...] Primeiro, não foi golpe. Golpe é quando alguém mete o pé na porta e tira aquela cidadã de lá ou executa ou faz uma maldade qualquer. [...]. **Eu, se fosse militar naquela época, teria feito a mesma coisa**”. (Jair Bolsonaro ao Roda Viva, 30 jul. 2018).

Sequência discursiva 4

5 É válido destacar que essa entrevista não fez parte do *corpus* da tese por se tratar, ainda, de um presidencialável. Como já dito, os critérios de pesquisa estabelecidos para a reunião do *corpus* consideraram apenas entrevistas de presidentes no exercício de suas funções.

A leitura empreendida da SD₃ e da SD₄ nos permite apontar, uma vez mais, um retorno de uma significação em torno da Ditadura Militar que pode ser lido como traço de uma ferida, que, discursivamente, insiste em se manter aberta. Essa “ferida”, todavia, só dói em alguns. Em outros, ela é significada por meio de outros jogos de linguagem, constituindo matrizes de sentido que não se assentam em horrores, tortura, censura, ausência de democracia (“*este pessoal que se diz torturado*” – SD₄), mas sim em uma “ferida necessária”, para afastar o “perigo” (SD₃)/ “*Se nós tivéssemos perdido a guerra naquele momento, hoje, com toda certeza, seríamos uma Cuba, nesses 8 milhões de quilômetros quadrados*” (SD₄).

Nessas duas sequências discursivas (SD₃ e SD₄), pelo não-dito, comparece o constantemente atualizado “perigo do comunismo”, o que, conforme nos afirma Mariani (2019), junto à palavra “esquerda”, tem sofrido, na atualidade, um “progressivo deslocamento do campo específico de debates sobre ideias políticas”. Em função disso, ainda nas palavras da autora, “estas palavras [comunismo, comunista, esquerda], na atualidade, estão sendo determinadas por efeitos de sentidos variados, dentre os quais destaca-se o da criminalização” (MARIANI, 2019).

Considerações finais

A partir da análise das duas primeiras sequências discursivas (SD₁ e SD₂) constituídas no escopo da tese e de uma terceira e quarta, aqui trazidas à análise, por sua relação com o tema, pode-se afirmar que, ao se dizer de “democracia”, se atualizam sentidos para “Ditadura Militar”, mas se atualizam diferentemente, em cada uma das sequências, o que me permitiu afirmar que cada um ocupa e assume a posição discursiva de presidente da República de uma maneira singular.

O que foi produzido aqui, assim como ao longo de toda a tese, foi, nas palavras de Orlandi (1998, p. 74) citando Pêcheux (1984), “expor o olhar leitor”, enquanto pesquisadora, “à opacidade do texto - finalidade da Análise de Discurso”. E a autora acrescenta: “é aceitar a inscrição da língua na história para que haja sentido” (ORLANDI, 1998, p. 74). Essa é outra premissa basilar, na teoria materialista do discurso.

O constructo teórico-metodológico da Análise do Discurso materialista oferta a um trabalho de pesquisa, isto é, a um trabalho que reúne,

recorta, analisa sequências discursivas, a possibilidade de “escutar”, no dito, o não-dito, igualmente constitutivo da produção de sentidos. Além disso, é o aparato teórico da Análise do Discurso, dessa com a qual trabalhamos, que nos permite pensar a materialidade discursiva, o que significa dizer, como afirma Orlandi, na introdução ao livro *Materialidades Discursivas*, que a ideologia é um componente incontornável da teoria (materialista) do discurso.

A “escuta” ofertada por um analista de discurso, assim, extrapola um ouvir o que se diz, se dedica a compreender como se diz e como não se diz, em que condições, quais movimentos de memória se produziram, recortes do interdiscurso, assim como funcionamentos da ideologia, produzindo sujeitos e sentidos. A “escuta” a que nós, analistas do discurso, lançamo-nos é dessa ordem.

A isso também se relaciona a questão de “tomar partido pelo fogo de um trabalho crítico”, parafraseada de Pêcheux (2009 [1975]), no livro *Semântica e Discurso*. Como teoria crítica de linguagem, a Análise do Discurso coloca questões para outras áreas, interrogando-as, e, com isso, contra um fogo incinerador, que, ainda nos termos de Pêcheux, só produz fumaça. Coloca também questões para si mesma, ao interrogar e revisitar as suas categorias teórico-analíticas. Sobrinho nos diz, a respeito disso, que,

à medida que voltamos a elas [às categorias teóricas e analíticas], estamos, sobretudo, reavaliando os caminhos escolhidos por nós analistas quando colocamos em prática a ânsia de compreender os discursos e seus movimentos de sentidos (SOBRINHO, 2005).

Tomar partido pelo fogo de um trabalho crítico, diz respeito, assim, a uma responsabilidade ética e política, de que também nos fala Pêcheux, no mesmo texto, de produzir análises que ofertam uma escuta ao social, sustentadas teoricamente por uma teoria materialista dos processos discursivos.

As análises aqui apresentadas funcionam, portanto, como uma mostra de como o trabalho de pesquisa se delineou, como a dessuperficialização do *corpus*, a partir da Análise do Discurso materialista, foi ocorrendo e como o tema se mantém atual e passível de ser trabalhado.

Após o percurso analítico, podemos afirmar que as repetibilidades que podem ser escutadas/lidas apontam um sintoma que, nessa área do

conhecimento, diz das condições sócio-histórico-ideológicas de produção das discursividades. O que se repete, assim, deve ser ponto de partida para a constituição dos recortes que possibilitam o desenvolvimento das análises. Ao mesmo tempo, o que desliza, retorna, silencia, entre outros efeitos possíveis, interessa, igualmente, para a compreensão do funcionamento discursivo dos sentidos de “democracia”.

Em suma, diante da experiência presenciada de esfacelamento do regime democrático no Brasil, que atingiu, assim o considero, o seu ápice em 2016 com o golpe, mas que já seguia e segue seu curso de muitas maneiras no atual governo, falar de democracia, de sua constituição, formulação e circulação de sentidos é também uma maneira de defender a sua existência como possível. Quando a democracia é enfraquecida, todos perdem, mas perdem, principalmente, aqueles que já têm os seus direitos ameaçados e/ou a serem conquistados. Por isso, compreendo que a defesa dos direitos das minorias passa pela defesa da democracia, único caminho capaz de diminuir desigualdades. Nisso se assenta, primordialmente, o meu interesse constante e constantemente atualizado pelo tema.

Referências

- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. p. 292.
- COURTINE, J. *et alli*. [1980]. *Materialidades discursivas: a espessura da linguagem*. São Paulo, SP: Editora da Unicamp, 2016.
- RODA VIVIA, JAIR BOLSONARO, 30/07/2018. 2018. Publicado pelo canal Roda Viva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTio&list=LLc2wK142IaZ_Lb_dOVifEwA&index=2880>. Acesso em: jan. 2021.
- HOLLANDA, C. B. Roda-viva. In: HOLLANDA, C. B. *Álbum Chico Buarque de Hollanda* (Vol. 3). Rio de Janeiro: RGE, 1968.
- LEITE, M. *Dois presidentes no/na Roda Viva: formulação e constituição de sentidos para democracia em enunciações singulares*. 2020. Tese. (Doutorado em Estudos de Linguagem). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- MARIANI, B. As formas discursivas e a ameaça comunista. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, n. 44, p. 270-289, jul./dez. 2019.

- ORLANDI, E. Discurso e argumentação: um observatório do político. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, n. 1, p. 73-81, jul-dez. 1998.
- PÊCHEUX, M. [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- PÊCHEUX, M. [1980]. Abertura do colóquio. In. COURTINE et alli (Org.). *Materialidades discursivas: a espessura da linguagem*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2016.
- PÊCHEUX, M. [1983] *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 6ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.
- PÊCHEUX, M. Sur les contextes épistemologiques de l'analyse de discours. *Mots*, n. 9, 1984.
- FERNANDES, T; URIBE, G. Bolsonaro determinou 'comemorações devidas' do golpe de 1964, diz porta-voz. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/bolsonaro-determinou-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-1964-diz-porta-voz.shtml>>. Acesso em: jan. 2021.
- PRONER, C. et al. (Orgs.) *A resistência internacional ao golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, Projeto Editorial Praxis, 2016.

A RESPEITO DA LTO: PRIMEIRAS LEITURAS DA LINGUAGEM DO TRIGÉSIMO OITAVO GOVERNO

Rudá da Costa Perini¹

Introdução

O presente artigo tem como principal objetivo dar a conhecer os primeiros movimentos de pesquisa empreendidos em minha tese. Este trabalho, bem como a tese da qual se origina, está filiado à Análise de Discurso materialista (AD materialista), conforme os postulados teóricos de Michel Pêcheux, Eni Orlandi e outros. Aqui exponho algumas reflexões e análises iniciais que tenho desenvolvido.

O título do texto em tela, “A respeito da LTO: primeiras leituras da linguagem do trigésimo oitavo governo”, ilumina um ponto que gostaria de abordar à guisa de introito. Refiro-me à sigla LTO. Essa sigla ressoa outra, a LTI. A última figura no título da obra “LTI: A linguagem do terceiro reich” do filólogo e professor judeu alemão Victor Klemperer. A relação propositalmente parafrástica entre siglas e títulos faz comparecer a memória de um livro que é marco na concepção de minha tese e indispensável à compreensão do presente. Escrito em um estilo que mistura autobiografia e análise linguística, Klemperer nos apresenta uma textualidade que entrelaça uma experiência cruel vivenciada por ele ao sobreviver ao regime nazista

1 Mestre em Estudos de Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (Pós-Ling) da Universidade Federal Fluminense (UFF) sob orientação da Prof^a. Dr^a. Vanise Gomes de Medeiros com pesquisa financiada por bolsa CAPES. Atualmente, cursa doutorado em Estudos de Linguagem na mesma instituição sob orientação da Prof^a. Dr^a. Vanise Gomes de Medeiros com pesquisa financiada por bolsa CAPES.

a um estudo sob suas lentes filológicas, do que chama *lingua tertii imperii* (LTI), a linguagem do terceiro reich.

A leitura da LTI alimentou as primeiras hipóteses de pesquisa e contribuiu para a formulação de um objeto de estudo. Isso nos leva ao objeto de meu trabalho, qual seja: o discurso político presidencial do trigésimo oitavo governo brasileiro. Na denominação “trigésimo oitavo governo brasileiro”, vale salientar, marca-se uma decisão teórica e metodológica, suscitada por uma provocação de orientadora, que nega ao sobrenome “Bolsonaro” qualquer lugar de visibilidade. A escolha dessa denominação em vez de outras mais reincidentes na atualidade, sobretudo na esfera midiática, como *governo Bolsonaro* ou *bolsonarismo*, tem a ver ainda com um gesto de resistência do sujeito-pesquisador a nomear em sua pesquisa o atual governo de maneiras que centralizem o indivíduo que ocupa o cargo de presidente da República, conferindo a ele maior importância em um processo histórico heterogêneo e complexo no qual esse indivíduo desempenha papel diminuto se comparado a outros fatores. Contudo, interessa a posição-sujeito que tal indivíduo inscreve discursivamente, a ideologia que a assujeita, bem como a formação discursiva com a qual se identifica; interessa, em última análise, o que essa posição-sujeito materializa em práticas, em discursos. É relevante sublinhar que o sujeito da AD materialista não é o indivíduo (empírico), mas a posição-sujeito que, interpelada pela ideologia e sempre em relação com posições sociais, se inscreve no discurso. Convém, portanto, situar brevemente alguns pressupostos teóricos-metodológicos.

Pressupostos teórico-metodológicos

A AD materialista foi postulada pelo filósofo Michel Pêcheux – articulado a grupos de pesquisa dos quais faziam parte linguistas, historiadores e psicólogos – na França, no fim da década de 1960, e desdobrada por Eni Orlandi e outros pesquisadores no Brasil a partir de então. Enquanto uma teoria do discurso, constitui-se no nó entre materialismo histórico, linguística e psicanálise, colocando para essas teorias questões do interior dos campos mesmos em que se constituem. Esse movimento produz um lugar teórico, outrossim disciplinar, de entremeio, pois sua construção se dá não pela interdisciplinaridade, mas pela contradição, visando a necessidade de

reconfigurar o terreno a fim de compreender o linguístico, o sócio-histórico e o inconsciente de maneira intrincada, constitutiva e não periférica.

A preocupação central da AD materialista é compreender o funcionamento de seu objeto teórico, o discurso, em dadas condições de produção. Assim, a pergunta movedora não é “qual o sentido?”, mas “como isso produz sentidos?”. Para tanto, os conceitos de *ideologia*, *língua*, *discurso* e *sujeito* são fundamentais.

O conceito de *ideologia*, de filiação althusseriana, é compreendido de duas maneiras: a Ideologia ahistórica; e as ideologias históricas, sempre intrincadas à dada formação social. A Ideologia, então, é o mecanismo ahistórico produtor das evidências do sujeito e do sentido, conforme Pêcheux:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 146).

As ideologias, o que se pode tratar também como formações ideológicas, são conjuntos de práticas e representações que atuam como forças, relacionadas às posições de classes, em disputa em dada formação social. Nas palavras de Pêcheux e Fuchs, trata-se de “uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1997, p. 166). Assim, cada formação ideológica se configura como conjunto “complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1997, p. 166, grifos dos autores). Logo, a Ideologia, conforme propõe Pêcheux, é o mecanismo que interpela os indivíduos em sujeitos através das formações ideológicas, mas não de forma anterior, como se o sujeito pudesse preexistir à ideologia. Só há ideologia porque há sujeito, e vice-versa.

O conceito de *língua*, a partir das (re)leituras de Saussure, Benveniste e Chomsky, que empreende Pêcheux, é compreendida como um sistema linguístico não fechado que é base material dos processos discursivos, “a

base comum de processos discursivos diferenciados [...] dotado de uma autonomia relativa que o submete a leis internas” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 81, grifos do autor). A língua é sempre afetada pela ideologia, pelas formações sociais e comporta falhas (de ordem inconsciente). A língua para a AD materialista não é exterior ao sujeito, o constitui enquanto sujeito da/à língua.

Pêcheux mostra-nos [...] uma língua que não é exterior ao “indivíduo”, não podendo, portanto, ser vista como mais uma instituição entre outras (instituições estas entendidas também como exteriores à língua), já que para ele a língua e as instituições estão em relação direta. O que, penso, o autor reafirma com essa discussão é o fato de que há, entre um discurso e o lugar a partir do qual ele é enunciado (ou para o qual é proferido), uma relação necessária que nos impossibilita analisá-lo como se estivéssemos analisando um texto, fazendo com que tenhamos necessidade de referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido de condições de produção. É importante ressaltar que o filósofo não nega com isso, no entanto, a autonomia relativa da língua enquanto um sistema que responde a leis internas, o que nos mostra é apenas que esse sistema, se idêntico para, como ele mesmo diz, revolucionários e reacionários (PÊCHEUX, 1997: 91), não resulta por isso em processos discursivos igualmente idênticos, já que a língua, tomada como materialidade dos discursos, é atualizada de forma diversa em processos discursivos diferentes, pois a luta de classes a ela não é, de forma alguma, indiferente (DE NARDI, 2003, p. 2).

Em síntese, a proposta de Pêcheux é pensar uma noção materialista de língua, a partir do postulado saussureano, que não deixe de lado a história (a contradição engendrada pela de luta de classes) e a divisão do sentido; que não deixe de lado o impossível de se dizer, as falhas, os furos, daí pensar em um real da língua (GADET; PÊCHEUX, 2010).

O conceito de *discurso* é o nó do dispositivo teórico constituído pela AD materialista, pois a ela outras se imbricam. O discurso é objeto teórico sempre inacabado, compreendido, no primeiro momento, como “efeito

de sentidos” (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 81-82) entre interlocutores; num segundo momento como o encontro entre interdiscurso e intradiscurso (PÊCHEUX, [1975] 2014); e mais tarde também como “acontecimento” capaz de desestabilizar as redes de memória (PÊCHEUX, [1983] 2015). Discurso é materialidade específica da ideologia e está sempre em relação a suas condições de produção – que envolve os sujeitos, a conjuntura da enunciação, a conjuntura ideológica e o interdiscurso – e a uma ou mais formações discursivas – ou matrizes de sentido, aquilo que territorializa o discurso, isto é, recorta no interdiscurso, no já dito, dada região de sentidos delimitando o que pode e deve ser dito em determinadas condições de produção.

Por fim, o conceito de *sujeito*. Compreende-se aí uma teoria não idealista sobre sujeito, pensado na esteira da psicanálise e do materialismo histórico, portanto dividido, descentrado.

Para a AD, a categoria de *sujeito* não é idealista por ser interpelada ideologicamente, [...] ao produzir seu discurso, o faz a partir de determinadas *posições de sujeito*, igualmente ideológicas. Tais posições, contudo, não transformam esse sujeito em uma figura que decide livremente seu discurso, pois se trata de um sujeito socialmente constituído. No entanto, por não ter consciência de seu assujeitamento [trabalho da ideologia], mantém fortemente arraigada a ilusão de ser plenamente responsável por seu discurso.

Pode-se, pois, afirmar que, em AD, a concepção de *sujeito do discurso* é atravessada por duas teorias – o marxismo (leia-se ideologia) e a psicanálise (entenda-se inconsciente). Dessas duas concepções teóricas decorrem os limites para a onipotência do sujeito, provocando seu descentramento (INDURSKY, 2013, p. 35, grifos da autora).

Feita essa breve exposição, passo às questões iniciais de pesquisa.

Questões iniciais de pesquisa

Diante de meu objeto um dos primeiros desafios que se colocou foi: enquanto sujeito-pesquisador, identificado aos pressupostos teóricos e

ideológicos materialistas, alinhado discursivamente ao discurso socialista, portanto, em uma posição discursiva que pode ser localizada na contramão do discurso presidencial, como abordar meu objeto sem ceder à tentação de, em vez de uma tese, escrever um manifesto ou, em vez de cumprir minha função social como pesquisador, me tornar um prosélito? Essa questão reflete uma linha tênue que se coloca para todo analista de discurso, e o que figura aí como pano de fundo é justamente um problema epistemológico e metodológico com o qual precisamos inevitavelmente lidar.

A esse respeito, tenho pensado em uma proposta. Questionando o arquétipo de “cientista neutro”, legado do imaginário positivismo de ciência, de produção de conhecimento, proponho, na esteira de discussões há muito tempo travadas no âmbito da AD materialista, que o analista do discurso constitui um sujeito-pesquisador-militante. Explico.

Militante aqui não corresponde ao sentido de militância partidária, outrossim significa reconhecer que não há teoria não ideológica; bem como não há saber sem história, sem a complexa (e contraditória) espessura de sua temporalidade (AUROUX, 1992). Por conseguinte, habitar uma teoria quer dizer habitar a(s) ideologia(s) que a atravessa(m). Militar, estritamente no sentido que estou propondo para pensar essa problemática significa, antes de tudo, reconhecer que o lugar do sujeito-pesquisador não é neutro, sobretudo daquele que trabalha com a linguagem, pois ela própria não é neutra; em segundo lugar, significa se posicionar, mas não se trata aí de uma posição pessoal, ou mesmo de levantar bandeiras político-partidárias, trata-se de uma posição ética e política rigorosamente fundamentada na teoria materialista do discurso. Parto do pressuposto de que a AD materialista convoca o sujeito-pesquisador à tomada de posição. Penso que se dizer analista de discurso sem compreender que a teoria nos chama a não só interpretar, mas também a nos posicionar, é contraditoriamente não ser analista do discurso. Assim formulo, pois, se todo processo de interpelação é falho, a convocação pode não ser atendida, logo pode haver o analista que não se sinta convocado à posição sujeito-pesquisador-militante. Aí reside o caráter paradoxal da constituição do sujeito-analista de discurso.

Volto-me agora para a questão central do trabalho. Como questão movedora, debruço-me sobre a noção de *fascismo* a fim de entender seus limites para pensar os discursos do trigésimo oitavo governo. Essa questão surge do incômodo suscitado por certa banalização da noção na atualidade o que, no limite, leva ao esvaziamento de sentidos. A noção de *fascismo*

tem, assim, sido o exemplar da disputa ideológica por sentidos. Contudo, se a empregamos para nomear qualquer indício de terror, conservadorismo ou autoritarismo, esvaziamos-la semanticamente, apagando, assim, seu peso teórico e histórico.

A pergunta que faço diante de tais condições de produção é: o discurso político presidencial do trigésimo oitavo governo brasileiro é fascista? Essa questão coloca em movimento um conjunto de reflexões que, longe se propor a responder “sim” ou “não” à pergunta, busca compreender o funcionamento do discurso em tela e que relações tem com discursos fascistas.

Para tanto, um procedimento metodológico se mostrou incontornável: compreender a noção de *fascismo*. Com efeito, procedo a uma leitura discursiva da noção de fascismo em diferentes obras autorizadas, visando analisar que sentidos de fascismo comparecem. É deste gesto de leitura que este artigo se ocupa.

Uma leitura discursiva da noção de *fascismo*

A noção de *fascismo* se mostra uma noção complexa que com o passar dos séculos XX e XXI recebeu investimentos de diversas áreas. Desse modo, forma-se aí um campo de pesquisas que vem sendo abordado pela História, Ciência Política, Sociologia, Antropologia, por intelectuais militantes antifascistas e também pelos Estudos de Linguagem. Evidentemente, como ocorre em muitos campos de saber, os estudos sobre fascismo são permeados de tensões, retomadas, avanços, embates e charlatanismo intelectual com diferentes roupagens.

Não se pode começar a pensar sobre fascismo sem considerar que toda noção, todo objeto de conhecimento, todo conceito tem sua historicidade. A fim de vislumbrar traços dessa historicidade, procedo à análise de algumas definições. Vejamos.

Definição 1

Em geral, se entende por Fascismo um sistema autoritário de dominação que é caracterizado: pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no

desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo; por objetivos de expansão imperialista, a alcançar em nome da luta das nações pobres contra as potências plutocráticas; pela mobilização das massas e pelo seu enquadramento em organizações tendentes a uma socialização política planificada, funcional ao regime; pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa; por um crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais (BOBBIO, 1998, p. 466).

A definição de Bobbio está muito alinhada à corrente historiográfica clássica, consagrada na literatura ocidental pelos nomes do italiano Enzo De Felice e do alemão Ernst Nolte. Esses, bem como procede Bobbio em sua definição principal e geral, delimitam a noção de *fascismo* ao período entre a primeira e segunda guerras mundiais (1920-1945), entendendo que o fascismo se restringe aos governos liderados por Mussolini e Hitler, e aos movimentos diretamente ligados a eles. Nessa direção, além da Europa e do período entre guerras, não há fascismo que possa assim ser nomeado apropriadamente. Uma questão que se coloca para essa corrente, com justeza muito preocupada com o rigor científico no emprego do conceito, concerne ao lugar da dominação capitalista – que não comparece. Além disso, o caráter conservador de tal linha de pensamento contribui para a desmobilização das lutas antifascistas contemporâneas, isto é, essa perspectiva contribui em alguma medida para o desarme dos movimentos antifascistas, porque se o fascismo só existiu na Europa nas décadas de 20 a 40, então contra o que lutam os coletivos antifas hoje? Por fim, tal abordagem desconsidera eventual ou sistematicamente as condições de produção e os deslocamentos próprios do processo de significação, correndo o grave risco de se cair em algo como um essencialismo do que seja fascismo, ou “o” fascismo.

Em publicação recente, Stanley (2019) olha para o fascismo em suas roupagens mais atuais, buscando compreender como funciona a política fascista e sobretudo quais são suas estratégias para ascender ao poder. Para o professor de filosofia estadunidense, *fascismo* pode ser entendido como

Definição 2

[...] qualquer tipo de ultranacionalismo (étnico, religioso, cultural), no qual a nação é representada na figura de um líder autoritário que fala em seu nome. A política fascista inclui muitas estratégias diferentes: o passado mítico, propaganda, anti-intelectualismo, irrealidade, hierarquia, vitimização, lei e ordem, ansiedade sexual, apelos à noção de pátria e desarticulação da união e do bem-estar público. [...] O sintoma mais marcante da política fascista é a divisão. Destina-se a dividir uma população em “nós” e “eles”. (STANLEY, 2019, p. 14, 15)

A obra *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*, de Jason Stanley, oferece uma perspectiva bastante atualizada, mas sua análise, alinhada aos especialistas liberais, demonstra grande preocupação em nos advertir acerca das estratégias de uma certa política fascista, deixando de lado um investimento na compreensão do conceito. Seu olhar, por conseguinte, se limita aos Estados Unidos e Europa, passando ao largo da América do Sul, ignorando, por exemplo, o Brasil. Aqui também fica apagada a questão da luta de classes no fascismo, pois para o autor a luta de classes é uma arma da política comunista (STANLEY, 2019, p. 15) para dividir uma população, que se assemelha a outras estratégias de divisão, como o racismo e o fanatismo religioso. Com isso, em sua tentativa de identificar os principais aspectos da política fascista, o autor deixa de lado a relação entre fascismo e capitalismo.

Uma outra obra recente, *Antifa: o manual antifascista*, do historiador e militante antifascista Mark Bray se afasta de uma noção de *fascismo* limitada ao *fascismo histórico*, regime político que, para uma perspectiva mais conservadora, finda com a Segunda Guerra Mundial. O historiador anarquista entende o fascismo como um movimento trans-histórico de práticas de extrema-direita que combinam nacionalismo, supremacia branca e misoginia. Conforme o autor, não é possível compreender o fascismo sem olhar sua história. Assim, se apoia na definição dada por Paxton (2004):

Definição 3

[O fascismo é] uma forma de comportamento político marcado por uma preocupação obsessiva com o declínio, humilhação ou vitimização da comunidade e por cultos compensatórios à unidade, energia e pureza, nos quais um grupo de militantes nacionalistas comprometidos, trabalhando em colaboração incômoda, mas eficaz com as elites tradicionais, abandona as liberdades democráticas e persegue com violência redentora, sem restrições éticas ou legais, suas metas de limpeza interna e expansão externa (PAXTON, 2004, p. 218 *apud* BRAY, 2019, p. 31, 32).

A definição que Bray (2019) toma de Paxton (2004) acrescenta dois pontos importantes para nossa reflexão: a colaboração dos movimentos fascistas com as elites e o discurso de limpeza interna. Sentidos que apontam para a limpeza interna, mais do que os de expansão externa, estão fortemente presentes nos discursos fascistas, bem como estão presentes nos discursos do trigésimo oitavo governo. Isso se dá porque é imperativo à construção da identidade e do imaginário fascista a presença do “outro”, o inimigo. A existência desse “outro” assume formas diversas (o judeu, o estrangeiro, o negro, o cigano, o não hétero, o indígena, o comunista, o petista, entre outros) e é fundamental para que se tenha, por oposição, uma identidade imaginária do “um” (cidadão de bem, merecedor de uma nação limpa e melhor). E um dos principais modos de alcançar a limpeza desejada é a guerra, a morte, o extermínio, ainda que por meio não de armas, mas de discursos, de práticas, de políticas públicas. Logo, para o discurso fascista, a guerra contra o inimigo interno que quer destruir a nação é justa e necessária.

Destaco uma quarta definição. Esta encontramos nos textos da intelectual revolucionária alemã Clara Zetkin, colaboradora de Rosa Luxemburgo, importante figura da luta feminista operária internacional, militante do Partido Social-Democrata da Alemanha com o qual rompeu, e fundadora do Partido Comunista da Alemanha. A análise do fascismo apresentada por Zetkin (2019), em forma de um informe e uma resolução proferidos no III Pleno Ampliado do Comitê Executivo da Internacional Comunista em junho de 1923, coaduna elementos indispensáveis a uma leitura materialista do fascismo. No informe, Zetkin diz:

Definição 4

O fascismo encara o proletariado como um inimigo excepcionalmente perigoso e amedrontador. O fascismo é a expressão mais forte, concentrada e clássica em nosso tempo da ofensiva generalizada da burguesia mundial (ZETKIN, 2019, p. 33).

Na resolução contra o fascismo, complementa:

O fascismo é sintoma característico de decadência deste período, uma expressão da dissolução da economia capitalista que está em andamento e da decomposição do Estado burguês (ZETKIN, 2019, p. 77).

O fascismo evidentemente apresentará características diferentes em cada país, surgindo a partir das circunstâncias históricas dadas. Mas, em todos os lugares, ele consiste em um amálgama de violência terrorista e brutal unida a uma fraseologia revolucionária enganadora que se liga demagogicamente com as necessidades e os ânimos de largas massas de produtores. Até o momento, sua expressão mais madura foi atingida na Itália (ZETKIN, 2019, p. 79).

Da análise de Zetkin nos interessa um posicionamento visionário que julgo muito pertinente à leitura do fascismo hoje: sua capacidade adaptação e seu caráter internacional. Em outras palavras, entendo que é urgente pensar a plena capacidade do fascismo de se adaptar a diferentes terrenos, de produzir deslocamentos, de se moldar de acordo com condições históricas diversas de lugares e tempos distintos. O fascismo não “nasce” do nada, ele precisa encontrar um terreno fértil para se enraizar e crescer.

Konder (2009) examina o fascismo em diferentes tempos e lugares, e vai além: analisa diferentes interpretações que o termo recebeu nos séculos XX e XXI. Sua perspectiva se contrapõe a de autores que identificam o fascismo como um subgênero do autoritarismo, tal qual Bobbio:

Na realidade, o Fascismo, como evento histórico concreto, engloba-se numa fenomenologia mais ampla, a do autoritarismo na sociedade moderna, apresentando-se como resultado de uma série assaz complexa de concatenações causais,

umas remotas, outras mais próximas, investigadas em suas inter-relações específicas (BOBBIO, 1998, p. 467).

Para Konder, “a direita é o gênero de que o fascismo é uma espécie” (KONDER, 2009, p. 27). Nessa visada, o conceito de direita é imprescindível à compreensão do conceito de fascismo, embora seja mais amplo. Para ele,

a ideologia da direita representa sempre a existência (e as exigências) de forças sociais empenhadas em conservar determinados privilégios, isto é, em conservar um determinado sistema socioeconômico que garante o estatuto de propriedade de que tais forças são beneficiárias (KONDER, 2009, p. 27).

Logo, o autor formula que o fascismo

Definição 5

[...] é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antisocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro (KONDER, 2009, p. 53).

A definição de Konder toca um ponto incontornável. Não se pode falar de fascismo, do lugar de analista do discurso, sem considerar o funcionamento do capitalismo, sem considerar seu caráter classista. Os recursos que financiaram a ascensão do fascismo ao poder na Itália e na Alemanha, exemplos mais icônicos, são documentadamente provenientes de grandes capitalistas (latifundiários, industriais) da época que, frustrados e aflitos com a perda de capital devido à crise econômica que se arrastou ao longo da década de 20 e estourou em 1929, projetavam no fascismo uma saída capaz de não só reerguer como também alavancar a economia. Para exemplificar, eis algumas empresas², que financiaram direta ou indiretamente o nazismo, nutriram alguma relação, ou se beneficiaram ostensivamente com o regime nazista: Volkswagen, BMW, Daimler-Benz (grupo proprietário da Mercedes), Siemens, Audi, DKW, Horch, Wanderer, Hugo Boss, Dr. Oetker, Deutsche Bank, Bayer e Basf, além da norte-americana IBM. Pode-se acrescentar aí, como mostra o documentário *Fascism Inc3*, a hoje multinacional ThyssenKrupp. Seu diretor em 1933, Gustav Krupp, foi importante aliado do regime nazista, pois além da fabricação e fornecimento de armas e equipamentos para Hitler, atuou como dirigente da Associação da Indústria Alemã do Reich. O julgamento de Nuremberg, ocorrido em 1945 e 1946, condenou e executou vários líderes nazistas por crimes de guerra e contra a humanidade. Krupp e outros grandes capitalistas envolvidos com o regime foram presos. Porém, os mesmos foram soltos após 1951 e retomaram suas atividades empresariais. Os capitalistas não foram condenados por crime algum.

Conclusão

A leitura dessas definições ilumina a disputa por sentidos que atravessa a literatura autorizada, consagrada, sobre fascismo. Também no espaço digital esse embate se faz presente. Na plataforma *youtube.com*, para ficar apenas no sítio com o qual trabalhamos, ao buscar por “discurso

2 Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/09/12/empresas-nazismo.htm>. Acesso em: 30 jul. 2020.

3 O documentário *Fascism Inc* (2014) ilumina bem a relação entre os movimentos fascistas e a classe capitalista. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=K80XYjF3lHE. Acesso em: 30 jul. 2020.

fascista” nos deparamos com os mais variados vídeos contendo discursos de/sobre Mussolini, discursos do/sobre atual presidente brasileiro, discursos sobre o ex-presidente Lula, entre outros.

Logo, uma leitura discursiva materialista do fascismo passa pela investigação de discursividades que denunciam a estreita relação, historicamente constituída, dos políticos e políticas fascistas com os interesses da classe capitalista. Concluo, com isso, que não é possível pensar sobre ideologia fascista sem se perguntar sobre sua estreita relação com a formação social capitalista.

Referências

- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.
- BRAY, M. *Antifa: O Manual Antifascista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- BOBBIO, N. Fascismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 11 ed. vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- DE NARDI, F. S. Identidade, memória e os modos de subjetivação do sujeito. In: I SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2003, Recife. *Anais [...]*. Recife: UFPE, 2003. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/sead1.html>. Acesso em: 30 abr. 2020.
- INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e outras vozes*. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- KLEMPERER, V. *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- KONDER, L. *Introdução ao fascismo*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- PÊCHEUX, M. O mecanismo de (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do Discurso (AAD-69). [1969] In: GADET, Françoise.; HAK, Tony. (org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p. 61-161.

- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). [1975] In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p. 159-250.
- PÊCHEUX, M.; GADET, F. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas: Editora RG, 2010.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. [1975] 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014
- PÊCHEUX, M. *O Discurso: estrutura ou acontecimento* [1983]. Campinas: Pontes, 2015.
- RIDDEL, J.; TABER, M. Introdução. In: ZETKIN, C. *Com nasce e morre o fascismo*. Tradução: Eli Moraes. São Paulo: Autonomia Literária, 2019, p. 13-31.
- STANLEY, J. Como funciona o fascismo: *a política do “nós” e “eles”*. Tradução: Bruno Alexander. 3 ed. Porto Alegre: L&PM, 2019.